



David Manuel Silva
Sumares

A Rede Natura 2000 na Ria de Aveiro
– Projectos, Actores e Narrativas



**David Manuel Silva
Sumares**

**A Rede Natura 2000 na Ria de Aveiro
– Projectos, Actores e Narrativas**

Tese apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Ciências e Engenharia do Ambiente, realizada sob a orientação científica da Doutora Teresa Fidélis, Professora Auxiliar do Departamento de Ambiente e Ordenamento da Universidade de Aveiro

Apoio financeiro da FCT no âmbito do
III Quadro Comunitário de Apoio,
comparticipado pelo FSE e por fundos
nacionais do MCTES
(SFRH/BD/37176/2007).

O júri

Presidente

Doutor Nélon Pacheco da Rocha
Professor Catedrático da Universidade de Aveiro

Doutora Helena Maria de Oliveira Freitas
Professora Catedrática da Universidade de Coimbra

Doutora Celeste de Oliveira Alves Coelho
Professora Catedrática da Universidade de Aveiro

Doutora Anabela Simões Carvalho
Professora Associada do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho

Doutor João Miguel Dias Joanaz de Melo
Professor Auxiliar com Agregação da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa

Doutora Elisabete Maria Melo Figueiredo
Professora Auxiliar da Universidade de Aveiro

Doutora Maria Teresa Fidélis da Silva
Professora Auxiliar da Universidade de Aveiro (Orientadora)

agradecimentos

Em primeiro lugar, agradeço à minha orientadora, Teresa Fidélis, pelo seu apoio, esforço e paciência para se levar este trabalho a bom porto.

Aos meus pais, agradeço o seu amor.

Agradeço a toda a minha família alargada, onde se encontram os meus verdadeiros amigos, e ainda os companheiros de uma longa viagem sem retorno, João Paulo e Alexandra.

Agradeço à capoeira do Mestre João Pequeno e a todos os que têm contribuído para a poder vivenciar.

Por fim, um obrigado a todos aqueles que em algum momento moraram comigo no “Corpo de Deus”.

palavras-chave

Rede Natura 2000; Protecção da biodiversidade em habitats semi-naturais; Ria de Aveiro; Análise do Discurso; Implementação de políticas ambientais na UE; Participação pública em procedimentos de Avaliação Ambiental.

resumo

A *Rede Natura 2000* (RN2000), uma rede de áreas consideradas chave para a conservação da biodiversidade no território da União Europeia, tem-se deparado com um difícil processo de implementação e operacionalização. Nos casos em que o cumprimento dos objectivos da RN2000 implica um reajustamento das políticas de uso do solo e de práticas sociais concretas, é necessário envolver um conjunto muito alargado de actores e instituições a várias escalas numa rede de processos colaborativos. Ao mesmo tempo, a aplicação de procedimentos de avaliação ambiental é central para a aprovação de certos projectos, programas ou planos em áreas RN2000. Quando toma a forma de uma *Avaliação de Impacte Ambiental* ou da *Avaliação Ambiental Estratégica*, a avaliação ambiental contém necessariamente uma componente de participação pública, potencialmente importante para tornar a governação ambiental mais inclusiva, isto é, mais participada e negociada com as administrações e actores locais. No entanto, devido à pluralidade de relações entre indivíduos, as respectivas comunidades e lugares específicos, resultantes da interacção histórica entre estes, os ambientes acumulam representações múltiplas que conduzem a diferentes interpretações acerca de intervenções concretas sobre o território e do que a sustentabilidade deste deve representar. As frequentes divergências nas referidas interpretações podem levar a conflitos e controvérsias que, por sua vez, criam dificuldades para mobilizar esforços colectivos, colocando, assim, poderosos obstáculos à efectiva protecção da biodiversidade.

Nesta dissertação, a implementação da RN2000 no contexto da governação ambiental da Ria de Aveiro — um complexo estuário semi-natural dividido em dez municípios e sob a tutela de várias entidades com responsabilidades espaciais — é abordada através de uma exploração discursiva de um acervo composto por pareceres enviados no âmbito da consulta pública e institucional dos procedimentos de avaliação ambiental de seis projectos com potenciais implicações para a respectiva *Zona de Protecção Especial*. Através da exploração das representações que diferentes actores sociais evidenciam sobre ambientes específicos, das narrativas através das quais fazem sentido do seu lugar e papel nos respectivos ambientes sociais e ecológicos, e ainda das formas como a linguagem é estrategicamente utilizada em relação dialéctica com as referidas representações, esta análise do discurso pretende contribuir para melhorar a governação ambiental relativamente a aspectos específicos da participação pública, resolução de conflitos e elaboração e implementação de políticas no sentido de estas se tornarem mais inclusivas e contextualizadas.

Nos pareceres submetidos, verificou-se que a problemática da hidrodinâmica tem ocupado um lugar central, sendo crescentemente evidente um retrato da situação actual em que a actividade portuária aparece como o principal responsável por efeitos negativos sobre os ecossistemas locais e as actividades socioeconómicas tradicionais como a salicultura e a agricultura nas

zonas ribeirinhas. Neste âmbito, determinados temas discursivos sugerem fragilidades ao nível da governação deste território e poderão, simultaneamente, significar dificuldades para os interesses da biodiversidade local. Além dos interesses divergentes dos diferentes actores sociais, do elevado grau de desconfiança nas instituições responsáveis e na validade dos estudos que têm sido apresentados para justificar intervenções e da estória de marginalização que vem sendo construída pelos actores que se percebem como mais afectados pelo avanço da cunha salina — aspectos que potencialmente dificultam dinâmicas colaborativas —, a convicção largamente disseminada de que estes problemas ambientais são, através do conhecimento científico e da capacidade física de intervenção, compatibilizáveis num eventual equilíbrio, poderá constituir um entrave para a procura de soluções efectivamente alternativas. Por outro lado, outros padrões discursivos identificados poderão facilitar o cumprimento dos objectivos da RN2000. Em particular, entre vários intervenientes, parece estar em expansão o discurso de que o desenvolvimento dos municípios que envolvem a Ria de Aveiro deve voltar a virar-se para esta, isto é, voltar às suas raízes socioeconómicas ou a novas formas de explorar a Ria enquanto elemento generativo das identidades colectivas locais. A sua significância afectiva, simbólica, identitária e económica parecem ser as razões que mais peso têm para os actores sociais da Ria quererem proteger os ecossistemas locais, e não tanto o facto de estes se encontrarem designados ao abrigo da RN2000, cujo estatuto parece ter servido sobretudo para reforçar argumentos alimentados pelas preocupações referidas. No entanto, uma figura legal como a RN2000, que pretende recuperar ou preservar a biodiversidade associada a um imaginário com conotações positivas, poderá encontrar nestas pretensões uma importante fonte de capital simbólico para se tornar mais presente no discurso (e no agir) das populações da Ria de Aveiro.

keywords

Natura 2000; Protection of biodiversity in semi-natural habitats; Ria de Aveiro; Discourse Analysis; Implementation of EU environmental policies; Public participation in Environmental Assessment.

abstract

The Natura 2000 Network (N2000), a network of areas considered key for the conservation of biodiversity within the European Union, has faced a difficult implementation process. In cases where meeting N2000 goals implies readjusting land-use policies and concrete social practices, it is necessary to involve a wide range of actors and institutions at various scales in a network of collaborative processes. At the same time, the application of environmental assessment procedures is central to the approval of certain projects, programs and plans in N2000 areas. When such an assessment takes the form of an *Environmental Impact Assessment* or a *Strategic Environmental Assessment*, the procedure necessarily includes a component of public participation, potentially important for making environmental governance more inclusive, i.e., more participated and negotiated with local administrations and actors. However, due to the plurality of relationships between individuals, respective communities and particular places that result from their historical interaction, environments accumulate multiple representations that lead to different interpretations of specific interventions over the territory and of what its sustainability should represent. Such divergences may generate conflicts and controversies, which constitute difficulties for collective efforts and, thus, present powerful obstacles to the effective protection of biodiversity.

In this dissertation, the implementation of N2000 within the environmental governance of the *Ria de Aveiro* — a complex semi-natural estuary in Portugal, shared by ten municipalities and under the jurisdiction of various administrative bodies with spatial responsibilities — is addressed through a discursive exploration of a *corpus* composed of opinions submitted during consultations concerning the environmental assessment of six projects with potential implications for this *Special Protection Area*. Through the consideration of the representations that different social actors have of specific environments, of the narratives through which they make sense of their place and role in their social and ecological environments, and also of how language is being strategically employed by local actors in relation to those representations, this discourse analysis intends to contribute to the improvement of local environmental governance in relation to specific aspects of public participation, conflict resolution and policy design and implementation.

In the submitted opinions, problems associated to the estuary's hydrodynamics have occupied a central place, in which port-related interventions are being increasingly framed as the main cause of negative effects on local ecosystems and traditional socioeconomic activities such as salt production and agriculture. In this context, certain discursive themes suggest the existence of shortcomings in the governance of this territory that may, simultaneously, translate into difficulties for the "interests" of local biodiversity. In addition to the divergent interests of different social actors, a high degree of mistrust in responsible institutions and in the validity of the studies that have been presented in order to justify interventions and the story of marginalization that

has been constructed by the actors that perceive themselves as most affected by saltwater intrusion — aspects that potentially hamper collaborative processes — the widely disseminated conviction that environmental problems can be solved through scientific knowledge and technical capacity may hinder the search for effectively alternative solutions. On the other hand, other patterns of local discourses may facilitate meeting the objectives of N2000. In particular, among some participants, the opinion that the development of these municipalities should turn its attention to the estuary, i.e., return to its socioeconomic roots or to new ways of living from the *Ria* as a generative element of local collective identities, seems to be expanding. The *Ria*'s affective, symbolic and economic significance appear to be the most important reasons for local actors wanting to protect its ecosystems, and not so much the latter's classification under N2000, whose status may be primarily used to support arguments motivated by the mentioned aspects. However, a legal figure such as N2000, which in this case intends to restore or preserve species and habitats that are associated to positive connotations, may find in such claims an important source of symbolic capital so as to become more present in the discourse (and action) of local actors.

Índice Geral

| | |
|--|------------|
| Lista de abreviaturas | 16 |
| Capítulo I — Introdução Geral | 17 |
| 1.1 Considerações introdutórias | 19 |
| 1.2 Objectivos da investigação | 20 |
| 1.3 Assunções teóricas | 22 |
| 1.4 Metodologia geral | 24 |
| 1.5 Estrutura da dissertação | 27 |
| Capítulo II — Enquadramento Institucional | 31 |
| Introdução | 33 |
| 2.1 Um retrato da <i>Rede Natura 2000</i> | 34 |
| 2.2 A avaliação de impactes ambientais em áreas <i>Rede Natura 2000</i> | 52 |
| Conclusão | 62 |
| Capítulo III — Enquadramento da Investigação | 65 |
| Introdução | 67 |
| 3.1 Perspectivas sobre a <i>Rede Natura 2000</i> | 68 |
| 3.2 Contextualização da investigação | 82 |
| 3.3 A aplicação da <i>Análise Crítica do Discurso</i> ao contexto da <i>Rede Natura 2000</i> | 94 |
| 3.4 Perspectivas sobre a participação pública no âmbito da AIA/AAE | 100 |
| Conclusão | 110 |
| Capítulo IV — Descrição Teórica e Metodológica | 113 |
| Introdução | 115 |
| 4.1 Descrição teórica da abordagem adoptada | 115 |
| 4.2 Descrição metodológica da abordagem adoptada | 134 |
| Conclusão | 149 |
| Capítulo V — Descrição do Estudo-de-Caso | 151 |
| Introdução | 153 |
| 5.1 Caracterização do contexto da ZPE <i>Ria de Aveiro</i> | 153 |
| 5.2 Síntese do perfil de participação das consultas e do conteúdo dos pareceres | 177 |
| Conclusão | 203 |
| Capítulo VI — Uma Análise Discursiva | 206 |
| Introdução | 207 |
| 6.1 Composição do <i>corpus</i> | 207 |
| 6.2 Uma caracterização genérica do parecer em AIA/AAE | 210 |
| 6.3 Mapeamento de referências à conservação da natureza | 230 |
| 6.4 As funções argumentativas das referências à <i>Rede Natura 2000</i> | 237 |
| 6.5 Representações e narrativas em torno dos espaços semi-naturais da Ria de Aveiro | 239 |
| Conclusão | 269 |
| Capítulo VII — Discussão da Análise | 273 |
| Introdução | 275 |
| 7.1 Interpretação da análise | 275 |
| 7.2 Implicações para a implementação da <i>Rede Natura 2000</i> no contexto da governação ambiental da Ria de Aveiro | 283 |

| | |
|---|------------|
| Conclusão | 302 |
| Capítulo VIII — Conclusões e Recomendações | 305 |
| 8.1 O caminho percorrido pela investigação | 307 |
| 8.2 Recomendações | 320 |
| Nota Final | 328 |
| Referências Bibliográficas | 329 |

Anexos

| | |
|---|------------|
| 1 – Breve descrição do procedimento AIA/AAE (em formato electrónico) | |
| 2 – <i>Laguna: Vida, Morte e Ressurreição de Aveiro</i> | 345 |
| 3 – Sinopse dos projectos sob avaliação | 355 |
| 4 – <i>Relatórios de consulta pública</i> dos processos de avaliação ambiental (em formato electrónico) | |
| 5 – Índice do <i>Corpus</i> — Versão Detalhada | 367 |
| 6 – <i>Corpus</i> Integral (em formato electrónico) | |
| 7 – Elenco das referências à RN2000 e à conservação em geral: Parte <i>a</i> “Elenco das referências RN2000 e o seu contexto imediato”, Parte <i>b</i> “Elenco total de concordâncias relativas à RN2000”, Parte <i>c</i> “Elenco total de concordâncias relativas à conservação em geral” | 373 |
| 8 – Pareceres F33 (<i>a</i>), F22 (<i>b</i>) e F17 (<i>c</i>) relativos à AAE do <i>Programa Polis Litoral Ria de Aveiro</i> | 393 |
| 9 – Elenco de excertos relativos aos espaços considerados — Parte <i>a</i> “As salinas”, Parte <i>b</i> “Os campos agrícolas ribeirinhos”, Parte <i>c</i> “A Ria de Aveiro” | 399 |

Índice de Tabelas

| |
|--|
| 3.1 Tipologias de instrumentos de participação em função dos tipos de desafios. |
| 3.2 Os objectivos da participação pública no contexto de AIA |
| 4.1 A organização da análise textual de Fairclough |
| 4.2 Lista do primeiro conjunto de processos submetidos a avaliação ambiental com vista à constituição do <i>corpus</i> |

- 4.3 Lista de opções e passos metodológicos tomados no âmbito da construção do *corpus*
- 5.1 Distribuição da área da ZPE *Ria de Aveiro* relativamente à área dos municípios que a partilham
- 5.2 Principais ameaças ao desenvolvimento sustentável da *Ria de Aveiro*
- 5.3 Os IGT aplicáveis à região envolvente da *Ria de Aveiro*
- 5.4 Objectivos ambientais e orientações gerais de gestão para a sustentabilidade de acordo com aspectos críticos
- 5.5 Perfil de participação da consulta institucional do processo AIA 792 relativo ao *Projecto de Desenvolvimento Agrícola do Baixo Vouga Lagunar*
- 5.6 Perfil de participação da consulta pública do processo AIA 792 relativo ao *Projecto de Desenvolvimento Agrícola do Baixo Vouga Lagunar*
- 5.7 Síntese dos principais argumentos apresentados em defesa da aprovação do projecto
- 5.8 Perfil de participação da consulta institucional do processo AIA 914 relativo à *Requalificação da Pista de Remo de Aveiro*
- 5.9 Perfil de participação da consulta pública do processo AIA 914 relativo à *Requalificação da Pista de Remo de Aveiro*
- 5.10 Síntese dos principais argumentos apresentados em defesa da aprovação do projecto
- 5.11 Perfil de participação da consulta institucional do processo AIA 1031 relativo ao *Projecto Marina da Barra*
- 5.12 Perfil de participação da consulta pública do processo AIA 1031 relativo ao *Projecto Marina da Barra*
- 5.13 Síntese dos principais argumentos apresentados em defesa da aprovação do projecto
- 5.14 Síntese dos principais argumentos apresentados em defesa da rejeição do projecto
- 5.15 Perfil de participação da consulta institucional do processo AIA 1797 relativo à *Intervenção na Zona da Barra de Aveiro com Dragagem e Reforço do Cordão Dunar*
- 5.16 Perfil de participação da consulta pública do processo AIA 1797 relativo à *Intervenção na Zona da Barra de Aveiro com Dragagem e Reforço do Cordão Dunar*
- 5.17 Síntese das principais solicitações apresentadas pelas entidades participantes
- 5.18 Perfil de participação da consulta institucional do processo AIA 2082 relativo à *Reconfiguração da Barra do Porto de Aveiro*
- 5.19 Listagem de pareceres recebidos na consulta pública do processo AIA 2082 relativo à *Reconfiguração da Barra do Porto de Aveiro*
- 5.20 Síntese do conteúdo dos pareceres recebidos na consulta pública do processo AIA 2082 relativo à *Reconfiguração da Barra do Porto de Aveiro*
- 5.21 Listagem de pareceres recebidos na consulta pública e na consulta institucional do processo AAE relativo ao *Programa Polis Litoral Ria de Aveiro*
- 5.22 Síntese das principais críticas ou recomendações apresentadas pelas entidades participantes
- 5.23 Síntese de alguns aspectos “críticos” de pareceres das consultas da AAE do *Programa Polis Litoral Ria de Aveiro*
- 5.24 Distribuição dos pareceres recebidos nos casos considerados de acordo com a sua proveniência
- 5.25 Intersecção entre entidades participantes através dos processos e respectiva tomada de posição
- 6.1 Correspondência entre os nomes dos projectos e programa sujeitos a avaliação ambiental, dos respectivos processos, dos ficheiros criados e o seu volume textual em n.º de palavras
- 6.2 Descrição resumida da constituição do ficheiro AA a partir dos pareceres submetidos na consulta pública do processo AIA 792 relativo ao *Projecto de Desenv. Agrícola do BVL*
- 6.3 Descrição resumida da constituição do ficheiro BA a partir dos pareceres submetidos na consulta pública do processo AIA 914 relativo à *Pista de Remo*
- 6.4 Descrição resumida da constituição do ficheiro CA a partir dos pareceres submetidos na consulta pública do processo AIA 1031 relativo ao *Projecto da Marina da Barra*
- 6.5 Descrição resumida da constituição do ficheiro DA a partir dos pareceres submetidos na consulta pública do processo AIA 1797 relativo à *Intervenção na zona da Barra*
- 6.6 Descrição resumida da constituição do ficheiro EA a partir dos pareceres submetidos na consulta pública do processo AIA 2082 relativo à *Reconfiguração da Barra*

- 6.7 Descrição resumida da constituição do ficheiro FA, a partir dos pareceres submetidos na consulta institucional e na consulta pública da AAE do *Programa Polis Litoral Ria de Aveiro*
- 6.8 Síntese de temas recorrentes no espaço discursivo da Ria de Aveiro
- 6.9 Contabilização de referências directas à RN2000
- 6.10 Contabilização de referências a elementos centrais para a conservação em geral
- 6.11 Contabilização dos pareceres em que ocorrem referências à conservação da natureza
- 6.12 Elenco de entidades cujos pareceres incluem referências à RN2000
- 6.13 Síntese da estrutura narrativa
- 6.14 Síntese da caracterização das representações dos elementos-chave
- 6.15 Síntese da estrutura narrativa
- 6.16 Síntese da caracterização das representações dos elementos-chave
- 6.17 Síntese da estrutura narrativa
- 6.18 Síntese da caracterização das representações dos elementos-chave

Índice de Figuras

- 1.1 Os quatros sistemas básicos da perspectiva do *Funcionalismo Estrutural* no contexto da governação ambiental
- 1.2 A lógica metodológica geral da dissertação
- 2.1 A *Rede Natura 2000* através das regiões biogeográficas
- 2.2 A estrutura do processo de designação da *Rede Natura 2000*
- 2.3 Esquema explicativo da aplicação do Art. 6.º da *Directiva Habitats*
- 2.4 Um esquema da organização da *Rede Fundamental da Conservação da Natureza*
- 2.5 Áreas classificadas em Portugal continental
- 2.6 Tipologia de todos os projectos submetidos a AIA ao nível nacional ao longo da última década
- 2.7 Variação do tipo de decisões relativas a todos os projectos submetidos a AIA ao nível nacional ao longo da última década
- 2.8 Tipologia dos projectos com decisão favorável (*Favorável Condicionado e Favorável*) ao longo da última década
- 2.9 Tipologia dos projectos com decisão *desfavorável* ao longo da última década
- 2.10 Variação, ao longo da última década, da tipologia da proveniência dos pareceres submetidos durante a *Consulta Pública*, excluindo discrepâncias com mais de 450 pareceres de particulares por projecto
- 2.11 Proveniência média dos pareceres submetidos durante a *Consulta Pública* por projecto ao longo da última década
- 2.12 Esquema relacional dos elementos centrais da avaliação de impactes ambientais com incidência sobre áreas *Rede Natura 2000*
- 4.1 Recontextualização da metafuncionalidade da LSF na ACD segundo Fairclough
- 4.2 O modelo tridimensional da teoria discursiva de Fairclough
- 5.1 Localização da Ria de Aveiro e os limites dos concelhos na sua envolvente, das áreas RN2000 e da área de intervenção do PEIRVRA
- 5.2 As principais fases da evolução geológica recente da Ria de Aveiro
- 5.3 A variação do posicionamento da barra
- 5.4 Crescimento do tráfego marítimo entre 1980 e 2005
- 5.5 Tipologia de todos os projectos submetidos a AIA no território da ex-AMRIA ao longo da última década
- 5.6 Variação do tipo de decisões relativas aos projectos submetidos a AIA no território da ex-AMRIA ao longo da última década
- 5.7 Proveniência média dos pareceres submetidos durante a consulta pública por projecto no território da ex-AMRIA ao longo da última década
- 6.1 Distribuição do volume de texto do *corpus* relativamente aos seis procedimentos individuais de avaliação ambiental

- 6.2 Variação expectável entre os intervenientes e a sua associação aos sub-géneros identificados relativamente às motivações associadas à participação enquanto “contributo”.
- 6.3 Perfil lexical de AA (AIA 792 *Projecto de Desenv. Agrícola do BVL*)
- 6.4 Perfil lexical de BA (AIA 914 *Pista de Remo*)
- 6.5 Perfil lexical de CA (AIA 1031 *Projecto da Marina da Barra*)
- 6.6 Perfil lexical de DA (AIA 1797 *Intervenção na Zona da Barra*)
- 6.7 Perfil lexical de EA (AIA 2082 – *Reconfiguração da Barra*)
- 6.8 Perfil lexical de FA (AAE *Programa Polis Litoral Ria de Aveiro*)
- 6.9 As principais características do género do *Parecer em Avaliação Ambiental*, distribuídas ao longo de um eixo entre os sub-géneros do *Parecer Institucional* e do *Parecer Particular*
- 6.10 Distribuição de referências relativas à RN2000 e à conservação em geral ao longo dos pareceres submetidos na consulta pública da AIA do *Projecto de Desenv. Agrícola do BVL*
- 6.11 Distribuição de referências relativas à RN2000 e à conservação em geral ao longo dos pareceres submetidos na consulta pública da AIA do *Projecto da Pista de Remo*
- 6.12 Distribuição de referências relativas à RN2000 e à conservação em geral ao longo dos pareceres submetidos na consulta pública da AIA do *Projecto da Marina da Barra*
- 6.13 Distribuição de referências relativas à RN2000 e à conservação em geral ao longo dos pareceres submetidos na consulta pública da AIA da *Intervenção na Zona da Barra*
- 6.14 Distribuição de referências relativas à RN2000 e à conservação em geral ao longo dos pareceres submetidos na consulta pública da AIA da *Reconfiguração da Barra*
- 6.15 Distribuição de referências relativas à RN2000 e à conservação em geral ao longo dos pareceres submetidos na consulta institucional e pública da AAE do *Programa Polis Litoral Ria de Aveiro*
- 6.16 A meta-narrativa geral da Ria de Aveiro
- 6.17 A meta-narrativa específica relativa à hidrodinâmica lagunar
- 6.18 Ilustração do distanciamento perante a gravidade dos problemas associados à hidrodinâmica
- 7.1 Relações conceptuais entre os principais temas discursivos

Lista de Abreviaturas

Entidades

APA — Administração do Porto de Aveiro, S.A.
ARH — Administração de Região Hidrográfica, I.P.
ICNB — Instituto de Conservação da Natureza e Biodiversidade, I.P.
CCDR — Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional
MAOTDR — Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional

Planos e Programas

ENDS — Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável
ENCNB — Estratégia Nacional da Conservação da Natureza e da Biodiversidade
ITI — Intervenção Territorial Integrada
PDM — Plano Director Municipal
PEIRVRA — Plano Estratégico da Intervenção de Requalificação e Valorização da Ria de Aveiro
PNPOT — Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território
POOC — Plano de Ordenamento da Orla Costeira
PROT — Plano Regional de Ordenamento do Território
PSRN2000 — Plano Sectorial Rede Natura 2000

Procedimentos e respectivas componentes

AIA — Avaliação de Impacte Ambiental
AAE — Avaliação Ambiental Estratégica
EIA — Estudo de Impacte Ambiental
DIA — Declaração de Impacte Ambiental

Designações Espaciais

DH — Domínio Hídrico
RAN — Reserva Agrícola Nacional
REN — Reserva Ecológica Nacional
RN2000 — Rede Natura 2000
SIC — Sítio de Importância Comunitária
ZEC — Zona Especial de Conservação
ZPE — Zona de Protecção Especial

Outros

ACD — Análise Crítica do Discurso
BVL — Baixo Vouga Lagunar

Notas acerca de algumas opções textuais:

- As aspas angulares são exclusivamente usadas para citações. As aspas elevadas serão empregues para termos que se pretendem realçar (por exemplo, porque se encontram num sentido figurado) ou quando se inserem numa citação/ expressão que já se encontra entre aspas angulares (por exemplo, com o recurso ao discurso directo);
- Os itálicos são usados para destacar conceitos específicos quando aparecem pela primeira vez em cada capítulo e para designar instrumentos, eventos, designações não codificadas de legislação, designações específicas, planos e programas;
- Os nomes das entidades administrativas correspondem aos da orgânica institucional vigente no momento em que os eventos relevantes tiveram lugar ou, no caso das descrições contemporâneas, no momento de redacção da dissertação.

Capítulo I

Introdução Geral

| | |
|--|-----------|
| 1.1 Considerações introdutórias | 19 |
| 1.2 Objectivos da investigação | 20 |
| 1.3 Assunções teóricas | 22 |
| 1.4 Metodologia geral | 24 |
| 1.5 Estrutura da dissertação | 27 |

«Para proteger a natureza que está a toda à nossa volta, temos que pensar longa e duramente acerca da natureza que carregamos no interior das nossas cabeças.»
William Cronon¹

1.1 Considerações introdutórias

Criada conjuntamente pela *Directiva Aves* (79/409/EEC) e pela *Directiva Habitats* (92/43/EEC), a *Rede Natura 2000* (RN2000) consiste numa rede ecológica de áreas consideradas chave para a conservação da biodiversidade no território da União Europeia (UE). Não pretende constituir um conjunto de áreas protegidas cuja protecção passa necessariamente pela não intervenção humana, mas assegurar que o desenvolvimento socioeconómico coexiste de forma compatível e harmonizada com objectivos de conservação específicos, restringindo, assim, os usos do solo em função das necessidades de determinadas espécies e habitats (ver secção 2.1).

Espera-se que a RN2000 venha a cobrir cerca de um quinto do território da UE, sendo o projecto de conservação mais ambicioso de sempre na Europa. No entanto, por toda a UE, a materialização e efectiva operacionalização da RN2000 tem-se deparado com um elevado atraso e défice de implementação. As principais causas têm sido atribuídas a vários factores inter-relacionados, nomeadamente uma calendarização de implementação demasiado curta e insuficiente, a falta substancial de prioridade política, de meios financeiros e de informação científica de base sobre a biodiversidade e as formas como esta deve ser gerida, uma fraca integração de políticas inter-sectoriais e de ordenamento através das diferentes escalas da governação multi-nível, e o envolvimento tardio e ineficaz dos grupos de interesse locais na designação dos sítios e nos respectivos processos de tomada de decisão (ver secção 3.1).

Em particular, o processo de selecção e designação dos sítios levou frequentemente a que as considerações de natureza social e económica fossem tidas em conta apenas nas fases posteriores de implementação, originando processos que foram percepcionados, por parte dos actores locais, como carecendo de legitimidade política. Juntamente com o sentimento de exclusão dos processos de tomada de decisão, o elevado grau de incerteza relativamente às consequências da designação RN2000 também contribuiu para acumular inseguranças acerca dos efeitos da designação ao nível da sua justiça social. Estas incluíam a percepção da RN2000 como uma eventual ameaça para os estilos de vida locais, assim como para manutenção das identidades pessoais e colectivas. Ao mesmo tempo, de um ponto de vista normativo, o envolvimento dos actores locais é considerado fundamental para uma materialização efectiva das políticas de conservação. Sobretudo nos casos em que o cumprimento dos seus objectivos implicam um reajustamento das políticas de uso do solo e de práticas sociais concretas, estes aspectos necessitam ser articulados numa “teia” de processos colaborativos, capaz de envolver um conjunto muito alargado de actores, instituições e órgãos administrativos a várias escalas. Como resultado da crescente consciência desta necessidade, e mediante as dificuldades sentidas até agora, tem-se verificado um acréscimo do reconhecimento da

¹ «To protect the nature that is all around us, we must think long and hard about the nature we carry inside our heads» (Cronon, p. 22, 1996).

importância de dotar as várias estratégias de implementação com um carácter menos hierárquico de “cima-para-baixo”, no sentido de uma governação mais inclusiva, isto é, mais participada e negociada com as administrações e actores locais (ver secção 3.1).

A RN2000 constitui, ao nível da União Europeia, uma rede de áreas nas quais a manutenção de (ou o retorno a) um estado de conservação favorável de determinadas espécies e habitats adquire particular relevância para o planeamento e ordenamento ao nível local. Além de este objectivo se traduzir em orientações vertidas para planos de gestão específicos ou para os instrumentos de gestão territorial, a aprovação de acções, projectos e planos que, não sendo directamente relacionados com a gestão de uma área RN2000 a possam vir a afectar, deverá ser dependente de uma avaliação de incidências ambientais relativamente aos objectivos de conservação da área em causa. Esta avaliação, quando é relativa a determinadas tipologias de projectos, toma a forma de uma *Avaliação de Impactes Ambientais* (AIA) e, no caso de certos planos ou programas, a forma de uma *Avaliação Ambiental Estratégica* (AAE). Os procedimentos institucionais destes dois últimos instrumentos incluem obrigatoriamente uma componente de consulta pública, em que diferentes tipos de intervenientes têm a oportunidade de expressar uma opinião ou tomada de posição relativamente ao projecto, plano ou programa sob avaliação, e/ou fornecer contributos adicionais considerados relevantes para a avaliação em curso (ver secções 2.2 e 3.4).

A presente tese perspectiva-se a partir do crescente reconhecimento da importância da esfera social, discursiva e representacional para a governação ambiental no sentido de maior sustentabilidade (ver secção 3.2). Concretamente, aborda-se a implementação da RN2000 ao nível local através da exploração de uma esfera discursiva que lhe é relevante, nomeadamente a da avaliação de impactes ambientais na forma dos dois procedimentos acima referidos, em que se cruzam várias questões-chave que afectam a governação ambiental da região da Ria de Aveiro. Assim, de um ponto de vista institucional, o contexto dos discursos considerados é directamente formatado pela intersecção de três instrumentos de política ambiental introduzidos ao nível comunitário: a RN2000, a AIA e a AAE (ver secção 2.2). São os textos recolhidos no âmbito destes procedimentos que constituem o material empírico da análise proposta nesta dissertação. Assim, explorando os pareceres submetidos em consultas de procedimentos de avaliação ambiental, procura-se realizar uma primeira abordagem à dimensão discursiva da governação ambiental deste território.

1.2 Objectivos da investigação

Com vista a uma protecção da biodiversidade local mais eficaz, a presente dissertação pretende contribuir para um maior entendimento do contexto da *Zona de Protecção Especial* (ZPE) *Ria de Aveiro* através da análise de representações associadas a diversos espaços e actores. O objectivo desta análise é identificar potenciais obstáculos para a governação ambiental da Ria de Aveiro em geral e para a implementação local da RN2000 em particular. O conceito de *desenvolvimento sustentável* tem constituído uma espécie de mantra recorrente no contexto da governação actual. No entanto, como se torna evidente para quem acompanha as questões da Ria de Aveiro, o próprio significado de “sustentabilidade” para este sistema semi-natural está longe de constituir um consenso entre os actores sociais que participam na sua governação. A divergência de

visões sobre a Ria transparece particularmente quando se contemplam decisões relativamente a intervenções concretas sobre o território.

No âmbito da ZPE *Ria de Aveiro*, tal como ocorre frequentemente em habitats semi-naturais, a existência de interesses locais conflituantes parece criar dificuldades para uma governação ambiental capaz de lidar com o ecossistema de forma integrada. Para além dos obstáculos institucionais e administrativos da região (e do país), assim como da elevada complexidade das relações entre as práticas socioeconómicas e as dinâmicas de um vasto ecossistema semi-natural (ver a secção 5.1), acreditamos que a falta de acção conjunta e articulada por parte dos vários *actantes* na Ria poderá também estar relacionada com a existência de visões (e representações) contrastantes acerca dos espaços que constituem a Ria e dos respectivos significados situados de “sustentabilidade”². Com o fim de investigar esta hipótese, a aplicação deste tipo de abordagem a um conjunto de pareceres submetidos no âmbito de procedimentos de AIA e AAE pretende identificar, mapear e caracterizar algumas destas diferentes representações, incluindo a forma como estas interagem dialecticamente com os aspectos retóricos e pragmáticos dos textos. Ou seja, acreditamos que estas representações são apropriadas estrategicamente em função do impacto pragmático do texto e, por outro lado, que determinam as próprias opções de carácter retórico-argumentativo.

Com o objectivo de aprofundar o conhecimento acerca desta realidade, a nossa exploração considera as formas com que os elementos relacionados com a conservação desta zona RN2000 são representados e apropriados no discurso, e o modo como são integrados em narrativas interpretativas destes espaços. Acreditamos que a compreensão destes aspectos detém potencial para informar e melhorar a organização de processos participativos e de resolução de conflitos, promover a inclusão e a emancipação de actores marginalizados e, de forma mais geral, para uma melhoria da formulação e implementação de políticas e respectivos instrumentos que afectam directamente a governação destes espaços (ver secção 3.3). No caso de uma zona ecologicamente sensível como a Ria de Aveiro, tais instrumentos incluem, entre outros (como os de gestão territorial e os vários tipos de documentos estratégicos que a afectam³), a própria RN2000 e os procedimentos de AIA e AAE, cuja materialização ao nível local poderá ser melhorada relativamente aos aspectos atrás mencionados.

Concretamente, através da consideração dos contributos que pretendemos trazer com esta investigação, estes instrumentos poderão vir a mostrar mais sensibilidade relativamente à multiplicidade de perspectivas sobre questões e elementos que têm sido descritos e considerados de forma linear e unilateral, com base em visões do território frequentemente moldadas por critérios institucionais e administrativos, não sendo evidente que estes se devam (sempre) sobrepor a visões e sensibilidades mais particularizadas. Por outras palavras, pretende-se fornecer meios para que tais instrumentos se tornem mais contextualizados e inclusivos, apoiados por processos de tomada de

² O termo “actante” aparece aqui segundo a definição de Bruno Latour, isto é, como qualquer coisa ou pessoa capaz de ser representada, ou seja, todos os objectos discursivos e equivalentes entre si, capazes de designar uma pessoa, um animal, e outros objectos e entidades (como materiais, equipamentos e artefactos de inscrição e armazenamento de dados). Estes, da perspectiva da *Teoria Actor-Rede*, são entendidos como dotados de agência e de simetria enquanto elementos constituintes de redes (ver Latour, 1993).

³ Incluindo os planos de intervenção como próprio *Plano Estratégico da Intervenção de Requalificação e Valorização da Ria de Aveiro*, cuja AAE é considerada nesta dissertação.

decisão e instrumentos participativos que tomem mais em conta as especificidades da constelação social local. Não se quer com isso dizer que seja desejável que tais instrumentos institucionais, cuja orientação deve ser a esfera do *bem comum*, venham a ser dominados por visões e interesses particulares. A nossa intenção é antes identificar nódulos de tensão discursiva e representativa acerca do território que necessitam de mais consideração por parte das autoridades responsáveis por definir e enquadrar problemas e soluções que, devido à sua própria natureza situada e pluralística, não podem ser inteiramente *compreendidas* por perspectivas distanciadas e simplificadas como as que tendem a dominar o espaço institucional. Quando, ao nível representacional, se verificam desfasamentos substanciais entre os diferentes actores envolvidos numa determinada esfera de governação, a própria capacidade de mobilização e articulação colectiva para “gerir” um território desta natureza de forma integrada fica fortemente comprometida e aquém do que seria possível. A explícita consideração destas tensões, e sua efectiva superação através da inclusão de visões contrastantes numa governação mais partilhada e deliberada, poderá, na nossa opinião, contribuir para uma maior “sustentabilidade” da Ria de Aveiro (ver secções 3.2 e 3.3).

O tipo de análise de discurso aqui instrumentalizada, uma adaptação da *Análise Crítica do Discurso* tal como proposta por Fairclough (1989; 1992; 2002), é idealmente transdisciplinar porque pretende estabelecer ligações múltiplas entre os textos que analisa e as práticas sociais que os envolvem. Por outras palavras, uma análise discursiva deste tipo careceria de um projecto e uma equipa de investigação genuinamente multidisciplinar, capaz de articular transversalmente contributos teóricos de várias ciências sociais (como a Sociologia, a Ciência Política, o Direito, a Psicologia Social, a Geografia Humana, a História, etc.) com as ramificações da ordem social de um território como a Ria de Aveiro. Não obstante as dificuldades inerentes a um projecto de investigação individual desta natureza, pretendemos contribuir para uma primeira tentativa de mapeamento e exploração de aspectos representacionais relevantes, lançando, a partir da identificação de notáveis tensões ao nível discursivo, um conjunto de questões que possam constituir um ponto de partida para futuras investigações.

1.3 Assunções teóricas

O ser humano, enquanto sujeito discursivo, organiza o seu entendimento e experiência da realidade em termos narrativos. Na sua procura incessante de sentido, as pessoas estruturam o fluir do tempo em “passado”, “presente” e “futuro”, atribuindo relações de causalidade que possam explicar o *agora* e diminuir a incerteza do *amanhã*. Uma vez que as pessoas existem sempre num determinado *espaço-tempo* (Giddens, 1991), as suas relações com a natureza e com os seus ambientes (naturais ou não) constituem uma parte central neste processo de busca de sentido, porque enquadram a sua existência passada, presente e futura (O’Neill *et al.*, 2008). Ao mesmo tempo, a natureza, assim como as políticas em torno da mesma, ocupam necessariamente um espaço discursivo através de representações concretas que também são estruturadas em narrativas. A própria busca por um “desenvolvimento sustentável” é também um fenómeno fortemente narrativo, porque se alimenta de um passado para mudar um presente e permitir um futuro. Estas são algumas das principais premissas que alimentam a perspectiva tomada por esta dissertação que,

através da esfera discursiva da ZPE *Ria de Aveiro*, pertencente à RN2000, procura contribuir para a sustentabilidade ecológica da Ria de Aveiro, em que se incluem as respectivas comunidades humanas⁴.

A ontologia de base que informa a nossa exploração é a do *realismo crítico*. Particularmente associada ao trabalho de Bhaskar (1986), esta perspectiva defende a posição de que o mundo natural e o social diferem no facto de o segundo ser dependente da acção humana para existir, ou seja, é socialmente construído. Assim, o mundo social encontra-se pré-construído para qualquer ser humano, sendo que a sua natureza socialmente construída não impede que existam aspectos sobre os quais os seres humanos nada saibam, ou que sejam conhecidos apenas de forma limitada ou errada. Assim, a ontologia deve ser separada da epistemologia, de modo a evitar a falácia de confundir a natureza da realidade com o nosso conhecimento acerca da mesma, que é contingente, instável e parcial. Importa notar, no entanto, que esta posição não rejeita apenas o positivismo, como também o relativismo pós-modernista que considera todas as representações do mundo igualmente válidas e “boas”, procurando antes fundamentações que permitam determinar se certas representações constituem melhor conhecimento acerca do mundo do que outras (ver secção 4.1.4). De forma a delimitar o âmbito da nossa investigação, recorreremos à perspectiva do *funcionalismo estrutural*, que, de forma muito abstracta, concebe o mundo social como constituído por vários sistemas e subsistemas que se encontram dialecticamente interligados através das várias funções que desempenham⁵. Na Figura 1.1, podemos ver representados quatro sistemas principais em relação a um hipotético processo decisório com incidências ambientais (se é que existem decisões sem incidências ambientais), em que as relações sistémicas que estão primariamente sob o nosso enfoque aparecem representadas pelas setas em traço contínuo⁶. De facto, ao considerarmos os objectivos atrás mencionados, vemos que as relações que nos interessam no âmbito deste trabalho são sobretudo aquelas entre o sistema cultural e o sistema da sociedade civil, e as formas como estas se manifestam no sistema político ou de governação. Uma vez que o nosso interesse revolve sobretudo em torno dos aspectos representacionais, os outros elementos que terão influenciado, a vários níveis, as decisões concretas relativamente aos projectos contemplados, são considerados

⁴ Usamos aqui o termo “ecológico” no seu sentido mais lato, isto é, referindo-se à ecologia como um sistema de inter-relações múltiplas e complexas entre os elementos biológicos e os seus ambientes “completos”. Desde que foi introduzido por Haeckel em 1866 para designar o estudo das relações entre organismos biológicos, o termo tem sido apropriado de forma cada vez mais holística, estendendo-se à sociologia com a *Ecologia Humana* a partir do início do séc. XX e, a partir de Haugen (1972), à própria linguística. Mais recentemente, têm surgido outras apropriações metafóricas do termo como a *Ecologia dos Saberes* de Boaventura Sousa Santos (Santos, 2007).

⁵ No contexto da teorização do discurso por Fairclough, os conceitos de *estruturas e práticas sociais* podem ser vistos como elementos mediadores entre as várias funções dos sistemas do mundo social (ver a secção 4.1.5).

⁶ Neste esquema, o sistema *Cultura* corresponde às representações culturais sobre o mundo natural, incluindo o conhecimento académico e leigo ou popular acerca dos fenómenos naturais, o sistema *Sociedade Civil* refere-se aos valores atribuídos aos elementos naturais e às relações entre as estruturas sociais e o próprio ambiente, o sistema *Economia* refere-se à forma como o ambiente é conceptualizado enquanto capital ou conjunto de recursos, e o sistema *Política* refere-se à totalidade do sistema político, incluindo todo o conjunto de legislação e instrumentos políticos e procedimentos de tomada de decisão. O funcionalismo estrutural não identifica um “sistema natural” separado, o que implicaria este ser objectivamente conhecível. Neste esquema conceptual, este aparece representando através das percepções e acções dos seres humanos através de cada um dos quatro sistemas, que correspondem a diferentes formas de ver, conhecer e pensar acerca de uma determinada “decisão”.

como informação contextual mas não fazem parte do nosso objecto de análise. Assim, as relações representadas através de setas tracejadas ficam fora do âmbito directo da nossa investigação.

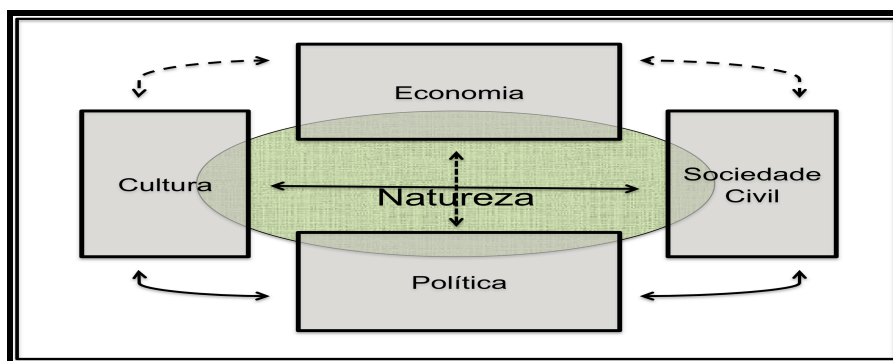


Figura 1.1 – Os quatros sistemas básicos da perspectiva do *Funcionalismo Estrutural* no contexto da governação ambiental⁷.

Tal como a interpretamos, a ACD também pode ser associada àquilo que Flyvbjerg (2001) designou de *ciência social fronética*, isto é, uma abordagem de investigação social cujo objectivo «se torna o de contribuir para aumentar a capacidade da sociedade para a deliberação racional de valores e acção», isto é, «contribuir para a racionalidade prática da nossa sociedade ao elucidar onde nos encontramos, para onde nos queremos dirigir e o que é desejável de acordo com diferentes conjuntos de valores e interesses» (Flyvbjerg, p. 167, 2001). Ao mesmo tempo, a abordagem fronética reconhece, por um lado, a importância de usar o conceito de narrativa como um mecanismo heurístico para fazer sentido da realidade (tanto pelo investigador como pelos actores que este considera) e, por outro lado, a importância de explorar qualitativamente as circunstâncias particulares de casos concretos, isto é, de desenvolver estudos-de-caso com o máximo de detalhe e conhecimento contextual que for possível sob as circunstâncias da investigação.

1.4 Metodologia geral

Um instrumento de política do ambiente como a RN2000, assim como as dificuldades que a respectiva implementação tem enfrentado, devem ser, e são, cada vez mais considerados a partir de uma ecologia interdisciplinar de perspectivas (ver secção 3.1.1). Estas dificuldades, juntamente com questões técnicas relativas à conservação, incluem também aspectos relativos ao próprio contexto de governação em que estas políticas se inserem em diferentes escalas e, mais concretamente, ao modo como têm sido tomadas decisões nas esferas sociopolíticas afectadas pela implementação da RN2000 (ver secção 3.1.2). Sobretudo no que concerne o nível local, o mais

⁷ Este modelo conceptual constitui uma adaptação daquele adoptado pelo projecto de investigação *GoverNat* acerca dos contributos de processos participativos e de ferramentas analíticas para os processos de tomada de decisão no contexto da governação multi-nível dos recursos naturais ao nível da União Europeia (ver www.governat.eu e Wesselink e Paavola (2008)). Enquanto o esquema original se referia ao contexto de um processo participativo, aqui, uma vez que poderíamos argumentar que as mesmas relações sistémicas estão sempre presentes, refere-se a um hipotético e abstracto processo de tomada de decisão, ou até, mais abstractamente, à generalidade da governação.

importante do ponto de vista da conservação, onde as implicações sociais da rede são mais concretas e, justamente, onde se tem gerado mais resistência social face à mesma, tem sido argumentado que uma governação ambiental mais inclusiva poderá contribuir para que, por um lado, as implicações da designação para as actividades humanas tenham mais legitimidade democrática ao nível local e, por outro, que sejam mais viáveis e eficazes (ver secções 3.1.3 e 3.2.1).

A investigação partiu da intenção de explorar como é que a implementação da RN2000 está a afectar os processos decisórios ao nível local. Devido ao lugar que o discurso ocupa na realidade social e, consequentemente, física (ver secções 3.2.1 e 4.1.5), a dimensão discursiva é absolutamente central para qualquer processo de tomada de decisão. Como toda a realidade social, as próprias alternativas para qualquer decisão individual ou colectiva só se podem enquadrar através do discurso, o qual não só representa o mundo como também o constitui e constrói (ver secção 4.1.3 e seguintes). Na secção 3.2, argumentámos que diferentes posicionamentos perante decisões com implicações territoriais têm uma relação dialéctica com as formas como determinados espaços e ambientes são representados. Uma vez que uma das maiores dificuldades da implementação da RN2000 tem a ver com a complexa articulação de interesses e actividades, defendemos a importância de abordar a RN2000 através do discurso de forma a justamente explorar diferenças representacionais que estejam a constituir um obstáculo para a sua governação ambiental.

Dado que os procedimentos de consulta pública constituem componentes da esfera pública particularmente abertas para posicionamentos com diversos tipos de proveniência, o conteúdo das participações escritas parece-nos uma fonte de textos particularmente fértil para a exploração da diferença social e representacional. Adicionalmente, apesar do ideal de participação geralmente defendido para melhorar a governação ambiental ser mais ambicioso do que os tipos de processos participativos que têm sido efectivamente adoptados, a crescente ênfase em melhorar a tomada de decisão pública através da dimensão da *inclusão* parece-nos também uma razão importante para abordar a RN2000 através da participação pública (ver secção 3.1).

Ao mesmo tempo, uma das esferas importantes para a tomada de decisão pública em matéria de governação ambiental é a aplicação de procedimentos de avaliação ambiental, uma componente essencial para a aprovação de projectos e, mais recentemente, programas ou planos — elementos que têm particular relevância ambiental no âmbito de áreas RN2000 (ver secções 2.2 e 3.4.1). Além disso, no caso da AIA e da AAE, as respectivas componentes de consulta pública constituem uma das escassas oportunidades de participação pública na governação ambiental em Portugal. Estas diferentes razões fizeram com que optássemos por procurar conduzir uma exploração discursiva relevante para a RN2000 através da componente de consulta de procedimentos de avaliação ambiental. Pelas razões apresentadas na secção 4.2.3.a, optámos por explorar o caso da Ria de Aveiro. Desta exploração, espera-se uma primeira abordagem à dimensão discursiva da governação ambiental deste território que, sobretudo enquanto ponto de partida para futuras investigações, possa dar origem a melhoramentos nas práticas sociais que a constituem.

A dissertação é constituída por oito capítulos. A estrutura e a forma como os seus conteúdos se encontram articulados pretendem reflectir a abordagem metodológica adoptada pela dissertação, ilustrada de forma esquemática na Figura 1.2.

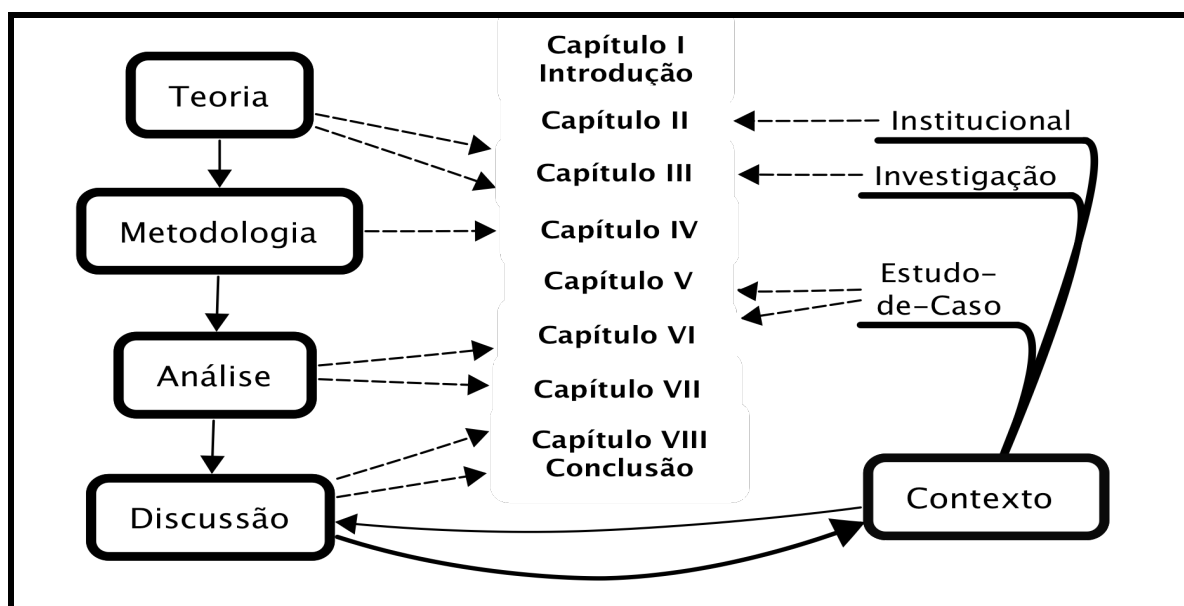


Figura 1.2 – A lógica metodológica geral da dissertação.

A dissertação começa por descrever o funcionamento dos principais instrumentos de política de ambiente que a investigação intersecciona (secções 2.1 e 2.3). É então feito um enquadramento da investigação em que se vertem considerações acerca da implementação e aplicação destes instrumentos a partir de um amplo leque de contributos bibliográficos (secções 3.1 e 3.4). Aqui pretendem-se identificar problemas relevantes ao nível da implementação dos anteriores e necessidades específicas de investigação. Paralelamente, desenvolve-se a perspectiva teórica adoptada no sentido de reforçar a abordagem da investigação quanto à sua justificação e objectivos pretendidos (secções 3.2 e 3.3). Parte-se então para uma exposição das concepções teóricas que informam a análise discursiva (secção 4.1), assim como a descrição e justificação das opções metodológicas relativamente à análise (secção 4.2 em geral e, em particular, a secção 4.2.1).

Para construir o objecto da análise, foram seleccionados seis processos de avaliação ambiental (ver secção 4.2.3.b). Cada um dos seis processos seleccionados, cinco AIA e uma AAE, correspondem a projectos e intervenções com as suas próprias especificidades no contexto da Ria de Aveiro e da investigação: o *Projecto de Desenvolvimento Agrícola do Baixo Vouga Lagunar*, a *Requalificação da Pista de Remo de Aveiro*, o *Projecto da Marina da Barra*, a *Intervenção na Zona da Barra de Aveiro com Dragagem e Reforço do Cordão Dunar*, a *Reconfiguração da Barra do Porto de Aveiro* e o *Programa Polis Litoral Ria de Aveiro* (ver Anexo 3). A partir dos pareceres enviados no âmbito das respectivas consultas (ver secções 4.2.3.c e 5.2), construímos um acervo de textos (i.e. um *corpus*) o qual constituiu o nosso material empírico.

Apesar de se instrumentalizar seis processos de avaliação ambiental relativos aos projectos referidos para construir o *corpus*, não os consideramos como um conjunto de estudos-de-caso separados. De facto, o estudo-de-caso da presente investigação é a Ria de Aveiro e, em termos mais concretos, o seu espaço discursivo (ver secção 4.2.3). Uma das principais estratégias para superar as dificuldades atrás referidas, é, tanto quanto possível, fornecer informação contextual para apoiar e articular a análise textual com as circunstâncias sociais do contexto situacional (secções

4.2.4 e 4.2.5). Na Figura 1.2, é evidente a importância que o contexto detém para a abordagem adoptada. O Capítulo V é exclusivamente dedicado à descrição do estudo-de-caso. No entanto, outras componentes da dissertação lidam directamente com aspectos distintos do contexto, nomeadamente o Capítulo II, a secção 6.2 e todos os anexos que acompanham esta dissertação, pretendendo, com todas as suas limitações, enquadrar o entendimento e a explicação dos textos analisados. Note-se ainda, no esquema acima, como o contexto, depois de contribuir para desenvolver as diferentes componentes da investigação, deve, idealmente, também ele próprio ser alimentado pelos contributos da dissertação.

É então desenvolvida uma discussão (secções 7.1 e 7.2) acerca das implicações que retiramos da articulação entre a revisão bibliográfica, a consideração do contexto e a análise proposta. Embora num sentido diferenciado, uma vez que já não lida com a análise directa do *corpus*, esta componente da discussão também deve ser considerada parte da análise num sentido mais lato (ver secção 4.2.5). Finalmente, a dissertação recapitula o caminho percorrido pela investigação (secção 8.1), elenca linhas de investigação sugeridas ao longo da exploração (8.2) e culmina com um conjunto de recomendações.

1.5 Estrutura da dissertação

A presente dissertação é constituída pelos oito capítulos elencados no *Índice Geral* e é acompanhada por nove anexos, os quais não só contribuem para complementar a informação contextual, como também proporcionam acesso aos próprios textos analisados e referidos ao longo da exploração proposta (ver *Índice Geral*).

O Capítulo II, “Enquadramento Institucional” apresenta os mecanismos e instrumentos políticos e institucionais que consideramos mais relevantes para os capítulos seguintes. Estes elementos dividem-se fundamentalmente em duas áreas distintas, aquela da RN2000 e a da avaliação de impactes ambientais, as quais se entrecruzam tanto ao nível das *práticas sociais* em que se manifestam — isto é, nas práticas relativas à governação ambiental das áreas que constituem a rede —, como na delimitação do nosso objecto de investigação. Descreveremos o processo de implementação da RN2000, a um nível institucional e legislativo, destacando os principais meios através dos quais as directivas comunitárias que a instituem pretendem proteger as espécies e habitats ao seu abrigo, finalizando a primeira parte do capítulo com uma descrição geral do seu estado de implementação em Portugal. A segunda parte introduzirá os procedimentos de *Avaliação de Impacte Ambiental* e de *Avaliação Ambiental Estratégica*, dando especial atenção aos aspectos que dizem respeito à recolha de opiniões externas às autoridades responsáveis por estes procedimentos (isto é, a *Consulta Institucional* e a *Consulta Pública*). Aproveitaremos para fornecer uma visão geral sobre o panorama nacional da aplicação da *Avaliação de Impacte Ambiental* relativamente à tipologia de projectos submetidos, ao tipo de desfecho deste procedimento e ao perfil de participação na respectiva componente de consulta pública.

O Capítulo III, “Enquadramento da Investigação” delimita o âmbito da investigação através de uma síntese de contributos acerca das áreas por onde esta se move, sendo alguns dos elementos descritos pelo capítulo anterior aqui retomados e problematizados a partir de uma revisão bibliográfica. Em primeiro lugar, reúne um conjunto de contributos e perspectivas sobre a RN2000

e as políticas de conservação da biodiversidade, enunciando dimensões que têm sido exploradas por diversas linhas de investigação com o intuito de dar resposta aos problemas sentidos ao longo da sua implementação. Em segundo lugar, este capítulo procura enquadrar e justificar a abordagem proposta nesta dissertação à luz de determinadas premissas e conceitos-chave. Neste contexto, procuramos justificar a relevância de abordagens ao discurso no contexto do desenvolvimento de esforços para a protecção da biodiversidade. Numa terceira parte, são feitas considerações específicas acerca da nossa proposta de análise de discurso no âmbito da RN2000, nomeadamente em torno do significado da expressão “crítica” na designação de *Análise Crítica do Discurso*, assim como dos contributos e potencial que, na nossa opinião, a mesma poderá trazer para a conservação da natureza e para uma governação mais sustentável. Finalmente, no seguimento desta contextualização teórica, sintetizamos aspectos relevantes da bibliografia acerca da prática dos procedimentos de AIA/AAE e, em especial, das suas componentes de consulta pública, prestando particular atenção aos moldes em que os seus objectivos e a sua relação com o respectivo contexto decisório são considerados.

O Capítulo IV, “Descrição Teórica e Metodológica”, apresentará, numa primeira parte, os fundamentos teóricos da análise adoptada, em que procuraremos dar conta das principais correntes teóricas e conceitos-chave que, por um lado, animam a perspectiva da ACD nas linhas gerais em que Norman Fairclough a tem proposto e, por outro, caracterizam a nossa adaptação específica da abordagem. Assim, vários conceitos que nos serão centrais ao longo da análise e da respectiva interpretação serão aqui apresentados, clarificados e interligados, ao mesmo tempo que se estabelecerão elos entre a conceptualização do discurso subjacente a esta abordagem e as implicações metodológicas para a forma como a análise e o respectivo objecto são construídos e trabalhados. Na segunda parte do capítulo, serão apresentadas e justificadas as opções metodológicas que subjazem à análise proposta na investigação em geral e no Capítulo VI em particular. Neste âmbito, faremos uma descrição e uma justificação dos critérios usados para a selecção do nosso estudo-de-caso e da construção do *corpus* linguístico, assim como dos critérios e opções tomadas na análise proposta. Devido à forte inter-referenciação entre os Capítulos IV e VI, a leitura do primeiro deverá, idealmente, apoiar a do segundo.

Procuraremos, no Capítulo V, “Descrição do Contexto do Estudo-de-Caso”, contextualizar o nosso estudo-de-caso, a ZPE Ria de Aveiro, destacando os aspectos mais relevantes para a investigação desenvolvida. Assim, a primeira parte fará uma breve caracterização física e socioeconómica da Ria de Aveiro e da sua envolvente, considerando os principais problemas ambientais, a sua evolução ao nível administrativo e do planeamento, alguns obstáculos para uma gestão mais integrada deste território, uma narrativa sobre a génese da configuração moderna da Ria de Aveiro e uma breve descrição estatística da aplicação de AIA nos municípios que a envolvem. A segunda parte contextualizará o nosso *corpus* relativamente ao perfil de participação das consultas, sendo apresentada também uma síntese do conteúdo dos pareceres recolhidos na consulta pública. Complementarmente a este capítulo, o Anexo 3 contém informação contextual acerca dos projectos (e programa) submetidos a avaliação ambiental.

O Capítulo VI, “Uma Análise Discursiva”, proporá a descrição e análise de um conjunto de elementos a partir dos quais se pretende discutir a implementação da RN2000 no contexto do espaço discursivo da Ria de Aveiro. A secção 6.1 expõe a estrutura do *corpus* e indexa os pareceres

individuais de forma a estes serem facilmente localizáveis no *corpus*. A secção 6.2 propõe caracterizar o género textual dos pareceres, relevante para a consideração das dinâmicas sócio-discursivas em que simultaneamente se inserem e estabelecem. A secção 6.3 pretende averiguar a distribuição das referências à RN2000 entre os diferentes projectos submetidos a avaliação ambiental, entre os pareceres de vários tipos de actores, e ainda estabelecer relações entre esta distribuição e a de outras referências à conservação. A secção 6.4 sintetiza as principais funções discursivas da invocação da RN2000. Finalmente, a secção 6.5 aborda preliminarmente representações e narrativas associadas a determinados espaços e elementos tidos pelos discursos como centrais para a conservação da natureza e para a sustentabilidade da Ria, a sua relação com a argumentação, e algumas variações representacionais que se verificam entre os intervenientes.

O Capítulo VII, “Discussão da Análise” pretende fazer a integração entre o enquadramento proposto no Capítulo III, alguns aspectos relacionados com o contexto da Ria de Aveiro considerados no Capítulo V e a análise apresentada no Capítulo VI. Sobretudo com base nos referidos capítulos, pretende-se desenvolver uma reflexão sobre as eventuais implicações do cruzamento destes elementos para a realidade concreta da governação ambiental da Ria de Aveiro, incluindo a protecção da biodiversidade e da implementação da RN2000. Em primeiro lugar reconsideramos e complementamos a análise no sentido de identificarmos temas que nos parecem particularmente relevantes no discurso dos intervenientes destas consultas, os quais podem ser interpretados como fazendo parte de uma complexa rede de inter-relações. Em segundo lugar, procuraremos especular sobre as implicações desta rede de associações, particularmente evidente no discurso de um grupo específico de actores, para alguns aspectos da governação ambiental da Ria de Aveiro e da implementação local da RN2000.

O Capítulo VIII, “Conclusões e Recomendações”, sintetiza o caminho percorrido ao longo do desenvolvimento da dissertação e as suas principais conclusões. Depois de uma secção em que se discutem caminhos abertos por esta dissertação, incluindo linhas de investigação sugeridas ao longo da exploração, esta síntese culmina com um elenco de recomendações relativas tanto a investigações futuras que prossigam a partir dos contributos desta dissertação, como à própria governação da Ria de Aveiro no sentido daquilo que nos parece ser um rumo mais compatível com os objectivos da sua designação enquanto área RN2000. Secundariamente, tecem-se algumas considerações acerca de outros aspectos como a avaliação de impactes ambientais, questões relacionadas com a participação e a consulta pública e, ainda, com a elaboração de planos, projectos e programas num contexto de governação para a sustentabilidade. Esta reflexão pretende apontar para formas como os elementos explorados podem servir para melhorar a governação ambiental da Ria de Aveiro, incluindo os procedimentos apenas mencionados em relação à gestão da ZPE e o cumprimento dos seus objectivos.

Capítulo II

Enquadramento Institucional

| | |
|---|-----------|
| Introdução | 33 |
| 2.1 Um retrato da <i>Rede Natura 2000</i> | 34 |
| 2.1.1 Uma introdução geral às políticas de conservação | 34 |
| 2.1.2 A <i>Rede Natura 2000</i> e as políticas de conservação no contexto da legislação ambiental comunitária | 36 |
| 2.1.3 Um breve retrato do desenho e do processo de implementação da <i>Rede Natura 2000</i> | 41 |
| 2.1.4 A protecção da Natureza na <i>Rede Natura 2000</i> | 44 |
| 2.1.5 A implementação da <i>Rede Natura 2000</i> em Portugal | 48 |
| 2.2 A avaliação de impactes ambientais em áreas <i>Rede Natura 2000</i> | 52 |
| 2.2.1 Introdução | 52 |
| 2.2.2 A <i>Análise de Incidências Ambientais</i> | 53 |
| 2.2.3 A <i>Avaliação de Impacte Ambiental</i> (AIA) | 53 |
| 2.2.4 A <i>Avaliação Ambiental Estratégica</i> (AAE) | 59 |
| Conclusão | 62 |

«Importa ainda face ao risco potencial na fase de construção das acções de desassoreamento, identificado no Relatório, que os planos de desassoreamento e as acções de dragagens a efectuar sejam sujeitos a procedimentos de AIA de forma a garantir a salvaguarda dos valores da Rede Natura 2000.»
ICNB F1, l. 41-43

Introdução

Pretendendo contribuir para a contextualização da presente dissertação, este capítulo apresenta os mecanismos e instrumentos políticos e institucionais que consideramos mais relevantes para os capítulos seguintes. Estes elementos dividem-se fundamentalmente em duas áreas distintas, aquela da *Rede Natura 2000* (a partir daqui RN2000) e a da avaliação de impactes ambientais, as quais se entrecruzam tanto ao nível das *práticas sociais* em que se manifestam — isto é, nas práticas relativas à governação ambiental das áreas que constituem a rede —, como ao nível da nossa perspectiva analítica e consequente delimitação do nosso objecto de investigação. Por ora, estes instrumentos serão descritos de um ponto de vista legal e institucional, ou seja, relativamente à forma como o seu funcionamento e implementação se encontram previstos e organizados.

Assim, numa primeira parte, tentaremos situar a RN2000 no contexto das políticas de conservação da natureza a nível global e, mais concretamente, na evolução das políticas ambientais da União Europeia. Descreveremos o seu processo de implementação, a um nível institucional e legislativo, destacando os principais meios através dos quais as directivas comunitárias que instituem a RN2000 pretendem proteger as espécies e habitats ao seu abrigo, finalizando a primeira parte do capítulo com uma descrição geral do seu estado de implementação em Portugal.

A segunda parte, complementada pelo Anexo 1, introduzirá os procedimentos de *Avaliação de Impacte Ambiental* e de *Avaliação Ambiental Estratégica*, dando especial atenção aos aspectos que dizem respeito à recolha de opiniões externas às autoridades responsáveis por estes procedimentos (isto é, a *Consulta Institucional* e a *Consulta Pública*). Aproveitaremos para fornecer uma visão geral sobre o panorama nacional da aplicação da *Avaliação de Impacte Ambiental* relativamente à tipologia de projectos submetidos, ao tipo de desfecho deste procedimento e ao perfil de participação na respectiva componente de consulta pública. Concluimos o capítulo com um mapeamento das relações entre os documentos centrais para o âmbito legal da nossa investigação, uma parte essencial da “paisagem discursiva” das consultas dos procedimentos de avaliação de impactes em RN2000.

2.1 Um retrato da *Rede Natura 2000*

2.1.1 Uma introdução geral às políticas de conservação

Ao longo das últimas décadas, o desenvolvimento das civilizações humanas tem sido associado a um rápido declínio dos níveis de biodiversidade, i.e., tanto na variedade, como na extensão dos sistemas naturais. Esta tendência tem sido cada vez mais considerada pelas sociedades humanas como uma fonte de preocupação, motivada por razões que, por sua vez, são enquadradas por mundivisões e modelos éticos distintos (ver O' Neill *et al.*, 2008).

A criação de zonas com limitações ao nível do uso do solo para efeitos de conservação tem uma longa história no seio das civilizações humanas, remontando mesmo à Antiguidade. Até à contemporaneidade, tais limitações têm estado associadas sobretudo à preservação de recursos cinegéticos ou de determinados lugares, cujo valor histórico, simbólico ou estético atingia suficiente centralidade cultural. A partir do final do séc. XIX, como uma reacção à Revolução Industrial, às rápidas e grandes mudanças dos usos do solo e ao aumento exponencial do consumo de recursos, começou-se a instituir áreas protegidas com outras motivações. Estas eram enquadradas por uma concepção romântica da Natureza e do selvagem e, ao mesmo tempo, da valorização da contemplação da mesma pelo homem moderno, cada vez mais percebido como alienado por um mundo crescentemente humanizado e urbanizado. Neste âmbito, foi emblemático, enquanto primeiro parque nacional do mundo, o *Parque Nacional de Yellowstone*, criado em 1872 na sequência da criação do *Parque Estatal de Yosemite* em 1864 e da *Reserva Nacional de Hot Springs* em 1832. Na viragem do século, existiam já cerca de 50 áreas protegidas no mundo. Este tipo de modelo de área protegida, predominante até aos anos 70 do séc. XX, pautava-se pela interdição de intervenção ou habitação humana, com excepção das zonas limítrofes, as chamadas zonas *tampão* ou de *transição* (Kalamandeen e Gillson, 2007).

Sobretudo a partir dos anos 60 e 70, uma poderosa combinação de, por um lado, o rápido aumento de uma consciência ecológica — causado por catástrofes ambientais que se tornaram emblemáticas, como o caso *Seveso* ou o derrame do petroleiro *Torrey Canyon* — e, por outro, as tensões sociais que marcaram a época, criou suficiente pressão social no mundo ocidental para uma acção institucional mais empenhada em proteger o ambiente em geral, incluindo a diversidade biológica. Neste processo, foram surgindo grupos e organizações não-governamentais como a *Greenpeace* e partidos políticos ambientalistas. Gradualmente, a resposta institucional foi-se traduzindo num conjunto crescente de políticas ambientais, que incluíam também abordagens mais sistemáticas em relação à conservação (Durante *et al.*, 2004).

Em retrospectiva, observa-se, ao longo dos últimos 100 anos, um desenvolvimento dos paradigmas de conservação dominantes, desde uma concepção da conservação baseada num ideal romântico da natureza pristina, até ao paradigma, hoje em dia hegemónico, baseado na gestão ao nível dos ecossistemas (Kalamandeen & Gillson, 2007). Cada vez mais, e em diferentes graus de acordo com variáveis sociais e geográficas, os sistemas sociais e tecnológicos são entendidos como estando numa relação dialéctica com os processos naturais do ambiente biogeoquímico, podendo então falar-se de sistemas sócio-ecológicos que incluem combinações específicas de diversidade cultural e biológica (Young *et al.*, 2006). Esta mudança de perspectiva tem sido acompanhada por desenvolvimentos específicos relativos às premissas das teorias biológicas, às formas em que a

natureza é culturalmente (e filosoficamente) compreendida e ao modo como os próprios sistemas políticos e os processos de tomada de decisão estão a ser concebidos nos contextos modernos de governação (ver Durante *et al.*, 2004 e Engelen *et al.*, 2008).

Ao longo do tempo, as iniciativas concretas de conservação têm assumido uma miríade de formas variáveis consoante os contextos internacionais, nacionais e locais, sendo de destacar aquelas com implicações espaciais, nomeadamente no que diz respeito à gestão territorial e à diferenciação dos usos do solo. Simultaneamente, este processo político tem estado relacionado com o surgimento de uma complexa rede de organizações e iniciativas provenientes da sociedade civil.

Ao mesmo tempo que planos nacionais de acção de biodiversidade se têm vindo a materializar um pouco por todo o mundo, vários acordos, convenções e protocolos em torno da biodiversidade têm sido adoptados internacionalmente. Entre estes, têm lugar central a *Convenção Ramsar*, a *Convenção de Berna*, a *Convenção de Bona* e, em particular, a *Convenção das Nações Unidas sobre a Diversidade Biológica* (CDB), aberta para assinatura na *Cimeira da Terra*, no Rio de Janeiro em 1992, considerada o evento mais crucial da era moderna das políticas ambientais (Hey, 2005)⁸. Contudo, apesar do impressionante número de governos aderentes a estes acordos, não se tem constatado uma adesão correspondente ao nível da sua implementação prática. Muito pelo contrário, confrontados com elevados níveis de falta de desenvolvimento socioeconómico, a grande maioria das partes aderentes não tem, sobretudo por falta de meios e capacidade estrutural, conseguido fazer progressos significativos no campo do desenvolvimento sustentável e da conservação (Durante *et al.*, 2004).

Ao nível da União Europeia (UE), é com a adopção da *Directiva Aves* (79/409/EEC) e da *Directiva Habitats* (92/43/EEC), e da respectiva RN2000, que a conservação de habitats, fauna e flora selvagem se torna um objectivo essencial da política ambiental comunitária. No entanto, ainda que mais bem sucedidas devido à relativa prosperidade da UE, as respectivas políticas de conservação (e em geral do ambiente) têm sofrido um défice de implementação notável (ver secções seguintes e Wurzel, 2008). Como descreveremos na secção seguinte, particularmente com o programa *Countdown 2010*⁹ e a *Mensagem de Malahide*¹⁰, o fim da última década foi palco de uma renovada e intensificada pressão institucional e social para travar a perda de biodiversidade,

⁸ A *Convenção Ramsar* foi adoptada na cidade iraniana de Ramsar, em 1971, tendo entrado em vigor em 1975. Centrando-se na conservação e no uso sustentável de todas as zonas húmidas, é o único acordo ambiental global relativo a um tipo particular de ecossistema. Até agora, desde as 18 nações inicialmente signatárias, o Tratado foi assinado por 162 partes. A *Convenção de Berna*, sobre a *Vida Selvagem e os Habitats Naturais na Europa*, foi assinada em 1979 (em vigor a partir de 1982), incluindo 44 países signatários, cuja maioria pertence ao Conselho da Europa. A *Convenção de Bona*, com o nome de *Convenção Sobre a Conservação de Espécies Migradoras da Fauna Selvagem*, igualmente criada em 1979 (em vigor a partir de 1983), foi, até agora, assinada por 117 partes. A *Convenção sobre a Diversidade Biológica*, de longe o mais importante destes acordos, foi até agora adoptada por 193 partes.

⁹ Como parte do plano estratégico da CBD, a meta de 2010 para a biodiversidade foi primeiramente adoptada pelos governos da EU na Cimeira de Gotemburgo em Junho de 2001. Em 2010, dado o claro fracasso da meta inicialmente proposta, surgiram as novas metas de 2020, para travar a extinção de espécies e habitats, e a de 2050, ano em que os ecossistemas deverão estar adequadamente protegidos e restaurados, de modo a impedir futuras perdas.

¹⁰ Em 2004, a presidência irlandesa da UE organizou uma conferência sobre a meta de 2010, da qual resultou um detalhado plano de acção com o nome *Mensagem de Malahide*. Ao mesmo tempo, uma série de organizações associaram-se para criar a iniciativa *Countdown 2010* para promover o progresso nesse sentido.

em que se foi deslocando a ênfase da criação de novos acordos e legislação para a implementação propriamente dita do conjunto de instrumentos de políticas ambientais já existentes.

Esta tendência é especialmente relevante para a RN2000 e para as respectivas directivas, que, no seu conjunto, constituem o mais importante instrumento legislativo para a protecção da biodiversidade dentro do território da UE. Devido aos atrasos e fracassos dos Estados-Membros em implementar a *Directiva Habitats* e a *Directiva Aves*, que têm respectivamente mais de 15 e de 25 anos, a rede tem ainda um longo caminho a percorrer antes de poder ser considerada completamente operacional e efectiva. Os atrasos que se verificaram na selecção e na validação das zonas RN2000, assim como a ausência de medidas de gestão e conservação, têm tido um efeito nefasto sobre os respectivos habitats e espécies, potencialmente frustrando, de forma permanente ou duradoura, os objectivos de conservação das respectivas directivas (COM, 2009). Assim, considera-se uma necessidade urgente deslocar o foco da designação de áreas de conservação (a qual, no âmbito dos parâmetros estipulados pelas directivas, está mais ou menos completa) para a gestão e conservação propriamente ditas (ver secção 3.1.2).

2.1.2 A Rede Natura 2000 e as políticas de conservação no contexto da legislação ambiental comunitária

Antes de abordarmos a forma como o funcionamento da RN2000 está previsto, faremos um pequena incursão sobre o contexto da política ambiental comunitária em que surgiram as respectivas directivas. Ao descrever a evolução das políticas ambientais na UE, Wurzel distingue quatro fases distintas: (i) 1958–72: *A Fase Incidental*, (ii) 1972–87: *A Fase Adolescente*, (iii) 1987–92: *A Fase Madura* e (iv) 1992–20??: *A Fase de Defesa e Reorientação* (Wurzel, 2008).

O início da *Fase Madura*, 1987, é marcado pela introdução do *Acto Único Europeu*, o qual introduziu disposições explicitamente ambientais ao nível do *Tratado*. Até aí, o funcionamento do mercado interno constituía a justificação mais importante para a introdução de normas ambientais e para um gradual envolvimento da UE na política ambiental¹¹. Sobretudo com base legal nas disposições do mercado interno (especialmente o Art. 100.º do *Tratado de Roma*¹²) e na doutrina de poderes implicados, já antes de 1987 tinham sido introduzidas mais de 100 medidas comunitárias legalmente vinculativas no âmbito das políticas ambientais. Estas diziam maioritariamente respeito a questões relacionadas com a poluição, não afectando, por isso, directamente a conservação, a qual não era considerada como tendo um impacte directo no funcionamento do Mercado Comum.

O primeiro ponto de viragem veio em 1972, quando o Conselho Europeu adoptou uma declaração em que se assumia que, em vez de ser um fim em si mesmo, a expansão económica deve servir a Humanidade, isto é, deve traduzir-se no aumento da qualidade de vida, na

¹¹ Quatro razões principais justificam a necessidade de uma política ambiental comum relativamente ao funcionamento do Mercado Comum: i) o ambiente não é circunscrito por fronteiras políticas ou administrativas; ii) uma protecção ambiental efectiva requer a adopção de normas acerca das características técnicas, nomeadamente a composição ou a qualidade de produtos potencialmente poluidores; iii) dentro da UE, as instalações de produção e criação de serviços têm liberdade de estabelecimento; iv) um dos principais objectivos da UE é garantir a liberdade de competição entre agentes económicos (para mais detalhes sobre estes aspectos, cf. Canotilho, 1998).

¹² O Art. 100.º conferia ao Conselho o poder de adoptar directivas para harmonizar as leis nacionais de forma a remover distorções à competição e barreiras ao comércio dentro do Mercado Comum.

consideração dos valores imateriais e na protecção do ambiente. Esta declaração resultou na elaboração do *1º Programa de Acção Ambiental*, adoptado em 1973, delineando os principais princípios políticos e as prioridades ambientais a meio prazo o que, mesmo não sendo politicamente vinculativo, aumentou a legitimidade da Comunidade para “interferir” na esfera ambiental.

Nos anos seguintes ao *1º Programa de Acção Ambiental*, e particularmente pela Alemanha e Reino Unido, a política ambiental comunitária foi criticada por não se basear num enquadramento legal claro (MEP, 2008). Como reacção, após uma Conferência Inter-Governamental, em 1986, para reformar o *Tratado*, o *Acto Único Europeu* de 1987 introduziu um novo “Título Ambiente” (Artigos 130r-t), dando, pela primeira vez, uma fundação legal explícita à política ambiental comunitária¹³.

Antes de 1987, além das já mencionadas medidas adoptadas através do Art. 100.º, a Comunidade conseguiu introduzir algumas medidas ambientais sem influência directa sobre o Mercado Comum, possibilitadas por uma leitura estratégica das declarações do Preâmbulo e do Art. 2.º do *Tratado de Roma* acerca dos objectivos essenciais da Comunidade (Canotilho, 1998). A consideração do ambiente como um dos factores centrais para a qualidade de vida permitiu a principal excepção durante a *Fase Adolescente*, i.e., a *Directiva Aves*, aprovada em 1979¹⁴. Baseada na doutrina dos poderes implicados, surgiu como resposta ao amplo coro de protestos, sobretudo nos países da Europa do Norte, contra o rápido declínio de espécies de aves migradoras. Apesar da relutância de alguns Estados-Membros (nomeadamente a França e a Itália) em relação a algumas obrigações da directiva, o texto foi aprovado por unanimidade, como aliás era necessário com toda a legislação ambiental antes de 1987. No mesmo ano, foram adoptadas as Convenções de Berna e de Bona, o que sublinha a importância crescente das políticas de conservação ao nível internacional durante a *Fase Adolescente* (Wurzel, 2008).

A seguir à *Fase Madura*, caracterizada pelas mudanças acima referidas e, ao mesmo tempo, pelo reconhecimento crescente de um sério défice de implementação das políticas ambientais, o ano de 1992 marcou o início da *Fase de Defesa e Reorientação* ao introduzir um terceiro ponto de viragem no desenvolvimento da política ambiental comunitária. Embora a primeira metade de 1992 possa ser descrita como um período de grande optimismo e activismo ambiental, o qual culminou na *Cimeira da Terra* — e apesar do forte e positivo impacto que esta teve sobre as políticas ambientais de todo o mundo —, ao nível da UE, o período que veio imediatamente a seguir pode ser caracterizado como o início de um ciclo descendente nas políticas ambientais (Hey, 2005; Wurzel, 2008). A orientação estratégica formulada no *5.º Programa de Acção Ambiental* (1992-99) deu continuidade à tendência do *Programa de Acção Ambiental* anterior (1987-92), ou seja, à promoção de instrumentos indirectos de mercado não-regulatórios como incentivos fiscais ou instrumentos voluntários, à declaração do “desenvolvimento sustentável” como o objectivo global da política comunitária e a uma abordagem mais sectorial às estratégias para reduzir a poluição. O

¹³ Ao mesmo tempo, o *Acto Único Europeu* introduziu a votação por maioria qualificada e o procedimento de decisão por cooperação, o que alargou os poderes do Parlamento Europeu, considerado tradicionalmente como uma instituição mais “verde” do que o Conselho.

¹⁴ As directivas constituem, de longe, a forma mais importante de legislação ambiental comunitária. Uma directiva é concebida para definir as normas, os limites e os objectivos que devem ser cumpridos pelos Estados-Membros, mas sem estipular mecanismos precisos para os alcançar.

5.º *Programa de Acção Ambiental* incluía um ambicioso projecto piloto para uma taxa de CO₂/energia, o qual se deparou com muita resistência por parte de alguns Estados-Membros, tendo sido enfraquecido por dois anos de negociações e ficado finalmente reduzido a um mero imposto comunitário em 1994 (Hey, 2005)¹⁵. A controvérsia deste período centrava-se sobretudo na questão do princípio da subsidiaridade e das reivindicações para re-nacionalizar as políticas ambientais, de modo a reduzir as regulações que pudessem ser demasiado dispendiosas para o sector industrial.

Foi neste ponto de viragem que a *Directiva Habitats* foi adoptada, no culminar de uma onda de ambientalismo que vinha a crescer desde o final dos anos 80 (a directiva tinha sido proposta pela Comissão em 1988), mas também no limiar de um declínio considerável do entusiasmo ambientalista por parte dos governos nacionais, um dos factores que estará na origem das dificuldades iniciais de implementação. Desde então, como uma reacção às resistências que a mudança de um paradigma de *orientação comercial* para um de *sustentabilidade*¹⁶ estava a causar, as abordagens começaram a favorecer a ênfase nos requerimentos processuais, directivas-quadro, acordos voluntários e ferramentas de informação e gestão auto-reguladoras, todos instrumentos mais orientados para o consenso e para a cooperação. Sendo menos substantivos, pretendiam permitir mais flexibilidade e espaço de manobra aos Estados-Membros. Ao mesmo tempo, como resposta ao crescente reconhecimento do sério défice de implementação de muitas das políticas ambientais, o Tribunal Europeu de Justiça começou, a partir do final dos anos 80, a ser usado pela Comissão para forçar o seu cumprimento pelos Estados-Membros (Wurzel, 2008). Em relação às *Directivas Aves e Habitats*, todos os Estados-Membros foram já ameaçados com acção legal pelo Tribunal Europeu de Justiça por atrasos ou incorrecções na sua implementação.

A sustentabilidade voltou a uma posição cimeira na agenda da UE quando foi reforçada como um objectivo da Comunidade no *Tratado de Amesterdão* de 1997, o qual deu novo ímpeto à integração de considerações ambientais e de sustentabilidade em todas as políticas comunitárias. A integração das políticas ambientais e o conceito de “desenvolvimento sustentável” tornaram-se elementos chave de uma complexa arquitectura de documentos estratégicos. Segundo Hey (2005), o final dos anos 90 foi caracterizado por uma mistura de abordagens diferentes (e, por vezes, contraditórias) às políticas ambientais. As abordagens desreguladoras contrastavam profundamente com a nova vaga de legislação ambiental que marcou o período, dando origem a uma expansão reguladora relativa tanto a questões técnicas como políticas. Esta incluía peças importantes de legislação como a *Directiva-Quadro da Gestão e Qualidade do Ar Ambiente* (96/62), a *Directiva-Quadro da Água* (2000/60), a *Directiva de Avaliação Estratégica de Impacte Ambiental* (2001/42), a *Directiva de Responsabilidade Ambiental* (2004/35), a *Directiva de Emissão de CO₂* (2003/87) e a *Convenção Aarhus* (1998) e respectiva legislação (Directivas 2003/4, 2003/35 e a proposta da *Directiva COM* 2003/624).

Adoptando uma abordagem bem mais cautelosa, o 6.º *Programa de Acção Ambiental* (2002-2012) evitou estipular metas e instrumentos concretos. Em vez disso, concentra-se nos “problemas ambientais persistentes” e nas “estratégias temáticas”, formulando um quadro de princípios e

¹⁵ O mesmo processo tipo de impasse ocorreu com a diluição dos objectivos originais da *Directiva das Embalagens* em 1994, com os atrasos relativos à *Directiva da Avaliação Ambiental Estratégica* e com os progressos na taxação ambiental para além do sector energético (como o dos transportes) (Hey, 2005).

¹⁶ Segundo os termos de Wurzel (2008).

objectivos gerais, o que pode ser visto como uma tentativa de adiar decisões políticas controversas para fases posteriores, ou mesmo de as evitar por completo através do recurso a abordagens cooperativas às políticas ambientais (Hey, 2005). Por outro lado, ao contrário dos programas de acção ambiental anteriores, que eram meramente declarações políticas de intenção, o 6.º *Programa de Acção Ambiental* tomou a forma de uma Decisão (*Decisão n.º 1600/2002/EC*). Proposta pela Comissão, foi adoptada conjuntamente com o Conselho e o Parlamento Europeu sob o procedimento da “co-decisão”, sendo assim o resultado de um processo formal de tomada de decisão inter-institucional, traduzindo o compromisso de todas as três instituições (MEP, 2008). A natureza e a biodiversidade foram incluídas entre as primeiras quatro prioridades do programa, após quatro planos de acção para a biodiversidade terem sido adoptados em 2001 ao abrigo da *Estratégia da Biodiversidade Europeia*¹⁷.

Em Maio de 2006, a Comissão Europeia adoptou uma comunicação em que reforça o seu compromisso para com a *Meta de 2010*, traçando um percurso estratégico para a alcançar. A comunicação inclui um plano de acção em que detalha as responsabilidades das instituições comunitárias e dos Estados-Membros. Especificando indicadores para monitorizar o progresso, o plano de acção enfatiza a atribuição de responsabilidades relativamente à implementação da legislação já existente. De forma significativa, a primeira acção identificada é a aceleração de esforços para finalizar a criação da RN2000 (COM, 2006).

Dois anos depois, no contexto da Conferência das Partes da CDB em Bona, delegados de alto nível conduziram morosas negociações sobre temas controversos como os agro-combustíveis, a aplicação de incentivos financeiros, a exploração de florestas, as mudanças climáticas e a implementação de áreas protegidas. No seu todo, foram alcançados 37 acordos que podem ser vistos como um avanço considerável sobre vários impasses que tinham vindo a surgir nos últimos anos. A Conferência teve também o mérito de alargar o volume de financiamento para a protecção da biodiversidade através da iniciativa *Life Web*, de renovar o compromisso internacional para com a *Meta de 2010* e de conquistar mais peso para a biodiversidade na agenda política a vários níveis.

O *Ano Internacional da Biodiversidade*, 2010, chegou e, apesar de todos os esforços que foram mobilizados, os últimos relatórios (CBD 2010a) continuam a denunciar um ritmo de extinções de espécies e de perda de habitats sem precedentes na história humana. Perante o fracasso de um objectivo amplamente divulgado, tentou apresentar-se 2010 como um ano de viragem e de renovação dos esforços para proteger a biodiversidade, tanto dentro da UE como por todo o mundo. Ao fazer-se um balanço negativo dos esforços até agora envidados, o ano de 2010 correspondeu a um momento da história da conservação em que se procurou colocar novos objectivos e estratégias, não só dando prioridade à implementação e operacionalização de políticas e instrumentos já existentes, como também à contemplação da necessidade de se criar um novo corpo de estratégias mais profundas e transversalmente integradas.

Em 19 de Janeiro de 2010, a Comissão Europeia emitiu a *Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões – Opções para uma visão e um objectivo pós-2010 da UE em matéria de biodiversidade* [COM (2010) 4 final]. Esta traçava um balanço negativo da eficácia das políticas comunitárias de

¹⁷ Comunicação da Comissão, de 4 de Fevereiro de 1998, relativa a uma estratégia da Comunidade Europeia em matéria de diversidade biológica [COM(98) 42 final].

conservação da biodiversidade em relação ao objectivo proposto de sustentar a perda de biodiversidade na UE até 2010 e de velar pela recuperação dos habitats perdidos, e apresentava opções para o desenvolvimento de uma visão e um objectivo da UE pós-2010. Defende que a nova visão da biodiversidade terá que ser concebida a mais longo prazo (escala temporal até 2050), devendo a UE definir um objectivo intermédio próprio para 2020. Para esse objectivo, foram propostas aos responsáveis políticos quatro opções com diferentes níveis de ambição. A mais exigente, a opção 4, propunha «Travar a perda de biodiversidade e de serviços ecossistémicos na UE até 2020, proceder à sua recuperação na medida do possível e intensificar a contribuição da UE para evitar a perda de biodiversidade a nível mundial» (COM, 2010).

As reacções ao parecer da Comissão — expressas na *Resolução do Conselho* (Ambiente) de 15 de Março de 2010, no *Parecer do Comité das Regiões* de 10 de Junho de 2010, no *Parecer do Comité Económico e Social Europeu* de 15 de Setembro e na *Resolução do Parlamento Europeu* de 21 de Setembro de 2010 — apoiaram fundamentalmente a opção 4. Em todos estes documentos, o pleno e eficaz funcionamento da RN2000 constitui uma preocupação central.

Realizada em Outubro de 2010, a 10.^a *Conferência das Partes da CBD* em Nagoya procurou marcar uma reorientação estratégica das políticas da biodiversidade à escala global, e onde se verificou uma contribuição substancial por parte da UE. Começando por reconhecer os fracassos da última década, a Conferência acabou, de forma geral, por se revelar bastante bem sucedida. Entre os principais resultados contam-se a definição de um *Protocolo de Acesso e Repartição de Benefícios dos Recursos Genéticos da Biodiversidade* para impedir a exploração abusiva da biodiversidade das áreas do planeta socioeconomicamente mais desfavorecidas, um plano para a mobilização de importantes recursos financeiros à escala global e uma formulação de uma estratégia de acção muito mais detalhada para travar substancialmente o ritmo da perda de biodiversidade até 2020, apoiada em várias iniciativas e em 20 metas específicas.

No âmbito das mais recentes iniciativas que visam reduzir a perda da biodiversidade, aquelas centradas na internalização dos custos económicos relacionados com a perda de serviços proporcionados pelos ecossistemas têm assumido cada vez mais um papel central (ver a secção 3.1.4 para uma crítica a esta abordagem).

Paralelamente, tem-se frequentemente explicado a falta de acção efectiva para proteger a biodiversidade através da falta de um reconhecimento suficiente, tanto público como político, da importância da biodiversidade. De facto, um recente *Eurobarómetro* de opinião acerca da biodiversidade (Gallup Organization, 2007) concluiu que dois terços dos cidadãos da UE não sabem o significado da palavra “biodiversidade”, nem as principais ameaças à biodiversidade. Apenas uma pequena percentagem (18%) declarou já ter ouvido falar da RN2000 e uma ainda menor (6%) saber o que significava. O ano 2010 foi designado pelas Nações Unidas como o *Ano Internacional da Biodiversidade*, com o objectivo de disseminar, tanto quanto possível, uma consciência mais completa do estreito elo entre a variedade de vida na terra e o sustento concreto das nossas vidas e sociedades¹⁸ (CBD, 2010b).

¹⁸ No entanto, as campanhas de informação e sensibilização sobre a perda de biodiversidade têm, cada vez mais, assumido um discurso centrado na sua importância económica nos termos atrás referidos o que, à luz da bibliografia indicada no parágrafo anterior, nos parece ser uma perspectiva redutora e pouco desejável.

2.1.3 Um breve retrato do desenho e do processo de implementação da Rede Natura 2000

A RN2000, criada conjuntamente pela *Directiva Aves* (79/409/EEC¹⁹) e pela *Directiva Habitats* (92/43/EEC), consiste numa rede ecológica de áreas consideradas chave para a conservação da biodiversidade no território da UE. Para a sua constituição, é exigido aos Estados-Membros que seleccionem e designem *Zonas de Protecção Especial* (ZPE), ao abrigo da *Directiva Aves*, e *Zonas Especiais de Conservação* (ZEC), ao abrigo da *Directiva Habitats*. A base para esta selecção é constituída pelos critérios estipulados nos anexos das duas directivas, juntamente com a informação científica relevante que é usada para avaliar a importância relativa dos sítios no contexto europeu.

Espera-se que a RN2000 venha a cobrir cerca de um quinto do território da UE, sendo o projecto de conservação mais ambicioso de sempre na Europa. A sua estratégia de base não consiste em criar um conjunto de áreas protegidas no sentido tradicional, i.e., áreas cuja protecção passa necessariamente pela não intervenção humana. O n.º 3 do Art. 2.º da *Directiva Habitats* refere explicitamente que as «medidas tomadas ao abrigo da presente directiva devem ter em conta as exigências económicas, sociais e culturais, bem como as particularidades regionais e locais». Embora a rede inclua a larga maioria das áreas previamente protegidas, a RN2000 afecta áreas muito mais amplas, incluindo muitos habitats semi-naturais com elevados índices de ocupação e intervenção humana. Sobretudo nestes últimos, o estatuto de zona RN2000 pretende assegurar que o desenvolvimento socioeconómico coexista de forma compatível e harmonizada com objectivos de conservação específicos, restringindo, assim, os usos do solo em função das necessidades de determinadas espécies e habitats protegidos²⁰. Em adição à conservação propriamente dita, a RN2000 é apresentada como tendo o potencial de trazer consideráveis benefícios socioeconómicos. Estes incluem, por exemplo, o fornecimento de alimentos e de matérias-primas, assim como de outros serviços ecossistémicos, a diversificação das economias locais e a criação de oportunidades de emprego (e.g. na área do eco-turismo) e investimento através dos fundos previstos para a RN2000, o aumento de estabilidade social, das condições de vida e a redução de problemas ambientais ao nível local (e.g. a poluição da água).

Existem várias descrições do processo geral de implementação da RN2000 disponíveis através de uma grande variedade de fontes, tais como as publicações oficiais da Comissão Europeia e os respectivos sítios *Web* da UE. Para mais detalhes, tais como por exemplo os aspectos específicos relativos ao financiamento da rede, recomendamos a sua consulta²¹. No âmbito desta investigação, consideramos que uma breve descrição servirá o propósito de contextualizar a RN2000 na sua dimensão procedimental.

¹⁹ Recentemente recodificada, a *Directiva Aves* toma hoje a forma da *Directiva 2009/147/EC*, fruto de várias revisões ao longo dos anos. As principais alterações dizem respeito às listas de espécies incluídas nos anexos da directiva, motivadas sobretudo pelos sucessivos alargamentos do espaço europeu.

²⁰ Teoricamente, em muitos casos, isto traduzir-se-ia em simplesmente promover a continuidade ou a adaptação de práticas tradicionais já existentes. No entanto, como é patente no caso da Ria de Aveiro, a aplicação de tal princípio não tem um significado prático evidente, sobretudo devido às práticas tradicionais se encontrarem desfasadas da actual configuração económica, social e cultural de certos habitats semi-naturais (ver as secções 3.2 e 5.1).

²¹ A fonte mais actualizada e completa de informação procedimental sobre a RN2000 será provavelmente a do portal oficial da UE sobre as suas políticas de biodiversidade: http://ec.europa.eu/environment/nature/index_en.htm, que inclui várias ligações para publicações da UE acerca da RN2000 e para indicadores que visam medir o progresso da sua implementação.

Depois de transpor o conteúdo de ambas as directivas para a legislação nacional, – definindo, assim, nos seus próprios termos, os mecanismos necessários para alcançar os objectivos e normas estabelecidas pela UE –, os Estados-Membros devem seleccionar e designar as já referidas ZPEs e ZECs com base em critérios ecológicos estipulados nos anexos das duas directivas. Esta selecção ocorre de acordo com nove regiões biogeográficas, sendo cada uma caracterizada por combinações bem distintas de vegetação, clima e geologia (ver Figura 2.1). Uma organização ao nível biogeográfico da rede explica-se pela maior facilidade em conservar espécies e tipos de habitats sob o mesmo tipo de condições naturais através dos 27 países da União, evitando a fragmentação causada por fronteiras político-administrativas. Como ilustrado pela Figura 2.1, Portugal ocupa três regiões biogeográficas, correspondendo a maior parte do seu território continental à região *mediterrânica*, uma pequena parte do seu Noroeste à região *atlântica* e os seus arquipélagos à região da *macaronésia*.

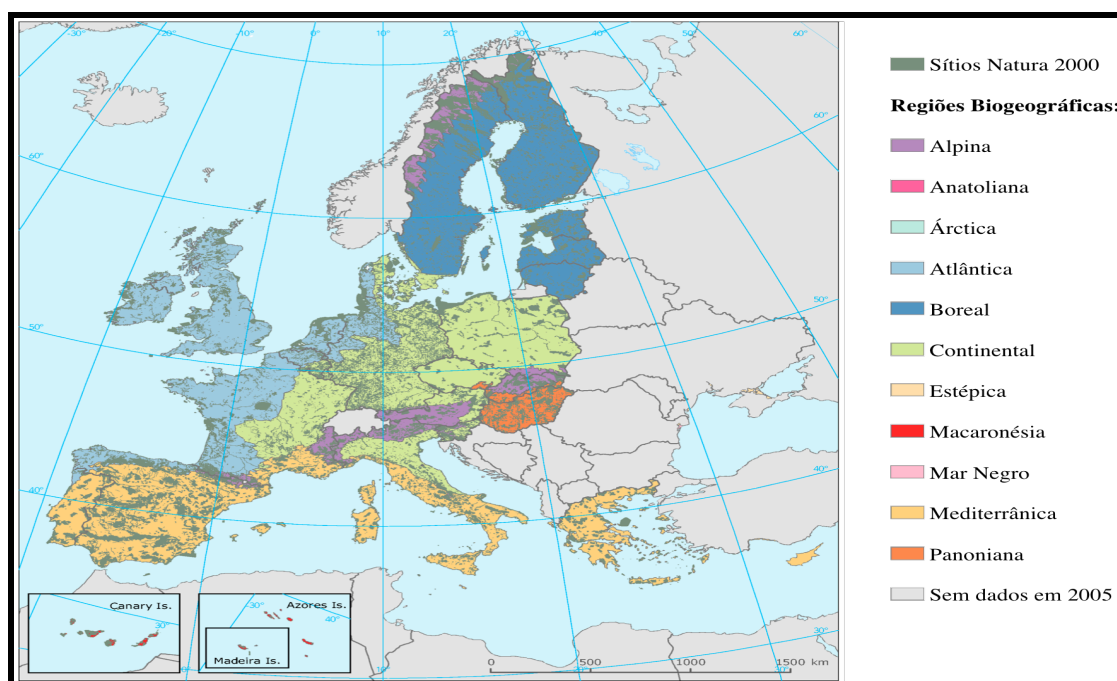


Figura 2.1 – A Rede Natura 2000 através das regiões biogeográficas

Fonte: <http://biodiversity-chm.eea.europa.eu> (adaptado).

No caso das áreas designadas ao abrigo da *Directiva Habitats*, tal como definido pelos respectivos Art. 4.º e 5.º, cada Estado-Membro deve primeiro criar uma *Lista Nacional de Sítios* (ou uma proposta nacional para *Sítios de Importância Comunitária* (pSICs) segundo os critérios presentes nos anexos da directiva – Fase I²². A partir das listas nacionais, e com o acordo dos Estados-Membros, a Comissão Europeia adopta uma lista de Sítios de Importância Comunitária (SICs) – Fase II. Não mais tarde do que seis anos após a selecção de um SIC, o Estado-Membro em causa deve designá-lo como uma ZEC – Fase III. Na eventualidade de a Comissão considerar que um sítio em que ocorre uma espécie ou um habitat prioritário tenha sido omitido de uma lista

²² Os *Anexos I e II* listam, respectivamente, mais de 200 habitats e mais de 700 espécies com a sua nomenclatura científica, em latim. O *Anexo III* enumera os critérios, baseados em metodologias científicas, para o estabelecimento das listas nacionais.

nacional, prevê-se um procedimento de consulta bilateral entre o Estado-Membro e a Comissão. Se a consulta resultar insatisfatória, a Comissão despachará uma proposta para o Conselho relativa à designação do sítio enquanto SIC.

No caso da *Directiva Aves*, os Estados-Membros classificam as ZPEs que, uma vez declaradas à Comissão, são directamente integradas na RN2000. A Figura 2.2 representa esquematicamente a estrutura das três fases do processo de designação, estabelecendo uma comparação entre os prazos originais (PO) e as datas de aprovação efectiva (AE) em Portugal, indicativos da dimensão dos atrasos que, em maior ou menor grau, se verificaram por toda a UE.

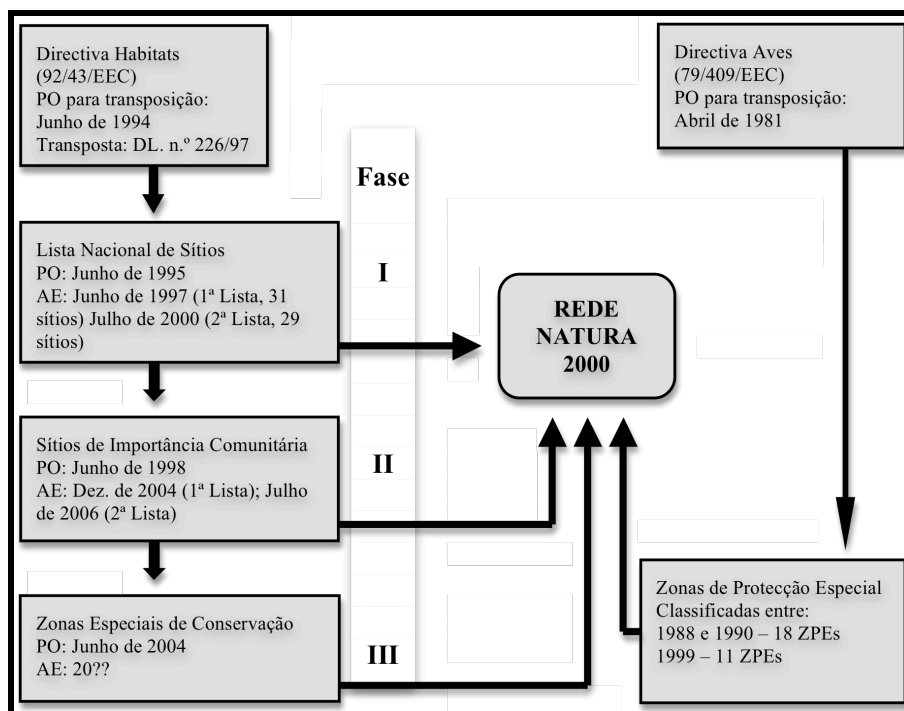


Figura 2.2 – A estrutura do processo de designação da Rede Natura 2000.

A RN2000 inclui agora mais de 25.000 sítios, cobrindo cerca de 20% do território terrestre da UE e constituindo a maior rede de áreas protegidas do mundo²³. Uma tabela detalhada baseada na informação fornecida pelos Estados-Membros, o “Barómetro Natura 2000” tem até agora constituído o indicador mais comum para medir o progresso da implementação da RN2000, sendo actualizado duas vezes por ano²⁴. Adicionalmente, as páginas do sítio *internet* da Comissão Europeia fornecem outras estatísticas relacionadas com o cálculo total da área designada, o estado

²³ A RN2000 pretende também incluir sítios marinhos, cuja implementação, em estado bem mais incipiente do que a sua faceta terrestre, não abordaremos aqui. Embora parte do mesmo instrumento político, a implementação da RN2000 no ambiente marinho tende a percorrer um percurso paralelo, fruto das peculiaridades e dificuldades próprias dos espaços marinhos em relação aos terrestres. Inicialmente relegada para segundo plano, os últimos anos têm assistido a uma renovada pressão para o avanço e aceleração da sua implementação por parte dos Estados-Membros que têm, até recentemente, negligenciado esta dimensão da RN2000. É exemplo disso a já referida comunicação da Comissão em 2006, que a assume como uma prioridade, estabelecendo prazos específicos para a selecção, designação, e elaboração de medidas de gestão das ZPEs e ZECs marinhas (COM, 2006).

²⁴ As duas versões do “Barómetro Natura 2000”, uma para as ZPEs e outra para as ZECs, encontram-se disponíveis em: http://ec.europa.eu/environment/nature/natura2000/barometer/index_en.htm.

de progresso por região biogeográfica e por Estado-Membro em alcançar um nível suficiente de designação dos habitats listados nos anexos das directivas.

Exceptuando as áreas marinhas, que apresentam um défice de implementação muito mais elevado, estes indicadores evidenciam que na UE15 o processo de designação está quase completo. Como já mencionado, os esforços relativos à implementação da RN2000 estão sendo agora sobretudo direccionados para a efectiva gestão dos sítios e respectiva avaliação. Segundo os relatórios enviados pelos Estados-Membros (ver AEA, 2010), a biodiversidade continua a decrescer nas áreas protegidas, o que indica que, embora possa ser eventualmente benéfico continuar a aumentar as zonas designadas, é claramente prioritário para o sucesso da RN2000 que as áreas abrangidas consigam efectivamente atingir os objectivos da sua designação. Por outras palavras, para que a RN2000 tenha sucesso nos seus próprios termos, necessita concentrar-se na sua gestão propriamente dita. Um dos aspectos centrais dessa gestão é as implicações que os seus mecanismos de protecção têm na prática, cujo funcionamento procuraremos agora descrever.

2.1.4 A protecção da Natureza na Rede Natura 2000

No âmbito da implementação da *Directiva Habitats*, a maior parte da atenção tem sido direccionada para o estabelecimento da RN2000. A directiva, no entanto, tem implicações mais abrangentes para a protecção da biodiversidade. Para além de estipularem a designação das ZPEs e ZECs, as *Directivas Aves e Habitats* incluem uma dimensão mais ampla que se traduz na protecção directa de determinadas espécies em todo o território da UE. Os Art. 12.º a 16.º da *Directiva Habitats* tratam especificamente desta questão, estabelecendo o regime de protecção para as espécies animais e habitats listados nos respectivos anexos para todo o território da UE, assim como os critérios que poderão justificar derrogações. No caso das aves, aquelas passíveis de serem caçadas ou comercializadas encontram-se listadas nos anexos da *Directiva Aves*, sendo que todas as outras se consideram protegidas ao abrigo da directiva.

Em relação às áreas incluídas na RN2000, existe um acréscimo de protecção em relação ao resto do território, cujo mecanismo é fundamentalmente estabelecido pelo Art. 6.º da *Directiva Habitats*, o qual indica os passos a serem tomados de modo que os valores naturais que constituem a razão da designação dos sítios sejam salvaguardados. Como veremos mais à frente, o Art. 6.º inclui requerimentos proactivos — estipulando a elaboração de planos e medidas de gestão, preventivos — através de um regime de avaliação de incidências ambientais, e procedimentais — definindo a forma como os anteriores se devem processar. Embora este artigo possa ser visto como o núcleo do tipo de protecção legal que a RN2000 procura instituir, a sua interpretação tem levantado muitas questões por parte de uma grande variedade de actores envolvidos no processo de implementação da RN2000, incluindo os governos nacionais dos Estados-Membros, as autoridades municipais, assim como diversos tipos de grupos de interesse (ver, por exemplo, Beunen, 2006, e Unnerstall, 2006). Com o intuito de reduzir a variedade de interpretações e de facilitar os respectivos processos de tomada de decisão, a Comissão Europeia publicou três guias sobre esta questão, interpretando as disposições do Art. 6.º à luz das definições proporcionadas pela directiva,

assim como em função da lógica geral por detrás da sua concepção²⁵. A breve descrição das disposições do Art. 6.º que se segue baseia-se nos três documentos mencionados e, em particular, no primeiro, o mais abrangente e menos específico. Ao recorrer à orientação elaborada pela Comissão, o nosso objectivo é dar uma perspectiva sobre aquilo que se considera uma implementação “correcta” das disposições do Art. 6.º, segundo a própria Comissão. No entanto, interessa sublinhar que, de acordo com o princípio da subsidiariedade, cabe aos Estados-Membros determinar individualmente os requerimentos procedimentais para alcançar os objectivos de uma directiva comunitária e que a última instância de interpretação é o Tribunal Europeu de Justiça. Assim, a orientação fornecida pelos serviços da Comissão tem explicitamente um carácter opcional e flexível, assumida como um contributo metodológico que poderá ser adoptado pelas autoridades competentes dos Estados-Membros.

As disposições do Art. 6.º da *Directiva Habitats*

O n.º 1 do Art. 6.º determina que os Estados-Membros criem medidas de conservação para todas as ZECs de forma a manter ou a restaurar os tipos de habitats naturais e espécies num estado de conservação favorável. Estas medidas, tal como definidas no n.º 3 do Art. 2.º, «devem ter em conta as exigências económicas, sociais e culturais, bem como as particularidades regionais e locais». O estado de conservação das espécies e dos tipos de habitats naturais é avaliado (tanto ao nível do sítio como da rede) de acordo com os critérios estabelecidos pelo Art. 1.º. As medidas de conservação devem corresponder às exigências ecológicas dos habitats e das espécies em causa de modo a assegurar o seu estado de conservação natural, só podendo ser definidas em função dos casos individuais e com base em conhecimento científico. Os Estados-Membros são obrigados a utilizar as medidas regulamentares, administrativas ou contratuais adequadas, que devem tomar em consideração as já referidas exigências socioeconómicas e alcançar os objectivos de conservação.

O n.º 2 do Art. 6.º requer que os Estados-Membros adoptem medidas de prevenção para evitar a deterioração e as perturbações relacionadas com acontecimentos previsíveis. Estas medidas apenas são aplicáveis às espécies e aos habitats para os quais as zonas foram designadas, e também devem ser aplicadas, se necessário, fora dessas zonas. Estes termos, *perturbação* e *deterioração*, devem ser definidos em função dos objectivos da directiva. As perturbações são avaliadas da mesma maneira que a deterioração, desde que desencadeiem alterações nos indicadores do estado de conservação das espécies protegidas susceptíveis de afectar o estado de conservação das espécies em causa. Ao nível de um sítio, a manutenção do estado de conservação favorável tem de ser avaliada com base nas condições iniciais fornecidas nos formulários de dados RN2000, no momento em que o sítio foi proposto para selecção ou designação, de acordo com a sua contribuição para a coerência ecológica da rede.

Relacionados especificamente com a aprovação de planos e projectos, os n.ºs 3 e 4 do Art. 6.º são especialmente relevantes para os sistemas de planeamento e licenciamento. O n.º 3 do Art. 6.º obriga qualquer projecto ou plano, com potenciais impactes sobre um sítio RN2000, a ser sujeito a

²⁵ Cf. COM, 2000; COM, 2001; COM, 2004; COM, 2007b. Entre outros documentos de orientação, estes encontram-se disponíveis em: http://ec.europa.eu/environment/nature/natura2000/management/guidance_en.htm.

uma avaliação ambiental, não podendo ser aprovado se a avaliação indicar que o projecto ou plano possa afectar negativamente a integridade do sítio. De acordo com os referidos documentos de orientação, o termo “projecto” deve ser interpretado de forma ampla, por forma a incluir tanto as obras de construção como outras intervenções no ambiente natural. O termo “plano” também tem um sentido amplo, incluindo os planos de uso do solo e os planos ou programas sectoriais, mas deixando de fora as declarações políticas de carácter geral. Os planos e projectos relacionados com a gestão da conservação do sítio, quer individualmente quer integrados noutros planos e projectos, deverão ser, em regra, excluídos das disposições do n.º 3 do Art. 6.º. Em relação à aplicação espacial do Art. 6.º, é importante realçar que a *Directiva Habitats* não coloca limites físicos às possíveis fontes de perturbação. Assim, uma vez reconhecida a probabilidade de “efeitos significativos” sobre as espécies e habitats protegidos do sítio, o âmbito da sua protecção legal inclui não apenas projectos ou planos localizados dentro do sítio, mas também aqueles localizados fora, seja nas áreas envolventes ou para além destas. Como já referido, o mesmo princípio se estende às medidas de gestão, as quais podem vir a ser aplicadas fora do sítio.

O reconhecimento de “efeitos significativos” deve levar em conta os objectivos de conservação do sítio, assim como os impactes acumulativos resultantes da combinação de outros planos e projectos, já existentes ou já aprovados, sendo que a aprovação de um plano ou projecto não deve alimentar uma presunção em favor de outros planos ou projectos ainda não propostos, ainda que de tipo semelhante. O n.º 4 do Art. 6.º, contudo, abre uma janela para a aprovação de planos ou projectos com efeitos significativos sobre sítios RN2000 ao definir um regime derogatório. As suas disposições são aplicáveis quando a avaliação prevista no n.º 3 do Art. 6.º resulta negativa ou incerta, mas apenas quando não existem soluções alternativas, tenham sido propostas medidas compensatórias para assegurar a coerência global da RN2000, e o projecto seja justificado com base em *razões imperativas de reconhecido interesse público*. No caso da presença de espécies ou habitats prioritários no sítio em causa, «apenas podem ser evocadas razões relacionadas com a saúde do homem ou a segurança pública ou com consequências benéficas primordiais para o ambiente ou, após parecer da Comissão, outras razões imperativas de reconhecido interesse público». O parecer da Comissão não é vinculativo, mas no caso de se verificar não conformidade com o Direito Comunitário, poderá ser interposta uma acção legal.

A ordem sequencial destes passos deve ser seguida. Em primeiro lugar, deve ser feita a avaliação de soluções alternativas em função dos objectivos de conservação do sítio e, em segundo, a consideração das *razões imperativas de reconhecido interesse público* que deve obedecer a determinados critérios (ver os referidos documentos de orientação)²⁶. Em terceiro lugar, devem ser propostas medidas compensatórias que correspondam precisamente aos efeitos negativos sobre as espécies e habitats em causa, de modo a manter a contribuição do sítio para a coerência geral da rede. Estas medidas devem ser vistas como um último recurso para quando as salvaguardas da directiva tenham sido ineficazes, e se tenha decidido considerar um plano ou projecto com efeitos

²⁶ Contrariamente à orientação da Comissão, uma inversão destes dois passos pareceria ser mais lógica. Faria mais sentido a identificação dos interesses anteceder a consideração de alternativas espaciais e/ou funcionais, uma vez que qualquer alternativa teria que satisfazer os interesses públicos considerados imperativos. Unnerstall (2006) lembra-nos que a definição clara dos objectivos é particularmente relevante para o âmbito espacial das alternativas, como por exemplo no caso em que um projecto se apresenta como procurando a criação de emprego numa determinada região.

negativos sobre um sítio RN2000²⁷. Assim, a proposta de medidas compensatórias desde o início não dispensa a necessidade dos dois primeiros passos.

Finalmente, as autoridades nacionais devem comunicar à Comissão as medidas compensatórias adoptadas. Embora não compita à Comissão sugerir medidas compensatórias, a sua comunicação deverá permitir que a Comissão aprecie a forma como os objectivos de conservação do sítio em questão são implementados no caso específico. A realização do plano ou projecto só deverá ser autorizada se a prova da existência das *razões imperativas de reconhecido interesse público* for apresentada e dentro dos limites em que o plano ou projecto em questão se revelar necessário para a satisfação do interesse público em questão. A Figura 2.3 resume, de forma esquemática, os procedimentos dos n.ºs 3 e 4 do Art. 6.º.

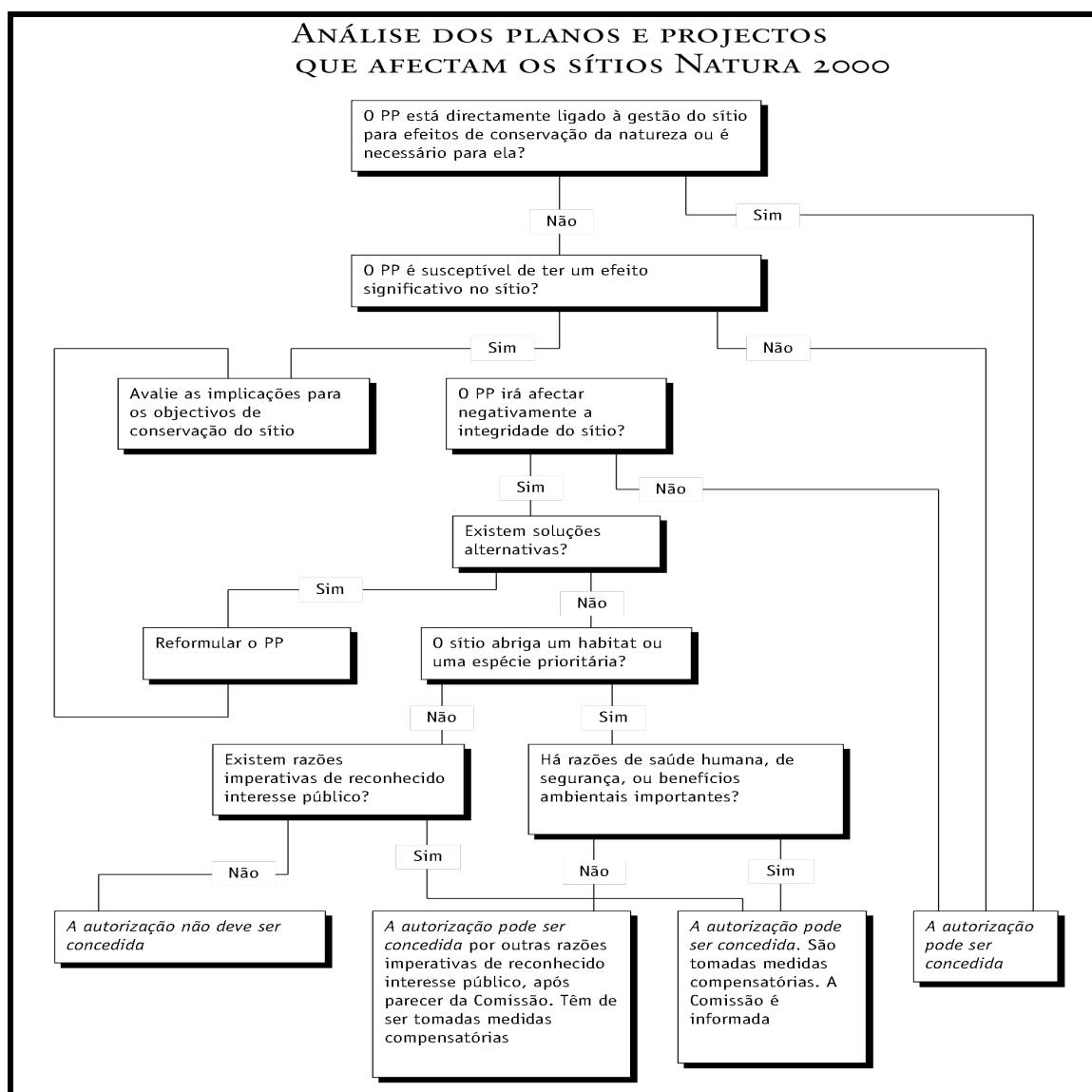


Figura 2.3 – Esquema explicativo da aplicação do Art. 6.º da *Directiva Habitats*.
Fonte: COM (2000).

²⁷ Também estas medidas devem obedecer certos critérios (ver os referidos documentos de orientação).

2.1.5 A implementação da Rede Natura 2000 em Portugal

Em Portugal, o enquadramento para as políticas de conservação e de biodiversidade é estabelecido pela *Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade*²⁸, que emanou da *Lei de Bases do Ambiente* de 1987, a pedra basilar de toda a legislação ambiental portuguesa. Baseando-se nas orientações da referida estratégia, o DL. n.º 142/2008 é o que actualmente estabelece o regime jurídico da conservação, definindo a arquitectura da *Rede Fundamental da Conservação da Natureza* (RFCN). Esta é constituída pelas áreas nucleares integradas no *Sistema Nacional de Áreas Classificadas* (SNAC) e pelas áreas de *Reserva Ecológica Nacional* (REN), de *Reserva Agrícola Nacional* (RAN) e do *Domínio Público Hídrico* (DPH) enquanto áreas de continuidade. O *Sistema Nacional de Áreas Classificadas*, por sua vez, é constituído pela *Rede Nacional de Áreas Protegidas* (RNAP), pelas áreas classificadas que integram a RN2000 e pelas demais áreas classificadas ao abrigo de compromissos internacionais assumidos pelo Estado português como, por exemplo, a *Convenção Ramsar*, a *Convenção para a Protecção do Meio Marinho no Nordeste do Atlântico* (OSPAR) e o programa *Homem e Biosfera* da UNESCO. A *Rede Nacional de Áreas Protegidas* inclui cinco tipologias de designação: *parque nacional*, *parque natural*, *reserva natural*, *paisagem protegida* e *monumento natural*. A Figura 2.4 representa esquematicamente esta arquitectura.

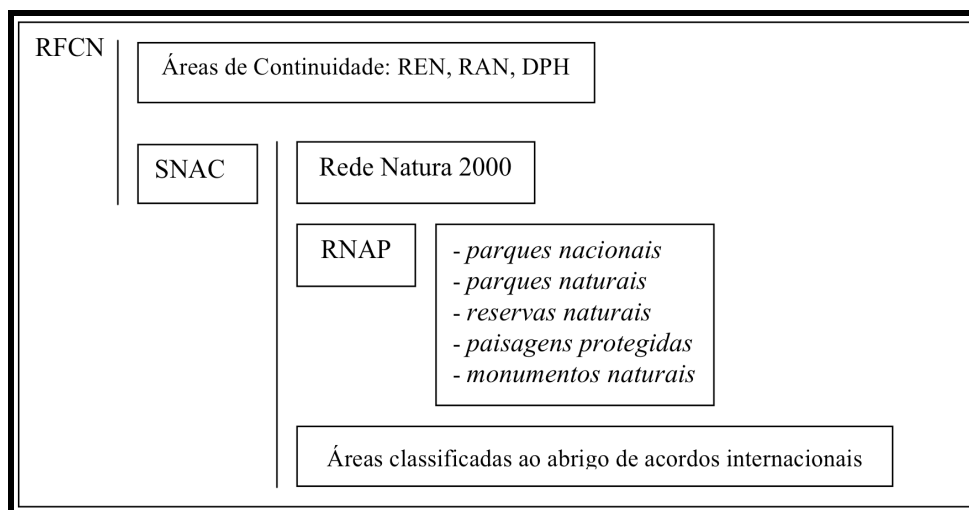


Figura 2.4 – Um esquema da organização da Rede Fundamental da Conservação da Natureza.

O regime jurídico da RN2000 é estabelecido por documento próprio, o DL. n.º 140/99 (revisto pelo DL. n.º 49/2005), que transpõe a *Directiva Aves* e a *Directiva Habitats* para a legislação nacional²⁹. Em Portugal continental, foram até agora classificadas 31 ZPEs e 60 SICs (futuramente ZECs), representadas na Figura 2.5. Existindo várias zonas de sobreposição entre as duas classificações, ocupam conjuntamente um total de 1 820 978,19 ha, o que representa cerca de 20,47% do território continental, ao que acresce uma superfície marinha de 111 586 ha. Os

²⁸ Aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 152/2001.

²⁹ O DL. n.º 140/99 foi já uma revisão conjunta de decretos anteriores, o DL. n.º 75/91 e o DL. n.º 226/97, os quais transpunham, respectivamente, as *Directivas Aves* e *Habitats* de forma separada. A revisão do DL. n.º 140/99 pelo DL. n.º 49/2005 veio à luz como reacção à acusação pela Comissão Europeia de que o anterior decreto não transpunha na íntegra as disposições das referidas directivas.

arquipélagos dos Açores e da Madeira, correspondentes à zona biogeográfica da região da *macaronésia*, albergam uma elevada biodiversidade, onde se incluem um conjunto considerável de espécies endémicas de flora. A RN2000 dos arquipélagos nacionais é constituída por 23 SIC e 15 ZPE nos Açores, e 11 SIC e três ZPE na Madeira. Por se tratarem de regiões administrativamente autónomas, estas áreas RN2000 têm sido alvo de um processo de implementação paralelo.

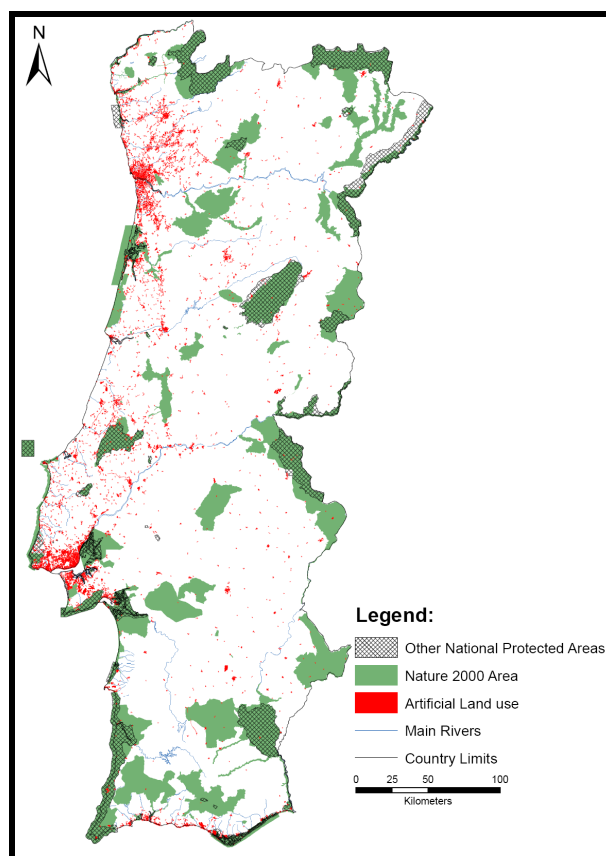


Figura 2.5 – Áreas classificadas em Portugal continental.
Fonte: *Corine Land Cover 2000* e www.icnb.pt.

Como vários outros Estados-Membros, Portugal adoptou um conjunto de orientações e abordagens relativamente à gestão das áreas RN2000. Enquanto alguns países adoptaram planos de gestão para cada sítio designado (EC, 2005), em Portugal continental, as medidas para a protecção das espécies e habitats listados nas *Directivas Aves* e *Habitats* começaram por ser definidas num plano nacional específico, o *Plano Sectorial Rede Natura 2000*³⁰.

As áreas protegidas tradicionais são abrangidas pelos *Planos de Ordenamento das Áreas Protegidas*³¹. Através do zonamento de diferentes tipos de uso do solo, a abordagem destes planos circunscreve-se aos limites espaciais das respectivas áreas, procurando proteger os seus valores naturais dos impactes das actividades humanas, deixando o controlo do desenvolvimento fora desses limites para os *Planos Director Municipal* (PDMs). As regulações administrativas dos

³⁰ Após um longo e difícil processo de elaboração e formulação, o *Plano Sectorial RN2000* foi oficialmente aprovado em Julho de 2008 em Conselho de Ministros pela Resolução n.º 115-A/2008.

³¹ Para uma explanação do sistema nacional de ordenamento, consultar, por exemplo, Fidélis (2001) ou Oliveira (2009).

Planos de Ordenamento das Áreas Protegidas, também relevantes para a RN2000 devido à frequente sobreposição de designações, devem ser compatíveis com todos os planos aplicáveis à mesma jurisdição territorial, incluindo outros planos de ordenamento e projectos públicos ou privados (Oliveira, 2009).

Quanto às áreas RN2000, os objectivos e os regimes de gestão específicos para cada sítio, definidos no *Plano Sectorial RN2000*, devem ser incluídos noutros planos territoriais como os planos de ordenamento regional e municipal³². Como todos os planos sectoriais, o *Plano Sectorial RN2000* é vinculativo apenas para as autoridades públicas que aprovam planos de uso do solo ou que têm responsabilidades na sua implementação. Apenas após a transposição das medidas de conservação e gestão previstas no *Plano Sectorial RN2000* para os planos de uso do solo locais é que as mesmas se tornam vinculativas para as entidades privadas (individuais ou colectivas)³³. No *Plano Sectorial RN2000*, cada ZPE e ZEC é dotada de uma ficha técnica, com informações acerca das espécies- e dos habitats-alvo, uma indicação percentual dos principais usos do solo, indicadores socioeconómicos específicos, instrumentos legislativos e de planeamento aplicáveis à área, factores de ameaça ambiental e medidas de conservação e gestão.

Até as orientações de gestão do *Plano Sectorial RN2000* serem plenamente transpostas para os instrumentos locais de ordenamento, é atribuído às áreas RN2000 um regime temporário de protecção que requer a aprovação da administração central através do Instituto de Conservação da Natureza e Biodiversidade, I.P. (ICNB) ou, consoante o caso, das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDRs)³⁴ para todas as intervenções que possam ter efeitos ambientais significativos. Nos casos onde a compatibilidade entre a conservação e as actividades locais é mais difícil, ou seja, essencialmente nos habitats semi-naturais, nos quais se considera necessário mais informação e orientações do que aquelas fornecidas pelo *Plano Sectorial RN2000*, a lei prevê a criação de planos de gestão complementares. Ao nível da gestão destas áreas, o ICNB³⁵ tem desenvolvido planos especiais de gestão chamados *Intervenções Territoriais Integradas* (ITIs), que estipulam as intervenções de gestão e medidas agro-ambientais contratuais às quais são aplicáveis os fundos previstos pelo PRODER, o actual *Programa de Desenvolvimento*

³² Estes últimos, ao nível das restrições de uso do solo com fins conservacionistas, para além daquelas relativas às áreas protegidas e à RN2000, devem incluir também as que emanam da *Reserva Ecológica Nacional* (REN).

³³ O processo de integração das prescrições do *Plano Sectorial* devem ocorrer num prazo de seis anos a partir da data da sua adopção.

³⁴ As CCDRs, enquanto entidades desconcentradas da administração central que têm competências importantes relativamente ao planeamento, ordenamento, desenvolvimento e questões ambientais ao nível regional, têm também responsabilidades no âmbito da RN2000. Estas estão principalmente relacionadas com a tarefa de acompanhar e se pronunciar sobre a elaboração dos instrumentos de gestão territorial municipais e de elaborar os planos regionais de ordenamento do território de forma a estes integrarem as orientações do *Plano Sectorial RN2000* e ainda, pontualmente, com a emissão do parecer necessário à autorização de certas actividades que possam ameaçar a conservação das espécies- e habitats-alvo em áreas RN2000 (usualmente emitido pelo ICNB). Para uma descrição mais detalhada das competências das CCDRs neste contexto, ver CEDOUA (p. 287-288, 2009).

³⁵ O ICNB é o actor institucional mais activo e determinante para o processo de implementação da RN2000 em Portugal. Representando a administração nacional, é directamente responsável pela designação e gestão de áreas protegidas, incluindo a RN2000.

Rural do Continente (para o período 2007-2013)³⁶. O objectivo é que estas ITIs venham a cobrir todos os habitats semi-naturais da RN2000, isto é, áreas onde a manutenção da agricultura ou da silvicultura é considerada essencial para preservar a biodiversidade local, que correspondem a $\frac{3}{4}$ de todos os sítios. No entanto, neste momento a prioridade tem sido desenvolver ITIs para as zonas RN2000 situadas em zonas de montanha ou outras zonas desfavorecidas, encontrando-se operacionais 11 ITIs, que correspondem a cerca de $\frac{1}{3}$ de todos os SICs e ZPEs (PRODER, 2011).

Ao nível do financiamento da RN2000, a Comissão Europeia optou por uma abordagem integrada. Assim, o PRODER, que através dos fundos do *Fundo Agrícola Europeu de Desenvolvimento Rural* (FAEDR) constitui a fonte principal de financiamento da RN2000 em Portugal, não é um instrumento específico para a conservação da natureza, visando antes um desenvolvimento rural integrado do qual a conservação e a RN2000 são vistas como componentes importantes. Para além dos esquemas financeiros do PRODER, também o programa *LIFE+* é uma fonte de financiamento importante. Enquanto o PRODER e os respectivos fundos do FAEDR têm a ver com políticas de desenvolvimento rural e subsídios regulares de forma contínua, o *LIFE+* depende da submissão de projectos pontuais a um processo de candidatura ao nível da UE (COM, 2007c). Em comparação aos fundos estruturados pelo PRODER, o *LIFE+* é um instrumento de financiamento limitado mas selectivo, cujos recursos dependem exclusivamente de iniciativas *bottom-up* por entidades, actores e instituições públicas ou privadas. De acordo com o Gabinete de Planeamento e Políticas, o financiamento de cada área RN2000 em Portugal é individualmente considerado e adaptado às medidas de gestão e conservação específicas, cujas necessidades financeiras são definidas pelas ITIs no caso dos sistemas agro-silvo-pastoris. Contudo, uma vez que estas se baseiam sobretudo em medidas contratuais, o seu aproveitamento e efectiva implementação depende igualmente da iniciativa dos actores locais (PRODER, 2011).

Assim, e como já referido, se a designação destas áreas enquanto RN2000 abre, em teoria, um conjunto de oportunidades de financiamento e de desenvolvimento local, por outro lado, implica também consideráveis restrições ao nível do uso do solo e das actividades humanas no interior e na proximidade de tais áreas. Neste âmbito, os regimes de restrições do uso do solo (como a REN, a RAN e o *Regime Florestal*) e os instrumentos de gestão do território (e, em particular, os planos de eficácia directa como os PDMs e os *Planos de Ordenamento para as Áreas Protegidas* onde ocorrem sobreposições entre a RN2000 e as restantes áreas protegidas) são centrais para o licenciamento de projectos e actividades que afectam áreas RN2000. Os instrumentos de ordenamento desempenham papéis diferentes para diferentes tipos de projectos e actividades, e os procedimentos específicos de licenciamento variam consideravelmente em função da tipologia dos projectos e das autoridades licenciadoras envolvidas, elementos que não serão descritas aqui. No entanto, uma vez que esta investigação lida especificamente com pareceres submetidos no âmbito de consultas enquanto uma componente obrigatória de instrumentos de avaliação de impactes ambientais no contexto da RN2000, será feita, nas secções seguintes, uma descrição dos respectivos procedimentos.

³⁶ A elaboração das ITIs teve como base um estudo pelo Instituto Superior de Agronomia, “Estudo sobre a Integração da Gestão da Rede Natura 2000 na Estratégia Nacional de Desenvolvimento Rural 2007-2013” (2006), o qual pretendeu produzir estimativas dos custos necessários para financiar a rede, levando em consideração as suas dificuldades de gestão e as especificidades nacionais.

2.2 A avaliação de impactes ambientais em áreas *Rede Natura 2000*

2.2.1 Introdução

Ao descrevermos as disposições do Art. 6.º da *Directiva Habitats*, referimos que qualquer projecto ou plano com potenciais impactes sobre um sítio RN2000 deve ser obrigatoriamente sujeito a uma avaliação ambiental, não podendo ser aprovado se a avaliação indicar que o projecto ou plano possa afectar negativamente a integridade do sítio³⁷.

Em relação a “projectos”, a orientação fornecida pela Comissão Europeia refere que a avaliação de impactes prevista poderá tomar a forma de uma *Avaliação de Impacte Ambiental* (AIA), segundo a Directiva 85/337/EEC (revista pela Directiva 97/11/EC), quando tal for exigido pela categoria do projecto. Se a categoria do projecto não o exigir, a referida avaliação pode tomar outras formas, desde que seja *registada*, capaz de *fornecer uma base para as fases seguintes* e, sobretudo, *suficientemente fundamentada para permitir que seja tomada uma decisão correcta*³⁸. Esta avaliação deve concentrar-se nas implicações para o sítio, em função dos seus objectivos de conservação e, quando apropriado, incluir a consulta do público em geral. Embora, a *Directiva Habitats* não especifique quando é apropriado obter a opinião do público, a consulta pública é uma componente essencial da Directiva 85/337/EEC e do respectivo procedimento de AIA. Assim, quando a avaliação requerida pelo n.º 3 do Art. 6.º toma a forma de um procedimento de AIA, a consulta pública é obrigatória.

Quando a avaliação ambiental não constitui uma AIA, a Comissão recomenda, no entanto, que esta recorra ao mesmo de tipo de metodologia do que a AIA sem, no entanto, ter que ser tão abrangente. A intenção por detrás da provisão de um procedimento similar tem a ver com a intenção de garantir a avaliação de todos os projectos que possam ter implicações para um sítio RN2000, mas que, por lei, não estão sujeitos às normas da AIA, reduzindo, assim, o âmbito da avaliação às implicações para o sítio em função dos seus objectivos de conservação. Em Portugal, tal procedimento é designado por *Análise de Incidências Ambientais* (AIncA)³⁹.

Contudo, e especialmente nos casos mais sensíveis, os documentos de orientação da Comissão Europeia recomendam a adopção do procedimento de AIA, sobretudo devido a três razões. A primeira é que os impactos ao nível da biodiversidade de um projecto poderão não ser adequadamente avaliados sem a consideração de outras componentes ambientais (como solo, água, paisagem, etc.), que estão previstas na AIA. A segunda tem a ver com a consideração de soluções alternativas e medidas de minimização que devem sempre fazer parte de uma AIA. Finalmente, ao incluir obrigatoriamente a componente de consulta pública, a AIA coaduna-se melhor com a *Convenção Aarhus*, a qual enfatiza a importância da consulta pública em relação aos processos de tomada de decisão ambiental, oferecendo mais garantias ao nível de registos e transparência (COM, 2000; COM, 2001).

³⁷ No entanto, poderá haver casos em que os projectos ou planos, estando em situações devidamente enquadradas, possam ser dispensados de avaliação de impactes ambientais.

³⁸ Ver COM (2000) e COM (2001) para mais informações relativamente ao modo como a Comissão se posiciona em relação a estes critérios em itálico.

³⁹ Aparece por vezes igualmente designado por *Avaliação de Incidências Ambientais* (AIncA) ou mesmo por *Estudo de Incidências Ambientais* (EIncA).

A um nível mais abrangente e de maior importância estratégica, a avaliação de impactes ambientais de planos ou programas toma a forma do procedimento de *Avaliação Ambiental Estratégica*, um instrumento proveniente da Directiva 2001/42 e transposto para o Direito nacional pelo DL. n.º 232/2007, de 15 de Junho. Segue-se uma breve descrição do funcionamento destes três procedimentos diferentes de avaliação de impactes ambientais, com distintos âmbitos e objectivos de aplicação: a *Análise de Incidências Ambientais* (AIncA), a *Avaliação de Impacte Ambiental* (AIA) e a *Avaliação Ambiental Estratégica* (AAE).

2.2.2 A Análise de Incidências Ambientais

Em Portugal, como já referido, o procedimento ao qual se recorre no lugar da AIA, quando esta não é obrigatória, é designado por *Análise de Incidências Ambientais* (AIncA), fundamentalmente decorrente do Art. 10.º do DL. n.º 49/2005, que altera e republica o DL. n.º 140/99⁴⁰. Exceptuando a orientação genérica fornecida pelo n.º 2 do mesmo Art. 10.º, não existe ainda uma base legal clara para discriminar a aplicação da AIncA e da AIA na prática. Usualmente, a última é reservada para projectos de maior dimensão e complexidade, reportando-se a um âmbito de análise mais alargado e aprofundado. No entanto, as variáveis constituem um contínuo do mais simples para o mais complexo, sem uma clara linha de demarcação definidora da aplicação de um ou de outro procedimento para os casos mais ambíguos. Importa referir que o próprio *Plano Sectorial* para a RN2000 prevê a dispensa de AIncA para projectos individuais quando se considerar que os objectivos da RN2000 se encontram suficientemente salvaguardados por planos de ordenamento ou gestão. Na prática, uma vez que não existe um procedimento universal para a AIncA⁴¹, a sua aplicação em zonas RN2000 depende da existência de *Planos de Ordenamento de Áreas Protegidas* (quando o sítio RN2000 coincide com uma área protegida) ou de planos de gestão. Tipicamente, a sua aplicação não tem incluído formas de participação pública, envolvendo meramente as autoridades administrativas (usualmente o ICNB) e os proponentes do projecto.

2.2.3 A Avaliação de Impacte Ambiental (AIA)

Em Portugal, as Directivas europeias que estabelecem o regime jurídico da AIA, isto é, a Directiva 85/337/EEC, depois da revisão introduzida pelas Directivas 97/11/EC e 2003/35/CE, encontram-se actualmente transpostas para o Direito nacional pelo DL. n.º 197/2005 de 8 de Novembro⁴². Segundo a referida legislação, os projectos abrangidos pelos critérios que regem a

⁴⁰ É este Art. 10.º que transpõe o Art. 6.º da *Directiva Habitats*.

⁴¹ Embora o n.º 6 do Art. 10.º determine que: «A análise de incidências ambientais abrange: a) A descrição da acção, plano ou projecto em apreciação, individualmente ou em conjunto com outras acções, planos ou projectos; b) A caracterização da situação de referência; c) A identificação e avaliação conclusiva dos previsíveis impactes ambientais, designadamente os susceptíveis de afectar a conservação de habitats e de espécies da flora e da fauna; d) O exame de soluções alternativas; e) Quando adequado, a proposta de medidas que evitem, minimizem ou compensem os efeitos negativos identificados».

⁴² Ao longo das duas últimas décadas, a respectiva legislação tem sido revista e alterada. A primeira directiva AIA foi transposta pelo DL. n.º 186/90, alterado pelo DL. n.º 278/97. O DL. n.º 69/2000 revogou a legislação anterior, com a inclusão das alterações introduzidas pela Directiva 97/11/CE. O actual DL. n.º 197/2005 veio dar uma nova redacção ao DL. n.º 69/2000, transpondo parcialmente a Directiva 2003/35/CE.

aplicabilidade da AIA necessitam de ser submetidos ao procedimento antes que possam ser licenciados, ficando para tal condicionados a uma decisão favorável resultante da AIA, na forma da *Declaração de Impacte Ambiental*⁴³.

O leitor não familiarizado com o procedimento de AIA poderá encontrar uma sucinta descrição das fases do procedimento de AIA no nosso Anexo 1, centrando-se esta secção nos aspectos mais directamente relacionados com a nossa investigação, isto é, a emissão de pareceres e, em particular, a componente da consulta pública⁴⁴. Referir-nos-emos à última versão da legislação relativa ao regime de AIA, o DL. n.º 197/2005, usando, contudo, a nova terminologia institucional que resultou das reformas ao nível da orgânica administrativa posteriores ao referido Decreto-Lei. Na sua globalidade, o procedimento de AIA é constituído pelas seguintes fases:

- i. *Definição do âmbito do Estudo de Impacte Ambiental* (EIA) - (fase facultativa)
- ii. Elaboração e apresentação do EIA
- iii. Apreciação técnica do EIA
- iv. Consulta Institucional
- v. Consulta Pública
- vi. Elaboração do parecer técnico final da AIA
- vii. Emissão da proposta de Declaração de Impacte Ambiental (DIA)
- viii. Emissão da DIA
- ix. Pós-avaliação Geral
 - a) Verificação da conformidade do projecto de execução com a DIA
 - b) Monitorização
 - c) Auditorias

Na forma como o procedimento está legalmente previsto, existem três fases que proporcionam a recolha de pareceres externos à *Comissão de Avaliação* (CA). Esta é instituída pela *Autoridade de AIA* em cada procedimento de AIA para fazer uma apreciação do EIA em questão e emitir um parecer que servirá de fundamento para a emissão da DIA, que corresponde à decisão final sobre a avaliação ambiental do projecto. Frequentemente inexistente, a primeira destas três oportunidades corresponde à eventual componente de consulta pública da fase 1, a *Definição do âmbito do EIA*, uma fase opcional para o proponente. Por iniciativa do proponente e mediante decisão da CA, a proposta de definição do âmbito do EIA pode ser objecto de consulta pública. A vantagem de se recorrer à consulta pública aqui é justificada pela possibilidade de, numa fase inicial, antecipar e reduzir situações futuras de conflito com ganhos claros ao nível das decisões administrativas que poderão ser tomadas acerca do projecto (CEDOUA, 2002)⁴⁵.

A segunda oportunidade para a recolha de opiniões externas, está relacionada com a fase iv, a fase de *Consulta Institucional*, em que a autoridade de AIA solicita a determinadas entidades públicas com competências para a apreciação do projecto que produzam e enviem um parecer sobre o projecto e o respectivo EIA. Normalmente, estas entidades são consideradas pela

⁴³ Acerca de alguns aspectos relacionados com a implementação do procedimento de AIA, ver a secção 3.4.

⁴⁴ Para mais detalhes, entre muitas possíveis fontes, afigura-se-nos particularmente útil a publicação *Regime Jurídico da Avaliação de Impacte Ambiental em Portugal - Comentário* (CEDOUA, 2002).

⁴⁵ Consequentemente, os mesmos autores defendem a obrigatoriedade da consulta pública nesta fase.

autoridade de AIA como particularmente relevantes e centrais para o procedimento em causa, incluindo tipicamente organismos da administração central (incluindo aqueles com serviços desconcentrados) com tutelas específicas, administrações locais, instituições de investigação e de ensino superior, empresas públicas e, mais raramente, ONGs ambientais⁴⁶.

Finalmente, a terceira oportunidade corresponde à *Consulta Pública* propriamente dita, também frequentemente designada por “participação pública”. Esta dura entre 20 a 50 dias, consoante a tipologia do projecto e o entender da autoridade de AIA. Neste período, o *público interessado* poderá submeter pareceres com comentários, sugestões, críticas sobre o projecto e o respectivo EIA sob consideração, assim como uma tomada de posição acerca da eventual aprovação do projecto. O termo “público interessado” é definido pelo Art. 2.º como:

«os titulares de direitos subjectivos ou de interesses legalmente protegidos, no âmbito das decisões tomadas no procedimento administrativo de AIA, bem como o público afectado ou susceptível de ser afectado por essa decisão, designadamente as organizações não governamentais de ambiente (ONGA)»⁴⁷.

De acordo com o n.º 4 do Art. 14.º, compete à autoridade de AIA decidir — em função da natureza e complexidade do projecto, dos seus impactes ambientais previsíveis ou do grau de conflitualidade potencial da sua execução — a forma de concretização da consulta pública. Esta poderá incluir a realização de *audiências públicas* (cujas condições são igualmente definidas pela autoridade de AIA) ou «constituir qualquer outra forma adequada de auscultação do público interessado». Na prática, para além do referido período de recolha de pareceres, realiza-se ocasionalmente, para alguns projectos considerados de maior complexidade, um procedimento usualmente designado por “sessão pública de esclarecimento”, em que o projecto e o respectivo EIA são apresentados perante um público. Nestas sessões, encontram-se, usualmente, representantes do proponente, da CA e da entidade responsável pela elaboração do EIA. A seguir à apresentação, segue-se normalmente um momento em que o público é convidado a fazer comentários e a levantar questões, que são respondidas pelas entidades competentes presentes. É frequente distribuírem-se fichas individuais de participação que o público presente pode preencher com comentários e entregar no final da sessão (ou posteriormente, desde que nos prazos estipulados para a consulta pública) para futura consideração. No prazo de 15 dias após a realização da consulta pública, a autoridade de AIA elabora e envia à CA o *Relatório da Consulta Pública*, o qual deverá conter a descrição dos meios e formas escolhidas para a publicitação do projecto e participação dos interessados, bem como a síntese das opiniões predominantemente expressas e a respectiva representatividade.

As Figuras 2.6 e 2.7 traçam, relativamente à década entre 2000 e 2010, um perfil estatístico da variação da tipologia dos projectos submetidos ao procedimento AIA em Portugal, assim como da evolução do tipo de decisões⁴⁸. De forma a ilustrar a correlação entre o tipo de decisão atribuída

⁴⁶ É de notar que, frequentemente, nem todas as entidades solicitadas respondem ao pedido e, por outro lado, algumas das entidades solicitadas a pronunciar-se durante a consulta institucional acabam por enviar o seu parecer durante a fase de consulta pública.

⁴⁷ Esta definição já representa um alargamento em relação ao DL. n.º. 69/2000, cuja definição dos “interessados” se centrava muito na questão da residência como critério principal para definir “proximidade” e, portanto, a legitimidade para participar.

⁴⁸ Toda a informação estatística e respectivo tratamento gráfico que se segue foi por nós construída a partir de dados fornecidos pela Agência Portuguesa do Ambiente relativamente a 1065 processos.

e o tipo de projectos, as Figuras 2.8 e 2.9 representam, respectivamente, relativamente ao mesmo período, a evolução do tipo de decisões favoráveis e desfavoráveis em relação à tipologia de projectos submetidos a AIA.

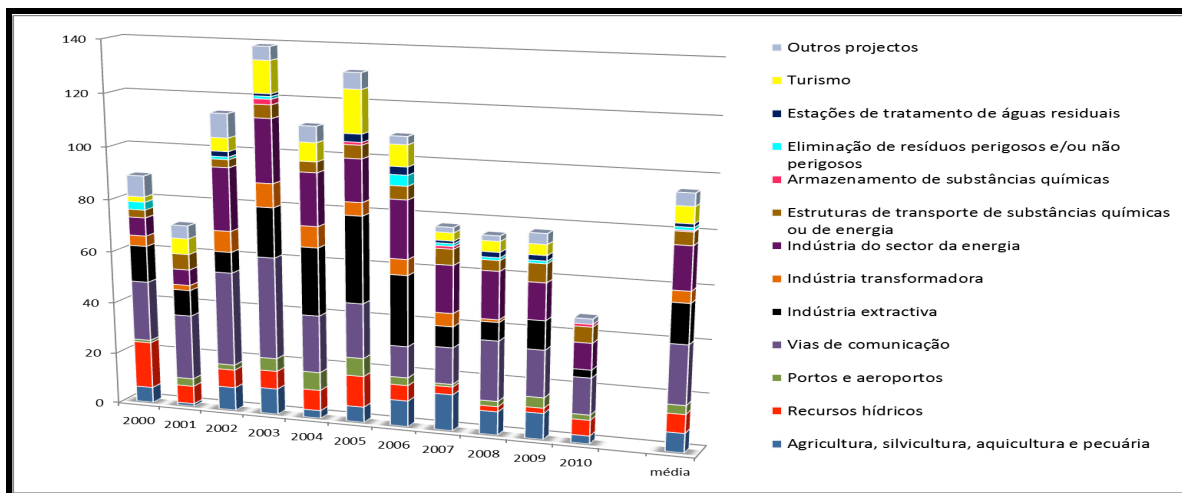


Figura 2.6 – Tipologia de todos os projectos submetidos a AIA ao nível nacional ao longo da última década.

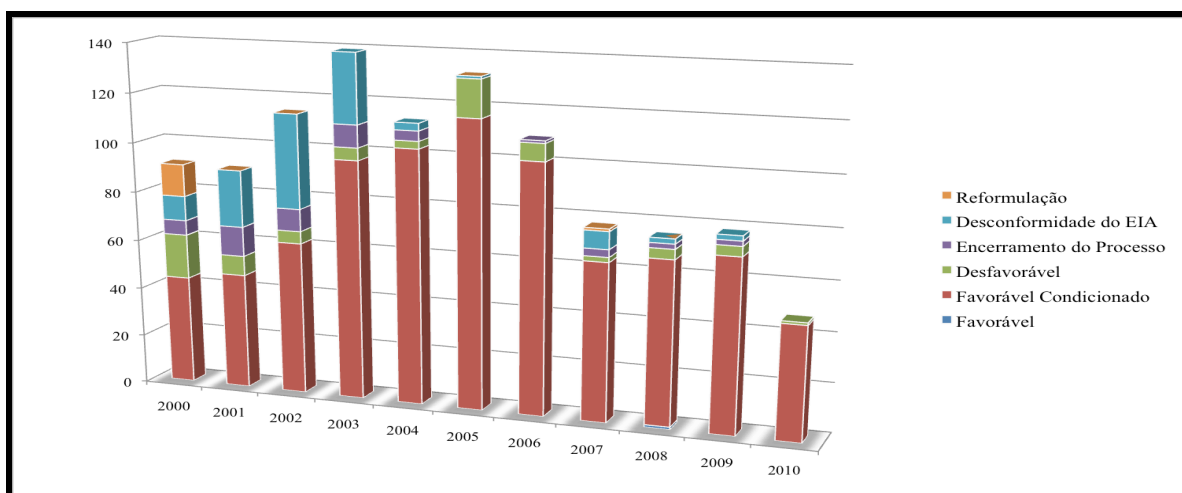


Figura 2.7 – Variação do tipo de decisões relativas a todos os projectos submetidos a AIA ao nível nacional ao longo da última década.

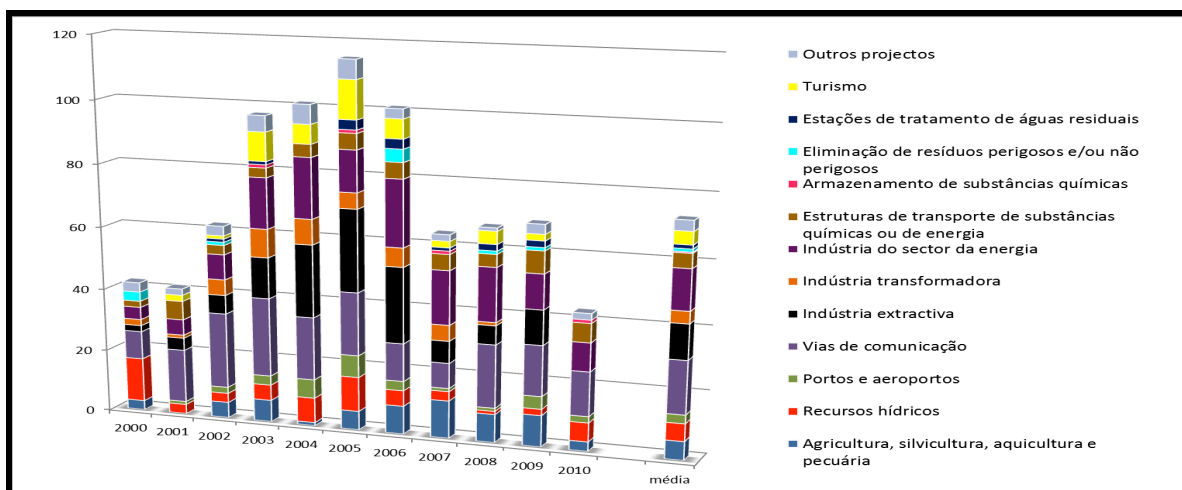


Figura 2.8 – Tipologia dos projectos com decisão favorável (*Favorável Condicionado* e *Favorável*) ao longo da última década.

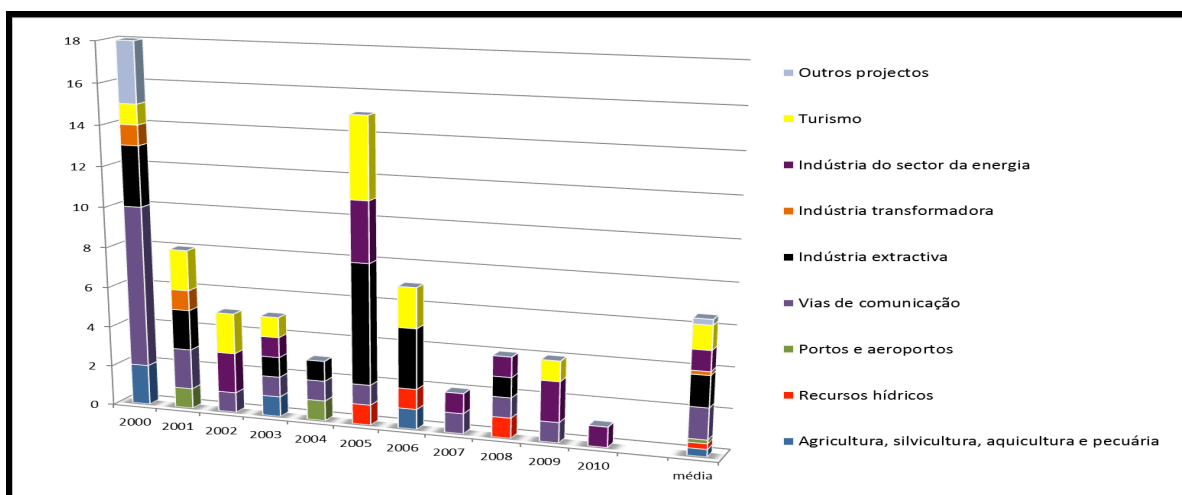


Figura 2.9 – Tipologia dos projectos com decisão *desfavorável* ao longo da última década.

Entre os aspectos que nos parecem mais notáveis deste panorama, destacamos a tendência para um decréscimo no número de projectos submetidos a AIA, que poderá estar relacionado com a desaceleração económica e a diminuição de investimento dos últimos anos. Eventualmente, este decrescimento poderá estar também associado ao crescente uso da estratégia por parte dos promotores de diminuir a dimensão dos projectos para que estes não devam obrigatoriamente ser submetidos a AIA⁴⁹. Relativamente aos tipos de decisões que resultaram dos procedimentos AIA, temos assistido a uma homogeneização dos seus desfechos. Por um lado, destaca-se a ausência quase total de decisões puramente favoráveis, sendo que a AIA, quando favorável aos projectos, tem implicado quase sempre, pelo menos na teoria, certos condicionamentos e limites à sua execução. Por outro, tornaram-se mais raros os casos de *Encerramento do Processo*, *Desconformidade do EIA* e *Reformulação*, o que poderá estar relacionado com a acumulação de experiência com o procedimento por parte dos principais actores envolvidos, isto é, das autoridades

⁴⁹ Com efeito, seria interessante comparar a tendência de evolução no número de licenciamentos concedidos a projectos que não carecem de submissão a AIA de forma a explorar esta hipótese.

AIA, dos proponentes e das entidades contratadas para elaborar o EIA. Assim, embora se verifique um número menor de projectos a ser submetido a AIA, a proporção relativa da sua favorabilidade tem vindo a aumentar.

Em relação à componente de consulta pública acima descrita, julgamos relevante traçar igualmente um perfil da realidade nacional ao nível da proveniência e quantidade de participação que se tem verificado⁵⁰. A Figura 2.10 representa, de forma agregada, a evolução da quantidade e a da proveniência dos pareceres recebidos no âmbito de um universo de 824 projectos.

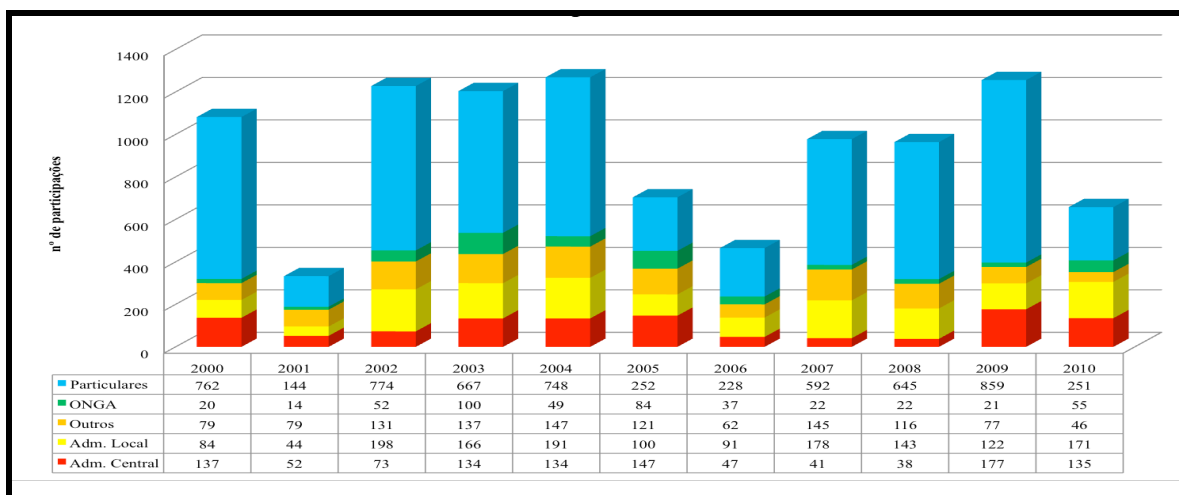


Figura 2.10 – Variação, ao longo da última década, da tipologia da proveniência dos pareceres submetidos durante a *Consulta Pública*, excluindo discrepâncias com mais de 450 pareceres de particulares por projecto⁵¹.

Sobretudo em relação aos pareceres de particulares, verificam-se oscilações consideráveis na sua quantidade de ano para ano, provavelmente relacionadas com as variações da tipologia dos projectos individuais avaliados em cada ano. A comparação com a Figura 2.6 não permite estabelecer correlações entre o perfil de participação e a tipologia de projectos. Parece-nos que, no contexto de outras investigações, seria relevante avaliar eventuais correlações de forma detalhada, de modo a se estabelecer um perfil de participação para cada tipo de projecto, assim como eventuais correlações com a própria decisão final do procedimento AIA. À partida, no entanto, e de acordo com a nossa experiência ao contactar com os dados fornecidos pela Agência Portuguesa do

⁵⁰ Enquanto os gráficos anteriores se referem à totalidade dos projectos submetidos a AIA, os gráficos relativos à *Consulta Pública* não abrangem o total absoluto (1065) dos projectos avaliados durante o referido período. Os dados fornecidos pela Agência Portuguesa do Ambiente apresentavam lacunas importantes relativas às consultas de alguns projectos que, por essa razão, não foram contabilizados de modo a não distorcer a representatividade estatística dos gráficos, tendo-se reduzido o universo considerado a 824 projectos, 77% do número total inicial.

⁵¹ Do referido universo de 824 projectos, existe um pequeno grupo de projectos que, devido à sua natureza e abrangência geográfica (tratando-se sobretudo de vias de comunicação), recebeu um número de pareceres muito mais elevado do que a vasta maioria dos projectos. Decidimos, de modo a não distorcer a sua representatividade, subtrair a estes dados sete projectos (em 824) que apresentam, de forma muito discrepante, mais de 450 pareceres submetidos por particulares. Notamos ainda que os abaixo-assinados, independentemente do número de assinaturas que agregam, são contabilizados como apenas um parecer e que as fichas de participação individuais, mesmo que parcamente preenchidas, são contabilizadas como pareceres individuais.

Ambiente, parece-nos razoável afirmar que, em geral, projectos que afectem directamente a vida de muitas pessoas (como as vias de comunicação ou os grandes aproveitamentos hidroeléctricos), ou que mobilizem de forma intensa interesses locais (como certos empreendimentos percebidos como importantes para o desenvolvimento local), tendem a atrair uma quantidade de pareceres muito acima da média (sobretudo de particulares). Observa-se também que, dada a tendência de decréscimo sugerida pela Figura 2.6, a constância relativa da Figura 2.10 corresponderá, provavelmente, a uma tendência de aumento relativo da quantidade de pareceres submetidos. A Figura 2.11, por sua vez, traça-nos o perfil médio de participação da consulta pública de um projecto “típico” que, em média, recebe cerca de 12 pareceres (normalmente entre 2 a 15). O grupo “Outros” inclui proveniências díspares que podem incluir associações profissionais ou políticas, outros tipos de ONGs, instituições de investigação e de ensino superior e empresas públicas ou privadas.

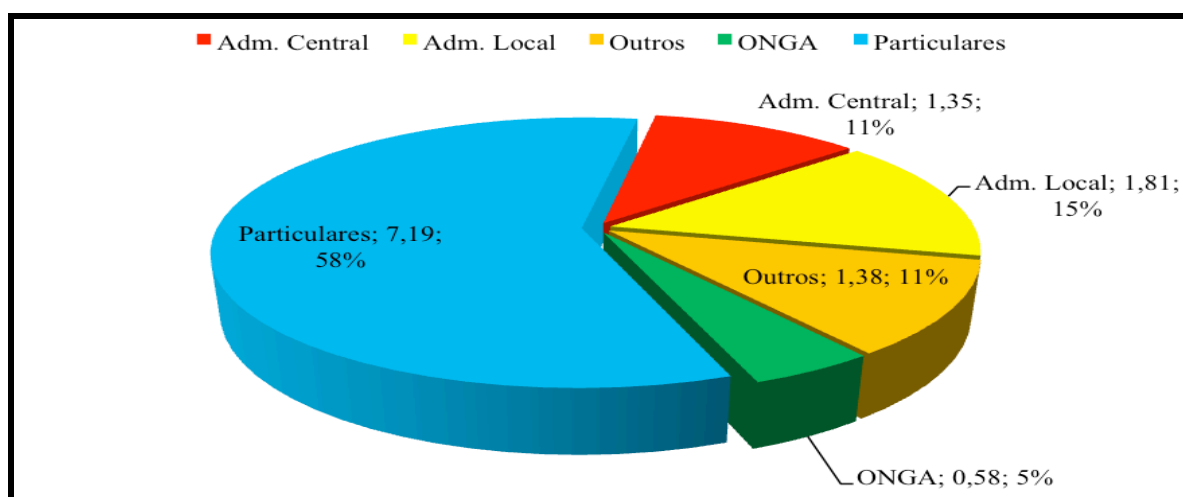


Figura 2.11 – Proveniência média dos pareceres submetidos durante a *Consulta Pública* por projecto ao longo da última década⁵².

2.2.4 A Avaliação Ambiental Estratégica (AAE)

Tal como a legislação relativa à RN2000 e à AIA, em Portugal o procedimento de *Avaliação Ambiental Estratégica* (AAE) provém da legislação comunitária, tendo sido introduzido pela Directiva 2001/42 e transposto para o Direito nacional pelo DL. n.º 232/2007, de 15 de Junho. A AAE tem como objectivo efectuar uma avaliação estratégica de determinados planos e programas públicos, de modo a identificar atempadamente efeitos negativos imprevistos⁵³. No caso da RN2000, a AAE responde actualmente à exigência de avaliação ambiental dos impactes de planos

⁵² Este gráfico, que nos oferece uma imagem de um projecto médio ao nível da composição do perfil de participação, foi calculado da seguinte maneira. Em primeiro lugar, foi contado o número total de projectos a considerar (824), de forma a chegar ao número de participações por ano/por categoria de participante. A seguir foram somadas todas as participações dos 11 anos por categoria, sendo esses totais divididos pelo número total de projectos (824).

⁵³ Embora a AAE tenha sido inicialmente desenvolvida para avaliar as implicações ambientais de “políticas”, “planos” e “programas” (comumente designados por PPPs), a directiva europeia que rege a aplicação da AAE no espaço da UE não inclui, por defeito, “políticas”.

prevista pelo n.º 3 do Art. 6.º da *Directiva Habitats* (ver secção 2.1.4). Tal como fizemos em relação à AIA, incluímos no Anexo 1 uma breve descrição do procedimento de AAE para a conveniência do leitor que, de qualquer modo, se deverá dirigir à referida legislação para informação mais detalhada. Aqui referir-nos-emos apenas aos elementos que consideramos mais centrais, sobretudo no que concerne os princípios gerais da AAE e os aspectos relacionados com a participação.

Tanto a directiva como a sua transposição nacional estipulam apenas os requerimentos mínimos do procedimento de AAE, sendo possível recorrer a práticas metodológicas mais detalhadas e completas. Nesse sentido, e tal como previsto pelo DL. n.º 232/2007, a Agência Portuguesa do Ambiente publicou, em 2007, um *Guia de Boas Práticas para Avaliação Ambiental Estratégica — orientações metodológicas* (Partidário, 2007), o qual pretende não só orientar a implementação portuguesa da AAE para um cumprimento adequado dos requisitos mínimos, como também levar à standardização de uma metodologia de base estratégica para a AAE que garanta uma maior integração de políticas e procedimentos e, portanto, um cumprimento mais pleno dos objectivos da AAE⁵⁴. Segundo a Agência Portuguesa do Ambiente, esta base metodológica tem sido adoptada por uma larga maioria dos procedimentos de AAE até agora realizados em Portugal.

Muito sucintamente, os planos e programas públicos abrangidos pela directiva estão sujeitos a uma avaliação ambiental durante a sua preparação e antes da sua adopção. Esta inclui a elaboração de um *Relatório Ambiental* no qual são identificados os efeitos significativos prováveis no ambiente e as alternativas razoáveis, bem como a realização de consultas (ao público, às autoridades ambientais e a outros Estados-Membros no caso de impactes transfronteiriços). O *Relatório Ambiental* e os resultados das consultas são tidos em conta antes da adopção dos planos e programas. Uma vez adoptados, as autoridades ambientais e o público são informados, sendo-lhes disponibilizada informação relativamente à avaliação e às opções adoptadas. A AAE não dispõe de um procedimento obrigatório tão rígido e faseado como a AIA, podendo, no entanto, a sua aplicação ser mais ou menos influenciada pelo procedimento de AIA. Na sua implementação, tem sido sobretudo destacada a centralidade dos seus princípios, a saber:

«...princípios de responsabilização, de participação e de transparência, bem como a sua capacidade de acompanhar, de modo iterativo e facilitador, os ciclos de preparação, execução e revisão que caracterizam os processos de planeamento e de programação, por forma a influenciar a formulação e discussão de estratégias de acção, bem como apoiar a decisão sobre as grandes opções de desenvolvimento quando as mesmas ainda se encontram abertas.» (Partidário, p. 10, 2007).

De acordo com a proposta metodológica de Partidário (2007), na AAE os factores motivadores de impacto são as intenções ou os objectivos estratégicos de desenvolvimento, correspondentes a modelos de desenvolvimento territorial, económico e social, com objectivos e metas definidos à luz de uma visão a longo prazo, apoiando-se num quadro de grandes opções de desenvolvimento que permitam atingir esses mesmos objectivos e metas. Ao nível de planos e programas, a AAE considera as acções concretas, que se apresentam como soluções de planeamento ou programáticas, como meios para atingir os objectivos propostos, e não como fins. O objecto de avaliação da AAE deverá manter-se sempre centrado na estratégia de

⁵⁴ A referida publicação encontra-se disponível em: http://www.apambiente.pt/Instrumentos/avaliacaoambientalestrategica/aplicacaodaAAE/Documents/GuiaAAE_APA.pdf

desenvolvimento que se executa através desse conjunto de acções, as quais, individualmente, não constituem o objecto de avaliação da AAE. Assim, a AAE visa apreciar o mérito (oportunidade) ou os riscos de prosseguir determinadas estratégias de desenvolvimento territorial e sectorial e, eventualmente, propor melhores “direcções” para as estratégias a seguir. Nesse quadro estratégico, a aplicação da AAE necessita de dispor de um quadro político estável e de linhas de orientação (e.g., a *Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável*) em relação ao que é definido como um futuro desejável e sustentável, para que este se possa assumir como referencial e, consequentemente, como uma base de suporte mais robusta para a avaliação (Partidário, 2007).

Como se depreende a partir da descrição do procedimento de AAE no nosso Anexo 1, a AAE prevê no mínimo três momentos de reunião de pareceres, um na fase de *Definição de Âmbito* e os outros relativamente à apreciação do *Relatório Ambiental*. Existe facultativamente ainda um outro momento, prévio à AAE propriamente dita. Sendo que compete à entidade responsável pela elaboração do plano ou programa averiguar se o mesmo se encontra sujeito a avaliação ambiental, a mesma entidade poderá optar por consultar as entidades às quais, em virtude das suas responsabilidades ambientais específicas, possam interessar os efeitos ambientais resultantes da aplicação do plano ou programa. Segundo o n.º 3 do Art. 3.º do DL. n.º 232/2007, as *entidades com responsabilidade ambiental específica* incluem a Agência Portuguesa do Ambiente, o Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ICNB), o Instituto da Água (INAG), as Administrações de Região Hidrográfica (ARHs), as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDRs), as autoridades de saúde e os municípios da área abrangida pelo plano ou programa.

Já a consulta relativa à *definição de âmbito da avaliação ambiental* é obrigatória, tratando-se aqui de uma consulta institucional com o mesmo grupo de entidades acima mencionado. Em contraste, lembramos que no procedimento AIA, tanto a definição de âmbito do EIA como a respectiva consulta pública são procedimentos opcionais.

Uma vez produzido o *Relatório Ambiental*, a entidade responsável pela sua elaboração promove a consulta do mesmo grupo de entidades com responsabilidade ambiental específica já acima elencado, podendo consultar também, dependendo da natureza e complexidade do plano ou programa, instituições ou especialistas de reconhecido mérito na actividade ou área relacionadas com os objectos da consulta. No âmbito da consulta institucional da AAE, as referidas entidades devem emitir o seu parecer no prazo de 30 dias (n.ºs 1 a 3 do Art. 7.º).

O projecto de plano ou programa e o respectivo relatório ambiental são igualmente submetidos a consulta pública, num prazo não inferior a 30 dias, tendo em vista a recolha de observações e sugestões formuladas por associações, organizações ou grupos não governamentais e pelos interessados que possam, de algum modo, ter interesse ou ser afectados pela sua aprovação ou pela futura aprovação de projectos por aquele enquadrados (n.ºs 6 e 7 do Art. 7.º).

Relativamente aos aspectos relacionados com a consulta pública, importa referir que o DL. n.º 232/2007 não só transpõe a Directiva 2001/42/CE, mas também a Directiva 2003/35/CE, relativa à aplicação da *Convenção de Aarhus*, estabelecendo a participação do público na elaboração de certos planos e programas relativos ao ambiente. Abraçando a noção de direitos ambientais enquanto direitos humanos, a *Convenção de Aarhus* assenta em três pilares: o acesso à informação, a participação pública e o acesso à justiça. Mais concretamente, isto traduz-se na ideia

de que qualquer pessoa tem o direito de viver num ambiente saudável, assim como a obrigação de proteger o ambiente. Segundo a convenção, para serem capazes de usufruir deste direito e cumprir a sua obrigação, os cidadãos devem ter acesso à informação, poder participar nos processos de tomada de decisão, assim como ter acesso à justiça no âmbito de questões ambientais.

A UE, assinante da convenção, teve que aprovar e adoptar regulamentação própria que, por um lado, permitisse a conformidade das próprias instituições europeias com as disposições da convenção (regulamentos⁵⁵) e, por outro, se aplicasse aos Estados-Membros (directivas). Assim, em 2003 foram aprovadas duas directivas pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho (2003/4/CE, de 28 de Janeiro e 2003/35/CE de 26 de Maio), as quais se aplicam, respectivamente, ao acesso do público à informação sobre o ambiente e à participação do público na elaboração de certos planos e programas relativos ao ambiente⁵⁶. A aplicação da *Convenção de Aarhus* tem também implicado alterações na legislação anterior à sua adopção. Por exemplo, levou a alterações na directiva relativa à prevenção e controlo integrados da poluição e foi a motivação principal das revisões efectuadas ao regime jurídico de AIA. Tal como a *Directiva AAE*, a *Directiva Quadro da Água* (DQA) incorporou já os princípios da convenção, fazendo com que a governação dos recursos hídricos ao nível das bacias hidrográficas inclua obrigatoriamente processos e mecanismos participativos. As Directivas RN2000 não sofreram revisões neste sentido, mas as principais recomendações relativas à sua implementação têm, ao nível comunitário, insistido na integração dos princípios da *Convenção de Aarhus*, principalmente em relação à formulação de planos de gestão dos sítios RN2000, numa perspectiva de minimizar alguns dos problemas e tensões sentidas na primeira fase de selecção e designação dos sítios (ver secção 3.1).

Conclusão

Através da designação de áreas que compõem uma vasta rede ecológica ao nível europeu, a RN2000 tem como um dos seus objectivos principais a compatibilização das actividades humanas com a manutenção (ou a reposição) de um estatuto de conservação favorável de determinadas espécies e habitats. Como um dos aspectos centrais da protecção legal destes elementos, o Art. 6.º da *Directiva Habitats* determina que certas intervenções (projectos, planos ou programas) sejam sujeitas a uma avaliação ambiental das suas incidências sobre os sítios concretos no que se refere aos objectivos de conservação do mesmo. Consoante as características das intervenções consideradas, esta avaliação pode tomar a forma de uma AIA (no caso de certos projectos) ou de uma AAE (no caso de certos planos ou programas). Estes procedimentos incluem obrigatoriamente mecanismos de consulta pública, cujos pareceres constituem o principal objecto da análise desenvolvida neste trabalho relativamente ao contexto da ZPE *Ria de Aveiro*. O esquema da Figura

⁵⁵ A nível interno das instituições europeias, a convenção é aplicada pelo Regulamento (CE) n.º 1367/2006, designado por *Regulamento de Aarhus* que, por sua vez, foi aplicado através de duas Decisões da Comissão: 2008/50/CE e 2008/401/CE.

⁵⁶ Quanto ao terceiro pilar e à eventual criação de uma directiva relativa ao acesso à justiça em material de ambiente, a Comissão Europeia apresentou uma proposta em 2003, a qual foi aceite pelo Parlamento Europeu, mas bloqueada por um conjunto de governos no Conselho de Ministros. Esta situação continua pendente até à data.

2.12 pretende, de forma simplificada, ilustrar algumas das principais relações entre os vários elementos que fomos referindo até aqui.

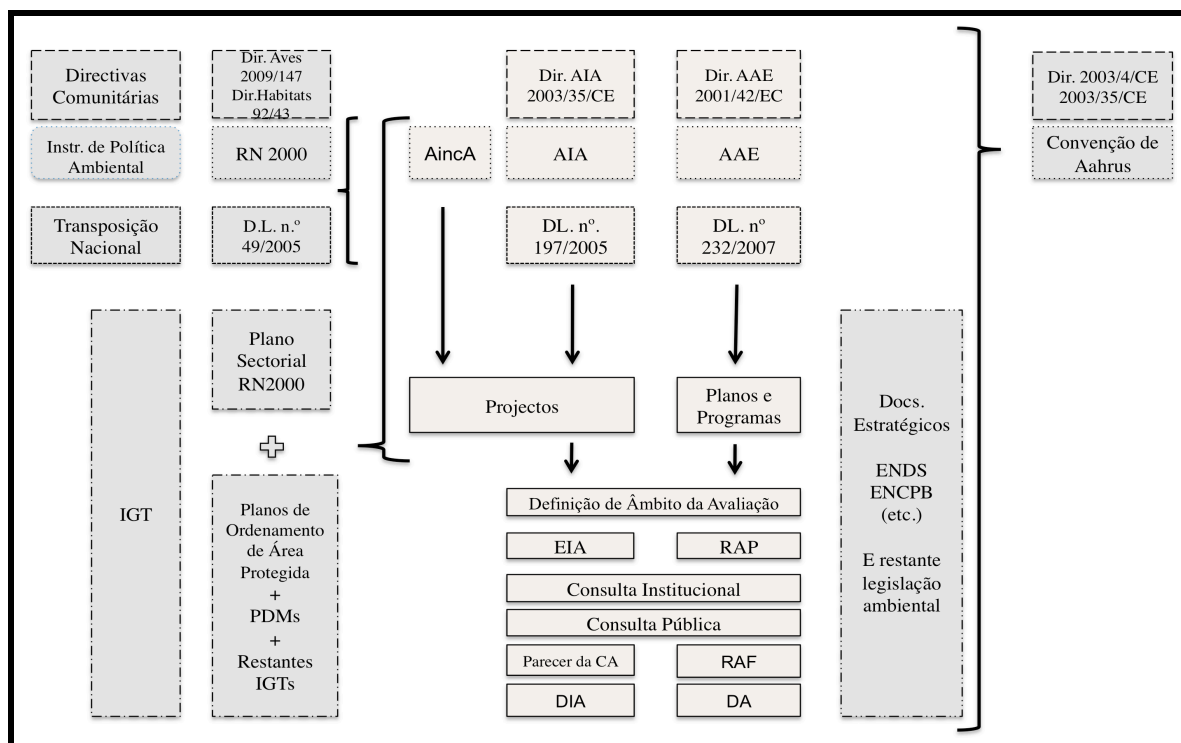


Figura 2.12 – Esquema relacional dos elementos centrais da avaliação de impactes ambientais com incidência sobre áreas *Rede Natura 2000*.

Ao longo deste capítulo, ficou evidente o quanto a esfera legislativa dos referidos elementos é marcada pelo Direito Comunitário, em que os regimes jurídicos da RN2000, AIA e AAE derivam de directivas comunitárias. Por outro lado, o funcionamento das respectivas componentes de consulta pública encontra-se ajustado às exigências da Directiva 2003/35/CE que aplica os princípios da *Convenção de Aarhus* ao nível da participação pública. Os dois procedimentos pretendem também assegurar um grau de transparência e de disponibilização de documentação ao público que satisfaça as exigências que emanam da mesma convenção ao nível do direito à informação em questões ambientais (Directiva 2003/4/CE)⁵⁷.

As avaliações que decorrem no âmbito dos procedimentos de AIA e de AAE procuram, pelo menos em teoria, fazer um balanço e uma ponderação dos efeitos dos projectos, planos ou programas em causa, no que é expectável em termos das suas consequências ambientais e socioeconómicas. No entanto, esta ponderação ocorre também enquadrada por um conjunto de documentos relativos às várias escalas de instrumentos de gestão do território, à legislação ambiental sobre vários sectores (como, por exemplo, os resíduos ou os recursos hídricos) e às várias políticas estratégicas e sectoriais que operam em escalas diferentes⁵⁸. Estes últimos são

⁵⁷ Estas peças do Direito Comunitário encontram-se plenamente transpostas para o Direito nacional sendo, portanto, a respectiva legislação que se aplica directamente aos projectos e ao plano estratégico em causa.

⁵⁸ Mais à frente, veremos que estes elementos manifestam-se também nos ditos pareceres, caracterizando e moldando o seu cenário discursivo.

particularmente centrais no caso da AAE, que se pauta por uma consideração de um quadro de referência estratégico, composto por elementos de amplo alcance como a *Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável*, o *Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território* e a *Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade*. Devido ao seu número e complexidade, que resulta da sua frequente sobreposição, é impraticável fazer uma consideração completa de todos esses elementos⁵⁹. Assim, esta contextualização institucional centrou-se numa descrição genérica do funcionamento legal da RN2000 e dos referidos procedimentos de avaliação ambiental. O capítulo seguinte, com o intuito de enquadrar e delimitar o âmbito da investigação, incluirá considerações acerca da implementação destes instrumentos de política ambiental a partir de uma perspectiva bibliográfica.

⁵⁹ Ver secção 5.1.7 para uma descrição do quadro de governação ambiental da região da Ria de Aveiro.

Capítulo III

Enquadramento da Investigação

| | |
|--|------------|
| Introdução | 67 |
| 3.1 Perspectivas sobre a <i>Rede Natura 2000</i> | 68 |
| 3.1.1 A <i>Rede Natura 2000</i> entre uma “ecologia de disciplinas” | 68 |
| 3.1.2 Dificuldades relativas à implementação da <i>Rede Natura 2000</i> | 70 |
| 3.1.3 A via da participação pública | 72 |
| 3.1.4 A via da sensibilização através da valoração dos serviços dos ecossistemas | 76 |
| 3.2 Contextualização da investigação | 82 |
| 3.2.1 A <i>Rede Natura 2000</i> , a protecção da biodiversidade e o património cultural | 83 |
| 3.2.2 A protecção da biodiversidade e a (des)continuidade narrativa | 85 |
| 3.2.3 A análise do discurso como abordagem ao(s) contexto(s) da <i>Rede Natura 2000</i> | 92 |
| 3.3 A aplicação da <i>Análise Crítica do Discurso</i> ao contexto da <i>Rede Natura 2000</i> | 94 |
| 3.3.1 Considerações introdutórias | 94 |
| 3.3.2 O conceito de <i>convergência narrativa</i> | 95 |
| 3.3.3 Potenciais contributos da abordagem proposta | 98 |
| 3.4 Perspectivas sobre a participação pública no âmbito da AIA/AAE | 100 |
| 3.4.1 A implementação da AIA/AAE e o seu lugar nos processos decisórios | 100 |
| 3.4.2 Perspectivas sobre a participação pública no âmbito da avaliação ambiental | 104 |
| 3.4.3 A análise do discurso como potenciador da aprendizagem social no âmbito da avaliação ambiental | 109 |
| Conclusão | 110 |

«Conheço, como moradora, a localidade da Barra há mais de 40 anos. Tenho acompanhado com alguma apreensão as transformações que neste período foram ocorrendo na Barra, na Ria e nas suas margens, quer enquanto moradora, quer ainda como pessoa que preza o ambiente que herdámos dos nossos Pais e do qual teremos que dar conta aos nossos filhos.»
Particular C44, l. 8-10

Introdução

O Capítulo III reúne, em primeiro lugar, um conjunto de contributos e perspectivas sobre a *Rede Natura 2000* (RN2000) e as políticas de conservação da biodiversidade, enunciando algumas das dimensões que têm sido exploradas por diversas linhas de investigação com o intuito de dar resposta aos problemas sentidos ao longo da sua implementação. De forma mais extensa, são abordadas duas vias que têm, recentemente, vindo a ganhar importância para a governação ambiental: a crescente ênfase dada a formas de governação inclusiva e à sensibilização para a importância dos serviços dos ecossistemas, que tem assentado cada vez mais na sua tradução em valores monetários.

Em segundo lugar, este capítulo procura enquadrar e justificar a abordagem proposta nesta dissertação à luz de alguns dos referidos problemas e lacunas de investigação, apresentando as respectivas premissas e conceitos-chave. Neste contexto, procuramos, de forma genérica, justificar a relevância de abordagens ao discurso no contexto do desenvolvimento de esforços para a protecção da biodiversidade.

Numa terceira parte, são feitas considerações específicas acerca da nossa proposta de análise de discurso no âmbito da RN2000, nomeadamente em torno do significado da expressão “crítica” na designação *Análise Crítica do Discurso*, assim como dos contributos e potencial que, na nossa opinião, a mesma poderá trazer para a conservação da natureza e para uma governação mais sustentável. Não aprofundaremos aqui questões de carácter metodológico, as quais são tratadas extensivamente no capítulo seguinte⁶⁰.

Finalmente, no seguimento desta contextualização teórica, sintetizamos aspectos relevantes da bibliografia acerca da prática dos procedimentos de AIA/AAE e, em especial, das suas componentes de consulta pública, prestando particular atenção aos moldes em que os seus objectivos e a sua relação com o respectivo contexto decisório são considerados.

Desta forma, este capítulo procurará reunir de modo coerente os principais campos que a tese atravessa para, de forma mais detalhada do que no capítulo introdutório, a enquadrar e defender a sua relevância no âmbito das políticas do ambiente e da biodiversidade. No caso da RN2000 e dos procedimentos de avaliação ambiental, alguns dos elementos descritos no capítulo

⁶⁰ Sobretudo no que concerne o conteúdo da segunda e terceira parte, este capítulo constitui uma expansão e um aprofundamento do nosso artigo “Natura 2000 and the narrative nature of Nature: a case for Critical Discourse Analysis” publicado em *Journal of Integrative Environmental Sciences* (Sumares e Fidélis, 2011).

anterior de um ponto de vista “interno” (ou institucional) são aqui retomados e problematizados a partir de uma perspectiva bibliográfica.

3.1 Perspectivas sobre a *Rede Natura 2000*

3.1.1 A *Rede Natura 2000* entre uma “ecologia de disciplinas”

A vasta maioria das publicações acerca de questões relacionadas com a RN2000 aborda sobretudo aspectos técnicos associados às especificidades da gestão das respectivas áreas e das características biofísicas das espécies e dos habitats que pretende conservar. Neste âmbito, incluem-se a Biologia, a Ecologia, e o restante conjunto de disciplinas “exactas” que contribuem para o conjunto interdisciplinar das ciências da conservação. Por sua vez, a implementação da RN2000 enquanto instrumento de política do ambiente tem sido abordada a partir de ciências sociais tais como a Administração Pública, o Planeamento, a Economia, a Ciência Política, o Direito, a Sociologia e a Psicologia. Mais exactamente, os contributos produzidos não têm resultado especificamente destas disciplinas em si, mas quase sempre embora em grau muito variável, de combinações de teorias destas áreas. Mesmo quando partem de uma perspectiva mais especializada, os contributos da investigação em torno da implementação da RN2000 têm sido cada vez mais marcados por uma forte interdisciplinaridade, estabelecendo pontes explícitas entre diferentes ramos do conhecimento. Aliás, mais do que a recente tendência normativa para se enfatizar a importância da multi-, inter- e transdisciplinaridade em tudo o que diga respeito aos esforços para fazer face aos desafios da sustentabilidade, é necessário reconhecer, cada vez mais, que a própria RN2000, enquanto objecto de investigação, assim o exige, sob pena das diferentes abordagens serem pouco eficazes por não apreenderem a complexidade das interligações entre as esferas da actividade humana que as políticas de conservação intersectam. O próprio facto de se pensar acerca das interacções concretas entre a sociedade e a biosfera, a qual se procura proteger dos efeitos das diferentes (mas interligadas) actividades humanas, não permite, se se almejar percorrer um caminho construtivo, nenhuma outra alternativa que não seja a de um diálogo cada vez mais intenso entre disciplinas que constituem, ou que podem vir a constituir, uma ecologia de perspectivas (Funtowicz e Ravetz, 1993; Funtowicz *et al.*, 1998; Max-Neef, 2005; Hadorn *et al.*, 2006, Santos, 2007).

Com efeito, mais do que distinguir as perspectivas disciplinares em torno da RN2000, vale sobretudo a pena referir a variedade de dimensões inerentes à sua implementação que têm sido abordadas. Claramente, as interligações e intersecções entre estas são abundantes, de modo que, por razões práticas, procedemos à discriminação que se segue com a consciência da sua relativa artificialidade⁶¹. Assim, feitas as devidas ressalvas, estas dimensões têm incluído:

⁶¹Adicionalmente, dada a vasta abrangência disciplinar e o elevadíssimo volume de produção científica em torno da implementação da RN2000, não pretendemos com esta secção mais do que chamar a atenção para a diversidade de perspectivas e abordagens que um instrumento de política do ambiente como este pode suscitar. Assim, algumas das referências bibliográficas que incluímos, neste contexto, devem ser entendidas como meramente exemplificativas e nunca, em nenhum sentido, exaustivas. Devido ao imenso volume de publicações, as referências que incluímos a título ilustrativo na lista que se segue limitam-se a publicações a partir do ano 2005.

(i) a consideração de questões legais relativas à transposição das respectivas directivas comunitárias para os regimes jurídicos nacionais, assim como à respectiva interpretação no âmbito de decisões concretas e à luz dos princípios norteadores do Direito do Ambiente (Palerm, 2006; Unnerstall, 2006; de Nooij *et al.*, 2008; Unnerstall, 2008; CEDOUA, 2009);

(ii) o estudo dos custos financeiros envolvidos na gestão das áreas pertencentes à rede, assim como das questões relacionadas com a mensuração e avaliação económica de abordagens, decisões, e dos próprios valores naturais associados à conservação propriamente dita (Barberán *et al.*, 2005; Wätzold e Schwerdtner, 2005; Strange *et al.*, 2007);

(iii) o estudo alargado de processos decisórios associados à implementação da RN2000 e a relação destes com as decisões que daí decorrem, incluindo os eventuais respectivos efeitos sobre as políticas de conservação da natureza, as práticas associadas ao planeamento e a outras políticas de ambiente como a gestão dos recursos hídricos (Verschuuren, 2005; Papageorgiou e Vogiatzakis, 2006; Aperghis e Gaethlich, 2006; Palerm, 2006; Beunen, 2006; Beunen e Hagens, 2006; Apostolopoulou e Pantis, 2009; Beunen *et al.*, 2009; van Dijk e Beunen, 2009; Pavoola *et al.*, 2009; Beunen e Duineveld, 2010). No contexto desta dimensão mais genérica, encontram-se aqui aspectos mais específicos relacionados com: (iii.a) a integração da gestão das áreas RN2000 com os sistemas de planeamento territorial e o restante conjunto de legislação, políticas, e regimes de gestão de actividades com incidências espaciais directas (Hiedanpää, 2005; von Haaren e Reich, 2006; Stojanovic *et al.*, 2006; Gibbs *et al.*, 2007; Jolibert *et al.*, 2011; Beunen, 2010); (iii.b) a dimensão da legitimidade política dos referidos processos (McCauley, 2008; Keulartz e Leistra, 2008; Engelen *et al.*, 2008; Leibenath, 2008); (iii.c) o desenvolvimento e avaliação de processos participativos, deliberativos e colaborativos no âmbito de processos decisórios associados à RN2000 (PAGANINI, 2007; Unnerstall, 2008; Rauschmayer *et al.*, 2008; Rauschmayer *et al.*, 2009; Renn *et al.*, 2010; GoverNat, 2010); (iii.d) estudos comparativos entre as experiências de diferentes Estados-Membros (Unnerstall, 2008; Ferranti *et al.*, 2010; GoverNat, 2010; Beunen e de Fries, 2011); (iii.e) a articulação da RN2000 com a avaliação de impactes ambientais (Söderman, 2008);

(iv) a consideração da construção e do impacto de elementos relativos a representações, discursos, e identidade, por sua vez associados a formas diferentes de se conhecer e se relacionar com o espaço e os elementos “naturais” e “humanos” que o constituem, incluindo aspectos relacionados com a “ética ambiental” (Rosa e Silva, 2005; Scholl e Chilla, 2005; Catsadorakis, 2007; Bell *et al.*, 2008; Zwart, 2008; Swart, 2008; Korthals, 2008; Sumares e Fidélis, 2011; Beunen *et al.*, 2013);

(v) as percepções em torno da RN2000 e das respectivas estratégias de implementação (Visser *et al.*, 2007; Sumares, 2007; Oughton e Wheelock, 2008; Sumares e Fidélis, 2009; Dimitrakopoulos *et al.*, 2010; Mouro e Castro, 2010);

Não só as experiências com a implementação da RN2000 nos diferentes países da UE têm sido variadas, como também o grau com que têm sido abordadas pelas literaturas especializadas é diverso. Os Países-Baixos serão, parece-nos, o Estado-Membro onde, desde o arranque da rede, a sua implementação tem sido mais documentada e explorada. A um nível menos expressivo, por ordem decrescente, existem também vários contributos acerca da implementação do caso da

França, Alemanha, Reino Unido e Finlândia. O caso português, tal como a generalidade dos países nas regiões a sul e a leste da UE (com a excepção da Grécia), encontra-se relativamente pouco documentado (por exemplo Rosa e Silva, 2005; Freitas *et al.*, 2007; Fidélis e Sumares, 2007; Sumares e Fidélis, 2009; Mouro e Castro, 2010). Aos estudos que partem da iniciativa de instituições académicas, acrescentam-se ainda as publicações institucionais em torno da implementação da RN2000. Apresentando frequentemente perspectivas de largo espectro, estas tomam tipicamente a forma de relatórios de extensa dimensão e caracterizam-se pelo seu carácter normativo, isto é, por pretenderem avaliar especificamente o estado de implementação da rede e proceder à identificação de obstáculos, lacunas e melhores práticas que possam ser disseminadas. Neste âmbito encontram-se, por exemplo, as sínteses produzidas pela Comissão Europeia a partir dos relatórios que os Estados-Membros são regularmente obrigados a enviar acerca da evolução da implementação das *Directivas Aves* e *Habitats*⁶², assim como estudos encomendados por administrações a institutos de investigação. Sobretudo estes últimos destinam-se a orientar as opções a tomar no âmbito nacional, como é o caso do já mencionado estudo encomendado pelo governo português ao Instituto Superior de Agronomia para produzir estimativas dos custos necessários para financiar a rede em função das especificidades nacionais, assim como o abrangente relatório encomendado pelo governo holandês ao Alterra Institute em Wageningen, com o intuito de aprender com os sucessos e os fracassos dos outros Estados-Membros nesta matéria (Neven *et al.*, 2005)⁶³.

3.1.2 Dificuldades relativas à implementação da *Rede Natura 2000*

As experiências com a implementação da RN2000 variam entre os Estados-Membros e as próprias áreas RN2000 dentro de cada Estado (Neven *et al.*, 2005; COM, 2009). Como já mencionado na secção 2.1.2, as políticas ambientais da UE têm, em geral, sofrido um elevado défice de implementação (WWF, 2006; Wurzel, 2008). No caso da RN2000, em particular, diversas fontes têm referido e chamado a atenção para vários problemas e limitações que têm ocorrido no âmbito da sua implementação por toda a UE, tanto a nível supra-nacional (Bennett e Lighthart, 2001; Weber e Christophersen, 2002), como a nível nacional e local (por exemplo, Krott *et al.*, 2000; Alphanhéry e Fortier, 2001; Stoll-Kleemann, 2001; Hiedanpää, 2002; Paavola, 2004; Gibbs *et al.*, 2007; Beunen, 2010). De forma geral, a revisão da bibliografia referida permite concluir que os principais obstáculos para a sua implementação têm sido atribuídos a factores inter-relacionados tais como: uma calendarização de implementação demasiado curta e insuficiente

⁶² A *Directiva Habitats* prevê no Art. 17.º que os Estados-Membros elaborem um relatório, de seis em seis anos, sobre a sua aplicação, com a principal finalidade de permitir uma avaliação dos progressos realizados em relação aos respectivos objectivos de conservação estabelecidos pela mesma.

⁶³ Encomendado na sequência de um relatório publicado em 2003, cujo resultado foi considerado positivo pelo governo holandês, este estudo seleccionou cinco Estados-Membros (Reino Unido, Suécia, Espanha, França e Hungria) depois de ter analisado superficialmente a situação de 25 países. Estruturado em torno de quatro dimensões principais de análise (questões relacionadas com a *Implementação*, a *Interpretação*, a *Integração* e a *Imagem* da RN2000, a qual é vista como intersectando as três primeiras), procurou identificar soluções para problemas relacionados com as disposições e os conceitos da directiva, a elaboração de planos de gestão, procedimentos de licenciamento, questões políticas e administrativas associadas à descentralização e a integração de legislação (Neven *et al.*, 2005).

(Wurzel, 2008; Engelen *et al.*, 2008), uma fraca integração de políticas inter-sectoriais e de ordenamento através das diferentes escalas da governação multi-nível (Catsadorakis, 2007; Wesselink e Paavola, 2008, Paavola *et al.*, 2009), um envolvimento tardio e ineficaz dos grupos de interesse locais na designação dos sítios e nos respectivos processos de tomada de decisão (Krott *et al.*, 2000; Stoll-Kleemann, 2001; Hiedanpää, 2002; Renn *et al.*, 2010), importantes desfaseamentos relativamente à percepção do mundo “natural” e ao posicionamento ético em relação ao mesmo (Scholl e Chilla, 2005), e a falta substancial de prioridade política (Paavola, 2004), de meios financeiros (Wätzold e Schwerdtner, 2005) e de informação científica de base sobre a biodiversidade e as formas como esta deve ser gerida (Catsadorakis, 2007)⁶⁴. Especialmente interessante, é a apreciação geral que Beunen (2010) faz do caso holandês, que denuncia a dimensão crescentemente legalista e tecnocrática da implementação da RN2000, com resultados perversos para o sistema de planeamento e para os processos decisórios da governação ambiental nacional, os quais, segundo o mesmo autor, teriam sido mais eficazes para a conservação propriamente dita antes da transposição das directivas RN2000.

No contexto mais estreitamente relacionado com os processos de tomada de decisão associados à implementação da RN2000, os primeiros problemas surgiram com a selecção e a designação das áreas. Como descrito no Capítulo II, estando obrigados a seguir os critérios “científicos” estipulados pelas directivas RN2000, os Estados-Membros deviam seleccionar e designar as respectivas áreas nos seus territórios. Para vários países, esta obrigação demonstrou ser altamente problemática, tendo que enfrentar acção legal por parte da Comissão Europeia através do Tribunal Europeu de Justiça por atrasos e lacunas na transposição das directivas e na preparação das listas das áreas a designar, assim como por não tomar medidas consideradas necessárias para evitar a degradação das áreas (Weber e Christophersen, 2002; Paavola, 2004; WWF, 2006; Wurzel, 2008)⁶⁵. Por outro lado, embora tanto a *Directiva Aves* como a *Directiva Habitats* tenham inicialmente surgido devido à pressão pública de associações, indivíduos e políticos preocupados com a biodiversidade, o processo de implementação propriamente dito levou a que, em vários Estados-Membros, as administrações e as partes interessadas locais (sobretudo proprietários, associações profissionais e ONGs ambientais) criticassem veementemente a (implementação da) RN2000 por não terem sido mais envolvidos na mesma, especialmente no que dizia respeito à selecção das áreas. Associado à falta de envolvimento dos actores locais, terá sido fundamental o elevado grau de incerteza e consequente insegurança relativamente às implicações concretas da designação (Krott *et al.*, 2000; Stoll-Kleemann, 2001; Alphanhéry e Fortier, 2001; Hiedanpää, 2002; Beunen, 2006). Embora em Portugal esta oposição inicial não se tenha feito sentir de forma particularmente forte (em comparação com países como a Finlândia, França e Holanda), foi visível de forma difusa, por exemplo, através de manifestações de desacordo por algumas ONGs ambientais acerca de questões técnicas relativas à selecção dos sítios (nomeadamente a designação insuficiente de certos tipos de habitats), às medidas de gestão propostas e do próprio *Plano Sectorial RN2000* (Quercus, 2006); às queixas e pedidos de esclarecimento enviados no âmbito da

⁶⁴ Para informação mais detalhada e abrangente sobre todo este conjunto de aspectos, ver a publicação editada por Keulartz e Leistra (2008), na nossa opinião particularmente relevante.

⁶⁵ Por exemplo, no caso de Portugal, a revisão do DL. n.º 140/99 pelo DL. n.º 49/2005 veio à luz como reacção à acusação pela Comissão Europeia de que o anterior decreto não transpunha na íntegra as disposições das referidas directivas.

consulta pública do *Plano Sectorial* por um amplo conjunto de actores (ICNB, 2006)⁶⁶; e à tomada de posições críticas por parte de entidades como a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP, 2005), a Associação Nacional de Produtores Florestais e as próprias autarquias (Sumares, 2007; Sumares e Fidélis, 2009).

3.1.3 A via da participação pública

Depois de praticamente completada a fase de designação da RN2000, colocam-se agora importantes questões acerca de como abordar a operacionalização da mesma, principalmente no que diz respeito à gestão local das respectivas áreas, de modo a que a RN2000 contribua efectivamente para a protecção da biodiversidade⁶⁷. De facto, por si só, a designação não protege os elementos da biodiversidade que visa proteger, sendo que esse efeito se materializa mais directamente ao nível dos próprios sítios, através das práticas regionais e locais que os afectam. É sobretudo esta escala, na qual os objectivos de conservação necessitam ser pesados em relação a outros objectivos sociais e em que são integrados noutras políticas, que será mais determinante para o sucesso da RN2000 (Alphandéry e Fortier, 2001; Bennett e Lighthart, 2001; Beunen *et al.*, 2009). Em alguns casos, isto implica um reajustamento dos regimes e das políticas de uso do solo actuais, especialmente quando os esforços para aumentar e redefinir o território com objectivos de conservação colidem frequentemente com modos de regulação espacial definidos (Gibbs *et al.*, 2007; Beunen, 2010). Estes aspectos necessitam ser articulados numa “teia” de processos colaborativos, capaz de envolver um conjunto muito alargado de actores, instituições e órgãos administrativos a várias escalas. Como resultado da crescente consciência desta necessidade, e mediante as dificuldades sentidas até agora, tem-se verificado, em vários países, um acréscimo do reconhecimento da importância de dotar as várias estratégias de implementação com um carácter menos hierárquico de “cima-para-baixo”, no sentido de a tornar mais participada e negociada com as administrações e actores locais (Rauschmayer *et al.*, 2008; Wurzel, 2008; Renn e Schweizer, 2009)⁶⁸.

Para além das dificuldades práticas específicas desta e de outras políticas ambientais, deve-se ter em conta que, para o crescente reconhecimento da importância dos processos participativos ao longo dos últimos anos, têm contribuído três tendências de mudança normativa que se encontram inter-relacionadas no contexto contemporâneo da governação ambiental. Estas referem-se à transição de (i) um entendimento administrativo da elaboração e da implementação de políticas

⁶⁶ De acordo com o *Relatório de Ponderação da Discussão Pública do Plano Sectorial RN2000*, no qual as reclamações e os pedidos de clarificação foram elencados e respondidos, foi recebido um total de 221 fichas de participação: 46% (100) das administrações autárquicas, 23% (51) de cidadãos individuais, 19% (43) de diversos tipos de associações e 6% (13) de ONGs ambientais (ICNB, 2006). Para uma síntese do conteúdo das fichas recebidas, ver Sumares (2007).

⁶⁷ Têm sido levantadas questões relevantes acerca da capacidade de a RN2000, nos moldes em que tem sido implementada até agora, conseguir contribuir realmente para beneficiar a conservação. Acerca do caso holandês, veja-se o importante relato de Beunen (2010).

⁶⁸ Em relação à tradução deste reconhecimento para a prática administrativa, após um prolongado impasse devido à forte resistência ao nível local, a França, ao reiniciar o próprio processo de designação de forma mais participada, terá sido o Estado-Membro mais paradigmático deste tipo de contraste na abordagem à implementação da RN2000 (Pinton, 2008).

de “cima-para-baixo” centrado no Estado para abordagens mais flexíveis de “baixo-para-cima”⁶⁹; (ii) de abordagens “cientificistas” para tipos de ciência mais democráticos e “pós-normais” (ver Funtowicz *et al.*, 1998); e (iii) de, no âmbito específico da governação da biodiversidade, um reposicionamento do foco da conservação propriamente dita para abordagens mais antropocêntricas centradas nos bens e nos serviços proporcionados pelos ecossistemas. Identificadas por Rauschmayer *et al.* (2008) ao nível do discurso e da retórica administrativa, os mesmos autores concluem que estas tendências normativas ainda estão para se materializar na prática governativa de forma efectiva, sublinhando o facto de que os esforços reais de abertura e de inclusão dos sistemas de governação têm ocorrido mais enquanto uma resposta à emergência de conflitos do que como uma consequência das referidas posturas normativas (Rauschmayer *et al.*, 2008).

Independentemente da questão da sua motivação, o número de iniciativas e processos participativos associados à implementação da RN2000 (e à conservação em geral) tem aumentado consideravelmente ao longo dos últimos anos. No entanto, a popularidade da participação pública tem tornado menos visível a realidade das enormes dificuldades com que a sua operacionalização é confrontada de modo a alcançar os objectivos substantivos de conservação e, ao mesmo tempo, fazer cumprir os ideais democráticos da sua dimensão procedimental. De facto, há que reconhecer o enorme desafio com que as autoridades com responsabilidades ambientais se deparam para, simultaneamente, recorrer ao conhecimento especializado existente, incorporar as preferências e valores do público, integrar as contribuições do público para o processo de gestão e definir os papéis dos técnicos, grupos de interesse e cidadãos em geral no âmbito do próprio procedimento participativo. Embora existam relatos de casos de sucesso (Palerm, 2006; GoverNat, 2010; Beunen e Vries, 2011), na sua generalidade, os esforços desenvolvidos neste sentido têm tido resultados mistos e algo decepcionantes, como atestam, por exemplo, os projectos de investigação PAGANINI (2007) e GoverNat (Renn *et al.*, 2010; GoverNat, 2010). Este último desenvolveu um estudo comparado de 16 casos de processos participativos associados à implementação da *Directiva-Quadro da Água* e das *Directivas Aves* e *Habitats*, isto é, associados à governação dos recursos hídricos e da biodiversidade no contexto dos respectivos regimes comunitários. Concretamente, a intenção do projecto GoverNat era avaliar o potencial de processos participativos e de ferramentas analíticas para melhorar a governação multi-nível na esfera ambiental, assim como identificar os factores que podem contribuir para casos de sucesso e fracasso⁷⁰.

As principais conclusões deste projecto sublinham a importância de se reconhecer que as formas e o grau de participação devem ser pensadas caso a caso, não sendo possível elaborar regras ou matrizes de recomendações concretas que sejam geralmente aplicáveis (Renn *et al.*, 2010). Adicionalmente, como forma de responder à individualidade dos casos particulares, um dos resultados do projecto é a proposta de uma base conceptual que pretende guiar a avaliação e a elaboração de processos participativos num contexto de *governança inclusiva*. Este termo refere-se à ideia basilar de que todas as partes interessadas têm alguma coisa a contribuir para o processo de

⁶⁹ Como reflexo desta tendência, a progressiva institucionalização da governação ambiental tem abraçado uma posição normativa geral acerca da participação, materializada em documentos como a *Declaração do Rio* (Princípio 10), o *Livro Branco sobre a governança europeia* da Comissão Europeia e a *Convenção Aarhus*. A assunção básica subjacente a este posicionamento é que mais participação conduz necessariamente a uma governação melhor (Rauschmayer *et al.*, 2008).

⁷⁰ Ver <http://www.governat.eu/>.

governança e que a comunicação e o intercâmbio de ideias, apreciações e avaliações melhoram as decisões finais, sem necessariamente constituir um impedimento para o processo decisório ou a qualidade do *input* científico e a legitimidade dos requerimentos legais⁷¹. De facto, a própria acepção moderna do termo governança implica que decisões colectivamente vinculativas não se possam cingir aos governos, necessitando envolver os quatros tipos de actores centrais das actuais sociedades pluralistas: os governos propriamente ditos, os agentes económicos, os detentores de conhecimento especializado e científico e as organizações da sociedade civil (salvaguardando a óbvia sobreposição e hibridização das entidades colectivas deste tipo de “macro-actor”). No entanto, e independentemente da referida sobreposição de funções e identidades, os processos de tomada de decisão inclusivos devem ser estruturados de forma a que cada elemento contribua para o processo com competências e conhecimentos que reclamam legitimidade no âmbito de um processo decisório racional. Esta assunção levanta difíceis questões acerca do próprio reconhecimento do que constitui ou não “conhecimento legítimo”. Não obstante, a noção básica que lhe subjaz é que, no âmbito de um processo decisório ambiental, o qual inclui uma importante dimensão de risco associada aos tipos de desafios em baixo mencionados, não faz sentido, por exemplo, substituir a perícia técnica com vagas percepções públicas, nem se justifica que técnicos ou cientistas insiram de forma pouco transparente os seus próprios juízos de valor naquilo que deveria ser um processo democrático (Renn e Schweizer, 2009).

O ponto de partida para a base conceptual proposta pela equipa do projecto GoverNat é polarizar a reflexão acerca dos diferentes tipos de objectivos da participação em torno dos conceitos de *inclusão* e de *fechamento* (ver Renn e Schweizer, 2009). Neste contexto, inclusão refere-se ao grau de abertura do processo participativo aos factores que este afecta e que, por sua vez, o afectam, nomeadamente os tipos diferentes de actores envolvidos, aquilo que é objecto de discussão e decisão (opções concretas, políticas, cenários, preferências e valores), o âmbito decisório (onde são estabelecidas as fronteiras verticais e horizontais dos múltiplos níveis de governança) e a escala (temporal, geográfica). Por sua vez, fechamento refere-se ao produto da deliberação, i.e., ao grau de acordo a que os participantes conseguiram chegar, tratando de questões relativas à forma como os participantes lidam com pretensas verdades em concorrência durante o processo, à medida em que estas são reconciliáveis, ao modo como os participantes lidam com interesses e valores contraditórios, à maneira em que podem alcançar conclusões colectivamente vinculativas, e ainda às formas como os participantes alcançam um acordo e estruturam os seus veredictos finais (voto de maioria, opiniões individuais, declarações de maioria/minoria, etc.) (Renn e Schweizer, 2009). Os dois conceitos encontram-se frequentemente em tensão, uma vez que quanto mais inclusivo for um processo de tomada de decisão, isto é, quantos mais actores, pontos de vista, interesses e valores forem nele incluídos e representados, mais difícil é chegar-se a um consenso ou algum tipo de acordo entre os participantes. Relacionado com a questão do fechamento, é importante ter em conta que não é realista esperar que o mesmo signifique sempre um consenso. Um conflito aberto poderá, em algumas situações, ser preferível a impasses

⁷¹ Um grande conjunto de organizações com peso político internacional tem advogado, pelo menos ao nível do discurso, formas mais inclusivas de governança, tal como o Banco Mundial, as Nações Unidas, a OCDE e a Comissão Europeia. Neste âmbito, tal como já referido na secção 2.2.3, a *Convenção Aarhus* ocupa um lugar central, sobretudo se considerarmos a dimensão legal destes aspectos. Voltaremos a referir-nos a estas fontes de normatividade na secção 3.2.2.

silenciosos, e o alargamento do próprio processo deliberativo poderá tornar visível um conflito que não era anteriormente aparente. Isso leva à necessidade de se reconhecer uma dimensão de negociação entre uma “irreduzível pluralidade de pontos de vista” e encarar a função dos procedimentos deliberativos e participativos como a de fazer com que o conflito constitua um impulso para soluções criativas e *aprendizagem social* em vez de um impedimento para a sua própria resolução (van den Hove, 2006)⁷².

Entre os dois pólos de inclusão e fechamento, postula-se uma variedade de posicionamentos possíveis para perspectivar a participação pública relativamente a três critérios: o tipo de desafio a que se procura responder (*complexidade*, *incerteza*, *ambiguidade* ou diversas combinações dos mesmos⁷³), os objectivos da participação e as funções que necessitam ser desempenhadas. Desta perspectiva teórica, uma combinação de instrumentos analíticos e deliberativos é instrumental para reduzir a complexidade, necessária para lidar com a incerteza e obrigatória para fazer face à ambiguidade. Adicionalmente, eventuais respostas efectivas a cada um dos tipos de desafios que se colocam num determinado contexto decisório parecem corresponder a formas diferentes de instrumentalizar as estratégias e procedimentos de análise e participação, as quais pretendem alcançar certos objectivos e desempenhar certas funções. A selecção de instrumentos analítico-deliberativos concretos poderá assim ser guiada pelo tipo de desafio ou das combinações possíveis de desafios que se apresentam numa determinada situação (ver Renn *et al.*, 2010). A Tabela 3.1 estabelece estas correspondências entre o tipo de desafio, o tipo de objectivos e funções, e os diferentes tipos de instrumentos a que um processo de tomada de decisão inclusivo pode idealmente recorrer, em função de como os desafios e respectivos objectivos são enquadrados.

⁷² Ver a secção 3.4.2 para uma breve descrição do conceito de aprendizagem social.

⁷³ Estes conceitos derivam da bibliografia acerca do risco e da relação da governação com o mesmo (ver Renn, 2008). *Complexidade* refere-se a uma elevada densidade na teia multifacetada de relações causais, em que muitos factores interagem para afectar o resultado de um evento ou uma actividade. Normalmente requer sofisticados sistemas de modelação, cuja lógica frequentemente contrasta com a do senso comum ou do raciocínio intuitivo. A *incerteza* aumenta quanto menos conhecida e compreendida for a teia causal, reduzindo o grau de confiança que se deposita nas cadeias de causa e efeito esperadas. As decisões ambientais devem considerar cuidadosamente as incertezas que caracterizam tanto os benefícios como os riscos. Por sua vez, a *ambiguidade* denota a variabilidade de formas legítimas com que o significado de dados considerados válidos são interpretados por diferentes sujeitos (*ambiguidade interpretativa*) e com que as decisões ou acções que são justificadas e advogadas depois de se ter caracterizado os impactes e respectivas incertezas (*ambiguidade normativa*). Dado que conhecimentos e valores plurais são dificilmente conciliáveis, a ambiguidade desempenha um papel importante em todas as esferas ambientais, levando a que seja difícil chegar a consensos ou acordos em torno de argumentos congregadores. Na prática, os desafios concretos inerentes à sustentabilidade representam quase sempre uma combinação destas três dimensões de obstáculos à tomada de decisão (Renn, 2008, p. 20).

| desafio | objectivos | funções | instrumentos | |
|--|---|--|---|------------|
| <u>complexidade</u> | <i>inclusão dos melhores conhecimentos disponíveis</i> | <i>chegar a acordo acerca de relações causais e medidas eficazes</i> | <i>painéis de peritos, audições de peritos, meta-análise, método Delphi, etc.</i> | Conjunto 1 |
| <u>incerteza</u> | <i>arranjos justos e aceitáveis ao nível da distribuição de benefícios e perdas</i> | <i>alcançar um equilíbrio entre os custos de proteger insuficientemente e os custos de proteger excessivamente</i> | <i>criação negociada de regras, mediação, mesas redondas, reuniões com as partes interessadas, etc.</i> | Conjunto 2 |
| <u>ambiguidade</u> | <i>congruência com valores sociais e culturais</i> | <i>resolver conflitos de valores e garantir o tratamento justo de preocupações e visões</i> | <i>comités de aconselhamento a cidadãos, painéis de cidadãos, júris de cidadãos, conferências de consensos, reuniões públicas, etc.</i> | Conjunto 3 |
| Combinação de mais do que um tipo de desafio | Dar resposta a mais do que um tipo de desafio | Uma integração significativa e efectiva de diferentes funções | Seleccção de instrumentos a partir dos três conjuntos | |

Tabela 3.1 – Tipologias de instrumentos de participação em função dos tipos de desafios.

Fonte: Adaptado de Renn *et al.*, 2010, p. 15.

Apesar do potencial teórico da participação pública e das várias recomendações acerca da implementação de processos participativos que já existem na respectiva bibliografia, os 16 casos estudados no âmbito do projecto GoverNat sugerem que as tentativas até agora realizadas têm sido dominadas por procedimentos pontuais e um uso pouco reflectido dos instrumentos participativos. Segundo as conclusões gerais de Renn *et al.* (2010), estes aspectos são principalmente atribuídos à falta de experiência das instituições organizadoras com processos participativos, à hipótese de se tratarem de características inerentes ao próprio processo de evolução das inovações ao nível da tomada de decisão inclusiva no “terreno”, e a jogos de poder entre diferentes actores e níveis governativos⁷⁴. No entanto, e ainda que apenas em poucos destes casos se observasse “sucesso” — no sentido de se conseguir um envolvimento significativo das partes interessadas para criar estratégias de gestão dos recursos hídricos e da biodiversidade que fossem bem informadas e debatidas —, em muitos casos foram alcançados importantes progressos na consciencialização ambiental e na dimensão democrática dos processos de tomada de decisão. Não obstante, a confirmação empírica dos amplos argumentos teóricos em favor de processos participativos carece de exploração adicional, sobretudo se considerarmos uma organização reflectida dos próprios procedimentos participativos e analíticos, tal como aquela que é sugerida através da Tabela 3.1 (Renn *et al.*, 2010).

3.1.4 A via da sensibilização através da valoração dos serviços dos ecossistemas

Ao mesmo tempo que as tendências para maior inclusão vão afectando, pelo menos de forma indirecta, os contornos normativos do que se considera ser uma “boa” governação ambiental, tem-

⁷⁴ Basicamente, esta explicação refere-se ao entendimento destes resultados como parte de um processo de aprendizagem social que depende da experimentação concreta e do confronto com os erros e fracassos que se vão verificando na prática, num processo contínuo de adaptação e improvisação. Ver também a secção 3.4.2.

se frequentemente atribuído os problemas de implementação atrás referidos e a falta de mais acção efectiva para proteger a biodiversidade à insuficiente valorização e reconhecimento público e político da importância da biodiversidade para a nossa sobrevivência. Como já referido na secção 2.1.2, depois da iniciativa *Countdown 2010* ter sido considerada um fracasso, um dos objectivos principais da designação do ano 2010 enquanto *Ano Internacional da Biodiversidade* era precisamente disseminar tanto quanto possível uma consciência mais completa do estreito elo entre a variedade de vida na terra e o sustento concreto das nossas vidas e sociedades (CBD, 2010b). Estes aspectos continuam a marcar de forma central os novos objectivos a longo prazo da CBD e da UE nesta matéria (CBD, 2010b; COM, 2010). Mais esforços para promover a informação e educação acerca da importância da biodiversidade são certamente necessários, uma vez que se detectam sistematicamente profundas lacunas no conhecimento do público, o que por sua vez terá importantes consequências para o grau de pressão política exercido pelo mesmo (Gallup Organization, 2007)⁷⁵. No entanto, vemos como fonte de preocupação a forma como a maior parte das estratégias de comunicação e sensibilização têm cada vez mais recorrido ao discurso dos serviços dos ecossistemas e, em particular, à recente tónica na criação de mercados ambientais. Os serviços ecossistémicos referem-se a «fluxos de valor para as sociedades humanas resultantes do estado e da quantidade de capital natural», sendo geralmente divididos nas categorias de *Serviços de Provisão* (e.g. alimentos, água e remédios derivados das plantas), *Serviços de Regulação* (e.g. a filtração de poluentes, a regulação climática e polinização), *Serviços Culturais* (e.g. recreação, valores espirituais e estéticos, educação) e *Serviços de Suporte* (e.g. formação do solo, fotossíntese e ciclo de nutrientes) (TEEB, 2010, p. 7).

À semelhança do que tem ocorrido no sector energético com o objectivo de reduzir as emissões de CO₂ (Stern *et al.* 2006), têm-se desenvolvido várias iniciativas para criar mercados de biodiversidade e de serviços ecossistémicos. Progressivamente, ao longo dos últimos anos, nota-se um aumento da pressão para dar expressão a conceitos como biodiversidade e funções dos ecossistemas através da filosofia de valor utilitarista que se associa à teoria económica ortodoxa. Embora o conceito de serviços dos ecossistemas já seja discutido há várias décadas, o *Millenium Ecosystem Assessment*, um relatório produzido pelas Nações Unidas ao longo de quatro anos através da contribuição de mais de 1300 cientistas de todo o mundo, veio popularizar esta noção e formalizar vários outros conceitos que lhe estão associados (ver MEA, 2005). Em 2005, o National Research Council nos EUA publicou um relatório destinado a apoiar a tomada de decisão pública, adoptando uma abordagem baseada num “valor económico total” (Heal *et al.*, 2005 in Spash, 2008). Em Maio de 2007, foi aprovada pelos G8 (mais as cinco principais economias emergentes) em Potsdam uma proposta pelo governo federal alemão que veio a materializar-se no projecto *The Economics of Ecosystems and Biodiversity* (TEEB). Apadrinhada pelas Nações Unidas, apoiada pela Comissão Europeia e por um conjunto alargado de ministérios e departamentos ambientais de diversos países, a TEEB constitui, a nível internacional, a mais importante destas iniciativas (ver

⁷⁵ Um inquérito de opinião *flash Eurobarometer*, feito em Novembro de 2007 por toda a UE, concluiu que dois terços dos cidadãos comunitários não sabem o significado da palavra “biodiversidade”, nem entendem as principais ameaças à biodiversidade. Além disso, apenas uma pequena parte (18%) terá ouvido falar da RN2000 e uma percentagem ainda menor (6%) declarou saber o que representava.

TEEB, 2010)⁷⁶. O objectivo global deste projecto é assumido como sendo o de «iniciar o processo de analisar os benefícios económicos globais da diversidade biológica, os custos da perda da biodiversidade e as falhas das medidas de protecção versus os custos da sua efectiva conservação» (TEEB, 2010, p.3). A ideia basilar subjacente é que a degradação ambiental, incluindo a perda de biodiversidade, corresponde a externalidades do sistema económico, as quais o mercado falha em incorporar e dar valor. Segundo esta perspectiva, se os elementos da biodiversidade não possuírem um valor expresso monetariamente, não estão sujeitos a um uso eficiente. Para este fim não é, no entanto, suficiente atribuir valores⁷⁷. Estes necessitam ser captados pelo sistema económico, o que implica criar mercados e instituições para os internalizar e os tornar “transaccionáveis”. Não só isso pretende conduzir a uma utilização mais eficiente dos recursos, como também oferecer aos agentes financeiros possibilidades de investimento e crescimento económico. A um nível comunicativo, a abordagem leva supostamente a que os actores e decisores sociais se tornem ecologicamente responsáveis ao compreender o “real” custo, expresso em valores monetários, da perda da biodiversidade e do quanto poderão poupar, ou ganhar, se “investirem” a tempo na protecção efectiva da mesma (ver TEEB, 2010 e Vatn *et al.*, 2011).

Segundo Clive Spash, os principais argumentos em favor deste tipo de abordagem enquadram-se em três posicionamentos ideológicos distintos:

(i) o pragmatismo ou o realismo político, que entende estas ferramentas como o que é necessário para comunicar no mundo “real”, em geral acompanhado pela crença de que não existem alternativas melhores (tipicamente adoptado por cientistas naturais e ecologistas);

(ii) o idealismo político e económico, que deriva da filosofia política neo-liberal, entendendo que a expressão de todos os valores através do mercado representa a melhor forma de “gerir” o mundo (usualmente adoptado por líderes políticos, industriais e empresariais);

(iii) o empirismo científico, em que tais valores são vistos como reflectindo uma verdade e, em particular, as verdadeiras preferências das pessoas (tipicamente adoptado por economistas ortodoxos)⁷⁸ (Spash, 2008, p. 262).

Apesar de alguns dos proponentes da abordagem da valoração monetária dos serviços dos ecossistemas reconhecerem problemas técnicos e conceptuais (Vatn *et al.*, 2011)⁷⁹, estes tendem a

⁷⁶ Outras iniciativas programáticas neste sentido incluíram, por exemplo, a *Climate Change and Biodiversity Conservation: Knowledge Needed to Support Development of Integrated Adaptation Strategies* (de 29 de Agosto a 16 de Setembro de 2005) e a *European Biodiversity Research for a Sustainable Europe: Research Contributing to the Implementation of the EU Biodiversity Strategy* (de 12 a 30 de Março de 2007). O próprio relatório TEEB refere ainda a existência de projectos piloto de criação de mercados de créditos associados a elementos da biodiversidade nos EUA e na Austrália (TEEB, 2010). Paralelamente, têm surgido estudos, com particular notoriedade por, e a partir de, Costanza *et al.* (1997), que procuram conseguir calcular o valor económico global de todos os serviços dos ecossistemas.

⁷⁷ De forma geral, as metodologias utilizadas para atribuir valores consistem em aplicações de ferramentas económicas como a *transferência de benefícios*, que aplica estimativas de valoração monetária de outras áreas a locais semelhantes, e *métodos de valoração contingente* tais como os cálculos dos valores associados à *disposição a pagar* benefícios prestados pelos ecossistemas e à *disposição a aceitar* compensações por perdas ambientais (ver TEEB, 2010).

⁷⁸ Note-se que os grupos sociais indicados referem-se meramente a exemplos de apoiantes típicos. Estas posições devem também ser vistas como combináveis e eventualmente complementares ou, pelo contrário, como bem distintas. Por exemplo, um indivíduo poderá aderir ao primeiro argumento e, ao mesmo tempo, rejeitar os outros dois.

ser relativizados em função do valor pragmático que vêm em tal abordagem, sobretudo ao nível da comunicação com o público, os decisores e os agentes financeiros. Spash tem-se referido a esta postura, frequentemente adoptada por ecologistas e ambientalistas seduzidos pelas promessas desta abordagem, como o *novo pragmatismo ambiental* (Spash, 2009). Segundo o mesmo, a recente disseminação deste posicionamento, associada ao patrocínio activo de poderosos agentes financeiros, tem contribuído para que o discurso em torno da valoração económica dos serviços de ecossistemas assuma cada vez mais espaço e proeminência nas esferas administrativas, parecendo deter potencial para se tornar hegemónico ao longo dos próximos anos⁸⁰.

Contudo, segundo alguns autores da ala heterodoxa da economia ecológica, os problemas inerentes a este tipo de abordagem não são meros problemas técnicos que possam ser superados através da afinação ou sofisticação dos instrumentos a que recorre. Juntamente com os mercados de carbono, a criação de mercados da biodiversidade tem sido alvo de fortes críticas que apontam para problemas fundamentais nos próprios conceitos subjacentes, levando não só a que sejam ineficazes para alcançar os objectivos a que se propõem, como também propensos a causar efeitos contrários aos mesmos, i.e., mais emissões de CO₂ e a continuação dos níveis actuais de perda de biodiversidade. Além disso, tais abordagens encerram um conjunto considerável de sérios problemas éticos e conceptuais relacionados com o seu papel e significado para os processos decisórios e para as relações dos seres humanos com o ambiente natural (ver, por exemplo, Goodin, 1994; Sandel, 1997; Holland, 1997; Holland, 2002; O' Neill *et al.*, 2008; Spash, 2008; Spash, 2010; Spash, 2011).

De forma geral, a aplicabilidade na esfera ambiental de análises custo-benefício e do método de valoração contingente através de preferências declaradas é confrontada com os seguintes obstáculos:

- (i) existe uma variedade de compromissos que não pode ser comensurável;
- (ii) o individualismo metodológico não capta adequadamente os valores colectivos que constituem os bens ambientais;
- (iii) a abordagem do mercado à licitação de valor é incapaz de reconhecer certos valores e impede a sua expressão⁸¹;
- (iv) o contexto social não é suficientemente considerado porque o método é demasiado abstracto;

⁷⁹ Nos termos de Holland (1997), estes problemas referem-se a *críticas internas* da abordagem, nomeadamente às preocupações acerca do uso de técnicas estatísticas, validação cruzada, mecanismos compatíveis de incentivo, comportamento estratégico, provisão de informação, desenho de questionários e o tratamento de várias categorias de oferta.

⁸⁰ Em Portugal este discurso já se tem feito sentir ao mais alto nível governativo como, por exemplo, foi visível nas apresentações da conferência internacional *2010 Ano Internacional da Biodiversidade - e depois de 2010*, organizada pela Comissão do Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local e realizada no auditório do Edifício Novo da Assembleia da República a 17 e 18 de Maio de 2010. No caso específico da Ria de Aveiro, tem já sido desenvolvido trabalho preliminar nesta direcção (por exemplo, Roebeling *et al.*, 2011).

⁸¹ Devido ao *efeito de afastamento* (*crowding-out*) de outros valores que ocorre na prática da análise custo-benefício, a valoração monetária tem frequentemente implicações destrutivas para as relações com o objecto que se pretende valorar, fazendo com que os mecanismos económicos inibam o comportamento, as motivações ou as atitudes que se pretende encorajar.

(v) o processo de valoração económica suprime o pensamento activo e a articulação intersubjectiva ao assumir que os valores se encontram pré-formados;

(iv) os valores ambientais que caem no domínio da acção política são impropriamente designados como preferências (Holland, 1997, p. 284).

Ao mesmo tempo, a dimensão utilitarista da análise custo-benefício está, por sua vez, implicitamente associada a uma concepção da motivação humana que é altamente problemática, em que se assume que o ser humano é movido apenas em função do seu próprio interesse (sendo, portanto, incapaz de valorizar outros elementos ambientais que não lhe sejam úteis), e em que comportamentos altruístas, de auto-sacrifício ou outros derivados de compromissos éticos são tidos como anomalias irracionais que não devem contar para os processos de tomada de decisão. O discurso dos serviços ecossistémicos apela à necessidade de se fazerem *trade-offs* nos processos decisórios entre pressões diferentes, permitindo, por exemplo, fazer um balanço — baseado em valores estimados a partir de preferências — dos custos associados à perda de habitats e aos benefícios económicos de uma determinada alteração no uso do solo. No entanto, mesmo que fosse tecnicamente operacionalizável, isso não significaria que os seres humanos fazem as suas melhores escolhas recorrendo a preferências ou que o modelo *trade-off* seja relevante para fazer boas decisões ou até que proporcione uma descrição adequada da escolha individual ou colectiva (Holland, 1997; 2002)⁸².

Relativamente ao caso particular da valoração monetária da biodiversidade, esta parece acentuar a dinâmica subjacente de “itemização” dos componentes da biodiversidade a serem protegidos (já típica das políticas de conservação), contribuindo para uma visão instrumental dos ecossistemas e da nossa relação com os mesmos⁸³ (O’Neill *et al.*, 2008). O foco exclusivo em valores instrumentais através de preferências faz com que muitos aspectos do ambiente pareçam não necessitar ser protegidos ou preservados. Note-se, por exemplo, o pouco valor atribuído a serviços de ecossistema sem visibilidade ou a espécies estigmatizadas por serem consideradas inestéticas ou perturbadoras para as actividades humanas. Isto faz com que as preferências dêem geralmente prioridade às espécies no topo da cadeia trófica, às mais emblemáticas e atraentes, ou àquelas mais semelhantes ou culturalmente e geograficamente mais próximas dos indivíduos, sendo que preocupações ecológicas acerca dos ciclos de nutrientes ou da biodiversidade microbial não reúnem grande relevância para o público em geral. Numa dinâmica económica que preza o curto prazo e o consumismo, ecossistemas pouco valorizados podem rapidamente entrar em declínio e extinção (Spash, 1995 *in* Spash, 2008). A divergência entre percepções leigas e a perspectiva ecologista faz com que se recorra por vezes à elaboração de listas por ecologistas dos

⁸² O modelo motivacional associado ao conceito de preferência usado pela economia ortodoxa é amplamente criticado por Holland (2002), que argumenta convincentemente que tanto as escolhas individuais como as colectivas não devem ser conceptualizadas como *trade-offs*, nem a satisfação dos desejos humanos, que se revelam através de preferências, ser considerada uma referência relevante para tomar “boas” decisões.

⁸³ A itemização dos elementos da biodiversidade refere-se à prática de listar elementos (e.g. o número de espécies) a conservar, cujo resultado tende a ser usado como uma “ficha de pontuação” para avaliar o mérito de uma determinada decisão ou política de conservação. Como O’Neill *et al.* fazem questão de notar, não é a prática de itemização em si que criticam, a qual desempenha importantes funções para a conservação. O que é criticado é que esta, ao oferecer uma descrição dos valores ambientais estática e desprovida de um contexto histórico, falha em captar a significância da perda ambiental e, consequentemente, em levar a respostas adequadas à mesma (O’Neill *et al.*, 2008, p. 172).

elementos que estes pensam que se deve conservar, levando à difícil questão de como informar sem formar preferências (tipicamente consideradas estáticas por estes modelos económicos)⁸⁴. Em qualquer dos casos, dada a complexidade dos sistemas em que a biodiversidade se integra e constitui e a consequente impossibilidade de demarcar os serviços pelos quais se paga, os valores monetários a que se chega são necessariamente arbitrários (Vatn *et al.*, 2011)⁸⁵.

Segundo Spash, de modo análogo à forma como os economistas evitam, em geral, admitir que o seu objecto de estudo é, em última análise, economia política — e, consequentemente, que as suas posições são fortemente ideológicas —, ecologistas e outros cientistas naturais receiam ver a sua cientificidade posta em causa por fazerem juízos de valor, evitando advogar posições acerca de políticas. Embora os dois grupos se procurem proteger debaixo do escudo epistemológico da dicotomia “factos-valores”, ambos advogam uma postura pragmática, promovendo formas muito específicas de envolvimento político. Este comportamento estratégico resulta, simultaneamente, num alargamento pouco transparente da sua esfera de acção e num estreitamento das suas explicações da realidade (Spash, 2011, p. 255).

Dado que se trata implicitamente de uma metodologia de exclusão, o caminho a que este tipo de abordagem parece conduzir não só nos parece pouco promissor como potencialmente nefasto. De facto, as nossas relações com o ambiente são plurais e multidimensionais, e portanto devem, idealmente, ser encaradas e pensadas a partir de uma multidimensionalidade que não é apreensível por sistemas éticos monísticos. Os ambientes são-nos importantes não só porque vivemos *deles* (são os meios para a nossa existência), mas também porque vivemos *neles* (são os nossos lares e os espaços familiares em que a vida quotidiana se desenrola e de onde deriva o seu significado, e nos quais as nossas histórias pessoais e sociais se materializam) e *com eles* (as nossas vidas desenvolvem-se enquadradas por um “cenário” de um mundo natural que existia antes de nós, no qual entramos e do qual saímos, e que continuará a existir depois da nossa espécie (O’Neill *et al.*, 2008, p. 1)⁸⁶. Assim, as nossas decisões devem idealmente reflectir estas relações, as quais vão muito além da mera instrumentalização de serviços, afectando o nosso bem-estar de forma muito mais ampla do que a mera subsistência física. Esta perspectiva leva a que se defenda a importância de os processos decisórios assentarem sobretudo na deliberação racional e não nalguma espécie de fórmula ou cálculo algorítmico. Os valores múltiplos que constituem a nossa identidade e sentido de valor-próprio são sensíveis ao contexto e a diferentes lógicas racionais, e são tão criados como revelados pelas instituições que lhes dão expressão (Holland, 1997; 2002; O’Neill *et al.*, 2008):

«O preço por não se desenvolver instituições, nas quais preocupações éticas e outras igualmente profundas possam ser expressas, traduzir-se-á em resíduos de desgosto, desconfiança, injustiça e culpa, que são tão corrosivos para o corpo cívico como os poluentes para o ambiente natural.» (Holland, 2002, p. 33)

⁸⁴ Uma das soluções apontadas para este problema é a realização de estudos qualitativos extensivos que permitam estabelecer relações entre as funções ecológicas e os benefícios relevantes para a procura, de forma às questões serem enquadradas publicamente sem apelo a modelos técnicos e científicos, o que no entanto não resolve as divergências que são expectáveis surgir entre as percepções públicas, os objectivos dos decisores políticos e as preocupações ecológicas (Barkmann *et al.*, 2008 *in* Spash, 2008).

⁸⁵ Para uma apreciação completa destes argumentos, ver Spash, 2008; 2009; 2010; 2011.

⁸⁶ Note-se que a tónica destas razões se mantém antropocêntrica.

Estas instituições são justamente aquelas que permitem o desenvolvimento de processos de tomada de decisão consistentes com o reconhecimento de valores plurais e incomensuráveis, para os quais não é aceitável que uma medida única de valor possa ser usada para pesar diferentes valores e chegar a uma escolha final. Decidir racionalmente não é, portanto, uma questão de calibrar perdas e ganhos em diferentes dimensões (valores) de acordo com uma medida, e depois escolher aquilo que oferece o valor total mais alto. É, muito pelo contrário, uma «questão de atender a diferentes razões e formar um juízo através de um processo deliberativo» (O'Neill *et al.*, 2008, p. 205). Mesmo quando decidimos individualmente, é sobretudo assim que encontramos escolhas, e não de acordo com uma métrica única. No âmbito da decisão pública democrática, faz sentido que os processos decisórios assumam o que significa realmente decidir, incluindo os dilemas éticos e morais que as decisões no âmbito da governação ambiental geralmente implicam, em vez de se procurarem “atalhos” facilitadores com efeitos potencialmente perversos. Por outro lado, a própria definição de comportamento racional pode ser considerada a partir de duas perspectivas principais, às quais Herbert Simon chamou *substantiva* e *procedimental*. Nestes termos, o comportamento é substantivamente racional quando é apropriado para alcançar certos objectivos dentro dos limites impostos por determinadas circunstâncias e constrangimentos, e é procedimentalmente racional quando resulta de uma deliberação apropriada (Simon, 1979 *in* O'Neill *et al.*, 2008, p. 204). No âmbito de processos de tomada de decisão pública, vemos que estas definições de racionalidade se sobrepõem, respectivamente, às preocupações associadas aos já referidos conceitos de fechamento e inclusão. Como vemos, voltamos ao caminho sugerido na secção anterior e a algumas das questões já levantadas. Nestes termos, podemos dizer que o âmbito desta tese trata sobretudo de aspectos primariamente relacionados com a dimensão da inclusão que, como é evidente, tem consequências directas para o fechamento das decisões tomadas.

No contexto da tomada de decisão com implicações ambientais, autores como O'Neill, Holland e Light têm insistido na ideia de que considerações deliberadas acerca da história e narrativa de determinados espaços podem guiar a própria definição de decisões racionais para a sustentabilidade⁸⁷. Dito de forma mais substantiva, tais considerações devem poder limitar as decisões acerca dos valores ambientais envolvidos, de modo a que se consiga sustentar sentido e significância para os sujeitos mais afectados. Ao longo das próximas páginas, tentaremos concretizar o significado desta posição no contexto da protecção da biodiversidade e da implementação da RN2000, delineando mais claramente a perspectiva na qual o contributo desta tese se pretende enquadrar.

3.2 Contextualização da investigação

Perante uma concepção pluralista das relações entre o ser humano e os seus ambientes e do papel central que a história e a narrativa nelas ocupam (O'Neill *et al.*, 2008), defendemos a importância de se prestar mais atenção à esfera representacional e discursiva dos contextos da

⁸⁷ “Narrativa” (narração de *estórias*) é, desde Aristóteles, uma categoria mais fundamental do que “história”, constituindo a própria condição para o discurso histórico. Usaremos o termo “história” para o tipo de narrativa que resulta das reflexões mais amplas e sistemáticas acerca do passado colectivo das nossas sociedades e ambientes (ver Cronon, 1992).

implementação local da RN2000, tanto por parte da academia como pelos actores sociais interessados em promover a protecção da biodiversidade, incluindo, por exemplo, as administrações públicas e as ONGs ambientais (ver Sumares e Fidélis, 2011). Mais especificamente, este tipo de abordagem visa contribuir para uma percepção mais completa e adequada da multidimensionalidade atrás referida, o que por um lado poderá ser útil para informar a elaboração de processos decisórios mais inclusivos (mesmo que se mantenham relativamente hierarquizados), levando em conta um conjunto mais alargado de considerações acerca da dinâmica sociocultural local através da sua esfera discursiva. Segue-se uma explicação mais detalhada de algumas das assunções que subjazem a esta hipótese.

3.2.1 A Rede Natura 2000, a protecção da biodiversidade e o património cultural

Sendo ele próprio um artifício humano, o conceito de “natural” não tem um sentido intrínseco. Isso é particularmente evidente no caso das paisagens europeias (e mais ainda na região mediterrânica), em que os seres humanos foram moldando profundamente os seus ambientes e ecossistemas ao longo de milénios. De facto, em maior ou menor grau, as paisagens podem ser definidas como uma síntese das nossas relações com ambientes particulares ao longo da história, i.e., como uma pegada que as comunidades humanas vão deixando em ambientes “naturais” numa dinâmica co-evolutiva (Porteous, 1996). As paisagens particulares (e os ecossistemas que as constituem) são assim marcadas por características únicas, que são simultaneamente funcionais, ecológicas, estéticas e culturais (Lawton, 1997). Numa escala mais ampla, o conceito de “natural” é sempre socialmente circunscrito, situado em discursos específicos do natural e do lugar que os seres humanos ocupam na “natureza”⁸⁸ (ver Cronon, 1996; Takacs, 1996; O'Neill *et al.*, 2008). À medida que estes aspectos têm vindo a ganhar mais reconhecimento, a importância de conservar a biodiversidade através da preservação ou alteração do património cultural tem sido cada vez mais considerada (ver, por exemplo, Catsadorakis, 2007; Kalamandeen e Gillson, 2007).

A própria *Directiva Habitats*, através do Art. 2.º (3), determina que «As medidas tomadas [...] devem ter em conta as exigências económicas, sociais e culturais, bem como as particularidades regionais e locais», o que sublinha o binómio do património natural e cultural. No entanto, esta abordagem não se tem revelado coerente na forma como a implementação da directiva foi estruturada. Como descrito na secção 3.1.2, o processo de selecção e designação dos sítios levou frequentemente a que as considerações de natureza social e económica fossem tidas em conta apenas nas fases posteriores de implementação, originando processos que foram percepcionados, por parte dos actores locais, como carecendo de legitimidade política. Juntamente com o sentimento de exclusão dos processos de tomada de decisão, o elevado grau de incerteza relativamente às consequências da designação RN2000 também contribuiu para acumular inseguranças acerca dos efeitos da designação ao nível da justiça social. Estas incluíam a percepção da RN2000 como uma eventual ameaça para os estilos de vida locais, assim como para manutenção das identidades pessoais e colectivas (Hiedenpää, 2002; Pavoola, 2004; Bell *et al.*, 2008; Sumares e

⁸⁸ Baseado nas obras de Aristóteles, Kant e Bentham, Dobson (2008) observa que a definição de natureza tem, classicamente, sido usada para separar o mundo político e humano do mundo não-político e não-humano. Desta forma, o conceito de “natural” tem sido central para a própria definição da esfera política.

Fidélis, 2009). Como também já mencionado, o envolvimento dos actores locais é considerado fundamental para uma materialização efectiva das políticas de conservação (Alphandéry e Fortier, 2001; Bennett e Lighthart, 2001; Beunen *et al.*, 2009).

Por outro lado, e particularmente no caso dos países do sul da Europa, tem-se apontado, como uma das explicações mais frequentes para a falta de sucesso da conservação, o estado incipiente do conhecimento acerca do funcionamento dos habitats semi-naturais, cuja complexidade apenas recentemente começou a ser reconhecida⁸⁹. No entanto, apenas por si, a ciência conservacionista nunca poderá definir os objectivos de gestão dos ecossistemas porque não existe uma situação de referência à qual retornar que não seja cientificamente arbitrária (Lawton, 1997). E, mesmo sendo possível definir socialmente uma eventual situação de referência, alcançar os respectivos objectivos de conservação não depende apenas da vontade das comunidades directamente envolvidas, mas duma combinação muito mais ampla de factores «em várias escalas espacio-temporais tal como os valores culturais, a economia, os mercados, a tecnologia, a ciência, as necessidades, os equilíbrios globais, a política, os costumes e a tradição, a religião, os eventos estocásticos, as percepções filosóficas, e por aí fora» (Catsadorakis, 2007, p. 313). Assim, tanto o património natural como o cultural são conceitos difusos que se encontram tão complexamente interligados, que não podem existir prescrições precisas ou fórmulas para sintetizar elementos tão dispersos nas combinações adequadas e acomodadas a contextos locais únicos, de forma a assegurar um (também indefinido) grau satisfatório de conservação do património natural, onde se inclui a biodiversidade (Catsadorakis, 2007). A articulação de práticas locais com regulações (frequentemente incoerentes) ao nível comunitário, nacional e regional, quer digam directamente respeito à conservação quer a afectem indirectamente (como as políticas da agricultura, transporte, planeamento e ordenamento), traz à ribalta alguns dos principais desafios daquilo que é referido como o aspecto multi-nível da governação ambiental comunitária (Scholl e Chilla, 2005; Pinton, 2008).

Estas dificuldades, no entanto, estão no centro dos principais desafios do desenvolvimento sustentável, devendo ser articuladas e pensadas a partir de outros contributos. Além disso, se não podem existir prescrições precisas de um ponto de vista exclusivamente naturalista, então as perspectivas sociais podem (e devem) desempenhar um papel central ao considerar tanto as práticas sociais que afectam os ecossistemas como as prescrições conservacionistas que directa ou indirectamente afectam tais práticas, tratando-se de elementos que são continuamente negociados e definidos nas várias dimensões da vida social⁹⁰. Mais especificamente, dada a natureza socialmente construída das nossas interacções com o ambiente, parece-nos relevante considerar também perspectivas culturalistas que se debrucem sobre as relações dos elementos do mundo natural com as respectivas representações no mundo social. Estas têm recebido, ao longo das últimas duas décadas, cada vez mais atenção, estando associadas a um grupo de disciplinas emergentes como a

⁸⁹ Um dos mais complexos e discutidos aspectos dos habitats semi-naturais é o papel frequentemente ambíguo que as ameaças antropogénicas parecem desempenhar em relação aos indicadores de biodiversidade (ver, por exemplo, Roxburgh *et al.* 2004).

⁹⁰ Mesmo a natureza socialmente construída do “conhecimento científico” é hoje amplamente aceite. Veja-se, por exemplo, o trabalho desenvolvido por Latour e por outros autores associados ao campo dos *Estudos Sociais da Ciência e da Tecnologia* (Latour, 1993).

História Ambiental, a Comunicação Ambiental e a Ecolinguística⁹¹, campos indirectamente relacionados com esta tese. Na próxima secção, enquadrámos o contexto da RN2000 na sua dimensão narrativa.

3.2.2 A protecção da biodiversidade e a (des)continuidade narrativa

Na nossa perspectiva, os esforços para proteger a biodiversidade não têm tido suficientemente em conta o facto de que as práticas que moldam e sustentam os habitats semi-naturais (assim como, em menor grau, os naturais), são, por um lado, social e discursivamente construídas e, por outro lado, fazem sempre parte duma rede muito mais alargada de outras práticas sociais. Assim, se é possível afirmar que o discurso é um elemento da vida social dialecticamente interligado com outros elementos, então os discursos e as representações subjacentes merecem mais atenção por parte dos esforços para a sustentabilidade⁹².

Igualmente de importância central é o grau com que os discursos sobre os ambientes — incluindo as representações dos seus elementos e das nossas relações com os mesmos — se entrelaçam com mecanismos de construção de identidade, com a nossa capacidade de fazer sentido das coisas e com o nosso bem-estar geral (Cronon, 1996; O'Neill *et al.*, 2008). As relações sociais e as dinâmicas de formação de identidade estão no cerne não só dos dilemas ambientais, mas também das concepções de sustentabilidade disponíveis para dar resposta a estes dilemas (Carbaugh, 2001; Porter, 2005⁹³). Segundo Takacs, mesmo as definições que criamos e adoptamos sobre o significado de “biodiversidade” podem ser entendidas como um espelho das nossas próprias preferências, convicções e aspirações (Takacs, 1996).

Relacionada com estes aspectos, está a forma como o nosso bem-estar depende da capacidade que temos para atribuir sentido às coisas. «Os seres humanos são, enquanto criaturas, *fazedores de sentido* por excelência. Dentro dos seus Discursos, orientam-se para o sentido da mesma forma que as plantas se orientam para a luz» (Gee, 2005, p. 93). Grande parte desta produção de sentido é organizada em estruturas narrativas, isto é, pela selecção e sequenciação de eventos e das respectivas representações em padrões significantes, que dão forma e interligam um

⁹¹ Relativamente a estes três campos, veja-se, respectivamente, as seguintes publicações periódicas: *Environmental History*, *Environmental Communication: A Journal of Nature and Culture* e *Language & Ecology (online)*. De forma mais indirecta, por se tratar de um âmbito mais geral, poderíamos ainda acrescentar a este conjunto o campo da Análise do Discurso. Como voltaremos a referir mais à frente, a fronteira entre este e a Ecolinguística é ambígua e contestável, embora para nós continue a fazer sentido mantê-la. Não directamente relacionados com a representação cultural dos elementos naturais, mas muito relevantes para o estudo das relações entre cultura e ambiente, são ainda os campos difusos da Geografia Humana ou Cultural, Ecologia Política, Sociologia Ambiental, Ecologia Humana e Economia Ecológica.

⁹² Tal como Fairclough (1992), Gee (2005) e muitos outros, usamos o termo “discurso” sobretudo no sentido foucaultiano, i.e., como uma forma particular de representar certas partes ou aspectos do mundo (físico, social e psicológico) e como uma prática não apenas de representar o mundo, mas de significar o mundo, constituindo e construindo-o no significado (Fairclough, 1992). Para uma descrição da teoria do discurso de Fairclough e mais informação sobre aquilo a que nos referimos com o termo, ver a secção 4.1.

⁹³ Como Porter observou em relação ao mundo empresarial, talvez “seja o medo de perda de identidade, mais do que o lucro económico ou a racionalidade científica, que subjaz ao discurso da gestão acerca da sustentabilidade” (Porter, 2005, p. 1). Sem subscrever a ideia de que a identidade é necessariamente o elemento dominante nos discursos da sustentabilidade, parece-nos uma componente cuja contemplação é necessária em qualquer discussão sobre a sustentabilidade de espaços humanizados.

passado, um presente e um futuro. Em termos gerais, esta perspectiva tem sido defendida por um amplo conjunto de autores, entre os quais se destacam os filósofos Fisher, Bruner, MacIntyre e Ricoeur, e (Fisher, 1987; Bruner, 1991; Ricoeur, 1991; Jones, 1993), que realçam a sua importância para a formação da identidade e auto-compreensão. Em *Life in Quest of Narrative* (1991), Ricoeur afirma que:

«É portanto através das variações imaginativas do nosso próprio ego que tentamos obter um entendimento narrativo de nós próprios, o único tipo que escapa à aparente escolha entre a pura mudança e a identidade absoluta. Entre os dois reside a identidade narrativa.» (Ricoeur, p. 33, 1991)

Assim, é através das narrativas que construímos acerca das nossas vidas que conseguimos manter um sentido de continuidade ou estabilidade, ao mesmo tempo que negociamos os eventos e as influências sociais e culturais que nos impelem para a mudança. Neste sentido, a dimensão narrativa é o nexo da identidade, sendo simultaneamente associada à própria avaliação de razões e argumentos. Ligado ao campo da retórica e da teoria da comunicação, Walter Fisher (1987) defendeu um *paradigma narrativo* da racionalidade, descrito como próximo do conceito de sabedoria prática de Aristóteles (*phronesis*), argumentando que a forma fundamental de os humanos atribuírem sentido é constituída pelo posicionamento de determinados eventos, pessoas e objectos em narrativas, e não através do processamento de informação mediante modelos lógicos. Uma vez que «a narração é a configuração conceptual de ideias que é fundacional para a nossa espécie» (1987, p. 193), o ser humano deve ser primariamente conceptualizado enquanto *homo narrans*. Assim, independentemente dos géneros específicos em que se manifestam, todas as formas de comunicação humana podem ser interpretadas como histórias⁹⁴ ou, por outras palavras, como interpretações de aspectos do mundo que ocorrem no tempo e são moldadas pela história, cultura e carácter. Fisher propôs ainda a ideia de que as pessoas, quando confrontadas com as histórias (implícitas ou explícitas) com que contactam ao longo das suas experiências comunicativas, avaliam a sua validade segundo o critério de *coerência narrativa*, que corresponde à nossa forma de determinar se a história apresenta coerência e faz sentido, e de *fidelidade narrativa*, em que verificamos se a história corresponde às nossas próprias experiências e crenças, retratando o mundo de uma forma que para nós seja convincente. Nestes termos, uma vez que os discursos “contam” sempre histórias, o interlocutor é convidado a acreditar (e, eventualmente, a agir com base) nelas, a lógica subjacente ao *paradigma narrativo*, a *racionalidade narrativa*, encontra-se disponível para ser interpretada e avaliada (Fisher, 1987; 1989).

Voltando à esfera ambiental, na nossa procura por significado, as nossas vidas são colocadas «num contexto narrativo mais alargado, daquilo que acontece antes e do que vem depois». Em várias escalas possíveis, mas de forma mais evidente ao nível local, os ambientes onde nos vemos inseridos «importam porque incorporam esse contexto mais alargado», sendo isto «especialmente claro no caso das paisagens culturais que incorporam especificamente as vidas de indivíduos e

⁹⁴ No contexto deste trabalho, apesar da grafia “estória” não reunir consenso, optamos por usá-la para reproduzir a útil distinção corrente na língua inglesa entre “*story*” e “*history*”. Assim, estória refere-se a narrativas mais particularizáveis relativamente aos seus sujeitos, e história à sequência de eventos que se consideram, de forma mais alargada e consensual, terem ocorrido “historicamente” relativamente a certos elementos, humanos ou não. Como é evidente, a separação entre os dois conceitos não pode ser estanque, mas parece-nos útil de um ponto de vista prático.

comunidades» (O'Neill *et al.*, 2008, p. 198). Num processo de negociação entre estabilidade e mudança, os novos elementos e experiências encaixam-se mais ou menos coerentemente em narrativas pessoais que, por sua vez, simultaneamente constroem e são construídas por identidades individuais e colectivas (Fisher, 1987). Na medida em que favorecem trajectórias diferentes, os discursos acerca de tudo o que representa mudança ou estabilidade — como é o caso de qualquer discussão acerca dos significados concretos da sustentabilidade — constituem uma arena em que os indivíduos e as organizações criam e protegem as suas identidades (Porter, 2005). Neste processo, os hábitos pessoais e os costumes comunitários desempenham um papel central. Segundo Dewey, «[A] emoção é uma perturbação do choque ou falha do hábito, e a reflexão, em termos gerais, é o doloroso esforço de hábitos perturbados para se reajustarem» (1988, p. 54, citado por Hiedenpää, 2002). Com efeito, uma sensação de ruptura emerge quando a perturbação é súbita e não permite uma acomodação gradual. As perturbações que afectam hábitos colectivos e individuais podem ter importantes repercussões sobre o bem-estar de indivíduos e gerar uma grande variedade de emoções e, conseqüentemente, de reacções de intensidade variável.

Tal como outros aspectos do mundo natural, os elementos da biodiversidade também são importantes porque os podemos entender como tendo a sua própria história, a qual interpretamos narrativamente através de vários relatos possíveis, que por sua vez enquadram as nossas histórias de nós próprios. Em última análise, esta poderá ser a razão mais forte para experienciarmos a perda de biodiversidade (ou outros tipos de perda ambiental) enquanto algo trágico, uma vez que «[o] sentido de tragédia requer que exista uma história, a qual pode ser fictícia ou factual» (O'Neill *et al.*, 2008, p. 163⁹⁵). No entanto, paradoxalmente, é também o nosso sentido intuitivo de narrativa pessoal e colectiva que nos pode levar a experienciar como rupturas determinadas políticas desenhadas para preservar os nossos ambientes ecológicos, sempre que as restrições que implicam choquem contra determinadas trajectórias em que nos encontrávamos (ou nos desejávamos encontrar) ou, alternativamente, contra aquilo que considerávamos ser a continuidade natural de outros elementos caros para nós, tais como certas paisagens, espécies ou práticas sociais. A dimensão narrativa é indissociável da identitária, uma vez que é a estrutura das narrativas em que nos colocamos — ou que outros nos colocam — que condiciona as opções disponíveis para identificarmos quem somos, sendo que, enquanto personagens, temos um número limitado de escolhas relativamente a quem podemos ser. Os discursos, portanto, associados a narrativas ou histórias específicas, incluem representações de como as coisas são e têm sido, assim como representações imaginárias de como as coisas poderiam ou deveriam ser (Cronon, 1992; Hajer, 1995; Fairclough, 2003; Porter, 2005; Bell *et al.*, 2008)⁹⁶.

As modernas possibilidades tecnológicas aumentaram em muito a capacidade de provocar alterações súbitas e profundas nas paisagens, aumentando o potencial para provocar impactes disruptivos⁹⁷ (Santos, 2010; Porteous, 1996). Juntamente com a *velocidade*, a ocorrência da

⁹⁵ Ver também Cronon, 1992.

⁹⁶ A complexidade destes elementos é ainda acrescida pelo facto de que mesmo que sujeitos diferentes partilhem a mesma história, ou versão dos acontecimentos, isso não significa que lhe atribuam o mesmo significado (Hajer e Versteeg, 2005).

⁹⁷ Ao mesmo tempo, a própria velocidade com que tais alterações se processam têm tido um impacto profundo na sua eficiência e adequação. Como notado por Santos, o facto de os usos do solo tradicionais (pré-industriais) estarem muito mais eficientemente integrados nas paisagens (relativamente aos recursos

percepção de ruptura depende da *escala* e da *fonte* das alterações. Estes aspectos também deverão ser entendidos como coerentes com uma determinada história para existir um sentido de continuidade. Um exemplo paradigmático de ruptura induzido por políticas ambientais é a oposição local e o debate que os parques eólicos têm provocado. Nas disputas em torno dos respectivos procedimentos de licenciamento e de AIA, a consideração de aspectos estéticos, de dinâmicas de identidade e da história dos lugares em causa tem ocupado um lugar cada vez mais central (Pasqualetti *et al.*, 2002; Phadke, 2010). No caso português, o mesmo pode ser observado nas queixas relativamente à “descaracterização da paisagem” por parques eólicos, observáveis em pareceres submetidos nas consultas públicas de AIA⁹⁸. Outros casos, sobretudo relacionados com projectos com grande impacte paisagístico (barragens, estradas e outros tipos de grandes infra-estruturas), assim como intervenções em espaços urbanos considerados históricos, costumam envolver argumentos associados a estes aspectos, ainda que os de cariz mais identitário permaneçam frequentemente por explicitar⁹⁹.

Na vertente da implementação de políticas para a protecção da biodiversidade, observou-se um exemplo extremo no município finlandês de Karvia, onde um grupo de proprietários entrou em greve de fome como protesto contra a inclusão das suas propriedades florestais na RN2000 (Hiedenpää, 2002). Reacções mais moderadas mas muito mais comuns, tais como a mera relutância em cooperar ou cumprir com as regulações e medidas de gestão, diminuem a eficácia da implementação de políticas que dependem do apoio activo dos vários grupos de interesse (ver, por exemplo, Alphandery and Fortier, 2001; Engelen *et al.*, 2008; Bell *et al.*, 2008). Em Portugal, este tipo de dinâmica tem sido evidenciada nas repetidas queixas por parte de proprietários de terrenos em áreas protegidas relativamente à perda de soberania local¹⁰⁰ (ver, por exemplo, Figueiredo, 2004) e também nas contestações relativas à desadequação das medidas de gestão das queixas e pedidos de esclarecimento enviados no âmbito da consulta pública do *Plano Sectorial* por um amplo conjunto de actores (ICNB, 2006). Tipicamente, um pouco por todo o mundo, os espaços protegidos têm sido construídos institucionalmente sem que a interferência dos Estados seja acompanhada pela consideração dos interesses, necessidades e aspirações das populações locais (WWF, 2000). Principalmente no caso dos habitats semi-naturais, esta discrepância resulta paradoxal quando é, ao mesmo tempo, reconhecido que «os habitantes locais são os principais actores da construção do património natural das áreas rurais e, assim, os primeiros responsáveis pela sua manutenção e, mesmo, pela sua instituição como espaços extraordinários e dignos de ser protegidos como amenidades» (Figueiredo, 2004, p. 11). Assim, simbolicamente mas com efeitos materiais importantes, as áreas protegidas em Portugal têm sido desafectadas do tecido social

locais), «não se devia a uma sensibilidade, inteligência ou mesmo pragmatismo superior das comunidades tradicionais, mas sim à sedimentação que o tempo conferia às soluções» (Santos, 2010, p. 64).

⁹⁸ O caso do projecto do *Parque Eólico da Lousã* (AIA 1139) é um bom exemplo desta situação.

⁹⁹ Destacamos os casos das barragens do Sabor (AIA 1080) e do Tua (AIA 1916). Um dos projectos considerados nesta investigação, o *Projecto Marina da Barra*, constitui igualmente um exemplo deste tipo de situação. No contexto urbano, considere-se ainda a polémica que se gerou em torno da requalificação do Terreiro do Paço.

¹⁰⁰ Embora também se argumente que muitas das queixas de autarcas e proprietários locais relativamente às áreas protegidas possam ser interpretadas como fazendo parte de uma estratégia de vitimização perante a administração central. Veja-se a argumentação que Henrique Pereira dos Santos tem desenvolvido acerca deste assunto no âmbito do *blog* “Ambio” (<http://ambio.blogspot.com/>).

global e das suas lógicas de desenvolvimento, levando à exclusão da população e das suas necessidades socioeconómicas, frequentemente em contextos com carências materiais de diversa ordem. Esta situação é propícia para conflitos de interesses e tipos de legitimidade diversos que frequentemente se têm traduzido por situações e atitudes de desrespeito pelas restrições e normas instituídas pelas áreas protegidas (Figueiredo, 2004). No caso da RN2000, parte da desconfiança que despertou em autarcas e privados poderá estar precisamente relacionada com a experiência acumulada com as *Áreas Protegidas* e com a *Reserva Ecológica Nacional* (Sumares, 2007; Sumares e Fidélis, 2009). Estes exemplos podem ser interpretados como discrepâncias entre narrativas institucionalizadas e narrativas particularizadas.

Os espaços e os seres não-humanos podem ser entendidos como tendo as suas próprias trajetórias históricas. Respeitá-las torna-se difícil quando existem histórias humanas que são incompatíveis (ou percebidas como tal), porque os elementos não-humanos não constituem sujeitos no mesmo sentido em que nós o somos. Os processos decisórios são feitos por e para humanos e, consequentemente, tratam primariamente de narrativas humanas (O'Neill *et al.*, 2008). No entanto, designámos áreas onde à continuidade — ou, nos termos da *Directiva Habitats*, ao *estatuto de conservação favorável* — de sujeitos não-humanos específicos é atribuída prioridade geral, e onde as actividades humanas são legalmente obrigadas a tomar formas que acomodam uma configuração específica dos primeiros. Esta discrepância constitui uma das dificuldades nucleares da conservação. As tensões que surgem entre, por um lado, a preservação “artificial” de paisagens ou de ecossistemas que correspondem a sistemas socioeconómicos específicos e, por outro, a evolução “natural” das histórias humanas, tornam-se especialmente vívidas quando consideradas em termos narrativos. Neste sentido, quando certos elementos se tornam um mero espectáculo artificialmente retirado da história, a própria conservação pode resultar disruptiva. No nome de um bem comum, ao prescrever-se indirectamente às comunidades locais o que é que os seus territórios e ecossistemas devem conter, as instituições europeias e nacionais podem ser interpretadas como disruptivas relativamente a determinadas trajetórias sociais, desfasadas de características ecológicas que faziam parte de outras configurações socioeconómicas específicas ao nível local. Ao mesmo tempo, as políticas de conservação como a RN2000 podem ser vistas como um abrangente complexo de narrativas ao qual foi dado peso legal e institucional. De forma significativa, como já referido, as respectivas directivas resultaram inicialmente de pressão pública (sobretudo urbana) de “baixo para cima” para se instituir uma conservação da natureza mais eficaz, cujo resultado, no entanto, tomou a forma de um conjunto de regulações de “cima para baixo” para as populações locais (sobretudo rurais). Assim, narrativas conflitantes também estão relacionadas com diferenças de escala e “encaixe” dos níveis de governação, isto é, com as dificuldades que subjazem as tensões da governação multi-nível da biodiversidade, bem sumarizadas por Pinton (2008, p. 210): «Como poderá um sistema de referência europeu encaixar-se com as culturas locais? E como poderá uma política espacial que define objectivos ao nível europeu traduzir-se numa política regional baseada nos usos locais da natureza?». No contexto destas dificuldades, poderá ser produtivo dedicar mais atenção à forma como a história de lugares concretos (e dos elementos que os constituem) é interpretada e construída no seio das comunidades locais, de forma a alcançar-se uma maior harmonia entre as histórias (e respectivos sujeitos) que pretendemos ver projectadas no futuro — i.e., os elementos que elegemos preservar —, e as histórias dos diferentes

elementos (incluindo comunidades) que as podem favorecer ou frustrar. As soluções concretas elaboradas para a conservação de certos elementos devem fazer sentido no âmbito de narrativas locais, e vice-versa¹⁰¹. Por outras palavras, devem manter-se dentro da história e da significação.

Existem importantes razões para que os processos de tomada de decisão levem em consideração aspectos relacionados com os valores, a cultura, a identidade e a história, elementos considerados essenciais para o bem-estar individual e colectivo. As definições mais comuns de “boa governação”, como aquelas adoptadas pelo Banco Mundial, a OCDE, as Nações Unidas ou a Comissão Europeia, têm enfatizado questões como a inclusão e a participação¹⁰² (ver secção 3.1.3). Relativamente ao aspecto da *Equidade e Inclusão*, as Nações Unidas declaram que:

«o bem-estar de uma sociedade depende de garantir que todos os seus membros sintam que têm um interesse nela e que não se sintam excluídos da sua corrente dominante. Isto requer que todos os grupos, mas particularmente os mais vulneráveis, tenham oportunidades para melhorar ou manter o seu bem-estar» (UN, 2002).

Tais definições apontam tanto para fontes de normatividade procedimentais como substantivas. Por um lado, é o próprio processo de incluir diferentes elementos sociais que é considerado desejável, abrindo meios de participação e acesso para influenciar os procedimentos de tomada de decisão a um conjunto alargado de actores. Por outro, é o objectivo substantivo de as decisões reflectirem, em última instância, a consideração e inclusão de uma variedade de interesses e posições, i.e., que o próprio processo decisório seja considerado representativo.

A um outro nível, as pessoas procuram fazer sentido das suas vidas e tornar os seus ambientes (em várias escalas) significantes. Nos dilemas e tensões inerentes à sustentabilidade, um sentido de continuidade narrativa pode ser entendido como um componente importante para o bem-estar através da manutenção da identidade e significância (Fisher, 1987; Cronon, 1992; Porter, 2005; O'Neill *et al.*, 2008). Desta perspectiva, decisões que tenham implicações disruptivas para os ambientes físicos e sociais (e para as histórias que os enquadram) de determinadas comunidades potencialmente dificultam os mecanismos de que estas dispõem para fazer sentido e, consequentemente, afectam as suas vidas de forma mais geral. Acreditamos que a probabilidade de actores locais sofrerem experiências de ruptura neste sentido dependerá muito das formas em que estas histórias são enquadradas e, tal como muita da bibliografia acerca de controvérsias e conflitos

¹⁰¹ Segundo Catsadorakis (2007), a forma mais eficiente de lidar com as dificuldades inerentes à conservação seria distribuir subsídios na UE para promover as práticas pertencentes àquilo que seria oficialmente reconhecido como o “património cultural agrícola” da Europa. A ideia base desta proposta, que é continuar-se a fazer aquilo que tem sido feito tradicionalmente de modo a preservar paisagens e ecossistemas “tradicionais”, poderá ser viável nalguns contextos, mas levanta questões difíceis. Trata-se de uma visão instrumentalizante das referidas práticas, retirando-lhe a sua espontaneidade ou, se quisermos, a sua “naturalidade”, na medida em que as torna num meio para chegar a um fim que corre o risco de não ser suficientemente central para as comunidades humanas. Adicionalmente, qual seria a situação de referência para aquilo que se define como a paisagem ou as práticas “tradicionais” de certos lugares? Mesmo sendo possível usar uma referência mais ou menos arbitrária, a mesma teria que ser incorporada nas identidades situadas das comunidades actuais de forma a lhes ser significante.

¹⁰² Por exemplo, de acordo com a definição adoptada pelas Nações Unidas e a OCDE, uma «boa governação tem oito características principais: é participativa, orientada para o consenso, responsabilizável, transparente, responsiva, eficaz e eficiente, equitativa e inclusiva e segue a regra da lei. Assegura que a corrupção seja minimizada, que as perspectivas das minorias sejam consideradas e que as vozes dos mais vulneráveis da sociedade sejam ouvidas nos procedimentos de tomada de decisão. É também responsiva às necessidades presentes e futuras da sociedade» (UN, 2002).

ambientais tem sugerido, do grau de legitimidade democrática dos processos de tomada de decisão, directamente relacionada com a dimensão de inclusão (ver Keulartz e Leistra, 2008). Articulando tais considerações normativas com os argumentos até aqui apresentados, entendemos que, no contexto da governação ambiental em que se tomam decisões com implicações espaciais que afectam as histórias (e estórias) de elementos humanos e não-humanos, a noção de inclusão deve traduzir-se em acomodar e levar seriamente aspectos relacionados com valores, cultura, identidade e a história de indivíduos e comunidades, sem excluir a consideração de discursos diferentes.

A relevância de se considerar diferentes representações e narrativas é igualmente reforçada pelas preocupações normativas da *ciência pós-normal*, segundo a qual diversos “conhecimentos” devem ser integrados como forma de lidar com a inevitável incerteza da governação ambiental (Funtowicz e Ravetz, 1993). De facto, as narrativas locais de lugares naturais baseiam-se frequentemente em conhecimentos que não são tão gerais como, por exemplo, aquele relativo à biologia ou a impactes económicos. Referimo-nos aos conhecimentos inerentes a diversas formas de vinculação pessoal a diferentes tipos de objectos, resultantes do envolvimento histórico dos sujeitos com eles. Estas relações constituem as dimensões subjectivas e os significados personalizados que elementos ambientais específicos representam. Quando tais formas de conhecer (e as respectivas narrativas) são marginalizadas, isso traduz-se tipicamente na exclusão social e política dos respectivos sujeitos.

Não obstante, importa ter em conta que, face ao ritmo actual de perda de biodiversidade e aos esforços para a conter, o que foi argumentado até aqui não significa que apenas as leituras localizadas possam, ou devam, contar. De facto, nem todas as rupturas são para evitar. Além de inevitáveis, algumas podem mesmo ser desejáveis à vista de certos fins considerados prioritários. Ao tomar ou ao apoiar decisões, tanto individual como colectivamente, escolhemos entre as estórias e respectivos sujeitos cuja continuidade podemos aceitar, e aqueles que temos de rejeitar face às sustentabilidades que elegemos como prioritárias. A sustentabilidade de um determinado elemento ou lugar pode ditar a insustentabilidade de outro, pelo que é necessário ponderar cuidadosa e criticamente as narrativas de lugar que adoptamos, considerar aquilo que falta nelas, como é que elas se intersectam com as de outros lugares e com o mundo como um todo (Palmer, 2011). Mesmo apenas no âmbito de um lugar, a incapacidade de se reconhecer até que ponto certas trajectórias possam (pelo menos temporariamente) ser mutuamente exclusivas poderá resultar em esforços em vão, consideráveis desperdícios de recursos e em resultados trágicos a longo prazo, nos casos em que tal leve à perda irreversível de biodiversidade. Devemos, portanto, entender as narrativas de lugar como uma rede de estórias interligadas, frequentemente sobrepostas, em concorrência e contestadas ao longo do tempo e do espaço, em que a sustentabilidade de uma estória tem implicações para muitas outras — regional, nacional e globalmente (Palmer, 2011). Assim, em vez de adaptação ou inclusão, em casos em que as narrativas dominantes de actores locais claramente ameacem ou impeçam o florescimento de ecossistemas protegidos, propomos falar de *convergência narrativa* como um objectivo discursivo indirecto da conservação da natureza e do desenvolvimento sustentável (ver secção 3.3.2).

3.2.3 A análise do discurso como abordagem ao(s) contexto(s) da *Rede Natura 2000*

Na sequência dos argumentos apresentados até aqui, o conhecimento técnico, cuja importância é inquestionável, deve ser articulado com, por um lado, outros conhecimentos fruto de uma diversidade de interações entre o meio social e físico e, por outro, com a pluralidade de valores por que se pautam essas relações. Nesse sentido, o caminho mais frutífero, apesar de difícil, parecer ser o da promoção de processos de deliberação racional que tomem formas apropriadas ao contexto, tanto ao nível substantivo como procedimental (ver a secção 3.1.3), ou seja, através duma consideração mais abrangente das questões envolvidas e, ao mesmo tempo, de procedimentos políticos (de tomada de decisão) suficientemente inclusivos e capazes de um fechamento instrumental para responder aos desafios que se colocam à sustentabilidade.

O facto de a *Directiva Habitats* mostrar uma preocupação explícita com «ter em conta as exigências económicas, sociais e culturais, bem como as particularidades regionais e locais», é uma razão adicional para, no caso particular da RN2000, fazer especialmente sentido considerar como é que os lugares abrangidos, as respectivas histórias e a definição de tradição se manifestam discursivamente. A própria natureza construída do conceito de *natureza* torna-o especialmente convidativo para tal, já que a natureza não é algo que existe meramente “lá fora”, mas um conceito culturalmente apropriado, uma norma, uma contra-imagem, uma memória, uma utopia. Quando falamos de natureza, *a qual* natureza e *à* natureza de *quem* é que nos referimos? (Latour, 1993; Hajer e Versteeg, 2005; Mels, 2009). As discussões com contornos legalistas ou tecnocráticos acerca daquilo que constitui interpretações “correctas” do Art. 6.º da *Directiva Habitats* tendem a negligenciar as questões subjacentes a noções conflituantes de lugares específicos, da biodiversidade neles contida, e do que, em última análise, representa contextualmente a ideia de desenvolvimento sustentável: sustentabilidade de quê, para quem, e porquê? (ver O'Neill *et al.*, 2008).

Estas questões, incluindo outras especificamente associadas à conservação, são, na prática, respondidas no seio de uma dinâmica mais ou menos contínua de disputa por hegemonia discursiva, através da qual os diferentes actores procuram reunir apoio para as suas definições da realidade. As relações assimétricas de poder que frequentemente promovem a diferença discursiva e vice-versa, somadas ao facto de os discursos e narrativas poderem servir como poderosas justificações e racionalizações de poder (Fairclough, 1992; Flyvbjerg, 1998), constituem uma convincente razão para que a investigação dos discursos locais seja relevante no âmbito da promoção de modelos de desenvolvimento simultaneamente sustentáveis e inclusivos. Adicionalmente, neste contexto específico, palavras como “ambiente” e “natureza” veiculam uma generalidade e universalidade de preocupação facilmente apropriáveis por questões políticas particulares. O “ambiente”, afinal, é a parte daquilo que existe no entorno de um ser que se considera relevante para o estado desse ser num determinado lugar e tempo (Harvey, 1996, p. 118 *in* Mels, 2009). A especificidade situacional a partir da qual se define tal relevância varia consideravelmente, o que afecta a forma dos discursos enquanto modalidades de poder (Mels, 2009).

Assim, complementarmente aos mecanismos formais e institucionalizados que promovem mais participação e inclusão, parece-nos um contributo importante, no contexto da protecção da biodiversidade e da implementação da RN2000, promover o mapeamento e o entendimento dos

respectivos contextos discursivos, incluindo a forma como estes são moldados pelas relações de poder. Este objectivo poderá mesmo proporcionar uma base complementar para lidar com a rica diversidade de partes interessadas destas áreas, para além da mera consideração formal dos interesses e das posições declaradas pelos actores sociais. Se as representações dos diferentes elementos que compõem estes lugares têm implicações directas para o comportamento estratégico dos actores locais e para a sua predisposição para a acção colectiva, então o encaixe entre a governação ambiental local e o bem-estar das respectivas comunidades talvez possa ser melhorado a partir da mesma. A construção deste tipo de entendimento poderá ser levada a cabo através de várias formas e perspectivas das ciências sociais, nomeadamente da psicologia social, a sociologia, a geografia humana ou cultural e a etnografia histórica¹⁰³. Da nossa perspectiva, a *Análise Crítica do Discurso* afigura-se como particularmente útil, devido ao seu potencial para identificar, explorar e mapear representações, discursos e narrativas e, ao mesmo tempo, poder fazer ligações com as estruturas socialmente disponíveis, através das quais as anteriores se promovem e manifestam, ao considerar a sua relação dialéctica com as relações de poder concretas. Em particular, pode ser usada para explorar os modos como certos discursos e representações de ambientes específicos (assim como do ambiente em geral) são apropriados e estrategicamente recontextualizados. Quanto mais nítidas forem as imagens que os actores ou participantes de um processo decisório tiverem de si próprios e dos seus ambientes, maior será a probabilidade de se formularem estratégias que consigam sobreviver nesses ambientes (Beunen *et al.*, 2013).

“Análise do discurso” significa a análise de “textos” num sentido lato, da mais variada proveniência e formato — textos escritos, interacções orais, textos multimédia da televisão e da internet, etc.. Ao longo das duas últimas décadas, foi-se desenvolvendo uma grande variedade de aplicações de análise de discurso a questões ambientais. Para uma apreciação desta diversidade, compare-se exemplos díspares como Hajer (1995) sobre o discurso da modernização ecológica e o problema da chuva ácida; Myerson e Rydin (1996) e Harré *et al.* (1999) sobre o uso de linguagem ecologicamente correcta; Flyvbjerg (1998; 2007) sobre mega-projectos e o funcionamento do planeamento urbano; Porter (2005) sobre questões de identidade no contexto de discursos de gestão para a sustentabilidade; Smith (2006) e Bell *et al.* (2008) sobre conflitos entre as actividades humanas e a conservação; Murata (2007) analisa as estratégias retóricas dos discursos a favor e contra a caça à baleia; Alexander (2008) debruça-se transversalmente sobre um largo conjunto de questões ambientais; Phadke (2010) e Jessup (2010) exploram conflitos relacionados com parques eólicos; e Lassen *et al.* (2011) analisam os discursos acerca das mudanças climáticas no contexto da participação pública¹⁰⁴.

Algumas versões de análise do discurso (tipicamente foucaultianas em inspiração) limitam-se a analisar questões relacionadas com a interdiscursividade, i.e., com a identificação da presença e dos tipos de combinação de “discursos” relativamente estáveis e recorrentes em textos,

¹⁰³ A geografia cultural é particularmente relevante por ter promovido a noção de paisagem enquanto texto, cujo significado não apenas reflecte a agência dos seus “autores” humanos, como também é lido de forma diferente por “leitores” diferentes, rejeitando-se uma leitura científica privilegiada. Desta perspectiva, as paisagens, enquanto textos, constituem campos discursivos, podendo ser interpretadas sócio-semioticamente, através de metáforas ambientais, cuja análise poderá considerar as potenciais consequências de determinadas percepções e acções (Mühlhäusler, 2003).

¹⁰⁴ Ver também a revisão bibliográfica feita por Hajer e Versteeg acerca da análise de discurso no âmbito da política ambiental (2005).

procurando também explorar as suas implicações¹⁰⁵. Outras abordagens têm aplicado formas detalhadas de análise linguística (incluindo aspectos relacionados com a gramática, semântica, léxico, metáfora, estruturas argumentativas ou narrativas, etc.) e/ou análises detalhadas de outros aspectos semióticos como a sua aparência visual. Algumas versões da *Análise Crítica do Discurso* (ACD), como a de Norman Fairclough, procuram realizar simultaneamente estes dois tipos de abordagem (Fairclough 1992; 2003; ver secção 4.1). A ACD segundo Fairclough, já brevemente introduzida no Capítulo I, será mais extensivamente descrita no Capítulo IV, que apresenta e justifica as nossas opções metodológicas. No entanto, no contexto do enquadramento que pretendemos realizar com o presente capítulo, alguns aspectos relativos ao intuito “crítico” da abordagem serão brevemente referidos na secção seguinte.

Importa ainda notar que muitos dos contributos que procuram aplicar análises de discurso à esfera ambiental podem ser associados ao campo emergente da Ecolinguística, consoante as possíveis definições com que o mesmo pode ser circunscrito¹⁰⁶ (ver Fill e Mühlhäusler, 2001; Mühlhäusler, 2003). Um dos seus ramos em particular, a *Análise Eco-Crítica do Discurso*, poderia eventualmente ser associado à abordagem proposta por esta investigação. No entanto, temos relutância em associar-nos a ambas designações sobretudo devido à forma difusa e algo incoerente com que os respectivos campos aparecem delimitados e também devido às dificuldades em torno do tipo de teoria ética monista subjacente ao ecocentrismo declarado da maioria das abordagens que se associam à Ecolinguística¹⁰⁷.

3.3 A aplicação da *Análise Crítica do Discurso* ao contexto da *Rede Natura 2000*

3.3.1 Considerações introdutórias

A ACD é uma forma de análise do discurso de orientação prática baseada na *Linguística Sistémico-Funcional*, procurando responder especificamente a problemas sociais através da sua dimensão semiótica (ver secção 4.1). Enraizada em textos e enunciados concretos, a análise textualmente orientada permite explorar as formas em que os elementos semióticos se relacionam com os elementos não-semióticos do mundo social (Fairclough, 2003).

Existem duas importantes características da versão da ACD de Fairclough que a fazem particularmente interessante para questões relacionadas com o ambiente. A primeira é o posicionar-se na perspectiva do *realismo crítico*, distinguindo entre ontologia e epistemologia. Muito sucintamente, isto significa que tem, como uma das suas assunções básicas, a visão de que o

¹⁰⁵ Em relação a questões ambientais, embora de formas muito variadas, isto é o que autores como Hajer (1995), Flyvbjerg (1998), Carbaugh (2001) e Phadke (2010) têm feito.

¹⁰⁶ Para uma lista bibliográfica de publicações associáveis ao campo da Ecolinguística consultar: <http://www.ecoling.net/#/bibliography>. Como exemplos de aplicações da Ecolinguística em Portugal, considere-se as teses de doutoramento de Rui Ramos (2009) e Adelaide Chichorro Ferreira (2003).

¹⁰⁷ Se a Ecolinguística corresponder de facto — para usar as palavras com que Rui Ramos descreve uma das hipóteses que levanta acerca desta questão — «a uma efectiva visão moderna, diferenciada, do estudo do papel da língua na construção do mundo, potenciando uma consciência aprofundada da rede de interacções que cada acto, verbal ou não verbal, desencadeia, na sua existência ‘ecológica’, considerado em todos os seus momentos preparatórios, performativos e de pós-realização, entendido como manifestação de um ser social e acção de um indivíduo concreto sobre o seu meio físico e cultural, os outros indivíduos e, em última instância, sobre si mesmo» (Ramos, 2004, p. 13), então nesse caso abraçaríamos a designação.

mundo não pode ser reduzido a mero discurso, nem diferentes interpretações e descrições da realidade podem ser consideradas todas igualmente válidas, como nas perspectivas mais relativistas. Pelo contrário, o discurso é apenas um elemento da vida social, juntamente com o mundo material com os seus objectos e instrumentos, as pessoas que o habitam com as suas histórias e estórias, as suas relações sociais e a acção e interacção que ocorre na vida quotidiana. Ademais, a mesma posição assume uma diferença entre a realidade (incluindo a realidade social) e aquilo que sabemos sobre a mesma, o que permite reconhecer que algumas descrições da realidade possam ser melhores e mais compreensivas do que outras. Isto significa que a ACD se propõe também a explicar, com a implicação de que as interpretações podem ser sucessivamente melhoradas numa contínua aproximação às realidades existentes. A segunda característica, também já mencionada, é que a ACD procura explicar de modo a poder intervir. Em vez de ser meramente analítica, entende-se como “crítica” em dois sentidos relacionados. O primeiro tem a ver com a forma como busca discernir conexões entre a linguagem e os outros elementos da vida social que permanecem frequentemente opacos. O segundo sentido está relacionado com o objectivo de criar conhecimento “emancipatório”, i.e., que seja condutivo a uma mudança social progressiva. Concordamos com Hammersley (1997) que este sentido de crítica é problemático e que deve ser abordado com cautela. Com raízes numa tradição neo-marxista, muita da literatura da ACD tende a considerar as interacções sociais de forma simplisticamente polarizada entre opressores e oprimidos, tomando demasiado como garantido e referindo-se a conceitos problemáticos como “emancipação”, “opressão” e “igualdade” como se pudessem ser facilmente e consensualmente definíveis.

Ao mesmo tempo, as análises críticas têm, de facto, que se encontrar ancoradas em algum tipo de perspectiva sobre um estado-de-coisas melhor de forma a poderem ser “críticas”. No caso da conservação da natureza em particular, torna-se necessário definir um ponto de vista crítico que possa lidar tanto com as complexidades inerentes à conservação (ver secção 3.2.1), como com a rica pluralidade de formas de significação que os seres humanos estabelecem com os ambientes naturais, manifestadas numa diversidade de representações, discursos e narrativas, elementos essenciais para as dinâmicas de identidade individual e colectiva (ver secção 3.2.2). Nas secções seguintes procuraremos esboçar uma proposta para o referido ponto de vista crítico, assim como elaborar mais concretamente o tipo de contributos que a aplicação da ACD poderá trazer à governação ambiental e, em particular, à protecção da biodiversidade. As considerações teóricas que tecemos neste âmbito não se restringem aos objectivos da investigação empírica desenvolvida nesta dissertação, procurando servir de base também a outras futuras investigações, não necessariamente relacionadas com a RN2000. Os objectivos específicos da nossa análise são delineados, de forma mais genérica no Capítulo I e, mais detalhadamente, na secção 4.2.

3.3.2 O conceito de *convergência narrativa*

A degradação ambiental e a perda de biodiversidade podem certamente ser qualificadas como um problema social profundamente afectado pela semiose. Isso torna-se mais evidente nos casos em que os habitats de áreas protegidas continuam a deteriorar-se devido a (ou à falta de) intervenções humanas. Um dos primeiros passos para explorar o papel do discurso tem, na nossa

opinião, a ver com a identificação de âmbitos discursivos ou textuais importantes para a promoção de práticas sociais geralmente vistas como tendo potenciais impactes ambientais negativos ou, inversamente, para a prevenção de práticas com impactes positivos. Outras estratégias de exploração incluiriam, por exemplo, a identificação de narrativas no contexto de controvérsias ambientais específicas e a sua associação a diferentes tipos de actores, ou das formas com que determinados problemas e respectivas soluções são enquadrados na esfera pública. As opções metodológicas variam também de acordo com a selecção de textos-chave a analisar, o foco da análise e as suposições relativamente à natureza do problema, aspectos que muito dependem das teorias que constroem o problema enquanto objecto de investigação. Não pretendemos aqui descrever as nossas opções metodológicas, preferindo dar, neste momento, atenção à localização de um ponto de vista crítico produtivo, o qual deve ser informado por teorias de sustentabilidade ambiental¹⁰⁸.

O que argumentámos até aqui não é facilmente harmonizável com uma visão tecnocrática da RN2000, cujos objectivos se baseiam numa abordagem itemizante de componentes seleccionados da biodiversidade, perdendo de vista as razões porque são importantes em primeiro lugar e tornando-se potencialmente disruptiva para as histórias e identidades locais. Por outro lado, também reconhecemos que não são só as narrativas pessoais que devem contar quando um património comum sob a nossa responsabilidade partilhada se está a perder. No final da secção 3.2.2, mencionámos o conceito de *convergência narrativa*. Situamos o mesmo em relação à definição de sustentabilidade proposta inicialmente por Holland e Rawles (1994) e reafirmada por O'Neill *et al.* (2008):

«Suster a vida de uma comunidade ou de uma terra não é preservá-la, ou congelá-la, mas permitir-lhe mudar e desenvolver-se de um passado particular para um futuro. A sustentabilidade neste sentido teria a ver [...] “com preservar o futuro como uma realização do potencial do passado... com negociar a transição do passado para o futuro de modo a assegurar a transferência de... significância”» (Holland e Rawles, 1994, p. 45-46 citado em O'Neill *et al.*, 2008, p. 201)

É importante notar que perspectivas baseadas na narratividade não negam o realismo. O facto de as nossas noções do mundo natural serem discursivamente construídas não significa que não exista um mundo natural, i.e., que não interagimos com algo real com qualidades intrínsecas que são conhecíveis nos seus próprios termos. Associável a uma relação de *stewardship* com o mundo não-humano¹⁰⁹, esta definição de sustentabilidade reconhece que o bem-estar e o florescimento humano são centrais, mas profundamente dependentes de procurar assegurar as finalidades que

¹⁰⁸ A ACD não considera a ordem social isoladamente. Tal como argumentado por Fairclough (2003), a ACD e a análise textual que inclui são limitadas e, de forma a explorar as relações entre a semiose e os elementos não-semióticos, a teorização do tópico de pesquisa (e a construção das categorias analíticas) tem que se associar a abordagens inter- e transdisciplinares, alimentando-se de teorias de outras disciplinas. Mais do que um método específico, a ACD é melhor entendida como uma ferramenta baseada em análise textualmente orientada que simultaneamente se informa a partir de, e informa, outros campos de investigação social. Ver o capítulo seguinte para mais detalhes.

¹⁰⁹ Aplicado a uma grande variedade de áreas (como ambiente, saúde, economia, propriedade e religião), o conceito de *stewardship* refere-se a uma ética relacional que se pauta por uma conduta e gestão de recursos responsável que visa satisfazer as necessidades de um outro do qual, ou de quem, se “cuida”. O termo tem tido várias traduções em português, mas nenhuma é satisfatória, pelo que optámos por não o traduzir aqui.

inerem na natureza. Intrinsecamente não-semânticas e não-dialécticas, estas podem ser sustidas e eventualmente “realizadas”, isto é, florescer.

Adoptando a definição de sustentabilidade acima apresentada, tomamos formas de convergência narrativa que promovam o florescimento dos elementos não-humanos dentro dos limites da significância humana como a nossa referência normativa ao abordar áreas de conservação em termos discursivos. Por outras palavras, uma situação em que as condições necessárias para o florescimento de determinadas espécies ou habitats possa encaixar de forma significativa com as histórias e identidades das populações locais já existentes e em evolução. Quando esse encaixe não for exequível, a convergência refere-se ao limite até ao qual novas representações e narrativas podem ser promovidas e reconhecidas enquanto significantes. No processo de se procurar expandir aquilo que se possa considerar razoável sacrificar pelo florescimento de “outros” humanos e não-humanos, a educação, processos de sensibilização e consciencialização, e a promoção de discursos mais “sustentáveis” desempenham um papel crucial. No seguimento dos argumentos apresentados nas secções anteriores deste capítulo, os significados práticos e contextualizados desta definição algo abstracta de sustentabilidade devem ser alcançados através de procedimentos de deliberação racional que estabeleçam a sua validade e legitimidade democrática tanto a partir da sua dimensão procedimental — incluindo aspectos relativos à inclusão e abertura a outros discursos e conhecimentos —, como a partir de uma consideração criteriosa das histórias e narrativas de lugares e contextos específicos, elas próprias em constante construção discursiva.

Segundo a perspectiva até aqui delineada, acreditamos que as aplicações de ACD poderão contribuir para maior convergência narrativa através do mapeamento discursivo de constelações de actores sociais em termos dos seus discursos, narrativas e representações e, em segundo lugar, através da exploração das formas em que a linguagem é empregue estrategicamente por actores sociais — incluindo a apropriação e a recontextualização de discursos que se afastam de formas “sustentáveis” de convergência narrativa. Estas duas tarefas não são separáveis. Pelo contrário, relacionam-se dialecticamente, dado que o uso estratégico da linguagem é moldado pelas representações e narrativas dos actores sociais, enquanto que diferentes posições e agendas também influenciam a adopção (ou rejeição) de certas representações e narrativas (Fisher, 1987). Em ambas as vertentes, as relações de poder têm importantes implicações semióticas e formas de análise textualmente orientada como a ACD poderão clarificar estas dinâmicas dialécticas através daquilo que Fairclough designa por formas de crítica ideológica, retórica e estratégica (Fairclough, 2009).

Antes de prosseguir, queremos fazer duas ressalvas. A primeira, é que é importante considerar o papel do analista que, ao confrontar os dados com as suas assunções e idiossincrasias ideológicas, produz a sua própria descrição de uma dada situação¹¹⁰. Existem várias estratégias para reduzir o viés, das quais as mais importantes incluem usar uma abordagem metodologicamente consistente, ser-se transparente e explícito acerca das assunções basilares e proporcionar acesso aos

¹¹⁰ Em última análise, é necessário aceitar o risco de acrescentar uma outra narrativa que pode ser apropriada pelos actores envolvidos. Como isto ocorre está para além do controlo do analista, que pode apenas esperar que o resultado da sua investigação contribua para mudanças consideradas positivas e não para resultados perversos não intencionados.

dados, permitindo assim a sua reinterpretação e contestação¹¹¹. Considerando que o mesmo se aplica a toda a investigação crítica (se não a todas as ciências sociais), os praticantes de ACD não consideram estes aspectos impeditivos para produzir leituras adicionais informadas dos fenómenos sociais (Fairclough, 1992; Wood e Kroger, 2000).

A segunda, é que não se pretende que o conceito de convergência narrativa seja entendido como um novo discurso hegemónico que “abafe” ou marginalize outros discursos e narrativas alternativas acerca de determinados espaços e dos elementos que os compõem. Esta preocupação tem a haver com a intenção de evitar a formação de discursos hegemónicos que não reconheçam a diferença sob a pretensão de consenso e que por isso se tornam repressivos (um risco que críticos como Lyotard têm apontado no modelo de diálogo proposto por Habermas), e por outro lado tornar a mera asserção incondicional da diferença que impede o progresso para além da mesma (Chouliaraki e Fairclough, 1999). Como alternativa, Chouliaraki e Fairclough falam de um processo de convergência, em que «diferentes grupos mudam, e a diferença entre eles é reduzida, mas nunca totalmente superada» (1999, p. 135). Esta noção refere-se, sobretudo, ao desenvolvimento progressivo de uma consciência mais compreensiva acerca dos mesmos elementos a partir de outras perspectivas, permitindo novos entendimentos mais empáticos e compatibilizáveis com a diferença, sem necessariamente anular a «irreduzível pluralidade de pontos de vista» (van den Hove, 2006, p. 11). Esta pluralidade incontornável faz com que as possibilidades de consenso sejam relativamente limitadas, obrigando quase sempre à existência de uma dimensão de negociação através da esfera pública (nomeadamente no âmbito de processos participativos), levando a que haja eventualmente “perdedores” e “vencedores” (de um ponto de vista subjectivo, não necessariamente de um ponto de vista do “bem-comum” ou externo aos sujeitos em questão)¹¹². Se estes autores se referem a este processo enquanto uma espécie de convergência discursiva ou ideológica geral, com convergência narrativa referimo-nos mais concretamente às histórias individuais ou colectivas que enquadram ou materializam tais discursos através das *práticas sociais* (ver secção 4.1).

3.3.3 Potenciais contributos da abordagem proposta

Com base na discussão desenvolvida ao longo do presente capítulo, entendemos que determinadas formas de análise do discurso, e em particular a ACD com a sua ênfase sobre as associações entre a linguagem e as relações de poder, encerram potencial para, embora de forma indirecta, melhorar a governação ambiental (incluindo a conservação) através do mapeamento de paisagens discursivas. Em particular, um maior entendimento das representações e das narrativas através das quais os diferentes actores sociais fazem sentido do seu lugar e papel relativamente aos ambientes sociais e ecológicos, assim como os modos em que tais actores empregam estrategicamente a linguagem através das estruturas sociais que lhes estão disponíveis, poderá contribuir para:

¹¹¹ Ver secção 4.1.8 para mais informação acerca destes aspectos.

¹¹² Nos termos de Chouliaraki e Fairclough, trata-se de «uma forma particular de negociação e diálogo em que cada discurso internaliza outros de modo a que o seu desenvolvimento seja inflectido por outros sem ser reduzido a outros» (1999, p. 136).

— Melhorar a participação

Um dos factores que mais influencia a qualidade dos processos participativos é a forma como são desenhados e como se adaptam aos contextos locais. O desenho da implementação da RN2000 não previu orientação específica relativamente à estruturação e organização dos processos decisórios, incluindo o envolvimento mais alargado dos actores interessados. Uma compreensão mais profunda dos contextos sociais, discursivos e representacionais de tais áreas é instrumental para informar a elaboração de processos deliberativos e participativos localizados e adaptados a contextos específicos. Na sequência da base conceptual que consideramos na secção 3.1.3 para seleccionar os instrumentos analítico-deliberativos para a tomada de decisão no contexto de uma governação ambiental mais inclusiva, o referido mapeamento representacional poderá ser útil para gerir a dimensão da inclusão e para delinear uma estratégia para lidar com situações de elevada complexidade, incerteza e ambiguidade (ver Tabela 3.1).

— Melhorar a resolução de conflitos

Relativamente à mediação de conflitos e controvérsias ambientais, a ACD pode ser particularmente útil para clarificar os problemas que estão realmente em causa e recolocar o foco sobre os interesses em vez de sobre as posições declaradas (Smith, 2006). A clarificação dos problemas refere-se à identificação das assunções, questões e valores subjacentes que estão no centro do conflito, e à separação destes elementos do problema. A separação entre interesses e posições tem a ver com a forma como as partes em conflito adoptam posições baseadas no que consideram ser a estratégia mais eficaz para alcançar os seus objectivos. À medida que as disputas evoluem, as partes interessadas perdem frequentemente de vista os seus próprios interesses, envolvendo-se gradualmente no conflito em termos das posições que adoptaram, reduzindo o leque de opções disponíveis, que poderão não estar necessariamente associadas com as questões “reais” que mais lhes importam. A ACD pode ser, neste sentido, usada para se recolocar o foco da discussão sobre os interesses, tornando mais opções disponíveis e facilitando soluções que sejam aceitáveis para um conjunto mais alargado de partes interessadas (Smith, 2006). Nalgumas situações, sobretudo no âmbito de processos participativos, este processo de reconhecimento poderá tornar visível um conflito que não era anteriormente aparente, o que leva encarar a função dos procedimentos deliberativos e participativos como a de fazer com que o conflito constitua um impulso para soluções criativas e aprendizagem social em vez de um impedimento para a sua própria resolução (van den Hove, 2006).

— Promover maior inclusão de sujeitos marginalizados

Identificar e considerar discursos marginalizados e reconhecer os respectivos sujeitos é um passo importante para a inclusão. Através da exploração da dimensão semiótica das relações de poder assimétricas, a ACD poderá fornecer explicações acerca do porquê e do modo como tal marginalização ocorre e recomendações sobre como minimizá-la.

— Melhorar a elaboração e implementação de políticas

A ACD poderá fornecer uma base discursiva para situar definições localizadas de desenvolvimento sustentável com mais probabilidade de serem percebidas e experienciadas como coerentes e significantes, e assim mais inteiramente apropriadas. Ao fornecer *input* potencialmente útil para melhores processos decisórios (mais deliberativos e inclusivos) e para elementos educativos, a ACD poderá ajudar a superar algumas das dificuldades que a implementação da RN2000 tem enfrentado. Como já referido, quanto mais nítidas forem as imagens que os actores ou participantes de um processo decisório tiverem de si próprios e dos seus ambientes, maior será a probabilidade de se formularem estratégias que consigam sobreviver nesses ambientes (Beunen *et al.*, 2013).

3.4 Perspectivas sobre a participação pública no âmbito da AIA/AAE

3.4.1 A implementação da AIA/AAE e o seu lugar nos processos decisórios

Se nas secções 2.2.2 e 2.2.3 do capítulo anterior descrevemos o conceito dos procedimentos de AIA e AAE tal como definidos pela legislação no nosso contexto nacional, nesta secção reunimos alguns contributos bibliográficos em torno da teorização destes instrumentos e da prática da sua implementação, através dos quais consolidamos a justificação da nossa abordagem, situando mais detalhadamente a prática institucional em que os textos que constituem o nosso *corpus* se inserem. Vários dos contributos bibliográficos em torno da AIA/AAE são relevantes para ambos os procedimentos, sendo frequente fazer-lhes referência conjunta. Isso tem a ver com o facto de, tanto na teoria como na prática, as fronteiras entre os dois não serem estanques (ver, a este respeito, sobretudo Bina, 2007, mas também Wiklund, 2005 e Fischer, 2009)¹¹³. Assim, quando fizermos considerações genericamente aplicáveis aos dois procedimentos ou à prática geral de avaliação de impactes ambientais, utilizaremos a designação genérica de “avaliação ambiental”.

A avaliação ambiental é constituída por práticas que foram evoluindo e tomando formas institucionais muito variadas em função dos seus contextos locais de aplicação (Morgan, 2012)¹¹⁴. O conceito de AIA surgiu experimentalmente no final da década de 60 do séc. XX, nos EUA, passando a ter um estatuto legal com a aprovação de uma lei marcante para a história da legislação ambiental, a *National Environmental Policy Act* (NEPA), em 1969. A prática de avaliação ambiental representa hoje um fenómeno global sendo que a AIA de projectos é formalmente exigida em mais de uma centena de países por todo o mundo. De origem mais recente, com cerca de 20 anos de existência em alguns países, a AAE evoluiu de uma prática relativamente restrita antes do ano 2000 para um âmbito muito mais alargado, ganhando, tanto ao nível da teoria como da prática, um grau considerável de popularidade (Gauthier *et al.*, 2011). Ao nível internacional, a AAE constitui uma exigência formal em pelo menos 36 países, sendo que muitas organizações de

¹¹³ Por exemplo, a AIA é, por vezes, aplicada a intervenções (tais como os mega-projectos) que são consideradas estratégicas.

¹¹⁴ Para além das diferentes formas que os procedimentos de AIA e AAE tomam em diferentes contextos nacionais, a avaliação ambiental inclui ainda, de forma secundária, outros procedimentos de carácter mais específico que foram surgindo como variantes do AIA original. Um exemplo, no nosso contexto nacional, é a própria *Avaliação de Incidências Ambientais* aplicável a áreas RN2000 na ausência de AIA (ver secção 2.2.1).

ajuda internacional e dos bancos de desenvolvimento têm disposições relativas à realização obrigatória tanto de AIA como de AAE (Fischer, 2009).

Tipicamente implementada à luz de um *modelo de decisão racional*, a AIA tem geralmente sido vista como uma ferramenta para apoiar diversos tipos de autoridades administrativas a tomar decisões relativas à aprovação de projectos e às condições que lhes devem subjazer (Leknes, 2001). Embora na sua fase mais inicial a AIA fosse, mesmo pelas próprias administrações, frequentemente vista como um constrangimento adicional sobre o desenvolvimento, a emergência do conceito de desenvolvimento sustentável tem contribuído para alterar as percepções sobre este instrumento. Pelo menos no mundo ocidental, é hoje cada vez mais amplamente reconhecido — embora não inteiramente assumido na prática — que a consideração de factores ambientais é uma das condições para o desenvolvimento. Assim, numa macro-escala, assistimos à tendência para se transitar de uma postura reactiva — tal como a que tradicionalmente tem caracterizado a AIA (em que a elaboração do projecto consiste numa fase técnica que precede a avaliação ambiental) — para uma postura proactiva, tal como a que caracteriza as formas mais recentes de AAE — em que se advoga que a elaboração de políticas, planos e programas (PPPs) deve integrar, desde o seu início, a consideração dos seus impactes sobre o ambiente (Brown e Therivel, 2000).

No entanto, apesar da generalização da prática de avaliação ambiental, o seu real contributo para uma maior sustentabilidade ambiental tem sido questionado, reconhecendo-se uma considerável dificuldade em encontrar formas de avaliar o mesmo. Assim, alguns autores têm apontado para o quão pouco se sabe acerca da sua verdadeira eficácia em tornar os processos de tomada de decisão mais sustentáveis¹¹⁵ (Leknes, 2001; Wilkins, 2003; Doelle e Sinclair, 2006; Fischer, 2009; Morgan, 2012)¹¹⁶. Ainda assim, e apesar de todas as limitações e potencial por explorar na sua prática, Fischer, através de uma breve revisão dos resultados dos contributos que têm procurado medir o grau de eficácia dos procedimentos de AIA e AAE, considera existirem razões que apontam para um saldo que geralmente positivo em tornar as decisões provenientes do planeamento mais “verdes” (Fischer, 2009).

A introdução da AAE tem sido tipicamente justificada, tanto em contextos académicos como institucionais, com base em três principais linhas argumentativas que pretendiam suprir limitações na prática de AIA: (i) relativamente à sua dimensão estratégica, que se pauta por procurar suprir a carência associada à falta de avaliação ambiental de políticas, planos e programas (PPPs), (ii)

¹¹⁵ Os termos “sustentabilidade” (ambiental) e “sustentável” são por nós usados neste contexto para caracterizar decisões (ou situações) que não resultem numa *deterioração ambiental líquida* (Jay et al, 2007), por muito difícil que seja atribuir na prática um significado concreto a este conceito. Não se referem, por isso, ao mesmo conceito mais lato e abstracto de sustentabilidade proposto na secção 3.3.2.

¹¹⁶ Sobretudo no caso da AAE, Fischer (2009) considera que devido à sua dimensão “estratégica”, é muito difícil estabelecer ligações com resultados concretos em termos de maior sustentabilidade. Em particular, essa dificuldade tem a ver com a abrangência e o potencialmente elevado grau de abstracção dos níveis estratégicos, a dificuldade em estabelecer coerência com as decisões tomadas por outras entidades que não aquelas que participaram no processo, o problema da incerteza, a dificuldade em estabelecer relações de causalidade entre o conteúdo do plano estratégico e os impactes ambientais que ocorrem, o valor limitado da conformidade enquanto um critério de avaliação, e o dinamismo do contexto político-administrativo do planeamento estratégico. No caso da AIA, tem sido igualmente difícil estabelecer relações de causa-efeito entre a sua aplicação e o seu contributo efectivo para uma governação ambiental mais sustentável. Tanto num caso como outro, as tentativas de produzir conhecimento empírico que sustente a sua “eficácia” têm apresentado resultados díspares e variáveis, conforme os contextos avaliados e os critérios escolhidos para a medir (Fischer, 2009).

relativa à dimensão procedimental e metodológica, em resposta às limitações detectadas na *praxis* de AIA e à ênfase crescente dada à dimensão procedimental em detrimento da técnica e (iii), em relação ao seu propósito, que se vê crescentemente associado à contribuição da avaliação ambiental para o desenvolvimento sustentável¹¹⁷ (Bina, 2007; Bina *et al.*, 2011). Segundo Bina, as dificuldades e lacunas verificadas ao longo das várias décadas de implementação de AIA (e que acabaram por levar à introdução da AAE) são reais, mas derivam não da forma como o instrumento em si foi conceptualizado, mas do modo como foi sendo interpretado e limitado por obstáculos de fundo, associados às configurações político-administrativas dominantes. Concretamente, estas questões têm incluído a falta de compromisso político com — assim como capacidade para — uma efectiva integração ambiental e planeamento estratégico, resultando, de forma geral, numa governação ambiental deficiente. Esta deficiência tem sido caracterizada por concepções simplisticamente lineares dos processos decisórios baseados em modelos técnico-rationais de decisão e avaliação, os quais assentam no fornecimento de informação neutra e conhecimento científico aos decisores, numa concepção rígida do papel dos cientistas (e outros peritos) relativamente aos participantes leigos, assim como no evitar abordar explicitamente questões associadas a valores, passando ao lado das questões relacionadas com a política e com o confronto entre a racionalidade e o poder (Flyvbjerg, 1998; Bartlett e Kurian, 1999; Owens *et al.*, 2004)¹¹⁸. No entanto, o foco das críticas em torno da implementação da AIA não incidiu tanto sobre estas questões transversais de fundo, mas sobre as dificuldades técnicas, que consistiam em sintomas das primeiras. Assim, ao tentar remediar problemas inerentemente políticos e sociais com soluções técnicas através das primeiras propostas de AAE, não se conseguiu evitar-lhe os mesmos “defeitos” que caracterizavam a AIA¹¹⁹.

Apenas ao longo dos últimos anos é que a prática da AAE começou a lidar com as questões atrás mencionadas, tornando-se cada vez mais claro que era necessário entender a avaliação não só como um instrumento mas também como um processo — e, especificamente, um processo que teria de confrontar-se com o seu contexto —, considerando simultaneamente a natureza da iniciativa estratégica a ser avaliada, o propósito associado à AAE, e o carácter institucional, cultural e político do sector de desenvolvimento e das organizações no seio das quais a AAE se

¹¹⁷ Existe actualmente, entre a comunidade de especialistas em avaliação ambiental, um debate acerca do que é que deve constituir o propósito substantivo da AAE, principalmente dividido entre aqueles que consideram que se deve manter centrado na sustentabilidade ambiental e aqueles que defendem que se deve referir a concepções de sustentabilidade mais latas, incluindo dimensões socioeconómicas (ver Bina *et al.*, 2011).

¹¹⁸ O modelo assume um processo decisório em que o conhecimento científico, ancorado numa epistemologia positivista, é linearmente transformável em políticas, supondo ao mesmo tempo uma “separação de poderes” entre a autoridade neutra dos “peritos” e dos “decisores” que, no entanto, são aconselhados pelos primeiros (Bartlett e Kurian, 1999).

¹¹⁹ Apontando para a falta de consenso efectivo em torno dos fundamentos da AAE — relativamente ao seu propósito, às estratégias necessárias para alcançá-lo e aos mecanismos para a operacionalização do procedimento —, e argumentando que a mesma (e a respectiva demarcação da AIA) carece de uma fundamentação teórica mais sólida, Oliva Bina questiona a validade das linhas argumentativas que tipicamente têm justificado a introdução da AAE. Pelo contrário, apresentando uma interpretação histórica divergente de como a AIA tem sido frequentemente percebida, Bina defende que, quanto ao seu âmbito, aspectos procedimentais e propósito, a AAE não é substancialmente tão diferente da AIA tal como inicialmente definida pelo NEPA de 1969. Ver o artigo de Bina (2007) na íntegra para uma apreciação mais completa desta perspectiva relativamente heterodoxa mas correcta no nosso entender. Este argumento constitui mais uma razão para considerarmos apropriada, em certos contextos, a referência conjunta aos dois procedimentos.

aplica (Bina, 2007)¹²⁰. Assim, de acordo com Bina, se a AAE representa uma demarcação substancial da AIA, esta terá surgido sobretudo com a prática, podendo entender-se a AAE como uma tentativa renovada de fazer frente aos desafios identificados ao longo dos anos 70 através da implementação da AIA, que permaneciam de difícil resolução. Sobretudo na sua evolução mais recente, a prática de AAE representa um vigor e sentido de propósito renovado no campo de avaliação ambiental, que tornam promissor o seu papel numa transição para novas regras e instituições que promovam a racionalidade ecológica nos sistemas de governação (Bina, 2007).

Associado a este processo de transformação gradual, embora continue a ser dominante na prática de AIA, o modelo de decisão técnico-racional tem, sobretudo de um ponto de vista teórico, vindo a perder credibilidade. As críticas que, ao longo das últimas décadas, se têm gerado em torno do modelo de decisão técnico-racional sugerem que este se revela inadequado a três níveis inter-relacionados: (i) ao nível teórico, mostrando-se inapto para retratar convincentemente as relações entre análise e política; (ii) ao nível político, sendo capaz de dissimular importantes juízos éticos e políticos como questões técnicas; e (iii) ao nível prático, sendo que estas lacunas podem fragilizar a legitimidade e, consequentemente, os aspectos funcionais dos processos decisórios (Owens *et al.*, 2004)¹²¹. De facto, a sua influência tem perdurado de forma vigorosa, apesar do longo e bem desenvolvido grupo de contributos críticos (ver, por exemplo, Beattie, 1995; Bartlett e Kurian, 1999; Wilkins, 2003; Owens *et al.*, 2004; Doelle e Sinclair, 2006; Bina, 2007). No caso específico da avaliação ambiental, embora nem sempre presente na sua forma mais pura, o modelo técnico-racional encontra-se abundantemente reflectido nos textos legais, na retórica política e em muita da discussão académica em torno da avaliação ambiental (Owens *et al.*, 2004)¹²².

Neste contexto, o conceito de “subjectividade” tem sido ambíguo para as críticas em torno da prática de avaliação ambiental. Se, para quem adere ao modelo técnico-racional, qualquer fonte de subjectividade é susceptível de ser entendida como uma fonte de perturbação para a eficiência ideal do sistema, devendo portanto ser reduzida o mais possível, para quem o contesta a melhor estratégia para lidar com a subjectividade é, justamente, reconhecê-la e explicitá-la. Particularmente paradigmático desta tendência crítica, Beattie (1995¹²³) veio chamar a atenção para o que considera ser concepções erróneas, abundantes no contexto da prática de AIA — as quais não são apenas partilhadas pelo público, como também pelos técnicos e decisores políticos —, e que

¹²⁰ Como uma ilustração desta tendência, considere-se os passos metodológicos propostos por Partidário (2007) a que nos referimos na secção 2.2.3 por se terem tornado uma referência normativa para a prática da AAE em Portugal.

¹²¹ Estas críticas devem ser enquadradas no contexto maior das várias tradições críticas que foram minando e retirando legitimidade aos ideais normativos de carácter positivista que formatam a produção de conhecimento científico (sobretudo no caso das ciências sociais) e modelos de tomada de decisão política que se vêem alimentados e legitimados pelos primeiros. Considere-se, neste âmbito, com especial centralidade para a governação ambiental e governação do risco, a crescente influência da *ciência pós-normal*, referida na secção 3.2.2.

¹²² Owens *et al.* apontam, como possíveis explicações para esta resistência à teoria crítica por parte dos actores institucionais, três factores: (i) o facto de todo um conjunto de instituições, práticas e normas ter sido criado em torno do modelo técnico-racional; (ii) a forma como o modelo protege a influência social de políticos e peritos e (iii) o apelo intuitivo que esta concepção de avaliação ambiental consegue manter enquanto um ideal, sendo que, na sua maioria, os decisores, os grupos sociais e académicos continuam implicitamente a valorizar o conceito clássico de conhecimento isento e objectivo (Owens *et al.*, 2004).

¹²³ Sugestivamente intitulada “Everything you already know about EIA (but don’t often admit)”, esta publicação de Robert Beattie foi particularmente influente para contributos posteriores.

acabam por ser prejudiciais para a própria qualidade do procedimento. Neste sentido, Beattie vem frisar a importância de não se esquecer a evidência de que os *Estudos de Impacte Ambiental* (EIAs) — assim como os outros documentos do procedimento de AIA —, não são ciência, contêm sempre assunções de valores que não são examinadas nem explicadas e são sempre inerentemente políticos. Sobretudo, segundo o mesmo, estes factos não reduzem em nada a importância ou a necessidade da AIA. Dado que os EIAs são usados para apoiar projectos que são frequentemente controversos, os profissionais envolvidos em AIA elevarão a qualidade, integridade e utilidade da sua prática se reconhecerem explicitamente as assunções e os valores subjacentes aos EIA¹²⁴. Como parte activa do processo político mais alargado, a crítica pública poderá mesmo revelar vieses de valor dos quais os próprios técnicos envolvidos na elaboração dos EIAs (assim como os profissionais das autoridades responsáveis pela AIA) possam não estar conscientes, contribuindo para que as decisões reflectam valores para além daqueles mais comumente partilhados por grupos profissionais específicos (Beattie, 1995).

Outros autores têm, entretanto, defendido ideias semelhantes (por exemplo Wilkins, 2003; Doelle e Sinclair, 2006; O'Faircheallaigh, 2010), defendendo a subjectividade como um dos atributos positivos do processo que deve ser encorajado de forma a promover a sustentabilidade e inspirar confiança na AIA. Dado que o nosso conhecimento acerca do ambiente nunca será suficiente para prever os impactos precisos de um projecto e que os avaliadores são forçados, com base nos seus próprios valores, a decidir como abordar a avaliação — nomeadamente acerca do tipo de metodologias e de considerações que o processo deverá levar em conta — a importância da avaliação ambiental não reside principalmente na sua capacidade de previsão. Juntamente com uma decisão final satisfatória, a construção de discursos em torno das questões em jogo num contexto específico e o desenvolvimento de valores que promovem mais responsabilidade social no sentido de aumentar a importância das considerações ambientais de longo prazo nos processos de tomada de decisão, são vistos como resultados igualmente importantes do procedimento (Wilkins, 2003).

De facto, este tipo de posições apontam para concepções diferentes dos objectivos da avaliação ambiental tal como ela é normalmente entendida pelo modelo técnico-racional. De forma cada vez mais marcada, a alternativa tem sido frequentemente associada ao corpo crescente de bibliografia em torno do conceito de *aprendizagem social* e de processos participativos/deliberativos no contexto da prática de avaliação ambiental, aspectos que merecerão a nossa atenção na secção seguinte.

3.4.2 Perspectivas sobre a participação pública no âmbito da avaliação ambiental

Devido à forte influência do modelo técnico-racional, a concepção dominante do procedimento de AIA, como já referido, parece continuar a ser o modelo de “processamento de informação”, segundo o qual este instrumento de política do ambiente é essencialmente entendido como uma resposta a défices e problemas de informação (Bartlett e Kurian, 1999). Neste contexto,

¹²⁴ De acordo com Beattie, os clientes (i.e., os proponentes) e os técnicos responsáveis pela elaboração dos EIAs poderão sentir desconforto em enfrentar a crítica pública das suas assunções e em ver caído o (imerecido) manto de objectividade que normalmente cobre este tipo de documento, mas torna-se necessário reconhecer a evidência de que «a maior parte dos membros de um público sofisticado já estão bem cientes de que os EIAs são documentos promocionais» (Beattie, 1995, p. 113).

a participação pública ocorre tipicamente numa fase tardia do processo de planeamento, depois de o EIA ter sido elaborado, assumindo como principais objectivos informar o público e, por outro lado, recolher informação junto do mesmo que se considere relevante para a avaliação ambiental. Assim, mesmo que seja tomada em conta, a componente de participação pública serve sobretudo uma função de validação, permitindo verificar a aceitabilidade social e contemplar possíveis medidas de minimização e de compensação. No entanto, este modelo tem-se deparado não apenas com as limitações do conhecimento científico, mas também com a dificuldade de levar em conta a complexidade dos sistemas humanos, mostrando-se frequentemente incapaz de encontrar meios de diálogo entre os interesses múltiplos, divergentes e mesmo contraditórios que emergem nos processos de tomada de decisão (Gauthier *et al.*, 2010).

Ao mesmo tempo, relativamente às percepções dos seus principais actores, considera-se que os próprios proponentes não têm sido geralmente motivados ou encorajados a entender a participação pública como uma oportunidade para melhorar a elaboração e implementação do projecto, conquistar a aceitação da comunidade e garantir a viabilidade a longo prazo do projecto ao assegurar que este é compatível com as visões de sustentabilidade das comunidades locais (Doelle e Sinclair, 2006). Desta forma, os contributos do público tendem a ser vistos mais como um problema a ser gerido do que como um recurso valioso a ser aproveitado e integrado. Estes aspectos têm contribuído para que o procedimento de AIA (e, em particular, a respectiva participação pública) seja percebido por vários actores como pouco mais do que um obstáculo burocrático adicional no processo global do licenciamento, consumindo tempo e recursos sem representar um benefício substancial para os próprios proponentes e para o público em geral (Doelle e Sinclair, 2006).

No entanto, Caldwell, um dos principais arquitectos da concepção original da AIA, relembra-nos que o objectivo da mesma nunca foi o de produzir *Declarações de Impacte Ambiental*, mas o de fornecer uma análise significativa que promova a institucionalização da *racionalidade ecológica* (2000). Isto significava, na prática, contribuir para alterar instituições políticas (as suas regras e organizações formais), as próprias divisões (e respectivos valores) e os comportamentos que lhe estariam associados (Caldwell, 2000). Assim, uma noção abrangente de aprendizagem social (para a sustentabilidade) seria, de raiz, senão mesmo o principal, um dos objectivos centrais do conceito original de AIA. Esta interpretação tem estado por trás de muitos dos esforços para melhorar a prática de avaliação ambiental, incluindo a própria introdução da AAE, cujo desenvolvimento recente parece estar a progredir cada vez mais neste sentido.

O conceito de aprendizagem social entrou no debate acerca da mudança social bem antes do conceito de desenvolvimento sustentável, sendo, na primeira metade do séc. XX, originalmente apresentado como uma crítica à visão de que o futuro poderia ser planeado racionalmente por aqueles encarregues de providenciar o uso de recursos de forma eficiente e lucrativa. Em particular, propunha-se que a mudança social adviesse da interacção de pequenos grupos de cidadãos que seriam ajudados por peritos para aprender acerca do seu ambiente social e natural, de modo a poderem agir de forma apropriada em função desse conhecimento (Muro e Jeffrey, 2007). O conceito re-emergiu com especial força nos últimos anos no contexto dos esforços para materializar o conceito de desenvolvimento sustentável. Neste âmbito, a primazia da comunicação e das relações humanas como facilitadores da mudança pretendida reflecte-se na noção de que a

«sociedade sustentável [...] emerge da interacção» (Rölling, 2002, p. 26 *in* Muro e Jeffrey, 2007). Uma vez que os diferentes actores sociais envolvidos não podem ser coagidos a aprender, mas apenas encorajados através da criação de um ambiente de aprendizagem, considera-se que esta interacção é idealmente concebida através do estabelecimento de plataformas participativas e decisórias, em que os indivíduos se podem conhecer e encontrar, interagir, aprender colaborativamente e tomar decisões colectivamente. Assim, sobretudo ao longo da última década, a noção de aprendizagem social tem aparecido explicitamente associada ao desenvolvimento de processos participativos de tomada de decisão na área da gestão de bacias hidrográficas, da gestão florestal, do planeamento e gestão para a conservação, para a gestão da actividade rural e da avaliação de impactes ambientais (Muro e Jeffrey, 2007)¹²⁵. Assim, depois de 30 anos de experiência com avaliação ambiental, é a convicção de vários autores que a aprendizagem social tem que assentar em mecanismos decisórios que promovam o tipo de interacção acima referido¹²⁶ (Bina, 2007; Gauthier *et al.*, 2010). De facto, ao mesmo tempo que, ao nível institucional, se tem insistido na importância da participação pública para a governação ambiental (especialmente devido à implementação da *Convenção Aarhus*), vários autores têm procurado explorar o potencial e os limites que a avaliação ambiental encerra em termos de aprendizagem social através de processos deliberativos (por exemplo, Webler *et al.*, 1995; Palerm, 2000; Wilkins, 2003; Owens *et al.*, 2004; Wiklund, 2005; Doelle e Sinclair, 2005; Isaksson *et al.*, 2009; O'Faircheallaigh, 2010; Gauthier *et al.*, 2011).

Grande parte das discussões desenvolvidas neste âmbito centra-se no papel que a participação pública deve desempenhar no âmbito dos procedimentos de avaliação ambiental. Segundo O'Faircheallaigh (2010), relativamente ao lugar que a AIA ocupa (ou ao que se defende poder ou dever ocupar) no contexto mais alargado de tomada de decisão pública, é razoável distinguir os objectivos da respectiva participação pública como divididos em três categorias principais, em função da sua relação com o próprio procedimento: (i) como um apoio à tomada de decisão, a qual permanece separada do público participante, (ii) como um mecanismo que posiciona o público como co-decisor no processo de tomada de decisão e (iii) como um mecanismo capaz de reconstituir as próprias estruturas de tomada de decisão. Esta distinção, que pode ser útil a um nível conceptual para distinguir abordagens diferentes e explorar as suas implicações, não assume que estas categorias sejam discretas e que as suas fronteiras possam ser claramente delineadas, ou que não existam relações de causalidade entre as mesmas. O'Faircheallaigh subdivide ainda estas três categorias genéricas em dez objectivos mais específicos, tal como aparecem sumarizados na Tabela 3.2.

¹²⁵ Muro e Jeffrey (2007) traçam-nos uma importante revisão crítica da teoria e da aplicação do conceito de aprendizagem social em processos participativos de gestão de recursos naturais, a qual recomendamos para uma sucinta, mas útil, introdução ao conceito neste contexto.

¹²⁶ Algumas das metodologias mais recentes de AAE, tal como a proposta por Partidário (2007), que tem servido de modelo para a implementação de AAE em Portugal e a que nos referimos na secção 2.2.3 e no Anexo 1, incluem aspectos que nos parecem procurar promover alguns destes princípios.

| Objectivos gerais | Objectivos e actividades específicas |
|--|---|
| A) <i>Obter o “input” público</i> | 1. Fornecer informação ao público 2. Preencher lacunas de informação 3. Contestabilidade da informação 4. Resolução de problemas e aprendizagem social |
| B) <i>Partilhar a tomada de decisão com o público</i> | 1. Reflectir princípios democráticos 2. Democracia em prática 3. Representação pluralista |
| C) <i>Alterar a distribuição do poder e as estruturas da tomada de decisão</i> | 1. Envolver grupos marginalizados 2. Transferir o <i>locus</i> da tomada de decisão 3. Reforço da marginalização |

Tabela 3.2 – Os objectivos da participação pública no contexto de AIA.

Fonte: Adaptado a partir de O’Faircheallaigh (2010).

Como é observável nos objectivos acima listados, o que tem sido explorado e proposto pelas discussões teóricas e alguma experimentação prática acerca do que consiste a função apropriada, assim como o potencial e limitações, da participação pública no contexto de avaliação ambiental, varia consideravelmente quanto às ambições do seu ideal normativo. Diferentes autores e contributos assumem perspectivas muito heterogéneas, consoante a sua própria normatividade ideológica, nomeadamente em relação a aspectos centrais do que constitui o bom funcionamento da governação democrática. No caso dos objectivos listados por esta tabela, observa-se um crescendo na radicalidade de um ideal igualitário e inclusivo de democracia¹²⁷. No entanto, em vez de estes objectivos serem assumidos de forma rígida em função de ideologias estanques, O’Faircheallaigh — chamando a atenção para a necessidade de se investigarem as complexas inter-relações entre os mesmos — sugere que são potencialmente combináveis de acordo com os contextos específicos, levantando questões acerca do controle sobre os próprios processos decisórios que têm de ser continuamente negociadas entre os diversos actores (O’Faircheallaigh, 2010).

Esta postura vai de encontro à nossa secção 3.1.3, em que referimos que uma das principais conclusões da investigação empírica de processos deliberativos e participativos é justamente não ser possível tecer recomendações ou critérios de avaliação universalmente aplicáveis, uma vez que os processos devem, idealmente, encontrar-se adaptados e estruturados em função do tipo de desafios que caracterizam uma dada situação¹²⁸. Esta posição representa igualmente uma rejeição de uma postura radical que assume que mais participação é sempre melhor, esquecendo a importância de se encontrar equilíbrios adaptados entre as dimensões de inclusão e fechamento. A tensão entre estas dimensões corresponde a um *dilema de generalidade* que, no caso da avaliação ambiental, também se verifica no facto de um âmbito de avaliação demasiado estreito excluir a consideração de partes interessadas e de importantes questões e impactes ambientais, e de um âmbito demasiado abrangente tender a tornar a avaliação superficial ou difícil de gerir (Wiklund,

¹²⁷ O ponto C.3 constitui, como é evidente, uma excepção desse crescendo, referindo-se ao eventual risco de determinados actores poderem instrumentalizar os processos participativos para excluir ou marginalizar actores com menos poder (O’Faircheallaigh, 2010, p. 23).

¹²⁸ No entanto, sobretudo quando a necessidade da sua adaptação é explicitamente reconhecida, consideramos válidos alguns princípios gerais de boa conduta procedimental que geram confiança entre os actores sociais e na própria qualidade do processo participativo em termos da sua capacidade para produzir decisões *justas* e *competentes*. No contexto da AIA, ver por exemplo Webler *et al.* (1995), Palerm (2000) e Wiklund (2005), que partem da teoria normativa de Habermas para propor um conjunto de critérios para medir a qualidade deliberativa da participação pública para promover a aprendizagem social.

2005). A isto acrescenta-se a dificuldade de as autoridades administrativas quererem manter um grau mínimo de controlo sobre as decisões e, por outro lado, necessitarem de algum envolvimento público de modo às decisões serem consideradas legítimas num contexto moderno de governação, o que ainda é complicado pelas formas imprevisíveis com que o público responde às oportunidades de participação, as quais podem ser rejeitadas e preteridas a outras formas de influência sobre o processo decisório (Wiklund, 2005; O'Faircheallaigh, 2010).

Apesar destas dificuldades, o enquadramento e a definição das questões e dos impactes ambientais em jogo são aspectos críticos porque têm implicações para aquilo que é levado em consideração na avaliação ambiental¹²⁹. Contudo, consideramos válidos os argumentos que vêm nestes procedimentos institucionais o potencial para uma maior capacidade deliberativa assente em mecanismos de participação mais exigentes, contribuindo para uma melhor governação ambiental. Parte desse potencial é permitido pela legislação, a qual prevê apenas requerimentos mínimos, abrindo espaço para soluções alternativas. A experimentação neste sentido poderá, de forma produtiva, como sugerido por vários autores, passar por aproximações ao ideal normativo da teoria de acção comunicativa de Habermas relativamente aos princípios de *generalidade*, *autonomia*, *neutralidade de poder* e o *desempenho ideal de papéis* (Webler et. al., 1995; Webler e Tuler, 2000; Palerm, 2000; Wiklund, 2005).

Não obstante, sendo que a prática apenas pode constituir uma aproximação a ideais normativos, e dadas as dificuldades que um paradigma deliberativo tem tido para se afirmar na prática da governação, existem boas razões para evitar polarizar a discussão sobre as alternativas, incluindo a evidência que nenhuma destas posições se afirma de forma purista (ver Owens *et al.*, 2004). Ainda que, como é perceptível ao longo da leitura deste capítulo, simpatizemos com uma mudança paradigmática de uma racionalidade instrumental para uma racionalidade axiomática (i.e., baseada em valores), é importante notar que a dimensão técnica deve sempre ocupar um lugar chave na governação ambiental, sobretudo no que diz respeito ao desafio da complexidade, referido na secção 3.1.3. Como mencionado nessa mesma secção, acreditamos que a chave para processos decisórios efectivamente sustentáveis é estes serem estruturados de forma a que cada elemento participante contribua para o processo com competências e conhecimentos que reclamam legitimidade no âmbito de um processo decisório racional. Uma vez que não nos referimos meramente a uma racionalidade instrumental, elementos como valores, cultura e história (incluindo percepções e narrativas) devem necessariamente ser considerados de forma a se poder chegar a decisões sustentáveis no sentido em que foram discutidas na secção 3.3.2, confrontando também os desafios da incerteza e da ambiguidade¹³⁰. É importante reter, portanto, que processos técnicos e deliberativos não se excluem necessariamente, sendo o contexto dos processos decisórios (incluindo a aplicação de procedimentos de avaliação ambiental) crucial para determinar que abordagem (ou que combinação de abordagens) é a mais adequada. Entre os especialistas em teoria de avaliação ambiental, tem-se gerado consenso acerca desta necessidade de combinação e adaptação de abordagens a contextos específicos, mas tem faltado critérios e orientação para esse

¹²⁹ Por exemplo, enquanto os especialistas e técnicos tendem a dar mais atenção aos aspectos físicos dos problemas ambientais, os cidadãos enfatizam sobretudo os aspectos sociais (Wilkins, 2003).

¹³⁰ Relembramos que os desafios da governação ambiental associados à complexidade, incerteza e ambiguidade tipicamente representam combinações variáveis dos mesmos.

efeito (Bina *et al.*, 2011). Sem pretendermos preencher essa lacuna relativamente à prática de AIA ou AAE, argumentaremos na próxima secção que o tipo de mapeamento discursivo a que nos referimos na secção 3.3 poderá acrescentar um contributo produtivo neste sentido.

3.4.3 A análise do discurso como potenciador da aprendizagem social no âmbito da avaliação ambiental

Na sequência do que argumentámos até aqui, os procedimentos de AIA e AAE podem, para além de serem uma ferramenta de apoio à tomada de decisão pública, ser também entendidos como um fórum de construção do discurso (Wilkins, 2003). Mesmo que um projecto, programa ou plano não seja aprovado, ou executado, as discussões que se geraram em torno do mesmo terão contribuído para desenvolver os discursos em torno das questões discutidas em direcções particulares. Parece-nos que estes procedimentos podem, ao nível das formas como a respectiva componente de participação pública é abordada na prática, assim como a própria definição do âmbito da avaliação, beneficiar da informação produzida por análises dos discursos locais. Estas poderão constituir um poderoso testemunho da existência de determinados discursos e representações, assim como da sua evolução, ela própria formatada pela implementação destes e de outros instrumentos de política do ambiente que possibilitem a confrontação discursiva de vários intervenientes.

Importa ter presente que, frequentemente, os processos de avaliação ambiental tornam-se o foco de controvérsias que transcendem as questões meramente “ambientais” mais directamente relacionadas com o projecto em avaliação, e que emergem na participação pública por encontrarem aí uma oportunidade para se manifestarem. A isto acresce o facto de poderem existir questões abrangentes que se deixam concretizar mais facilmente em relação a um projecto específico. Estes aspectos fazem com que os procedimentos devam também considerar e redirigir a atenção para a dimensão política, económica e cultural onde as preocupações não-ambientais podem ser melhor atendidas. Ao não se conseguir fazer isso de forma explícita, corre-se o risco de a avaliação ambiental ser apropriada por questões políticas que nunca poderão ser resolvidas somente através da referência aos impactes ambientais (Beattie, 1995). Por outro lado, explorar a *interface* entre a governação e a avaliação ambiental levanta inevitavelmente questões sobre a racionalidade e o poder, procurando explicar a estabilidade e a mudança tanto a curto como a longo prazo (Flyvbjerg, 1998). Neste âmbito, mais do que pesar a influência do poder sobre o conhecimento, vale a pena considerar quando, como e que tipos de conhecimento importam para a governação e tomada de decisão (Owens *et al.*, 2004). O reconhecimento, consideração e explicitação de representações e narrativas que estruturam o sentido das partes interessadas, assim como o seu comportamento estratégico a um nível discursivo poderá aqui ter um lugar relevante, contribuindo para potenciar o potencial da avaliação ambiental para a aprendizagem social.

Adicionalmente, se a participação pública é capaz de contribuir para processos de aprendizagem social que traduzem acções individuais descoordenadas em acções colectivas que apoiam e reflectem necessidades e entendimentos colectivos¹³¹, então podemos ver isso, de um

¹³¹ «O ponto de cristalização da participação pública surge quando o grupo de participantes se transforma, a partir de um conjunto de indivíduos perseguindo os seus interesses privados, num colectivo que define e é

ponto de vista discursivo, como uma aproximação ao conceito de convergência narrativa proposto na secção 3.2.3. Ao abordar contextos discursivos, importa reconhecer que as pessoas comunicam por outras razões para além da procura de verdade(s) e conhecimento. No âmbito da participação pública, os sujeitos, além de partilhar ou procurar entendimento, também constroem identidades, ameaçam, manipulam, denunciam, etc., em função das complexas relações de poder estabelecidas entre si (Webler e Tuler, 2000)¹³². Isto constitui mais uma razão para levar em conta a dimensão do poder nas abordagens ao discurso.

Na secção 3.3.3, enumerámos alguns contributos que acreditamos que ACD poderá trazer para a governação ambiental em geral. Consideramos que estes contributos são válidos também no âmbito específico da avaliação ambiental. Assim, a ACD poderá ser adoptada como um suplemento analítico para explorar determinadas representações que emergem no contexto institucional da participação pública no âmbito destes procedimentos. Além de permitir explorar como é que esses discursos se vão adaptando a, e moldando por, tais esferas governativas (e vice-versa), poderá potencialmente contribuir para compreender melhor os desafios que se colocam à governação, de forma a equacionar a sua adaptação a contextos sociais e físicos específicos, especialmente no que diz respeito à crescente preocupação com esta se tornar mais inclusiva para poder responder aos desafios da sustentabilidade.

Conclusão

Neste capítulo, começámos por argumentar que um instrumento de política do ambiente como a RN2000, assim como as dificuldades que a respectiva implementação tem enfrentado, devem ser, e são, cada vez mais consideradas a partir de uma ecologia interdisciplinar de perspectivas. Estas dificuldades, juntamente com questões técnicas relativas à conservação, incluem também questões relativas ao próprio contexto de governação em que estas políticas se inserem em diferentes escalas e, mais concretamente, ao modo como têm sido tomadas decisões nas esferas sociopolíticas afectadas pela implementação da RN2000. Sobretudo no que concerne o nível local, o mais importante ao nível da conservação, onde as implicações sociais da rede são mais concretas e, precisamente, onde se tem gerado mais resistência social face à mesma, tem-se argumentado que uma governação ambiental mais inclusiva poderá contribuir para que, por um lado, as implicações da designação para as actividades humanas tenham mais legitimidade democrática ao nível local e, por outro, que sejam mais viáveis e eficazes. Considerámos brevemente um exemplo de uma proposta conceptual para guiar a adopção de instrumentos analíticos e deliberativos em função dos tipos de desafios de cada contexto decisório, a qual, apesar de carecer de confirmação prática, parece-nos deter potencial para melhorar a governação relativamente à gestão e preservação de recursos hídricos e da biodiversidade. Descrevemos ainda uma outra abordagem que, recentemente, tem sido cada vez mais promovida como uma (ou mesmo a) solução para diminuir a perda da biodiversidade, nomeadamente através da internalização dos custos socioeconómicos provocados pela perda dos serviços que lhe estão associados. Entendemos

orientado para interesses partilhados. Alcançar este momento deve constituir um dos principais objectivos da participação pública» (Webler *et al.*, 1995, p. 460).

¹³² Ver a secção 6.2 acerca das características do género do *Parecer em Avaliação Ambiental*.

que esta abordagem é, por princípio, desadequada (e eventualmente perniciosa) para fazer face aos desafios associados à biodiversidade, sobretudo por não captar satisfatoriamente as complexas relações que os seres humanos mantêm com os seus ambientes físicos e os elementos que os constituem.

Em segundo lugar, considerámos a governação da biodiversidade à luz de uma interpretação narrativista. Isto relaciona-se com a pluralidade de vínculos expressivos entre indivíduos e comunidades particulares e os espaços naturais (e não-naturais), a qual não constitui apenas um resultado da interacção histórica entre os dois, mas também um importante elemento do sentido de identidade dos primeiros. É por esta razão que muitos conflitos ambientais não se devem a mudanças em si, mas a reivindicações divergentes acerca daquilo que constitui a trajectória, ou narrativa, mais adequada para um determinado espaço ou elemento. No contexto de governação multi-nível da UE, um sistema de referência europeu tem grandes dificuldades em se harmonizar com culturas e usos locais da natureza. Assim, os objectivos de conservação definidos a escalas mais altas de governação podem, em certos casos, ser interpretados como disruptivos ao procurar impor a continuidade de certos elementos ecológicos associados a configurações socioeconómicas (historicamente) específicas. No seio da constante tensão entre o desejo de autonomia e autodeterminação da governação local e o contexto legal e socioeconómico mais abrangente, os critérios para optar entre significados situados de sustentabilidade têm de ser continuamente negociados e definidos. Estas tensões não ocorrem apenas verticalmente através das escalas de governação, mas também horizontalmente, dentro das mesmas. De forma omnipresente, o discurso encontra-se no cerne das práticas sociais envolvidas nos processos subjacentes de negociação explícita ou implícita. Argumentámos que formas de análise do discurso, e em particular a ACD, poderão ser instrumentais para criar um entendimento maior acerca das representações que as partes interessadas pelos processos decisórios têm de ambientes específicos, das narrativas através das quais fazem sentido do seu lugar e papel relativamente aos respectivos ambientes sociais e ecológicos, e ainda sobre as formas como os actores locais empregam a linguagem estrategicamente, em relação dialéctica com as referidas representações e narrativas.

Por último, contemplámos, de forma genérica, as razões pelas quais a ACD constitui uma abordagem discursiva adequada ao contexto da RN2000, relativas à sua postura epistemológica e aos sentidos em que se assume como “crítica”. Ao mesmo tempo, reconheceu-se que o seu objectivo interventivo necessita de se ancorar num tipo de referência normativa que possa lidar tanto com as complexidades inerentes à conservação, como com a rica pluralidade de formas de significação que os seres humanos estabelecem com os ambientes naturais. Propomos, como tal ponto de vista crítico, o conceito de convergência narrativa, o qual podemos definir, num contexto conservacionista, como as formas de confluência discursiva que sejam condutivas ao florescimento dos elementos não-humanos dentro dos limites da significância humana. Por outras palavras, uma situação em que as condições necessárias para o florescimento de determinadas espécies ou habitats possam encaixar de forma significativa com as histórias e identidades das populações locais já existentes e em evolução. Através do entendimento discursivo acima referido, entendemos que a ACD, por dar ênfase às relações entre a linguagem e as relações de poder, poderá, embora de forma indirecta, desempenhar um papel instrumental para a governação ambiental (incluindo a conservação), contribuindo para melhorar a participação, a resolução de conflitos, a elaboração e

implementação de políticas e promover maior inclusão dos elementos marginalizados entre as partes interessadas.

A nossa investigação incide sobre o caso da ZPE *Ria de Aveiro* através da análise de pareceres submetidos no âmbito das consultas públicas relativas à AIA e à AAE. Por essa razão, incluímos uma revisão de literatura sobretudo relacionada com a respectiva participação pública. A avaliação ambiental tem-se progressivamente afastado de uma interpretação mais tecnicista, que se revela inadequada a vários níveis, rumo a uma visão de carácter mais holístico, centrada no seu potencial enquanto instrumento para a aprendizagem social para a sustentabilidade. Esta concepção pode, curiosamente, ser vista como uma reaproximação à ambição da visão com que o conceito foi introduzido na década de 60 do século passado. Nesta evolução, a participação pública tem recebido cada vez mais destaque como meio para possibilitar e potenciar a capacidade de estes procedimentos contribuírem para a referida aprendizagem social, nomeadamente através da construção de discursos e do desenvolvimento de valores que promovam mais responsabilidade colectiva. No entanto, dadas as dificuldades que o paradigma deliberativo tem tido para se afirmar na prática da governação, existem boas razões para evitar polarizar a discussão entre abordagens deliberativas/participativas e técnico-rationais. Ainda que acreditemos na importância de uma mudança paradigmática de uma racionalidade instrumental para uma racionalidade axiomática, é importante notar que a dimensão técnica deve sempre ocupar um lugar chave na governação ambiental, sobretudo no que diz respeito ao desafio da complexidade. Assim, os processos técnicos e deliberativos não se excluem necessariamente, sendo o contexto dos processos decisórios, onde se incluem os procedimentos de avaliação ambiental, crucial para determinar que abordagem (ou que combinação de abordagens) será mais adequada. Ainda que esta ideia reúna cada vez mais consenso, têm faltado critérios e orientação para esse efeito, pelo que entendemos a aplicação da ACD como instrumentalizável para orientar a estruturação e adaptação de abordagens, fazendo com que os potenciais contributos acima referidos sejam também válidos no âmbito específico dos procedimentos de avaliação ambiental. Assim, tanto nesse contexto como em outros processos decisórios associados à governação ambiental, a ACD poderá ser adoptada como um suplemento analítico para explorar determinadas representações, narrativas e discursos que se vão adaptando a, e moldando por, tais esferas governativas, e vice-versa. Contribuindo para melhorar equilíbrios localmente adaptados entre os pólos de inclusão e fechamento relativos aos processos decisórios, a ACD poderá facilitar uma governação ambiental mais inclusiva e eficaz, ou seja, mais adaptada a contextos sociais e físicos específicos.

Numa abordagem em que os próprios processos de tomada de decisão são considerados como uma espécie de *tecnologia social* no seio da noção mais abrangente de aprendizagem social, este trabalho pode ser enquadrado como uma procura de alternativas à crescente tendência de monetarização dos elementos e respectivos “serviços” da biodiversidade. Desta perspectiva, partindo de uma concepção pluralista das relações que as pessoas estabelecem com os seus ambientes e reconhecendo a dimensão narrativa que caracteriza a sua interacção com a natureza, propomos contemplar o lugar do ser humano em contextos designados para a protecção da biodiversidade não enquanto *homo economicus*, mas enquanto *homo narrans*.

Capítulo IV

Descrição Teórica e Metodológica

| | |
|---|------------|
| Introdução | 115 |
| 4.1 Descrição teórica da abordagem adoptada | 115 |
| 4.1.1 Enquadramento preliminar | 115 |
| 4.1.2 Enquadramento histórico e influências teóricas | 116 |
| 4.1.3 <i>Representação</i> e <i>Discurso</i> no contexto da análise do discurso | 118 |
| 4.1.4 Os objectivos da ACD, a concepção de <i>crítica</i> e o <i>realismo crítico</i> | 120 |
| 4.1.5 Da Linguística Sistémica-Funcional à teoria do discurso de Fairclough | 123 |
| 4.1.6 O conceito de <i>género</i> na abordagem de Fairclough | 129 |
| 4.1.7 <i>Representação, narrativa e argumentação</i> no contexto da ACD | 130 |
| 4.1.8 Limites à abordagem adoptada e algumas respostas | 133 |
| 4.2 Descrição metodológica da abordagem adoptada | 134 |
| 4.2.1 Construção da investigação: da <i>Rede Natura 2000</i> ao objecto de análise e vice-versa | 134 |
| 4.2.2 Considerações analíticas gerais | 136 |
| 4.2.3 Construção do objecto de análise | 137 |
| a) O estudo-de-caso | 137 |
| b) A selecção dos processos | 138 |
| c) A construção do <i>corpus</i> | 140 |
| 4.2.4 Consideração do contexto | 142 |
| 4.2.5 Considerações adicionais e estrutura da análise | 143 |
| a) Caracterização genérica dos pareceres das consultas | 144 |
| b) Mapeamento lexical de palavras-chave para a conservação da natureza | 145 |
| c) Consideração das funções argumentativas das referências à <i>Rede Natura 2000</i> | 147 |
| d) Identificação e apresentação de representações e narrativas | 147 |
| Conclusão | 149 |

«Não me dirijo a V.^a Ex.^a com um discurso conservacionista, assente na moral, a meu ver primária e superficial, que atribui à obra humana um sentido de mal, contra um bem que será, nessa mesma moral, representado pela natureza incorrupta. Assinalo mesmo os perigos desta posição que renega o homem como construtor de paisagens, como criador consciente, como manipulador da natureza para benefício da sua sobrevivência.»
Particular C33, l. 2-5

Introdução

O nosso quarto capítulo apresenta, numa primeira parte, os fundamentos teóricos da análise adoptada, em que procuraremos dar conta das principais correntes teóricas e conceitos-chave que, por um lado, animam a perspectiva da *Análise Crítica do Discurso* (a partir daqui ACD) nas linhas gerais em que Norman Fairclough a tem proposto e, por outro, caracterizam a nossa adaptação específica da abordagem. Assim, vários conceitos que nos serão centrais ao longo da análise e da respectiva interpretação serão aqui apresentados, clarificados e interligados, ao mesmo tempo que se estabelecerão elos entre a conceptualização do discurso subjacente a esta abordagem e as implicações metodológicas para a forma como a análise e o respectivo objecto são construídos e trabalhados.

Na segunda parte do capítulo, serão apresentadas e justificadas as opções metodológicas que subjazem à dissertação em geral e à análise proposta no Capítulo VI em particular. Neste âmbito, faremos uma descrição e uma justificação dos critérios usados para a selecção do nosso estudo-de-caso e da construção do *corpus* linguístico, assim como dos critérios e opções tomadas na análise proposta no Capítulo VI, encontrando-se estes depois capítulos fortemente interreferenciados.

4.1 Descrição teórica da versão de adoptada

4.1.1 Enquadramento preliminar

Como já referido nos Capítulos I e III, podemos começar por definir a ACD como uma abordagem a problemas sociais na sua manifestação discursiva. Não constitui, em si, uma metodologia ou uma teoria linguística, sendo aplicada de forma muito variada através de um conjunto heterogéneo de perspectivas linguísticas, o que tem levado a críticas que apelam à necessidade de se ancorar teoricamente a ACD de forma mais consistente (ver Wodak e Meyer, 2001). Tradicionalmente, no entanto, desde o seu início, há cerca de 30 anos, a *Linguística Sistémico-Funcional* (LSF) de Michael Halliday tem ocupado um lugar central no desenvolvimento da ACD. A primeira obra importante que faz a ligação entre a LSF e a *Linguística Crítica* (a precursora da ACD) é *Language and Control*, editada por Fowler *et al.* (1979). Uma década depois, em *Language and Power* (1989), Norman Fairclough fornece uma introdução ao estudo crítico do discurso, apresentando e definindo a sua versão da ACD (então com a designação de

Critical Linguistic Study), em que assume a sua preferência por abordagens *funcionalistas* (como a de Halliday) — em detrimento de abordagens *formalistas* (como a de Chomsky) — para levar a cabo a ancoragem linguística para o tipo de *análise textualmente orientada* que defende. Ao longo da sua obra, (sobretudo em Fairclough 1992; 1995; e Chouliaraki e Fairclough, 1999) Fairclough vai clarificando e estreitando as pontes entre a sua abordagem teórica e a LSF¹³³.

Esta investigação procura ser coerente com a ACD tal como desenvolvida por Fairclough. Ao sintetizar o respectivo enquadramento teórico ao longo das próximas secções, faremos algumas incursões por conceitos-chave na medida que considerarmos útil para a justificação e clarificação da análise efectuada. Serão reconhecidas algumas limitações e críticas que têm sido apontadas, assim como respostas e elementos metodológicos que contribuem para superar as anteriores.

4.1.2 Enquadramento histórico e influências teóricas

A ACD pode ser vista como uma aplicação à linguagem do tipo de análise crítica que se desenvolveu originalmente no seio do “marxismo ocidental”, o qual enfatiza os aspectos culturais da vida social, considerando a dominação e a exploração como processos que são estabelecidos e mantidos cultural e ideologicamente. Central para esta tradição, o termo *hegemonia* foi usado por Gramsci para se referir ao poder e às lutas pelo mesmo, vendo o capitalismo da sua época (a seguir à 1.ª Guerra Mundial) como uma combinação da “sociedade política” e da “sociedade civil”. Enquanto a primeira constituía a esfera da coerção, a segunda correspondia à dimensão da hegemonia, baseando-se sobretudo em formas de poder que dependem mais do consentimento do que da coerção (Gramsci, 1971 *in* Fairclough, 1989). Desta perspectiva, a hegemonia da classe dominante depende de conseguir reunir o consentimento (mesmo que relutante) da maioria em relação aos principais arranjos sociais e, assim, a luta pela hegemonia permeia todos os aspectos da vida social — a economia, a política e a cultura —, sendo as hegemonias sustidas ideologicamente na forma de assunções do “senso comum” na vida quotidiana.

O filósofo francês Louis Althusser estabeleceu ligações importantes entre aquilo que constituem assunções do senso comum acerca do significado e as assunções acerca da identidade social, definindo o conceito de ideologia não como uma vaga amálgama de “ideias”, mas enquanto um conjunto material de práticas sociais embutidas em instituições sociais. Assim, Althusser via as ideologias como posicionando as pessoas de determinadas formas enquanto “sujeitos” sociais. (Althusser, 1971 *in* Fairclough, 1992). Pecheux, por sua vez, deu um contorno especificamente althusseriano ao conceito de “discurso”, por ele entendido como linguagem a partir de uma perspectiva ideológica, isto é, linguagem enquanto construção ideológica dos sujeitos¹³⁴ (1982 *in* Fairclough, 1989).

¹³³ Entretanto, foram-se desenvolvendo outras linhagens da ACD que se afastaram ligeiramente da LSF. Duas são especialmente importantes: uma, encabeçada por Teun van Dijk, enfatiza os aspectos sócio-cognitivos da análise e foca-se sobretudo na macro-estrutura dos textos; e a outra, representada por Wodak e a *escola de Viena*, privilegia uma abordagem histórico-discursiva através de uma consideração mais ampla e completa dos contextos históricos. No entanto, com vista a diminuir o risco de enviesamento ideológico da ACD, fornecendo ferramentas ao analista que lhe permitem ser mais explícito, transparente e preciso, tem sido defendido um estreitamento mais sistemático e consistente com a LSF (Young e Harrison, 2004).

¹³⁴ Por exemplo, durante a formação militar, os indivíduos passam por um processo de institucionalização em que são expostos a discursos que contribuem para construir a sua identidade enquanto “soldados”.

Uma outra influência central é a de Mikahil Bakhtin, que propôs em 1928 a primeira teoria linguística da ideologia, defendendo que os signos linguísticos são o material constitutivo da ideologia e que todo o uso linguístico é ideológico. A linguagem é assim vista como uma “arena de luta de classes”, em que um dos focos da mesma são as disputas acerca do significado das palavras (Bakhtin, 1986 *in* Fairclough, 2003). O trabalho de Bakhtin enfatizou as propriedades dialógicas dos textos, ou seja, a sua *intertextualidade* que, segundo Kristeva (1986 *in* Chouliaraki e Fairclough, 1999), traduz a ideia de que qualquer texto se encontra implicitamente ou explicitamente em “diálogo” com outros textos já existentes ou antecipados, que constituem os seus *intertextos*. Com formas quantitativa e qualitativamente diversas de manifestar a sua *dialogicidade*, qualquer texto representa um elo numa cadeia de textos, reagindo, incorporando e transformando outros textos. De forma influente, Bakhtin desenvolveu também uma das primeiras teorias de *género* (ver secção 4.1.6). Comum a estes autores, é a noção de que as ideologias adquirem o estatuto de “senso comum” através de um processo de conflito ideológico e que se manifestam através de formas linguísticas nas múltiplas interacções sociais. Neste processo, um discurso dominante vai-se “naturalizando”, aparentemente perdendo as suas ligações com determinadas ideologias. Desta perspectiva, este processo é, em si mesmo, ideológico, no sentido que a eficácia de uma ideologia aumenta à medida que se torna menos visível (Fairclough, 1989; 1992).

Por outro lado, a ideia de uma ciência ou análise social crítica encontra-se particularmente associada à escola de Frankfurt que originou na Alemanha dos anos 20. A escola de Frankfurt resistiu à redução da cultura a um reflexo epifenomenal da economia, entendendo os processos culturais como uma arena de disputa com efeitos concretos sobre a vida social. Com um impacto profundo, o teórico alemão Jürgen Habermas desenvolveu uma versão da teoria crítica baseada na comunicação, a *teoria da acção comunicativa* (1984). Esta situa o potencial para a emancipação social no potencial da comunicação até então parcial ou totalmente por realizar, fornecendo uma base normativa para uma crítica da comunicação — a *situação comunicativa ideal* —, entendida como sistematicamente distorcida. Neste contexto, é relevante a forma como têm sido trabalhados os conceitos de *esfera pública* e os processos de *legitimação*, assim como a distinção habermasiana entre linguagem *estratégica* — orientada para fins instrumentais, i.e., atingir “resultados” — e *comunicativa*, orientada para produzir compreensão entre os participantes (Habermas, 1984; 1989 *in* Fairclough, 1992; 1995, 2003)¹³⁵.

Numa vertente bem diferente, o trabalho de Michel Foucault sobre o discurso definia-se como explicitamente oposto ao Marxismo e às teorias de ideologia. Para Foucault, os discursos são sistemas de conhecimento (por exemplo, a medicina, a física, a geografia) que informam as “tecnologias” sociais e governamentais que constituem o poder nas sociedades modernas. A obra de Foucault deu origem a um tipo de análise de discurso amplamente adoptado, a *genealogia*, o qual tem constituído um ponto de referência teórico para a ACD. Para esta, é particularmente importante a distinção que Foucault faz entre três aspectos da significação: as relações de controlo sobre as coisas, as relações de acção sobre outros e as relações para com o próprio sujeito.

¹³⁵ A teoria da acção comunicativa formou também, ao nível teórico, uma importante base normativa para o que muitos autores consideram ser os objectivos e funcionamento ideal da participação pública (ver secção 3.4.2).

Adicionalmente, embora Fairclough as use de forma algo diferente, as categorias de *interdiscursividade* e *ordem do discurso* têm a sua origem na obra de Foucault (1972 e 1984 in Fairclough, 1992; 1995; 2003).

No caso específico do desenvolvimento da ACD de Fairclough, os contributos sociológicos de Anthony Giddens, Roy Bhaskar, Basil Bernstein e Pierre Bourdieu, têm sido influências particularmente importantes: Giddens através do seu pensamento acerca das transformações sociais associadas à noção de globalização, incluindo processos de *desencaixe* (*disembedding*) de determinadas tecnologias sociais; Bourdieu com os seus contributos para as teorias acerca da estruturação das sociedades modernas em termos de *campos sociais* dinâmicos e as suas interconexões, do conceito de *habitus* (referindo-se a disposições para agir de certas maneiras adquiridas e incorporadas no âmbito de um campo particular) e as relações entre *estrutura* e *agência*¹³⁶; Bernstein com a teorização do processo de *recontextualização*, i.e., o processo em que elementos de diferentes (redes de) *práticas sociais* são apropriados e recolocados no contexto de outras; Bhaskar sobretudo através do desenvolvimento da teoria do *realismo crítico*, pelo qual Fairclough se alinha ontológica e epistemologicamente (Chouliaraki e Fairclough, 1999; Fairclough, 2003; ver secção 4.1.4).

Comum a estes autores é a centralidade da posição que a linguagem ocupa nos seus contributos teóricos. A teoria faircloughiana do discurso e das relações deste com a vida social apropria-se e combina, de forma simultaneamente selectiva e coerente, o contributo destes autores, assim como de vários outros que não consideramos relevante elencar aqui. A fundamentação teórica da abordagem de Fairclough ao discurso aparece, na sua forma mais desenvolvida, na obra conjunta com Chouliaraki, *Discourse in Late Modernity - Rethinking Critical Discourse Analysis* (1999). No contexto deste capítulo, vários dos conceitos acima enunciados voltarão a aparecer ao longo das próximas secções, sendo clarificados à medida que forem surgindo.

4.1.3 Representação e Discurso no contexto da análise do discurso

No contexto da bibliografia da análise do discurso, o conceito de *representação* refere-se, em termos muito genéricos, à forma como a linguagem é empregue para representar aquilo que podemos saber, acreditar e pensar. Estando, portanto, o mundo e o pensamento inextrincavelmente interligados, o nosso entendimento da realidade é afectado pelos recursos linguísticos disponíveis, o que tem claras consequências políticas e sociais. Consideremos a seguinte formulação de Fairclough que, baseando-se em Foucault, define sucintamente discurso como «uma prática não só de representar o mundo, mas também de significar o mundo, constituindo e construindo o mundo na significação» (1992, p. 64).

¹³⁶ Também de Bourdieu, faremos uso mais à frente, no Capítulo VII, do conceito de *capital simbólico*. Este refere-se a uma modalidade de capital que não é imediatamente perceptível como tal e os efeitos de sua duração também obedecem a lógica(s) diferente(s). Trata-se de uma espécie de poder ligado à propriedade de "fazer ver" e "fazer crer", sendo uma medida do prestígio e/ou do carisma que um indivíduo ou instituição possui em determinado campo. Deste modo, a partir desta marca quase invisível de distinção o capital simbólico permite que um indivíduo desfrute de uma posição de proeminência frente a um campo, e tal proeminência é reforçada pelos signos distintivos que reafirmam a posse deste capital (Bourdieu, 1986).

O verbo “construir” refere-se ao carácter construído do significado, sendo certos sujeitos e objectos construídos de diferentes formas, isto é, através de diferentes representações, as quais podem ser aceites ou rejeitadas. As representações são, portanto, sempre posicionadas, podendo um leitor rejeitar as construções que o texto o *posiciona* a aceitar. Quando aceitamos uma posição que nos é sugerida ou promovida por um texto, podemos dizer que fomos *interpelados*, um termo introduzido por Althusser (1971 in Locke, 2004). “Constituir”, por sua vez, refere-se à posição definida por Foucault que o discurso tem uma relação activa com a realidade, que a linguagem significa a realidade através da construção de significados, em vez de a representar passivamente referindo-se a objectos que se assumem como dados na realidade¹³⁷. Estes sentidos têm a ver com o que Fairclough designa por significado *representacional* do discurso, isto é, os diferentes discursos correspondem a diferentes formas de representar o mundo¹³⁸.

O conceito de discurso pode também aparecer associado a formas diferentes de “agir”, não só através da linguagem verbal, mas também através de um conjunto mais amplo de comportamentos humanos. Nas palavras de James Gee, os «Discursos incluem muito mais do que linguagem», sendo também:

«formas de agir, interagir, valorizar, pensar, acreditar, falar, e frequentemente de ler e escrever que são aceites como realizações de papéis particulares (ou “géneros de pessoas”) por grupos de pessoas específicos, sejam estes famílias de um determinado tipo, advogados de um determinado tipo, motociclistas de um determinado tipo [...] afro-americanos de um determinado tipo, homens e mulheres de um determinado tipo, e por aí fora numa imensa lista. Os Discursos são formas de ser “pessoas como nós”. São “formas de se ser e estar no mundo”; são “formas de vida”; são identidades socialmente situadas. São, assim, sempre e em toda a parte sociais e produtos de histórias sociais.» (Gee, 2008, p. 3)¹³⁹

Neste sentido, discurso está intimamente relacionado com dois conceitos aos quais nos queremos referir brevemente: o de *reconhecimento* e o de *identidade socialmente situada*¹⁴⁰. (Gee, 2005). Para uma pessoa assumir uma determinada identidade situada, correspondente a um determinado discurso ou a uma combinação de vários discursos, pode ter que vestir-se, comportar-se, interagir de determinadas formas específicas, em espaços e em momentos particulares, de modo a um determinado discurso poder ser “reconhecido” enquanto tal. Estar “por dentro” de um discurso significa saber interagir “competentemente” com vários tipos de símbolos, objectos e lugares, de modo a formar um discurso e uma identidade situada coerente, cuja validade é sempre

¹³⁷ Esta perspectiva levanta importantes questões epistemológicas: o(s) discurso(s) torna(m) o mundo significativo, ou apenas no discurso o mundo é tornado significativo? Será o mundo conhecível a partir do exterior do discurso? Poderá algum tipo de significação existir fora de sistemas de significação socialmente construídos? (Fairclough, 2003)

¹³⁸ Ver a secção 4.1.7 acerca da forma concreta como articulamos o conceito de representação com o de narrativa no âmbito da dissertação.

¹³⁹ Na sua abordagem, Gee usa a palavra “Discurso” com “D” maiúsculo para este sentido, para o distinguir de “discurso(s)”, que se refere(m) a exemplos concretos de linguagem (Gee, 2005; 2008).

¹⁴⁰ Embora possamos dizer que há elementos da nossa identidade que se mantêm mais ou menos permanentes, acumulamos vários tipos de identidades que vão mudando à medida que nos movimentamos através dos vários contextos sociais das nossas vidas: as nossas identidades socialmente situadas, constituídas através de discursos específicos através dos quais assumimos essas identidades (e.g.) enquanto alunos, pais, amigos, cidadãos, membros de uma congregação religiosa, espectadores de um evento artístico ou desportivo, turistas, advogados, etc. (Gee, 2005; 2008).

intersubjectivamente atribuída nas realidades sociais que nos rodeiam¹⁴¹. Este processo de validação corresponde ao chamado *trabalho de reconhecimento*, isto é, o que acontece fora dos discursos em relação aos mesmos¹⁴²). Esta perspectiva concebe os sujeitos discursivos como *actantes*, isto é, simultaneamente agentes e pacientes, em coordenação sincronizada, ou em associação, com outros actantes, tais como formas particulares de linguagem, outras pessoas, instituições, objectos e lugares (Callon e Latour *in* Gee, 2005). A dimensão verbal de discurso neste sentido corresponde ao conceito de *género* tal como trabalhado por Fairclough (ver secção 4.1.6). Por último, Fairclough concebe o discurso como associado a *estilos*, que correspondem a formas mais particularizadas de os sujeitos discursivos se identificarem. Estes conceitos serão revisitados e clarificados ao longo das próximas secções.

4.1.4 Os objectivos da ACD, a concepção de *crítica* e o *realismo crítico*

A crescente relevância da ACD tem uma associação directa com a tendência de transformação da *ordem do discurso* na contemporaneidade, que se traduz no aumento da saliência da semiose relativamente a outros elementos da rede de práticas sociais e à relação entre a linguagem verbal e outras formas de semiose¹⁴³. Estas alterações têm-se traduzido em esforços mais conscientes de formatar e controlar a linguagem de forma a alcançar objectivos institucionais e organizacionais, isto é, o processo de *tecnologização do discurso* (Fairclough, 1992). Fairclough define o objectivo da ACD como o de explorar sistematicamente as relações frequentemente opacas de causalidade de determinação entre (a) práticas discursivas, eventos e textos e (b) estruturas sociais e culturais mais amplas, relações e processos; investigar como é que tais práticas, eventos e textos provêm de, e são ideologicamente moldados por, relações de poder e disputas por poder (1995, p. 132). Em particular, os fenómenos que a ACD pretende escrutinar encontram-se frequentemente camuflados, encobertos ou “entranhados” de modo a parecerem tão comuns e quotidianos que escapam à atenção e à crítica (Toolan, 2002). A ACD procura criar formas de articulação entre uma análise próxima ao texto e as interacções e análises sociais de vários tipos. O seu objectivo é mostrar como é que a linguagem aparece nos processos sociais, constituindo um recurso que pode ser utilizado em combinação com outros na investigação sobre a mudança da vida social contemporânea, incluindo preocupações contemporâneas como, entre outras, a globalização, a exclusão social, mudanças nas formas de governação e, como no nosso caso, questões relacionadas com a sustentabilidade ambiental.

¹⁴¹ É esta familiaridade, ou competência com um determinado “Discurso”, que Gee chama *literacia social*. Essa *performance* que acompanha a apropriação de um discurso tem que ser suficientemente semelhante a outras *performances* do género de modo a ser reconhecida como pertencente ao mesmo discurso. Se for suficientemente diferente, mais ainda reconhecível, poderá dar origem a alterações e transformações no próprio discurso a que se afilia. Se for demasiado diferente, não é reconhecida, ficando desconectada e fazendo com que a identidade situada do sujeito em causa não seja validada enquanto tal nesse contexto social em particular (ver secção 4.1.6 e secção 6.2.5).

¹⁴² Com a expressão “trabalho de reconhecimento”, Gee (2005) apropria-se da terminologia associada ao trabalho de autores como Latour, Callon e Law, normalmente associados aos estudos sociais da ciência e da tecnologia. Ver, por exemplo, Latour (1993).

¹⁴³ Acerca dos conceitos de *ordem do discurso* e *prática social*, ver secção 4.1.5.

Uma vez que a ACD não considera exclusivamente a linguagem verbal, o seu objecto é frequentemente referido como *semiose*, ou *semiosis*, que se refere aos processos de produção de significado através da linguagem verbal, gestual e corporal, imagens visuais e qualquer outra forma de significação. A ACD parte de determinadas questões e problemas sociais, abrindo um diálogo entre disciplinas que se ocupam da análise linguística e semiótica e as disciplinas que teorizam e investigam processos sociais e de mudança social. Se este diálogo pretende ser produtivo, necessita de ser transdisciplinar em vez de apenas interdisciplinar, estando comprometido a produzir novas teorias e métodos de análise que cruzem as fronteiras disciplinares¹⁴⁴. Mas a ACD não é somente analítica, ela é crítica em dois sentidos. No sentido em que procura discernir conexões entre a linguagem e outros elementos da vida social que são frequentemente opacos; e também no sentido em que pretende fornecer um conhecimento “emancipatório”, isto é, que conduza a uma mudança social progressiva¹⁴⁵. No nosso caso, isso poder-se-ia traduzir num modelo de desenvolvimento mais “sustentável” na região da Ria de Aveiro (ver secção 3.3.2).

Neste trabalho em particular, os sujeitos são entendidos como operando dentro de enquadramentos discursivos particulares — aquilo que Wodak chama «o ser humano individual enquanto um indivíduo social em resposta aos “recursos representacionais” disponíveis» (Wodak, 2001, p. 6). Desta perspectiva, a subscrição a um discurso particular ao nível individual ocorre como um efeito (mais ou menos) inconsciente dos processos de formação discursiva que ocorrem ao nível societal. Os discursos aparecem *naturalizados* para os sujeitos individuais que, vendo o mundo através das suas lentes discursivas, assumem a sua posição enquanto “senso comum” em vez de uma construção particular da realidade.

A noção de ideologia é importante neste contexto. Althusser define-a como representando «a relação imaginária dos indivíduos com os seus mundos sociais, os quais são um reflexo das suas acções governadas pela estrutura das instituições» (1971 *in* Gee, 2008, p. 5), e como algo que chama ou *interpela* indivíduos enquanto sujeitos concretos. Para aqueles que se reconhecem como *interpelados*, a construção da realidade inerente a determinada ideologia já terá alcançado o estatuto de senso comum. Enquanto para Gee ideologia implica «uma teoria social que envolve generalizações (crenças, pretensões) acerca da(s) forma(s) em que os bens são socialmente distribuídos» (2008); para Terry Locke uma ideologia é uma estória elaborada acerca da conduta

¹⁴⁴ A ACD deve, portanto, ser entendida não como um método específico, mas como uma orientação académica com o potencial de transformar o *modus operandi* de um diverso leque de metodologias de investigação, devendo ser vista como uma intervenção política com a sua própria agenda socialmente transformativa.

¹⁴⁵ De facto, para Wodak, ser-se um analista “crítico” deve «... basicamente ser entendido como tendo distanciamento para com os dados, entrosar os dados no social, adoptar explicitamente uma perspectiva política e um foco na auto-reflexividade da própria investigação» (Wodak, 2001, p. 9). Alguns expoentes da ACD pretendem ir ainda mais longe do que a análise, crítica e comentário sobre consequências, procurando mesmo deslocar e reformar certas práticas discursivas. De uma forma mais geral, podemos falar numa procura de respostas, ou alternativas, a discursos poderosos, os quais são vistos não como representações de uma realidade objectiva e neutra, mas como vozes parciais que tentam impor um regime monológico, e assim dominar completamente o terreno discursivo (Toolan, 2002). Michael Toolan alerta-nos para o facto de a ACD poder ser interpretada como uma extensão sistemática daquilo a que Cameron (1995 *in* Toolan, 2002) chamou *práticas de higiene verbal*, as quais se encontram profundamente enraizadas nas sociedades ocidentais, com todas as suas tendências para julgar, avaliar, prescrever e proscriver. Alguns ramos da ecolinguística procuram igualmente assumir esta missão reformatória (ver Fill e Mühlhäusler, 2001 e Mühlhäusler, 2003).

ideal de algum aspecto dos afazeres humanos. O poder de uma ideologia é assim determinado pelo seu valor de verdade, o qual, por sua vez, é determinado não só por uma noção de força explicativa, como também pelo número e natureza daqueles que a subscrevem. A noção de *hegemonia* de Gramsci pode assim ser definida como o estado-de-coisas que se verifica quando o conjunto de subscritores de determinada ideologia é suficientemente forte em termos de número, sendo ainda reforçado verticalmente pelo estatuto social dos respectivos indivíduos (Locke, 2004). Se o poder de um discurso (que incorpora uma determinada ideologia) se relaciona com a dimensão da sua subscrição e do estatuto social dos seus subscritores, podemos dizer que alguns discursos são mais poderosos do que outros, e que quem se afilia a discursos pouco poderosos tenderá a sofrer mais marginalização e ser menos capaz para agir e intervir. As linhas de investigação crítica tendem justamente a alinhar-se com uma agenda política comprometida com o desafiar das bases do poder de certos discursos, normalmente os de carácter mais hegemónico¹⁴⁶.

Contudo, é importante colocar algumas ressalvas à tentação de atribuir uma linearidade indevida ao intuito revelatório da ACD. De facto, podemos pensar a Pós-modernidade como uma condição que tende a provocar erosão em qualquer estória única ou grande narrativa a que se atribua valor absoluto ou superior em relação a outras estórias concorrentes para explicar a (ou partes da) realidade. Se a *viragem linguística*, neste contexto, veio afirmar a visão de que a realidade é construída discursivamente através dos sistemas semióticos humanos, levando à substituição de uma noção subjacente de uma ordem de coisas estável por uma superfície de inter-determinação e interacção entre signos linguísticos, quaisquer pretensões a verdades abrangentes sobre a natureza humana, a iluminação ou emancipação são colocadas em causa, alvo de um profundo cepticismo em relação a discursos centrados em noções de realidade, verdade ou universalidade (Chouliaraki e Fairclough, 1999).

Assim, se a ACD revolve em torno de actos de leitura e interpretação, o que é que isso significa num contexto em que o pós-estruturalismo veio problematizar a assunção de que reside algo nos textos que aguarda extracção, ou revelação, através da aplicação dos meios “correctos” de interpretação? É por esta razão que as práticas de leitura estruturalistas, incluindo as práticas dos investigadores críticos, necessitam de ser auto-reflexivas, isto é, tornarem-se conscientes dos imperativos ideológicos e das pressuposições epistemológicas que informam a sua pesquisa, assim como as próprias posições subjectivas, intersubjectivas e normativas. Na prática, isto significa reconhecer o facto de os próprios métodos de investigação serem socialmente construídos. Por outro lado, significa também reconhecer o carácter provisório dos “resultados” produzidos. O investigador opera a partir de uma subjectividade discursivamente enquadrada que é por natureza contestável, sendo que os dados empíricos derivados de qualquer estudo não podem ser tratados simplesmente como “dados”¹⁴⁷. Pelo contrário, uma vez que estes representam assunções encobertas que devem ser expostas pelo investigador, exige-se deste uma atitude caracterizada por modéstia e humildade reflexiva, em que noções tradicionais de validade interna e externa

¹⁴⁶ Acerca do potencial significado disto no contexto concreto da protecção da biodiversidade, ver as secções 3.2 e 3.3.

¹⁴⁷ Van Dijk afirma categoricamente: «A ACD é assumidamente normativa: qualquer crítica pressupõe por definição uma ética aplicada» (1993 *in* Locke, 2004, p. 36).

necessitam ser substituídas por aquilo que Kincheloe e McLaren chamam *credibilidade crítica* (1994 in Locke, 2004).

Já referido nos Capítulos I e III, o *realismo crítico* corresponde a uma corrente filosófica fortemente influenciada por Roy Bhaskar (1986), que concebe a vida social e natural como um sistema aberto, constituído por várias dimensões — física, química, biológica, psicológica, económica, social e semiótica —, sendo que todas têm as suas próprias estruturas distintivas, os seus mecanismos particulares e poder gerativo. Na produção da vida social ou natural, a operação de qualquer mecanismo é mediada pelos outros, de tal forma que nunca se excluem ou se reduzem uns aos outros. A relação entre a ACD e o realismo crítico é explicitada por Fairclough através dos termos de Bhaskar:

«A posição que tomo é realista, baseada em uma ontologia realista: tanto os eventos sociais concretos como as menos abstractas práticas sociais [...] são parte da realidade. Podemos fazer uma distinção entre o “potencial” e o “efectivo” — aquilo que é possível face à natureza (com os seus constrangimentos e oportunidades) das estruturas e práticas sociais, em contraste com aquilo que realmente acontece. Ambos necessitam ser distinguidos do “empírico”, aquilo que sabemos acerca da realidade. [...] A realidade não pode ser reduzida ao conhecimento que temos dela, o qual é contingente, transitório e parcial. O mesmo se aplica aos textos [...] Uma consequência é [...] a impossibilidade de uma análise completa e definitiva de um texto. Isto não significa que não sejam conhecíveis, — o conhecimento científico social dos mesmos é possível e real [...] mas sempre inevitavelmente parcial.» (Fairclough, 2003, p. 14)

4.1.5 Da Linguística Sistémica-Funcional à teoria do discurso de Fairclough

Como já referido, a conceptualização que Fairclough foi desenvolvendo acerca do funcionamento do discurso e da linguagem assenta fortemente ao que se veio chamar *Linguística* ou *Gramática Sistémico-Funcional*, sobretudo associada a Michael Halliday. O nome *Linguística Sistémica-Funcional* (a partir daqui LSF) deve-se ao facto de Halliday considerar a função e a semântica como a base da linguagem e da actividade comunicativa dos seres humanos. Favorecendo uma abordagem que considera o contexto social para explorar como a linguagem age sobre, é determinada e influenciada pelo mesmo, a LSF concebe a linguagem primariamente como um recurso para a interacção social, e não como um conjunto de regras. Desta perspectiva, qualquer uso da linguagem é multifuncional e motivado por um propósito (Eggins, 1994). Relativamente às funções propriamente ditas da linguagem, Halliday distingue três *metafunções*:

- A *função ideacional*, por sua vez dividida entre: i) a *função experiencial*, que constrói uma versão da nossa experiência ou lhe atribui significado e ii) a *função lógica*, que define a relação entre processos, ou entre participantes, que partilham a mesma posição no texto.
- A *função interpessoal*, que corresponde à construção da realidade social.
- A *função textual*, que denota a interacção e relação entre os elementos linguísticos que criam coerência e coesão dentro de um texto.

Um dos principais aspectos deste tipo de distinção funcional é que estes três tipos principais de significados estão, simultaneamente, sempre presentes em qualquer texto¹⁴⁸. Esta complexidade

¹⁴⁸ O facto de estas dimensões poderem parecer ambíguas e apenas tentativamente especuláveis para um observador externo (frequentemente devido a informação contextual insuficiente) não significa que não estejam presentes.

semântica é possível porque a linguagem é concebida como um sistema semiótico, i.e., um sistema de codificação convencionalizado, que se estrutura através de conjuntos de escolhas. Sempre que um sujeito se expressa, independentemente da situação, necessita forçosamente de fazer escolhas que sejam sistemicamente possíveis. Porém, cada escolha adquire o seu significado perante o conjunto de outras escolhas que poderiam ter sido feitas naquele determinado contexto¹⁴⁹ (Eggins, 1994).

A obra de Fairclough tem vindo a propor várias reformulações do esquema teórico da LSF. As principais inovações têm sobretudo a ver com a forma como Fairclough redefine os contornos conceptuais das metafunções da linguagem e, ao mesmo tempo, as associa aos conceitos de *géneros*, *discursos* e *estilos*¹⁵⁰. Em 2003, no livro *Analysing discourse: textual analysis for social research*, passa a designar as metafunções *tipos de significado* da linguagem. A função *ideacional* passa a corresponder ao tipo de significação *representacional*, a função *identitária* vem constituir a dimensão do significado *identificacional*, enquanto que a *relacional* e a *textual* se fundem no tipo de significação *accional* (Fairclough, 2003). A Figura 4.1 ilustra a evolução da perspectiva multifuncional da linguagem segundo Fairclough.

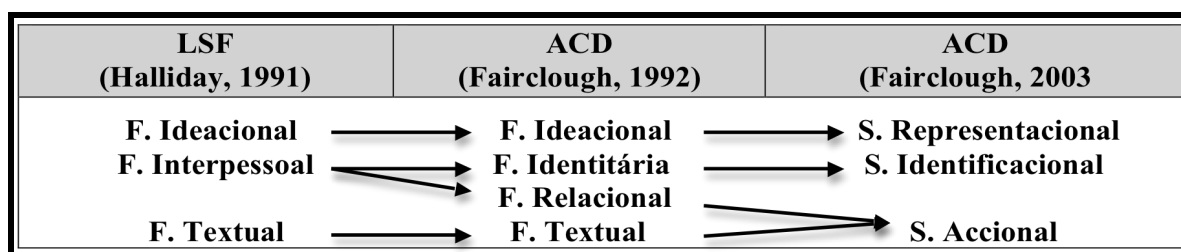


Figura 4.1 – Recontextualização da metafuncionalidade da LSF na ACD segundo Fairclough.

Fonte: Resende e Ramalho (2006, p. 61)

Assim, qualquer texto “age”, “identifica” e “representa” simultaneamente. A dimensão da acção refere-se àquilo que o texto “faz” no contexto de um determinada prática social, em que texto interage com outros sujeitos e com o mundo exterior mais lato. Se, por um lado, o sujeito discursivo “age” sobre o próprio texto, produzindo-o (ou, mais exactamente, “texturizando-o”) de acordo com os seus objectivos no (e sobre o) contexto da prática e do evento social onde ocorre, por outro lado interage com outros sujeitos discursivos, constituindo, reproduzindo ou contestando relações sociais particulares. Ao mesmo tempo, através do significado *identificacional*, o sujeito identifica-se a si e a outros sujeitos de formas particulares — o que, por sua vez, tem implicações

¹⁴⁹ Um conceito chave da abordagem de Halliday é o do *contexto*, constituído através de uma relação sistémica entre o ambiente social por um lado, e pela organização funcional da linguagem pelo outro.

¹⁵⁰ Relativamente ao primeiro aspecto, Fairclough mantém o princípio genérico de uma concepção multifuncional da linguagem, em que esta aparece, de forma constante e simultânea, associada a um conjunto básico de formas de significar através do discurso. Em 1992 — por considerar que as funções hallidayanas não traduzem adequadamente a relevância da linguagem na constituição, contestação e reprodução de identidades sociais —, Fairclough propõe, na sua obra *Discourse and Social Change*, dividir a função interpessoal na função *identitária* — «que se refere aos modos pelos quais as identidades sociais são estabelecidas no discurso» — e na função *relacional* — relativa às formas «como as relações sociais entre os participantes do discurso são representadas e negociadas» (Fairclough, 1992, p.64). Nesta obra, apesar de ainda considerar a função textual útil, esta aparece aqui já tratada de forma algo marginal em relação às outras metafunções que são exploradas muito mais extensivamente.

representacionais e accionais —, enquanto representa realidades físicas e sociais externas ao discurso. Claramente, apesar de serem analiticamente úteis, estes tipos de significado interagem dialecticamente e internalizam-se mutuamente de forma complexa, não podendo ser reduzíveis a elementos discretos e autónomos¹⁵¹.

Aos tipos de significação da linguagem, Fairclough vem ainda associar os conceitos de género como a parte especificamente discursiva da interacção de uma determinada actividade social (formas de agir), de discurso (formas de representar), e de estilos (formas de ser ou de identificar). A forma como estes conceitos se encaixam na sua teoria requer alguma contextualização adicional. Na sua conceptualização do discurso, a vida social é entendida como sendo constituída por múltiplas redes interligadas de práticas sociais de diversos tipos (económico, político, cultural, etc.), sendo que qualquer uma destas práticas tem sempre uma dimensão semiótica. Fairclough refere-se ao conceito de prática social enquanto uma forma de actividade social mais ou menos estabilizada, como por exemplo o ensino na sala de aula, ou um debate político, ou uma entrevista jornalística. Todas estas práticas são práticas “produtivas”, no sentido em que constituem os palcos onde a vida social é “produzida”, seja a vida económica, política, cultural, ou apenas quotidiana. Uma prática social inclui sempre os seguintes elementos: *acção e interacção*; *relações sociais*; *pessoas* (com crenças atitudes, histórias, hábitos, etc.); *o mundo material* e, finalmente, *o discurso* (Fairclough, 2003¹⁵²).

Estes elementos encontram-se dialecticamente relacionados, sendo diferentes embora não totalmente separáveis ou discretos (Harvey, 1996 *in* Fairclough, 2003). Cada um deles internaliza

¹⁵¹ O mesmo sucede com segmentos textuais mais pequenos, como podemos exemplificar com a seguinte frase, retirada do nosso *corpus*:

«Tenho acompanhado com alguma apreensão as transformações que neste período foram ocorrendo na Barra, na Ria e nas suas margens, quer enquanto moradora, quer ainda como pessoa que preza o ambiente que herdámos dos nossos Pais e do qual teremos que dar conta aos nossos filhos» (C44, l. 8-10).

Em termos do seu significado *accional*, a frase contribui para o argumento mais geral do parecer em que se insere, o qual visa impedir que o projecto em questão (a *Marina da Barra*) tenha uma DIA favorável. Mais especificamente, a frase dota o sujeito de autoridade e legitimidade, aumentando a probabilidade de a perspectiva expressa no parecer ser validada e valorizada. Neste caso, essa “acção” realiza-se de forma intimamente associada ao significado *identificacional*, isto é, ao modo como o sujeito se identifica como uma «moradora» (logo, com um conhecimento próximo do lugar), uma pessoa ecologicamente consciente (e que portanto acompanha de forma interessada e informada as “transformações” ambientais) e, ainda, de forma muito significativa, como “mãe”. De um ponto de vista *representacional*, é-nos também retratada uma situação de uma localidade que vem, ao longo do tempo, sofrendo «transformações», as quais são avaliadas negativamente na medida em que suscitam «apreensão». A forma precisa e a ordem com que são referidos os lugares onde ocorrem as ditas transformações («na Barra, na Ria e nas suas margens») estabelecem relações de causalidade, apontando de forma implícita para o modo como são entendidas e representadas as alterações na hidrodinâmica da Ria, e que aparecem explicitadas nos parágrafos que se seguem a este excerto. A avaliação negativa, por sua vez, decorre não só da perspectiva das identidades situadas que o sujeito assume, como também de uma representação implícita do conceito de desenvolvimento sustentável, em que o ambiente aparece como um bem colectivo a ser preservado e passado inter-geracionalmente. Esta representação volta a remeter para a questão identificacional, no sentido em que a autora se identifica com um colectivo mediador entre um passado que é “herdado” e o um futuro pelo qual é responsabilizável e tem «que dar conta», de acordo com uma ética inter-geracional. Neste processo, o possessivo «nossos» alarga de forma indefinida o sujeito colectivo. De facto, o “nós” implícito pode ter apenas uma dimensão local (e.g. os moradores da Barra), mas também uma dimensão regional (toda a “comunidade ribeirinha” da Ria), nacional (em que se incluem todos os portugueses e, consequentemente, os “decisores” a quem o parecer se dirige), ou mesmo universal (“nós” enquanto seres humanos responsáveis pelo planeta).

¹⁵² Ao longo de diferentes publicações (Fairclough 2001a; Fairclough 2001b; Fairclough 2003), Fairclough foi formulando estes aspectos de formas diferentes, embora sempre em termos equivalentes.

simultaneamente todos os outros, sem no entanto ser reduzível a eles, numa dinâmica dialéctica análoga àquela proposta pelo realismo crítico em relação aos elementos que compõem a vida social e natural (ver secção 4.1.4) e, já agora, à forma como se entende as relações entre as metafunções da linguagem no contexto da LSF e da ACD. Assim, as relações sociais e o mundo material são em parte semióticos, mas têm propriedades distintas, cuja investigação leva à existência de disciplinas diferentes (embora seja possível e mesmo desejável trabalhar de uma forma transdisciplinar). Deparamo-nos, assim, com o aparente paradoxo de que o elemento discursivo de uma prática social não é o mesmo do que, por exemplo, as suas relações sociais, sendo que cada um contém ou internaliza o outro, uma vez que as relações sociais são por natureza parcialmente discursivas e o discurso é constituído, em parte, por relações sociais. A um nível bastante mais abstracto do que as práticas sociais encontramos as *estruturas sociais* (por exemplo, as estruturas de um sistema económico ou de classes sociais) que definem o conjunto de possibilidades da vida social. A um nível mais concreto, encontramos as manifestações tangíveis da vida social, os *eventos sociais*. No entanto, a relação entre aquilo que é estruturalmente possível e aquilo que efectivamente acontece é altamente complexa. Sendo causalmente moldados por (redes de) práticas sociais no sentido em que estas definem formas particulares de acção, os eventos sociais afectam parcialmente as práticas sociais, que se mantêm numa relação analogamente dialéctica com as estruturas sociais. Por outras palavras, Fairclough concebe a ACD com referência a um modelo sociológico em que as estruturas sociais definem o que é possível, os eventos sociais constituem aquilo que é real, e a relação entre o potencial e o realizado é mediada pelas práticas sociais (Fairclough, 2003).

À forma particular como as práticas sociais se interligam numa rede chamamos *ordem social*. No nosso caso, por exemplo, trata-se da ordem social de todo o sistema institucional, político e social que dá forma às hierarquias e distribuições de poder que estruturam as esferas de governação da Ria de Aveiro. À componente semiótica de uma ordem social chamamos de *ordem do discurso*, um conceito proposto por Foucault e que Fairclough adaptou à sua teoria. Neste contexto, refere-se à forma como os diferentes géneros, discursos e estilos se encontram interligados, correspondendo a uma estruturação social da diferença semiótica, ou seja, um ordenamento social das diferentes formas de significação¹⁵³.

Assim, desta perspectiva, um texto ocorre sempre simultaneamente a um nível da ordem do discurso e da ordem social, respectivamente inserido no contexto concreto de uma prática discursiva e de uma prática social. Esta abordagem tridimensional ao discurso é representada pela Figura 4.2, em que as três dimensões aparecem associadas a três processos de análise que também se interligam entre si. A utilidade desta conceptualização reside no facto de destacar a natureza social e discursiva de qualquer texto, ao mesmo tempo que permite localizar diferentes focos de análise ou perspectivas sobre estes aspectos.

¹⁵³ Esta estruturação social dos elementos discursivos é um dos contextos em que o conceito de “hegemonia” se torna potencialmente relevante, na medida em que uma estruturação particular pode tornar-se hegemónica e, portanto, parte do senso comum legitimador que sustém as relações de dominação social. No entanto, uma vez que uma ordem de discurso não é um sistema fechado, tal estatuto pode ser sempre continuamente desafiado por tudo aquilo vai acontecendo nas interacções concretas ao longo do “conflito hegemónico”.

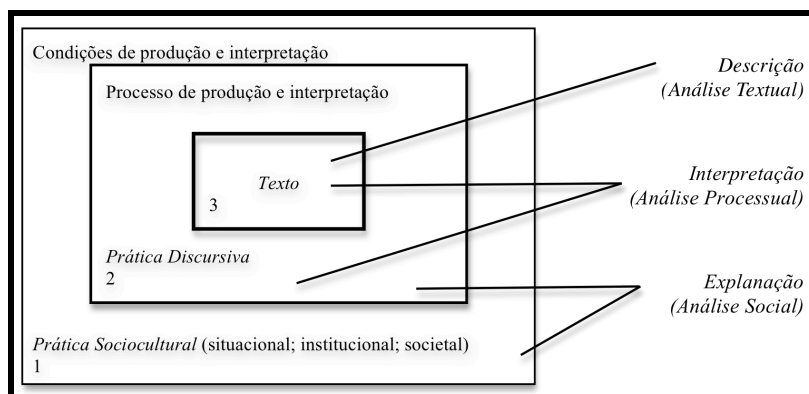


Figura 4.2 – O modelo tridimensional da teoria discursiva de Fairclough.
Fonte: adaptado a partir de Fairclough (1995, p. 98).

A consideração da dimensão da *prática sociocultural* (ou simplesmente prática social) coloca a ênfase sobre elementos como a situação imediata em que se situa a produção do texto, as várias práticas sociais e as condições discursivas ao nível institucional e social que sejam relevantes para o seu contexto mais amplo. Este nível de análise considera questões tais como se o texto apoia um tipo particular de hegemonia discursiva ou uma prática social particular, ou se tem uma postura contra-hegemónica em relação a certas condições prevaletentes, se serve para reproduzir práticas sociais e discursivas, ou para manifestar impulsos transformativos.

No contexto da *prática discursiva*, o foco situa-se sobre três aspectos principais: (i) a forma como o texto foi produzido, incluindo a sua relação com outros textos, (ii) a sua distribuição ou disseminação e (iii) a forma como é recebido, lido, interpretado e utilizado pelos sujeitos participantes. A produção textual relaciona-se com questões acerca da *interdiscursividade* — os discursos a que o texto se afilia e a forma como são inter-relacionados — e da *intertextualidade* — a forma como outros textos são utilizados na construção do texto, e até que ponto o texto é abertamente dialógico ou tem uma postura mais monológica¹⁵⁴. A questão da distribuição do texto está relacionada com a forma como está inserido numa *cadeia intertextual* e como está articulado com os outros elementos desta cadeia (Fairclough, 2003). O aspecto da recepção e interpretação do texto, por sua vez, levanta questões da medida em que os leitores (tanto os do público-alvo, como outros) estão dispostos a subscreverem a *leitura preferida* do texto¹⁵⁵, assim como à forma como os leitores efectivamente respondem a um texto.

Considerando explicitamente aspectos relacionados com o *vocabulário*, *gramática*, *coesão* e *estrutura textual*, a análise do texto propriamente dito leva-nos para uma exploração das formas como os elementos textuais promovem determinados significados ao nível accional, representacional e identificacional, incluindo a forma como a leitura preferida de um texto

¹⁵⁴ Na consideração da intertextualidade, levantam-se questões como: existem referências a outras “vozes”, isto é, existe *intertextualidade explícita*? Quando aparecem outras vozes, como é que isso é feito? Estão presentes para serem atacadas ou criar contrastes, ou antes para reforçar o posicionamento proposto? O texto tem um carácter dialógico? Existe discurso indirecto? Quais são as opiniões de terceiros que se apresentam? Como se fundamenta a legitimidade de falar em nome de terceiros?

¹⁵⁵ A *leitura preferida* de um texto é um conceito proposto por Stuart Hall em 1980 para se referir àquilo que seria a leitura pretendida e expectável pelo autor, mas que pode, na prática, ser aceite, parcialmente aceite ou rejeitada pelo mesmo (Locke, 2004).

posiciona discursivamente os seus leitores. Como ilustrado pela Tabela 4.1, seguindo Halliday, Fairclough dividiu a sua abordagem analítica ao nível do texto em nove propriedades textuais¹⁵⁶.

| Propriedades da Análise Textual | | | |
|--|--|--|---|
| Vocabulário | Gramática | Coesão | Estrutura Textual |
| As palavras individuais e a sua dimensão semântica. - significado das palavras - fraseamento - metáfora | A forma como as palavras são organizadas em orações e frases. - modalidade - transitividade e tema | A forma como as orações e as frases são interligadas. - conectores e argumentação | As propriedades organizacionais de larga escala - controlo interaccional |
| — ethos — | | — polidez — | |

Tabela 4.1 – A organização da análise textual de Fairclough.

Fonte: Adaptado a partir de Locke (2004).

Com uma perspectiva mais alargada sobre a concepção da vida social a que a teoria do discurso de Fairclough se refere, voltamos agora aos conceitos de género, discurso e estilo, entendidos como as formas em que a semiose aparece nas práticas sociais ou, por outras palavras, como os elementos que se combinam para formar uma ordem de discurso em particular. Os estilos referem-se ao aspecto discursivo das formas particulares de ser, incluindo as formas particulares de um sujeito interagir semioticamente. Estas formas incluem um grande número de aspectos da identidade pessoal, como a linguagem corporal, a forma de vestir, os recursos culturais acumulados, assim como os múltiplos modos de falar e escrever através de todas as variáveis da expressão linguística. Estes aspectos combinam-se de forma complexa (e variável conforme o contexto das práticas e eventos sociais em que se realizam), resultando nos modos como as pessoas se identificam e são identificadas por outros. No sentido em que os processos de identificação resultam em parte dos efeitos constitutivos da linguagem, os discursos e os estilos encontram-se numa relação dialéctica em que os primeiros são inculcados em identidades. Tal como os géneros e os discursos, os estilos podem ser identificados em níveis distintos de abstracção, relacionados com a forma como as diferentes identidades situadas dos sujeitos são estruturadas e se relacionam com a dimensão da personalidade.

O conceito de discurso, já introduzido na secção 4.1.3, pode ser agora mais especificamente entendido, no âmbito da teoria de Fairclough, como dizendo respeito às representações que os actores sociais produzem de outras práticas sociais, assim como reflexivamente da própria prática em que estão envolvidos. Dá-se, assim, um processo de *recontextualização* de outras práticas, ou seja, os actores incorporam-nas na sua própria prática, representando-as de forma diferente consoante o seu próprio posicionamento na prática e evento social em questão (i.e., consoante as suas identidades situadas). A representação é assim um processo de construção social de práticas, incluindo a auto-construção reflexiva. Dialecticamente, as representações penetram e moldam os processos e as práticas sociais. Os discursos podem ser identificados a vários níveis de abstracção, podendo certos discursos mais abrangentes ser interpretados como uma articulação de discursos

¹⁵⁶ Ao que eram originalmente sete propriedades, Fairclough adicionou *ethos* e *polidez* que, não sendo enquadráveis por nenhuma destas quatro áreas textuais, dizem respeito à globalidade do texto. Para uma descrição pormenorizada de cada uma destas propriedades textuais, ver Fairclough (1992).

mais concretos. No contexto da análise textual, podem ser caracterizados através da identificação dos principais “temas” (os elementos da realidade que aparecem representados) e da identificação da perspectiva particular a partir da qual são representados. O conceito de género, que abordamos com mais detalhe na secção seguinte, refere-se ao uso particular da linguagem ao exercer-se uma determinada actividade.

4.1.6 O conceito de *género* na abordagem de Fairclough

Segundo Bakhtin, embora qualquer texto seja necessariamente formado pelos repertórios de géneros que se encontram socialmente disponíveis, um texto pode misturar criativamente diferentes géneros. Esta característica está fortemente relacionada com as noções de interdiscursividade e dialogicidade, uma vez que os sujeitos produzem textos de forma retrospectiva e antecipativa, i.e., interagem de diversas formas com outros textos já existentes e com aqueles que se lhes hão-de seguir. Hasan, colega de Halliday, definiu género como simplesmente a “expressão verbal” de uma configuração textual. Géneros específicos (como por exemplo ensaios, relatórios, currículos, notas de imprensa, etc.) caracterizam-se pelo que Hasan chamou *estrutura genérica potencial*¹⁵⁷, que inclui os seus elementos obrigatórios — aqueles que têm que ocorrer para um determinado género ser reconhecido como tal —, e os seus elementos opcionais, aqueles que podem eventualmente ocorrer (Hasan, 1985 in Eggins, 1994). Assim, cada género oferece-nos um potencial para variabilidade estrutural que, no entanto, é necessariamente contido por certos limites de forma a manter-se reconhecível e funcional¹⁵⁸. Sendo possível dizer que inter(agir) nunca é apenas discurso, mas que frequentemente é sobretudo discurso, o conceito de género é definido por Fairclough como o «aspecto especificamente discursivo de formas de agir e de interagir no curso de eventos sociais» (2003, p. 63). Procedemos, nos parágrafos seguintes, a clarificar a sua concepção de género, a qual viremos posteriormente a instrumentalizar¹⁵⁹.

Na perspectiva deste autor, os géneros variam consideravelmente quanto ao grau de estabilização, rigidez e homogeneização¹⁶⁰. A evolução de géneros surge através da sua hibridização que, por sua vez, é proporcionada pelas transformações sociais que implicam mudança nas formas como as práticas sociais se interligam e como, através delas, se (inter)age. Assim, deste ponto de vista, não é possível dizer que um texto se encontra “num” determinado género, mas sim que envolve uma combinação de diferentes géneros, proporcionada por um evento ou prática social em particular. Outro aspecto importante é a ausência de uma terminologia estabelecida para

¹⁵⁷ Em oposição ao que a mesma autora designa por *estrutura genérica efectiva* de um texto (Eggins, 1994).

¹⁵⁸ Por outro lado, os teóricos da nova tradição retórica tendem para definições de género que dão mais prioridade às semelhanças do *contexto da situação* (usando o termo de Halliday) do que ao texto enquanto “artefacto” com as suas formas particulares de expressão verbal (como Bakhtin e Hasan). Freedman Medway e Kress, por exemplo, definem géneros como formas típicas de interacção retórica em situações recorrentes, considerando que é a estabilidade e a repetição de uma situação social que leva à convencionalidade nas formas textuais (Locke, 2004).

¹⁵⁹ Salvo quando explicitamente assinalado, as considerações que sintetizamos em baixo provêm da mais recente formulação de Fairclough acerca destes aspectos (2003).

¹⁶⁰ Alguns, como por exemplo determinados tipos de legislação ou outros tipos de documentos institucionais, são tão bem definidos ao ponto de serem quase ritualizados, enquanto outros, como certos tipos de anúncios publicitários, são muito variáveis e em constante renovação. São também muito variáveis quanto às escalas em que operam, podendo ir da esfera mais local à global.

gêneros, sendo que mesmo aqueles com nomes mais estáveis podem referir-se a gêneros efectivamente diferentes em função das esferas sociais específicas a que se associam (Fairclough, 2003).

Os gêneros, tal como os discursos e os estilos, podem ser definidos a vários níveis de abstracção. Na sua forma mais abstracta, as categorias de gêneros transcendem redes de práticas sociais particulares. Fairclough adoptou o termo *pré-gêneros*, proposto por Swales (1990 *in* Fairclough, 2003), para se referir a categorias gerais como *Narrativa*, *Argumentação*, *Descrição* e *Conversação*. Qualquer um destes pré-gêneros pode ocorrer numa variedade muito grande de categorias mais específicas, podendo ser vistos como famílias de muitos outros gêneros mais específicos¹⁶¹. A um nível mais concreto, no entanto, continuamos a observar gêneros que atravessam diferentes práticas sociais, como por exemplo o género da entrevista ou o relatório. Fairclough relaciona a hibridização e a formação de novos gêneros com a teoria de Giddens relativa aos processos de “desencaixe” de elementos da vida social provenientes de uma determinada esfera social específica, que se tornam disponíveis para migrar para outras esferas¹⁶² (Giddens, 1991 *in* Fairclough, 2003). A este tipo de gêneros Fairclough chama *gêneros desencaixados*. A um nível mais específico ainda, temos o conceito de *gêneros situados*, que se referem a gêneros que estão associados a práticas sociais específicas. Assim, diferentes gêneros podem co-existir de várias formas no âmbito de interacções específicas, seja variando no grau de especificidade através de escalas de abstracção, seja no grau de hibridização entre gêneros associados a redes particulares de práticas sociais. Esta hibridização pode ocorrer de forma mais misturada ou estruturada e, simultaneamente, ocorrer de forma hierarquizada. Dependendo dos objectivos funcionais de um determinado texto, um *género principal* pode ocupar uma posição dominante mas, ao mesmo tempo, “conter” outros *sub-gêneros*, os quais poderão estar a desempenhar funções importantes para a estrutura genérica e funcional do género principal. Segundo Fairclough (2003), faz especialmente sentido considerar gêneros em termos da actividade social que desempenham, das relações sociais que estabelecem e dos meios de comunicação de que dependem (ver secção 6.2).

4.1.7 Representação, narrativa e argumentação no contexto da ACD

Defendemos, na secção 3.2, a importância que a dimensão narrativa tem para a nossa perspectiva de investigação. Apesar de subscrevermos a importância dada ao conceito de narrativa por autores como Ricouer (1991), Bruner (1991) e Fisher (1987)¹⁶³, sentimos dificuldade em torná-lo analiticamente operacionalizável para o nosso contexto analítico. Procurámos recorrer a abordagens estruturalistas à narrativa, nomeadamente através da narratologia (Bal, 1999) ou da

¹⁶¹ Por exemplo, os contos infantis, um romance, um relatório, uma confissão criminal, uma notícia jornalística, etc., são todas manifestações possíveis do pré-género narrativo.

¹⁶² Este processo, que para Giddens é uma importante característica da *globalização*, é associado por Fairclough à dinâmica de disseminação e desenvolvimento dos gêneros, os quais, depois de se “desencaixarem” das práticas sociais onde originaram, tornam-se uma espécie de *tecnologia social*, disponíveis para serem apropriados por outros campos e escalas da vida social (por exemplo, da escala local para a global).

¹⁶³ E Cronon, O’Neill, Holland e Light relativamente à esfera ambiental (ver Cronon, 1996; O’Neill *et al.*, 2008 e secção 3.2.2).

sócio-linguística (Labov e Waletzky, 1967), que pudessem ser aplicáveis ao elevado número e diversidade dos textos enviados pelos participantes das consultas. Porém, as narrativas que se encontram nos pareceres não são nem do tipo mais elaborado dos textos literários (onde são mais facilmente aplicáveis modelos estruturalistas como os de Bremond, Greimas e Hymes), nem do tipo de narrativa oral (sobretudo centradas em episódios da experiência pessoal) ao qual se tem tentado aplicar o esquema laboviano (ver Bamberg, 1997; Toolan, 2002). Tais modelos revelam-se excessivamente rígidos para serem aplicáveis transversalmente ao *corpus* de forma a que nos pareça relevante para os nossos interesses e objecto de estudo¹⁶⁴.

Por outro lado, os pareceres enviados nas consultas no âmbito da avaliação ambiental pertencem, em geral, ao pré-género da argumentação e não ao da narrativa. Como descrito na secção 6.2, os segmentos de carácter mais narrativo e descritivo servem funcionalmente a argumentação, o pré-género principal. Já referido no capítulo anterior, Fisher foi um autor particularmente relevante para a articulação entre a dimensão narrativa e a argumentação, defendendo, a partir de um *paradigma narrativo de racionalidade*, que todas as formas de comunicação humana podem ser interpretadas como estórias (Fisher, 1987; 1989; 1994). A validade destas estórias é medida segundo dois critérios: a *coerência narrativa*, que corresponde à forma de o interlocutor determinar se a estória apresenta coerência e faz sentido, e a *fidelidade narrativa*, em que o interlocutor verifica se a estória corresponde às suas próprias experiências e crenças, retratando o mundo de uma forma que lhe seja convincente. Se já desde Toulmin existia um vasto corpo teórico que se vinha progressivamente a afastar de uma visão descritiva e normativa da argumentação estritamente associada à sua validade lógica¹⁶⁵ (ver van Eemeren *et al.*, 1996), com Fisher a dimensão narrativa torna-se relevante para a própria avaliação de razões e argumentos.

No entanto, os aspectos relacionados com a validade argumentativa têm sobretudo a ver com a dimensão da recepção textual (secção 4.1.5). Apesar de atendermos à forma geral como os argumentos são desenvolvidos nos pareceres das consultas consideradas, não se pretende averiguar a validade dos argumentos apresentados nem fazer uma análise retórico-argumentativa¹⁶⁶. De facto, a nossa atenção prende-se sobretudo com a dimensão representacional do seu conteúdo, nomeadamente em relação a questões com implicações sobre os espaços naturais onde se desenrola

¹⁶⁴ Além disso, a própria perspectiva de Bal é que a análise narratológica deve considerar a narrativa como um modo discursivo que afecta os objectos semióticos em graus diferentes e, consequentemente, a sua análise deve ser selectiva e circunscrever-se às características narrativas que se afiguram relevantes ou pertinentes. Não existe, portanto, uma relação lógica directa entre classificar e compreender textos, dado que a compreensão é holística e integral (Bal, 1999).

¹⁶⁵ Para Toulmin, uma argumentação sólida, isto é, uma argumentação que contenha argumentos que possam ser considerados válidos de forma geral, implica ser conduzida de acordo com um procedimento formalmente válido e, ao mesmo tempo, conformar-se com as condições específicas de “solidez” do respectivo assunto ou campo. Por outras palavras, a própria noção de validade depende directamente dos contextos em que os argumentos são usados. A lógica epistemológica proposta por Toulmin ambiciona estudar as estruturas argumentativas de vários campos sociais de forma a se ganhar conhecimento dos elementos que lhes são característicos (Toulmin, 1958).

¹⁶⁶ Mais especificamente, não se pretende avaliar argumentos nem de um ponto de vista externo (de acordo com perspectivas normativas), nem de um ponto de vista interno, no âmbito da interacção comunicativa que se estabelece entre os autores e os leitores dos pareceres (através, por exemplo, da medição do grau de aceitação com que as argumentações foram encaradas). No entanto, consideramos que tal investigação seria relevante (ver secção 8.2.2).

a implementação da RN2000 no contexto da Ria de Aveiro. Assim, visto não fazer sentido aplicar modelos estruturalistas em que os aspectos formais iriam marginalizar os aspectos representacionais, a solução passou por conscientemente flexibilizar o uso concreto de termos como representação e narrativa e não tentar abordar a vertente argumentativa de uma perspectiva técnica. Importa no entanto fazer algum enquadramento acerca destes termos para desambiguar a forma como são aqui empregues.

Apesar de não aplicarmos nenhum modelo específico sobre elementos narrativos, parece-nos útil mencionar alguns aspectos da abordagem narratológica de Mieke Bal para posicionar a nossa perspectiva (1999). Sobretudo na secção 6.5.2, a consideração de narrativas que propomos consiste na extracção de *estórias*. Segundo Bal, uma estória corresponde a uma *fábula* apresentada de uma forma particular. A fábula corresponde a uma série de *eventos* logicamente e cronologicamente relacionados que são causados ou experienciados por *actores*. Um evento constitui a transição de um estado para outro, enquanto os actores são agentes que executam acções, não sendo necessariamente humanos. Os elementos da fábula (eventos, actores, tempo, lugar) são organizados de certa forma na estória. Neste processo, os actores são “caracterizados” e transformados em personagens, os lugares transformam-se em espaços específicos, e formam-se outras relações entre os elementos da fábula para além da causalidade, incluindo relações simbólicas e atribuição de significados específicos e circunstanciais.

Um texto narrativo não consiste só em narração, existindo partes que podem ser classificadas como “descritivas” ou “argumentativas”¹⁶⁷. A identidade, o grau e a forma em que a pessoa do narrador se manifesta através das suas escolhas textuais é o que dá ao texto o seu carácter específico¹⁶⁸. Assim, a fábula é “tratada” ou “manipulada” através da estória, dado que sempre que os eventos são apresentados, são apresentados a partir de um certo “ângulo”, de uma certa visão. Confrontados com uma visão sobre a fábula, as preocupações da ACD levam a querer saber como é esta visão, de onde vem e para que serve num determinado contexto social. Para a relação entre a visão e aquilo que é visto, percebido, Bal propõe o termo *focalização*, que não deve ser confundido com o de *narração*, como o mais importante, mais penetrante e mais subtil meio de manipulação da fábula¹⁶⁹.

Quanto ao termo “representação”, é usado por nós neste contexto concreto em dois sentidos diferentes. Uma representação refere-se à forma como determinados aspectos da realidade são “re-apresentados” por um sujeito a si próprio e aos outros através do discurso. Neste sentido, quando falamos de representações, referimo-nos à representação de elementos isolados, concebidos de um ponto de vista mais estático. Porém, de um ponto de vista dinâmico, que abrange o passado, o

¹⁶⁷ Especificamente acerca dos critérios que Bal propõe para classificar um texto ou um segmento como narrativo, ver p. 9 de Bal (1999). Como é tão difícil distinguir entre opiniões e factos, Bal considera razoável considerar argumentativa qualquer declaração que se refere a algo do conhecimento geral no exterior da fábula. Não só as partes argumentativas do texto, mas também as descritivas e as narrativas comunicam ideologia. Porém, em alguns casos, é possível extrair estórias “implícitas” de segmentos primariamente argumentativos ou descritivos.

¹⁶⁸ No caso específico dos pareceres que compõem o nosso *corpus*, é possível fazer corresponder a noção de narrador à de *autor implícito* ou simplesmente *sujeito do parecer*.

¹⁶⁹ Obrigatoriamente, a percepção depende de tantos factores (biográficos, atitudinais, psicológicos, motivacionais, experiência e conhecimento prévio) que qualquer noção de “objectividade” deve ser sempre entendida em termos relativos. Assim, dado que a narrativa não tem valores inerentes, na argumentação a estória serve uma função de persuasão, variação, ou de distração (Bal, 1999).

presente e o futuro destes elementos, a visão sobre os mesmos adquire uma dimensão narrativa quando lhes é atribuída uma configuração ou organização temporal e lógica. Assim, a uma escala maior, podemos conceber toda uma história ou narrativa como constituindo também uma representação, embora mais dinâmica, complexa e profunda. Representação e narrativa são, portanto, conceitos indissociáveis, em constante relação dialéctica. Ou seja, a narrativa consiste, no sentido que lhe damos neste contexto, numa representação dinâmica de um determinado conjunto de representações, as quais podem apresentar variações dentro da mesma narrativa ou entre diferentes narrativas. A um nível interdiscursivo, a confluência de diferentes narrativas ou de variações representacionais nas várias arenas possíveis da esfera pública (como as consultas relativas aos procedimentos de avaliação ambiental) contribuí para a construção de discursos colectivos sobre estes espaços¹⁷⁰.

Por último, seguimos a definição de *argumentação* proposta por van Eemeren e colegas (1996):

«A argumentação é uma actividade verbal e social da razão direccionada a aumentar (ou diminuir) a aceitabilidade de uma posição controversa para o ouvinte ou leitor, através da apresentação de uma constelação de proposições cujo objectivo é justificar (ou refutar) a posição perante um juiz racional.» (van Eemeren *et al.*, 1996, p. 5)

As constelações de proposições a que esta definição se refere são constituídas, por sua vez, por determinadas representações da realidade. Estas correspondem a diferentes discursos e, ao mesmo tempo, a entendimentos tipicamente narrativos da realidade física, social e pessoal.

4.1.8 Limites à abordagem adoptada e algumas respostas

Ao longo da sua existência, a ACD tem sofrido várias críticas que manifestam preocupação com noções de objectividade e de boa prática científica. Por exemplo, Schegloff (1997) e Hammersley (1997) questionaram o potencial de enviesamento de abordagens críticas e políticas ao discurso, enquanto Widdowson (1998) e Toolan (1997) acusaram a ACD de ser pouco crítica relativamente às suas próprias práticas discursivas¹⁷¹. Como referido na secção 4.1.4, Fairclough tem apresentado a ACD não como um método, mas como um conjunto de recomendações analíticas que podem ser usadas com flexibilidade, e cujos resultados nunca podem ser objectivos. A investigação social é sempre movida por interesses particulares, resulta de uma determinada perspectiva e oferece *insights* que são sempre parciais, incompletos e provisórios. No entanto, críticas como as referidas têm apontado para a necessidade de uma maior explicitação das bases teóricas e normativas deste tipo de abordagem. O presente capítulo e o anterior procuram, respectivamente, responder a estas preocupações.

Por outro lado, este tipo de crítica não tem considerado adequadamente a concepção particular de interpretação adoptada pela ACD, baseada na distinção entre *entendimento* e *explicação*. Diferentes entendimentos de um texto resultam de uma combinação das propriedades textuais e dos *recursos discursivos* (posicionamento social, conhecimentos, valores, experiência,

¹⁷⁰ Com importantes ligações com este aspecto, ver secção 3.3.2 sobre o conceito de *convergência narrativa*.

¹⁷¹ Ver ainda Tyrwhitt-Drake (2005) para uma revisão bibliográfica das principais críticas à ACD.

etc.) do intérprete¹⁷². Uma explicação re-descreve propriedades de um texto (onde é possível encontrar vários entendimentos possíveis, incluindo o do analista) ao recorrer a um determinado enquadramento teórico para localizar o texto na prática social, que envolve tornar visíveis categorias previamente invisíveis. Embora a ACD não advogue um determinado entendimento de um texto, pode defender uma explicação em particular¹⁷³ (Chouliaraki e Fairclough, 1999).

Por outro lado, uma explicação necessita encontrar-se ancorada numa cuidadosa articulação entre texto e contexto. De facto, «[n]enhuma prática discursiva pode ser interpretada sem referência ao seu contexto» (Fairclough, 1995, p. 87). Em geral, sendo essencial para interpretar a informação textual, quanto mais informação contextual, melhor para a análise. Neste sentido, várias componentes da presente dissertação procuram fazer um enquadramento contextual adequado¹⁷⁴ (relativamente a aspectos específicos da forma como tratamos o contexto, ver a secção 4.2.4).

No âmbito desta dissertação, fazemos uma aplicação muito selectiva do corpo teórico delineado nas secções anteriores. Uma vez que o nosso propósito é sobretudo o de documentar, registar e tornar visível uma determinada configuração representacional, não enfatizamos a dimensão da produção nem da recepção, e tampouco procuramos necessariamente penetrar na opacidade dos textos no sentido revelatório tipicamente atribuído a este tipo de abordagem crítica. Com vista a fundamentar algumas opções metodológicas de forma mais distanciada, recorreremos também à *linguística de corpus*, a qual permite abordar extensos volumes de texto de forma mais quantitativa, mas facilmente combinável com análises qualitativas (Baker, 2006). Ao longo das próximas secções, descreveremos em detalhe a estruturação e critérios que orientaram a nossa abordagem metodológica.

4.2 Descrição metodológica da abordagem adoptada

4.2.1 Construção da investigação: da *Rede Natura 2000* ao objecto de análise e vice-versa

A investigação partiu da vontade de explorar como é que a implementação da RN2000 está a afectar os processos decisórios ao nível local. Devido ao lugar que o discurso ocupa na realidade social e, consequentemente, física (ver secções 3.2.1 e 4.1.5), a dimensão discursiva é absolutamente central para qualquer processo de tomada de decisão. Como toda a realidade social,

¹⁷² Aquilo que nesta dissertação chamamos *recursos discursivos* do sujeito constitui uma adaptação daquilo que Fairclough designa por *Members' Resources*. Embora este sujeito, detentor de recursos discursivos, possa referir-se tanto ao produtor textual como ao seu intérprete, Fairclough tende a referir-se mais à sua relevância para a dimensão da interpretação. No âmbito desta tese, pelo contrário, referimo-nos sobretudo ao produtor textual e à putativa forma como tais recursos poderão ter influenciado certas escolhas textuais (ver secção 6.2). Acerca do conceito de *Members' Resources*, ver sobretudo o capítulo 6 de Fairclough (1989).

¹⁷³ Evidentemente, podem existir explicações alternativas que, no entanto, têm igualmente que se basear em argumentações no âmbito da teoria e da *praxis*, em que as explicações podem ser testadas em relação ao seu valor epistémico em acção (traduzido em capacidade explicativa e em capacidade efectiva para melhorar a prática social). Ver a discussão acerca do relativismo no capítulo 2 de Chouliaraki e Fairclough (1999). De modo a permitir que as análises (e explicações) propostas estejam disponíveis para contestação, constituiu uma preocupação nossa disponibilizar todos os principais materiais analisados, incluindo a integridade do *corpus* utilizado.

¹⁷⁴ No entanto, é necessário ter em conta a impossibilidade real de levar em conta “toda” a informação contextual disponível. De facto, onde se devem situar as fronteiras para o que se considera fazer parte do contexto relevante de um texto?

as próprias alternativas para qualquer decisão individual ou colectiva só se podem enquadrar através do discurso, o qual não só representa o mundo como também o constitui e constrói (ver secção 4.1.3 e seguintes). No Capítulo III, argumentámos que diferentes posicionamentos perante decisões com implicações territoriais têm uma relação dialéctica com as formas como determinados espaços e ambientes são representados. Uma vez que uma das maiores dificuldades da implementação da RN2000 têm a ver com a complexa articulação de interesses e actividades, defendemos a importância de abordar a RN2000 através do discurso de forma a justamente explorar diferenças representacionais que estejam a constituir um obstáculo para a sua governação ambiental.

Dado que os procedimentos de consulta pública constituem componentes da esfera pública particularmente abertas para posicionamentos com diversos tipos de proveniência, o conteúdo das participações escritas enviadas pelos participantes pareceu-nos uma fonte de textos particularmente férteis para a exploração da diferença. Adicionalmente, apesar do ideal de participação geralmente defendido para melhorar efectivamente a governação ambiental ser mais ambicioso do que os tipos de processos participativos que têm sido efectivamente adoptados (ver secção 3.1), a crescente ênfase em melhorar a tomada de decisão pública através da dimensão da *inclusão* parece-nos também uma razão importante para abordar a RN2000 através da participação pública.

Ao mesmo tempo, uma das esferas importantes para a tomada de decisão pública em matéria de governação ambiental é a aplicação de procedimentos de avaliação ambiental, uma componente essencial para a aprovação de projectos e, mais recentemente, programas ou planos — elementos que têm particular relevância ambiental no âmbito de áreas RN2000 (ver secções 2.2 e 3.4.1). Além disso, no caso da AIA e da AAE, as respectivas componentes de consulta pública constituem uma das escassas oportunidades de participação pública na governação ambiental em Portugal. Estas diferentes razões fizeram com que optássemos por procurar conduzir uma exploração discursiva relevante para a RN2000 através da componente de consulta de procedimentos de avaliação ambiental. Pelas razões apresentadas na secção 4.2.3.a, optámos por explorar o caso da Ria de Aveiro. Desta exploração, espera-se uma primeira abordagem à dimensão discursiva da governação ambiental deste território que, sobretudo enquanto ponto de partida para futuras investigações, possa dar origem a melhoramentos nas práticas sociais que a constituem.

Com estes objectivos em mente, seleccionamos seis processos de avaliação ambiental (ver secção 4.2.3.b) e construímos um acervo de textos (i.e. um *corpus*) a partir dos pareceres enviados no âmbito das respectivas consultas (ver secção 4.2.3.c), o qual constituiu o nosso material empírico para a análise. À medida que o fomos explorando, fomos afunilando os nossos interesses mais específicos e desenvolvendo estratégias concretas para os abordar, reconhecendo a importância de adaptar as metodologias de análise em função dos seus objectos. A necessidade de adaptação reflexiva é uma importante característica da análise de discurso, a qual, em vez de se tratar de um processo linear, se traduz num constante movimento de avanço e recuo (Wood e Kroger, 2000)¹⁷⁵. Assim, a linearidade que se procurou criar na apresentação da análise nos

¹⁷⁵ Estes autores recorrem à metáfora da construção de um “andaime” para ilustrar o processo de construção de uma análise de discurso. Esta envolve frequentemente trabalhar preliminarmente sobre um ponto, avançar para outros, para depois voltar a abordar os anteriores à luz daquilo que entretanto foi considerado: «A natureza recursiva ou iterativa da análise em parte reflecte como é que significados a níveis diferentes são

Capítulos VI e VII destina-se a facilitar a sua comunicação, mas não corresponde de forma directa ao próprio desenvolvimento da análise.

4.2.2 Considerações analíticas gerais

«Décadas de especializações no campo [da análise discursiva] têm “descoberto” muitas centenas, senão milhares, de unidades, níveis, dimensões, movimentações, estratégias, tipos de actos, mecanismos e outras estruturas de discurso relevantes. Podemos ter níveis e estruturas paraverbais, visuais, fonológicas, sintácticas, semânticas, estilísticas, retóricas, pragmáticas e interaccionais. Isto significa que, em qualquer sentido prático, não existe algo a que se possa chamar uma análise de discurso “completa”.» (van Dijk, 2000 p. 98-99)

Dada a imensa diversidade de perspectivas com que um texto pode ser considerado, existe a necessidade de se fazer uma selecção cuidadosa em função daquilo que se pretende investigar. Neste sentido, deve-se ter em conta como é que a própria análise constrói o seu objecto, uma vez que é através das formas de atenção promovidas pela análise discursiva que os fenómenos em questão podem ser reconhecidos como padrões isolados.

Ao mesmo tempo, é importante notar que as potencialidades de análise de um *corpus* como o que foi constituído podem ser apenas a floradas nesta abordagem preliminar. De facto, como sugerido na secção 8.2, tanto a análise proposta como a própria constituição do seu objecto abrem caminho para várias outras possibilidades de investigação. Algumas destas estarão directamente relacionadas com a temática em questão, outras poderão seguir linhas bem diferentes para outros campos de investigação em torno da realidade social da Ria de Aveiro. No âmbito desta tese em particular, pretende-se somente explorar determinados aspectos em função da agenda programática delineada no Capítulo III. Importa também reconhecer que o cumprimento do potencial (teórico) que atribuímos às abordagens críticas ao discurso neste âmbito de aplicação — nomeadamente a governação ambiental de territórios com habitats semi-naturais onde é necessário harmonizar a presença humana com determinados objectivos de conservação e preservação — depende de um aprofundamento e alargamento da investigação que não está ao alcance da presente dissertação.

Como referido, a aplicação da ACD deve, nos termos de Fairclough, ser idealmente um empreendimento transdisciplinar de forma a proporcionar uma compreensão adequada da tridimensionalidade do problema e dos fenómenos em causa, isto é, através de uma análise da (i) prática social, da (ii) prática discursiva, e dos (iii) textos propriamente ditos. Assim, o âmbito da análise abrangeria, idealmente, as propriedades dos textos, a sua produção, distribuição e consumo (incluindo os processos sócio-cognitivos de produção e interpretação textual), as práticas sociais ao nível institucional e a sua associação a relações de poder e ainda as dinâmicas discursivas a várias escalas. De facto, seria necessário estabelecer elos entre as diversas cadeias de textos e práticas discursivas (que estruturam a ordem do discurso) relacionadas com as várias práticas sociais (que estruturam a ordem social), incluindo os textos provenientes dos média, das administrações e das instituições responsáveis pela produção do(s) discurso(s) científico(s). Por outras palavras, uma análise discursiva deste tipo careceria de um projecto e uma equipa de investigação genuinamente multidisciplinar, capaz de articular transversalmente contributos de várias teorias das ciências

mutuamente determinados (ou indeterminados). A análise mantém-se provisória até uma fase relativamente tardia (embora seja, em última análise, sempre provisória)» (Wood e Kroger, 2000, pp. 96-97).

sociais (tais como a Sociologia, a Ciência Política, o Direito, a Psicologia Social, a Geografia Humana, a História, etc.) com as ramificações da ordem social de um território como a Ria de Aveiro. Já fora do âmbito de investigação, mas central para o cabal cumprimento dos seus objectivos directos, seria necessário que os respectivos ganhos epistémicos fossem reflexivamente introduzidos em formas de diálogo da esfera pública que possam afectar políticas públicas e promover a mudança social (Chouliaraki e Fairclough, 1999). À inexistência de tais condições, acresce ainda a enorme carência de estudos de carácter sociológico ou discursivo acerca da região que abrange o ecossistema da Ria de Aveiro que, caso existissem, poderiam servir de base complementar à investigação.

Não obstante as dificuldades inerentes a um projecto de investigação individual desta natureza, pretendemos contribuir para uma primeira tentativa de mapeamento e exploração de aspectos representacionais relevantes, lançando, a partir da identificação de notáveis tensões ao nível discursivo, um conjunto de questões que possam constituir um ponto de partida para futuras investigações.

4.2.3 Construção do objecto de análise

a) O estudo-de-caso

Poderia, à primeira vista, parecer que a investigação proposta se debruça sobre seis estudos-de-caso separados. Não é o caso. Apesar do nosso objecto de análise se desdobrar em seis processos de avaliação ambiental, não os consideramos como um conjunto de estudos-de-caso separados. De facto, o estudo-de-caso da presente investigação é a Ria de Aveiro e, em termos mais concretos, o seu espaço discursivo¹⁷⁶.

Os seis processos de avaliação ambiental constituem instanciações da mesma prática discursiva, isto é, a realização de consultas enquanto componentes obrigatórias dos procedimentos de avaliação ambiental AIA e AAE. O contexto situacional é, portanto, fundamentalmente o mesmo, apesar das flutuações circunstanciais associadas ao espaçamento temporal, à natureza específica de cada um dos projectos submetidos a avaliação ambiental, e ainda ao facto de estarem em jogo dois procedimentos de avaliação ambiental distintos¹⁷⁷. Poderíamos, de facto, conceber metaforicamente cada um dos processos como uma janela diferente sobre o mesmo espaço discursivo. Por estas razões, foi constituído apenas um *corpus*, que é tratado como um todo, apesar de os textos que o compõem terem proveniências discrimináveis.

Quanto à selecção do caso da Ria de Aveiro em particular, existem, por um lado, razões orgânicas que emprestam sentido especial para que o trabalho desenvolvido na Universidade de Aveiro se debruce sobre o imenso laboratório sócio-físico que a Ria proporciona. De facto, a exploração deste ecossistema tem estado associada à própria evolução e crescimento desta instituição académica, constituindo esta simbiose uma tradição que pretendemos honrar e dar continuidade. Primariamente, no entanto, este sistema lagunar costeiro detém especificidades que

¹⁷⁶ Mais especificamente ainda, o espaço discursivo da Ria de Aveiro relativamente a matérias de governação ambiental na sua dimensão accional, representacional e identificacional (ver secção 4.1.5).

¹⁷⁷ Ver secções 2.2 e 3.4.1 e ainda os Anexos 1 e 3.

se traduzem em atributos que o elevam ao estatuto de *estudo-de-caso paradigmático* (Flyvbjerg, 2001).

Segundo Flyvbjerg, um caso paradigmático pode ser definido como um caso em que se destacam, de forma particularmente marcada, características mais gerais da sociedade em causa. O objectivo de se seleccionar um caso paradigmático prende-se com o desenvolvimento de uma metáfora para o domínio que se pretende explorar¹⁷⁸ (2001, p. 80). Acreditamos que a Ria de Aveiro se trata de um caso paradigmático das dificuldades da governação ambiental de ecossistemas e habitats semi-naturais em dois sentidos, por um lado devido à altíssima complexidade associada aos seus sistemas ecológicos assentes numa hidrodinâmica lagunar e costeira sob forte influência humana e, por outro, devido à própria fragmentação governativa e administrativa deste território, dividido em 10 municípios e sob a tutela de várias entidades com responsabilidades espaciais. Além da sua função contextualizante, a descrição que fazemos de algumas das principais características do território da Ria de Aveiro na secção 5.1 pretende destacar os aspectos que subjazem a este carácter paradigmático.

b) A selecção dos processos

O nosso acervo é um *corpus especializado* devido a duas razões¹⁷⁹. A primeira é que provém de um *arquivo* específico (Baker, 2006), isto é, o repositório dos processos relativos aos procedimentos de avaliação ambiental do centro de documentação da Agência Portuguesa do Ambiente. Além da sua proveniência, o *corpus* é também especializado no sentido em que a selecção dos processos passou por vários critérios, a saber, a sua localização geográfica (a região da Ria de Aveiro), a sua data (foram apenas considerados processos entre o ano de 2000 e o presente) e a abundância de referências a aspectos relacionados com a RN2000. A variedade da quantidade e do perfil da participação de cada processo, assim como das diferentes especificidades de cada projecto sob avaliação ambiental, também contribuiu para que estes casos constituíssem um conjunto promissor para a exploração discursiva pretendida.

A selecção dos textos deu-se em dois eixos. Por um lado, ao nível da selecção dos processos, e por outro, ao nível da tipologia de textos (ver secção 4.2.3.c). A selecção dos casos em consideração foi feita da seguinte forma. Primeiro procedeu-se à consulta dos registos da Agência Portuguesa do Ambiente, tendo-se considerado todos os projectos nos municípios que partilham a Ria de Aveiro que foram submetidos a AIA a partir do ano de 2000. Destes, identificou-se um conjunto de processos AIA que se afiguraram com maior probabilidade de atrair argumentações relacionadas com a designação da Ria de Aveiro enquanto ZPE, sobretudo em função da tipologia dos projectos e da potencial incidência de impactes ambientais sobre os sistemas ecológicos da Ria. Estes aparecem elencados na Tabela 4.2, em que se destacam a negrito os processos efectivamente seleccionados para integrar o *corpus*.

¹⁷⁸ Frequentemente, não é possível determinar *a priori* se um determinado caso é paradigmático ou não, podendo isso ser apenas confirmado através dos resultados do estudo e da própria recepção do mesmo na academia e, idealmente, na própria esfera pública (Flyvbjerg, 2001, p. 81).

¹⁷⁹ O conceito de *corpus especializado* contrasta com o de *corpus de referência*, constituído por textos de origem muito diversa e que pretende ser representativo do uso de uma língua através de vários tipos de géneros e contextos situacionais (Baker, 2006).

| Lista de processos preliminarmente considerados | |
|---|--|
| AIA | |
| 1. | “Projecto de Desenvolvimento Agrícola do Vouga Lagunar” (AIA 792) — (04-01-2002, FC) |
| 2. | “Requalificação da Pista de Remo de Aveiro” (AIA 914) — (14-10-2003, FC) |
| 3. | “IC 1 - Lanço Angeja/Maceda” (AIA 738) — (10-08-2001, FC) |
| 4. | “Campo de Golfe do Parque Desportivo de Aveiro” (AIA 925) — (08-01-2003, FC) |
| 5. | “Marina da Barra - Ílhavo” (AIA 1031) — (23-12-2003, DF) |
| 6. | “Terminal de Armazenagem de Produtos Petrolíferos, Gasolinas, Gasóleos e GPL no Porto de Aveiro” (AIA 1213) — (11-01-2005, FC) |
| 7. | “Ligação Ferroviária ao Porto de Aveiro — Plataforma Multimodal de Cacia / Ramal Ferroviário de Acesso ao Porto de Aveiro e Feixes Ferroviários” (AIA 1381) — (30-11-2005, FC) |
| 8. | “Estabilização e Protecção dos Taludes Confinantes com a Ria de Aveiro” (AIA 1454) — (27-04-2006, FC). |
| 9. | “Intervenção na Zona da Barra de Aveiro com Dragagem e Reforço do Cordão Dunar” (AIA 1797) — (16-07-2008, FC) |
| 10. | “Eixo Rodoviário Aveiro – Águeda” (AIA 1948) — (30-01-2009, FC) |
| 11. | “Reconfiguração da Barra do Porto de Aveiro” (AIA 2082) — (25-09-2009, FC) |
| + | |
| AAE | |
| | “Plano Estratégico da Intervenção de Requalificação e Valorização da Ria de Aveiro / Programa Polis Litoral Ria de Aveiro” (AAE 283) — (04-11-2010) |
| Nota: FC= “Favorável Condicionado” / DF “Desfavorável” | |

Tabela 4.2 – Lista do primeiro conjunto de processos submetidos a avaliação ambiental com vista à constituição do *corpus*.

A última fase da selecção implicou uma leitura preliminar de todos estes processos, usando, como critério essencial, a existência de argumentação que fizesse referência à RN2000. O nosso interesse na utilização retórica e nas questões representacionais ligadas à designação das zonas RN2000, e na forma como estas se articulam com outras referências à conservação, justificou que apenas incluíssemos processos em que os participantes das consultas fizessem referência a esses elementos nos seus pareceres, partindo da assunção de que mais ocorrências relacionadas com a RN2000 se traduziriam num maior potencial dos textos para a exploração destes aspectos.

A inclusão da AAE do *Programa Polis Litoral Ria de Aveiro* surgiu por uma via diferente. As respectivas consultas coincidiram sensivelmente com o processo de selecção dos casos, sendo aparente, logo pela sessão pública de esclarecimento, que os pareceres submetidos incluíam aspectos de alta relevância para a governação ambiental da ZPE Ria de Aveiro. Esta impressão baseou-se sobretudo na abrangência das questões sob avaliação, na aparente confluência temática de aspectos que já nos vinham chamando a atenção na leitura dos processos AIA e ainda na diversidade da proveniência dos participantes.

No Anexo 3, encontram-se secções adicionais com informação descritiva acerca de cada um destes processos e dos respectivos projectos sob avaliação. Na secção 5.2, é apresentada uma síntese da argumentação dos diferentes intervenientes nas respectivas consultas, complementada pela reprodução integral dos *Relatórios de Consulta Pública* no Anexo 4 (em formato electrónico).

c) A construção do *corpus*

O projecto inicial para a construção do *corpus* era mais ambicioso do que a presente versão, pois incluía, além dos pareceres submetidos pelos participantes das consultas, também os *Relatórios de Consulta Pública* e as *Declarações de Impacte Ambiental* dos referidos processos (ver Anexo 1). A intenção original desta estruturação tripartida do *corpus* era poder comparar como é que determinadas representações transitam ou são apropriadas de uma tipologia para outra, por exemplo, que aspectos são incluídos ou excluídos nas sínteses do conteúdo dos pareceres apresentadas à Comissão de Avaliação através dos *Relatórios de Consulta Pública*¹⁸⁰, ou que argumentos levantados pelos participantes transitam para a justificação da decisão proposta pela *Declaração de Impacte Ambiental*. Com o afunilamento da investigação, tomou-se a opção de incluir na versão final do *corpus* apenas os pareceres submetidos, pois se só com estes já se constatava dificuldade em evitar que a investigação se tornasse excessivamente dispersa, a consideração de outras tipologias textuais tornar-se-ia inviável (ver secção 4.2.2)¹⁸¹.

Em geral, os pareceres incluídos no acervo não incluíram a consulta institucional (ver secção 2.2.3 e Anexo 1). Embora não exista uma separação estanque ao nível da tipologia dos participantes, através da consulta institucional do procedimento de AIA participam sobretudo órgãos da administração central com responsabilidades específicas relacionadas com os aspectos sob avaliação. Uma vez que não era desejável que o *corpus* se tornasse demasiado extenso, e que considerámos que os discursos ao nível local seriam mais relevantes, a nossa opção de incluir somente os contributos enviados no âmbito da consulta pública constituiu uma estratégia no sentido de diminuir o volume textual do *corpus* e de o fazer concentrar-se no que parecia mais essencial para os nossos objectivos¹⁸².

Neste âmbito, abriu-se uma excepção para a AAE do *Programa Polis Litoral*, em que se aglomerou a consulta institucional com a consulta pública propriamente dita. Esta opção teve a ver com o funcionamento distinto do próprio procedimento de AAE que leva a que, no caso de um plano geograficamente abrangente como aquele relativo ao *Programa Polis Litoral*, a componente da consulta institucional incluía várias entidades que, no âmbito dos procedimentos de AIA, costumam participar através da consulta pública, como por exemplo o caso dos municípios abrangidos pelo PEIRVRA¹⁸³. Assim, se nos limitássemos à componente da consulta pública neste

¹⁸⁰ Tais relatórios constituem eventualmente o principal, se não mesmo o único, contacto da Comissão da Avaliação com os conteúdos dos pareceres da consulta pública no típico decorrer do procedimento de AIA.

¹⁸¹ Ainda assim, devido a continuarmos a considerar a anterior intenção comparativa uma interessante via de investigação, mantivemos uma versão do acervo original com essa estrutura tripartida (ver secção 8.2.2).

¹⁸² Excepcionalmente, no caso da *Pista de Remo*, as fichas de participação preenchidas pelos particulares não foram incluídas no *corpus*. Em primeiro lugar, não se encontravam directamente acessíveis para consulta e, em segundo, o respectivo *Relatório de Consulta Pública* parecia sugerir que as mesmas não terão acrescentando muito aos outros pareceres submetidos. A maior parte das fichas não tem comentários (981 num total de 1623), e as que têm não aparecem referidas no relatório como apresentando conteúdos distintos dos outros pareceres. Em terceiro, acrescentar um número tão elevado de participações relativas a um só processo implicaria um esforço desproporcional (e provavelmente pouco frutífero) relativamente aos outros processos.

¹⁸³ No âmbito da consulta institucional, no respeito pelos n.ºs 1 e 2 do Artigo 7.º do D.L. n.º 232/2007, enquanto entidades «às quais, em virtude das suas responsabilidades ambientais específicas, possam interessar os efeitos resultantes da [...] aplicação» do PEIRVRA, ou ainda «instituições ou especialistas de reconhecido mérito na actividade ou área objecto da consulta», foram solicitadas a emitir parecer sobre o PEIRVRA e o respectivo *Relatório Ambiental Preliminar* as 23 entidades listadas na Tabela 5.21.

caso, estaríamos a excluir os pareceres de entidades que participavam no âmbito dos outros processos e, conseqüentemente, a desaproveitar a oportunidade de uma perspectiva comparativa.

Uma vez seleccionados os textos, foi necessário um conjunto de passos importantes de forma a estes serem integrados no *corpus*. A estratégia metodológica adoptada a este respeito encontra-se na Tabela 4.3. Para uma descrição da estrutura do *corpus* e um índice detalhado da sua composição, ver Anexo 5.

| Passos metodológicos na preparação do <i>corpus</i> | |
|--|---|
| 1. | Os documentos foram consultados e recolhidos (fotocopiados) nas instalações da Agência Portuguesa do Ambiente e da CCDR do Centro. |
| 2. | A partir das fotocópias, os documentos foram todos digitalizados. |
| 3. | A partir da digitalização, foi necessário transformar as imagens de cada folha em texto reconhecível e editável através da aplicação de <i>software</i> de OCR (<i>Optical Character Recognition</i>). |
| 4. | Inicialmente, a intenção era que o <i>corpus</i> incluísse três categorias diferentes de textos: os pareceres submetidos em consulta pública, os <i>Relatórios de Consulta Pública</i> e as <i>Declarações de Impacte Ambiental</i> . Devido às razões referidas, estas duas tipologias de textos foram excluídas nesta fase. |
| 5. | Os pareceres relativos a cada um dos cinco procedimentos AIA e ao procedimento AAE foram compilados em seis ficheiros distintos: “AA”, “BA”, “CA”, “DA”, “EA” e “FA” ¹⁸⁴ . A Tabela 6.1 estabelece a correspondência entre o nome dos ficheiros e os projectos sujeitos a avaliação ambiental. |
| 6. | Para melhorar a organização interna dos pareceres, a sua ordem original foi alterada segundo as categorias das entidades participantes referidas no Capítulo V: <i>Administração Central, Administração Local, Associações Profissionais, Políticas, Desportivas e ONGs não Ambientais, Instituições de Investigação e de Ensino Superior, ONGs Ambientais, Empresas e Particulares</i> . |
| 7. | Os pareceres foram numerados e codificados de forma aos textos individuais serem facilmente identificados e localizados. A cada parecer foi atribuída uma letra relativa a cada ficheiro (por sua vez correspondentes aos diferentes processos), e um número relativo à posição em que o parecer aparece em cada ficheiro, e.g.: “C22”. Adicionalmente, foram introduzidas <i>tags html</i> no início de cada parecer (e.g. “<sec=“22”>”) para produzir, com a aplicação <i>CasualConc</i> , os gráficos apresentados na secção 6.3 (ver secção 4.2.7). |
| 8. | No Anexo 6, que reproduz a totalidade do <i>corpus</i> , foram criadas diferentes secções para cada parecer individual, de forma a numerar as respectivas linhas e assim ser mais fácil referenciar passagens específicas ao longo da análise. |
| 9. | A formatação foi alterada de forma a deixar o <i>corpus</i> mais compacto, sobretudo relativamente a questões de espaçamento, tipos de letra, etc. Com este fim, a maior parte dos cabeçalhos foram igualmente eliminados. No entanto, na composição final do <i>corpus</i> , negritos e itálicos foram respeitados devido à função que os mesmos geralmente desempenham, i.e., indicação de ênfase ou destacamento textual. |
| 10. | Em geral, quando detectados, erros ortográficos foram corrigidos para que não influenciassem as funções de procura e contabilização. |
| 11. | No caso dos “pareceres-tipo”, não nos pareceu suficientemente relevante incluir discriminadamente as versões dos mesmos que continham apenas algumas diferenças de formatação. Noutros casos, em que julgamos haver variações significativas entre as instâncias individuais de “pareceres-tipo”, estas aparecem discriminadas (ver tabelas no Anexo 5). |
| 12. | Em alguns casos, sobretudo quando o texto introdutório era extenso, optámos por criar sub-divisões dos pareceres para acomodar os respectivos anexos. Noutros casos, os anexos são incluídos directamente na secção do texto introdutório ou do parecer principal (ver tabelas no Anexo 5). |

Tabela 4.3 – Lista de opções e passos metodológicos tomados no âmbito da construção do *corpus*.

¹⁸⁴ A codificação com duas letras dos ficheiros prende-se com a constituição original do *corpus* em que as três tipologias diferentes de textos correspondiam, por sua vez, a uma letra cada uma. Daí resultava um conjunto de 18 ficheiros, ordenados alfabeticamente: AA, AB, AC, BA, BB, BC, CA e assim sucessivamente. Optámos por deixar os nomes originais dos ficheiros com a intenção de explorar futuramente as outras componentes.

4.2.4 Consideração do contexto

No Capítulo I, é descrita a estrutura geral da dissertação, sendo a sua lógica metodológica ilustrada pela Figura 1.2. Nesta, é evidente a importância que o contexto detém para este tipo de abordagem. O Capítulo V é exclusivamente dedicado à descrição do estudo-de-caso. No entanto, outras componentes da dissertação lidam directamente com aspectos distintos do contexto, nomeadamente o Capítulo II, a secção 6.2 e todos os anexos que acompanham esta dissertação, pretendendo, com todas as suas limitações, enquadrar o entendimento e a explicação dos textos analisados (ver secção 1.4).

A consideração do contexto é também determinante para a criação de categorias analíticas. Segundo Schegloff (1997), é importante centrar estas no conteúdo em torno do qual os sujeitos discursivos se “orientam” enquanto relevante, sem impor categorias geradas a partir do contexto externo. Por outras palavras, ao lidar com o texto, a análise deve recorrer somente ao *contexto intrínseco*, isto é, ao que se manifesta de forma directamente textual nos (e em torno dos) segmentos analisados, evitando “contaminar” a análise com elementos do *contexto extrínseco* (a globalidade das circunstâncias externas ao texto), os quais podem estar distantes ou mesmo completamente desconectados da orientação discursiva dos participantes. Em certa medida, procurámos levar esta preocupação em conta no desenvolvimento da nossa análise. Se, como referimos na secção 4.1.8, o analista “cria” (ou torna visível) categorias previamente invisíveis, é importante que estas resultem directamente do conteúdo ao qual foi dada relevância pelos sujeitos envolvidos. Num certo sentido, sob o considerável risco do recurso ao contexto extrínseco se tornar completamente arbitrário em função de uma análise “pretendida”, o texto é único lugar onde o contexto pode ser encontrado, sendo que ancorar o contexto no discurso é também importante para evitar atribuir hipotéticas intenções aos participantes (Schlegloff, 1997). Ao considerar o contexto extrínseco, onde se devem situar as fronteiras para o que se considera fazer parte do contexto relevante de um texto? Além disso, é necessário levar em conta a impossibilidade real de considerar toda a informação contextual disponível ou relevante, visto que esta é potencialmente inesgotável ou sempre passível de ser ampliada.

A viabilidade de considerar apenas o contexto intrínseco numa abordagem meramente formal ao texto é posta em causa por Fairclough, que argumenta que é necessário trazer categorias analíticas do exterior da análise de forma a se poder explorar o aspecto textual das práticas, processos e relações sociais (Chouliaraki e Fairclough, 1999, p. 7). No entanto, se não for interpretada de forma restrita, a abordagem sugerida pelas preocupações manifestadas por Schlegloff (1997) não pretende ignorar o contexto ou deixar de fora aquilo que é importante, mas simplesmente que se seja muito cuidadoso e selectivo em relação a como este é articulado com a análise. Isto também não implica que a análise proceda sem conhecimento etnográfico, como se tudo aquilo que é relevante pudesse apenas ser “descoberto” no texto. De facto, a análise não pode decorrer sem uma quantidade considerável de “conhecimento partilhado”, que torna os materiais coerentes e analisáveis tanto para os participantes como para o analista (Wood e Kroger, 2000).

A distinção entre *análise de primeira* e *análise de segunda* ordem tem sido proposta para lidar com a difícil questão de como articular uma análise de discurso com o conhecimento que temos acerca do contexto em causa (Wood e Kroger, 2000). Na primeira, procura-se reduzir a consideração do contexto à sua vertente intrínseca, determinante para a orientação e para as

categorias conceptuais adoptadas pelos participantes. A consideração do contexto extrínseco (a globalidade das circunstâncias externas) ocorre sobretudo ao nível da análise de segunda ordem (Wood e Kroger, 2000). Ainda que concordemos com a perspectiva de Fairclough, vemos como útil a intenção de se procurar limitar o recurso ao contexto extrínseco numa primeira abordagem aos textos, pelo que decidimos manter esta separação entre ordens de análise como princípio orientador, embora num sentido relativizado que não pretende ser estanque. De uma forma substancialmente mais flexível e menos formal do que Schlegelhoff (1997) defenderia, o Capítulo VI apresenta o que seria a análise de primeira ordem, procurando, em geral, ancorar as interpretações no *corpus*, ainda que, em relação a um parecer individual, os outros textos do *corpus* façam parte do seu contexto extrínseco. Apesar do próprio Capítulo VI fazer uma caracterização do contexto discursivo dos pareceres e de incorporar vários elementos do contexto extrínseco na própria construção das diferentes secções, procura, em geral, evitar um desenvolvimento de uma discussão que articule o contexto intrínseco com o contexto extrínseco de forma mais global e integrada¹⁸⁵. O Capítulo VII corresponderia à análise de segunda ordem, isto é, uma interpretação de uma primeira análise. Aqui, o objectivo consiste em identificar as ligações da análise a questões de ideologia, cultura, governação, políticas públicas e por aí fora, incluindo aspectos que não estão no discurso (e poderiam estar) da perspectiva do analista.

4.2.5 Considerações adicionais e estrutura da análise

Perante a dificuldade de se definir o que deve constituir uma análise “satisfatória”, concordamos com Antaki *et al.* (2003) em afirmar, pela negativa, que fazer análise do discurso não deve:

- (i) constituir um sumário dos textos analisados;
- (ii) levar à tomada de partido entre participantes dos eventos discursivos;
- (iii) recorrer excessivamente a citações ou a citações isoladas e descontextualizadas;
- (iv) identificar de forma circular discursos e construções mentais;
- (v) realizar “pseudo-inquéritos”;
- (vi) simplesmente identificar elementos discursivos.

O argumento de Antaki *et al.* (2003) não é que alguns destes aspectos não possam ocorrer na análise ou na consideração do contexto da mesma como elementos adicionais, mas que a análise implica transcendê-los de modo a poder ser definida como, justamente, uma “análise”. Apesar de todas as limitações referidas até aqui (ver sobretudo a secção 4.2.2), procurámos que a análise tivesse o cuidado de não se reduzir aos aspectos acima referidos, tentando alcançar os objectivos delineados na secção 4.2.1.

O desenvolvimento da análise não teve a linearidade que a sua apresentação procura seguir nos Capítulos VI e VII¹⁸⁶. Nas secções que compõem o Capítulo VI, a apresentação da análise estrutura-se do geral para o particular. Em primeiro lugar, a secção 6.1 procura descrever a

¹⁸⁵ Como se explicará mais à frente, é na secção 6.5.2 que se proporciona uma abordagem textual mais centrada no contexto intrínseco do texto.

¹⁸⁶ Ver nota-de-rodapé 175 na secção 4.2.1.

organização interna do *corpus*, indexando também os pareceres individuais de forma a estes serem rapidamente localizáveis. Este índice do *corpus* constitui uma versão resumida do índice detalhado incluído no Anexo 5. A secção 6.2 propõe caracterizar o género textual dos pareceres, relevante para a consideração das dinâmicas sócio-discursivas em que simultaneamente se inserem e estabelecem. A secção 6.3 pretende averiguar a distribuição das referências à RN2000 entre diferentes tipos de projectos submetidos a avaliação ambiental, entre os pareceres de vários tipos de actores, e ainda estabelecer relações entre esta distribuição e a de outras referências à conservação da natureza. A secção 6.4 sintetiza as principais funções discursivas da invocação da RN2000. Finalmente, a secção 6.5 aborda preliminarmente representações e narrativas associadas a determinados espaços e elementos tidos pelo discurso como centrais para a conservação da natureza e para a sustentabilidade da Ria, a sua relação com a argumentação, e algumas variações representacionais que se verificam entre os intervenientes.

É na secção 6.5.2 que se encontra a análise textual mais detalhada da investigação, procurando-se considerar a totalidade de três pareceres individuais e evitar condicionar a sua interpretação com informação proveniente do contexto extrínseco (incluindo os outros pareceres do *corpus*). Seguindo também a tradição da LSF, na qual, tal como na ACD, se considera que a unidade mínima de análise deve ser o texto, tomamos na secção 6.5.2 os pareceres como a unidade de sentido mínima. O elevado número de pareceres, assim como o elevado volume textual que expor uma análise deste tipo implica, levou à opção de abordar de forma mais completa apenas três textos individuais. Uma perspectiva comparativa (entre pareceres) surge novamente a partir da secção 6.5.3, estendendo-se para o Capítulo VII, em que a análise é cruzada com a parte mais alargada do contexto extrínseco dos pareceres. Ao mesmo tempo, devido à necessidade de se ser selectivo e ao facto de vários temas que vão emergindo nos processos AIA confluírem na AAE do *Programa Polis Litoral*, a secção 6.5 representa igualmente um afunilamento da nossa atenção em torno dos pareceres relativos a este processo em particular.

A análise foi desenvolvida com recurso a dois tipos de ferramentas informáticas. Para o mapeamento lexical e técnicas de exploração do corpus foi usada a aplicação *Casualconc*¹⁸⁷, enquanto para a elaboração de categorias analíticas e temáticas transversais ao *corpus* recorremos à aplicação *NVIVO*. Várias destas categorias foram apenas usadas para a nossa orientação através dos textos, não tendo sido depois incluídas na apresentação da análise por não se manterem relevantes em função do afunilamento temático verificado. Procedemos a uma sucinta descrição dos passos metodológicos e dos critérios adoptados no Capítulo VI a partir da secção 6.2.

a) Caracterização genérica dos pareceres das consultas (secção 6.2)

Como parte inicial da apresentação da análise, considerámos importante fazer uma descrição superficial do género textual do parecer, com o objectivo de enquadrar a restante exploração discursiva, incluindo os tipos de funções realizadas pelas referências à RN2000 e à conservação, e ainda outros aspectos representacionais com implicações para a conservação. Na tentativa de chegar a uma descrição do *género do parecer em avaliação ambiental*, baseamo-nos na concepção

¹⁸⁷ *Casualconc* é uma aplicação de pesquisa de *corpora*, disponível em <https://sites.google.com/site/casualconc/>, A aplicação foi desenvolvida por Yasu Imao, a quem estamos agradecidos pela atenciosa disponibilidade em introduzir modificações em resposta à nossa solicitação.

de género apresentada na secção 4.1.6, tentando identificar os principais elementos da sua estrutura genérica potencial, que inclui os seus elementos obrigatórios — aqueles que têm que ocorrer para um determinado género ser reconhecido (e funcionar) como tal — e os seus elementos opcionais, aqueles que podem ocorrer de forma variável¹⁸⁸. Como tal, será considerado que tipo de pré-géneros, géneros desencaixados e sub-géneros se hibridizam nestes textos, procurando explorar o tipo de actividades e relações sociais que estabelecem neste contexto específico, tomando em conta fenómenos discursivos como a interdiscursividade e a intertextualidade, e ainda propriedades textuais como aquelas referidas na Tabela 4.1. Uma vez que estamos sobretudo interessados nos aspectos representacionais destas questões, não se pretendeu fazer uma descrição completa do género do parecer.

Esta exploração implicou percorrer várias vezes os textos transversalmente de acordo com variados critérios comparativos (e.g. estrutura, vocabulário, pontuação, modalidade, polidez, uso de ironia, referência a documentos legislativos, etc.), fazer anotações e codificação de segmentos de texto através das ferramentas da aplicação *NVIVO* e procurar correlações amplas com as tipologias das entidades emissoras de parecer. Para uma representação gráfica das palavras de significação semântica mais frequentes, que traçam uma visão genérica dos temas dominantes, foi usada a ferramenta *Wordle*, com a qual se criou as figuras na secção 6.2.9¹⁸⁹.

b) Mapeamento lexical de palavras-chave para a conservação da natureza (secção 6.3)

O mapeamento e as pesquisas por palavras-chave foram sobretudo feitas através do software *Casualconc*. Em primeiro lugar, foram feitas várias buscas preliminares para determinar quais seriam as palavras-chave mais adequadas para circunscrever os campos semânticos que se pretendia considerar, verificando as formas linguísticas com que são habitualmente referidos. Uma vez seleccionado um primeiro grupo de um conjunto de palavras associadas ao campo semântico específico da RN2000, foi construído um segundo conjunto com termos relativos à conservação da natureza sem estarem especificamente relacionados com a RN2000.

Relativamente às referências especificamente associadas à RN2000, foram pesquisadas as seguintes palavras-chave: “Natura”, “Protecção Especial”, “ZPE”, “Z.P.E.”, “Sítio(s)”, “SIC(s)” e/ou “Especial de conservação” / “ZEC(s)”, “Directiva Aves”, “Directiva Habitats”, “directiva(s)”, “140” e “49”. “Rede Natura 2000” e “Natura 2000” constituem o nome pelo qual a RN2000 costuma ser designada em Portugal. Foi também averiguada a ocorrência de referências ao *Plano Sectorial* RN2000, mas uma vez que estas se verificam apenas duas vezes no caso do *Programa Polis*, optou-se por integrar as mesmas na coluna relativa à RN2000. “Zona de Protecção Especial”/“ZPE”/“Z.P.E.” são as formas usadas para designar o tipo de área RN2000 que abrange actualmente a Ria de Aveiro. Embora os SIC (ou ZEC) não nos interessem primariamente, no sentido em que a Ria de Aveiro (ainda) não é um SIC, considerámos relevante mapeá-los porque a

¹⁸⁸ Os conceitos de *esfera da generalidade* e da *esfera do particular*, importantes para a elaboração da nossa caracterização genérica, derivam da perspectiva normativa adoptada por Habermas relativamente à argumentação num contexto de esfera pública (1984) e à teorização sociológica de Boltanski e Thevenot acerca das dinâmicas de justificação discursiva e dos regimes de “engajamento” (2006).

¹⁸⁹ A aplicação *Wordle* encontra-se disponível em www.wordle.net. No processo de criação das respectivas imagens, as palavras de significação gramatical são retiradas de modo a que os campos semânticos dominantes possam ser representados em função da sua frequência relativa.

sua menção podia ocorrer no contexto de referências mais genéricas à RN2000, por vezes em associação às ZPEs e, sobretudo no caso do *Programa Polis Litoral*, relativamente aos SICs que se encontram em torno na Ria de Aveiro, geograficamente abrangidos pelo PEIRVRA. A *Directiva Aves* e a *Directiva Habitats* instituem a RN2000 ao nível da União Europeia. Aparecem geralmente designadas pelo seu nome comum e, por vezes, apenas como “directivas comunitárias”, “directivas europeias” ou “directivas” (quando usadas anaforicamente), pelo que a sua localização considera estas formas separadamente. Os Decretos-Lei “140/99” e “49/2005” fazem a transposição das directivas acima mencionadas, aparecendo sempre designados pela sua codificação numérica, pelo que foram localizados apenas através do seu número inicial.

Relativamente à localização das referências ao contexto mais alargado da conservação da natureza, foram procuradas as seguintes palavras: “conservação”, “biodiversidade”, “diversidade biológica”, “ecossistema(s)”, “habitat(s)”, “espécie(s)”, “aves”, “avifauna”, “fauna” e “flora”. “Conservação” refere-se de forma genérica, neste contexto, aos objectivos e esforços para preservar espécies e habitats, ou, de uma forma geral, biodiversidade. “Biodiversidade” ou “diversidade biológica”, refere-se àquilo que, genericamente, a RN2000 procura proteger. “Ecossistema” corresponde a uma área que abrange um conjunto de habitats (e respectivas espécies) que se encontram particularmente interligados. “Habitat(s)” e “espécie(s)” referem-se aos elementos da biodiversidade mais tipicamente mencionados. “Aves” é nome genérico para o tipo de fauna que, em conjunto com os respectivos habitats, constitui o principal objectivo de conservação da ZPE (ao abrigo da *Directiva Aves*). “Fauna” e “flora” constituem designações típicas em Portugal para designar espécies animais e vegetais, ocorrendo frequentemente em associação, como na expressão “fauna e flora”.

Note-se que nenhum destes dois aglomerados lexicais são exaustivos, podendo haver outras referências à conservação da natureza/biodiversidade que usem outro vocabulário, mas são por nós considerados suficientes para localizar a maior parte dessas ocorrências. As palavras acima listadas (entre aspas) foram as utilizadas para a contagem realizada. Após efectuada a pesquisa, foram, caso a caso, eliminadas da contagem as ocorrências das mesmas palavras noutros sentidos que não o do referente pretendido. Por exemplo, na contabilização de “habitat(s)”, foram excluídas as ocorrências referentes à *Directiva Habitats*, que aparecem separadamente mapeadas. Dado que diferentes designações se referem frequentemente aos mesmos elementos, interessa contabilizar a ocorrência de diferentes formulações. No entanto, se elementos equivalentes ocorrem na mesma frase, não os consideramos ocorrências distintas de modo a facilitar um mapeamento mais definido e com menos sobreposições. Por exemplo, ocorrendo na mesma frase “ZPE” e “Zona de Protecção Especial”, é contabilizada apenas uma referência. De modo análogo, “fauna” e “flora”, que ocorrem frequentemente em conjunto, consideram-se ocorrências distintas apenas quando ocorrem em frases diferentes.

Estas contabilizações foram sintetizadas nas Tabelas 6.9 e 6.10. Com o objectivo de representar a distribuição da ocorrência destes conjuntos de palavras — em relação aos pareceres individuais, aos diferentes processos e entre os dois campos semânticos — foram criados os gráficos relativos às Figuras 6.10, 6.11, 6.12, 6.13, 6.14 e 6.15¹⁹⁰). A informação contida nestes

¹⁹⁰ Estes gráficos foram produzidos através da ferramenta *Plot* da aplicação *Casualconc*, expandida por Yasu Imao em atenciosa resposta à nossa solicitação.

elementos é então articulada e comentada, recorrendo a mais duas tabelas de síntese (Tabelas 6.11 e 6.12).

c) Consideração das funções argumentativas das referências à *Rede Natura 2000* (secção 6.4)

Ponderou-se a aplicação de um modelo de descrição argumentativa¹⁹¹ de forma a descrever as estruturas argumentativas e assim localizar nas mesmas o lugar funcional dos elementos relativos à RN2000. No entanto, os modelos estruturalistas de descrição argumentativa captam sobretudo a estrutura lógica de uma argumentação, não a sua dimensão accional, representacional ou identificacional. No contexto de uma investigação mais ambiciosa, uma descrição mais sistemática das funções das referências à RN2000 na estrutura lógica dos argumentos poderia constituir uma interessante contribuição complementar às referidas dimensões. Neste caso, no entanto, acreditamos que esse esforço nos afastaria dos nossos principais objectivos, isto é, considerar representações relevantes para a implementação da RN2000, a conservação da natureza e a governação ambiental na Ria de Aveiro. A opção de não atribuir muita importância teórica e formal a esta dimensão foi reforçada pela constatação que a invocação da figura da RN2000 (e de outras figuras a que se atribui normatividade legal e social) não se verificou surpreendente em relação ao que seria expectável.

De forma a economizar espaço, recorreu-se à listagem em anexo de uma contextualização da maior parte dos casos em que a figura da RN2000 foi invocada pelo discurso dos participantes (Anexo 7), sendo apenas as conclusões dessa listagem incorporadas no corpo de texto principal. Este anexo inclui também listagens completas das *concordâncias* das palavras dos dois grupos lexicais referidos, complementando esta secção e a anterior¹⁹².

d) Identificação e apresentação de representações e narrativas (secção 6.5)

A exploração dos elementos representacionais e narrativos apresentou consideráveis desafios. Além das dificuldades da análise em si, a sua apresentação necessitava de apresentar uma economia textual funcional, ao mesmo tempo que era importante ancorar a análise em citações e excertos do *corpus*, que inevitavelmente ocupariam um espaço excessivo. De forma a não sobrecarregar o corpo principal do texto, optou-se pela anexação de materiais de suporte à leitura.

A secção 6.5.1 introduz a abordagem adoptada neste âmbito, que parte da constatação que nos discursos dos intervenientes nestas consultas se manifestam com especial saliência um grupo de elementos centrais para a governação ambiental e protecção da biodiversidade da Ria de Aveiro, nomeadamente o Porto de Aveiro e as respectivas actividades; a hidrodinâmica lagunar; as zonas agrícolas das margens lagunares interiores; as marinhas e a salicultura da Ria de Aveiro; as espécies e os habitats locais; as designações espaciais da Ria (em especial a ZPE) e, por último, as autoridades com responsabilidades sobre este território.

Perante a nossa preocupação em articular representações no âmbito de narrativas de (in)sustentabilidade, ponderámos acerca da melhor forma de estruturar uma abordagem às

¹⁹¹ Pensámos especialmente no modelo descritivo de Toulmin (1958).

¹⁹² No contexto da linguística de *corpus*, uma *concordância* refere-se à relação de todas as ocorrências de uma palavra de busca em um *corpus* junto com seu contexto. Em geral, apresenta a palavra de busca em posição central, cuja formatação é denominada de *kwic* (*keyword in context*).

representações dos elementos acima mencionados num eixo temporal. Na fábula que subjaz a uma dada estória, os eventos acontecem durante um certo período de tempo, e numa certa ordem cronológica (ver secção 4.1.7). Com base na informação presente num texto narrativo, é possível identificar a cronologia da fábula mesmo que a ordem com que os seus elementos são apresentados na estória não seja sequencial, sendo que a compreensão de uma estória implica o entendimento da ordem temporal de eventos. Normalmente, um texto pode conter várias narrativas, que podem ser destrinçadas através da construção de um modelo de sequenciação de eventos. Aqui colocava-se a questão de como fazer isso de forma ancorada no texto, isto é, poder demonstrar essa sequenciação através do texto original sem, ao mesmo tempo, ocupar um espaço da dissertação que ultrapassasse os limites da funcionalidade.

No entanto, os trechos narrativos não se encontram linearmente estruturados em passado, presente e futuro. Por outro lado, os elementos atrás referidos não aparecem de forma isolada sendo, pelo contrário, frequentemente referidos de forma combinada em associações variadas. Se, por um lado, isto permite observar mais claramente as relações que se estabelecem entre os mesmos, não permite organizar as transcrições em função dos elementos representados, dificultando a invocação de pareceres ou excertos cuja exploração pudesse ser organizada directamente em função dos mesmos ou segundo uma divisão temporal. Por estas razões, foi necessário encontrar uma solução alternativa para a organização desta parte da análise.

Optámos então por estruturar a análise ao longo de dois eixos sobrepostos. Em primeiro lugar, partindo da lista de elementos cuja representação nos interessa considerar, dividimos os mesmos em três áreas geográficas distintas pela ordem da sua abrangência: as salinas, as margens interiores da zona norte da laguna e a generalidade da Ria de Aveiro. Secundariamente, procurou-se interpretar as representações relativas a cada uma destas áreas de acordo com um eixo temporal, tripartido em: *i) passado*, *ii) passado e presente*, *iii) presente e futuro*. Tendo em conta a relativa arbitrariedade da discriminação proposta, exigida por necessidade prática relativa à análise, importa clarificar o sentido geral destes termos. Enquanto o “passado” de *i)* refere-se a eventos ou a situações isoladas no passado, o “passado” de *ii)* refere-se a eventos de um passado recente com efeitos directos sobre o presente. De forma análoga, o “presente” de *ii)* refere-se a situações actuais que contribuem para as situações actualmente verificadas, enquanto que o “presente” de *iii)* se refere ao que é presentemente proposto com orientação futura, ou à manutenção futura de uma situação actual. Por outras palavras: o que é que se prevê? Quais são as trajectórias possíveis e o que é defendido como o mais desejável para o futuro? Do que é que essas trajectórias dependem? Que visões de sustentabilidade para a Ria emergem nestes textos? E como figuram os elementos relacionados com a biodiversidade nessas concepções?

Ao mesmo tempo, dando especial atenção às estórias que emergem nos textos dos pareceres, verificou-se a existência de uma meta-narrativa, extremamente saliente, relativa a um dos temas principais dos pareceres, a questão das alterações na hidrodinâmica lagunar, representada pela Figura 6.17. Pelas razões apresentadas na secção 6.5.1, e por nos parecer o principal elemento discursivo com potencial para constituir um obstáculo para a governação ambiental da Ria, tomou-se a opção de partir desta meta-narrativa para explorar aspectos representacionais nos pareceres que a invocam.

Na secção 6.5.2, sub-dividida em *a*, *b* e *c*, exploramos de forma mais detalhada três pareceres. Com o objectivo de estabelecer elos entre a dimensão representacional e a argumentação construída nos pareceres, a abordagem mais detalhada da secção 6.5.2 foi estruturada em: descrição global da estrutura argumentativa, análise representacional no contexto da argumentação, síntese da estrutura narrativa e síntese da caracterização das representações dos elementos-chave. De facto, não julgamos suficiente apresentar e comentar excertos retirados do seu contexto, uma vez que a unidade mínima que a ACD se propõe considerar é sempre a unidade do texto de forma a se poder contemplar as interligações entre os tipos de significados (ou *metafunções*) da linguagem. No entanto, se ao mesmo tempo quisermos manter uma visão mais abrangente sobre a variabilidade destes elementos no âmbito do universo do *corpus* constituído, esse ideal não seria operacionalizável em relação a um número mais elevado de textos. Foi por essa razão que, por um lado, optámos por atribuir um espaço privilegiado à nossa tentativa de caracterização genérica na secção 6.2, dado esta já incluir uma perspectiva ampla sobre estas dimensões de forma transversal ao *corpus* e, por outro lado, basear a secção 6.5.3 na consideração de excertos, listados no Anexo 9.

A secção 6.5.3, que reproduz a estrutura da anterior com as sub-secções *a*, *b* e *c*, procura considerar como é que variações representacionais relativamente ao referido grupo de elementos se manifestam ao longo do eixo geográfico e temporal, entre um grupo mais alargado de pareceres e tipologias de actores. Recorrendo à mesma estruturação segundo os três espaços referidos, seleccionámos excertos ao longo do *corpus* pertencentes a outros pareceres que não os explorados na secção anterior. Relativamente a cada um dos três espaços, foi elaborada uma lista de excertos no Anexo 9, de forma a estes poderem ser referidos e consultados pelo leitor sem ter que necessariamente recorrer ao *corpus* integral, disponível somente em formato electrónico. Cada sub-secção começa com uma descrição geral da proveniência das principais referências aos respectivos espaços das salinas, dos campos agrícolas ribeirinhos e da Ria de Aveiro como um todo, fazendo-se a correspondência para os os excertos no Anexo 9. Uma vez que o objectivo era registar como as referidas representações convergiam ou divergiam, partimos das nossas observações relativamente aos três pareceres explorados com mais detalhe para procurar continuidades ou contrastes.

Na secção 6.5.4 é concluída esta componente da análise, realçando-se comparativamente alguns aspectos e diferenças representacionais que se destacaram nas considerações anteriores em relação à estruturação semiótica da diferença através de estilos e discursos.

Conclusão

De uma forma geral, posicionando-se globalmente enquanto uma aplicação limitada da *Análise Crítica do Discurso* segundo Fairclough, a nossa abordagem propõe combinar selectivamente vários elementos analíticos em função dos nossos objectivos de investigação. Estes componentes incluem a própria perspectiva teórica de Fairclough sobre a definição e o lugar do discurso no mundo social, elementos metodológicos da *linguística de corpus* que nos permitiram lidar com um volume textual extenso e explorar a ocorrência transversal de vários aspectos ao longo do *corpus* e perspectivas teóricas da narratologia e da teoria da argumentação que, apesar de não se terem traduzido em categorias analíticas formais, foram informando as escolhas metodológicas.

Ao longo da primeira parte, procuramos sintetizar o corpo teórico que sustenta a nossa perspectiva sobre o discurso, tentando construir um seguimento lógico a partir de um enquadramento das raízes teóricas da ACD, dos seus fins programáticos e de alguns dos principais conceitos que subjazem às escolhas metodológicas para o desenvolvimento e discussão da exploração discursiva. Um dos pontos-chave a reter é que este tipo de exploração exigiria um projecto e uma equipa de investigação genuinamente multidisciplinar de forma a satisfazer as suas ambições. Não obstante, pretendemos contribuir para uma primeira tentativa de mapeamento e exploração de aspectos representacionais relevantes, lançando, a partir da identificação de notáveis tensões ao nível discursivo, um conjunto de questões que possam constituir uma possível base para futuras investigações.

Na segunda parte, descreveram-se e justificaram-se as principais opções relativas à análise, nomeadamente a selecção do estudo-de-caso, a selecção dos processos de avaliação ambiental, a construção do *corpus*, a articulação com a informação contextual e a estruturação da análise. A configuração desta última procurou combinar a consideração de um amplo volume de texto com a análise mais detalhada de textos individuais e determinados excertos. Por essa razão, parte-se de uma perspectiva ampla sobre o *corpus*, que se vai tornando mais restrita, tanto ao nível temático como ao nível do volume de texto considerado, alcançando a sua escala mais reduzida com a consideração detalhada de três pareceres. A partir daí, ainda que se mantenha o foco temático, a escala analítica volta a expandir-se de forma a proporcionar uma perspectiva comparativa entre textos individuais.

Capítulo V

Uma Descrição do Contexto do Estudo-de-Caso

| | |
|--|------------|
| Introdução | 153 |
| 5.1 Caracterização do contexto da ZPE <i>Ria de Aveiro</i> | 153 |
| 5.1.1 Introdução | 153 |
| 5.1.2 Características físicas e hidrodinâmicas | 155 |
| 5.1.3 Caracterização ecológica | 157 |
| 5.1.4 Principais actividades económicas associadas à evolução da Ria de Aveiro | 157 |
| a) A actividade agrícola e pecuária | 158 |
| b) A salicultura | 158 |
| c) A apanha do moliço | 159 |
| d) A actividade piscatória | 160 |
| e) A actividade portuária | 161 |
| 5.1.5 Outras actividades socioeconómicas na Ria de Aveiro | 164 |
| 5.1.6 Principais problemas ambientais | 165 |
| 5.1.7 A governação do ecossistema Ria de Aveiro | 166 |
| a) Nível administrativo | 167 |
| b) Planos, programas e instrumentos de gestão do território | 168 |
| c) Outras iniciativas | 169 |
| 5.1.8 A Ria de Aveiro enquanto espaço narrativo | 171 |
| 5.1.9 A aplicação da AIA na envolvente da Ria de Aveiro | 175 |
| 5.2 Síntese do perfil de participação das consultas e do conteúdo dos pareceres | 177 |
| 5.2.1 Introdução | 177 |
| 5.2.2 O <i>Projecto de Desenvolvimento Agrícola do Baixo-Vouga Lagunar</i> | 179 |
| 5.2.3 A <i>Requalificação da Pista de Remo de Aveiro</i> | 181 |
| 5.2.4 O <i>Projecto da Marina da Barra</i> | 184 |
| 5.2.5 A <i>Intervenção na Zona da Barra de Aveiro com Dragagem e Reforço do Cordão Dunar</i> | 188 |
| 5.2.6 A <i>Reconfiguração da Barra do Porto de Aveiro</i> | 191 |
| 5.2.7 O <i>Programa Polis Litoral Ria de Aveiro</i> | 193 |
| 5.2.8 Considerações gerais acerca do conjunto de processos | 197 |
| Conclusão | 203 |

«A Ria de Aveiro é precisamente um caso de paisagem há muito antropizada, sabiamente gerida num tecido compacto de acções minúsculas, quotidianas, que refazem sempre a marca da presença humana, por exemplo nas salinas, sem que isso tenha alguma vez feito perigar a sobrevivência das outras comunidades com quem compartilhamos a terra.»

Particular C34, l. 6-8

Introdução

Procuraremos neste capítulo contextualizar o nosso estudo-de-caso, a ZPE Ria de Aveiro, destacando os aspectos que consideramos relevantes para a investigação desenvolvida. Assim, a primeira parte fará uma breve caracterização física e socioeconómica da Ria de Aveiro e da sua envolvente, considerando os principais problemas ambientais, a sua evolução ao nível administrativo e do planeamento, alguns obstáculos para uma gestão mais integrada deste território, uma narrativa sobre a génese da configuração moderna da Ria de Aveiro e uma breve descrição estatística da aplicação de AIA nos municípios que a envolvem.

A segunda parte contextualizará o nosso *corpus* relativamente ao perfil de participação das consultas, sendo apresentada também uma síntese do conteúdo dos pareceres recolhidos na consulta pública. Quanto aos projectos (e programa) objecto de avaliação ambiental, propõe-se uma descrição dos mesmos no Anexo 3, o qual deverá ser consultado como complemento à leitura do presente capítulo¹⁹³.

5.1 Caracterização do contexto da ZPE *Ria de Aveiro*

5.1.1 Introdução

A região considerada neste capítulo corresponde, *grosso modo*, à área abrangida pelo *Plano Estratégico da Intervenção de Requalificação e Valorização da Ria de Aveiro* (PEIRVRA)¹⁹⁴. Este território, mapeado na Figura 5.1, é de grande importância do ponto de vista da RN2000 em Portugal, uma vez que abrange quatro áreas classificadas como tal. Além da ZPE *Ria de Aveiro*, a área referida inclui também o SIC *Barrinha de Esmoriz*, o SIC *Rio Vouga*, e uma parte do SIC *Dunas de Mira, Gândara e Gafanha*. Uma outra área classificada, a *Reserva Natural das Dunas de São Jacinto*, encontra-se integrada na ZPE *Ria de Aveiro*.

¹⁹³ Relembramos que os nomes das entidades administrativas correspondem aos da orgânica institucional vigente no momento em que os eventos relevantes tiveram lugar ou, no caso das descrições contemporâneas, no momento de redacção da dissertação.

¹⁹⁴ Ver secção f do Anexo 3 sobre o *Programa Polis Litoral Ria de Aveiro*.

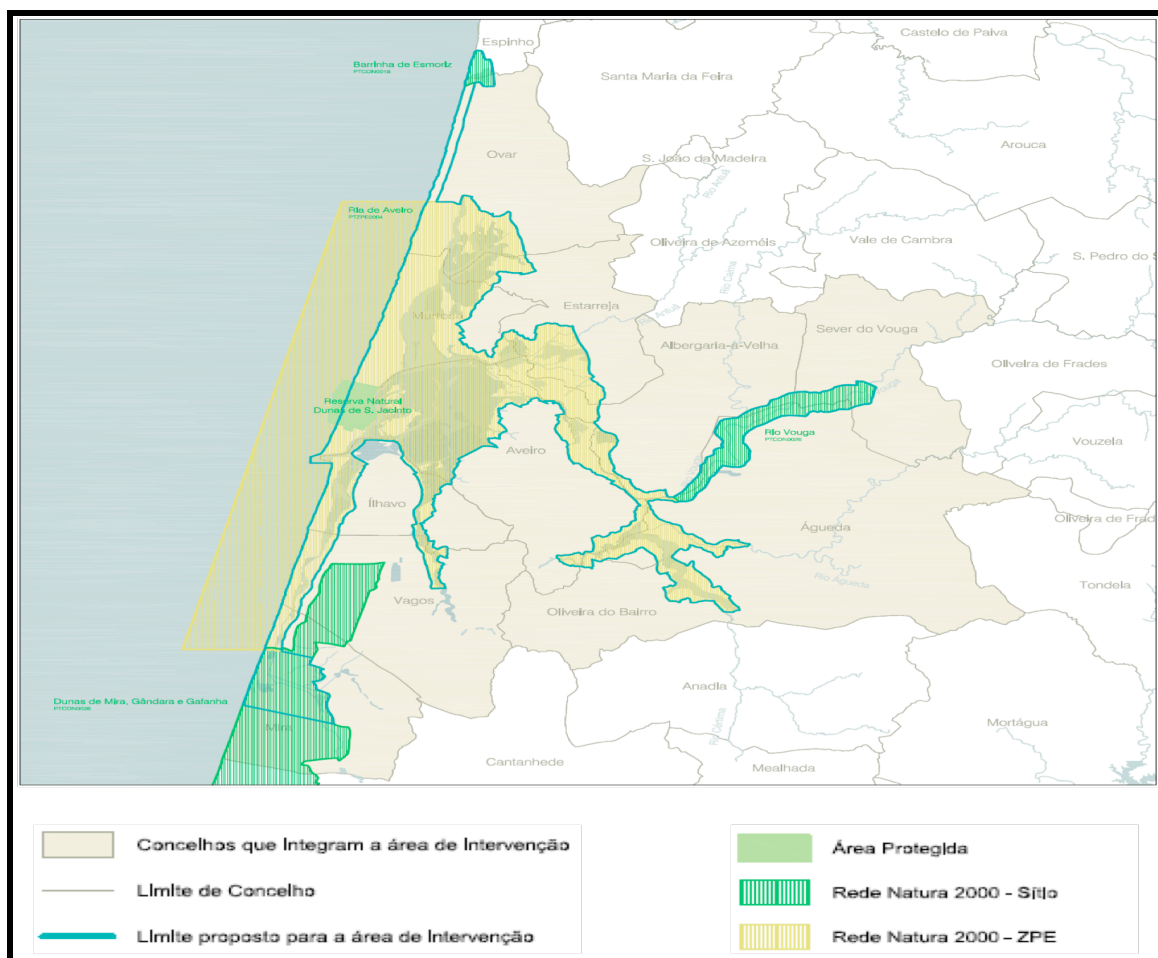


Figura 5.1 – Localização da Ria de Aveiro e os limites dos concelhos na sua envolvente, das áreas RN2000 e da área de intervenção do PEIRVRA. Fonte: PLRA (2010a).

Em 1988, na primeira lista nacional de sítios proposta aquando da transposição nacional da *Directiva Aves*, a Ria de Aveiro foi preliminarmente designada como ZPE, cujo estatuto foi redefinido e confirmado legalmente pelo Decreto-Lei n.º 384-B/99 de 23 de Setembro. Como evidenciado pelo mapa da Figura 5.1 e pela Tabela 5.1, entre os 10 concelhos que partilham a Ria de Aveiro, a proporção do território de cada município designada sob a respectiva ZPE apresenta uma grande variabilidade.

| Concelho | Área (ha) | % do concelho classificado | % do sítio no concelho |
|--------------------|-----------|----------------------------|------------------------|
| Águeda | 2115,476 | 6% | 4% |
| Albergaria-a-Velha | 1831,804 | 12% | 4% |
| Aveiro | 9574,323 | 49% | 19% |
| Estarreja | 2749,201 | 26% | 5% |
| Ílhavo | 2298,56 | 31% | 4% |
| Mira | 359,092 | 3% | 1% |
| Murtosa | 5839,115 | 81% | 11% |
| Oliveira do Bairro | 731,323 | 8% | 1% |
| Ovar | 3031,323 | 21% | 6% |
| Vagos | 1512,91 | 9% | 3% |

Tabela 5.1 – Distribuição da área da ZPE *Ria de Aveiro* relativamente à área dos municípios que a partilham. Fonte: Plano Sectorial Rede Natura 2000 (ICNB, 2008).

A Ria de Aveiro constitui um “mosaico” de habitats semi-naturais, onde a fronteira entre o natural e o artificial adquire contornos tão difusos que, ela sim, ao existir, é necessariamente artificial e arbitrária com tudo o que isso pode implicar para a sua governação e gestão do território. Faremos, em seguida, uma breve descrição deste complexo ecossistema, nas suas vertentes físicas, biológicas e socioeconómicas¹⁹⁵. Em particular, demorar-nos-emos um pouco mais nas actividades humanas que foram, ao longo de séculos, dando forma à Ria de Aveiro, na nossa perspectiva mais centrais na construção de eventuais identidades colectivas ao nível local e regional.

Tratando-se de uma laguna ligada ao Oceano Atlântico por uma barra artificial, a Ria é um ecossistema de formação geológica relativamente recente, fruto de evoluções de uma forte dinâmica hídrica e sedimentar, em constante evolução entre o oceano, a linha costeira e os cursos de água que aí desagüam. O processo da formação da Ria de Aveiro começou por volta do séc. X tratando-se nessa época de um raso golfo marinho, que se estendia desde próximo de Espinho até à Serra da Boa Viagem, na Figueira da Foz. A Ria de Aveiro surgiu e adquiriu a sua formação actual entre os séc. X e XVIII através do desenvolvimento de duas flechas arenosas, uma progredindo de Espinho para Sul, e outra, subindo em latitude, a partir do Cabo Mondego. Como consequência, os sedimentos carregados pelo rio Vouga e outras linhas de água menores foram sendo depositados na laguna, conduzindo ao aparecimento de algumas ilhas, sapais e áreas lodosas. Durante os últimos séculos, a localização da Barra foi conhecendo diferentes posições entre Ovar e Mira, chegando a haver períodos em que a laguna ficou praticamente isolada do mar (Oliveira, 1988). As secções A, B e C da Figura 5.2 ilustram este processo de formação lagunar em três fases distintas.

Figura 5.2 – As principais fases da evolução geológica recente da Ria de Aveiro.
Fonte: Oliveira (1988, a partir de Amorim Girão, 1941).

Sendo a maior laguna do país, a Ria de Aveiro estende-se hoje sobre uma área de 11.000 ha, com um comprimento aproximado de 45 km e uma largura de cerca de 8,5 km, incluindo quase 6.000 ha permanentemente inundados, com quatro canais principais, subdivididos em canais menores que envolvem várias ilhas (PLRA, 2010a). A topografia da área da laguna é plana, sendo marcada, de Nordeste, por uma escarpa que assinala a linha de costa anterior ao desenvolvimento dos processos sedimentares que deram origem à faixa lagunar. A zona costeira formada pela laguna, por depósitos de areias e de praia, apresenta uma ligeira inclinação de Norte para Sul. A Sudoeste, o rio Vouga desenvolve uma extensa planície aluvial com 3 a 5 m acima do nível do mar, que está sujeita a inundações. O cordão litoral é marcado por uma sequência de cotas superiores a 10 m de altitude (entre 10 a 16 m), separando as faixas de praias marinhas e lagunares (Conde, 2007).

Com uma tendência natural para o assoreamento geral, a fisiografia da laguna é o resultado de processos naturais e antropogénicos que se influenciam mutuamente numa dinâmica complexa, em que é claramente difícil (ou mesmo impossível) distinguir o que é puramente natural do que é fruto da mão humana. Entre os processos naturais conta-se a continuação das dinâmicas sedimentares que deram origem à Ria (os quais incluem aspectos geológicos, hídricos e climáticos) e, entre os antropogénicos, as actividades económicas tradicionais da região que lhe deram a presente configuração (nas quais incluímos a construção e exploração de salinas, a limpeza e abertura de canais, a drenagem de áreas de sapal, a construção de motas, a apanha do moliço ao longo de vários séculos e, de forma mais localizada mas não menos significativa, a fixação artificial da barra em 1808). Na época contemporânea, os factores antropogénicos incluem a industrialização e o abandono das referidas práticas devido à evolução socioeconómica da região, concomitante com a expansão e manutenção do Porto de Aveiro. Este último aspecto refere-se sobretudo às obras realizadas entre 1932 e 1986, que consistiram fundamentalmente na construção de molhes para canalizar os fluxos de maré na ligação com o mar, bem como às mais recentes obras e dragagens do programa de expansão do Porto de Aveiro (Carrabau, 2005; Conde, 2007; Marinheiro, 2008).

A contínua expansão do porto e obras associadas são frequentemente referidas como sendo responsáveis por modificações significativas na circulação da água na laguna. Considera-se que o aprofundamento dos canais para navegação de navios de maior calado tem provocado o aumento contínuo da amplitude das marés devido à extracção de grandes massas de areia e lodo, permitindo assim a entrada de um maior volume de água do mar na laguna. Esta alteração tem levado ao aumento da velocidade das correntes principais, o que aumenta o seu efeito erosivo sobre as margens da Ria, motas e sistemas tradicionais de defesa contra as marés e sobre os muros das marinhas de sal. A degradação destes últimos, agravada pela falta de manutenção e pelo aumento da ocorrência e amplitude da ondulação produzida pelo crescente uso de embarcações a motor e de maior dimensão, contribui para a transformação do comportamento hidrológico e ambiental da Ria. O aumento da profundidade dos canais nas áreas do porto favorece também a progressão da cunha salina, diminuindo a disponibilidade de água doce para irrigação, causando a salinização dos solos e modificando os padrões de salinidade e condições de vida da laguna. Este problema tem levado ao estudo da construção de diques que evitem a intrusão salina nos campos agrícolas, sobretudo na zona do Baixo-Vouga Lagunar (BVL) (Carrabau, 2005; Conde, 2007; Marinheiro, 2008; Coelho *et*

al., 2008; Carlos, 2009).

Relativamente ao troço costeiro da zona da Ria, os problemas de erosão são considerados como dos mais graves do país. O fenómeno erosivo é particularmente intenso entre Esmoriz e a Torreira e no troço a Sul da barra, tornando-o particularmente vulnerável ao rompimento do cordão dunar e, deste modo, ao avanço do mar sobre o canal de Mira. Os efeitos da erosão manifestam-se visivelmente, quer pela reduzida largura das praias de areia e pelas arribas talhadas nas dunas frontais, quer pelos frequentes episódios de galgamento oceânico durante as tempestades (PLRA, 2010b). No sentido de minimizar os efeitos deste processo, tem sido implementado um grande número de intervenções ao longo dos últimos 15 anos, incluindo obras de emergência, obras de reparação e manutenção de esporões, reforços do cordão dunar e intervenções de reconstituição de sistemas dunares e de criação das dunas artificiais (PLRA, 2010b).

5.1.3 Caracterização ecológica

A Ria de Aveiro é uma importante e extensa zona húmida. O seu meio hídrico apresenta um elevado gradiente de salinidades desde a barra, onde as condições são idênticas a um ambiente marinho, até aos canais mais interiores quase exclusivamente com água doce. Esta situação conduz à existência de diferentes tipos de habitat com grande diversidade. O *Plano Intermunicipal UNIR@RIA* destaca a existência dos seguintes tipos de habitat: *zona marinha próxima da costa, praias e dunas litorais, dunas arborizadas, águas livres, leito dos canais, bancos intertidais e salinas, sapais, caniçais, arrozais, bosque ripícola e “bocage” e lagoas de água doce* e as respectivas *zonas húmidas* (AMRIA, 2007).

Estas áreas apresentam-se como importantes locais de alimentação e reprodução para diversas espécies de aves, albergando regularmente mais de 20.000 aves aquáticas e um total de cerca de 173 espécies, com particular destaque para o elevado número de aves limícolas. Com particular importância para a conservação, a ZPE acolhe regularmente mais do que 1% da população biogeográfica de Alfaiate (*Recurvirostra avosetta*), de Negrola (*Melanitta nigra*), de Borrelho-grande-de-coleira (*Charadrius hiaticula*) e de Borrelho-de-coleira-interrompida (*Charadrius alexandrinus*), e alberga ainda concentrações significativas de espécies de importância comunitária. Refere-se ainda a importância da Ria de Aveiro para várias espécies de passeriformes migradores (AMRIA, 2007; ICNB, 2008)¹⁹⁶.

5.1.4 Principais actividades económicas associadas à evolução da Ria de Aveiro

Como referido, a configuração actual da Ria de Aveiro deve-se, em grande parte, à acção humana. Neste processo de alteração ambiental, foram particularmente centrais as actividades associadas à agricultura e pecuária (a), à salicultura (b), à apanha do moliço (c), à pesca (d) e à actividade portuária (e), as quais passamos a caracterizar sumariamente.

¹⁹⁶ Para uma caracterização assaz completa do estado dos referidos habitats e espécies, remetemos para o já mencionado “Anexo IV – Conservação da Natureza e da Biodiversidade: Breve Caracterização”, parte integrante do *Relatório Ambiental* da AAE do PEIRVRA. Na respectiva secção b, encontram-se listas completas das espécies protegidas na ZPE Ria de Aveiro, a sua localização precisa no território da Ria e o conjunto de ameaças que se considera afectar estas espécies em particular (PLRA, pp. 355-362, 2010b).

a) A actividade agrícola e pecuária

No contexto da Região Centro (e até do país), o território que envolve a Ria é uma das áreas com maior potencial para a agricultura, apresentando cerca de 40% do solo com capacidade de uso agrícola. A agricultura nas zonas ribeirinhas tem uma longa história, estando tradicionalmente relacionada com as restantes actividades lagunares, na medida em que era da laguna que provinham os fertilizantes sob a forma do moliço. Apesar destas potencialidades, o desenvolvimento agrícola está, hoje em dia, condicionado por problemas de falta de enxugo, insuficiente defesa contra cheias, invasão das terras por águas salgadas e insuficiência de rega no período seco (Carrabau, 2005; Conde, 2007; PLRA, 2010a).

A presença de um sistema misto agro-pecuário de exploração extensivo é bastante generalizada neste grupo de concelhos. Os prados e pastagens (temporários e permanentes), juntamente com as culturas forrageiras (sobretudo milho para silagem), ocupavam cerca de 3/5 da Superfície Agrícola Utilizada¹⁹⁷. A par da importância que a actividade pecuária sempre assumiu nesta região, são também significativas as produções de cereais para grão, batata, hortícolas, vinho e hortas familiares, neste último caso como resultado de uma enraizada presença de agricultura a tempo parcial (AMRIA, 2007).

Apesar dos processos de terciarização e do crescimento industrial em torno da Ria de Aveiro, a agricultura ainda desempenha uma importante função económica e social, de equilíbrio dos orçamentos familiares por via da pluriactividade ou como actividade principal de muitas famílias. O consumo próprio é uma das principais finalidades da produção agrícola, sendo que a terra ocupada com produção agrícola para comercialização representa apenas cerca de metade do total da terra agrícola (PLRA, 2010b).

b) A salicultura

A existência de salinas na região da Ria de Aveiro é muito antiga, sendo que o registo histórico do topónimo “Aveiro” mais antigo que se conhece, “Alaueiro”, aparece já associado a salinas¹⁹⁸ em pleno séc. X, ou seja, numa época anterior à formação da própria laguna (Amorim, 2008). A produção de sal na Ria tem, ao longo de séculos, conhecido períodos de prosperidade e decadência, sobretudo em função das condições de exploração decorrentes do estado da barra e do grau de regeneração das águas da Ria (Amorim, 2008). Embora tenha sido uma indústria próspera até há relativamente pouco tempo, o salgado sofreu um rápido declínio durante as últimas três décadas, frequentemente considerado irreversível¹⁹⁹ (Conde, 2007; AMRIA, 2007; PLRA, 2010a).

¹⁹⁷ Dos concelhos da região, destaca-se a Murtosa pela homogeneidade na ocupação do solo — quase exclusivamente afecto a prados e pastagens.

¹⁹⁸ «*In territorio Colinbrie villa de alcaroubim quomodo illa obtinuit froya guntessindiz per incartationem de Gondisindo suariz cum omnibus prestationibus suis. terras in alauario et salinas que ibidem comparauimos.*» Extracto de um documento por D. Mumadona Dias que, em 959, doa em testamento a região ao mosteiro de Guimarães (cf. Neves, 1936). Os negritos são nossos.

¹⁹⁹ Considera-se que as principais causas de decadência estão associadas ao aumento da amplitude das marés e salinidade da água, à perda de competitividade (relacionada com a concorrência interna dos próprios produtores, com a própria localização das marinhas, muitas vezes sem acesso directo pela terra, assim como com as suas características estruturais que não permitem a utilização de novas tecnologias de exploração, e com a concorrência de outras salinas costeiras (nacionais e europeias) com custos muito menores de produção), à dureza do trabalho que contribuiu para a fuga de marnotos para outras actividades, e à tendência

Com efeito, na década de 70 do séc. XX, eram 270 as marinhas activas. Cerca de duas décadas depois, em 1988, a produção de sal não ocupava mais do que 38% da área total de marinhas, enquanto hoje a salicultura encontra-se praticamente desaparecida, com apenas uma salina com 5 ha, que produz 65 t/ano (AMRIA, 2007; PLRA, 2010a).

No entanto, apesar do seu quase desaparecimento e da falta de dimensão económica, a salicultura continua a ocupar na região um importante espaço histórico e cultural, o que sublinha a importância e o sentido de se insistir numa das soluções que se tem considerado nos últimos anos: proceder-se ao ordenamento e redimensionamento selectivo do salgado, de modo a proporcionar uma gestão cuidada das marinhas que apresentam condições de maior produtividade (ficando as outras reservadas para a aquacultura²⁰⁰) e assegurar a sua comercialização enquanto produto de valor acrescentado. Além de se pretender manter vivo o conhecimento associado à produção artesanal, assim como o valor simbólico e identitário para a região (associado também à promoção turística), tal solução visa salvaguardar ainda a sua importância como habitat para as aves limícolas (Carrabau, 2005; AMRIA, 2007).

É de notar ainda que não só a degradação dos muros das marinhas é acentuada pelas alterações na hidrodinâmica, como se considera que esta degradação tem um efeito potenciador dessas mesmas alterações, contribuindo para um ciclo vicioso. Este efeito relaciona-se nomeadamente com o aumento do volume da água que entra e sai pela embocadura da Ria (que passa a ocupar os vastos reservatórios que representam as marinhas) e com as correntes transversais provenientes das saídas dos rombos nos muros das marinhas, o que contribui para uma maior degradação dos muros vizinhos e maior grau de assoreamento e de indefinição dos canais (Coelho *et al.*, 2008).

c) A apanha do moliço

Moliço é o nome dado pelas populações ribeirinhas a um conjunto de plantas aquáticas que vivem (ou viviam) no leito submerso da Ria de Aveiro²⁰¹. A sua recolha, juntamente com a do junco, satisfazia as necessidades de adubação da faixa agrícola litoral da região e constituía uma das actividades centrais da Ria, atingindo a sua colheita cerca de 200 mil toneladas em 1961. Usado desde tempos remotos, o moliço foi o principal responsável pela transformação de terrenos arenosos em terras férteis (como nas Gafanhas) e pela renovação da fertilidade dos depósitos aluvionares como no caso do BVL. Tal como o salgado, o declínio da colheita do moliço foi rápido, tendo actualmente desaparecido e as espécies que o compõem deixado de ser abundantes na

de ruptura dos antigos laços entre proprietários e marnotos, ao surto industrial na região que contribuiu para a deslocação de mão-de-obra do salgado para a actividade industrial, e ao uso generalizado do frio na conservação dos alimentos (Carrabau, 2005; Conde, 2007).

²⁰⁰ Segundo o UNIR@RIA, a gestão destas duas actividades económicas apenas será possível se existir um ordenamento das marinhas que as torne compatíveis no espaço, uma vez que as necessidades de água e infra-estruturas são diferentes, e se atender às condicionantes físicas e vontades diferentes dos respectivos proprietários (AMRIA, 2007).

²⁰¹ O moliço é sobretudo constituído por quatro espécies: erva-do-mar, algas vermelhas, algas carófitas e algas clorofíceas filamentosas, variando a sua composição espacialmente ao longo de um gradiente de salinidade e de acordo com as diferentes características granulométricas do sedimento (Carrabau, 2005).

laguna²⁰² (Carrabau, 2005; Marinheiro, 2008).

A vegetação do moliço desempenha(va) diversas funções de grande importância, servindo de abrigo e alimento para formas juvenis da ictiofauna, contribuindo para a produção de nutrientes detriticos, actuando como acumulador de matéria orgânica e energia, e estabiliza os sedimentos do fundo, retirando energia às correntes de maré e diminuindo a turbidez da água (Carrabau, 2005). Assim, a ausência desta actividade é frequentemente apontada como sendo ambientalmente negativa para a manutenção do ecossistema, contribuindo para a eutrofização das águas devido ao empobrecimento em oxigénio, o assoreamento da laguna e a perda de navegabilidade dos diferentes canais (Marinheiro, 2008).

O desaparecimento da prática da sua recolha levou igualmente a uma considerável perda patrimonial que se traduziu, por um lado, na extinção da profissão de moliceiro e do conhecimento que a mesma encerra e, por outro, no quase desaparecimento da embarcação característica (e emblemática para a região) usada para a sua apanha, também designada por moliceiro, assim como dos demais instrumentos²⁰³. Actualmente, os barcos moliceiros são sobretudo utilizados em actividades turísticas e recreativas (Carrabau, 2005).

d) A actividade piscatória

Esta região tem sido considerada como dotada de enorme potencial piscatório, atestado pela antiga e rica tradição regional no sector que remonta a tempos muito antigos, anteriores à formação da nacionalidade. Na região da Ria, a actividade piscatória tem sido realizada em três ambientes aquáticos diferentes: na zona costeira, na laguna e no alto mar. A pesca na zona costeira, anterior à formação da própria laguna, será a mais antiga das três. Com o tempo, foi evoluindo a pesca de largo e longínqua, o que fez do Porto de Aveiro um dos principais portos de pesca do país²⁰⁴. No entanto, a partir do momento em que a laguna começou a dificultar o acesso ao mar no séc. XVI, a prosperidade da pesca marítima passou a depender fortemente da navegabilidade dos canais e do estado da barra. Nos períodos mais críticos e de maior estrangulamento das águas interiores a qualidade da água chegou a tornar-se de tal forma insalubre que, por não haver peixe suficiente ou por este ser impróprio para consumo, impossibilitava a própria pesca lagunar (Amorim, 2008).

Hoje em dia, a pesca descarregada no Porto de Aveiro representa cerca de 10% do total recebido em Portugal continental, o que ilustra a sua importância relativa. Com efeito, a pesca na (ou a partir da) região da Ria de Aveiro emprega também cerca de 10% da força de trabalho do país dedicada ao sector. A pesca costeira tem sofrido um declínio ao longo das últimas duas décadas,

²⁰² São apontadas como principais causas para o seu desaparecimento a adopção de adubos químicos que o substituíram, as alterações socioeconómicas e diminuição da importância da agricultura, a poluição na Ria, a crescente salinidade da água e a alteração das correntes e das marés no sistema lagunar, assim como as intervenções de dragagem nos fundos dos canais que arrancavam todo o sistema radicular das plantas (ao contrário da sua safra tradicional que deixava raízes por ser superficial) e que terão impedido a sua rápida regeneração. Num ciclo vicioso, a diminuição da área de distribuição do moliço deve-se também à falta da sua recolha, o que contribui para o assoreamento dos leitos, o que, por sua vez, leva ao desaparecimento do moliço (AMRIA, 2007; Conde, 2007; Marinheiro, 2008).

²⁰³ Embora o moliço pudesse ser recolhido a bordo de outras embarcações, como as bateiras, o barco moliceiro era, no entanto, a embarcação mais bem adaptada, tendo em conta a sua capacidade de navegar em águas pouco profundas e ainda a sua grande capacidade de carga.

²⁰⁴ O Porto de Aveiro estava já presente nas rotas da Terra Nova, em meados do séc. XVI, e chegou mesmo a liderar a pesca bacalhoeira em vários períodos, antes e depois da fixação da barra (Amorim, 2008).

mas tem-se verificado uma evolução favorável na pesca longínqua (Conde, 2007; PLRA, 2010a). A actividade complementar do marisqueio e da apanha de bivalves também permanece importante, havendo registo de cerca de 270 pessoas (legalmente) envolvidas na sua exploração (PLRA, 2010b). Sabe-se igualmente que existem quantidades significativas de pesca ilegal e não controlada dentro da laguna (ver, por exemplo, *Diário de Aveiro*, 2005). É de destacar ainda a forte presença da pesca por *arte de xávega* neste troço do litoral que, embora em declínio, ainda constitui a fonte principal de rendimento de muitas famílias (AMRIA, 2007). Mesmo excluindo as que provêm da pesca ilegal e que não são contabilizadas, o índice actual de capturas é considerado insustentável a médio/longo prazo, sendo, por isso, alvo de medidas de gestão ao nível do *Plano Estratégico Nacional para a Pesca 2007-2013*, cuja aplicação é um dos objectivos de intervenção do PEIRVRA (PLRA, 2010a).

Algumas antigas marinhas têm sido transformadas em aquiculturas, tipicamente em regime extensivo ou semi-intensivo. As primeiras explorações de aquacultura datam da segunda metade do séc. XIX, mas nunca resultaram numa actividade de grande escala (Carrabau, 2005; Amorim, 2008). Nos últimos anos, com o declínio da salicultura, têm surgido novas instalações de culturas marinhas, de carácter empresarial e vulgarmente designadas por unidades de piscicultura e de cultura de bivalves. Estas localizam-se nas marinhas de sal abandonadas, nas áreas marginais da laguna e, no caso dos bivalves, em talhões no leito da Ria (PLRA, 2010a).

e) A actividade portuária

A evolução do Porto de Aveiro tem estado sempre interligada com a da laguna, variando a sua prosperidade com as condições de acesso e de navegabilidade desta²⁰⁵. Há cerca de dez séculos, as povoações que se encontram nas margens da Ria do lado oriental eram banhadas directamente pelo oceano. Com o início da formação da laguna, pelo séc. XIII, Ovar deixou de ter porto e o Porto de Aveiro, abrigado pela língua de areia que se formava a partir do Norte, tornou-se num porto atractivo, cuja importância foi rapidamente aumentando até aos séc. XV e XVI, em que se incluía entre os principais portos nacionais (Amorim, 2008). No entanto, com o progressivo afastamento da barra de Aveiro, as condicionantes de acessibilidade terão começado já no séc. XVI, havendo registos de os navios necessitarem de orientação de «gente conhecedora da profundidade dos canais» (Amorim, p. 42, 2008)²⁰⁶.

A partir daqui, embora a actividade mercantil e portuária da região se continuasse a desenvolver, a boa navegabilidade da Ria foi-se tornando progressivamente menos regular e fiável, em função de um complexo conjunto de factores de assoreamento. No final do séc. XVII, a situação agrava-se, motivando a visita de dois engenheiros holandeses em 1687 para estudar a abertura de uma nova barra. Ao longo do séc. XVIII, vai-se alongando a lista de engenheiros e

²⁰⁵ A história do Porto de Aveiro foi recentemente colocada em perspectiva no livro *Porto de Aveiro: Entre a Terra e o Mar*, escrito pela historiadora Inês Amorim (Amorim, 2008). As celebrações dos 200 anos da abertura da barra foram assinaladas pela Administração do Porto de Aveiro (APA) através de um conjunto de eventos, entre os quais a edição da referida obra. É sobretudo nela que nos baseamos para fazer este breve relato do desenvolvimento do Porto de Aveiro.

²⁰⁶ Esta ideia é também reforçada pelo facto de que, embora o Porto de Aveiro tivesse, à época, o maior número de navios (70) e a maior tonelagem total (5100t) dos portos no Entre Minho e Vouga, possuía uma tonelagem média (73t) inferior aos portos de Vila do Conde, Leça, Matosinhos e Porto, constituindo isso sinal de um perfil próprio e eventualmente adaptado (Amorim, 2008).

militares que vêm estudar e diagnosticar a situação, à medida que reclamações esparsas se vão transformando em exposições mais elaboradas e apelos mais prementes da parte do poder local ao central²⁰⁷. No entanto, em 1757, ocorreu uma tentativa, temporariamente bem sucedida, de abrir uma barra nova na zona da Vagueira, conduzida pelo capitão-mor de Ílhavo, João de Sousa Ribeiro. A nova barra voltou a fechar em 1765 e, nos anos seguintes, a situação foi-se agravando, marcada de grande irregularidade e sazonalidade. Enquanto durante o inverno a força das correntes tendia a manter uma barra navegável, durante o verão, as areias a estreitavam e obstruíam. Em 1791, a barra, que estaria próxima da actual Praia de Mira, ficou praticamente obstruída, tendo sido aberto um regueirão junto a S. Jacinto para escoar as águas da Ria que a inundavam. Começa então o auge da crise provocada pela instabilidade da barra, levando as povoações ribeirinhas a uma situação de acentuado isolamento, uma vez que o seu afastamento das vias terrestres principais ditava que o principal elemento de contacto com o exterior fosse o porto. Se até aqui, embora com crescente irregularidade, a actividade portuária se ia mantendo, entre 1793 e 1804 instala-se a estagnação, registando-se até 1811-12 um apagamento quase completo das receitas alfandegárias. Com o agudizar da crise, foram enviados pelo poder central o coronel Reinaldo Oudinot e o sargento-mor Luís Gomes de Carvalho, em 1802, para apresentar um diagnóstico e um projecto de abertura e estabilização da barra. Em 1806 e 1807 dão-se duas tentativas falhadas de abertura da barra, abrindo-se finalmente a mesma com sucesso em 1808 (Oliveira, 1988; Amorim, 2008). A Figura 5.3 ilustra, de forma simplificada, as sucessivas flutuações da posição da barra ao longo do cordão dunar.

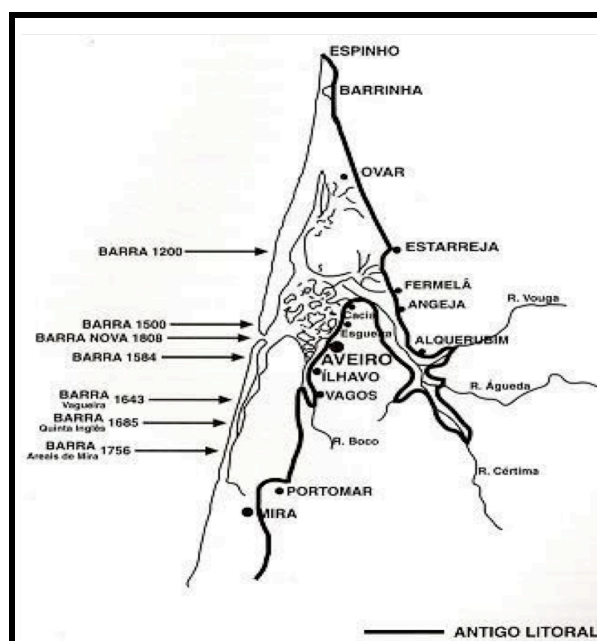


Figura 5.3 – A variação do posicionamento da barra.
Fonte: [www.http://noticiasdebustos.blogspot.com](http://noticiasdebustos.blogspot.com)²⁰⁸.

²⁰⁷ Os vários estudos que são efectuados nesta altura resultam infrutíferos e inconclusivos, não levando a intervenções práticas devido à falta de fundos e do elevado grau de incerteza, associado à complexidade do sistema hidrodinâmico e sedimentar com que os vários peritos se deparavam.

²⁰⁸ Trata-se de uma imagem adaptada por um autor não identificado a partir de gravuras antigas. Preferimos usar a adaptação por ser mais clara do que os mapas originais.

Após a abertura da barra, o porto vai retomando progressivamente a actividade com algumas excepções nos anos de 1838-39, 1857, 1861, 1873-74 e 1909, anos críticos em que a barra voltou a enfrentar sérios problemas de obstrução que provocavam inundações na Ria. Assim, a barra e os canais principais da Ria vêm sendo alvo de sucessivos estudos, obras de melhoramento e intervenções hidráulicas, mais ou menos bem sucedidas, e mais ou menos contestadas pelos engenheiros que se iam seguindo, o que evidencia a dificuldade técnica em lidar com a instabilidade sedimentar da Ria, sucedendo-se projectos, executados ou não, baseados em teorias de ciência hidrodinâmica diferentes que iam evoluindo ao longo do tempo. Como especialmente marcantes para a configuração actual da embocadura da Ria, para além das intervenções de Gomes Carvalho até 1823, são de destacar as obras dos projectos do Eng. Silvério Pereira da Silva, entre 1858 a 1886, e as do Eng. João von Haffe entre 1925 e 1932 (Oliveira, 1988; Amorim, 2008).

Durante o séc. XX, o porto foi-se expandindo continuamente, tendo especial destaque as obras realizadas, entre 1932 e 1958 na zona da barra e, entre 1952 e 1988 no porto propriamente dito, designado por *porto interior*. No seu conjunto, estas últimas consistiram sobretudo na construção de cais de acostagem e em dragagens nos principais canais de navegação. Relativamente à barra, a entrada foi protegida por dois molhes e os fluxos marítimos do Norte e do Sul foram separados por uma estrutura artificial, o *triângulo de marés*, com o intuito de concentrar as correntes para manter a barra desobstruída (Conde, 2007; Amorim, 2008).

Nas últimas duas décadas, a expansão do Porto de Aveiro tem continuado, nomeadamente com a adição de novos terminais especializados e áreas de acostagem, dragagens regulares nos canais principais, a construção da ligação ferroviária ao porto e a criação de uma plataforma e um parque logísticos. De forma correspondente, o tráfego marítimo tem registado um crescimento constante ao longo das últimas duas décadas e meia. A figura seguinte ilustra a acentuada expansão de movimentos que se tem verificado ao longo das últimas décadas.

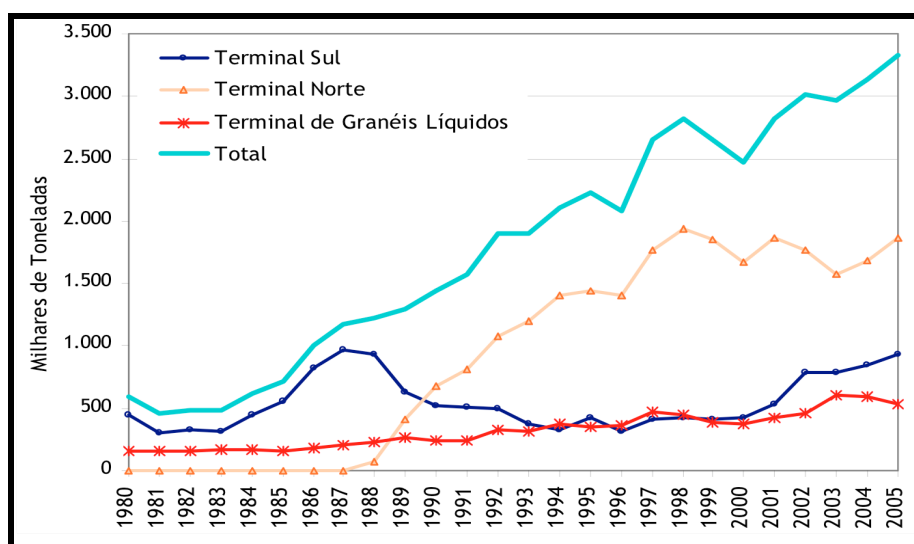


Figura 5.4 – Crescimento do tráfego marítimo entre 1980 e 2005.

Fonte: APA (2006).

No entanto, entre os cinco principais portos portugueses, o de Aveiro é o de menor dimensão em termos de tráfego de navios (9% do total nacional em 2007) e de volume de mercadorias (5%

do total nacional em 2007). A Administração do Porto de Aveiro (APA) considera como principal obstáculo ao desenvolvimento do porto o «acesso marítimo deficiente», sendo que «as características do canal de acesso ao porto limitam o gabarito máximo dos navios a cerca de 8 m de calado e 140 m de comprimento e, em caso de más condições marítimas e meteorológicas, restringem o acesso ao porto» (APA, p. 6, 2006). Assim, um dos objectivos da “Visão Estratégica para 2015”, plasmada no *Plano Estratégico do Porto de Aveiro*, é a estabilização da barra e dos canais principais à cota de – 12,5 m Z. H, estando assim previstas dragagens mais profundas, tal como uma intervenção de reconfiguração do acesso/barra do porto (APA, 2006)²⁰⁹. Espera-se que estes investimentos na expansão e no melhoramento das infra-estruturas portuárias, em conjunto com a recente entrada em funcionamento da A25 e da ligação ferroviária à Linha do Norte, se traduzam num aumento significativo da procura e do volume de carga movimentada (PLRA, 2010a). Com efeito, a referida “Visão Estratégica” é a de que «O Porto de Aveiro será um dos mais dinâmicos e competitivos portos da Faixa Atlântica da Península Ibérica no transporte de curta e média distância, e possuirá um amplo pólo de desenvolvimento logístico e industrial» (APA, p. 8, 2006).

5.1.5 Outras actividades socioeconómicas na Ria de Aveiro

Segundo o PEIRVRA, a região por ele abrangida é uma das zonas com maior dinamismo económico da zona centro e do país (PLRA, 2010a). Das actividades atrás descritas como directamente dependentes dos recursos naturais do ecossistema Ria, apenas a pesca e a agricultura se mantêm como actividades económica e socialmente relevantes²¹⁰. A Ria de Aveiro e a sua envolvente, no entanto, são palco de um leque muito mais alargado de sectores produtivos.

A partir do final da década de 50 do séc. XX, a região começou a ser fortemente industrializada, sendo construídas grandes unidades industriais que a marcaram incisivamente, tanto pela positiva através da oferta de emprego e revitalização económica, como pela negativa, gerando fortes fontes de poluição sobre a Ria e, consequentemente, forte contestação ambiental e polémica social. Entre as mais marcantes neste contexto, encontram-se as do aglomerado de indústria química de Estarreja e a fábrica de celulose Portucel, em Cacia, junto ao rio Vouga. Existe também uma vasta gama de indústrias de pequena e média dimensão. Globalmente, o sector industrial da região é constituído por indústrias alimentares, têxteis, de papel, de curtumes, químicas e derivadas do petróleo, de maquinaria e metal-mecânicas, de ferro e aço, de madeira, de cerâmica e mosaicos, e ainda explorações mineiras (Carrabau, 2005).

O sector terciário também se desenvolveu muito, em particular nos centros mais urbanizados. Destaca-se, a este nível, o grande crescimento do tecido empresarial da região, o grande potencial turístico devido à grande riqueza ambiental e cultural, assim como a rápida expansão da Universidade de Aveiro.

De acordo com o PEIRVRA, existirá ao nível socioeconómico, na globalidade da região, alguma fragilidade e sensibilidade face a crises económicas e outros fenómenos de natureza

²⁰⁹ Ver secções 5.3.5 e 5.3.6.

²¹⁰ Excluindo a actividade portuária, que depende do ecossistema de forma mais redutora, nomeadamente ao nível da sua navegabilidade e não tanto do estado de conservação dos habitats que o compõem.

conjuntural, como sugere a elevada incidência de desemprego observada em alguns concelhos. Contudo, são consideradas especialmente frágeis as comunidades cuja subsistência ainda depende em grande medida dos recursos provenientes da Ria (PLRA, 2010a). O aproveitamento do potencial destas comunidades e do conhecimento associado a estas actividades tradicionais é um dos objectivos do *Plano Intermunicipal UNIR@RIA*, juntamente com o desenvolvimento do turismo de uma forma ambientalmente sustentável. Neste sentido, o plano propõe um conjunto de intervenções no território, relacionadas com a requalificação dos núcleos piscatórios, das frentes lagunares e ribeirinhas bem como das zonas de acostagem de embarcações e equipamentos de apoio à pesca ou à náutica de recreio (AMRIA, 2007). O PEIRVRA, procurando articular as intervenções previstas no UNIR@RIA e no POOC, estrutura também neste sentido a sua intervenção (PLRA, 2010a)²¹¹.

5.1.6 Principais problemas ambientais

Mais de 300.000 pessoas vivem em torno da laguna, sendo as actividades e a ocupação humana desta zona a origem de vários problemas ambientais. Entre estes, o *Plano Sectorial RN2000* destaca os que provocam uma redução ou alteração significativa dos habitats húmidos, como a drenagem e a conversão de zonas húmidas para utilização agrícola e a conversão de salinas em aquaculturas. Neste âmbito, é também significativo o crescimento da actividade turística e a consequente construção de infra-estruturas (RCM, 2008) e, de forma geral, a intensificação da pressão urbanística ao longo e em torno das frentes ribeirinhas da Ria, factores que têm contribuído para a destruição de habitats naturais (Fidélis, 2001). O *Plano Sectorial RN2000* chama ainda atenção para os factores que induzem alterações significativas na dinâmica da Ria, como as dragagens efectuadas pelo Porto de Aveiro, que reduzem disponibilidade de alimentos das aves aquáticas. Refere também a fraca qualidade da água, que desequilibra o ecossistema e afecta em particular as aves, devido à bioacumulação de poluentes nos seus tecidos (RCM, 2008). A poluição da água, tanto a superficial como a subterrânea, tem origem em diversas fontes, nomeadamente na poluição atmosférica e nos efluentes das várias indústrias da região (sobretudo das de grande dimensão), da actividade pecuária, das águas residuais das áreas urbanas e dos campos agrícolas, sobretudo devido ao uso excessivo de herbicidas e de pesticidas (PLRA, 2010b). A intrusão salina no freático de Estarreja será também uma das principais ameaças à prática agrícola nos terrenos marginais à Ria de Aveiro. O deficiente estado de conservação das motas que defendiam os campos, a sua permeabilidade e a reduzida cota de coroamento não permitem assegurar uma protecção eficaz contra a invasão das águas salgadas, designadamente durante a preia-mar de marés vivas (AMRIA, 2007). Ao nível da qualidade da água, a Ria de Aveiro está a ser alvo de um projecto global de despoluição, designado por *Solução Integrada de Colecta, Tratamento e Destino Final dos Efluentes Líquidos*, a cargo da empresa pública SIMRIA (Sistema Multimunicipal de Saneamento da Ria de Aveiro), que tem por principal objectivo tratar as águas residuais de origem

²¹¹ Em relação às actividades mencionadas, tanto tradicionais como modernas, o plano UNIR@RIA faz uma descrição bastante pormenorizada por *Unidades Territoriais* da Ria de Aveiro (pp. 37 a 54), assim como caracterizações bastante completas acerca da situação ambiental num sentido lato (p. 55), da agricultura (p.129) e da floresta (p.147) (AMRIA, 2007).

urbana e industrial.

Apesar de ser uma actividade permitida em toda a área lagunar, com excepção da *Reserva natural das Dunas de S. Jacinto*, a caça tem levado ao abate ilegal de espécies não cinegéticas, sendo também frequente o desrespeito pelos períodos de defeso. Também a pesca tem tido um impacto negativo sobre os recursos marinhos (ICNB, 2008). Tanto no caso da pesca como da caça, tem sido referida a falta de meios de fiscalização para controlar a sua prática ilegal, que é comum na região. Como uma ameaça ambiental importante, é também frequentemente apontado o abandono da exploração de sal e a destruição das respectivas marinhas, afectando muitas espécies de aves (principalmente de limícolas invernantes), que usam este tipo de áreas para se alimentarem (Carrabau, 2005; Conde, 2007; PLRA, 2010b).

Na análise SWOT do PEIRVRA (PLRA, 2010a) sobre o território da Ria, e como resumo dos vários aspectos mencionados até aqui, a Tabela 5.2 apresenta a lista de factores considerados “ameaças” ao que este documento considera ser o “desenvolvimento sustentável” da região²¹².

| | |
|----------------|--|
| Ameaças | <ul style="list-style-type: none">• Sobreposição de competências entre diversas entidades em matéria de ordenamento, urbanismo e ambiente;• Erosão e degradação dos sistemas dunares por elevação do nível médio das águas do mar;• Agravamento do estado de degradação ou completa destruição dos sistemas dunares devido à ocupação humana e agrícola e à erosão marítima;• Subida generalizada do nível médio das águas do mar e desaparecimento do sistema lagunar;• Eutrofização das lagoas de água doce;• Redução da diversidade das espécies faunísticas nas lagoas de água doce e proliferação de espécies oportunistas, resistentes à poluição;• Destruição dos ecossistemas presentes;• Aumento do tráfego marítimo, com consequências nos níveis de poluição;• Diminuição significativa dos <i>stocks</i> de pescado e marisco (e, consequentemente, das capturas);• Impactes ambientais negativos associados à dimensão produtiva e à tipologia de actividades presentes nos pólos industriais (em caso de não implementação de práticas industriais sustentáveis) e ainda à piscicultura;• Desaparecimento ou inviabilização do sistema de exploração das marinhas; |
|----------------|--|

Tabela 5.2 – Principais ameaças ao desenvolvimento sustentável da Ria de Aveiro.

Fonte: PEIRVRA (PLRA, 2010a).

5.1.7 A governação do ecossistema Ria de Aveiro

Os problemas ambientais que têm sido sentidos, ao longo de décadas, têm impulsionado várias tentativas de introduzir uma gestão integrada do ecossistema Ria. Estas têm-se manifestado através da reestruturação e criação de novas entidades administrativas, da criação de instrumentos de gestão do território e de outras iniciativas que têm promovido o diálogo entre os diferentes grupos de interesse para uma visão mais global da Ria.

²¹² Nesta lista, e à luz da descrição que fizemos ao longo das secções anteriores, parece-nos que faria sentido referir também os problemas mais directamente relacionados com as alterações na hidrodinâmica da Ria de Aveiro, incluindo a ameaça de salinização das áreas agrícolas e a sua perda de produtividade. De facto, como veremos mais à frente, uma das críticas recorrentes ao PEIRVRA e ao respectivo *Relatório Ambiental* tem justamente a ver com a consideração por várias entidades de que estes documentos não davam centralidade suficiente às questões relacionadas com a hidrodinâmica da Ria.

a) Nível administrativo

Já desde a criação da Superintendência da Barra de Aveiro em 1755, com o objectivo de gerir a cobrança de impostos regionais para custear as obras associadas à barra, têm existido tentativas de gerir a Ria de Aveiro enquanto um espaço administrativamente articulado, embora este tenha sido sempre internamente marcado pelas tensões relativas aos vários municípios que o partilham. Neste processo, as sucessivas administrações portuárias que, desde cedo, tomaram sob sua jurisdição aspectos relacionados com a generalidade do espaço lagunar, têm há muito desempenhado um papel central (ver Amorim, 2008).

Num passado mais recente, como resposta à longa pressão que os municípios vinham exercendo para uma requalificação das frentes ribeirinhas que estavam sob a alçada do portos nacionais, o Estado português e a UE financiaram, durante os anos 90, o extenso programa FEDER de requalificação urbano-ribeirinha de áreas devolutas nos portos. Neste processo, debateu-se se as administrações portuárias deveriam deter a gestão directa de tais áreas dominiais, tendo-se decidido a favor da sua requalificação e devolução como extensões dos municípios circundantes. Num processo de reestruturação administrativa, de modo a manter as *áreas de reserva portuária* sob o seu domínio, as administrações portuárias foram cedendo terreno através da crescente cooperação com os municípios, financiando conjuntamente elevados investimentos de requalificação, nomeadamente, no caso de algumas cidades portuárias, através do programa de requalificação urbana POLIS (Caldeirinha, 2007 *in* Amorim, 2008).

Este foi o caso da Ria de Aveiro, com a extinção da Junta Autónoma do Porto de Aveiro e da criação da APA²¹³, cuja área de jurisdição se tornou muito mais restrita, passando de toda a extensão lagunar para apenas a área de reserva portuária. Assim, o quadro institucional de responsabilidade pela gestão da Ria de Aveiro foi alterado, tendo ficado, em 2002, sob a tutela do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAOT) (AHRC, 2010).

Entretanto, havia sido criado o Gabinete da Ria de Aveiro, em 1988, o qual tinha como objectivos principais a caracterização ambiental da Ria e a identificação de soluções para os vários e graves problemas de poluição da água. A contribuição central deste gabinete ficou-se pelos aspectos relacionados com a gestão da água e a elaboração do documento *Plano Ria — Plano Integrado para a Resolução dos Problemas de Poluição*. Não obstante, o papel deste gabinete foi fundamental para, em 1989, a criação da Associação de Municípios da Ria (AMRIA), impulsionadora e gestora do SIMRIA, instituído em 1997 pelo Decreto-Lei n.º 101/97 de 26 de Abril (Fidélis, 2001).

Mais recentemente, foi criada a Administração da Região Hidrográfica do Centro, I.P. (ARH) em Outubro de 2008, ficando a gestão do domínio hídrico da Ria de Aveiro sob a responsabilidade deste novo instituto desconcentrado do MAOT. A ARH resulta de um modelo institucional de gestão dos recursos hídricos²¹⁴, que procura criar um conjunto de condições chave que equacione a gestão dos recursos hídricos de forma adaptada às especificidades da Ria de Aveiro (ARHC, 2010). Uma destas condições é a criação de mecanismos que procuram uma maior proximidade entre a administração e os administrados, nomeadamente através do Conselho de

²¹³ Através do Decreto-Lei. n.º 339/98 de 3 de Novembro.

²¹⁴ Criado no âmbito da Lei da Água (Lei 58/2005 de 29 de Dezembro), este modelo visa, através das ARH, permitir a gestão integrada dos recursos hídricos interiores, de transição e costeiros.

Região Hidrográfica, o qual reúne um conjunto diverso de entidades da administração central, mas também de representantes de interesses regionais que acompanham e escrutinam as actividades desenvolvidas pela ARH do Centro, assim como a possibilidade de delegação de competências de gestão dos recursos hídricos em associações de utilizadores do domínio público hídrico, municípios ou associações de municípios (ARHC, 2010).

Actualmente, como principais entidades públicas com responsabilidades na área do ambiente e do planeamento territorial, existem, ao nível local, dez assembleias municipais e dez câmaras municipais relativas aos dez municípios que abrangem a Ria, as 86 juntas de freguesia constituintes destes municípios e a Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro – Baixo-Vouga (CIRA), a qual, em relação à anterior associação de municípios, integrou os municípios de Anadia e Severdo-Vouga e excluiu o município de Mira, representando um total de 11 municípios da região²¹⁵.

Ao nível central ou desconcentrado, e de acordo com as mais recentes alterações na orgânica institucional, encontramos a Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Centro (*Regime Florestal, Reserva Agrícola Nacional*), a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (*Reserva Ecológica Nacional*), o Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I.P. (as áreas *Rede Natura 2000* e a *Reserva Natural das Dunas de São Jacinto*), a Administração da Região Hidrográfica do Centro, I.P. e Instituto Nacional da Água (*Domínio Público Hídrico*), a Direcção-Geral de Turismo (projectos turísticos) e o Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, I. P. (intervenção junto de património classificado).

b) Planos, programas e instrumentos de gestão do território

Nas últimas duas décadas, com o desenvolvimento dos instrumentos de gestão do território (IGT), o território da região da Ria de Aveiro foi sendo abrangido por um considerável número de planos a várias escalas que, progressivamente, têm caminhado para um maior reconhecimento da importância da integração deste território. Actualmente, a governação integrada deste território deve considerar 22 planos (sem contar com os IGTs municipais de escala menor à dos PDMs), que devem estar harmonizados entre si de acordo com as suas relações hierárquicas. Particularmente centrais no contexto da gestão integrada da Ria são o *Plano Intermunicipal UNIR@RIA*, o *POOC Ovar – Marinha Grande* e o muito aguardado *Plano de Ordenamento do Estuário do Vouga*. A Tabela 5.3 sumariza os IGT com incidência sobre esta área, permitindo traçar a sua evolução através da indicação do ano de aprovação de cada documento.

²¹⁵ A CIRA substituiu a AMRIA, assim como a GAMA (Grande Área Metropolitana de Aveiro), no âmbito do novo regime jurídico do Associativismo Municipal, pela Lei n.º 45/2008, que cria as Comunidades Intermunicipais (CIM). De acordo com o novo regime, as CIM correspondem a unidades territoriais com base nas NUTS (Nomenclaturas de Unidades Territoriais) III. Neste caso, a CIRA corresponde à NUT III *Baixo-Vouga*.

| Instrumentos de âmbito nacional | Planos sectoriais com incidência territorial | Planos especiais de ordenamento do território | Instrumentos de âmbito regional | Instrumentos de âmbito municipal |
|--|--|--|--|--|
| <ul style="list-style-type: none"> • <i>Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território</i> (PNPOT) - 2007 | <ul style="list-style-type: none"> • <i>Plano de Bacia Hidrográfica</i> (PBH) do Rio Vouga – 2002 • <i>Plano Regional de Ordenamento Florestal</i> (PROF) do Centro Litoral - 2006 • <i>Plano Sectorial da Rede Natura 2000</i> (PSRN2000) - 2008 • <i>Plano de Ordenamento do Espaço Marítimo</i> - (em elaboração) | <ul style="list-style-type: none"> • <i>Plano de Ordenamento da Orla Costeira</i> (POOC) Ovar – Marinha Grande – 2000 (actualmente em processo de revisão) • <i>Plano de Ordenamento da Reserva Natural das Dunas de São Jacinto</i> (PORNSJ) - 2005 • <i>Plano de Ordenamento do Estuário</i> (POE) do Vouga - (elaboração prevista para 2012) | <ul style="list-style-type: none"> • <i>Plano Regional de Ordenamento do Território</i> (PROT) do Centro – atrasado | <ul style="list-style-type: none"> • <i>Plano Intermunicipal de Ordenamento da Ria de Aveiro</i> (UNIR@RIA) - 2008 • Os <i>Planos Director Municipal</i> (PDMs) dos 12 Municípios que fazem parte da envolvente da Ria de Aveiro. <p>Nota 1: A 1.^a geração destes PDMs foi aprovada entre 1992 e 2002. Destes, a maior parte encontra-se actualmente em processo de revisão.</p> <p>Nota 2: Nos IGT de âmbito municipal, incluem-se também os planos de urbanização e os de pormenor.</p> |

Tabela 5.3 – Os IGT aplicáveis à região envolvente da Ria de Aveiro.
Fonte: Adaptado do *Relatório Ambiental* do PEIRVRA (PLRA, 2010a).

De uma forma mais ou menos directa, a área é também alvo da incidência de um largo número de documentos de natureza estratégica — programas, planos e estratégias, de âmbito nacional, regional ou internacional. Estes, juntamente com os IGTs acima referidos, constituem o *Quadro de Referência Estratégico* para esta região, tal como identificado pela AAE do PEIRVRA (ver PLRA, 2010b)²¹⁶. Enquanto *Operação Integrada de Requalificação e Valorização da Orla Costeira*, considera-se que o próprio PEIRVRA, que enquadra o *Programa Polis Litoral Ria de Aveiro*, vem, neste âmbito, dar um importante contributo estratégico (ver a secção f do Anexo 3).

c) Outras iniciativas

Os problemas ambientais da Ria foram ganhando maior visibilidade e mobilizando atenções através de várias iniciativas. Neste âmbito, do evento pioneiro *Jornadas da Ria de Aveiro*, um encontro realizado em 1985 por uma vasta comissão de que faziam parte os presidentes dos municípios ribeirinhos, proveio a publicação de três volumes: *I — Poluição da Ria de Aveiro*, *II — Recursos da Ria de Aveiro*, *III — Ordenamento da Ria de Aveiro* (Oliveira, 1988). Também em 1985, foi criada a *Região de Turismo Rota da Luz*, com o objectivo de salvaguardar o «valioso património natural, cultural, artístico e monumental da região» (Carrabau, 2005). Em 1991, é organizado o encontro *A Ria de Aveiro: que futuro?*, com o intuito de detectar problemas, caracterizar a situação e delinear soluções que possibilitem a recuperação da Ria de Aveiro.

²¹⁶ O *Quadro de Referência Estratégico* (QRE) consiste nos principais objectivos de política ambiental e de desenvolvimento sustentável estabelecidos a nível nacional, europeu e internacional em planos, programas, estratégias e outros documentos definidores de políticas, com os quais o plano ou programa sob avaliação se relaciona directamente (Partidário, 2007).

Destaca-se ainda, como uma iniciativa marcante, o projecto de investigação *MARIA* em 1996, — incluindo o seu subprojecto *ESGIRA (Estrutura de Gestão Integrada para a Ria de Aveiro)* em 1998 —, financiado pelo *Programa LIFE* e desenvolvido no Departamento de Ambiente e Ordenamento da Universidade de Aveiro, o qual se debruçou sobre a gestão da Ria e sobre o ordenamento da laguna e da sua envolvente, definida pelos limites das freguesias ribeirinhas (Carrabau, 2005). Um dos aspectos relevantes deste projecto foi a adopção, por todos os parceiros envolvidos, de uma carta de princípios sobre a gestão da Ria de Aveiro (Fidélis, 2001). Seguiu-se, ainda, o encontro *Sorria — I Jornadas da Ria de Aveiro*, em 2006, e as *Jornadas da Ria de Aveiro 2011*, ambas tentativas de renovar as *Jornadas* de 1985.

Embora se considere que não tenha havido a continuidade sistemática que seria desejável aos esforços programáticos das *Jornadas* de 1985, são abundantes e diversos os contributos para uma gestão integrada da Ria que se têm acumulado ao longo das últimas duas décadas, apesar das dificuldades inerentes à sua articulação. Estas prendem-se sobretudo com a complexidade da estrutura administrativa desta área, que favorece a sobreposição de competências, facilitando o surgimento de conflitos e de baixos níveis de responsabilização política sobre as intervenções e os respectivos efeitos (Borrego, 1996 *in* Fidélis, 2001).

Do extenso conjunto de documentos que perfazem o já referido *Quadro de Referência Estratégico*, relativamente às questões de conservação e às questões ambientais de forma geral, extraem-se os objectivos e orientações de gestão listados na Tabela 5.4.

| Aspectos críticos para o desenvolvimento sustentável | Objectivos ambientais e orientações gerais de gestão para a sustentabilidade |
|--|--|
| Conservação da natureza e preservação da paisagem | <ul style="list-style-type: none"> • Assegurar a manutenção e restauração do sistema lagunar e do seu mosaico de habitats (sapais, salinas, caniçais, sistema de bocage, lagoas de água doce), promovendo a coexistência de habitats de alimentação, nidificação, repouso e corredores de migração (galerias ripícolas e bosquetes) para a avifauna; • Assegurar a manutenção, num estado favorável de conservação, dos demais habitats classificados presentes na área de intervenção (marinhos, estuarinos, ripícolas, dunares e florestais); • Garantir a conectividade entre áreas classificadas, através da promoção da continuidade e da heterogeneidade das zonas de conexão entre diferentes áreas (corredores ecológicos); • Proteger espécies da flora e da fauna de interesse comunitário; • Valorização dos sistemas lagunares através da recuperação e da criação de novas áreas de vegetação autóctone; • Assegurar a concretização das orientações de gestão relativas à ZPE <i>Ria de Aveiro</i> e aos Sítios Rio Vouga, Barrinha de Esmoriz e Dunas de Mira, Gândara e Gafanha; |
| Dinâmica costeira e riscos ambientais | <ul style="list-style-type: none"> • Proteger a orla costeira e combater a erosão; • Conservar/recuperar o cordão dunar; • Reduzir o risco associado a áreas urbanas costeiras; • Proteger a zona lagunar e prevenir riscos de assoreamento; • Prevenir e defender pessoas, bens e sistemas de outros riscos naturais e tecnológicos; • Reduzir a poluição atmosférica e controlar as emissões de poluentes atmosféricos; |
| Recursos hídricos | <ul style="list-style-type: none"> • Prevenir a ocorrência de cheias e minimizar os seus efeitos; • Combater, controlar e prevenir os riscos de poluição dos meios hídricos superficiais e subterrâneos; • Garantir o bom estado ecológico e físico-químico dos recursos hídricos; • Proceder à regularização das utilizações do domínio hídrico no âmbito do novo quadro legal aplicável; • Prevenir e gerir os conflitos de uso do solo com os locais de maior vulnerabilidade dos cursos de água, aquíferos e com as captações de água; |

| | |
|--|---|
| | <ul style="list-style-type: none"> • Prevenir e gerir os conflitos de uso do plano de água com os locais de maior vulnerabilidade dos cursos de água e aquíferos; • Garantir o uso sustentável dos recursos hídricos; • Garantir, proteger ou definir o Aquífero Cretácico como recurso hídrico estratégico na região; |
| Competitividade e desenvolvimento sustentável | <ul style="list-style-type: none"> • Compatibilizar as actividades económicas tradicionais da Ria (pesca, aquicultura, salicultura, agricultura) com a conservação da natureza e a preservação dos recursos naturais, assegurando as condições de base para o seu desenvolvimento sustentável; • Promover a fruição pública do litoral, suportada na requalificação dos espaços balneares e das frentes urbanas marítimas; • Promover a fruição pública das frentes lagunares e ribeirinhas; • Promover a mobilidade sustentável e ordenar a circulação de embarcações na Ria; • Melhorar as condições de acostagem, nomeadamente, de embarcações de recreio; • Favorecer o desenvolvimento do Turismo de Natureza enquanto produto turístico estratégico para a Região Centro; • Promover outras actividades que contribuam para a divulgação, promoção e interpretação do património natural e cultural, de modo a potenciar o carácter apelativo das condições naturais do território e a fortalecer a identidade histórico-cultural e os elementos agregadores da comunidade; • Promover a coesão social e o desenvolvimento do tecido empresarial local; |

Tabela 5.4 – Objectivos ambientais e orientações gerais de gestão para a sustentabilidade de acordo com aspectos críticos.

Fonte: Adaptado do *Relatório Ambiental* do PEIRVRA (PLRA, 2010b).²¹⁷

5.1.8 A Ria de Aveiro enquanto espaço narrativo

As secções prévias foram já referindo alguns aspectos relacionados com a interacção da presença humana com as várias dinâmicas da “impropriamente chamada” Ria de Aveiro²¹⁸. A nossa investigação aborda esta questão de uma outra perspectiva, nomeadamente a partir da forma como as representações de espaços e elementos centrais para a ZPE são articuladas no discurso em contextos-chave, neste caso, o da avaliação de impactes ambientais de intervenções com forte incidência espacial sobre um ecossistema sensível. No Capítulo III, defendendo a importância que um maior entendimento de narrativas locais poderá ter para a governação ambiental de espaços concretos, postulámos que diferentes visões da sustentabilidade local se apoiam em narrativas e representações contrastantes, que não só emergem ao nível do discurso, como se materializam em posicionamentos concretos perante processos de tomada de decisão. Infelizmente, embora exista alguma bibliografia historiográfica e alguns levantamentos de carácter etnográfico²¹⁹, a escassez de abordagens de carácter sociológico sobre o espaço da Ria de Aveiro dificulta-nos qualquer esforço

²¹⁷ Estes aspectos críticos, derivam do que na AAE do PEIRVRA, em concordância com a metodologia proposta por Partidário (2007), aparece designado como *Factores Críticos de Decisão*, os quais pretendem plasmar os principais problemas (ou aspectos críticos) em termos de ambiente e desenvolvimento sustentável existentes na área de intervenção do programa. Servindo como critérios centrais, estes factores estruturam toda a análise proposta pelo *Relatório Ambiental* da AAE.

²¹⁸ Referimo-nos à “correção” que é frequentemente feita em descrições da Ria de Aveiro, sendo considerada tecnicamente preferível a designação de “Haff-Delta” para designar este tipo de laguna. Uma ria propriamente dita refere-se a um «vale invadido pelo mar em virtude de uma oscilação do solo» (Oliveira, p. 22, 1988).

²¹⁹ Ver, por exemplo, a obra *Cacia e o Baixo Vouga*, coordenada por Bartolomeu Conde e editada pela C.M. de Aveiro em 1984.

neste sentido²²⁰. Assim, neste âmbito, referimos alguns aspectos que nos prenderam a atenção na leitura de outras fontes sobre a Ria.

De facto, os relatos sobre a formação da Ria, feitos nas secções 5.1.1 e 5.1.4.e, correspondem a uma história impressionante, sendo hoje em dia difícil imaginar locais como Ovar, Estarreja, Aveiro, Mira ou Tocha serem directamente banhados pelo mar. É também interessante ter em conta que se trata de uma evolução geológica relativamente recente, antecedendo-lhe em muito a actividade humana na região ao longo das épocas pré-romana, romana e da Alta Idade Média. Além disso, a Ria actual resulta da interacção da presença humana com as dinâmicas geológicas naturais, num processo de profunda adaptação e artificialização do meio que tem como expressão máxima e central a abertura e fixação da barra em 1808. Ao mesmo tempo, embora artificial, esta nova barra visava repor o que se poderia conceber como o funcionamento “normal” de um sistema, o qual se tornara “disfuncional” para as comunidades humanas que tinham prosperado sob uma determinada configuração “natural”. Somos da opinião que todos estes factores terão lavrado um terreno fértil para o desenvolvimento de narrativas nas quais a interacção cultural com o meio físico ocupa um lugar particularmente central.

Deste ponto de vista, uma das suas conclusões mais interessantes que retiramos da obra *Porto de Aveiro: Entre a Terra e o Mar* de Inês Amorim (2008) é que a motivação para os investimentos para a abertura e manutenção da barra terá tido a ver com a ideia de recuperar um passado próspero, e talvez até romantizado, de Aveiro e do seu porto. Por outro lado, tal ideia ter-se-á consolidado com a especulação e as expectativas geradas em torno da produtividade da região e do *hinterland* portuário, i.e., as perspectivas acerca de um acentuado desenvolvimento comercial, e que só a barra «incapaz» impedia²²¹. Defendendo um ponto de vista de que o porto foi, antes de mais, barra, Amorim levanta a este respeito uma questão central no seu livro: o que é que levou à moderna barra e ao moderno porto interior: o discurso ou a economia? Ou seja, «é a construção de um porto que fomenta a economia ou é a economia que o impõe?» (Amorim, p. 28, 2008). No caso de Aveiro, embora Amorim deixe esta questão em aberto com alguma ambiguidade, parece ser dominante a perspectiva de que para a materialização do porto terá sido mais importante o discurso (incluindo as vontades políticas e socioeconómicas) do que uma economia real pré-existente que assim o exigia. Por outras palavras, terá sido sobretudo a «ideia de porto» a ser sonhada e reivindicada — alimentada por uma narrativa que aliava as memórias de um passado próspero e glorioso à especulação gerada em torno das potencialidades económicas do *hinterland* — que terá impulsionado e criado a economia portuária. Amorim fala, a este respeito, das «exigências de uma cultura do poder» que não é só local, mas também central (Amorim, p. 191, 2008), em que também se manifesta o poder da cultura, do engenho e da vontade humana sobre um meio difícil de domesticar. A ser correcta, esta hipótese é um poderoso testemunho do potencial que uma narrativa convincente tem para influenciar o espaço físico.

²²⁰ Fundamentalmente, as raras excepções que conhecemos dizem respeito à caracterização das percepções de determinados actores sociais da Ria de Aveiro, nomeadamente Sumares 2007; Salgado, 2007; e Martins *et al.* 2011.

²²¹ Adicionalmente, a própria abertura da barra em 1808 terá sido pressionada pela conjuntura bélica da época, em que o Porto de Aveiro aparecia como um importante ponto estratégico para o desembarque de tropas aliadas (Amorim, 2008).

De forma significativa, como podemos verificar na secção 5.1.4, o discurso sobre a incapacidade da barra e o seu estatuto enquanto obstáculo para o desenvolvimento do potencial do Porto de Aveiro mantém-se actual, uma vez que a superação das condicionantes sobre o calado dos navios que passam a barra constitui um dos objectivos da visão estratégica da APA para 2015. Com efeito, é considerado como principal obstáculo ao desenvolvimento do porto o «acesso marítimo deficiente» (APA, p.6, 2006). Que deficiência é esta e em função de que objectivos? Fará sentido ver a barra enquanto um instrumento deficiente por não cumprir plenamente as tarefas para o qual foi desenhado? Poderá a barra ser vista como mero instrumento, tendo em conta que desempenha um papel tão determinante para todo o ecossistema da Ria? Enquanto instrumento, é-lhe exigido um desempenho cada vez melhor, mas quais os limites desta exigência e quais as implicações da sua instrumentalização irrestrita para a hidrodinâmica da Ria e dos ecossistemas que dela dependem?

A barra simboliza, no entanto, mais do que a mera entrada do porto, constituindo um elemento central do ecossistema Ria, ligado de forma absolutamente fundamental à “sustentabilidade” da vida humana na Ria. De forma a considerar o seu carácter simbólico de forma mais ampla, consideremos agora uma outra voz, pelo que remetemos o leitor para o texto *A laguna: vida, morte e ressurreição de Aveiro* (integralmente reproduzido no Anexo 2), da autoria do Coronel Diamantino Antunes do Amaral (1968)²²². Num género híbrido entre a narrativa histórica e uma crónica pessoal, o breve relato de Amaral cobre cerca de mil anos de história, centrando-se precisamente na recente evolução geológica da região e nas respectivas consequências para a presença humana.

Depois de uma curta introdução, o texto divide-se em sete breves secções. É a secção I que nos descreve, de forma idílica, a Ria dos anos 40 do séc. XX. Em jeito de epifania, é o impacto da visão da sua beleza que explica o fascínio do autor pela Ria e que nos dá o pano de fundo para a narrativa que se segue. Num longo percurso de aprendizagem sobre a região, Amaral apercebe-se das dificuldades sentidas pela população nos períodos de maior estrangulamento da laguna, ficando profundamente impressionado pelos elevados índices de mortalidade infantil. Foi sobretudo esse «horror» que o motivou a escrever, tornando irreprimível o desejo de denunciar um sofrimento esquecido e de o reinscrever na consciência das populações do presente. Nesta secção, é particularmente interessante a forma como é representada a paisagem da Ria, um quadro idílico de beleza tão «extasiante» que faz duvidar da sua própria realidade. São sensualmente descritas as cores e as texturas dos vários elementos que a compõem: os campos, as areias, o casario, o céu, as águas do mar e da laguna e as velas dos barcos. Para os descrever, estes elementos são integrados num compacto aglomerado de metáforas, em que toda a paisagem é um «sonho lindo» recoberto por uma «poalha de ouro» que acentua e embeleza as suas cores.

Amaral era, claramente, um amante da Ria, que nos aparece representada como um “Éden” na terra, em que os elementos naturais e humanos aparecem harmoniosamente “casados” no «esplendor da sua ímpar beleza». Esta simbiose perfeita, no entanto, terá sido alcançada com

²²² Amaral, D. (1968) “A laguna: vida, morte e ressurreição de Aveiro”, in *Aveiro e o seu Distrito*, n.º 6, Aveiro, 1968, pp.34-46.

grande custo e sacrifício²²³. Em contraste com o tom idílico da descrição contemporânea de Amaral, o relato das dificuldades sofridas pelas populações assume um tom marcadamente trágico, explorando significativamente um conjunto de metáforas associadas à simbologia cristã²²⁴. Depois de longa agonia, graças ao engenho humano e à iniciativa dos «poderes públicos», é aprovado pelo governo um projecto que constitui «o primeiro passo para pôr termo ao livre divagar da barra sob a acção dos agentes naturais e, com ele, a esperança de um chamamento à vida ressuscitada que permitisse olhar com mais confiança o futuro». Quando finalmente se consegue fazer uma abertura da barra em 1808, a «treva dissipou-se, finalmente» e Aveiro pôde «entoar aleluias pela vida renascida que nessa data inesquecível começava».

Outros sub-temas relevantes emergem a partir de Amaral e Amorim e nos interpelam, nomeadamente a relação entre o poder central e o local e a relação entre a teoria (ou a ciência, na forma de estudos) e a prática (na forma de intervenções concretas). Note-se que, apesar dos vários “engenheiros” que vieram ver a barra, a «primeira intervenção real não foi feita por nenhum técnico, mas por um homem que assumiu uma responsabilidade enorme», o capitão-mor de Ílhavo, João de Sousa Ribeiro (Amorim, p. 115, 2008), que Amaral contrasta com a passividade e inércia dos «poderes públicos». De facto, ao longo de várias décadas, e salvo raras excepções, enquanto o poder central ia enviando técnicos que desenvolviam estudos que não resultavam em intervenções concretas, o poder local ia-se queixando à coroa e enviando petições para que fossem encontradas soluções. Contudo, é importante notar que a empreitada de Sousa Ribeiro não subsistiu, ao contrário daquelas que se seguiram e que resultaram de um longo estudo prévio — e, já agora, do poder central. Dominante, ao longo de todo este percurso, foi portanto o «espírito de projectar [e estudar] antes de concretizar»²²⁵, espírito herdado também pelos próprios procedimentos de avaliação ambiental.

Mas projectar e concretizar para que fins? E com que implicações ao nível da sustentabilidade da presente configuração ecossistémica da Ria? O que significa realmente o estatuto de ZPE sobre esta área? E como é que ele surge incorporado no meio das tensões vividas pelos actores sociais da Ria? Até que ponto a relação de valorização da biodiversidade se alimenta mais da dimensão narrativa em torno da vivência concreta da Ria do que da sua integração na RN2000? E de que forma esta última aparece instrumentalizada no discurso e o que é que isso nos diz sobre o significado destes espaços? Como procurar equilíbrios dinâmicos com uma natureza instável, cumprir objectivos legais de conservação e, ao mesmo tempo, manter a sua significância cultural, que é o que torna estes espaços únicos e valiosos para as comunidades que os ocupam? Estas são algumas questões que deixamos, para já, suspensas no pano de fundo desta dissertação.

²²³ Nomeadamente o custo do sofrimento prolongado da população de toda a envolvente da Ria e, em particular, o sacrifício de inocentes, as crianças defuntas, que são comparadas aos filhos de Nióbe, vítimas da «ira desumana de Latona».

²²⁴ O povo da Ria toma o lugar de Cristo, um bode expiatório que paga pela ousadia dos povos primitivos que «numa insignificante casca de noz que uma vela fazia correr sobre as ondas, já nesses recuados tempos, se atreviam a desafiar» um mar furioso. O mar aparece com um ser vingativo, responsável por produzir uma Ria que, na fase final da sua formação, seria para Aveiro um «ferro em brasa que penetraria profundamente na sua carne, dilacerando-a, ulcerando-a, martirizando-a, enfim» (Amaral, 1968).

²²⁵ Amorim, p. 191, 2008.

5.1.9 A aplicação da AIA na envolvente da Ria de Aveiro

Finalmente, consideramos brevemente alguns dados estatísticos relativos à aplicação do procedimento de AIA nos municípios em torno da Ria de Aveiro, assim como o perfil dos respectivos componentes de consulta pública em termos de proveniência de pareceres. Os gráficos que se seguem baseiam-se em dados disponibilizados pela Agência Portuguesa do Ambiente.

As figuras seguintes dizem respeito aos procedimentos AIA realizados nos concelhos que pertencem à antiga AMRIA e poderão ser comparadas com os gráficos da secção 2.2.2, referentes à realidade nacional²²⁶. No total, a partir dos dados relativos à última década, foi contabilizado um total de 52 procedimentos que tiveram lugar num dos referidos municípios. Estes dados não fornecem informação específica sobre os projectos nas (ou com influência sobre) as áreas RN2000 da região, porque dizem respeito à globalidade destes conselhos. Essa aferição, seguramente interessante, careceria de um tratamento bastante mais individualizado de cada um dos procedimentos, que ultrapassaria o fim meramente contextualizante desta secção. No entanto, devido à proximidade dos focos populacionais desta zona com as massas de água, parece-nos provável que, mais ou menos indirectamente, pelo menos a maior parte dos projectos considerados implicassem algum tipo de incidência ambiental sobre a ZPE e as outras áreas classificadas e que, por isso, podemos olhar para esta região enquanto representativa de uma zona considerada, em termos gerais, como ecologicamente sensível.

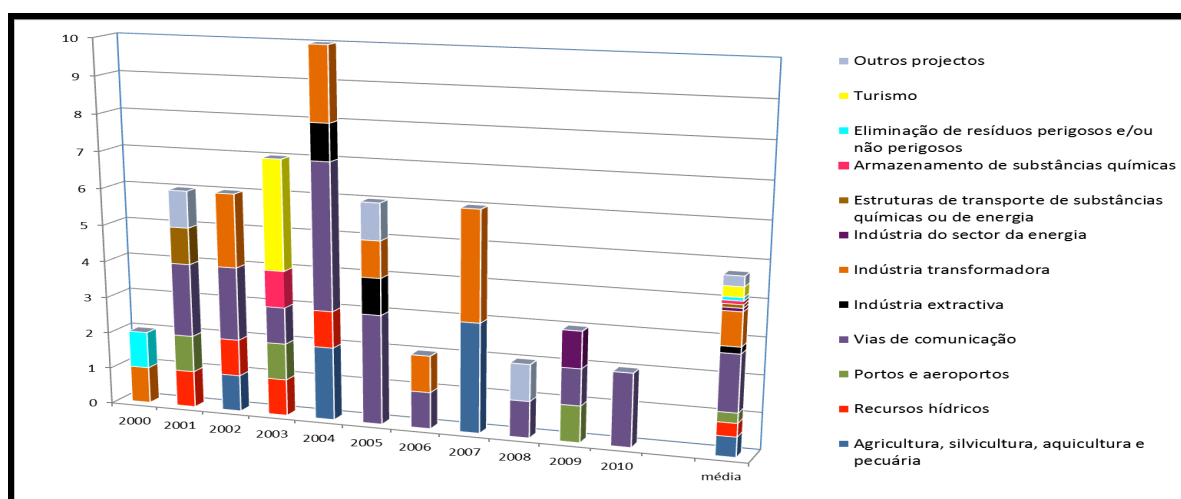


Figura 5.5 – Tipologia de todos os projectos submetidos a AIA no território da ex-AMRIA ao longo da última década.

Ao nível da distribuição da tipologia de projectos submetidos a AIA, podemos, através da comparação com os gráficos incluídos na secção 2.2.2, observar algumas diferenças assinaláveis relativamente à realidade nacional. Embora se verifique uma tendência equivalente para um acentuado decréscimo no número de AIAs a partir de metade da última década, é evidente a menor diversidade no tipo de projectos submetidos nesta sub-região ao longo da década. Exceptuando

²²⁶ Ver secção 5.1.7 acerca da diferença entre a antiga AMRIA e a actual CIRA. Referimo-nos aqui ao território da ex-AMRIA porque, além desta corresponder mais precisamente aos contornos físicos da Ria propriamente dita, era a associação de municípios vigente na região durante a maior parte do período abrangido (até Outubro de 2008).

2003, é notável a ausência de projectos turísticos submetidos a AIA, sobretudo se se tomar em consideração que se trata de uma área dotada de elevado valor paisagístico e de grande aptidão para actividades de lazer ao ar livre. Pelo contrário, a área é caracterizada por um investimento consistente em projectos relacionados com a *Indústria transformadora* e *Vias de comunicação*, tipologias que só por si não sugerem um impacte ambiental menos negativo do que os de tipo turístico. Em menor grau, os projectos relacionados directamente com o Porto de Aveiro também têm marcado presença. Quanto à tendência geral de diminuição de processos, estes poderão, por um lado, ter a ver com a desaceleração económica e a diminuição de investimentos dos últimos anos, mas também eventualmente com o crescente uso da estratégia por parte dos promotores de diminuir a dimensão dos projectos para que estes não devam obrigatoriamente ser submetidos a AIA.

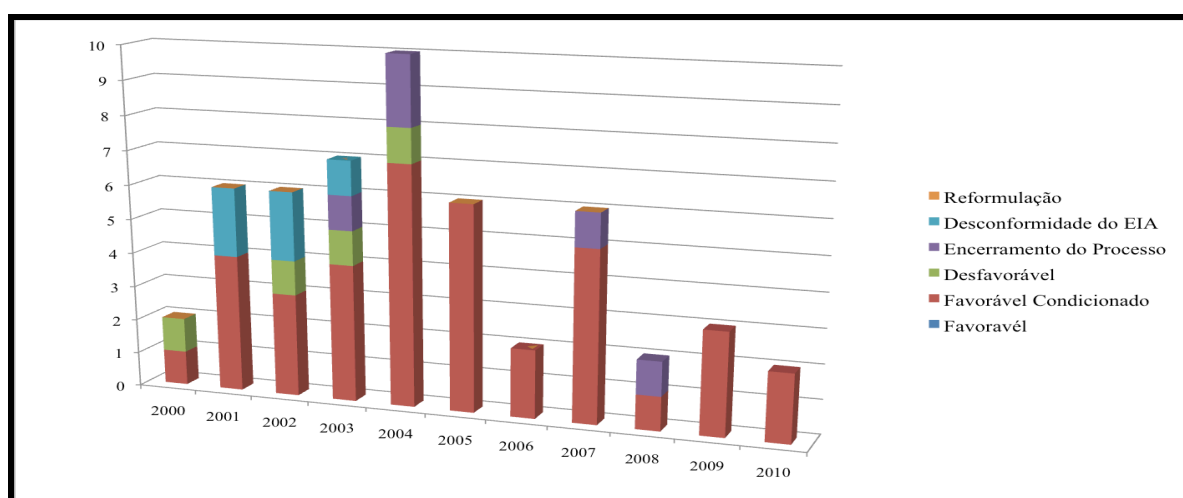


Figura 5.6 – Variação do tipo de decisões relativas aos projectos submetidos a AIA no território da ex-AMRIA ao longo da última década.

Relativamente ao desfecho dos processos submetidos, tal como no âmbito nacional, observa-se uma tendência para a diminuição da variedade do tipo de desfecho do procedimento de AIA, em que a decisão de “Favorável Condicionado” vem-se tornando cada vez mais comum. Esta tendência, tal como no contexto nacional, poderá estar relacionada com a acumulação de experiência com o procedimento por parte dos principais actores envolvidos, isto é, das autoridades AIA, dos proponentes e das entidades contratadas para elaborar o EIA. Assim, embora se verifique um número menor de projectos a ser submetido a AIA, a proporção relativa da sua favorabilidade tem vindo a aumentar. Não sabemos o que significa concretamente a “acumulação de experiência” acima referida. Se, por um lado, é possível que os promotores tenham tido mais em conta as condicionantes ambientais a respeitar (e aprendido a como fazê-lo), também é possível que os EIAs sejam elaborados de forma mais eficaz e convincente. Por outro lado ainda, as autoridades AIA podem ter aprendido a comunicar e a gerir melhor as suas exigências a nível ambiental para as tipologias e as localizações dos projectos em questão. Independentemente das causas concretas e da sua proveniência, e do ponto de vista do promotor que procura um desfecho favorável, parecemos assistir a um aumento de eficiência no funcionamento deste procedimento institucional.

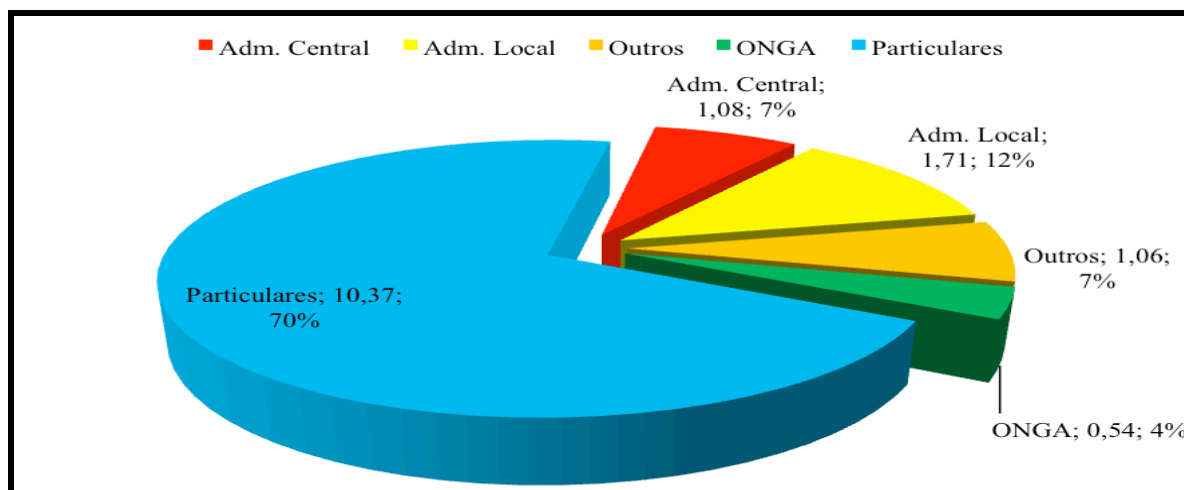


Figura 5.7 – Proveniência média dos pareceres submetidos durante a consulta pública por projecto no território da ex-AMRIA ao longo da última década.

A Figura 5.7 representa o perfil de participação médio de um procedimento AIA, observa-se, no caso dos “Particulares”, uma proporção (70%) bastante superior à média contabilizada para o âmbito nacional (58%), sendo que, de forma mais ou menos distribuída, todas as outras categorias se apresentam, em termos relativos, ligeiramente inferiores.

5.2 Síntese do perfil de participação das consultas e do conteúdo dos pareceres

5.2.1 Introdução

Esta secção procura fornecer uma breve contextualização relativamente à participação verificada nas consultas consideradas por esta dissertação. Para informações relativas aos projectos e programas submetidos a avaliação ambiental, dever-se-á consultar o Anexo 3²²⁷. Neste, incluímos secções adicionais em que se procurou retratá-los de forma aproximada ao que foi fornecido para conhecimento público das intervenções em causa. Para esse fim, as referidas secções incluem duas componentes: (i) uma descrição retirada do *resumo não-técnico* dos respectivos EIAs (e *Relatório Ambiental* no caso da AAE)²²⁸ e (ii) um *Sumário de imprensa e do processo de avaliação ambiental*, em que se recorre sobretudo a artigos da imprensa local e ao EIA para traçar a evolução de cada projecto, estendendo-se esta, nalguns casos, para além da conclusão do procedimento AIA.

Em primeiro lugar, a presente secção recorre a tabelas para apresentar o perfil de participação para cada procedimento de avaliação ambiental de acordo com os tipos de entidades participantes, divididos nas categorias *Administração Central*, *Administração Local*, *Associações Profissionais*, *Políticas*, *Desportivas* e *ONGs não Ambientais*, *Instituições de Investigação* e de

²²⁷ A AAE aplica-se normalmente a um plano ou programa e não a um projecto propriamente dito. No entanto, como consideramos apenas uma AAE juntamente com cinco AIAs, e de forma a facilitar a leitura, usaremos por vezes a palavra “projecto” para designar genericamente projectos, planos e programas.

²²⁸ Tomou-se a descrição apresentada no EIA como correspondente à visão subjacente ao projecto.

*Ensino Superior, ONGs Ambientais, Empresas e Particulares*²²⁹. Adicionalmente, é indicada a posição dominante assumida pelas mesmas, associada a quatro categorias: *posição favorável ou geralmente favorável*²³⁰ (indicada pela cor verde e pela inicial **F**); *posição neutra ou meramente informativa*²³¹ (indicada pela cor amarela e pela inicial **N**); *posição fortemente condicionada*²³² (indicada pela cor laranja e pelas iniciais **FC**); *posição desfavorável ou geralmente desfavorável*²³³ (indicada pela cor vermelha e a inicial **D**)²³⁴.

Em segundo lugar, é apresentada uma síntese do conteúdo dos pareceres enviados. No caso dos procedimentos de AIA, embora incluamos uma descrição sucinta do perfil da consulta institucional, a nossa síntese centra-se na componente de consulta pública, cujos pareceres pertencem ao nosso acervo. No caso da AAE, devido às razões apresentadas na secção 4.2.3, são incluídas no *corpus* a consulta pública e a consulta institucional, pelo que ambas são abrangidas pela referida síntese. Sobretudo nos projectos menos participados ou quando determinado aspecto nos pareceu particularmente relevante, os pareceres são descritos de forma algo mais detalhada. Em ambas as situações, estas subsecções fazem uma considerável revisão e, em alguns casos, adaptação da informação contida nas sínteses dos respectivos *Relatórios de Consulta Pública*, os quais se encontram no disponíveis para referência adicional no Anexo 4 (em formato electrónico). Com a intenção de economizar o volume de texto e de facilitar a leitura, os principais argumentos dos pareceres aparecem sintetizados através de tabelas.

²²⁹ Estas categorias são, parcialmente, baseadas nas usadas pelos organismos que têm desempenhado a função de autoridade de AIA. No entanto, o que aparece designado pelos mesmos como “*Outros*”, aparece aqui discriminado em “*Associações Profissionais, Políticas, Desportivas e ONGs não Ambientais*”, “*Instituições de Investigação e de Ensino Superior*” e “*Empresas*”, categoria que inclui tanto empresas privadas como públicas. Por sua vez, “*Administração Central*” inclui também os organismos administrativos desconcentrados que representam as tutelas nacionais ao nível regional. “*Administração Local*” inclui as assembleias e câmaras municipais, as assembleias e juntas de freguesia e, ainda, as associações de municípios. Finalmente, “*Particulares*” inclui pareceres submetidos em nomes de indivíduos, mesmo que seja claro que estes estejam afiliados a determinadas autarquias, associações ou empresas. São também incluídos nesta categoria abaixo-assinados, contabilizados como apenas um parecer independentemente do número de assinaturas, assim como “pareceres-tipo” e fichas de participação, que contam como pareceres individuais desde que submetidos individualmente.

²³⁰ Esta categoria pode incluir sugestões sobre pequenas alterações em relação ao projecto.

²³¹ Nesta categoria cabem os pareceres aparentemente indiferentes ao projecto que, mesmo referindo condicionantes que devem ser tomadas em conta, não tomam uma posição explícita ou implícita relativamente ao resultado da AIA. No entanto, importa ter em conta que vários dos pareceres aos quais se atribui uma *posição neutra ou meramente informativa* poderão ser interpretados como implicitamente favoráveis. Se não é fornecida nenhuma informação, por exemplo apenas declarando não haver “nada a apontar” ou “a obstar” em relação ao objecto da consulta, interpretamos o parecer como tacitamente favorável. Se são meramente fornecidas informações adicionais ou feitas correcções, entendemos igualmente que isso pode pressupor uma anuência em relação ao projecto ou plano em causa. Por outro lado, em alguns casos, a informação relativa a condicionantes a ter em conta poderá implicar que a entidade participante só será favorável ao projecto se as mesmas forem integradas. Como estas possibilidades são fortemente especulativas, na ausência de uma tomada de posição explícita (ou pelo menos clara de um ponto de vista interpretativo), categorizámos tais casos como neutros.

²³² Esta categoria refere-se à reivindicação de fortes alterações ou condições para a aprovação do projecto, incluindo a eventual repetição ou reformulação do EIA/*Relatório* por este não ser considerado válido ou suficiente, mas em que não parece existir uma oposição fundamental ao projecto proposto.

²³³ Independentemente das críticas feitas ao EIA, o texto parece indicar uma oposição de base ao projecto sob AIA.

²³⁴ Pontualmente, existem casos em que a nossa interpretação da posição da entidade participante difere daquela da autoridade de AIA.

5.2.2. O Projecto de Desenvolvimento Agrícola do Baixo Vouga Lagunar

No âmbito da consulta institucional, i.e., na consulta às entidades externas, foram recebidos pareceres das entidades listadas na Tabela 5.5²³⁵.

| Tipologia de entidades | Entidades | Posição |
|------------------------|---|---------|
| Ad. Central (5) | CCRC (Comissão de Coordenação Regional Centro) | F |
| | CTA (Comissão Técnica de Acompanhamento do Baixo-Vouga Lagunar) | F |
| | IPIMAR (Centro Regional de Investigação Pesqueira do Centro) | N |
| | Instituto Geológico e Mineiro | N |
| | Instituto dos Resíduos | N |

Tabela 5.5 – Perfil de participação da consulta institucional do processo AIA 792 relativo ao *Projecto de Desenvolvimento Agrícola do Baixo Vouga Lagunar*.

No âmbito da consulta pública, foi recebido um total de **63** pareceres provenientes das entidades listadas na Tabela 5.6.

| Tipologia de entidades | Entidades | Posição |
|--|--|---------|
| Ad. Central (1) | IPPAR - Instituto Português do Património Arquitectónico ²³⁶ | N |
| Ad. Local (7) | Câmara Municipal de Aveiro | F |
| | Câmara Municipal de Estarreja | F |
| | Junta de Freguesia de Cacia (Aveiro) | F |
| | Junta de Freguesia de Fermelã (Estarreja) | F |
| | Junta de Freguesia de Beduído (Estarreja) | F |
| | Junta de Freguesia de Salreu (Estarreja) | F |
| | Junta de Freguesia de Angeja (Albergaria-a-Velha) | F |
| Ass. Prof., Pol., Desp. e ONGs não Ambientais (11) | Associação Portuguesa de Geólogos | F |
| | Agrolarix — Sociedade Agrícola e Florestal, LDA. | F |
| | Agro-Pecuária Angejense – Angeja | F |
| | Agrupamento de Defesa Sanitária, Cooperativa Agrícola de Estarreja - A.D.S | F |
| | Associação de Lavoura do Distrito de Aveiro – ALDA | F |
| | Cooperativa Agrícola de Estarreja, CRL | F |
| | Associação de Beneficiários do Baixo-Vouga | F |
| | Associação dos Criadores de Bovinos da Raça Marinhola | F |
| | Instituto Egas Moniz | F |
| | Rotary Clube de Aveiro e Rotary Club de Estarreja | F |
| | Ordem dos Engenheiros | F |
| ONGs Ambientais (2) | Liga para a Protecção da Natureza – LPN | D |
| | Quercus e Associação Cegonha de Estarreja | FC |
| Particulares (42) | 41 pareceres | F |
| | 1 parecer | FC |

Tabela 5.6 – Perfil de participação da consulta pública do processo AIA 792 relativo ao *Projecto de Desenvolvimento Agrícola do Baixo Vouga Lagunar*.

²³⁵ O Instituto Nacional de Meteorologia e a Direcção-Geral das Florestas foram também solicitados a emitir parecer mas não o fizeram.

²³⁶ Extinto, entretanto assimilado pelo actual IGESPAR (Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico).

Na consulta pública, a maior parte dos 63 pareceres recebidos tomam posição em relação a três cenários distintos, propostos pelo EIA relativamente a diferentes combinações das componentes do *Projecto de Desenv. Agrícola do BVL*. Com excepção da LPN, da Quercus e de um parecer individual, todos os outros pareceres são favoráveis à obra, que geralmente é referida como muito ansiada pelos proprietários e agricultores dos terrenos do bloco. A Tabela 5.7 sintetiza os principais argumentos a favor da execução do projecto de acordo com a sua proveniência.

| Argumentos Apresentados | Entidades | | | | | | | | | |
|---|-----------|--------------|----------|------------|-----------|-------------|-----------|------|--------|-----------|
| | IPPAR | CM Estarreja | JF Cacia | JF Beduído | JF Salreu | Ass. P. Geo | Agrolarix | ABBV | Rotary | Ord. Eng. |
| Defesa das águas salgadas (9) | | X | X | X | X | | X | X | X | X |
| Melhoria do sistema agrícola existente (9) | X | X | X | X | X | X | | | X | X |
| Preservação do meio ambiente (8) | X | X | X | X | X | X | | | | X |
| Preservação e melhoria da biodiversidade e dos habitats existentes (8) | | X | X | X | X | | | X | X | X |
| Regularização de cheias (8) | | X | X | X | X | | X | | X | X |
| Importância da estrutura fundiária (7) | | X | X | X | X | | | X | X | |
| Melhoria das condições de trabalho e redução dos custos de produção (7) | | X | X | X | X | X | | | | X |
| Reposição das culturas que antigamente eram realizadas no local (6) | | X | X | X | X | | | | X | |
| Racionalização do trânsito agrícola e do acesso a todas as parcelas através de intervenções sobre a rede viária (5) | | | | | | | X | X | X | X |

Tabela 5.7 – Síntese dos principais argumentos apresentados em defesa da aprovação do projecto.

A maioria dos pareceres fundamenta a sua posição alegando questões ambientais e todos os pareceres favoráveis enfatizam a importância de impedir a invasão da água salgada. Vários dos pareceres referem um passado mais próspero da zona agrícola, descrevendo esta como estando actualmente em acentuado declínio (sobretudo por causa do problema da salinização). A J.F. de Angeja, a Associação da Lavoura do Distrito de Aveiro, e um particular referem como causa principal das alterações da hidrodinâmica da Ria as intervenções que têm sido feitas nas últimas décadas ao nível das infra-estruturas portuárias.

Em vários pareceres, é defendido também o alargamento do Rio Novo do Príncipe associado à execução do projecto *Pista de Remo de Aveiro*. Este aspecto aparece particularmente destacado nos pareceres da C.M. de Aveiro, da J.F. de Angeja, da Associação dos Criadores de Bovinos da Raça Marinhola, da Comissão de Agricultores de Vilarinho, da Ordem dos Engenheiros, assim como de alguns dos agricultores.

Várias entidades, com destaque para as autarquias e as ONGAs, apontam várias lacunas ao EIA e propõem várias medidas de minimização. É de notar ainda que dois pareceres tipo foram submetidos individualmente por 11 e 12 agricultores. Para além disso, em vários dos outros pareceres dos agricultores, várias frases repetem-se de forma mais ou menos variada. Estes elementos indicam ter existido mobilização colectiva relativamente à consulta pública.

Enfatizando a importância da área enquanto pertencente à RN2000, a LPN declara-se contra o projecto, dado que considera que este acarretará para a zona impactos negativos significativos. Entre outros, o argumento principal é que só a manutenção do gradiente de salinidade poderá manter o mosaico de habitats, e que qualquer dos cenários propostos nos sistemas de defesa contra as marés irá criar uma barreira que irá separar por completo os meios doces dos salgados.

Por sua vez, a Quercus (em parecer conjunto com a Associação Cegonha de Estarreja) lembra que o abandono da actividade agrícola tem a ver também com outras questões conjunturais, como a actual política agrícola e as características demográficas destes agricultores, e que não é este projecto que, por si só, vai salvar a agricultura local, não se justificando o investimento se a própria conjuntura política não for alterada. Ao nível da conservação, a opção de deixar o sistema evoluir «naturalmente» resultaria numa outra configuração de biótopos «difícil de definir com rigor, mas que, apesar de tudo, não será menosprezável». A opção de intervir activamente não deverá ter como principal motivação apenas a actividade agrícola e o respectivo investimento «deverá ter por compromisso a dualidade agricultura/conservação da natureza, cujos objectivos, peso e medida deverão estar perfeitamente clarificados».

5.2.3 A Requalificação da Pista de Remo de Aveiro

No âmbito da consulta institucional, i.e., na consulta às entidades externas, foram recebidos pareceres das entidades listadas na Tabela 5.8²³⁷.

| Tipologia de entidades | Entidades | Posição |
|------------------------|--|---------|
| Ad. Central (6) | Instituto Geológico e Mineiro | N |
| | Instituto dos Resíduos | N |
| | Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil | N |
| | Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica (IDRHa) ²³⁸ | FC |
| | Direcção-Geral das Florestas (DGF) ²³⁹ | D |

Tabela 5.8 – Perfil de participação da consulta institucional do processo AIA 914 relativo à *Requalificação da Pista de Remo de Aveiro*.

No âmbito da consulta pública, foi recebido um total de **1637** pareceres, incluindo um abaixo-assinado com 2179 assinaturas e 1624 fichas de participação. A proveniência dos pareceres aparece discriminada na Tabela 5.9.

²³⁷ O Instituto Nacional de Meteorologia, a CCDRC, o Instituto de Investigação das Pescas e do Mar, a Administração do Porto de Aveiro e a Federação Portuguesa de Remo foram também solicitados a emitir parecer mas não o fizeram. Destaca-se o parecer negativo do ICN (enquanto membro da CA) devido às exigências da aplicação da *Directiva Aves* e da *Convenção Ramsar*.

²³⁸ O IDRHa relembra o contencioso com a Comissão Europeia em relação ao *Projecto de Desenv. Agrícola do BVL* e que, uma vez que este projecto lhe é fisicamente adjacente, deverá adaptar-se a quaisquer condições resultantes da resolução do referido contencioso.

²³⁹ A DGF realça a importância do rio Vouga em termos de espécies piscícolas migradoras no panorama nacional, referindo que os dois açudes previstos terão impactos significativos na fauna piscícola, chamando a atenção para o facto de não estarem previstas quaisquer medidas minimizadoras do efeito barreira.

| Tipologia de entidades | Entidades | Posição |
|--|---|----------|
| <i>Ad. Central</i> (2) | Direcção Regional de Agricultura da Beira Litoral (DRABL) | F |
| | Instituto Português da Juventude - Delegação Regional de Aveiro | F |
| <i>Ad. Local</i> (3) | Junta de Freguesia e Assembleia de Freguesia de Cacia | F |
| | Junta de Freguesia de Pardilhó | F |
| | Junta de Freguesia de Esgueira | F |
| <i>Ass. Prof., Pol., Desp. e ONGs não Ambientais</i> (3) | Federação Portuguesa de Canoagem | F |
| | Associação de Canoagem de Aveiro | F |
| | Associação de Beneficiários do Baixo-Vouga | F |
| <i>ONGs Ambientais</i> (3) | Quercus | D |
| | Água Triangular – Associação Ambiental Bacia Hidrográfica do Vouga | F |
| | ADACE - Associação de Defesa do Ambiente de Cacia e Esgueira | F |
| <i>Empresas</i> (1) | Portucel - Empresa Produtora de Pasta de Papel, SA | F |
| <i>Particulares</i> (1624) | Parecer acompanhado por 2 abaixo-assinados, subscrito por 2179 cidadãos | F |
| | 981 fichas de participação sem comentários | F |
| | 642 fichas de participação com comentários | F |

Tabela 5.9 – Perfil de participação da consulta pública do processo AIA 914 relativo à *Requalificação da Pista de Remo de Aveiro*.

Na consulta pública, verifica-se uma situação de quase consenso entre os participantes relativamente à aprovação do projecto, sendo que apenas a Quercus argumentou pela sua rejeição devido aos seus impactes ambientais. Todos os outros pareceres se pronunciaram a favor do projecto. A Tabela 5.10 sintetiza os principais argumentos a favor da execução do projecto de acordo com a sua proveniência.

| Argumentos Apresentados | Entidades | | | | | | | |
|---|-----------|----------|-------------|------|--------------|-------|----------|------------|
| | DRABL | AF Cacia | JF Esgueira | ABBV | Água Triang. | ADACE | Portucel | a-assinado |
| Revitalização da actividade agrícola tradicional em todo o BVL, em coordenação com o PDABVL (6) | | x | | x | x | x | x | x |
| Possibilidade de sustentar a salinização do rio Vouga a montante da sua foz e zonas adjacentes ao mesmo (5) | x | x | | x | | | x | x |
| Potenciação da prática desportiva de alta competição com reflexos para a região (5) | | x | | x | x | x | | x |
| Manutenção das actividades agrícolas e industriais, fundamentais para o equilíbrio económico da região (4) | | | | x | x | x | | x |
| Recuperação de uma tradição e prática cultural enraizada na região (4) | | x | | x | | x | | x |
| Existência de um “plano de água” de qualidade (3) | | | | x | | x | x | |
| Recuperação de toda a zona envolvente no plano hídrico, agrícola e ambiental (3) | | | x | x | | x | | |
| Ausência de agressões ou impactes significativos e definitivos sobre o ambiente (3) | | x | | x | x | | | |
| Recuperação e protecção da biodiversidade local/autóctone (2) | | x | | x | | | | |
| Requalificação ambiental das margens e zonas adjacentes (2) | | | | x | x | | | |
| Recuperação da zona de Bocage (2) | x | | | x | | | | |

Tabela 5.10 – Síntese dos principais argumentos apresentados em defesa da aprovação do projecto.

Excepto a J.F. de Pardilhó, a Federação Portuguesa de Canoagem, e a Quercus, todos os outros participantes referem que o projecto traz “vantagens ambientais” de forma geral, sem concretizar de que tipo estas são. Em semelhança com o caso do *Projecto de Desenv. Agrícola do BVL*, observam-se da parte de várias entidades argumentos a favor do projecto com base no efeito benéfico para a conservação da natureza e, concretamente, para os valores de conservação da ZPE.

Os efeitos nocivos das obras associadas às infra-estruturas portuárias sobre a área de intervenção devido a alterações da hidrodinâmica da Ria, são referidos pela Assembleia de Freguesia de Cacia e pela Portucel.

A prática do remo aparece representada em vários pareceres como uma tradição e uma «velha aspiração» da região, sobretudo nos pareceres da Associação de Beneficiários do Baixo-Vouga e da Assembleia da Freguesia de Cacia e, em menor grau, no parecer do abaixo-assinado da ADACE. No parecer da Associação de Beneficiários do Baixo-Vouga, o projecto e a prática do remo e canoagem chegam a ser descritas como actividades «ancestralmente [...] ligadas à água nesta região, como sejam o trabalho dos marnotos no sal, a apanha do moliço, a pesca e a movimentação de barcos e bateiras na actividade agrícola».

Com um parecer que é implicitamente desfavorável ao projecto, a Quercus assume como especialmente crítica a gestão das comportas com a consequente migração dos peixes, a melhoria de acessos e a implantação de áreas de restauração com a consequente afluência de pessoas e veículos. Também central é a questão da alteração do uso do solo para a instalação das infra-estruturas previstas, o que poderá abrir precedentes para posteriores alterações, podendo conduzir a uma nova frente urbana ribeirinha numa zona que é actualmente um agro-ecossistema. Ademais, alerta para o seguinte: (i) deverão ser considerados os impactes acumulativos com os do *Projecto de Desenv. Agrícola do BVL*, nomeadamente nas condições de acesso dos peixes migradores; (ii) o projecto é incompatível com a DIA do *Projecto de Desenv. Agrícola do BVL*, que determina a exclusão do Rio Velho do sistema de defesa contra marés; (iii) a Ria de Aveiro é um ecossistema ecologicamente sensível de importância comunitária; (iv) inúmeros promotores tentam implementar projectos na área lagunar que colocam em causa a integridade da Ria e dos valores que encerra; (v) já existe uma pista de remo em Montemor-o-Velho; (vi) a actual pista de remo do rio Novo do Príncipe pode continuar a ser utilizada pelos clubes locais durante os treinos diários; (vii) além da condicionante da ZPE, o projecto implica a afectação definitiva de áreas de RAN e REN.

A Quercus declara a suspeita de que:

«o promotor [a C.M. de Aveiro] poderá ter como estratégia apenas submeter a pista a EIA, mas após a sua aprovação, a pouco e pouco, terá eventualmente intenções de ir implementando todo um outro conjunto de projectos que dependam apenas do seu próprio licenciamento (de lembrar que o projecto antigo incluía um campo de golfe, campo de equitação, campismo; entre outros).»

Como conclusão, a Quercus recomenda que estas questões sejam analisadas com detalhe e coerência própria, tendo sempre presente os objectivos que justificaram a inclusão desta área na ZPE *Ria de Aveiro* e a classificação da RN2000 do troço do Vouga a poucos km a montante.

5.2.4 O Projecto Marina da Barra

No âmbito da consulta institucional, foram recebidos pareceres das entidades listadas na Tabela 5.11²⁴⁰.

| Tipologia de entidades | Entidades | Posição |
|------------------------|--|---------|
| Ad. Central (8) | Capitania do Porto de Aveiro | N |
| | Marinha | N |
| | Instituto Hidrográfico | N |
| | Instituto de Estradas de Portugal | FC |
| | Instituto Português do Património Arqueológico (IPPA) | FC |
| | Autoridade Nacional de Bombeiros e de Protecção Civil (ANPC) | FC |
| | Direcção Regional de Agricultura da Beira Litoral (DRABL) | D |
| | Força Aérea | D |
| Ad. Local (2) | Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré | F |
| | AMRIA | F |
| Empresas (3) | Administração do Porto de Aveiro | F |
| | Lusitânia Gás | N |
| | Rede Eléctrica Nacional | N |

Tabela 5.11 – Perfil de participação da consulta institucional do processo AIA 1031 relativo ao *Projecto Marina da Barra*.

No âmbito da consulta pública, foi recebido um total de **124** pareceres, incluindo dois abaixo-assinados, cada um com cerca de 3000 assinaturas. A sua proveniência aparece discriminada na Tabela 5.12.

| Tipologia de entidades | Entidades | Posição |
|---|--|---------|
| Ad. Central (1) | Autoridade Nacional de Comunicações (ANACOM) | N |
| Ad. Local (4) | Câmara Municipal de Ílhavo (parecer acompanhado de declarações de concordância de 76 autarcas do conselho ²⁴¹) | F |
| | Assembleia Municipal de Ílhavo | F |
| | Associação de Municípios da Ria (AMRIA) | F |
| | Câmara Municipal de Aveiro | D |
| Ass. Prof., Pol., Desp. e ONGs não Ambientais (5+6) | Associação dos Amigos da Praia da Barra | F |
| | Associação Náutica da Gafanha da Encarnação | F |
| | Marina Clube da Gafanha | F |
| | Comissão Concelhia de Ílhavo do PCP | D |
| | Associação pelo Futuro da Barra + anexo com 5 pareceres de docentes das Univ. de Coimbra e Aveiro +1 abaixo-assinado com cerca de 3000 assinaturas | D |
| Inst. de Invest. e de Ensino Superior (2) | Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra (FCTUC) | D |
| | Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC) | D |

²⁴⁰ O SIMRIA, a Direcção-Geral de Turismo, o Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos e o Instituto Nacional de Meteorologia foram também solicitados a emitir parecer, mas não o fizeram.

²⁴¹ Estes 76 autarcas incluem 20 membros da Ass. M. de Ílhavo, 3 membros da J.F. da Gafanha do Carmo, 8 membros da A.F. da Gafanha do Carmo, 3 membros da J. F. da Gafanha da Encarnação, 9 membros da A.F. da Gafanha da Encarnação, 5 membros da J.F. da Gafanha da Nazaré, 12 membros da A.F. da Gafanha da Nazaré, 5 membros da J.F. de Salvador e 11 membros da A.F. de Salvador.

| | | |
|----------------------------|---|-----------|
| <i>ONGs Ambientais</i> (4) | Quercus | D |
| | Liga para a Protecção da Natureza (LPN) e Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves (SPEA) | D |
| | GEOTA | D |
| | Água Triangular - Associação Ambiental Bacia Hidrográfica do Vouga | D |
| <i>Particulares</i> (102) | Abaixo-assinado com as 5 assinaturas de todos os deputados do PS do círculo de Aveiro e, separadamente, o mesmo com cerca de 3000 assinaturas | F |
| | 3 pareceres individuais | F |
| | 1 parecer individual | N |
| | 2 pareceres individuais | FC |
| | 33 pareceres-tipo A + 3 pareceres-tipo B | D |
| | 59 pareceres individuais | D |

Tabela 5.12 – Perfil de participação da consulta pública do processo AIA 1031 relativo ao *Projecto Marina da Barra*.

Muito participado, o processo de consulta pública do respectivo procedimento de AIA reflectiu a uma forte polarização da opinião pública. A Tabela 5.13 sintetiza as principais razões que os participantes apresentaram para defender a aprovação do projecto.

| Argumentos Apresentados | Entidades | | | | | | |
|---|-----------|-----------|-------|-------------------|------------------|------------------|------------|
| | CM Ílhavo | AM Ílhavo | AMRIA | A. A. da P. Barra | A. Naut. da Gaf. | Marina Club Gaf. | a-assinado |
| Promoção de actividade comercial variada, elemento importante da dinamização da economia local e gerador de emprego e riqueza (6) | x | x | x | x | | x | x |
| Desenvolvimento integrado do Concelho de Ílhavo e da Ria de Aveiro,, aumentado a oferta turística de uma forma equilibrada, contribuindo também para a melhoria do bem-estar da população ribeirinha (5) | x | | x | x | | x | x |
| Qualidade intrínseca do <i>Estudo de Impacte Ambiental</i> , que é correcto e rigoroso na avaliação que faz (5) | x | x | x | x | | | x |
| Boa oportunidade para aumentar a qualidade de vida dos residentes ou dos que passam algum tempo na Praia da Barra através dos serviços públicos, determinados no contrato de concessão, com especial destaque para a área da saúde e segurança (3) | x | | | x | | | x |
| Impactos relevantes na qualificação urbana e ambiental de toda a localidade e da frente-Ria, no tratamento dos espaços verdes e de estacionamento, dos passeios, na criação de ciclovias e vias dedicadas aos transportes públicos, na reformulação das acessibilidades rodoviárias ou na qualificação de algumas redes de infra-estruturas (3) | x | | x | | | | x |
| Elemento importante para o desenvolvimento do concelho e da região, segundo os planos de ordenamento que se perspectivam e tendo em conta que a MB está estabelecida no PDM de Ílhavo (3) | x | x | x | | | | |
| Pouca relevância dos valores ecológicos afectados pelo projecto, sendo o conjunto de medidas de mitigação e compensação capazes de dar boa resposta aos impactes negativos verificados (3) | x | x | | x | | | |
| Promoção da prática de desportos náuticos, com destaque para a vela (2) | x | | | | x | | |
| Concessão da área em causa à APA, como previsto pelo Decreto-Lei n.º 507/99 (1) | x | | | | | | |

Tabela 5.13 – Síntese dos principais argumentos apresentados em defesa da aprovação do projecto.

As principais razões que os participantes apresentaram para defender a rejeição do projecto aparecem sintetizadas na Tabela 5.14.

| Argumentos Apresentados | Entidades | | | | | | | | | |
|--|-----------|----------------|-------------------|-------|------|---------|----------|-------|--------------|----------------|
| | CM Aveiro | Com. Conc. PCP | Ass. Futuro da B. | FCTUC | FEUC | Quercus | LPN/SPEA | GEOTA | Água Triang. | Parecer-tipo A |
| Violenta agressão ambiental, de consequências não minimizáveis para o futuro, dado que se trata de uma zona ambientalmente sensível, integrante de uma ZPE (9) | X | X | X | | | X | X | X | X | X |
| Subserviência aos interesses imobiliários, nos limites máximos dos índices de ocupação, sendo inaceitável no local em questão (8) | X | X | X | | X | X | X | X | X | |
| Impactes negativos significativos em todo o aglomerado da Barra devido ao trânsito, com congestionamentos ao longo de toda a rede viária da povoação, aumentando o percurso de saída e provocando a alteração dos níveis de qualidade do ar e de ruído (8) | X | | X | | X | X | X | X | X | |
| Destruição permanente do sapal (com todos os habitats da <i>Dir. Aves</i> nele contidos) e do banco de lodo intertidal, ambos habitats de extrema importância no contexto da Ria de Aveiro, representando um impacto negativo muito significativo e não minimizável sobre a ZPE e cumulativo a outras acções de destruição destes habitats, que, no âmbito doutros projectos, estão previstos para a zona lagunar (POLIS Aveiro, ligação ferroviária da Linha do Norte ao Porto de Aveiro, etc.) (7) | | X | X | | X | X | X | X | X | |
| Inaceitável impacto paisagístico, que não é minimizável (6) | | X | X | | X | X | | | X | |
| Falta de garantias de que haja os impactes económicos positivos apontados pelo promotor, sobretudo para os comerciantes locais, podendo estes até ser negativos (5) | | X | X | | | X | | | X | X |
| Impacte negativo muito significativo e permanente na actividade económica relacionada com a apanha de bivalves no canal de Mira, que se agudizará com o passar dos anos (5) | | | X | | X | X | X | | X | |
| Ausência de alternativas relativas ao índice de ocupação e/ ou de localização, que deviam ter sido apresentadas pelo promotor, sem que as razões para isso sejam convincentes (5) | X | X | | X | | X | | | | X |
| Impactes negativos e muito significativos no uso do solo e ordenamento do território, verificando-se incompatibilidade com os vários instrumentos de gestão do ordenamento (REN, ZPE, <i>Plano de Bacia Hidrográfica</i> , PROT-CL, POOC) (5) | | X | X | | X | X | X | | | |
| Parcialidade e falta de rigor do EIA, claramente favorecendo o promotor (5) | X | X | X | X | | X | | | | |
| Efeitos imprevisíveis ou negativos sobre a área e a hidrodinâmica lagunar e sobre a qualidade da água (4) | X | | X | | X | | | | X | |
| Medidas de compensação insuficientes e justificação insuficiente para como a criação de um centro interpretativo de divulgação da Ria de Aveiro contribui para minimizar os impactes resultantes da implementação do projecto (3) | X | | X | | X | | | | | |
| Estabelecimento de um grave precedente ao construir sobre o leito da Ria (3) | X | X | X | | | | | | | |
| Inviabilização de um turismo sustentável e de qualidade (3) | | X | X | | | | | | X | |

- outras localidades da Ria oferecem condições óptimas para a construção de pequenas e médias marinas, que no seu conjunto teriam o mesmo número de postos de amarração que a *Marina da Barra*. Esta solução iria fomentar o desenvolvimento sustentável da região de forma harmoniosa e dispersa.

5.2.5 A Intervenção na Zona da Barra de Aveiro com Dragagem e Reforço do Cordão Dunar

No âmbito da consulta institucional, foram recebidos pareceres das entidades listadas na Tabela 5.15.

| Tipologia de entidades | Entidades | Posição |
|---|---|---------|
| Ad. Central (3) | Instituto Nacional dos Recursos Biológicos | F |
| | Instituto Hidrográfico | N |
| | Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Centro (DRAPC) ²⁴² | D |
| Inst. de Invest. e de Ensino Superior (1) | Departamento de Geologia da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa | N |
| Empresas (1) | Sistema Multimunicipal de Saneamento da Ria de Aveiro (SIMRIA) | FC |

Tabela 5.15 – Perfil de participação da consulta institucional do processo AIA 1797 relativo à *Intervenção na Zona da Barra de Aveiro com Dragagem e Reforço do Cordão Dunar*.

No âmbito da consulta pública, foi recebido um total de **12** pareceres, cuja proveniência aparece discriminada na Tabela 5.16.

| Tipologia de entidades | Entidades | Posição |
|---|---|---------|
| Ad. Central (1) | Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR) | FC |
| Ad. Local (6) | Câmara Municipal de Ílhavo | F |
| | Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré | F |
| | Câmara Municipal de Vagos | F |
| | Associação de Municípios da Ria (AMRIA) | FC |
| | Junta de Freguesia de Cacia | FC |
| | Câmara Municipal da Murtosa | D |
| Ass. Prof., Pol., Desp. e ONGs não Ambientais (2) | Associação de Concessionários da Beira Litoral (ACBL) | F |
| | Comissão Concelhia de Aveiro CDS/PP | D |
| ONGs Ambientais (2) | Quercus | FC |
| | Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves (SPEA) | D |
| Particulares (1) | Cidadão individual | FC |

Tabela 5.16 – Perfil de participação da consulta pública do processo AIA 1797 relativo à *Intervenção na Zona da Barra de Aveiro com Dragagem e Reforço do Cordão Dunar*.

Na consulta pública, a generalidade dos pareceres submetidos reconhece a necessidade da

²⁴² A DRAPC emite parecer desfavorável, apresentando como principal preocupação a afectação da dinâmica no interior da Ria de Aveiro e as repercussões nas áreas agrícolas do BVL.

intervenção no âmbito da estratégia de ampliação e melhoramento da actividade portuária. Contudo, vários dos intervenientes referem que o EIA não terá considerado adequadamente os efeitos da intervenção sobre o interior da região lagunar, com particular destaque para a zona do BVL. Este aspecto apenas não é referido pela C.M. de Vagos, pela J.F. da Gafanha da Nazaré e pela Associação de Concessionários da Beira Litoral, sendo mencionado pelas restantes nove entidades participantes²⁴³.

Em particular, esta preocupação constitui o elemento central nos pareceres da DGADR, C.M. da Murtosa, J.F. de Cacia, Comissão Política Concelhia de Aveiro CDS/PP, Quercus, SPEA e do único parecer de um particular. Estas entidades reivindicam o estudo adequado destes impactes e, caso se confirme existirem efeitos negativos sobre a hidrodinâmica da laguna, a implementação de medidas de minimização apropriadas. Enquanto que estes eventuais eventos constituem um dado comprovado e adquirido pela C.M. da Murtosa, J.F. de Cacia e Comissão Política Concelhia de Aveiro CDS/PP em que os estudos solicitados servem apenas para elaborar as medidas minimização, nas restantes são referidos como uma possibilidade mais ou menos provável que deve ser ponderada no EIA. Para a Quercus, uma DIA favorável deverá «ser condicionada à apresentação de um estudo credível que demonstre a não existência de impactes sobre a área interior da Ria».

A Tabela 5.17 lista uma síntese das solicitações apresentadas pelas diferentes entidades que participaram na consulta pública.

| Argumentos Apresentados | Entidades | | | | | | | | | |
|--|-----------|-----------|----------|-------|----------|------------|------|--------------|---------|------|
| | DGADR | CM Ílhavo | CM Vagos | AMRIA | JF Cacia | CM Murtosa | ACBL | C. C. CDS/PP | Quercus | SPEA |
| Nova análise exaustiva e objectiva do impacte causado na hidrodinâmica lagunar e análise do comportamento das correntes de maré e da erosão provocada (9) | X | X | | X | X | X | | X | X | X |
| Adopção de um conjunto de medidas de minimização adequadas, como por exemplo através de acções de reforço dos troços dos diques mais fragilizados, comparticipação na construção e exploração das comportas do sistema de defesa do bloco agrícola a instalar nas secções das linhas de água referidas, ou outras medidas que se julguem adequadas (5) | X | | | | X | X | | X | | X |
| Análise da possibilidade de mudança dos locais de depósito para sul do 5.º esporão, atendendo a que é esta zona que mais carece de reforço do cordão dunar (3) | | X | X | X | | | | | | |
| Realização da intervenção correspondente à obra a efectuar no período imediatamente após o termo da época balnear (2) | | X | | | | | X | | | |
| Execução de obras de requalificação das estruturas existentes (passadiços) de apoio à fruição do cordão dunar que poderão vir a | | X | | | | | | | | |

²⁴³ Fora do período da consulta pública, e portanto não considerado no *Relatório de Consulta Pública* pela autoridade de AIA, foi também submetido um parecer de um professor do Instituto de Hidráulica e Recursos Hídricos da Universidade do Porto, que refere preocupações relativas aos impactes da dinâmica lagunar no interior da ria de Aveiro e à eficácia da eventual construção/prolongamento de esporões na zona costeira em estudo.

5.2.6 A Reconfiguração da Barra do Porto de Aveiro

No âmbito de uma consulta institucional particularmente alargada, foram recebidos pareceres das 20 entidades elencadas na Tabela 5.18²⁴⁴.

| Tipologia de entidades | Entidades | Posição |
|-------------------------|---|---------|
| <i>Ad. Central</i> (17) | Aeroportos de Portugal (ANA) | N |
| | Águas do Vouga | N |
| | Autoridade Nacional de Comunicações (ANACOM) | N |
| | Direcção Regional da Economia do Centro (DRE–Centro) | N |
| | Instituto de Investigação das Pescas e do Mar (IPIMAR) | N |
| | Instituto de Meteorologia (IM) | N |
| | Instituto Nacional de Aviação Civil (INAC) | N |
| | Instituto Portuário dos Transportes Marítimos (IPTM) | N |
| | Instituto Regulador de Águas e Resíduos (IRAR) | N |
| | Laboratório Nacional de Energia e Geologia (LNEG) | N |
| | Turismo de Portugal | N |
| | Capitania do Porto de Aveiro | N |
| | Direcção-Geral de Energia e Geologia (DGEG) | N |
| | Autoridade Nacional de Protecção Civil (ANPC) | FC |
| | Direcção-Geral de Pescas e Aquicultura (DGPA), | FC |
| | Direcção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR) | FC |
| | Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Centro (DRAPC) ²⁴⁵ | FC |
| <i>Empresas</i> (3) | Rede Ferroviária Nacional (REFER) | N |
| | Serviços Municipalizados de Aveiro (SMAS Aveiro) | N |
| | Sistema Multimunicipal de Saneamento da Ria de Aveiro (SIMRIA) ²⁴⁶ | FC |

Tabela 5.18 – Perfil de participação da consulta institucional do processo AIA 2082 relativo à Reconfiguração da Barra do Porto de Aveiro.

No âmbito da consulta pública, foi recebido um total de **5** pareceres, cuja proveniência aparece discriminada na Tabela 5.19.

²⁴⁴ A AMRIA, a Associação de Municípios do Carvoeiro–Vouga e o Instituto Nacional de Aviação Civil foram também solicitados a emitir parecer, mas não o fizeram.

²⁴⁵ A DGADR e a DRAPC expressam a sua preocupação com as possíveis alterações na hidrodinâmica da Ria junto aos campos agrícolas do BVL. Dado que o EIA indica, como uma das condições essenciais ao desenvolvimento do projecto, a não alteração significativa do prisma de maré, estas entidades emitem parecer favorável condicionado ao cumprimento de um plano de monitorização no interior da laguna (com o regular registo e análise dos níveis de maré, de salinidade e velocidades das correntes) e, caso se venham a verificar efeitos directos do projecto e ou de futuras intervenções de manutenção de níveis batimétricos nos sistemas de motas de defesa existentes, a entidade promotora deverá realizar os trabalhos de restituição que se revelem necessários à manutenção da sua funcionalidade.

²⁴⁶ O parecer da SIMRIA refere que as conclusões de estudos recentemente elaborados revelam que as sucessivas intervenções na Ria de Aveiro modificaram profundamente a morfologia do trecho de jusante da Ria de Aveiro, bem como da costa. De acordo com a SIMRIA, estas alterações geraram situações problemáticas para as condutas, que causam grande preocupação, sendo que o promotor de qualquer intervenção nesta área deverá estudar previamente o impacte e as respectivas medidas de minimização para salvaguardar a estabilidade das infra-estruturas, essenciais ao funcionamento do Sistema Multimunicipal (ver secção 5.1.6).

| Tipologia de entidades | Entidades | Posição |
|------------------------|---|---------|
| Ad. Local (4) | Câmara Municipal de Ílhavo | F |
| | Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré | FC |
| | Câmara Municipal da Murtosa | D |
| | Junta de Freguesia de Cacia | D |
| Particulares (1) | Cidadão individual | N |

Tabela 5.19 – Listagem de pareceres recebidos na consulta pública do processo AIA 2082 relativo à *Reconfiguração da Barra do Porto de Aveiro*.

No âmbito da consulta pública, devido às semelhanças com o projecto anterior relativamente ao tipo de intervenção proposta, também o conteúdo dos pareceres submetidos apresenta vários elementos semelhantes. Em particular, o parecer da C.M. de Ílhavo, da C.M. da Murtosa e da J.F. de Cacia repetem, com pequenas variações, o conteúdo dos pareceres submetidos anteriormente para a consulta pública da AIA 1797. A Tabela 5.20 sintetiza individualmente cada um dos pareceres recebidos.

| Entidades | Síntese do parecer |
|----------------------------|--|
| C.M. de Ílhavo | O parecer da C.M. de Ílhavo considera muito importante a realização da <i>Reconfiguração da Barra do Porto de Aveiro</i> , salientando os benefícios socioeconómicos que poderão ser alcançados, com o desenvolvimento e fruição do Porto de Aveiro, com a futura e melhor fruição das zonas balneares a Sul da Costa Nova, com o acréscimo que o reforço do cordão dunar acarreta na protecção das pessoas e bens existentes nesta zona de influência do projecto. Solicita, no entanto, que sejam devidamente desenvolvidos e/ou implementados vários aspectos, que correspondem aos já solicitados na consulta relativa à <i>Interv. na Zona da Barra</i> (ver secção anterior). |
| J. F. da Gafanha da Nazaré | A J.F. da Gafanha da Nazaré manifesta-se a favor do projecto em avaliação, desde que sejam tidas em conta as seguintes questões: - os trabalhos relacionados com a <i>Reconfig. da Barra</i> , nomeadamente o posicionamento do molhe e a secção da Barra, não podem alterar o prisma da maré e a consequente linha máxima de preia-mar dentro da água lagunar, principalmente na zona de cais dos Bacalhoeiros na Gafanha da Nazaré. Nesta zona estão situadas as saídas de águas pluviais da Gafanha da Nazaré - Norte e Nascente, num total de oito, que serão comprometidas na sua eficiência com a subida das marés; - ao nível das dunas e do cordão dunar ao Sul desde o Molhe Sul até à Costa Nova, não é admissível qualquer alteração proveniente dos trabalhos a executar; - para salvaguardar a segurança de todos os aspectos acima referidos, deverá ser acautelado um programa de monitorização nas áreas envolventes, a funcionar durante o período de tempo considerado razoável. |
| C.M. da Murtosa | O parecer da C.M. da Murtosa destaca-se novamente dos outros, tanto pelo tom do texto que é ainda mais inflamado que o da consulta relativa à <i>Interv. na Zona da Barra</i> , como pelo uso extensivo de anexação documental. Desta vez, vem anexado o parecer para a AIA 1797 com o anexo que este já tinha, mais uma cópia de uma notícia de jornal sobre a inundação de campos de milho por água salgada. A C.M. da Murtosa refere que todo o processo de melhoria das condições de navegabilidade e de operacionalidade do Porto de Aveiro, desenvolvido ao longo das últimas dezenas de anos, tem provocado alterações no ecossistema lagunar, degradando-o e criando desequilíbrios, cujas consequências negativas são cada vez mais perniciosas para o desenvolvimento sustentável da região, nomeadamente para os municípios ribeirinhos. Considera que com as dragagens previstas haverá, necessária e obrigatoriamente, o aumento da entrada e saída de água da Ria, sendo maiores as amplitudes das marés, aumentando a velocidade das correntes e, deste modo, a erosão das margens, com a invasão dos terrenos contíguos e a sua salinização. |
| J.F. de Cacia | A J.F. de Cacia, referindo-se ao «histórico das consequências para a Ria e o Baixo-Vouga, |

| | |
|---------------------------|---|
| | sempre que houve intervenções para favorecer o desenvolvimento do Porto de Aveiro, sobretudo a partir da década de 50 do século passado», manifesta preocupação quanto às consequências das intervenções na Ria no Baixo-Vouga, solicitando que as medidas de minimização sejam devidamente definidas de modo a salvaguardar uma zona tão sensível como é a Ria e o BVL. Tanto neste parecer como no da C.M. da Murtosa, é frontalmente assumida a descrença da validade dos resultados do EIA relativamente à ausência de consequências negativas nas zonas a montante das intervenções. |
| Cidadão individual | Intitulado “Sobre a necessidade de dragagens periódicas no acesso marítimo ao Porto de Aveiro e da inutilidade do prolongamento do molhe Norte”, este parecer aponta várias críticas ao EIA, concluindo que às soluções apresentadas seria «pertinente juntar a solução 1A: manutenção da situação existente + alteração do actual canal de navegação + dragagem em frente à praia de S. Jacinto e da zona navegável de acesso ao porto, talvez não equacionada devido a alguma precipitação provocada pelo cumprimento de "timings" inerentes ao estudo da Consulmar/Hidromod». |

Tabela 5.20 – Síntese do conteúdo dos pareceres recebidos na consulta pública do processo AIA 2082 relativo à *Reconfiguração da Barra do Porto de Aveiro*.

5.2.7 O Programa Polis Litoral Ria de Aveiro

No âmbito da consulta institucional (24), da consulta pública (13) e da sessão de esclarecimento²⁴⁷ realizada a 19 de Abril de 2010 (8) foi recebido um total de 45 pareceres, cuja proveniência aparece discriminada na Tabela 5.21²⁴⁸.

| Tipologia de entidades | Entidades | Posição |
|-------------------------|---|-----------|
| <i>Ad. Central</i> (11) | Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I.P. (ICNB) | F |
| | Administração da Região Hidrográfica do Centro, I.P. (ARHC) | F |
| | Instituto da Água, I.P. (INAG) | F |
| | Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I.P. (IPTM) | F |
| | Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC) | F |
| | Turismo de Portugal, I.P. (TP) | F |
| | Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Centro (DRAPC) | F |
| | Agência Portuguesa do Ambiente | N |
| | Autoridade Marítima Nacional (Capitania do Porto de Aveiro) | N |
| | Administração Regional de Saúde do Centro, I.P. (ARSC) | N |
| | Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, I.P. (IGESPAR) | FC |
| | | |
| <i>Ad. Local</i> (12) | Câmara Municipal de Ílhavo | F |
| | Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha | F |
| | Câmara Municipal de Ovar | F |

²⁴⁷ Na sessão pública de apresentação e clarificação no âmbito das consultas da AAE Polis, tomaram a palavra um total de 14 pessoas do público presente. Destes, oito eram autarcas dos municípios abrangidos, frequentemente o próprio presidente da autarquia. Dos restantes seis, três eram representantes de associações locais e os outros três não declararam nenhuma afiliação específica.

²⁴⁸ Devido às razões referidas na secção 4.2.3.c, o *corpus* inclui a componente da consulta institucional da AAE. Às 23 entidades que participaram através da consulta institucional, acrescentam-se ainda o Município de Vagos, o Município de Espinho e o Município de Mira enquanto entidades especificamente convidadas a emitir parecer. Apenas estas três últimas entidades não responderam à solicitação, tendo, no entanto, já se pronunciado aquando da consulta ao mesmo grupo de entidades relativa à definição de âmbito da avaliação ambiental. A ARSC – Administração Regional de Saúde do Centro, I.P. não tinha, por lapso, sido consultada aquando da definição de âmbito. As 13 entidades que emitiram parecer através da consulta pública aparecem com a indicação “[CP]”.

| | | |
|--|--|----|
| | Assembleia Municipal de Ovar [CP] | F |
| | Câmara Municipal de Oliveira do Bairro | F |
| | Câmara Municipal de Sever-do-Vouga | F |
| | Câmara Municipal de Águeda | N |
| | Câmara Municipal de Estarreja | N |
| | Câmara Municipal de Aveiro | FC |
| | Junta de Freguesia da Requeixo [CP] | N |
| | Junta de Freguesia de Cacia [CP] | D |
| | Câmara Municipal da Murtosa | D |
| <i>Ass. Prof., Pol., Desp. e ONGs não Ambientais</i> (3) | Inova-Ria – Associação de Empresas para uma Rede de Inovação em Aveiro [CP] | N |
| | Clube de Canoagem de Ovar [CP] | FC |
| | Associação para o Estudo e Defesa do Património Natural e Cultural da Região de Aveiro (ADERAV) [CP] | FC |
| <i>Inst. de Invest. e de Ensino Superior</i> (1) | Parecer da Universidade de Aveiro | FC |
| <i>ONGs Ambientais</i> (1) | Quercus [CP] | FC |
| <i>Empresas</i> (3) | Sistema Multimunicipal de Saneamento da Ria de Aveiro (SIMRIA) | F |
| | Administração do Porto de Aveiro (APA) | FC |
| | Portucel [CP] | FC |
| <i>Particulares</i> (5+8) | 3 cidadãos individuais [CP] | N |
| | 8 fichas de participação relativas à sessão pública de esclarecimento a 19 de Abril de 2010 [CP] | N |
| | 1 cidadão individual [CP] | FC |
| | 1 cidadão individual [CP] | D |

Tabela 5.21 – Listagem de pareceres recebidos na consulta pública e na consulta institucional do processo AAE relativo ao *Programa Polis Litoral Ria de Aveiro*.

No âmbito dos pareceres recebidos, é possível distinguir algumas diferenças gerais ao nível do conteúdo dos pareceres das entidades que participaram na consulta institucional das daquelas que participaram no âmbito da consulta pública.

Assim, mais do que emitir uma tomada de posição, a maioria dos pareceres preocupou-se em fornecer informações adicionais e propor correcções. Relacionado com este aspecto, observa-se uma outra diferença considerável entre os dois tipos de consulta. Ao nível da consulta institucional, a maioria dos pareceres recebidos (13 em 23) tece elogios ao relatório (e, secundariamente, ao plano estratégico), considerando-os documentos claramente estruturados e bem elaborados de um ponto de vista metodológico²⁴⁹. Já ao nível da consulta pública, o mesmo não se verifica, sendo

²⁴⁹ Observa-se em sete destes pareceres o uso da expressão “parecer favorável/positivo”, o que parece indicar um certo contágio de hábitos desenvolvidos noutros procedimentos institucionais como a AIA, o que estará eventualmente também relacionado com um recente processo de familiarização com o novo procedimento institucional que representa a AAE. De facto, uma vez que se prevê que a DIA da AIA emita uma decisão necessariamente “favorável”, “condicionalmente favorável” ou “desfavorável” (ver Artigo 17.º do D.L. n.º 197/05), a maioria dos pareceres submetidos no âmbito das consultas de AIA (institucional e pública) tende a pronunciar-se de acordo com estes mesmos parâmetros. Ora, o mesmo não é previsto em relação à *Declaração Ambiental* da AAE, que o Artigo 10.º do D.L. n.º 232/2007 prevê que inclua apenas: (i) a forma como as considerações ambientais e o relatório ambiental foram integrados no plano ou programa; (ii) as observações apresentadas durante as consultas realizadas e os resultados da respectiva ponderação, devendo ser justificado o não acolhimento dessas observações; (iii) as razões que fundaram a aprovação do plano ou programa à luz de outras alternativas razoáveis abordadas durante a sua elaboração; e (iv) as medidas de controlo previstas. Ou seja, do mesmo modo que não se esperam pareceres “desfavoráveis” numa consulta

dominante a solicitação de alterações e uma atitude mais crítica, sobretudo em relação ao próprio plano. Assim, uma tendência observada é o facto de os pareceres da consulta institucional se debruçarem mais sobre questões directamente relacionadas com o relatório, e os da consulta pública darem um peso maior ao próprio plano estratégico. Em alguns casos, os pareceres referem-se exclusivamente ao relatório ou ao plano e ainda outros referem-se aos dois, embora tendo o cuidado de distinguir entre as observações relativas a um e ao outro²⁵⁰.

Em ambas as consultas, e tanto nos pareceres mais favoráveis como naqueles mais críticos, observam-se algumas críticas ou recomendações recorrentes. Estas aparecem sintetizadas na Tabela 5.22.

| Argumentos Apresentados | Entidades | | | | | | | | | | | | | | |
|---|-----------|------|------|------|------|-----------|-----------------|-----------|----------------|------------|--------------|------------------|---------|----------|--------|
| | ICNB | ARHC | INAG | IPTM | CCDR | CM Aveiro | CM Alberg.-a-V. | CM Ílhavo | CM Oliv. do B. | CM Murtosa | Univ. Aveiro | Ad. Porto de Av. | AM Ovar | JF Cacia | ADERAV |
| Negligência ou avaliação incorrecta por parte da avaliação ambiental (ou o plano) dos impactes que as dragagens e outras intervenções relacionadas com o Porto de Aveiro têm tido ou poderão vir a ter sobre a hidrodinâmica lagunar e que colocam a sustentabilidade do ecossistema Ria (sobretudo nas zonas interiores da laguna) em causa, sendo prioritário tratar esta questão fundamental (7) | | | | | | X | | | | X | X | | | X | |
| Falta de clareza e rigor quanto às unidades e eficácia de alguns dos indicadores do Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável usado para o <i>Programa de Gestão e Monitorização</i> proposto no relatório, ou relativamente aos indicadores para os <i>Objectivos Ambientais Relevantes</i> (6) | | X | | X | | | | X | | | X | X | | | X |
| Importância e necessidade de as medidas e as recomendações elaboradas no plano virem a ser efectivamente implementadas (5) | X | | | | | | | X | X | | | | X | | X |
| Inadequação da metodologia de cenarização, não se tendo considerado um cenário objectivamente alternativo ao PEIRVRA (4) | | | | | X | | X | | | | | | | | X |
| Hierarquização das acções a desenvolver, considerando uma eventual falta de financiamento, de forma a serem estabelecidas prioridades de investimento para garantir a articulação das intervenções realizadas (3) | | | | | | | | | | | | | | | X |

institucional de AAE mas sim contributos para melhorar e enriquecer o plano e o relatório, à partida também não seriam expectáveis pareceres “favoráveis”.

²⁵⁰ Estas diferenças terão sobretudo a ver com o facto de o grupo de entidades institucionais ter tido previamente oportunidade para se pronunciar, seja na consulta da *fase de definição de âmbito* da AAE, seja por fazerem parte do conselho consultivo da sociedade POLIS, seja ainda, no caso dos municípios, por participarem indirectamente na administração da sociedade através da CIRA. Isto faz supor que os pareceres da C.M. de Aveiro e da C.M. da Murtosa resultem particularmente críticos por as suas posições não terem vingado no seio da sociedade.

| | |
|--|---|
| | relatório que considera serem falhas ou incorrecções, em que ocupam um lugar central a questão da relação entre o Porto de Aveiro e as alterações negativas na hidrodinâmica da Ria, e a questão da pesca lagunar e agricultura. O plano é também criticado por não articular adequadamente as diferentes intervenções, sendo uma espécie de «somatório de um conjunto de peças» que não são necessariamente compatíveis. Segundo o parecer, a alternativa é determinar um conjunto de acções que devem ser subordinadas à materialização prévia de outras, sendo referidos exemplos para intervenções prioritárias que deveriam ser basilares para outras. Assim, a par com algumas exigências de carácter técnico, é reivindicado que este estudo seja feito de forma séria, franca e aberta. |
| Fichas de Participação da sessão pública | Nas oito fichas de participação submetidas na sessão pública de esclarecimento encontramos também, de forma muito mais esquemática, várias críticas implícitas e solicitações nas quais se identificam focos temáticos recorrentes noutros pareceres, como a questão do salgado da Ria e a sua suposta negligência, a importância de se reconhecer e estudar mais as alterações na hidrodinâmica da Ria, a importância de agir em vez de produzir mais estudos inúteis e utilizar os que já há muito existem e a importância de haver mais articulação e participação por parte dos interessados e das populações. |

Tabela 5.23 – Síntese de alguns aspectos “críticos” de pareceres das consultas da AAE do *Programa Polis Litoral Ria de Aveiro*²⁵².

5.2.8 Considerações gerais acerca do conjunto de processos

Este conjunto de processos de avaliação ambiental é heterogéneo em vários aspectos. Primeiramente, somos levados a isolar o *Programa Polis Litoral Ria de Aveiro*, submetido a AAE, dos restantes. Como referido, a AAE trata-se de um instrumento político distinto da AIA, com especificidades procedimentais que se reflectem numa organização diversa das respectivas consultas (ver secção 2.2.4). Além disso, o programa sob avaliação afecta de forma muito abrangente e transversal todo o território da Ria de Aveiro e inclui vários tipos de projectos e intervenções, muitos dos quais sujeitos a AIA. Se, por um lado, uma consulta institucional especialmente alargada absorveu várias entidades que numa AIA tipicamente participariam através da consulta pública, por outro, a abrangência do programa e a afectação de um grande número de jurisdições e competências contribuiu para que o role de entidades solicitadas a participar através da via institucional fosse particularmente abrangente.

Secundariamente, podemos olhar para o conjunto das cinco AIAs e distinguir dois projectos promovidos pela administração pública que afectam de forma muito directa o BVL, e dois projectos portuários promovidos pela administração pública e pelas autoridades portuárias, também afectando de forma directa uma zona geograficamente circunscrita. O *Projecto da Marina da Barra*, por sua vez, embora apresentado pelo promotor como uma infra-estrutura pública, destaca-se por ser o único projecto propriamente privado e pela centralidade e visibilidade que teria para uma grande parte dos habitantes e visitantes da Ria de Aveiro, estando previsto para uma área adjacente ao aglomerado urbano da Barra e ao acesso principal de algumas das praias mais frequentadas ao nível regional. Relativamente ao perfil de participação nas ditas consultas, sintetizado na Tabela 5.24, o conjunto de processos é bastante díspar, embora esta disparidade seja, em alguns aspectos, mais aparente do que substancial.

²⁵² Ver a secção 6.5.2 para uma análise dos pareceres da C.M. Murtosa, da J.F. de Cacia e de um particular.

| Proveniência | <i>Projecto de D. Agrícola</i> | <i>Pista de Remo de Aveiro</i> | <i>Projecto Marina da Barra</i> | <i>Interv. na zona da Barra</i> | <i>Reconfig. da Barra</i> | <i>Polis Litoral Ria de Aveiro</i> |
|-------------------------------------|--------------------------------|--------------------------------|---------------------------------|---------------------------------|---------------------------|------------------------------------|
| Administração Central | 1 [5] | 2 [5] | 1 [8] | 1 [3] | 0 [14] | [11] |
| Administração Local | 7 | 3 | 4 [2] | 6 | 4 | 3 + [9] |
| Ass. e ONGs não Ambientais | 11 | 3 | 11 | 2 | 0 | 3 |
| Inst. de Invest. e Ens. Sup. | 0 | 0 | 2 | 0 [1] | 0 | [1] |
| ONGs Ambientais | 2 | 3 | 4 | 2 | 0 | 1 |
| Empresas | 0 | 1 | 0 [3] | 0 [1] | 0 [5] | 1+[2] |
| Particulares | 42 | 1624 | 102 | 1 | 1 | 5 (+8) |
| Total | 63 | 1634 | 124 | 12 | 5 | (21+[23]) 44 |

Tabela 5.24 – Distribuição dos pareceres recebidos nos casos considerados de acordo com a sua proveniência²⁵³.

Se tomarmos os valores médios relativos à proveniência dos pareceres submetidos em consulta pública em AIA apresentados na secção 2.2.3 para o âmbito nacional e na secção 5.1.9 para o âmbito regional, vemos que a participação da *Administração Central* neste conjunto de processos se mantém próxima da média, intervindo as respectivas entidades sobretudo através da consulta institucional. Já relativamente à *Administração Local*, às *Associações Profissionais, Políticas, Desportivas e ONGs não Ambientais* e aos *Particulares*, estes processos contam com bastante mais participação do que a média. De forma consistente, a participação das administrações locais dá conta de um elevado interesse por parte das autarquias nestes projectos. No caso dos particulares, observa-se um fosso no grau de participação entre os primeiros três e os últimos três casos. No entanto, tal como aparecem na Tabela 5.24, os valores relativos ao projecto *Pista de Remo de Aveiro* são particularmente díspares porque resultam de um número muito elevado de “fichas de participação”, as quais, seguindo o modelo de contabilização da Agência Portuguesa do Ambiente, consideramos como pareceres individuais²⁵⁴. Não obstante, se fossemos incluir o número de assinantes dos abaixo-assinados, a diferença entre os primeiros e os últimos três processos ao nível da participação de cidadãos individuais seria ainda mais marcante, contabilizando a *Pista de Remo de Aveiro* um total de 3802 e a *Marina da Barra* um total de 6097

²⁵³ Pelas razões referidas, no caso da AAE POLIS, decidimos integrar no *corpus* os pareceres submetidos na consulta institucional juntamente com aqueles submetidos em *consulta pública*. Contudo, de forma a tornar o perfil de participação mais comparável nesta tabela, os pareceres relativos à consulta institucional aparecem contabilizados à parte dentro de parênteses rectos. O mesmo sucede nos processos AIA, embora nesses os pareceres da consulta institucional não sejam adicionados e “totalizados”, uma vez que não são integrados no *corpus*.

²⁵⁴ Como já referido na secção 4.2.3, para além de um parecer acompanhado por dois abaixo-assinados, subscritos por 2179 cidadãos, foram entregues 1623 fichas de participação, 981 sem quaisquer tipo de comentários, e as outras 642 com comentários mínimos, não sendo consideradas suficientemente relevantes pelos técnicos que elaboraram o *Relatório de Consulta Pública* para serem incluídas no respectivo anexo junto com as outras fichas. De facto, todos os pareceres desta consulta, exceptuando o dos abaixo-assinados e o da Quercus, foram submetidos através de uma ficha de participação pré-formatada, que pensamos ter sido distribuída às autarquias locais. Seria útil clarificar como se chegou a um número tão elevado de fichas de participação, todas com a mesma tomada de posição. Acreditamos que esse facto, ao qual acresce a existência de três pareceres-tipo e do abaixo-assinado, constitui mais um indicador do elevado grau de mobilização organizada que se terá gerado entre os mais directamente afectados pelo projecto.

tomadas-de-posição (salvaguardando alguma margem de erro para eventuais sobreposições entre os autores de outros pareceres que tenham também assinado os abaixo-assinados).

Interpretamos estas acentuadas diferenças como fortemente relacionadas com a natureza distinta destes projectos. De facto, os três primeiros dizem respeito a infra-estruturas e equipamentos com um impacto muito mais directo e perceptível sobre a vida das populações locais. O caso do *Projecto de Desenv. Agrícola do BVL* afecta de forma imediata os interesses dos proprietários das parcelas agrícolas do BVL²⁵⁵. Adicionalmente, todos estes três casos, e em particular o da *Marina da Barra*, atraíram uma quantidade considerável de atenção mediática, bastante mais escassa no caso dos projectos portuários. Na consulta pública relativa ao projecto da marina, em parte devido à sua visibilidade e à percepção, por parte de um amplo segmento populacional, da magnitude das suas potenciais implicações, o espectro de participação é largo e variado, evidenciando a forte mobilização de diferentes segmentos da sociedade civil local, em que se inclui a participação de indivíduos com os mais variados graus de formação académica e, pontualmente, pareceres de particulares cuja proveniência ultrapassa o âmbito regional e nacional.

No caso dos dois projectos portuários, a baixa participação de particulares poderá evidenciar uma ausência de interesse por parte do público geral em relação aos mesmos. Isto terá eventualmente a ver com o seu carácter especializado, destinado à expansão de um sector cuja actividade económica, embora comumente percebida como essencial para a região, não tem utilidade para o público em geral de forma directa. Além do carácter relativamente técnico, os projectos são apresentados como inevitáveis para a expansão do porto. Assim, também devido às próprias conclusões dos EIAs, terá eventualmente pesado a percepção de que os efeitos das intervenções não terão grande impacto sobre os interesses mais directos dos habitantes da Ria. Não obstante, entre os vários actores na Ria, a percepção da associação entre a expansão portuária das últimas décadas e as alterações na hidrodinâmica lagunar parece estar a alargar-se consideravelmente. De facto, os próprios pareceres atestam que este tema se encontra há já algum tempo bastante difundido entre sectores específicos do público, como no caso dos dois projectos na zona do BVL, os quais antecederam os portuários em cerca de sete anos. É de notar também o acentuado decréscimo no número de participações entre os dois casos portuários. Este terá a ver, na nossa opinião, com a semelhança do teor dos respectivos projectos, em que poderá ter havido a sensação de repetição, e de já se ter exprimido no primeiro caso o que havia a comentar sobre o assunto.

Já no caso do *Programa Polis Litoral Ria de Aveiro*, dado o grande alcance das intervenções propostas, observa-se uma participação de ONGs e de particulares abaixo do que se poderia esperar. De facto, ainda que tenha sido bastante mediatizado e divulgado, as suas características parecem ter contribuído para que tenha recebido pouca atenção por parte do público em geral, atraindo mais a atenção de grupos de interesse especializados que não tinham ainda participado no processo de decisão a nível institucional. Isso terá tido a ver, por um lado, com o carácter abrangente do programa (em contraste com o de um projecto individual concreto e bem definido) e,

²⁵⁵ De facto, os particulares que enviaram parecer relativo ao *Projecto de Desenv. Agrícola do BVL* eram quase todos agricultores do bloco, os quais também participaram em grande número no processo da *Pista de Remo*. Em ambos processos, a frequente repetição de sobrenomes parece indicar a forte presença de relações de parentesco entre os participantes, o que acentua o grau demarcado de “localidade” destes dois processos.

por outro, com o facto de a maior parte das intervenções propostas serem desde há muito tempo aguardadas pelas populações.

Por ordem decrescente, a Tabela 5.25 ilustra o grau de intersecção entre as entidades participantes através dos seis processos considerados, indicando a respectiva tomada de posição relativamente aos mesmos.

| Entidades Participantes | <i>Projecto de D. Agrícola</i> | <i>Pista de Remo de Aveiro</i> | <i>Projecto Marina da Barra</i> | <i>Interv. na zona da Barra</i> | <i>Reconf. da Barra</i> | <i>Polis Litoral Ria de Aveiro</i> |
|--------------------------------------|--------------------------------|--------------------------------|---------------------------------|---------------------------------|-------------------------|------------------------------------|
| J.F. (ou Ass.) de Freguesia de Cacia | F | F | | FC | D | D |
| Quercus | FC | D | D | FC | | FC |
| C.M. de Ílhavo | | | F | F | F | F |
| DRABL/DGADR/DRAP | | F | | FC | | F |
| C.M. de Aveiro | F | | D | | | FC |
| C.M. da Murtosa | | | | D | D | D |
| IPPAR/IGESPAR | N | | | | | FC |
| C.M. de Estarreja | F | | | | | N |
| J.F. da Gafanha da Nazaré | | | | F | FC | |
| Ass. de Beneficiários do Baixo-Vouga | F | F | | | | |
| Universidade de Aveiro | | | D | | | FC |
| LPN | D | | D | | | |
| SPEA | | | D | D | | |
| Água Triangular | | F | D | | | |
| Portucel | | F | | | | FC |

Tabela 5.25 – Intersecção entre entidades participantes através dos processos e respectiva tomada de posição.

Sendo apenas consideradas as entidades que se pronunciaram em mais do que um destes seis processos, obtém-se este conjunto de 15 entidades, que participaram através de um total de 41 pareceres²⁵⁶. Presumimos que o grau de intersecção entre os “particulares” seja bastante baixo, tendo sido confirmado apenas um caso de um cidadão que se pronunciou individualmente em dois destes processos. Contudo, sobretudo entre os dois primeiros casos, devido à coincidência da zona geográfica e dos interesses em jogo, é natural que alguns dos proprietários das parcelas agrícolas do BVL tenham submetido fichas de participação ou participado no abaixo-assinado a favor do projecto da *Pista de Remo*. Da mesma forma, é expectável que entre as cerca de 6000 assinaturas dos abaixo-assinados do caso da marina da Barra se encontrem vários indivíduos que participaram nos outros processos²⁵⁷. Ainda assim, tendo em conta apenas os pareceres individuais

²⁵⁶ Esta tabela requer algumas explicações adicionais acerca da contabilização de participações. Devido às alterações da orgânica administrativa e da representação descentrada de alguns organismos da administração central, algumas entidades foram consideradas equivalentes, tal como no caso da DRABL (Direcção Regional de Agricultura da Beira Litoral), DRAP (Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Centro) e DGADR (Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural), assim como no caso do IPPAR (Instituto Português do Património Arquitectónico) e IGESPAR (Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico). No caso das universidades, foi contada apenas uma participação por projecto, independentemente do número de pareceres. É por essa razão que a Universidade de Coimbra não se encontra incluída, apesar de ter enviado mais do que um parecer no caso da marina da Barra. Por último, e também no caso da marina, a LPN e a SPEA emitiram um parecer conjunto que contou como uma participação para cada uma das duas associações.

²⁵⁷ Esta questão não foi totalmente averiguada, por se ter optado por não perscrutar a lista de assinaturas dos abaixo-assinados, nem a das centenas de fichas de participação do caso da *Pista de Remo*. Noutros casos ainda, em alguns pareceres manuscritos, a assinatura não era perceptível.

identificáveis, e considerando a disparidade entre o número das participações de particulares e o das participações das outras categorias de participantes, é notável o baixo grau de intersecção na participação de particulares através dos vários processos, o que aponta para a existência de focos de interesse público muito localizados.

Se contabilizarmos estas 41 participações de acordo com as categorias que criámos para posicionar os pareceres nas secções anteriores, observamos a presença de 14 pareceres *desfavoráveis/geralmente desfavoráveis*, 10 pareceres *fortemente condicionados* para a aprovação do projecto, dois pareceres *neutros ou meramente informativos* e 15 pareceres *favoráveis ou geralmente favoráveis*. Isto aponta para o facto de a participação recorrente tender a ser mais “crítica” do que “favorável”.

Considerando as primeiras seis entidades desta lista, as quais participaram mais de duas vezes neste conjunto de processos, é notável o lugar destacado que ocupam as autarquias. Ocupando também um lugar cimeiro, a participação recorrente da Quercus pode ser interpretada como fruto do seu estatuto como a ONG ambiental mais activa a nível regional. De facto, a Quercus, assim como, em menor grau, a SPEA, a LPN e a Água Triangular, tem desempenhado, ao longo dos últimos anos, uma função tipicamente atribuída às ONGs ambientais na governação local: o papel de “avaliador” ou “crítico” em matéria ambiental. Parte deste papel passa justamente por intervenções institucionais, emitindo, no contexto de procedimentos consultivos, opiniões que normalmente se assumem como “tecnicamente” informadas acerca das implicações ambientais de determinados projectos, planos ou políticas (Schmidt, 1999)²⁵⁸.

Por outro lado, o padrão de participação das autarquias parece explicar-se através dos seus interesses particularizados. Os autarcas da C.M. de Aveiro e, de forma ainda mais directa, da J.F. de Cacia, estavam muito interessados na materialização dos projectos do *Projecto de Desenv. Agrícola do BVL* e da *Pista de Remo*, sendo que a autarquia de Aveiro não terá participado neste último por ser o respectivo promotor. De facto, à preocupação com a manutenção da prática e do valor agrícola nos solos do BVL e, por outro lado, com a manutenção da actividade da Portucel em Cacia — um dos principais empregadores da região, cujo bom funcionamento depende de um abastecimento adequado de água doce —, aliava-se ainda o desejo de a pista de remo se tornar um pólo dinamizador para a economia local. Talvez pelas razões acima referidas, os autarcas da J.F. de Cacia centraram os seus pareceres de forma muito marcada nas alterações hidrodinâmicas enquanto resultado da actividade portuária. De forma menos acentuada e recorrente, a C.M. de Aveiro vem exprimindo opiniões semelhantes. Não chegou a emitir parecer acerca dos projectos portuários como a J.F. de Cacia, mas não deixa de ser significativo que a principal crítica que faz ao *Programa Polis Litoral Ria de Aveiro* seja justamente o facto de este não prever a construção do *Projecto de Desenv. Agrícola do BVL* e não prever uma recuperação “adequada” de diques e motas, necessários para «proporcionar o ressurgimento da “dinâmica” de outrora» (F21, l. 60). O mesmo sucede com a C.M. da Murtosa, a qual, embora não faça parte do BVL, também se tem declarado muito prejudicada pela salinização dos solos, defendendo recorrentemente uma versão dos acontecimentos em que o porto é apresentado como o motor principal da degradação ambiental e económica da Ria a vários níveis. Finalmente, com a excepção do caso do *Programa Polis Litoral*

²⁵⁸ Ver secção 6.2.5 acerca do tipo de relações sociais promovidas pelo género do *Parecer em Avaliação Ambiental*.

Ria de Aveiro, vale a pena notar que é sobretudo a preocupação acerca da perda de fertilidade e produtividade dos terrenos agrícolas que tem levado as autoridades da administração central com competências sobre o sector da agricultura a participar nestes processos, o que também ocorreu no caso da *Marina da Barra* e da *Reconfiguração da Barra* através da consulta institucional²⁵⁹.

De forma contrastante, a C.M. de Ílhavo posicionou-se sistematicamente a favor destes projectos. No caso do *Programa Polis Litoral Ria de Aveiro*, deve ser tido em conta que o presidente desta câmara tem desempenhado simultaneamente o cargo de presidente da associação local de municípios (primeiro na forma da AMRIA e depois enquanto CIRA), pelo que a autarquia tem acompanhado de forma particularmente próxima o seu desenvolvimento. No caso da marina e dos projectos portuários, estes têm todos lugar no território do concelho de Ílhavo, pelo que é expectável que a autarquia se pronuncie. O *Projecto da Marina da Barra* constituía uma importante bandeira política para o presidente da autarquia, que o apregoeou como uma oportunidade única para o desenvolvimento do concelho e da região. A expansão do porto parece ser encarada da mesma forma e bem-vinda pelos seus autarcas, numa situação em que o município parece beneficiar das vantagens económicas da presença do porto sem ser particularmente prejudicado com as recentes alterações da hidrodinâmica da laguna, as quais afectam sobretudo outras partes da mesma.

Nas formas como os participantes vêm manifestar as suas posições, importa também realçar a ambiguidade que caracteriza grande parte dos pareceres em relação ao seu objecto de crítica ou apreciação. De facto, tanto na forma como estão previstas pela legislação, como também na realidade visível de muitos dos pareceres submetidos, estas consultas têm um duplo objecto, que se divide entre o EIA ou o respectivo projecto ou, no caso da AAE, entre o *Relatório Ambiental* e o *Plano Estratégico*. Particularmente no caso das AIAs, as frequentes críticas ao EIA parecerem constituir uma forma legitimada de oposição ao próprio projecto, no sentido de o estudo efectuado não ter sido adequado para determinar os “verdadeiros” impactes em causa. Assim, como é particularmente patente no caso das intervenções portuárias, uma parte considerável dos conflitos que emergem, sobretudo em relação aos supostos impactes das mesmas sobre a hidrodinâmica lagunar, gira em torno da contestação da qualidade ou credibilidade dos estudos realizados. Ao mesmo tempo, a contestação dos estudos apresentados é formatada pelo conhecimento partilhado entre os participantes de que é o promotor que encomenda o EIA e que isso faz com que este tenda a ser favorável ao projecto que avalia (ver secção 3.4.1). O contrário também se verifica sistematicamente, isto é, de os elogios à qualidade do EIA estarem associados a uma posição favorável acerca do respectivo projecto. A relação entre ambos os tipos de críticas parece ser complexa e mereceria maior atenção, porque remete para dinâmicas de validação de conhecimento²⁶⁰.

Antes de concluirmos este capítulo, saímos fora do contexto das consultas para sublinhar um aspecto relativo a estes projectos sujeitos a AIA que nos parece notável, isto é, a ausência da

²⁵⁹ Das 14 intervenções que tiveram lugar na sessão pública (ver nota-de-rodapé 247), sete mencionaram a questão das alterações hidrodinâmicas associadas à actividade portuária e destas, cinco incidiram principalmente sobre este aspecto. Assim, este tema dominou o conteúdo geral das intervenções e constitui o principal foco de crítica na sessão pública. Em três pareceres escritos da AAE Polis (C.M. Murtosa F17, F33 e F36), a sessão é referida como um momento histórico na qual o tópico foi discutido abertamente.

²⁶⁰ Ver secção 8.2.2 acerca de potenciais linhas de investigação futuras.

implementação efectiva de metade dos mesmos. Apenas um, a *Marina da Barra*, recebeu uma DIA *desfavorável*, depois de se ter insistido num projecto megalómano que era claramente incompatível com as concepções actuais de sustentabilidade territorial. No entanto, tanto o *Projecto de Desenv. Agrícola do BVL* como a *Pista de Remo* receberam pareceres favoráveis e estão ainda por realizar. Apesar do relativo consenso em torno da sua importância, o primeiro foi ficando no papel por causa de uma aparente falta de vontade política, assim como de capacidade de articulação institucional e de mobilização dos recursos financeiros necessários. O segundo ficou igualmente para trás, também sem financiamento. Apesar da DIA favorável, o projecto foi ficando embargado por uma rivalidade distrital e uma fixação por parte dos autarcas responsáveis em não aceitar desenvolver um projecto menos ambicioso do que uma pista de *classe A*. Hoje, a prática do remo local vai sobrevivendo com infra-estruturas precárias e carenciadas de requalificação. Destes cinco projectos, e apesar de algum atraso relativamente aos prazos inicialmente previstos, apenas a execução dos projectos portuários está em curso ou já completada, o que permite especular acerca das prioridades traçadas para esta zona, e de quem tem poder e recursos para projectar e implementar de forma consequente no espaço da Ria. Este aspecto associa-se à nossa caracterização da secção 5.1, em que é evidenciado o crescimento contínuo da actividade do porto em claro contraste com a perda de importância de actividades tradicionais como a agricultura regional e a salicultura.

Conclusão

Ao longo deste capítulo, procurámos sintetizar e apresentar alguns aspectos acerca do contexto social e discursivo do nosso estudo-de-caso que nos parecem particularmente relevantes para os restantes capítulos. A primeira parte deste capítulo criou, a partir de fontes bibliográficas, uma imagem da Ria de Aveiro que pretendeu enfatizar a intrincada e fascinante rede de ligações entre a esfera humana e natural neste complexo ecossistema.

Numa segunda parte, preocupámo-nos em descrever alguns aspectos do contexto onde se inserem os textos que compõem a nossa matéria de análise. Para isso, sentimos necessidade de fornecer descrições não apenas do conteúdo dos pareceres recolhidos, mas também dos próprios projectos e programa sob avaliação ambiental através do Anexo 3. Através de sínteses do perfil de participação de cada projecto e do próprio teor temático e argumentativo dos pareceres submetidos, foi-se tornando visível alguns dos aspectos e das questões-chave que caracterizam o contexto discursivo da Ria de Aveiro. Esta caracterização pretendeu-se genérica em função da abrangência exigida tanto pelo número de projectos considerados como pelo elevado grau de participação dos respectivos processos.

A nível temático, foram identificados vários temas comuns aos processos. Devido à escala de intervenção do PEIRVRA, estes temas tendem a confluir nos pareceres das consultas da AAE. No âmbito dos objectivos da nossa investigação, e de forma preliminar, destacamos os seguintes temas:

i) a polémica em torno dos impactes que as dragagens e outras intervenções relacionadas com o Porto de Aveiro têm sobre a hidrodinâmica lagunar e as suas implicações para a sustentabilidade dos ecossistemas da Ria de Aveiro;

ii) a existência de posturas ambíguas e contraditórias em relação aos estudos realizados e propostos, em que, por um lado, se questiona a sua validade, reivindicando-se a produção de novos estudos em função do que ainda se considera desconhecer ou, por outro lado, a sua inutilidade, apelando-se pragmaticamente à acção, baseada no que já se considera saber;

iii) a instrumentalização de figuras e documentos legais ou regulamentares, em particular daqueles relacionados com os instrumentos de gestão do território e com as classificações relativas à protecção ambiental e da biodiversidade (incluindo a designação de RN2000);

iv) a ambiguidade em torno da definição de “tradicional” e daquilo que é percebido como historicamente contínuo ou descontínuo na realidade social da Ria, aspectos frequentemente mencionados para promover ou criticar determinados tipos de actividades e intervenções;

v) um baixo grau de confiança acerca da implementação efectiva de recomendações e medidas de minimização, manifestado na insistência por parte de muitos pareceres para que as mesmas se materializem na prática, o que, por um lado, também evidencia um elevado grau de desconfiança no valor e utilidade das autoridades e dos estudos que as produzem;

vi) a ambiguidade (propositada ou não) relativamente ao real objecto de crítica ou elogio em várias das opiniões submetidas, levando a que seja difícil o leitor avaliar o grau de instrumentalização retórica e a finalidade de determinados elementos dos pareceres submetidos.

Capítulo VI

Uma Análise Discursiva

| | |
|--|------------|
| Introdução | 207 |
| 6.1 Composição do <i>corpus</i> | 207 |
| 6.2 Uma caracterização genérica do parecer em AIA/AAE | 210 |
| 6.2.1 Introdução | 210 |
| 6.2.2 Contexto situacional | 211 |
| 6.2.3 Meios de comunicação | 212 |
| 6.2.4 Actividade social | 213 |
| 6.2.5 Relações sociais | 215 |
| 6.2.6 Características textuais | 219 |
| 6.2.7 Estrutura genérica | 220 |
| 6.2.8 Hibridização de géneros | 221 |
| 6.2.9 Intertextualidade e interdiscursividade | 222 |
| 6.2.10 Síntese da caracterização genérica | 228 |
| 6.3 Mapeamento de referências à conservação da natureza | 230 |
| 6.4 As funções argumentativas das referências à <i>Rede Natura 2000</i> | 237 |
| 6.5 Representações e narrativas em torno dos espaços semi-naturais da Ria de Aveiro | 239 |
| 6.5.1 Introdução | 239 |
| 6.5.2 A representação e a narrativa no contexto concreto da argumentação: três exemplos do caso do <i>Programa Polis Litoral Ria de Aveiro</i> | 241 |
| 6.5.3 Variações representacionais sobre os espaços da Ria de Aveiro | 256 |
| a) As salinas | 256 |
| b) Os campos agrícolas ribeirinhos | 259 |
| c) A Ria de Aveiro | 264 |
| 6.5.4 Considerações transversais | 267 |
| Conclusão | 269 |

«A dureza dos ouvidos das Entidades Responsáveis; a, diríamos que quase irresponsabilidade dos técnicos que, na fidelidade a deuses menores, parece-nos que não passam de figuras que não merecem o salário que, religiosamente, lhes é pago, transformaram a Ria de Aveiro para muito pior.»

CM Murtosa E2, l. 16-18

Introdução

Este capítulo apresenta a descrição e análise de um conjunto de elementos a partir dos quais se irá discutir a implementação da RN2000 no contexto do espaço discursivo da Ria de Aveiro. As motivações e as opções metodológicas que orientam o capítulo encontram-se, respectivamente, descritas nos Capítulos III e IV, recorrendo-se a referências para as secções relevantes dos mesmos, optando-se assim, de forma geral, por não repetir as referências bibliográficas e as componentes teóricas que lhes subjazem. À luz das nossas considerações metodológicas, julga-se importante proporcionar constante acesso aos materiais sob análise²⁶¹. Para esse fim optou-se pela anexação de materiais de suporte à leitura de modo a não sobrecarregar o corpo principal do texto²⁶².

A secção 6.1 expõe a estrutura do *corpus* e indexa os pareceres individuais de forma a estes serem rapidamente localizáveis no *corpus*. A secção 6.2 caracteriza o género textual dos pareceres, relevante para a consideração das dinâmicas sócio-discursivas em que simultaneamente se inserem e estabelecem. A secção 6.3 averigua a distribuição das referências à RN2000 entre diferentes tipos de projectos submetidos a avaliação ambiental, entre os pareceres de vários tipos de actores, e ainda estabelecer relações entre esta distribuição e a de outras referências à conservação. A secção 6.4 sintetiza as principais funções discursivas da invocação da RN2000. Finalmente, a secção 6.5 aborda preliminarmente representações e narrativas associadas a determinados espaços e elementos tidos pelos discursos como centrais para a conservação da natureza e para a sustentabilidade da Ria, a sua relação com a argumentação, e algumas variações representacionais que se verificam entre os intervenientes.

6.1 Composição do *corpus*

Enquanto no Capítulo IV é descrita e justificada a construção do objecto de análise nas suas várias vertentes, nesta secção, com o objectivo de facilitar o seguimento da análise que se segue, faz-se apenas uma sucinta descrição da composição interna do *corpus*. Este é constituído por seis

²⁶¹ De forma a mais facilmente se poder seguir, confirmar ou, se for o caso, contestar as interpretações propostas.

²⁶² Anexo 5 – “Índice detalhado do *Corpus*”; Anexo 6 – “Versão Integral do *Corpus*” (em formato electrónico); Anexo 7 – “Elenco das referências à conservação e à RN2000”; Anexo 8 – “Pareceres F33, F22 e F17 relativos ao *Programa Polis Litoral Ria de Aveiro*”; Anexo 9 – “Síntese de excertos relativos aos espaços considerados”.

ficheiros distintos (“AA”, “BA”, “CA”, “DA”, “EA” e “FA”²⁶³), nos quais os pareceres relativos a cada um dos cinco procedimentos AIA e ao procedimento AAE foram compilados. A Tabela 6.1 estabelece a correspondência entre o nome dos projectos sujeitos a avaliação ambiental²⁶⁴, o número do procedimento de AIA com que se encontram registados e arquivados na Agência Portuguesa do Ambiente e ainda o nome do ficheiro a que pertencem no âmbito do *corpus*. Devido às consideráveis disparidades no perfil de participação de cada processo (ver secção 5.2), o volume de texto associado a cada processo varia substancialmente. Através do número de palavras de cada ficheiro, indicado na última coluna da tabela, o volume relativo dos ficheiros aparece graficamente ilustrado na Figura 6.1.

| Nome do projecto/programa | Nome do proc. AIA / AAE | Ficheiro | N.º de palavras |
|--|-------------------------|----------|-----------------|
| Projecto de Desenvolvimento Agrícola do Baixo Vouga Lagunar | AIA 792 | AA | 18869 |
| Requalificação da Pista de Remo de Aveiro | AIA 914 | BA | 6443 |
| Projecto da Marina da Barra | AIA 1031 | CA | 90628 |
| Intervenção na Zona da Barra de Aveiro com Dragagem e Reforço do Cordão Dunar | AIA 1797 | DA | 9730 |
| Reconfiguração da Barra do Porto de Aveiro | AIA 2082 | EA | 6892 |
| Programa Polis Litoral Ria de Aveiro | AAE Polis | FA | 40085 |

Tabela 6.1 – Correspondência entre os nomes dos projectos e programa sujeitos a avaliação ambiental, dos respectivos processos, dos ficheiros criados e o seu volume textual em n.º de palavras.

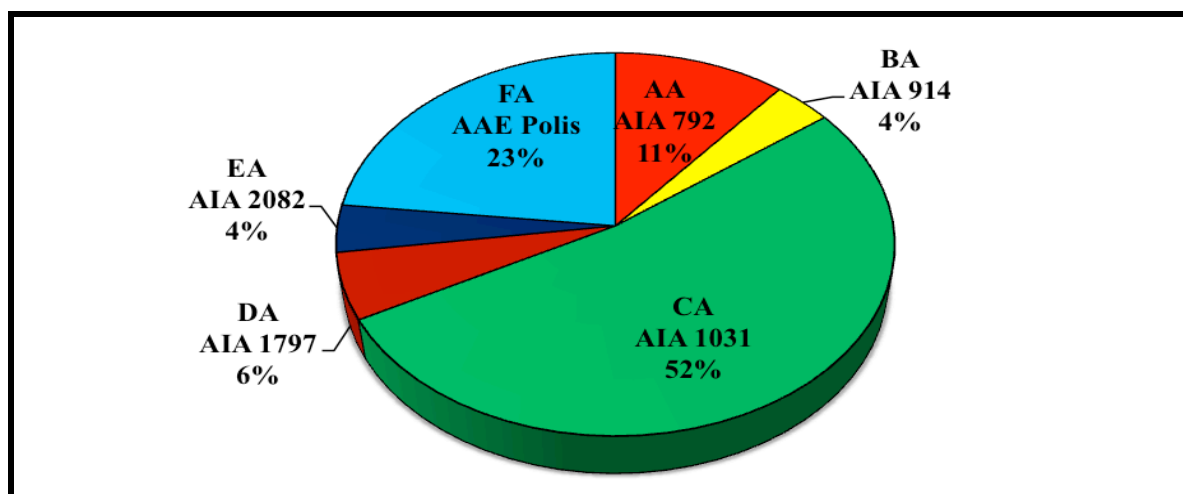


Figura 6.1 – Distribuição do volume de texto do *corpus* relativamente aos seis procedimentos individuais de avaliação ambiental.

Devido ao elevado número de pareceres submetidos individualmente por particulares no *Projecto da Marina*, o respectivo ficheiro ocupa mais de metade do volume total do *corpus*,

²⁶³ Ver a secção 4.2.3.c relativa à construção do *corpus*.

²⁶⁴ A parte do nome a negrito corresponde às formas resumidas que usamos para referir os projectos e o programa ao longo da dissertação.

seguido pelos ficheiros relativos à AAE *Programa Polis Litoral Ria de Aveiro* e do *Projecto de Desenv. Agrícola do BVL*²⁶⁵.

Devido à sua extensão, o *corpus* aparece anexado a esta dissertação em formato electrónico. As tabelas seguintes, versões resumidas do índice completo do *corpus* que se encontra no Anexo 5, expõem a constituição de cada ficheiro, estabelecendo a correspondência entre a designação específica atribuída a cada parecer no *corpus* e as entidades que os submeteram²⁶⁶. É através desta designação que nos referiremos aos pareceres, podendo estes ser facilmente localizados no *corpus* através das tabelas que os indexam.

| Proveniência dos pareceres | Pareceres |
|---|---|
| <i>Ad. Central</i> (1) | A1 |
| <i>Ad. Local</i> (7) | A2; A3; A4; A5; A6; A; A8 |
| <i>Ass. Prof., Pol., Desp. e ONGs não Ambientais</i> (11) | A9; A10; A11; A12; A13; A14 A15; A16; A17; A18 |
| <i>ONGs Ambientais</i> (2) | A20; A21 |
| <i>Particulares</i> (42) | A22; A23; A24; A25; A26; A27; A28; A29; A30; A31; A32; A33; A34; A35; A36; A37; A38; A39; A40; A41; A42 |

Tabela 6.2 – Descrição resumida da constituição do ficheiro AA a partir dos pareceres submetidos na consulta pública do processo AIA 792 relativo ao *Projecto de Desenv. Agrícola do BVL*.

| Proveniência dos pareceres | Pareceres |
|--|--------------|
| <i>Ad. Central</i> (2) | B1; B2 |
| <i>Ad. Local</i> (3) | B3; B4; B5 |
| <i>Ass. Prof., Pol., Desp. e ONGs não Ambientais</i> (3) | B6; B7; B8 |
| <i>ONGs Ambientais</i> (3) | B9; B10; B11 |
| <i>Empresas</i> (1) | B12 |
| <i>Particulares</i> (1624) | B13 |

Tabela 6.3 – Descrição resumida da constituição do ficheiro BA a partir dos pareceres submetidos na consulta pública do processo AIA 914 relativo à *Pista de Remo*.

| Proveniência dos pareceres | Pareceres |
|--|---|
| <i>Ad. Central</i> (1) | C1 |
| <i>Ad. Local</i> (4) | C2; C3; C4; C5 |
| <i>Ass. Prof., Pol., Desp. e ONGs não Ambientais</i> (5+6) | C6; C7; C8.1; C8.2; C8.3; C8.4; C8.5; C8.6; C8.7; C9; C10 |
| <i>Inst. de Invest. e de Ensino Superior</i> (2) | C11; C12 |
| <i>ONGs Ambientais</i> (4) | C13; C14; C15; C16 |

²⁶⁵ Ver na secção 5.2 a síntese do perfil de participação das consultas deste grupo de processos, assim como os Anexos 3 e 4. O ficheiro relativo ao projecto da *Pista de Remo* ocuparia um volume substancialmente maior se tivessem sido incluídas as centenas de fichas de participação submetidas na consulta pública (ver secção 4.2.3).

²⁶⁶ Enquanto estas tabelas discriminam os pareceres apenas de acordo com as tipologias de proveniência, no Anexo 5 aparecem especificadas cada identidade individual. As discrepâncias relativas aos números dos particulares que submeteram parecer e os pareceres elencados têm a ver com as adaptações necessárias para a construção do corpus, devido aos abaixo-assinados, aos pareceres-tipo e à não inclusão das fichas de participação no caso do projecto da *Pista de Remo*.

| | |
|---------------------------|--|
| <i>Particulares</i> (102) | C17; C18; C19; C20.1; C20.2; C20.3; C21; C22; C23; C24; C25; C26; C27; C28.1; C28.2; C29; C30; C31; C32; C33; C34; C35; C36; C37; C38; C39; C40; C41; C42; C43; C44; C45; C46; C47; C48; C49; C50; C51; C52; C53; C54; C55; C56; C57; C58; C59; C60; C61; C62; C63; C64; C65; C66; C67; C68; C69; C70; C71; C72; C73; C74; C75; C76; C77; C78; C79; C80; C81; C82; C83; C84; C85; C86; C87; C88; C89 |
|---------------------------|--|

Tabela 6.4 – Descrição resumida da constituição do ficheiro CA a partir dos pareceres submetidos na consulta pública do processo AIA 1031 relativo ao *Projecto da Marina da Barra*.

| Proveniência dos pareceres | Pareceres |
|--|---------------------------------|
| <i>Ad. Central</i> (1) | D1 |
| <i>Ad. Local</i> (6) | D2; D3.1; D3.2; D4; D5; D6; D7; |
| <i>Ass. Prof., Pol., Desp. e ONGs não Ambientais</i> (2) | D8; D9 |
| <i>ONGs Ambientais</i> (2) | D10; D11 |
| <i>Particulares</i> (1) | D12 |

Tabela 6.5 – Descrição resumida da constituição do ficheiro DA relativo aos pareceres submetidos na consulta pública do processo AIA 1797 relativo à *Intervenção na zona da Barra*.

| Proveniência dos pareceres | Pareceres |
|----------------------------|----------------|
| <i>Ad. Local</i> (4) | E1; E2; E3; E4 |
| <i>Particulares</i> (1) | E5 |

Tabela 6.6 – Descrição resumida da constituição do ficheiro EA a partir dos pareceres submetidos na consulta pública do processo AIA 2082 relativo à *Reconfiguração da Barra*.

| Proveniência dos pareceres | Pareceres |
|--|---|
| <i>Ad. Central</i> (11) | F1; F2; F3; F4; F5; F6; F7; F8; F9; F10; F11 |
| <i>Ad. Local</i> (12) | F12; F13; F14; F15; F16; F17; F18; F19; F20; F21; F22, F23 |
| <i>Ass. Prof., Pol., Desp. e ONGs não Ambientais</i> (3) | F24; F25; F26 |
| <i>Inst. de Invest. e de Ensino Superior</i> (1) | F27.1; F27.2 |
| <i>ONGs Ambientais</i> (1) | F28 |
| <i>Empresas</i> (3) | F29; F30; F31 |
| <i>Particulares</i> (5+8) | F32; F33; F34; F35; F36; F37; F38; F39; F40; F41; F42; F43; F44 |

Tabela 6.7 – Descrição resumida da constituição do ficheiro FA a partir dos os pareceres submetidos na consulta institucional e na consulta pública da AAE do *Programa Polis Litoral Ria de Aveiro*.

6.2 Uma caracterização genérica do parecer em AIA/AAE

6.2.1 Introdução

À luz da definição de género que apresentamos na secção 4.1.6, entendemos os procedimentos de AIA e AAE como práticas discursivas de carácter institucionalizado, constituindo, por essa razão, uma cadeia intertextual rigidamente estruturada. Esta é composta por vários *géneros situados*, correspondentes às diferentes tipologias de documentos elaborados ao longo do procedimento, incluindo o *Estudo de Impacte Ambiental*, o *Relatório de Consulta Pública*, o *Parecer Final da Comissão de Avaliação*, a *Declaração de Impacte Ambiental*, etc..

Uma vez que é através destes documentos que se realizam as próprias fases procedimentais da AIA, estes podem ser entendidos como desempenhando efectivamente uma função performativa de forma explícita. Com uma estrutura genérica muito pouco variável, tais textos são bastante estáveis e homogêneos, ocorrendo apenas nesta esfera institucional específica.

Neste contexto, os pareceres submetidos nas consultas constituem uma notável excepção, apresentando uma *estrutura genérica potencial* muito mais variável. Apesar desta variabilidade, pensamos ser possível falar de um género situado associado a este tipo de texto, que aqui propomos chamar de *Parecer em Avaliação Ambiental*, o qual se manifesta sobretudo através de dois sub-géneros mais específicos que não são estanques entre si. Estes, aos quais propomos chamar *Parecer Institucional* e *Parecer Particular*, correspondem a dois pólos opostos que balizam as variações genéricas mais frequentes (ver Figura 6.9). Ao longo desta secção veremos que, apesar de vários tipos de excepções, as variações parecem ocorrer sobretudo em função do tipo de proveniência dos pareceres. Quando pertencentes a particulares, os pareceres aparecem referenciados apenas através do seu código e, relativamente às restantes entidades, será incluída uma versão abreviada do seu nome. Em ambos os casos, será útil recorrer à secção anterior (ou ao Anexo 5) para localizar e consultar os textos no *corpus*.

É sobretudo a partir da perspectiva de Fairclough (2003) que estruturamos as seguintes secções em torno das questões relacionadas com o(s) género(s) dos pareceres submetidos no âmbito das consultas dos procedimentos de AIA e AAE (ver secção 4.1.6). Segundo este autor, faz especialmente sentido considerar géneros em termos dos *meios de comunicação* de que dependem (6.2.3), da *actividade social* que desempenham (6.2.4) e das *relações sociais* que estabelecem (6.2.5). Para além de estabelecerem relações dialécticas entre si, estes elementos têm implicações importantes para as *características textuais* (6.2.6), a *estrutura genérica* (6.2.7), a *intertextualidade* e *interdiscursividade* (6.2.8) e a *hibridização de géneros* (6.2.9). Ao mesmo tempo, todos estes aspectos dependem fortemente do *contexto situacional*, cujos traços mais relevantes passamos a descrever.

6.2.2 Contexto situacional

Este contexto situacional diz respeito, de forma mais alargada, às práticas de consulta pública relativas a procedimentos governativos em que o processo de aprovação de determinadas políticas, planos ou intervenções normalmente inclui um certo período em que os indivíduos ou entidades interessadas ou com competências relacionadas se podem manifestar e exprimir. De forma mais concreta, estes textos enquadram-se no âmbito específico das consultas dos procedimentos de AIA e AAE, altamente formatado pela respectiva legislação²⁶⁷. Mais especificamente, os referidos procedimentos desenrolam-se no contexto da Ria de Aveiro, um território dotado de particularidades significativas (ver secções 4.2.3.a e 5.1).

Enquanto uma importante dimensão do seu contexto situacional, a AIA ou a AAE constituem procedimentos públicos, não só no sentido em que as respectivas consultas se

²⁶⁷ Ver as secções 2.2.2, 2.2.3 e Anexo 1 para uma descrição procedimental da AIA e da AAE, e as secções 3.4.1 e 3.4.2 para uma apreciação de como os mesmos procedimentos, e em especial as suas componentes de consulta pública, podem ser perspectivados no âmbito da tomada de decisão pública.

encontram abertas a todo o *público interessado*, como também no sentido em que os próprios pareceres enviados, além de serem lidos pelas autoridades às quais são dirigidos em primeira instância, serão eles próprios passíveis de consulta pública, juntamente com o resto da documentação pertencente aos processos. Isto faz com que a sua produção ocorra em relação à *esfera pública*, o que, por sua vez, tem implicações para a actividade social em que os intervenientes se vêem envolvidos e para as relações que estabelecem entre si.

6.2.3 Meios de comunicação

Neste contexto situacional, os textos em questão são pareceres enviados no âmbito de um procedimento institucional com duração temporária e definida. Assim, estes pareceres constituem uma forma de correspondência, uma vez que, na sua maioria, constituem cartas (parte das quais são, mais especificamente, correio electrónico) dirigidos às autoridades dos procedimentos AIA/AAE. Este facto é, tipicamente, determinante para a formatação textual e as características genéricas dos pareceres. Assim, estas associam-se à observação das normas da correspondência institucional (que, por sua vez, é um tipo de correspondência formal), as quais ocorrem na quase totalidade dos pareceres enviados por entidades administrativas ou colectivas e na maior parte dos pareceres de particulares. Deste modo, a emissão da opinião propriamente dita acontece entre as formas típicas de “introdução”, que caracterizam a correspondência formal, ou então, de forma menos frequente mas ainda assim muito comum, em textos separados que normalmente aparecem anexados a uma carta de apresentação do parecer²⁶⁸. Estas são as duas situações mais comuns à generalidade dos pareceres, ocorrendo, no entanto, excepções significativas. Em alguns procedimentos AIA (e AAE), a respectiva autoridade tem enviado para as administrações locais (ou distribuído no âmbito de sessões públicas de esclarecimento) fichas de participação²⁶⁹. Entre o conjunto de procedimentos AIA considerados, esse é o caso do projecto *Pista de Remo*, em que quase todos os pareceres foram submetidos através de fichas de participação²⁷⁰. Nestes casos, o parecer ocupa o campo *comentários* da ficha de participação (frequentemente manuscrito) ou aparece em anexo com a respectiva indicação na ficha de participação. Nestes casos, não é seguido o formato de correspondência²⁷¹. Existem também alguns casos excepcionais em que, mesmo sem

²⁶⁸ Esta situação é mais típica nos pareceres de entidades colectivas (particularmente das autarquias, ONGs e universidades) e nos pareceres de particulares que se assumem como detendo conhecimento especializado.

²⁶⁹ Estas fichas de participação incluem normalmente três campos a preencher: *Identificação*, *Tomada de Posição* e *Comentários*. No caso da AAE, em particular, os campos resumem-se à identificação e *Registo de Observações / Sugestões*.

²⁷⁰ No projecto *Pista de Remo*, apenas não se serviram de fichas de participação os pareceres do abaixo-assinado (B13), da Quercus (B9) e da Assembleia de Freguesia de Cacia (B3). No *Programa Polis Litoral Ria de Aveiro*, foram enviadas três fichas de participação e entregues oito fichas no final da respectiva sessão pública de esclarecimento. Na AIA 1797 (projecto da *Interv. na Zona da Barra*), a J.F. da Gafanha da Nazaré envia, como caso isolado, o seu parecer através de uma ficha de participação facultada pela Agência Portuguesa do Ambiente. Na AIA 2082 (projecto da *Reconfig. da Barra*), a mesma entidade volta a enviar o seu parecer seguindo o mesmo formato, sem no entanto usar uma ficha de participação “oficial”. Ver as nossas observações acerca de hibridização de géneros (secção 6.2.8).

²⁷¹ Para a referida não observação das normas de correspondência, consideramos o critério da ausência da abertura (geralmente expressa através da indicação do destinatário) ou de conclusão (geralmente através de uma forma de despedida) características do protocolo da correspondência formal (e.g. *Atenciosamente*, *Com os meus melhores cumprimentos*, etc.), sendo referidos apenas os pareceres nos quais, sem se tratarem de um

ser preenchido numa ficha de participação, sem tomar a forma de um anexo a uma carta introdutória ou sem fazer parte de um abaixo-assinado, o parecer é enviado sem a abertura ou conclusão típica da correspondência formal²⁷².

Observa-se ainda o progressivo desaparecimento de pareceres manuscritos. Enquanto que no processo AIA mais antigo, relativo ao *Projecto de Desenv. Agrícola do BVL*, oito pareceres individuais são textos manuscritos e, excepto ainda dois pareceres manuscritos relativos à *Marina da Barra*, todos os outros textos manuscritos correspondem a fichas de participação, nomeadamente no caso da *Pista de Remo* e do *Programa Polis Litoral Ria de Aveiro*²⁷³. Com a excepção de sete entidades colectivas que preencheram as fichas de participação no caso da *Pista de Remo*, todos os pareceres manuscritos foram enviados por particulares (ver Anexo 5).

6.2.4 Actividade social

Na respectiva legislação, o procedimento de consulta pública da AIA aparece com o objectivo de recolher «opiniões, sugestões e outros contributos do público interessado sobre cada projecto sujeito a AIA»²⁷⁴. No caso da AAE, o objectivo é análogo, visando a:

«recolha de observações e sugestões formuladas por associações, organizações ou grupos não governamentais e pelos interessados que possam de algum modo ter interesse ou ser afectados pela sua aprovação ou pela futura aprovação de projectos por aquele enquadrados»²⁷⁵.

Assim, mesmo desta perspectiva, considera-se que o envio de pareceres possa ter diferentes objectivos, ainda que à luz de uma concepção que os enquadra como contributos adicionais²⁷⁶.

Dentro da interpretação do parecer enquanto um “contributo”, consideramos existir diferenças importantes (embora de forma pouco estanque) entre dois tipos de actores. Num primeiro grupo, encontram-se aqueles com competências de carácter mais institucional como, sobretudo, os órgãos da administração central e das administrações locais (mas aos quais acrescentaríamos ainda entidades como as ONGs ambientais e empresas públicas como a SIMRIA e a Administração do Porto de Aveiro), que são vistos, e que se vêem, como detendo responsabilidades ou competências específicas para se pronunciarem sobre os aspectos abrangidos pela sua jurisdição ou área de interesse. Neste primeiro grupo, o acto de emissão de parecer pode

abaixo-assinado, ficha de participação ou anexo, nenhum desses elementos ocorre. A assinatura ou a indicação da data como elemento final do texto não nos pareceu indicador suficiente dessa situação.

²⁷² Isto ocorre tanto em pareceres de particulares (C23; C29; C52; C53; C66; C83; E5; F36), como de entidades colectivas e institucionais, tal como no caso dos pareceres da Agro-Pecuária Agejense (A11), do Instituto Egas Moniz (A17), do Rotary International (A18), da Ordem dos Engenheiros (A19), da Assembleia da Freguesia de Cacia (B3), da Comissão Concelhia de Ílhavo do PCP (C6), da C.M. de Estarreja (F16) e da J.F. de Requeixo (F23).

²⁷³ Além do factor cronológico, é de notar também que os participantes particulares da consulta relativa ao *Projecto de Desenv. Agrícola do BVL* eram, precisamente, habitantes de uma zona relativamente rural e eventualmente parte de uma população com pouco acesso a meios informáticos.

²⁷⁴ Ver alínea f) do Art.º 2.º do Decreto-Lei n.º 197/2005 de 8 de Novembro relativa à definição de “Consulta Pública”.

²⁷⁵ Ver o n.º 6 do Art.º 7.º do Decreto-Lei n.º 232/2007 de 15 de Junho.

²⁷⁶ Até agora dominante na respectiva legislação, esta concepção instrumental da função da participação pública corresponde ao que, na Tabela 3.2, aparece designado como o objectivo geral “A) Obter o input público” (ver secção 3.4.2 para uma contextualização de diferentes concepções do lugar da participação pública em procedimentos de avaliação ambiental).

ser interpretado como parte do “dever” inerente às suas responsabilidades institucionais, administrativas, profissionais ou associativas. No segundo grupo, composto sobretudo pelos restantes tipos de associações e particulares, este aspecto é mais variável e heterogéneo, mas mais tendencialmente enquadrável numa lógica de dever cívico ou privado dado que, em certo sentido, assume um carácter voluntário mais evidente. A Figura 6.2 apresenta as categorias de entidades que usamos ao longo desta investigação distribuídas entre os pólos da esfera institucional e da esfera particular, na ordem que nos parece mais lógica do ponto de vista da sua categoria²⁷⁷.

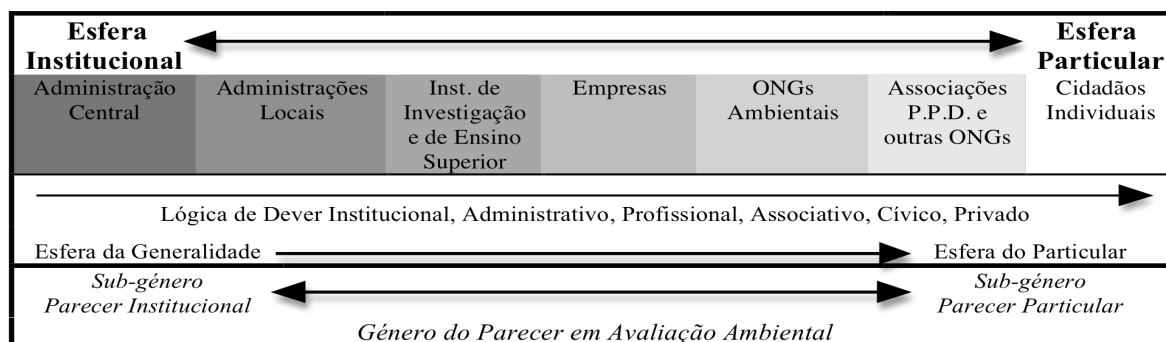


Figura 6.2 – Variação expectável entre os intervenientes e a sua associação aos sub-géneros identificados relativamente às motivações associadas à participação enquanto “contributo”.

De um ponto de vista comunicativo, no entanto, ainda que os pareceres se configurem geralmente para se enquadrarem de acordo com os fins previstos pela lei, existem outros tipos de motivações e acções. Formuladas de uma perspectiva geral e abstracta, encontram-se, como em qualquer outra situação comunicativa, as *metafunções* da linguagem. Tal como definidas por Fairclough (2003), relembramos que estas se referem ao facto de a linguagem servir sempre simultaneamente para agir, representar e identificar (ver secção 4.1.5). Assim, estes pareceres, além de procurarem agir sobre o desfecho da avaliação ambiental em curso, agem também a outros níveis, procurando fazer valer e disseminar certas representações da realidade e estabelecer determinadas relações sociais entre os actores envolvidos. Sobretudo através de formas de argumentação, o *pré-género* dominante nos pareceres, os seus autores vêm defender certos tipos de relação de causa e efeito que, por sua vez, fundamentam determinadas tomadas de posição²⁷⁸. Ao mesmo tempo, isto implica também representar elementos da realidade e identificar os actores sociais envolvidos (incluindo os próprios autores) de formas particulares. Estes elementos encontram-se, geralmente, presentes em todos os pareceres, estando associados à própria estrutura lógica da argumentação.

Uma vez que, por definição, na esfera pública os argumentos relativos à esfera do particular e aos interesses privados têm menos força do que aqueles que apelam à esfera da generalidade, as posições e opiniões apresentadas são, de forma claramente dominante, justificadas com referência ao bem comum. Ainda que as entidades administrativas e colectivas se pronunciem frequentemente acerca dos assuntos relativos ao âmbito das suas responsabilidades específicas, fazem-no em nome

²⁷⁷ Mais à frente, na Figura 6.9, será representado o contraste entre esta ordem inicialmente proposta e as tendências principais de variação das características textuais que se observam efectivamente.

²⁷⁸ No entanto, nem todos os pareceres se apresentam com um carácter puramente ou sequer fortemente argumentativo (ver secção 4.1.6 acerca da noção de *estrutura genérica*).

do bem colectivo de uma determinada comunidade (e.g. os agricultores do BVL), ou da sociedade em geral (e.g. argumentos relativos à economia ou à preservação ambiental). Na sua globalidade, os pareceres particulares seguem o mesmo princípio de argumentarem na esfera da generalidade²⁷⁹. Raramente, no entanto, ocorrem referências a questões estritamente privadas, embora normalmente em co-ocorrência com referências à generalidade²⁸⁰. Muito mais comuns, são pareceres nos quais os seus autores se identificam como detendo interesses privados sobre o assunto em causa, mas que depois argumentam relativamente ao bem comum de toda a zona referida ou de toda a comunidade em que se inserem (e.g. A22; A33; A38 em relação aos agricultores do BVL; F33 em relação aos proprietários de marinhas e à biodiversidade local).

O facto de os pareceres serem colocados na esfera pública significa também que os seus autores colocam em jogo a sua reputação ou imagem pública, podendo ser socialmente responsabilizados ou prejudicados pelas posições e argumentos que expressam. Principalmente no caso das administrações locais e das outras entidades colectivas, uma vez que este é um contexto onde as posições são comunicadas oficialmente e registadas, é lógico que exista a preocupação em manter coerência com as posições e opiniões expressas noutros contextos (como entrevistas, comunicações públicas ou outros pareceres). Por outras palavras, os procedimentos de avaliação ambiental, enquanto uma componente importante da governação ambiental do território (e enquanto procedimento público), constituem mais uma plataforma para se “fazer” política. Neste contexto, o procedimento adquire também os contornos de uma “oportunidade” para determinadas entidades se exprimirem, sobretudo aquelas menos próximas dos processos de tomada de decisão mais centrais para a governação ambiental (como as ONGs, as demais associações e os cidadãos individuais).

A noção de se operar numa esfera pública é mais evidente nos pareceres de carácter mais institucional, cujo *ethos* é, em geral, mais contido e menos comprometedor ao nível das opiniões expressas. À medida que os pareceres se afastam em direcção ao sub-género do *Parecer Particular*, observa-se, tendencialmente, a crescente presença de juízos de valor mais explícitos e menos dependentes de validação através da legislação ou de outros documentos normativos (ver secção 6.2.9 acerca da *intertextualidade*).

6.2.5 Relações sociais

O contexto situacional das consultas no âmbito da AIA e AAE configura, em primeira instância, uma dinâmica comunicacional de apenas um sentido. Porém, num sentido mais lato, o processo é dotado de considerável *dialogicidade*, uma vez que podemos entender os pareceres como elementos de dinâmicas interdiscursivas, ou seja, de “conversações” mais amplas que ocorrem em diversas escalas sociais. Além de contribuir para a própria evolução das representações discursivas, estas dinâmicas têm também um importante papel para o estabelecimento, a longo prazo, de determinadas relações entre os seus principais intervenientes.

²⁷⁹ Como já referido na secção 5.2.4, precisamente o tema do sacrifício do interesse público pelo privado é recorrente nas críticas ao *Projecto da Marina da Barra*.

²⁸⁰ Por exemplo, C57 e C84. A sua ocorrência exclusiva é ainda mais rara (e.g. F35).

Ao mesmo tempo, uma vez que é sabido que os pareceres serão publicamente acessíveis, isto é, que o seu leitor potencial transcende os receptores directos a quem são endereçados, as entidades com responsabilidades institucionais, administrativas, profissionais ou associativas cumprem expectativas sociais que existem tanto da parte dos outros intervenientes como da parte dos cidadãos que se vêem nelas representados. Embora transversalmente relevante, este aspecto adquire especial importância para as autarquias que gerem uma imagem pública perante um eleitorado e, eventualmente em menor grau, para as associações que representam uma massa associativa.

Em geral, além de contribuir para a receptividade do conteúdo, o tom geralmente polido que se associa a formas de correspondência institucional faz parte do cumprimento rotineiro de funções, assim como da manutenção de boas relações com os outros intervenientes que interagem regularmente na mesma esfera institucional e administrativa. Sobretudo no sub-género do *Parecer Institucional*, os posicionamentos sociais assumem geralmente um tom polido e contido, respeitador das normas gerais de boa conduta entre indivíduos e instituições. Quando mencionados, os outros intervenientes ou actores sociais são, segundo esta lógica, normalmente posicionados de forma neutra, sendo a sua legitimidade e competência sobre as respectivas áreas de actuação tácita ou explicitamente reconhecida.

Entre os pareceres autárquicos, que normalmente seguem esta norma, encontram-se, excepcionalmente, algumas referências a terceiros a quem se atribui uma caracterização explicitamente negativa²⁸¹. As diversas associações tendem a ser bastante polidas, sendo sobretudo as ONGs ambientais que, assumindo um tom de denúncia, criticam explicitamente o comportamento ou as intenções de determinados actores²⁸². Já entre os pareceres de particulares, o posicionamento menos polido de terceiros é bastante mais comum, sobretudo no caso do *Projecto da Marina da Barra* que suscitou considerável indignação por parte de muitos cidadãos²⁸³.

Um outro aspecto que sobressai nos pareceres, é a forma como a identidade dos seus autores aparece construída nos mesmos. Referindo sobretudo legislação e outros documentos normativos que orientam a sua actuação e objectivos, as instituições dão o seu “devido contributo”, assumindo

²⁸¹ Por exemplo, a seguinte frase de um dos pareceres da J.F. de Cacia (F22):

«Esta intervenção é premente para evitar a contínua degradação desta área, que a inércia e inépcia da Governação do Estado tem conduzido» (F22, l. 21).

²⁸² Veja-se o seguinte parágrafo de um parecer da Quercus (B9):

«Parece-nos que o promotor (Câmara Municipal de Aveiro) poderá ter como estratégia apenas submeter a pista a EIA, mas após a sua aprovação, a pouco e pouco, terá eventualmente intenções de ir implementando todo um outro conjunto de projectos que dependam apenas do seu próprio licenciamento (de lembrar que o projecto antigo incluía um campo de golfe, campo de equitação, campismo; entre outros). Os impactes sobre a zona poderão desta forma exponenciar-se no futuro, não só durante as provas mas sobretudo durante todo o ano» (B9, l. 111-114).

²⁸³ Entre muitos possíveis exemplos:

«Manifesto aqui, o meu mais profundo desagrado com o projecto actual. O meu mais profundo pesar por saber que alguém que, em princípio e por princípio, deveria defender os meus interesses, e os de todos que na zona habitam, e pelo contrário mostra-se ao lado daqueles que, nem sequer cá habitando, pretendem usar a nossa belíssima região como mais uma fonte geradora de rendimentos...
É triste!

Que o Governo por nós eleito tenha o discernimento que falta [ao] presidente da Câmara de Ílhavo.

Marina da Barra: um projecto a chumbar!» (C63, l. 18-23).

«A Ria precisa de uma gestão integrada que controle e regule os factores de degradação, que a proteja da ganância das promessas eleitorais dos governos e dos Presidentes de Câmara e dos projectos que ciclicamente assaltam e comprometem a tranquilidade de quem ama a Ria» (C64, l. 43-45).

a sua competência e legitimidade (para emitir parecer sobre a questão) como garantidas. À medida que nos afastamos do pólo da esfera institucional em direcção à particular, é visível a crescente necessidade, pela maior parte dos intervenientes, em justificar a sua legitimidade para emitir parecer. Nos pareceres, observa-se a assunção de que, na ausência de um certo grau de garantia institucional que valide a importância ou a respeitabilidade da opinião expressa, existe um conjunto de factores capazes de elevar a probabilidade de os receptores dos pareceres (as autoridades responsáveis) levarem as suas opiniões em consideração. Esta assunção leva os autores dos pareceres a adoptar determinadas estratégias comunicativas que se sobrepõem e interligam, não sendo facilmente discrimináveis. Uma das estratégias mais comuns é fazer referência explícita aos factores mencionados, chamando a atenção para:

i) a legitimidade do conhecimento do autor (assente em: 1. conhecimento teórico ou académico, 2. experiência profissional²⁸⁴ e 3. experiência pessoal acumulada ao longo da vida);

ii) a legitimidade cívica (associada a: 1. lugar de residência ou de origem, 2. interesses do bem comum e 3. interesses pessoais em jogo²⁸⁵).

²⁸⁴ É também frequente, em final de parecer junto à assinatura do remetente, aparecer a sua ocupação profissional quando julgada relevante pelo mesmo, sobretudo profissões como “biólogo”, “professor”, “engenheiro”, “agricultor”, entre outras mais raras como “geólogo” (C23) ou “arquitecto paisagista” (C33). Ocasionalmente, aparece indicado, também em posição final, o grau de formação académica, e.g. «Lic. em Biologia Marinha e Pescas» (C67).

²⁸⁵ Como exemplos destas referências e do modo como se podem sobrepor, considere-se os seguintes excertos:

i.1) «Faço este parecer na qualidade de cidadã a residir em Aveiro, há 22 anos, utilizando a praia da Barra para passar férias, e como bióloga, licenciada pela Universidade de Aveiro há 16 anos. A minha área de formação é a botânica, tendo feito o meu estágio científico em Taxonomia das Plantas Vasculares» (C72, l. 2-4).

i.2) «Estou a falar a V. Exas. com o conhecimento de agricultor e proprietário e conhecimento de ex-funcionário do Porto de Aveiro com 33 anos de trabalho, a exercer funções até há bem pouco tempo, desde a Póvoa do Paço até Estarreja: todo este projecto que V. Exas. pretendem implantar nesta zona (zona lagunar do Baixo-Vouga, que conheço perfeitamente como ninguém, tanto tomadas de água e escoamento de terrenos, como todos os outros problemas) poderá redundar aqui num grande flagelo, que se chama "Águas salgadas", se não for tido em conta o que acabo de prevenir» (A38, l. 23-27).

i.3) «Declaro ser moradora em Aveiro e possuir residência secundária na Avenida [...], Praia da Barra, Ílhavo. Utilizo para passeio o canal da Costa Nova, Ria de Aveiro. Conheço, como moradora, a localidade da Barra há mais de 40 anos» (C44, l. 7-8).

ii.1) «Esta é a minha mais singela opinião, como morador na margem da ria e no local em questão, agradeço somente, que seja respeitado algum bom senso» (C25, l. 7-8).

ii.2) «Conhecendo a Barra há muitos anos, sempre assisti no local em causa à apanha de bivalves por parte dos pescadores locais que ao longo dos anos subsistem desta actividade. Repugna-me o facto de agora se estar a aterrar esta zona com o objectivo de promover a construção imobiliária em detrimento do que seria a continuação desta actividade e da permanência de uma paisagem de incrível beleza desfrutada por milhares de pessoas que frequentam a Barra, e que agora se pretende trocar pelo betão, em vez de a preservar como um bem natural que deveria ser usufruído por todos e legado aos nossos filhos» (C73, l. 12-16).

ii.3) «Dirijo-me a v. Ex. na qualidade de Agricultor Empresário Agrícola com uma exploração agrícola leiteira com um efectivo total cerca 130 animais, agricultor de uma área no campo do Baixo-Vouga Lagunar na ordem dos 25h» (A23, l. 3-4).

Por outro lado, observam-se outras estratégias que legitimam o conhecimento do autor através do próprio texto sem apelar explicitamente aos factores mencionados. Igualmente com um elevado grau de sobreposição, estas passam sobretudo por recorrer a:

i) uso de vocabulário técnico ou especializado para se descrever ou referir elementos considerados relevantes para a posição tomada (e.g. C24; C28; C32), incluindo a referência a percentagens e outros dados numéricos, assim como o recurso a tabelas ou gráficos (e.g. C21; C77; E5);

ii) descrições relativamente detalhadas de determinada situação ou da evolução dos acontecimentos que levaram à mesma, as quais demonstram conhecimento sobre a área, mesmo que não seja em termos técnicos ou científicos (e.g. A32; A37; C27);

iii) designações territoriais, instrumentos de gestão do território, legislação e outros documentos normativos (e.g. C20; C42; C67);

Em termos gerais, depreende-se que a inclusão de tais elementos tem um objectivo informativo. Este é sobretudo o caso dos pareceres de tipo mais técnico e especializado como o das ONGs ambientais em geral, de algumas associações e de alguns particulares com competências mais especializadas, assim como o caso de algumas descrições baseadas na experiência profissional e pessoal que visam colmatar aquilo que consideram ser lacunas nos documentos sob avaliação. No entanto, uma vez que os participantes estão cientes que os receptores dos pareceres são autoridades com conhecimento e competência específica acerca das matérias sob avaliação, não parece razoável interpretar este tipo de elementos como detendo sempre um carácter primariamente informativo. Pelo contrário, parecem deter uma dupla função distinta da informativa. Se por um lado, como acima referido, contribuem para construir uma imagem do autor do parecer enquanto um sujeito informado, ciente tanto do objecto de avaliação como das normas que considera que devem ser seguidas, por outro lado, tais elementos constituem peças importantes para estruturar e dar força à tomada de posição de um ponto de vista lógico-argumentativo (ver secção 6.2.7), ou seja, trata-se de explicitar as razões e as premissas que levam a uma determinada tomada de posição, de forma a aumentar a aceitabilidade desta²⁸⁶.

Ainda que estes aspectos sejam sobretudo observáveis em pareceres de particulares, mesmo em relação a entidades cuja competência técnica é presumível encontram-se formas mais ou menos subtis de procurar reforçar a legitimidade do sujeito emissor de parecer. Por exemplo, constata-se que muitas entidades colectivas repetem informação que sabem já ser do conhecimento das autoridades responsáveis pelo procedimento²⁸⁷. Em particular, as ONGs ambientais, cujos pareceres possuem características híbridas entre a esfera institucional e a particular, parecem necessitar negociar e reafirmar continuamente a sua legitimidade²⁸⁸. No caso das entidades propriamente institucionais, a presença de indicadores de competência especializada deve-se a um

²⁸⁶ Além disso, no caso dos particulares, é presumível que, mesmo sabendo que não acrescentam conteúdos propriamente novos, haja a intenção de se aumentar o número de participações e, consequentemente, da representatividade de um certo tipo de ponto de vista, assente em determinadas razões.

²⁸⁷ Esta situação é particularmente frequente no caso do *Programa Polis Litoral Ria de Aveiro*, em que muitos pareceres repetem descrições retiradas do *Relatório Ambiental* ou do PEIRVRA.

²⁸⁸ A título ilustrativo, observe-se a forma como o parecer da Água Triangular (B10) é apresentado, na conclusão, como resultado de uma «reunião técnica»; ou o recurso a uma lista de referências bibliográficas num dos pareceres da SPEA (D11).

outro tipo de dinâmica, uma vez que, sendo inerentes ao seu próprio funcionamento institucional, a sua presença é essencial para que as mesmas entidades, e a respectiva acção de emitir parecer, sejam “reconhecidas” enquanto tal.

Finalmente, é importante notar que a própria natureza e funcionamento do procedimento de consulta pública e o contexto institucional em que este se insere têm, eles próprios, significância para as relações sociais que se estabelecem neste âmbito. Formatos por uma lógica de decisão assente sobretudo no *modelo técnico-racional* (ver secção 3.4.1), tais procedimentos parecem favorecer a importância dos contributos de índole técnica, o que, no âmbito de uma determinada esfera de governação, parece atribuir mais poder de influência às entidades com determinadas competências ou a opiniões discursivamente moldadas para assumir um carácter técnico²⁸⁹.

6.2.6 Características textuais

Na globalidade, o género do *Parecer em Avaliação Ambiental* é caracterizado por traços que o associam a um tipo de correspondência institucional. Como tal, é dominado por um tom formal e cuidado, vocabulário específico (por frequentemente se referir a questões técnicas e especializadas), uso da terceira pessoa, frases declarativas e de estrutura complexa dando-lhe um carácter hipotático, típico de textos argumentativos. No entanto, tais elementos tendem a diluir-se à medida que nos aproximamos do *Parecer Particular*. Nos pareceres enviados por particulares, ainda que no geral procurem incorporar características associadas ao *Parecer Institucional*, aparecem frequentemente outros elementos que se desviam das normas da correspondência formal²⁹⁰.

Relativamente a esta tendência geral, é elucidativo considerar a distribuição de pontos de exclamação e interrogação através do *corpus*. Nenhum destes dois tipos de sinais de pontuação ocorrem em textos escritos segundo as convenções comuns da correspondência formal, sendo que nesse tipo de género as questões são sempre formuladas através de frases declarativas e os estados emotivos são descritos indirectamente a partir de uma perspectiva mais distanciada. Em ambas as distribuições²⁹¹, é evidente o domínio dos pareceres particulares, assim como a ausência quase total

²⁸⁹ Neste âmbito, importa igualmente reconhecer a importância da separação entre a consulta institucional e a pública, assim como o facto de certas entidades serem especificamente solicitadas a participar nas mesmas.

²⁹⁰ Partindo do extremo dos pareceres dos órgãos da administração central em direcção aos dos particulares, observa-se, progressivamente, uma maior tendência para (i) a presença de vocabulário mais coloquial (e.g. A25; C81; F32); (ii) o uso mais frequente da primeira pessoa (e.g. A33; C84; F35); (iii) o recurso a indicação gráfica de ênfase, sobretudo através de negritos e itálicos (e.g. C8.2; C20.3; C27); (iv) o recurso à hipérbole (e.g. C25, L. 4-5), metáfora (e.g. C33, l. 20-22), metonímia (e.g. C88, l. 5), ironia (e.g. C27, l. 72-73) e humor (e.g. C49, l. 3); (v) a presença de pontuação indicadora de emotividade: pontos de exclamação (expressões de indignação, exortações, ordens) e pontos de interrogação (perguntas retóricas, expressões de perplexidade).

²⁹¹ Os pontos de exclamação, ocorrem em: Quercus B9; C8.1; C8.2; C8.7; Água Triangular C16; C20.2; C24; C27; C29; C32; C36; C40; C43; C46; C48; C49; C52; C63; C65; C68; C74; C76; C80; C82; C83; C88; C89; D12; CM Ílhavo E1; CM Ílhavo F14; Quercus F28 e F33. Quanto aos pontos de interrogação, podemos dividi-los entre aqueles relativos a perguntas retóricas (Quercus A20; A32; A36; A37; Quercus B9; C8.1; C8.2; C8.3; UC C11; UC C12; Quercus C13; LPN C14; GEOTA C15; C20.2; C22; C23; C26; C27; C37; C39; C40; C42; C43; C45; C47; C63; C68; C69; C72; C75; C76; C77; C78; C80; C81; C82; C83; CM Murtosa D3.1; D12), questões efectivas (Quercus A20; Quercus B9; Portucel B12; C8.1; C8.2; CM Ílhavo E1; Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos F9; CM Ílhavo F14; CM Murtosa F17; F33), e ainda

dos órgãos da administração central, entre os quais existe apenas um exemplo que corresponde a uma pergunta efectiva (F9). Tirando os casos de questões que parecem realmente pretender obter informação adicional, e apenas um caso de expressão de dúvida no parecer da Portucel (B12), os pontos de exclamação e de interrogação surgem apenas nos pareceres de particulares, ONGs ambientais, universidades e autarquias, o que indica a presença de características textuais híbridas nos pareceres destas entidades, eventualmente menos preocupadas em manter uma imagem de distanciamento em relação à sua tomada de decisão.

6.2.7 Estrutura genérica

A vasta maioria dos pareceres são textos argumentativos. Isso leva a que, normalmente, um mínimo de três elementos se encontrem presentes: a identificação do autor, a sua tomada de posição (ou, na ausência de uma tomada de posição, o contributo pretendido) e a respectiva justificação. Estes são os elementos semi-obrigatórios da estrutura genérica potencial do género do *Parecer em Avaliação Ambiental*, ou seja, os elementos necessários para um parecer ser geralmente reconhecido como tal neste âmbito. Embora bastante variável, esta é também a ordem mais comum em que tais elementos aparecem.

Como já referido, nem todos os pareceres expressam uma tomada de decisão definitiva acerca da aprovação do projecto ou programa. Muitos visam criticar aspectos específicos dos mesmos ou da respectiva avaliação, apresentar condições necessárias para um desfecho *favorável*, ou simplesmente fornecer contributos para o que se consideram ser lacunas ou limitações dos elementos sob avaliação ou da avaliação já feita sobre os mesmos. Esta última situação é particularmente comum no caso do *Programa Polis Litoral Ria de Aveiro*, devido ao facto de o desfecho do procedimento de AAE não se colocar nos mesmos termos da AIA²⁹². No entanto, mesmo na ausência de uma tomada de posição definida, e embora tais pareceres tendam a não apresentar uma estrutura argumentativa muito desenvolvida, os respectivos contributos tendem a ser sustentados por razões. Mais raramente ainda, observam-se casos em que a tomada de posição aparece sem fundamentação²⁹³. De forma mais comum, as entidades institucionais apresentam geralmente os seus contributos apoiados em escassa argumentação, o que poderá estar relacionado com as suas funções e autoridade privilegiada.

Mesmo quando se pode falar na existência de uma argumentação dentro do parecer, o grau da sua complexidade é muito variável. Por exemplo, quando manifestam acordo com a avaliação ou com aquilo que é avaliado, ou quando fazem apenas uma correcção, sugestão ou observação,

aqueles associados a outros significados, como perplexidade ou indignação (Quercus B9; C8.2; C8.5; C20 C20.1; C20.3; C57; C65), e dúvida (Portucel B12; C8.2).

²⁹² Ver, no entanto, a nota-de-rodapé 249 no Capítulo V, relativa a um certo grau de contaminação da AIA para a AAE neste aspecto específico.

²⁹³ Esta situação acontece sobretudo com as entidades institucionais que enviam parecer por terem sido solicitadas a fazê-lo, e que declaram apenas não ter nada a declarar ou a opor (e.g. C1; F8; F11). Aparentemente, o recurso a fichas de participação eleva substancialmente a probabilidade de a tomada de posição não ser nada, ou apenas escassamente, fundamentada. Note-se que entre as 1624 fichas de participação submetidas na AIA do projecto da *Pista de Remo*, 981 foram submetidas apenas com o campo *identificação* preenchido e a tomada de posição assinalada, sem fazer uso do campo *comentários* para fundamentar o parecer.

ocasionalmente os pareceres não desenvolvem a argumentação para além de um ou poucos *argumentos simples*, fazendo até com que a presença de um argumento não seja imediatamente evidente. Tendencialmente, os pareceres que levantam mais oposição são também aqueles que se apresentam mais longos e com uma argumentação mais desenvolvida.

Não se observam, ao nível da estrutura organizacional, padrões muito definidos entre os pareceres. O que é constatável é que os pareceres que se aproximam do *Parecer Institucional* têm estruturas mais estáveis e tipificadas e, à medida que se afastam do mesmo, tornam-se mais variáveis. É no caso do *Programa Polis Litoral Ria de Aveiro*, em que participa um conjunto de órgãos da administração central normalmente ausente da componente da consulta pública da AIA, que encontramos a estrutura mais repetida e estável²⁹⁴. Quanto às principais fontes de normatividade a que se faz apelo nos argumentos, estas baseiam-se principalmente em legislação, outros documentos normativos (e.g. os IGT ou documentos estratégicos), concepções de sustentabilidade, objectivos económicos (e.g. dinamização económica do território, criação de emprego) e razões socioculturais (e.g. importância de manter práticas tradicionais).

6.2.8 Hibridização de géneros

Como esta caracterização genérica tem vindo a sugerir, o *Género do Parecer em Avaliação Ambiental* resulta de combinações de diferentes tipos de hibridizações. Ao nível dos *géneros desencaixados*, vemos que se trata de um género de correspondência formal, cujas características principais se tendem a diluir à medida que o tipo de proveniência o faz aproximar do sub-género *Parecer Particular*²⁹⁵. Por outro prisma, à medida que as características do *Parecer Institucional* se diluem, aumentam as influências híbridas de outros géneros. Para além dos aspectos já mencionados, podemos ainda acrescentar outras marcas de hibridização. Repare-se, por exemplo, no tipo de anexos que os pareceres introduzem nesta esfera, incluindo relatórios científicos (e.g. C29), artigos de jornais (C8.1; CM Murtosa E2), crónicas satíricas (C27), fotografias (CM Oliveira do Bairro F15) e abaixo-assinados (C8.7; C18)²⁹⁶.

Ao nível dos pré-géneros, podemos situar estes textos enquanto parte do pré-género da *argumentação* que, neste contexto, recorre pontualmente aos pré-géneros da *descrição* e da *narrativa*, os quais servem primariamente a argumentação. Enquanto as descrições visam sobretudo dar conta do estado actual de uma determinada situação²⁹⁷, os segmentos narrativos

²⁹⁴ Sucintamente, esta caracteriza-se por: (i) uma breve descrição de partes do *Relatório Ambiental* ou da sua estrutura geral; (ii) alguns elogios relativamente ao mesmo; (iii) um conjunto de objecções, críticas ou sugestões e (iv) uma conclusão em que se assume explícita ou implicitamente um posicionamento favorável. No entanto, de forma geral, a estrutura argumentativa dos pareceres é demasiado variável para ser descrita de forma sucinta.

²⁹⁵ Veja-se o parecer C49 como um exemplo extremo de informalidade para este tipo de contexto.

²⁹⁶ Por outro lado, considere-se a forma como vários “anexos técnicos” terminam com a data e a assinatura do seu autor, tal como nas formas de correspondência ou ainda como o parecer da J.F. da Gafanha da Nazaré (E3), recriando a estrutura de uma ficha de participação, termina o campo *comentários* com «Sem outro assunto, com os melhores cumprimentos» e a assinatura do respectivo presidente, seguindo a conclusão típica de correspondência. Como um exemplo da influência da correspondência legal, veja-se ainda o parecer da Agro-Pecuária Agejense (A11), o qual é concluído com «Pede Diferimento» (ver também a secção seguinte).

²⁹⁷ Um exemplo de uma passagem descritiva:

traçam trajectórias passadas e futuras. As trajectórias relativas ao passado servem sobretudo para relatar e explicar como se considera ter chegado a um determinado presente, e as relativas ao futuro traçam sobretudo previsões que dependem da ausência ou presença de determinadas condições²⁹⁸. Tais trajectórias futuras constituem previsões futuroológicas, cujo poder é significativo porque legitima juízos acerca do que deve ou não ser feito agora (Fairclough, 2003). Os aspectos descritivos encontram-se facilmente misturados com elementos narrativos, e vice-versa, resultando no que poderíamos chamar *narrativa implícita*, isto é, uma situação descrita de forma em que é possível depreender e reconstituir a evolução dos acontecimentos que levou àquele estado, sem estes terem sido propriamente narrados (ver secção 4.1.7)²⁹⁹.

6.2.9 Intertextualidade e interdiscursividade

Todos os textos que compõem o nosso acervo de pareceres são, de forma explícita, fortemente intertextuais, na medida em que, por definição, visam fazer apreciações de outros documentos, nomeadamente do EIA e do respectivo *Resumo Não-Técnico* no caso da AIA, e do *Relatório Ambiental Preliminar* e do programa sob avaliação no caso da AAE. É geralmente nestes que os diferentes intervenientes se baseiam para emitir parecer, sendo que a referência aos mesmos pode, frequentemente, manter-se implícita, existindo apenas referência directa ao projecto ou programa sob avaliação ambiental³⁰⁰. De facto, tais referências surgem como necessárias para dar sentido ao conteúdo do parecer, independentemente do tipo de posicionamento ou objectivo assumido, dado que são justamente estes documentos que estabelecem o horizonte de referência primário dos pareceres.

Para além destes documentos, os pareceres incorporam geralmente referências a textos de carácter normativo, com o poder de reforçar e validar os argumentos apresentados e o posicionamento assumido³⁰¹. Mais raramente, observam-se casos de inclusão directa, em anexo ou

«Trata-se de uma área heterogénea com elevado grau de complexidade, socialmente estabilizada, de grande valor agronómico e ambiental, uma vez que serve de suporte físico para uma agricultura sustentável que permite a existência de um elevado património genético e ambiental» (Rotary Internacional A18, l. 12-14).

²⁹⁸ Um exemplo de um trecho narrativo relativo ao futuro:

«O projecto poderá mesmo ser o de uma excelente obra de arquitectura, o que duvido, mas a paisagem não resistirá a esta carga e entrará em ruptura. A esta ruptura seguir-se-ão, naturalmente, e supondo que esta primeira terá sucesso, outras intervenções de especulação que actuarão – já sem discussão - numa paisagem já degradada e sem sentido. E um pedaço de mundo único e belíssimo será transformado, com perda para todos e proveito para muito poucos, num pedaço de mundo feio e igual a tantos outros» (C33, l. 23-26).

²⁹⁹ Um exemplo de um segmento misto:

«Tem a Ria de Aveiro e o Baixo Vouga lagunar, estudos realizados sobretudo a partir da década sessenta do século passado, onde estão definidas as acções a realizar, que se executadas, teriam evitado o desastre ambiental de que padece uma parte importante da zona» (JF Cacia F22, l. 10-11).

³⁰⁰ Além disso, antes de serem executados ou implementados, os “projectos” e os “programas” existem apenas “no papel” pelo que, de qualquer modo, a intertextualidade está sempre fortemente presente neste âmbito. Neste sentido, a sua intertextualidade apenas varia no grau e na forma como as outras vozes ou outros textos são apropriados e instrumentalizados.

³⁰¹ Como já referido, aqui incluem-se principalmente referências a:

i) vários tipos de legislação (e.g. *Directiva Aves*, *Directiva Habitats*, os Decretos-Lei que as transpõem, a legislação relativa aos procedimentos AIA e AAE, a *Directiva-Quadro Água*, o Decreto-Lei 507-99 relativo à concessão da área para o projecto da Marina da Barra);

no próprio parecer, de outros tipos de texto, como artigos de jornal, crónicas satíricas e fotografias. Como exemplos particularmente salientes, considere-se ainda a citação retirada do romance *Os Pescadores* de Raul Brandão no final do parecer C32, e a prática de anexação sistemática de outros pareceres submetidos em outras ocasiões pela C.M. da Murtosa (ver as Tabelas 4, 5 e 6 do Anexo 5). Também a propagação de pareceres-tipo ou de trechos específicos de pareceres pode ser considerada um fenómeno de *intertextualidade implícita*. No caso da intertextualidade explícita, podemos distinguir ainda a indicação de referências bibliográficas em nota-de-rodapé ou no final do parecer, a referência directa a outros textos e ao respectivo conteúdo através de paráfrases, e ainda a referência directa a outros textos acompanhada de citações propriamente ditas. Quanto à relação da intertextualidade com os diferentes tipos de pareceres, constata-se que entre os dois sub-géneros diminui a frequência de intertextualidade explícita embora, ao mesmo tempo, aumente a sua heterogeneidade.

Relativamente à dimensão da interdiscursividade — os discursos a que os textos se afiliam e a forma como são inter-relacionados —, consideramos relevante, mais do que os identificar, comentar aspectos relacionados com este contexto situacional específico. Os autores destes pareceres encontram-se envolvidos num processo interdiscursivo em que constroem criativamente a partir de um leque potencial de discursos, géneros e estilos estabelecidos. Em particular, a disponibilidade social destes elementos depende de cadeias intertextuais que incluem e transcendem estes procedimentos institucionais de avaliação ambiental. Ao mesmo tempo, o leque potencial de discursos, géneros e estilos também é limitado pelos próprios *recursos discursivos* do sujeito. Assim, assume-se que, de acordo com os recursos (linguísticos, culturais, experiência, conhecimentos específicos e história individual, etc.) à sua disposição, cada participante apele e atribua materialidade textual aos discursos que melhor lhe parecem servir as suas intenções³⁰².

Devido à grande variedade de discursos e representações que emergem nestes pareceres, não é possível descrevê-los em termos gerais. Para o contexto da nossa investigação é, todavia, importante destacar a presença de discursos diferentes (e mesmo contraditórios) acerca do ambiente e da relação ideal entre o ser humano e a natureza, do significado de “progresso” e “desenvolvimento”, da relação entre a necessidade de conhecimento teórico e a necessidade de acção pragmática, do significado de “impactes ambientais aceitáveis”, de diferentes concepções dos principais problemas (ambientais e não só) e daquilo que constitui uma boa governação (ambiental e não só) no contexto particular da Ria de Aveiro, incluindo as formas como os diferentes tipos de interesses (entre diversas áreas e sectores e entre os interesses privados e o

ii) planos de ordenamento do território (e.g. *Plano Intermunicipal Unir@ria*, *Plano de Ordenamento da Orla Costeira Ovar-Marinha Grande*, PDMs e planos de pormenor dos municípios envolvidos, *Plano Sectorial Rede Natura 2000*, *Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro Litoral*);

iii) documentos estratégicos (e.g. *Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade*, *Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável*, *Plano Estratégico do Porto de Aveiro*, *Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas*).

³⁰² Esta questão, contudo, não é linear. Pensemos, por exemplo, no caso de um participante que dispõe de amplos recursos discursivos mas que, por falta de vontade, tempo ou até confiança nos eventuais efeitos da sua participação, não escreve mais do que uma mera declaração de posição, desprovida de uma argumentação mais elaborada e convincente. No entanto, é nossa impressão que tais casos hipotéticos serão excepcionais, e que, em geral, o participante que toma a iniciativa de escrever e enviar um parecer estará suficientemente motivado para investir esforço suficiente para produzir um texto que lhe pareça adequado de um ponto de vista retórico-discursivo.

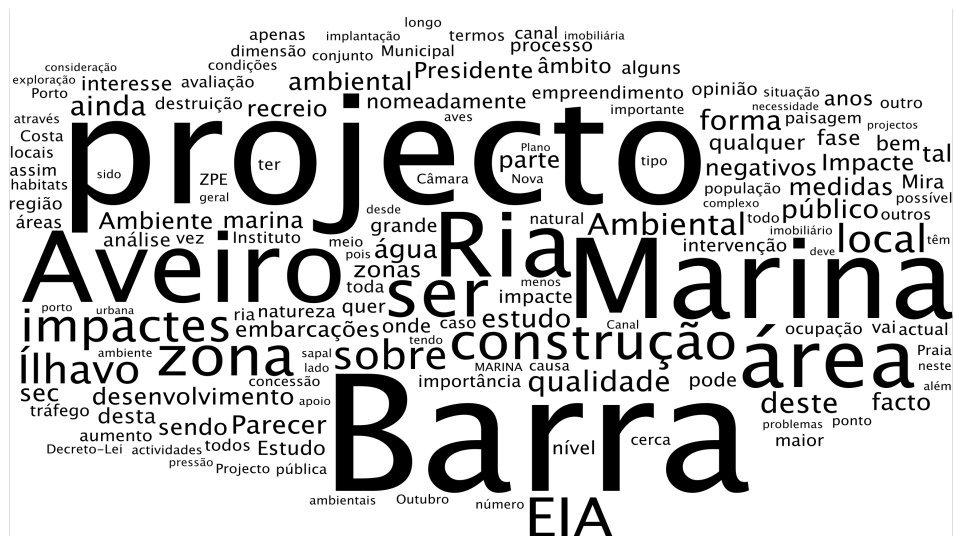
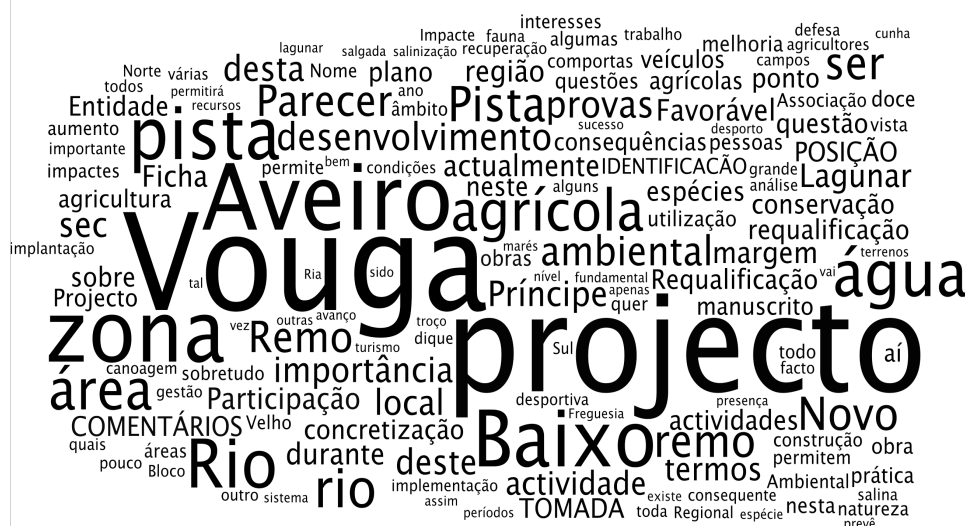
interesse público) se relacionam e se devem articular (ver secção 5.2). A Tabela 6.8 elenca alguns temas recorrentes no espaço discursivo da Ria de Aveiro particularmente relevantes para a sua dimensão ambiental.

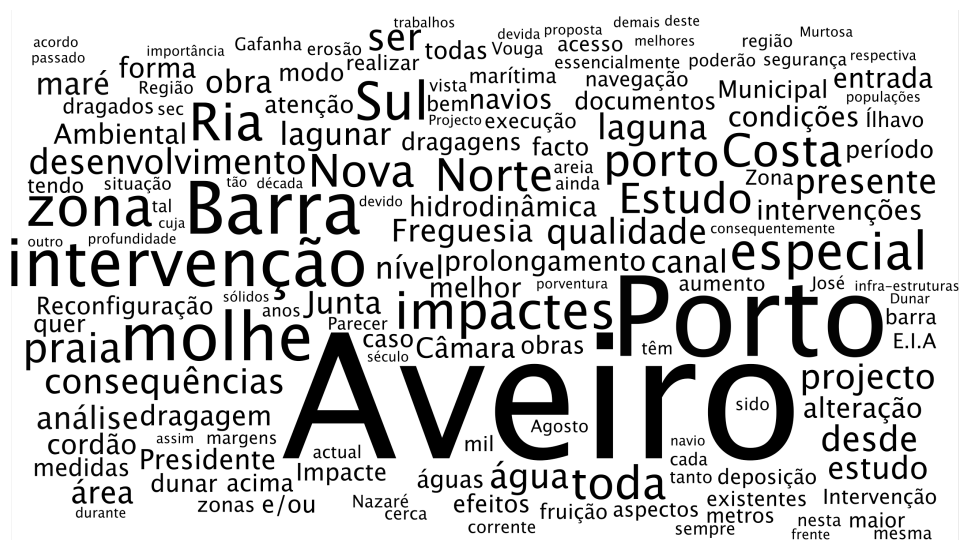
| Temas | Síntese descritiva |
|---|---|
| 1. Discursos diferentes acerca da sustentabilidade da Ria de Aveiro | Excepto no caso de algumas ONGs ambientais e alguns dos particulares, as noções de sustentabilidade são geralmente antropocéntricas. Além disso, é visível que o conceito tripartido de “desenvolvimento sustentável” (divido em “capital” natural, económico e social) se encontra bastante disseminado entre os vários tipos de intervenientes. As principais diferenças ocorrem sobretudo ao nível das articulações concretas que se perspectivam entre as diferentes valências consideradas pelos participantes. Por exemplo, enquanto alguns municípios defendem que o futuro passa necessariamente por uma viragem da atenção para o ecossistema Ria que tem sido negligenciado e que não pode continuar a ser perturbado, outros defendem intervenções como a <i>Marina da Barra</i> ou aquelas associadas à expansão do porto como peças fundamentais para o desenvolvimento sustentado da região, ainda que impliquem alguns impactes negativos. No outro extremo, encontram-se interpretações <i>non aedificandi</i> dos espaços protegidos que devem ser preservados na sua integridade para assim serem passados às próximas gerações. Noutros ainda a sustentabilidade é definida em relação à situação que existia no passado da Ria, sendo que as soluções futuras passam por recriar, sob condições modernas, as dinâmicas ambientais de outrora. |
| 2. Apropriação de contrastes entre a noção de “natural” e “artificial” no contexto de um ecossistema semi-natural | O estatuto de “natural” aparece invocado para argumentar pela preservação de certos lugares, enquanto o carácter humanizado de muitos destes espaços é enfatizado para se defender intervenções adicionais. No entanto, a simbiose ou equilíbrio atingido entre as práticas tradicionais e o sistema ecológico no passado são, claramente, o elemento mais referido e valorizado, acabando mesmo por se tornar a visão mais comum acerca do estado considerado “natural” de lugares como o BVL e as salinas. Neste sentido, é dominante a consciência do carácter humanizado deste ecossistema semi-natural entre os intervenientes. Sobretudo no passado, são-lhe atribuídas características de equilíbrio e harmonia que, além de não perturbar a biodiversidade, permitiam condições para esta existir em abundância. Assim, aquilo que geralmente se percepciona como em declínio não é tanto um suposto estado natural pristino destes ambientes senão essa percepção de equilíbrio e desenvolvimento sustentável que outrora existia. |
| 3. A Ria de Aveiro enquanto espaço comunitário | A Ria é frequentemente associada a um espaço público, partilhado por uma comunidade geral (composta pelas populações ribeirinhas) que deve exercer uma responsabilidade partilhada sobre a mesma. Ao mesmo tempo, a Ria de Aveiro é fortemente associada à noção de património físico e cultural, incluindo um conjunto de significados simbólicos colectivos importantes para a identidade local. Esta perspectiva associa-se à reivindicação de uma governação mais inclusiva, assim como à resistência a intervenções que são percepcionadas como servindo sobretudo interesses privados ou sectários (como a <i>Marina</i> ou as intervenções portuárias). Por outro lado, também se observa a apropriação das noções de interesse público ou de bem-comum nas argumentações apresentadas, sendo as argumentações que visam interesses explícita e exclusivamente privados bastante raras. |
| 4. Apropriação do estatuto de “tradicional” no contexto das várias actividades a promover na Ria de Aveiro | A manutenção de tradições e modos de vida são tidos como importantes na argumentação. O tradicional surge frequentemente como aquilo que indica a definição de continuidade, isto é, aquilo que é mantido ou repostado quando se argumenta pela preservação ou reposição de alguma coisa, enquadrando também os significados de degradação ou recuperação. Esta questão é especialmente importante em relação à agricultura e à salicultura. No entanto, a invocação do tradicional pode enquadrar outras pretensões tão díspares quanto a definição da prática do remo enquanto uma actividade tradicional da região, a defesa da biodiversidade que ocupava tradicionalmente certos espaços, a crítica à construção da <i>Marina</i> como sendo uma violação ambiental sem precedentes e disruptiva para outras tradições como a apanha de bivalves, a importância de não descaracterizar paisagens, as formas como a reposição de motas deve ser executada, a reposição em geral da hidrodinâmica de outrora, a própria manutenção e expansão da actividade portuária enquanto um sector historicamente importante para a Ria e a reintrodução de condições que permitam a prática de desportos náuticos em certas zonas da Ria. |
| 5. Dimensões estéticas, afectivas e culturais associadas aos ambientes da Ria de Aveiro | Estas estão intimamente associadas à noção da Ria enquanto espaço comunitário e à noção de tradicional. Por exemplo, a descaracterização das paisagens na Ria de Aveiro, considerada única, é tida, em alguns pareceres, como uma violação da memória colectiva dos seus habitantes. O abandono das saliculturas e do desaparecimento do modo de vida dos agricultores do BVL aparece por vezes também enquadrado como uma perda de património imaterial. Particularmente no caso da <i>Marina da Barra</i> , é evidente a dimensão afectiva individual e colectiva que aquela zona da Ria tem para muitos dos seus habitantes e visitantes, fazendo imaginar que o projecto teria um efeito disruptivo significativo a este nível. |

Tabela 6.8 – Síntese de temas recorrentes no espaço discursivo da Ria de Aveiro.

De uma perspectiva ainda mais distanciada, podemos ainda contemplar o perfil dos campos semânticos mais frequentes no *corpus*. As diferentes formas como o procedimento de consulta pública é aproveitado discursivamente pelos respectivos intervenientes fazem com que a temática dos conteúdos dos pareceres seja muito abrangente. Por outras palavras, é possível que os pareceres se refiram a aspectos diversificados em função das preocupações e interesses específicos dos seus autores, desde que tenham alguma ligação com os elementos sob avaliação ambiental. Os temas dominantes dos conteúdos dos pareceres reflectem portanto a interacção entre o âmbito específico de cada projecto e algumas das questões mais salientes relativamente à Ria de Aveiro. Ambas as dimensões, incluindo uma síntese dos pareceres submetidos nas consultas, foram já tratadas no Capítulo V e no Anexo 3. O tamanho relativo das palavras que compõem as seguintes figuras constituem representações gráficas de frequência lexical, ilustrando os campos semânticos mais recorrentes em cada um dos processos considerados³⁰³.

³⁰³ Este conjunto de seis imagens foi produzido através da ferramenta *Wordle*, disponível em www.wordle.net. No processo de criação das respectivas imagens, as palavras de significação gramatical são retiradas de modo a que os campos semânticos dominantes possam ser representados em função da sua frequência relativa.





6.2.10 Síntese da caracterização genérica

Esta secção procurou descrever o que propomos chamar género do *Parecer em Avaliação Ambiental*. Se, entre os cerca de 215 pareceres que compõem o nosso *corpus*, a maioria se deixa enquadrar em padrões identificáveis, a elevada variabilidade textual que também se constata coloca um desafio considerável à sua caracterização genérica. A solução encontrada para responder a esta variabilidade, foi propor dois sub-géneros relativos aos pólos de variação por entre os quais os pareceres se distribuem, primariamente, em função do seu tipo de proveniência. O sub-género do *Parecer Institucional* é mais adequadamente representado pelos textos enviados pelas instituições especificamente solicitadas a emitir parecer, adquirindo a sua forma mais “pura” nos pareceres dos órgãos da administração central. A caracterização genérica destes textos parece sugerir que o sub-género do *Parecer Institucional* define o modelo para o género do *Parecer em Avaliação Ambiental*. O sub-género do *Parecer Particular* deve ser, portanto, entendido como fazendo parte do anterior e, consequentemente, como tendo também o *Parecer Institucional* como referência genérica principal. A Figura 6.9 sintetiza as principais características do género do *Parecer em Avaliação Ambiental* identificadas ao longo da caracterização proposta.

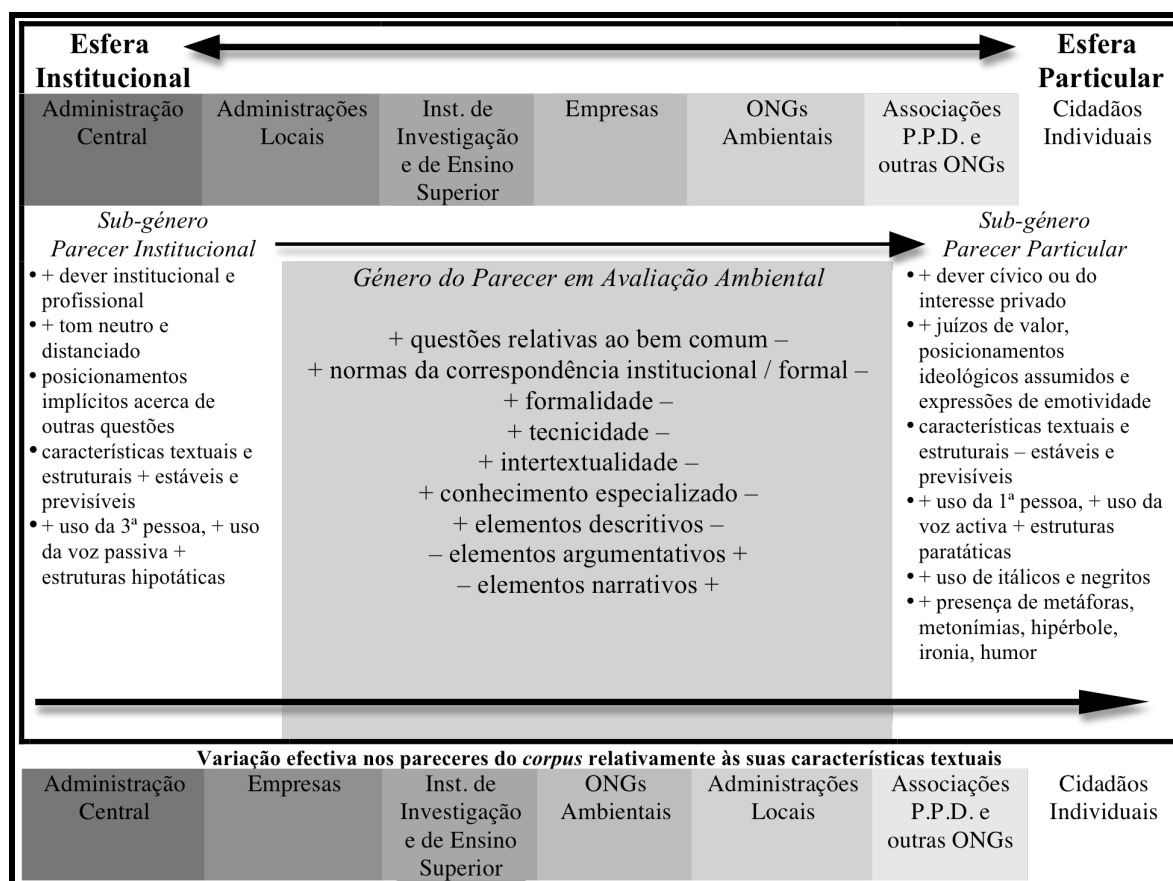


Figura 6.9 – As principais características do género do *Parecer em Avaliação Ambiental*, distribuídas ao longo de um eixo entre os sub-géneros do *Parecer Institucional* e do *Parecer Particular*.

Esta figura procura ilustrar a variabilidade que se observa a partir de um modelo de referência associado ao *Parecer Institucional*, que se traduz sobretudo numa diluição das suas características genéricas. A maior parte dos pareceres encontra-se neste contínuo de variação entre

os sub-géneros e, apesar de várias excepções a esta tendência, a referida diluição acentua-se à medida que, em termos gerais, o “carácter institucional” dos intervenientes diminui, evidenciando uma clara estruturação semiótica da diferença social.

Não obstante, observamos, em relação às principais características textuais dos pareceres, algumas diferenças assinaláveis quanto à distribuição das categorias de entidades que tínhamos originalmente antecipado no início desta caracterização genérica na Figura 6.2 (reproduzida na parte superior da Figura 6.9). A primeira distribuição revela-se problemática face à variação textual que ocorre dentro de cada categoria, aparecendo por essa razão uma segunda distribuição na parte inferior da figura, que traduz mais adequadamente a variação textual que efectivamente se constata nos pareceres. As administrações locais, que em alguns pareceres emitem um parecer muito próximo do *Parecer Institucional*, em outros casos, particularmente no caso das juntas de freguesia e de algumas câmaras municipais (sobretudo a da Murtosa), aproximam-se mais do *Parecer Particular* do que outras entidades que também apresentam características híbridas, como as ONGs ambientais e as universidades. Já as empresas, que colocaríamos abstractamente num lugar intermédio entre a esfera institucional e particular, produzem textos com características mais próximas das dos textos emitidos pelas administrações centrais. Mesmo entre os pareceres particulares, encontram-se vários exemplos, sobretudo por cidadãos que assumem deter conhecimento especializado (como docentes universitários e técnicos em diversas áreas), cujas características se aproximam daquelas dos pareceres enviados pelas universidades. O mesmo se passa com os pareceres de associações como a ADERAV e com a globalidade das ONGs ambientais. Assim, esta caracterização é apenas aproximativa e deve ser entendida como tal³⁰⁴.

Em geral, parece-nos que quanto mais abundantes forem os recursos discursivos de que os sujeitos dispõem, mais as características dos respectivos pareceres tendem a aproximar-se das do sub-género do *Parecer Institucional*. As excepções a esta tendência parecem ocorrer quando os autores dos pareceres o fazem propositadamente, moldados pelas suas próprias convicções daquilo que lhes parece mais adequado de um ponto de vista retórico-discursivo, que nos parece ser sobretudo o caso das autarquias que assumem uma postura mais crítica e de alguns particulares³⁰⁵. Por outras palavras, tratam-se de autores que desafiam conscientemente a hegemonia das características genéricas estabelecidas neste contexto. Exceptuando estes casos, os autores que dispõem de menos recursos discursivos, parecem ter menos facilidade para se manterem num registo mais formal e distanciado ou, adicionalmente, menos perspectiva para avaliar quais os registos mais susceptíveis de deter eficácia retórica neste contexto específico. Esta interpretação levanta um conjunto de possíveis questões acerca dos efeitos sociais da influência de determinados registos associados às instituições e esferas de poder, os quais marcam profundamente as interações sociais de uma determinada esfera de governação³⁰⁶.

³⁰⁴ Ainda que fosse interessante aprofundar as questões associadas às características textuais e a sua relação com as tipologias de proveniência, esse estudo mais detalhado não caberia nesta contextualização genérica.

³⁰⁵ Veja-se, por exemplo, o tom ocasionalmente provocatório dos pareceres da C.M. da Murtosa que apresenta dois dos seus pareceres como uma «reclamação» (D3.1; F17), ou a estratégia do autor do parecer C27 de anexar a uma breve carta de apresentação cinco artigos com um registo satírico que, segundo o próprio, tinha publicado em «jornais locais».

³⁰⁶ Ver secção 8.2.2 acerca das linhas futuras de investigação sugeridas pela presente dissertação.

6.3 Mapeamento de referências à conservação da natureza

Esta secção contabiliza e localiza referências a elementos especificamente associados à RN2000 e a elementos centrais para a conservação da natureza de forma mais abrangente. Com a comparação estes dois grupos de referências, pretende-se documentar o grau de penetração da RN2000 nos discursos sobre a Ria, assim como a sua relativa centralidade ou marginalidade no contexto mais alargado das referências à conservação no contexto da Ria de Aveiro.

A Tabela 6.9 contabiliza as principais referências à designação da Ria de Aveiro enquanto parte integrante da RN2000 no âmbito do *corpus*, distribuídas por referente e por processo de avaliação ambiental, incluindo também a sua frequência relativa ao volume textual de cada ficheiro. Por sua vez, a Tabela 6.10 contabiliza, segundo os mesmos critérios, as referências a um conjunto de palavras associadas ao campo semântico da conservação no caso específico da Ria de Aveiro. A metodologia e os critérios utilizados para ambas as contabilizações encontram-se descritos na secção 4.2.5.b.

| Referências Projecto / Programa | Rede Natura 2000 | SIC / ZEC | ZPE | Directiva Aves | D. Habitats / D. A-H³⁰⁷ | DL “140/99” / “49/2005” | Total | Proporção relativa ao volume de texto |
|--|-------------------------|------------------|------------|-----------------------|---|--------------------------------|--------------|--|
| <i>Projecto de D. Agrícola</i> | 0 | 3 | 8 | 7 | 5/2 | 0 | 25 | 0.13% |
| <i>Pista de Remo de Aveiro</i> | 2 | 1 | 7 | 2 | 0 | 0 | 12 | 0.19% |
| <i>Marina da Barra</i> | 8 | 5 | 106 | 18 | 11/11 | 26 | 185 | 0.20% |
| <i>Interv. na zona da Barra</i> | 2 | 1 | 14 | 2 | 1/4 | 1 | 25 | 0.26% |
| <i>Reconfiguração da Barra</i> | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0.03% |
| <i>Polis Litoral Ria de Aveiro</i> | 5 | 16 | 5 | 2 | 0 | 3 | 31 | 0.07% |
| Total | 18 | 26 | 141 | 31 | 17/17 | 30 | 280 | 0.16% |

Tabela 6.9 – Contabilização de referências directas à RN2000.

³⁰⁷ “D. A-H” diz respeito a referências conjuntas às duas directivas RN2000. Devido ao facto de estas ocorrerem com considerável frequência, considerámos adequado não as contabilizar como ocorrências discretas.

| Referências Projecto / Programa | Conservação | biodiversidade | Ecosistema(s) | habitat(s) | Espécie(s) | Aves / Avifauna | Fauna/Flora³⁰⁸ / Fauna-Flora | Total | Proporção relativa ao volume de texto |
|--|--------------------|-----------------------|----------------------|-------------------|-------------------|------------------------|--|--------------|--|
| <i>Projecto de D. Agrícola</i> | 17 | 7 | 5 | 18 | 35 | 13/3 | 4/4/7 | 113 | 0.60% |
| <i>Pista de Remo de Aveiro</i> | 10 | 1 | 6 | 3 | 15 | 2/2 | 4/1/2 | 46 | 0.71% |
| <i>Marina da Barra</i> | 28 | 21 | 60 | 78 | 47 | 58/18 | 3/3/7 | 322 | 0.36% |
| <i>Interv. na zona da Barra</i> | 6 | 2 | 6 | 12 | 12 | 11/0 | 1/0/1 | 51 | 0.52% |
| <i>Reconfig. da Barra</i> | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0/0 | 0/0/0 | 2 | 0.03% |
| <i>Polis Litoral Ria de Aveiro</i> | 38 | 16 | 19 | 33 | 32 | 6/6 | 0/3/8 | 162 | 0.40% |
| Total | 99 | 47 | 98 | 144 | 141 | 90/29 | 12/11/25 | 696 | 0.40% |

Tabela 6.10 – Contabilização de referências a elementos centrais para a conservação em geral.

As ocorrências destes termos aparecem listadas no Anexo 7, o qual se divide em três partes: a) “Elenco das referências RN2000 e o seu contexto imediato”, b) “Elenco total de concordâncias relativas à RN2000” e c) “Elenco total de concordâncias relativas à conservação em geral”. Enquanto na primeira parte o contexto em que as referências à RN2000 ocorrem é brevemente descrito e comentado, a segunda e terceira parte listam meramente o contexto frásico que envolve cada um dos termos mapeados.

Estas contabilizações ganham mais significado ao visualizar-se a sua distribuição, tanto em relação aos pareceres individuais como entre os dois grupos de referências. Os gráficos relativos às Figuras 6.10, 6.11, 6.12, 6.13, 6.14 e 6.15 ilustram justamente a distribuição da ocorrência destes dois campos semânticos nos pareceres individuais, assim como o seu grau de associação³⁰⁹. O comprimento de cada conjunto de barras é proporcional ao volume textual de cada ficheiro, enquanto que os números de cada secção correspondem ao início de cada parecer, podendo a sua proveniência precisa ser identificada através das tabelas do Anexo 5. Dentro de cada parecer, as linhas vermelhas representam as ocorrências relativas ao campo semântico específico da RN2000 (Tabela 6.9), enquanto as linhas verdes correspondem às ocorrências das palavras do campo semântico mais generalista associado à conservação da natureza (Tabela 6.10)³¹⁰.

³⁰⁸ A contabilização tripartida prende-se com o facto de estes termos ocorrerem frequentemente em associação, o que corresponderia a uma sobreposição considerável dos mesmos.

³⁰⁹ Estes gráficos foram produzidos através da ferramenta *Plot* da aplicação *Casualconc*, desenvolvida por Yasu Imao em atenciosa resposta à nossa solicitação.

³¹⁰ No canto superior esquerdo de cada gráfico, aparece a contabilização total de cada grupo de ocorrências e do número total de caracteres, sendo que cada barra completa corresponde a 35.000 caracteres (“chars”).

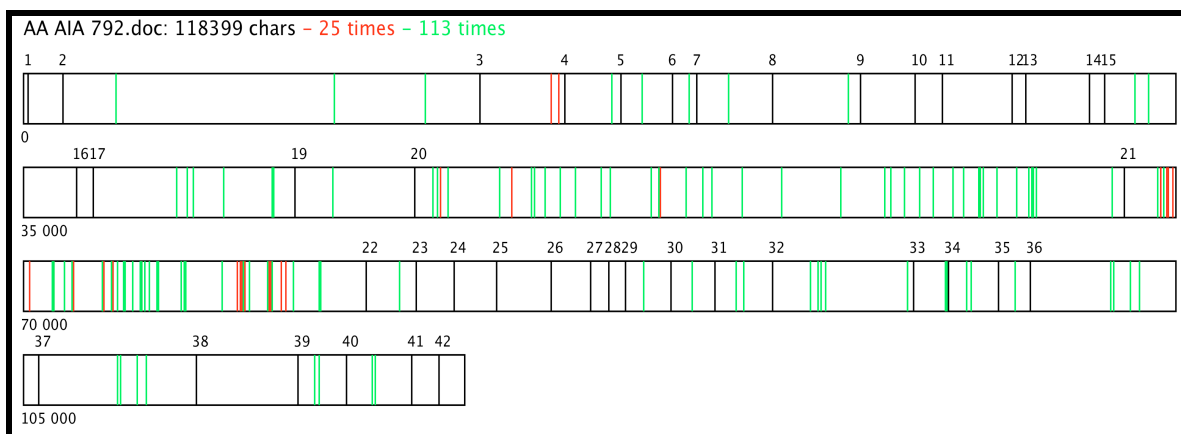


Figura 6.10 – Distribuição de referências relativas à RN2000 (vermelho) e à conservação em geral (verde) ao longo dos pareceres submetidos na consulta pública da AIA do *Projecto de Desenv. Agrícola do BVL*.

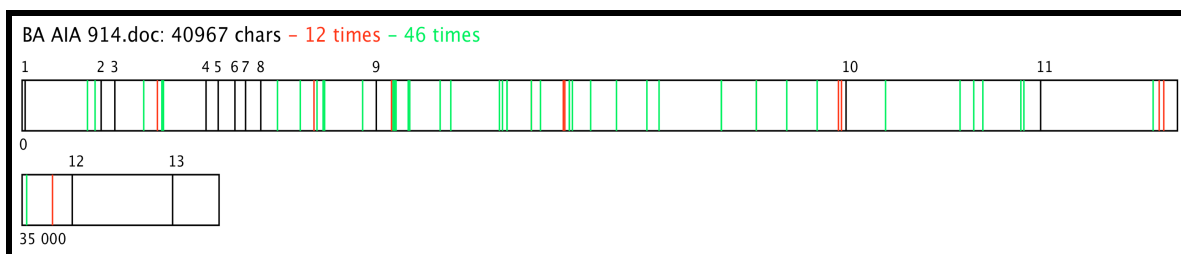


Figura 6.11 – Distribuição de referências relativas à RN2000 (vermelho) e à conservação em geral (verde) ao longo dos pareceres submetidos na consulta pública da AIA do *Projecto da Pista de Remo*.

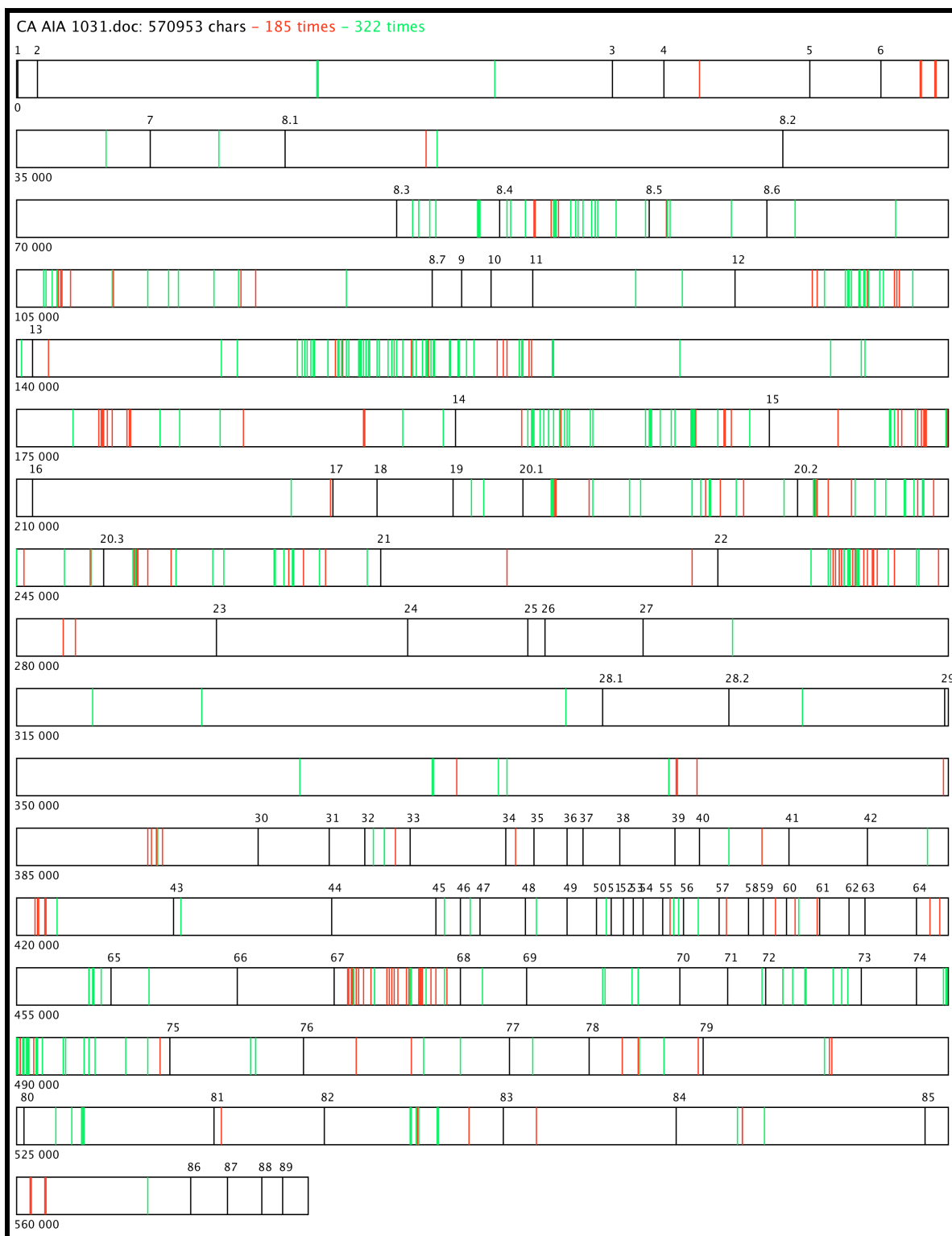


Figura 6.12 – Distribuição de referências relativas à RN2000 (vermelho) e à conservação em geral (verde) ao longo dos pareceres submetidos na consulta pública da AIA do *Projecto da Marina da Barra*.

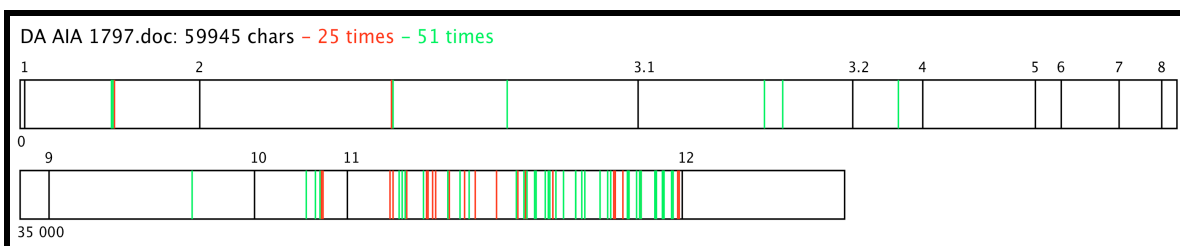


Figura 6.13 – Distribuição de referências relativas à RN2000 (vermelho) e à conservação em geral (verde) ao longo dos pareceres submetidos na consulta pública da AIA da *Intervenção na Zona da Barra*.

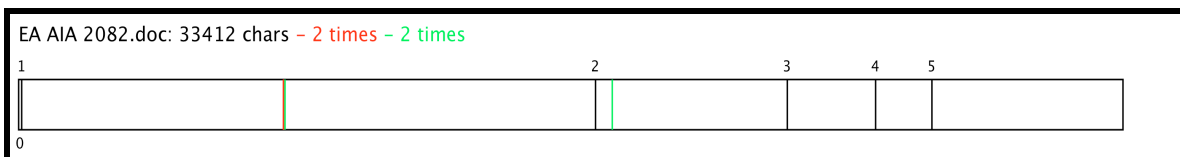


Figura 6.14 – Distribuição de referências relativas à RN2000 (vermelho) e à conservação em geral (verde) ao longo dos pareceres submetidos na consulta pública da AIA da *Reconfiguração da Barra*.

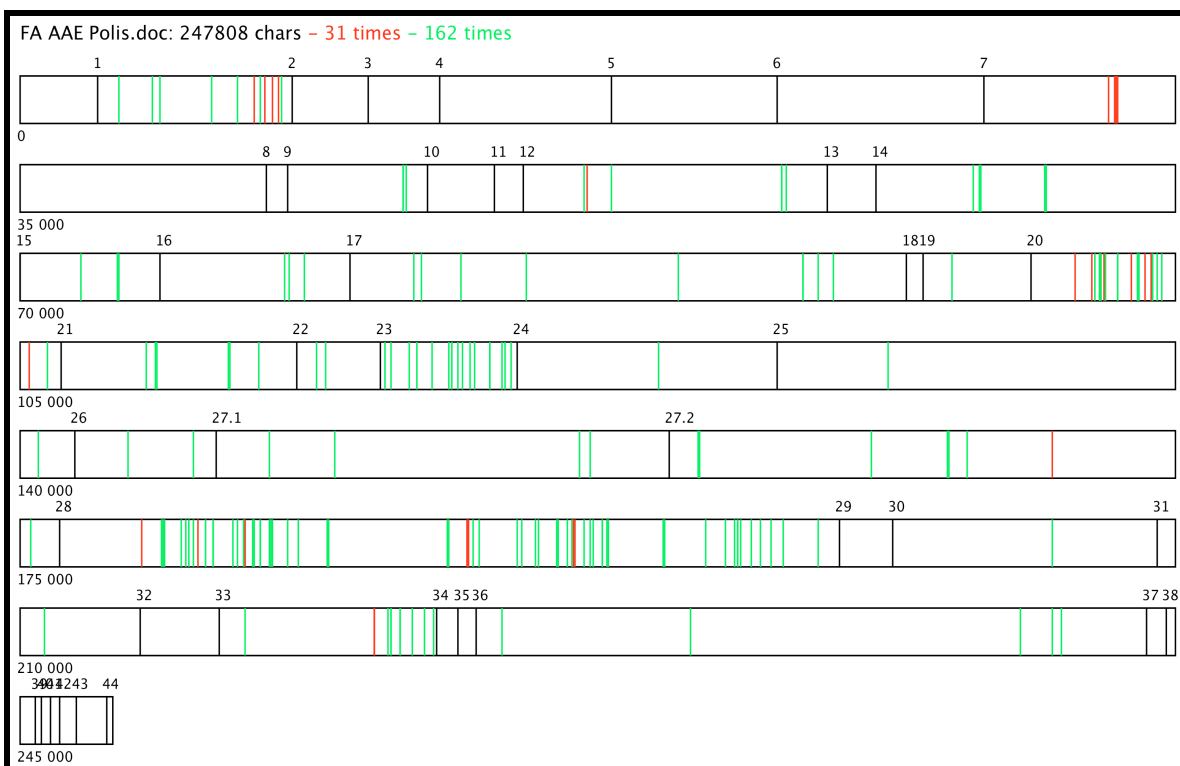


Figura 6.15 – Distribuição de referências relativas à RN2000 (vermelho) e à conservação em geral (verde) ao longo dos pareceres submetidos na consulta institucional e pública da AAE do *Programa Polis Litoral Ria de Aveiro*.

A Tabela 6.11 sintetiza ainda a relação de frequência do número de pareceres nos quais se encontram referências à conservação da natureza, discriminando a presença ou ausência de referências específicas ao estatuto deste território enquanto parte da RN2000.

| Projecto / Programa | Pareceres com referência à RN2000 | Pareceres com ref. à conservação mas sem ref. à RN2000 | Conjunto total de pareceres com referência à conservação | N.º. total de pareceres |
|------------------------------------|-----------------------------------|--|--|-------------------------|
| <i>Projecto de D. Agrícola</i> | 3 (7%) | 22 (52%) | 25 (60%) | 42 |
| <i>Pista de Remo de Aveiro</i> | 4 (31%) | 2 (15%) | 6 (46%) | 13 |
| <i>Marina da Barra</i> | 39 (40%) | 19 (19%) | 58 (59%) | 98 |
| <i>Interv. na zona da Barra</i> | 4 (31%) | 3 (23%) | 7 (54%) | 13 |
| <i>Reconfiguração da Barra</i> | 1 (20%) | 1 (20%) | 2 (40%) | 5 |
| <i>Polis Litoral Ria de Aveiro</i> | 5 (11%) ³¹¹ | 17 (38%) | 23 (51%) | 45 |

Tabela 6.11 – Contabilização dos pareceres em que ocorrem referências à conservação da natureza.

Olhando conjuntamente para estes três tipos de síntese de informação, é possível tecer um conjunto de considerações acerca da invocação da designação RN2000 nos pareceres enviados no âmbito das consultas consideradas. A comparação entre os processos é dificultada pela disparidade no volume de texto que encerram (ver Figura 6.1). As referências à RN2000 são, em média, cerca de 1/3 mais raras do que as referências mais genéricas à conservação. Se adicionarmos o total dos dois grupos, obtemos um universo representativo de todas as referências à conservação da natureza. Aqui verificamos que, em média, as referências à RN2000 ocupam cerca de 1/4 do total das referências, o que é uma proporção bastante significativa³¹². Esta é particularmente alta no caso dos projectos da *Reconfig. da Barra*, da *Marina da Barra* e da *Interv. na zona da Barra*, e particularmente baixa no caso do *Programa Polis Litoral Ria de Aveiro* e do *Projecto de Desenv. Agrícola do BVL*. Como será sugerido mais à frente, estas discrepâncias não terão razões explicativas particularmente lineares, mas neste momento vale sobretudo a pena notar o desfazamento entre a sua proporção relativa.

Com a excepção do caso da *Marina da Barra*, os pareceres com referências à RN2000 correspondem a um grupo relativamente restrito de entidades, listadas na Tabela 6.12.

| Projecto / Programa | Entidades |
|---------------------------------|--|
| <i>Projecto de D. Agrícola</i> | CM Estarreja / Quercus / LPN |
| <i>Pista de Remo de Aveiro</i> | Ass. de Freguesia de Cacia / Ass. de Beneficiários do Baixo Vouga / Quercus / Ass. de Defesa do Ambiente de Cacia e Esgueira |
| <i>Marina da Barra</i> | CM Aveiro / Comissão Concelhia de Ílhavo do PCP / U. de Coimbra / Ass. pelo Futuro da Barra + pareceres anexados C8.4, C8.5 e C8.6 / Quercus / LPN / GEOTA / Água Triangular / Particulares C20, C21, C22, C29, C34, C42, C55, C59, C60, C62, C67, C74, C76, C78, C79, C81, C82, C83, C84 e C85; |
| <i>Interv. na zona da Barra</i> | D.G. de Agricultura e Desenv. Rural / CM Ílhavo / Quercus / SPEA; |
| <i>Reconfiguração da Barra</i> | CM Ílhavo |
| <i>Polis Lit. Ria de Aveiro</i> | ICNB / CM Sever do Vouga / U. de Aveiro / Quercus / Particular F33; |

Tabela 6.12 – Elenco de entidades cujos pareceres incluem referências à RN2000.

³¹¹ O total de referências à RN2000 no caso do *Programa Polis Litoral Ria de Aveiro* seria sete. No entanto, como referido na secção seguinte, dois dos pareceres (Turismo de Portugal e a Ass. Municipal de Ovar) apenas mencionam os SIC para descrever o âmbito geográfico da implementação do PEIRVRA, parafraseando a forma com que o mesmo e o respectivo *Relatório Ambiental* se apresentam (ver Anexo 7).

³¹² No entanto, importa ter em conta que um dos critérios para seleccionar este conjunto de processos em particular foi o facto de estes conterem pareceres com referências à RN2000, de modo a podermos explorar a sua presença no discurso. Estes valores não devem, portanto, ser tomados como representativos dos pareceres enviados para as consultas de um universo mais alargado de processos.

Constata-se que, por ordem decrescente, a designação da Ria de Aveiro enquanto RN2000 é referida sobretudo por associações ambientalistas, autarquias e universidades, o que não é surpreendente, dado que se pressupõe um certo grau de familiaridade com os seus objectivos e implicações para a invocar com relativa segurança na argumentação³¹³. Os órgãos da administração central apenas o fazem quando a designação tem algum tipo de relação directa com a sua área de actuação, enquanto as outras entidades, e em particular os cidadãos, apesar de se referirem frequentemente a questões associadas à conservação, fazem-no sem se centrar tanto nos aspectos técnicos do estatuto deste território enquanto área protegida. Esta situação é particularmente clara no caso do *Projecto de Desenv. Agrícola do BVL*, em que a maioria dos pareceres defendia a aprovação do projecto invocando o impacte ambientalmente positivo sobre uma zona protegida. Embora em menor grau, a argumentação a favor (e contra no caso único da Quercus) do projecto da *Pista de Remo* apelou também à conservação ambiental da área do BVL. No entanto, verifica-se um aumento significativo da proporção de referências à RN2000, ao nosso ver relacionado com o facto de o respectivo ficheiro não ter incluído as várias centenas de fichas de participação enviadas no âmbito da consulta pública. Neste aspecto, o contraste mais notável é efectivamente aquele entre o *Projecto de Desenv. Agrícola do BVL* e a *Marina da Barra*, os únicos dois processos em que foram considerados um número de pareceres de particulares consideravelmente acima da média de participação (ver secção 2.2.2). Neste último projecto, encontramos justamente a situação inversa, isto é, um elevado número de cidadãos que se referem à conservação da natureza, entre os quais uma clara maioria invoca explicitamente a RN2000. Pensamos que esta discrepância se explica não só através da abundante atenção mediática gerada pela (mas ao mesmo tempo causadora da) mobilização popular contra ou a favor do projecto, mas também pela questão dos recursos discursivos mencionada na secção 6.2.10. A quase totalidade dos cidadãos que participaram na consulta do *Projecto de Desenv. Agrícola do BVL* eram proprietários agrícolas locais, enquanto que no caso da *Marina* encontravam-se, em geral, uma proporção maior de cidadãos com conhecimento mais especializado acerca dos instrumentos de política do ambiente, incluindo vários docentes da Universidade de Aveiro.

A notável escassez de referências à conservação da natureza (e baixa participação) no projecto da *Reconfig. da Barra* estará relacionada com o facto de ter sido antecedido, em cerca de um ano, pela *Interv. na zona da Barra*, que levantou um conjunto de questões semelhantes (ver secção 5.2.6). A ausência das duas associações ambientalistas que participaram na consulta do primeiro processo contribuiu significativamente, muito mais do que a diferença de volume textual entre os dois processos, para o drástico decréscimo de referências à conservação.

Finalmente, apesar do espaço considerável que elementos mais genericamente associados à conservação ocuparam nos pareceres das consultas da AAE do *Programa Polis Litoral Ria de Aveiro*, estas sobressaem pela atenção relativamente reduzida que a RN2000 recebeu. Este aspecto traduz-se tanto na proporção relativa do número de pareceres que a mencionam (Tabela 6.11), como na proporção relativa do número de referências relativamente ao volume textual do respectivo ficheiro (Tabela 6.9). O elevado número de referências aos SIC nestas consultas é caso

³¹³ O que, aliás, nem sempre acontece, constatando-se ocasionalmente imprecisões acerca do próprio conceito da RN2000 por parte de actores dos quais se poderia esperar maior conhecimento.

único no *corpus* e tem a ver com o facto de os SIC *Rio Vouga*, *Barrinha de Esmoriz* e *Dunas de Mira*, *Gândara e Gafanha* se encontrarem abrangidos pelo PEIRVRA.

Realtivamente às referências mais genéricas, destacamos a palavra “ecossistema”, cujo uso indicia uma interessante evolução semântica. No espaço dos poucos anos abrangidos pelo *corpus*, o termo referente deixou de estar sobretudo relacionado com espaços mais localizados na Ria para aparecer cada vez mais frequentemente como uma referência global à Ria enquanto um todo integrado, sujeito a situações de equilíbrio e desequilíbrio (ver Anexo 7). Como referido na discussão da secção 7.2.2, supomos que isso terá a ver com a crescente influência dos discursos sobre abordagens integradas aos ecossistemas.

Na próxima secção localizaremos com mais pormenor as referências à RN2000 de modo a evidenciar a forma como é invocada no discurso. No entanto, a principal conclusão deste mapeamento para os fins da investigação é que, a par com uma considerável e expectável associação textual, existe também um claro desfasamento entre as referências a elementos centrais para a conservação deste território e as referências explícitas à RN2000 na Ria de Aveiro. Por outras palavras, existe uma diferença assinalável entre a referência aos elementos sobre os quais a RN2000 procura incidir e a invocação dos elementos associados a este instrumento de política de conservação da natureza. Isto tem duas implicações importantes para a investigação. A primeira, é que tal parece confirmar a nossa expectativa de que as referências à RN2000 constituem sobretudo uma fonte adicional de normatividade para os argumentos apresentados, acrescentando-lhes a autoridade da esfera legal associada à mesma. A próxima secção fará essa ilustração elencando o contexto preciso em que surgem estas referências nos pareceres. A segunda implicação é que importa, ao nível representacional e narrativo, transcender a referência à RN2000, porque, independentemente de esta ser explicitamente invocada ou não, as representações e narrativas em torno destes elementos são relevantes para o entendimento da área que ela abrange.

6.4 As funções argumentativas das referências à *Rede Natura 2000*

No Anexo 7, encontram-se elencadas as referências à RN2000 acompanhadas do seu contexto imediato. Tal como as referências a outros documentos normativos e estatutos de designação territorial (ver secção 6.2.8), é possível verificar que as referências à RN2000 têm, sobretudo, a função de apelar à autoridade normativa da sua força legal. Secundariamente, constroem também a identidade do sujeito enquanto alguém informado acerca dos normativos ambientais que devem ser seguidos na área afectada pelos projectos sob avaliação ambiental, e que se pronuncia sobre os mesmos a partir dessa perspectiva, à qual se associa uma obrigação legal colectiva. Este elemento *identificacional*, na medida em que parece procurar aumentar a credibilidade do sujeito, também assume importância argumentativa. A excepção a esta tendência verifica-se, naturalmente, sobretudo nos pareceres das entidades com responsabilidades específicas sobre a conservação destas áreas, como o ICNB, para as quais a consideração das designações e demais restrições territoriais com que os projectos e programas sob avaliação ambiental se devem coadunar, é praticamente inerente à sua função institucional.

Se a principal função argumentativa das referências à RN2000 é fundamentar e reforçar a autoridade dos argumentos, tal ocorre relativamente a aspectos distintos. Como síntese geral, observa-se que a designação deste território enquanto RN2000 serve para:

- i) destacar a importância da conservação da zona, consagrada por legislação comunitária e nacional;
- ii) demonstrar o valor das espécies que aí se encontram ou a importância de não se perturbar uma ou um conjunto de espécies;
- iii) servir como enquadramento de referência para medir valor ambiental, avaliar impactes e definir os objectivos de conservação para a zona designada;
- iv) justificar a invocação de exigências adicionais para a qualidade, abrangência e profundidade da análise de impactes na avaliação ambiental;
- v) justificar a necessidade de acrescentar, alterar ou rejeitar as medidas de minimização e monitorização previstas no EIA/RAP.

Mais especificamente, a legislação relativa à RN2000 (*Directivas Aves e Habitats* e/ou Decretos-Lei que as transpõem) são referidas para:

- i) denunciar o que se considera ser violações da RN2000 ou incompatibilidades com as suas exigências;
- ii) chamar a atenção para a falta de consideração da RN2000 no EIA/RAP ou na elaboração do projecto/programa, assim como, de forma mais geral, para a necessidade e importância de levar a RN2000 em conta na governação do território;
- iii) definir o que se considera ser um impacto positivo ou negativo;
- iv) enquadrar propostas ou rumos de acção considerados adequados;
- v) explicitar a fonte normativa por detrás da designação ZPE ou dos SIC, frequentemente ampliada por estar associada ao Direito Comunitário;
- vi) referir a importância de determinadas espécies ou habitats por se encontrarem listadas nos anexos das directivas.

A designação de RN2000 aparece também em associação com outras designações territoriais, como *Reserva Ecológica Nacional* (REN), *Important Bird Area* (IBA), *Biótipos Corine* ou mesmo o *Domínio Público Hídrico* (DPH)³¹⁴. De facto, a invocação da designação de RN2000 não parece estar associada às causas por detrás dos argumentos apresentados, constituindo sobretudo um factor adicional para acrescentar força a argumentos a favor de maior protecção ambiental, mesmo que esta não constitua a real motivação da argumentação. No entanto, e como já referido, a representação discursiva de questões e elementos relacionados com o património natural da Ria transcende em muito as referências à RN2000, sendo os próprios espaços que a ZPE abrange frequentemente referidos sem a respectiva terminologia. Assim, importa também considerar estes outros elementos de modo a explorar a dimensão discursiva dos espaços físicos da ZPE *Ria de Aveiro*. De qualquer modo, é nossa convicção de que, mesmo quando não directamente mencionados, os normativos legais associados à ZPE e outras designações continuam a desempenhar um importante papel, no sentido em que a maior parte dos intervenientes saberá que

³¹⁴ Esta associação a outras designações ocorre sobretudo no caso da *Marina da Barra*.

estes espaços se encontram legalmente protegidos, argumentando tacitamente com base nesse pressuposto, que se assume que o receptor também partilhe. Ao longo das secções seguintes, exploraremos as representações de alguns elementos que nos parecem particularmente centrais para a Ria de Aveiro enquanto um espaço consagrado à conservação da biodiversidade.

6.5 Representações e narrativas em torno dos espaços semi-naturais da Ria de Aveiro

6.5.1 Introdução

Um acervo como o nosso *corpus* poderia fornecer matéria para explorar um conjunto muito variado de campos representacionais e narrativos, sobretudo aqueles associados a temas recorrentes. Devido à necessidade de evitar uma abordagem demasiado abrangente e dispersa, concentramo-nos sobretudo em alguns elementos que nos parecem particularmente relevantes para o contexto da conservação da biodiversidade na Ria de Aveiro, sem pretender esgotar o potencial do *corpus* para estas questões.

Na secção 4.1.7, definimos os conceitos de *representação* e *narrativa* no sentido em que os usamos no âmbito desta dissertação. Uma das nossas premissas é que a emergência e o confronto de narrativas e representações nas várias arenas possíveis da esfera pública contribuem para a construção de discursos colectivos sobre realidade física e social. Neste contexto, interessa-nos sobretudo considerar as representações de certos lugares (e das relações que os seres humanos estabelecem com os mesmos³¹⁵) e também como, ao mesmo tempo, estes aspectos se relacionam com os objectivos retórico-discursivos dos textos em que se inserem. Nos discursos dos intervenientes nestas consultas, manifesta-se com especial saliência um grupo de elementos centrais para a governação ambiental e a protecção da biodiversidade da Ria de Aveiro, nomeadamente:

- i) o Porto de Aveiro e as respectivas actividades;
- ii) a hidrodinâmica lagunar;
- iii) os campos agrícolas nas zonas ribeirinhas;
- iv) as marinhas e o salgado da Ria de Aveiro;
- v) as espécies e os habitats da Ria de Aveiro;
- vi) as designações espaciais da Ria, em especial a ZPE;
- vii) as autoridades com responsabilidades na Ria;

Devido às razões e de acordo com os critérios explicitados na secção 4.2.5.d, iremos estruturar a apresentação da análise em função de dois eixos sobrepostos: um geográfico — considerando estes elementos em associação a três áreas diferenciadas: “salinas”, “campos agrícolas ribeirinhos” e “generalidade da Ria de Aveiro” — e um temporal, dividido entre *passado*, *passado e presente* e *presente e futuro*.

³¹⁵ Mais concretamente, as relações entre o complexo ecossistema semi-natural da Ria de Aveiro e os actores sociais que vivem *dela*, *nela* e *com ela* (ver secção 3.1.4). Com importantes ligações com este aspecto, ver secção 3.3.2 sobre o conceito de *convergência narrativa*.

Em maior ou menor grau, depreende-se do discurso da globalidade dos intervenientes, e portanto de forma transversal às diferentes perspectivas adoptadas, uma meta-narrativa relativa à globalidade da Ria de Aveiro, representada pela Figura 6.16.

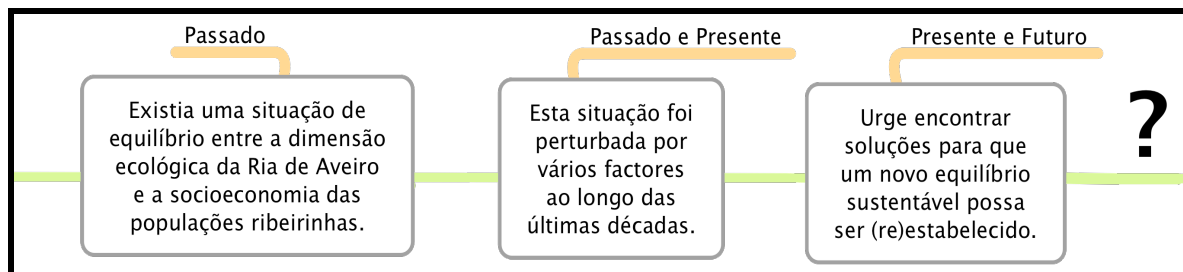


Figura 6.16 – A meta-narrativa geral da Ria de Aveiro.

Em termos gerais, esta meta-narrativa corresponde ao sentimento geral de que é necessário cuidar ambientalmente da Ria de Aveiro, sendo demasiado vaga para nos poder ser útil, pelo que a deixamos apenas como pano de fundo. Existe uma versão mais concreta desta meta-narrativa geral, extremamente saliente, relativa um dos temas principais dos pareceres, a questão das alterações na hidrodinâmica lagunar, representada pela Figura 6.17.

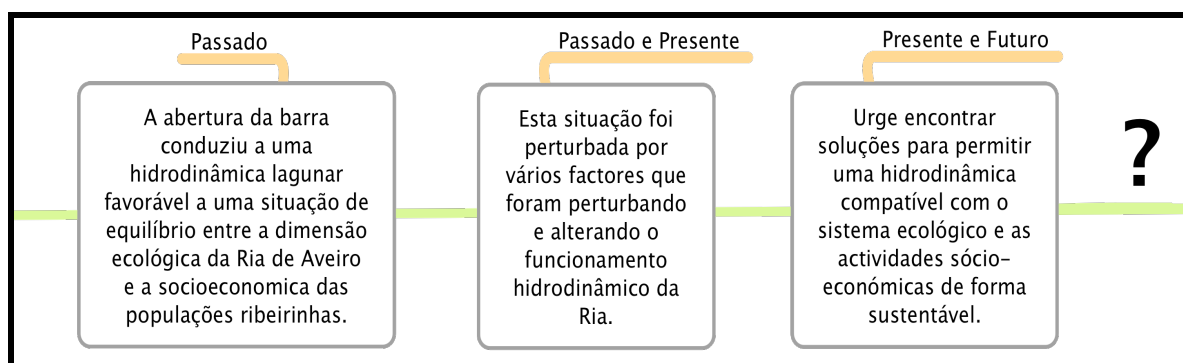


Figura 6.17 – A meta-narrativa específica relativa à hidrodinâmica lagunar.

Como já referido na secção 5.2, este constitui o tema com maior transversalidade às críticas e opiniões mais veementes acerca das questões em jogo neste grupo de processos de avaliação ambiental. Se a questão da hidrodinâmica já se tinha revelado proeminente nas consultas dos cinco processos de AIA, a centralidade que ocupou no discurso da maioria dos intervenientes na sessão pública da AAE tornou evidente a sua actualidade e relevância enquanto a principal razão invocada para contestar o *Programa Polis Litoral Ria de Aveiro*, a respectiva AAE e, indirectamente, a governação ambiental da Ria de uma forma geral. No período de consulta pública que se seguiu, o tema diluiu-se mais entre outras questões levantadas pelos pareceres enviados, mas mesmo assim esteve associado às críticas, comentários e sugestões mais frequentes (ver secção 5.2.7). Por estas razões, e por nos parecer o principal elemento discursivo com potencial para constituir um problema para a governação ambiental da Ria, tomou-se a opção de partir desta meta-narrativa para explorar aspectos representacionais nos pareceres que a invocam.

A estrutura narrativa geral representada pela Figura 6.17 mantém-se intacta na maior parte dos casos em que a hidrodinâmica é referida, mas os elementos que a preenchem e, sobretudo, a

forma como estes aparecem representados, variam significativamente. Uma vez que estas variações parecem estar relacionadas com posicionamentos e reacções distintos relativamente aos eventos que as constituem, tentaremos estabelecer elos entre as variações e a proveniência dos pareceres. Acerca destes aspectos, importa notar que a identificação proposta não pretende estabelecer uma relação de representatividade relativamente a um determinado número ou tipologia de actores, procurando antes dar mais visibilidade a tais representações e explorar algumas das suas potenciais implicações. O extenso volume do *corpus* leva-nos a usar as consultas da AAE do *Programa Polis Litoral Ria de Aveiro* como ponto de partida para a sua apresentação. Como já referido, vários temas que se vão manifestando nos processos AIA confluem na AAE, mais recente e mais abrangente em relação às questões da Ria de Aveiro (ver secção 5.2.8 e a conclusão do Capítulo V). Ainda que seja dada especial centralidade aos pareceres relativos às consultas da AAE, iremos chamando a atenção para determinadas ressonâncias nos outros processos. Com este fim em vista, a secção 6.5.2 comenta três destes pareceres, pretendendo oferecer uma apreciação mais completa da função retórico-argumentativa que as referências relativas à conservação podem desempenhar e, por outro lado, servir de ponto de partida para a secção seguinte, na qual se consideram variações representacionais entre um grupo mais alargado de pareceres e tipologias de actores.

6.5.2 A representação e a narrativa no contexto concreto da argumentação: três exemplos do caso do *Programa Polis Litoral Ria de Aveiro*

A presente secção faz uma ponte entre as considerações retórico-argumentativas da secção 6.4 e a dimensão representacional, procurando apontar para as complexas interligações entre as mesmas nos textos concretos. De acordo com a nossa opção de considerar três áreas geográficas diferentes para explorar estes elementos, seleccionamos três pareceres que se referem primariamente às mesmas: o parecer F33, de um particular relativo às salinas, o parecer F22, da Junta Freguesia de Cacia relativo às zonas agrícolas e o parecer F17, da Câmara Municipal da Murtosa relativo à generalidade da Ria. Como consequência da nossa opção de evitar um recurso excessivo a transcrições, o seguimento pleno desta secção requer a consulta dos respectivos pareceres no Anexo 8. Cada análise apresenta a seguinte estrutura: (i) Descrição global da estrutura argumentativa, (ii) Análise representacional no contexto da argumentação, (iii) Síntese da estrutura narrativa e (iv) Síntese da caracterização das representações dos elementos chave.

A) Parecer F33, de um proprietário de salinas

Descrição global da estrutura argumentativa

Ocupando quatro páginas, o parecer divide-se em dez pontos que se inter-referenciam, em que cada ponto corresponde a um ou mais parágrafos. O último ponto remata e conclui o argumento principal do texto. Até aí, os vários pontos vão contextualizando as questões envolvidas e apresentando sub-argumentos que apoiam o argumento principal.

No ponto 1, agradece-se (provavelmente com ironia) a oportunidade de participar. O ponto 2 tece uma interpretação do que aconteceu durante a sessão de esclarecimento realizada, isto é, que

será consensual entre os autarcas da região que o desenvolvimento do Porto de Aveiro é responsável pela degradação ambiental, social e económica (em associação com a «evolução negativa da economia») da região, embora isto não signifique que os mesmos estejam contra o Porto em si, por «todos» considerado como «muito importante». O ponto 3 repete uma correcção feita na referida sessão. O ponto 4 descreve as condições consideradas necessárias para uma reabilitação adequada do salgado (referidas como tendo sido expressas noutras ocasiões), e que estas são compatíveis com a área proposta para o efeito no *Plano Estratégico*. O sal e as marinhas são referidos como o «**elemento diferenciador e de identificação local**» e que, «apesar de quase não se produzir sal na Ria de Aveiro, ele nunca deixou de ser uma referência cultural, em estreita relação com o desenvolvimento económico e social da região». O ponto 5 inquir (possivelmente de forma irónica) sobre «uma tal **Associação para o Desenvolvimento do Salgado**» que se afirma desconhecer. Declara-se, no ponto 6, surpresa pela omissão total de referências à actividade salineira pelo *Eixo 3* do *Relatório Ambiental*. O ponto 7 refere que a área inicialmente prevista no *Plano* foi modificada no *Relatório*, alteração com a qual não se concorda e cujos critérios são questionados. O último parágrafo do mesmo ponto apresenta argumentos acerca da importância de se incluir esta área, que passam pela importância histórica, pela qualidade comprovada do sal ali produzido e pela sua rentabilidade económica, sendo que estas marinhas «eram, mesmo em época de crise, das poucas que se mantinham sustentáveis» até serem destruídas pelas marés em 1993. Prevê-se que esta destruição e os seus efeitos negativos se acentuarão no futuro. O ponto 8 apresenta argumentos relativos à importância que o salgado naquela área tem (ou tinha) para a conservação das espécies que faziam parte do «equilíbrio ecológico» que caracterizava a Ria, chamando a atenção para os «normativos ambientais» associados à RN2000. O ponto 9 acrescenta que uma mota periférica de protecção trará também benefícios da própria gestão da área pelos seus utilizadores. O ponto 10 conclui o parecer, declarando ser pelas razões apresentadas que é importante manter-se a proposta do *Plano*, «nomeadamente na recriação dos habitats deste espaço, quase destruídos nos últimos 20 anos».

Análise representacional no contexto da argumentação

Para criar ênfase, o parecer recorre abundantemente a negritos, um estilo de maiusculização idiossincrático e, em três ocasiões, a sinais de pontuação interrogativos e exclamativos. Estes aspectos surgem de forma significativa no excerto que analisamos em baixo. Os negritos surgem em referências a elementos do *Plano Estratégico* ou do *Relatório Ambiental*, a determinadas entidades, em certos substantivos e adjectivos («**Actividade Salineira**», «*ex-libris*», «**ampla e contínua**», «**Salgado**») e nas designações relativas à RN2000. O uso recorrente de maiusculização deste parecer abrange palavras expectáveis como «Plano Estratégico» e «Sessão de Esclarecimentos», mas também muitas palavras onde a maiúscula aparece com efeito enfático, como «Marinhas» (8x), «Armazenistas», «Actividade Salineira» (em contraste com «actividade económica»), «Salgado» (9x), «Proprietários e Marnotos». No entanto, em algumas palavras, a maiusculização aparece de forma ainda mais intensa, como é o caso de «PORTO DE AVEIRO», «**Marinhas e SAL de AVEIRO**», «SAL» (7x), «SAPAL», «**REDE NATURA 2000 e a DIRECTIVA AVES**»). Destes últimos dois grupos de palavras, observa-se que o primeiro tem exclusivamente a ver com a salicultura e o segundo com três campos semânticos distintos,

associados à actividade portuária, à salicultura e à conservação da natureza. Os pontos de interrogação surgem em duas perguntas que nos parecem sobretudo retóricas, e um aglomerado de três pontos de exclamação surge numa exclamação do ponto 8, manifestando urgência em se recuperar património destruído. É nesta parte do texto, mais directamente associada à conservação da natureza, que centraremos a nossa análise.

O ponto 8 surge no seguimento de uma previsão futuroológica de vários impactos negativos que a alteração da área do salgado terá³¹⁶. Tal degradação é ainda mais inaceitável dado que se trata de um espaço sobre o qual «incidem normativos ambientais». O receptor (i.e. as autoridades ambientais) é lembrado dos normativos que «não podemos esquecer», a saber, a ZPE, a RN2000 e a *Directiva Aves* que aparecem discriminadamente enquanto normativos distintos. O uso da primeira pessoa do plural, que no resto do parecer se parece referir ao autor e àqueles que este pretende representar, aqui parece englobar todo o colectivo de entidades com responsabilidades sobre o bem comum que representa o ecossistema da Ria, nas quais o autor se inclui.

Depois de apresentado o futuro da actual trajectória (l. 41-42), é nos apresentada a trajectória dos últimos 20 anos que nos trouxe de um passado caracterizado por um «equilíbrio ecológico» a um presente em que este equilíbrio terá sido «quase destruído» (l. 45-46). Esse equilíbrio ecológico «existia tanto no património natural» como no «património natural construído pelo Homem». No caso deste último, a referência dirá provavelmente respeito às estruturas das marinhas. Estes dois “lugares” de equilíbrio aparecem, à primeira vista, discriminados como elementos separados. A repetição de «património natural», no entanto, parece estabelecer a interligação simbiótica entre o sistema puramente “natural” e o sistema “humanizado” que, embora distintos, fazem ambos parte de um «património natural», um elemento herdado de um passado em equilíbrio.

O autor considera que o objectivo das classificações introduzidas, o de preservar esse equilíbrio, ficou claramente por alcançar. Num espaço de 20 anos, o referido equilíbrio foi «perturbado e quase destruído». No entanto, o *tema* da frase seguinte é o restabelecimento desse equilíbrio ou, mais concretamente, a defensibilidade do mesmo. A conjunção conclusiva/explicativa «pois» indica que o restabelecimento é «reclamável» devido à introdução da classificação RN2000, com vista à preservação do ecossistema no estado em que estava aquando da sua designação. A forte exclamação («!!!») indica a veemência com que a referida reivindicação é expressa. Não é explicado porque se fala precisamente de um período de 20 anos, mas supõe-se que isso se refira, por um lado, ao início do período de maior declínio do salgado e, por outro, à data da primeira designação da ZPE *Ria de Aveiro*, 1988.

O parágrafo seguinte refere-se à falta de informação (ou da sua divulgação) acerca do estado de conservação das espécies de aves que frequent(av)am o salgado (l. 47-49). Nota-se cuidado especial em frisar que as espécies em causa são aves, primeiro através de um negrito e depois entre parênteses para qualificar as «espécies» em causa, repetido no parágrafo seguinte com «espécies de avifauna». Esta ênfase poderá ter a ver com o estatuto da ZPE, o qual, ao abrigo da *Directiva Aves*, abrange precisamente as aves selvagens e os seus habitats. O *tema* da frase seguinte refere-se a um eventual «desconhecimento pessoal», mas não é claro a que “pessoa” este pertence. O seguimento da frase ou *rema*, no entanto, sugere que a percepção do possível desconhecimento é causada por

³¹⁶ Como referido na secção 6.2.8, tais previsões, abundantes neste género textual, servem frequentemente para legitimar juízos acerca do que deve ou não ser feito no presente.

não se ler nada sobre a situação da época (há 20 anos atrás). A nossa interpretação é que essa leitura se refere aos documentos sob apreciação, o que leva a que o desconhecimento seja atribuído aos autores dos mesmos documentos. Esta lacuna de informação, no entanto, não é partilhada pelo sujeito, que faz referência a «todo o tipo de **aves** que se alimentavam e nidificavam naqueles espaços». Ou seja, o que se critica é o facto de essa informação não ter sido considerada ou divulgada, atribuível à falta de conhecimento «pessoal». O facto de o desconhecimento ser «pessoal» é significativo porque, mesmo que tenham sido vários os autores do *Plano* e do *Relatório*, essa lacuna será deles em particular, não se tratando de uma falta de conhecimento no sentido geral e absoluto, uma vez que a mesma ignorância não é partilhada por outros sujeitos (nomeadamente pelo autor do parecer). Ao longo de todo o ponto 8, o uso de termos de um registo técnico e especializado (como “nidificar”, «avifauna», “arribar”, «agente perturbador», «agentes destabilizadores») contribui para reforçar o *ethos* do autor enquanto um sujeito informado.

O terceiro parágrafo termina com uma interrogação ambígua acerca do estado actual da avifauna (l. 48-49). «Quais as espécies» torna a questão particularmente específica. Este fraseamento volta a orientar o leitor para a referida lacuna de informação sobre a situação da área em causa, informação que é de carácter específico e científico. A pergunta não parece constituir um pedido autêntico de informação, mas antes uma ilustração da falta do conhecimento que seria desejável ter para se apreciar a importância real do salgado em termos de conservação. Aqui, o sujeito não fornece uma resposta, colocando um limite ao seu próprio conhecimento, que é genérico e não especializado em questões ecológicas. No entanto, a assunção da pergunta é precisamente o conhecimento de que várias espécies já não ocupam estes espaços por causa da destruição das marinhas, o que enquadra a necessidade de se saber exactamente quais as espécies para se ter um entendimento mais completo da degradação ambiental em causa.

O quarto parágrafo apresenta a ideia de que a protecção das espécies depende de a reconstrução do salgado ocupar uma área «suficientemente **ampla e contínua**», de modo a se poderem movimentar e defender de perturbações. Implicitamente, é enunciada uma teoria genérica acerca do funcionamento ecológico destes espaços. Vemos que afinal a questão de saber exactamente de que espécies se trata não é assim tão importante, pois são tratadas genericamente como «avifauna», cuja necessidade básica, igualmente genérica, é dispor de uma área suficientemente ampla de salgado para se poderem movimentar (assim como alimentar e nidificar). O «agente perturbador», assim como os «agentes destabilizadores» no quinto e último parágrafo do ponto 8, são apresentados como entidades ainda mais abstractas, não se sentindo necessidade de explicitar quem ou o que são. De acordo com este parecer, a actual proposta do *Relatório* não cumpre os objectivos de conservação, não só pelo seu menor tamanho, como pela sua localização «menos tranquila e mais perturbável», mais próxima dos «agentes destabilizadores».

Note-se, nestes dois últimos parágrafos, a forma como as espécies são representadas em relação às actividades humanas. O «agente perturbador» e os «agentes destabilizadores» agem e têm acções, enquanto as espécies reagem com «movimentos de defesa e protecção», em oposição a um passado em que, numa situação de equilíbrio ou de não perturbação, as espécies “alimentam-se”, “nidificam”, «arribam» e «permanecem» no seu habitat. Por outras palavras, são representadas como entes mais activos, com liberdade para o seu comportamento natural que se traduz no cumprimento das suas funções básicas de vida.

O ponto 9 sugere que uma efectiva protecção do salgado implicaria um «reposicionamento dos Proprietários e Marnotos nas atitudes e nas responsabilidades de preservação desta área». Assim, ainda que a iniciativa de protecção tenha que advir da administração central, a perspectiva é que depois os seus efectivos gestores assumam parte das responsabilidades na sua manutenção. Interpretamos esta ideia como uma espécie de eco paralelístico à representação das aves acima referidas. Os proprietários e marnotos, uma vez garantida a preservação física das condições que permitam o restabelecimento de um equilíbrio, transformam-se de agentes passivos e impotentes perante o processo de destruição das marinhas em gestores activos destes espaços, passando a zelar pela sua preservação.

Surge, no último ponto do texto, mais uma referência acerca da importância que o argumento proposto pelo parecer tem para a conservação da natureza (l. 61). A recuperação dos habitats degradados, numa formulação paralelística à do segundo parágrafo do ponto 8, é apresentada como o último argumento do texto, que o remata. Independentemente da importância que a questão conservacionista possa ter para o autor do parecer, a centralidade que lhe é dada no texto e na respectiva argumentação é evidente. Se, de todos os argumentos apresentados, é este o escolhido para coroar a conclusão, isso poderá indicar que o mesmo tenha sido percebido pelo autor como um aspecto que terá particular receptividade por parte das autoridades a quem se dirige.

Assim, apesar da abertura eventualmente irónica, o texto relança no final o que parece ser sentido como o argumento mais importante para os decisores em função das obrigações legais relacionadas com a RN2000, isto é, «mesmo que nenhuma das [outras] observações seja tida em conta». Esta interpretação é reforçada pelo facto de a ocorrência do primeiro elemento do paralelismo constituir o auge expressivo de todo o texto (l. 46). Se nenhuma das outras razões for validada como suporte ao argumento principal do texto, pelo menos a reposição dos habitats degradados será «reclamável». A classificação da ZPE, em conjunto com a perda da situação de equilíbrio que a tinha justificado, surge como a principal razão para esta reivindicação ser reclamável. Assim, a mesma aparece no texto desempenhando uma importante função no plano *accional*, central para a sua estrutura lógico-argumentativa. Ao nível *representacional*, aparece como um elemento de obrigatoriedade legal, inserido numa trajectória narrativa de degradação ambiental incompatível com os seus objectivos. Como tal, permite também, a nível lógico, criar uma argumentação no sentido de contestar uma alteração introduzida pelo *Relatório* em relação ao que estava previsto no *Plano*. Ao nível *identificacional*, a representação que é feita do espaço destinado a recuperar o salgado contribui para construir a identidade de um proprietário de marinhas enquanto alguém que está informado sobre a degradação ambiental que ocorre na zona e que age no sentido de a combater, ao mesmo tempo que tenta recuperar um produto comercial de elevado valor histórico-cultural e simbólico para esta região. Neste sentido, é notável a forma como os argumentos relativos a estes últimos aspectos, apesar de à partida serem provavelmente os mais importantes para um “proprietário de marinhas”, são relegados para segundo plano em prol dos argumentos conservacionistas que ocupam o lugar central do parecer. Neste processo, existe uma mudança na focalização que aproxima mais o *agente focalizador* do que seria típico de um sujeito

com fortes interesses conservacionistas, contribuindo para diminuir o *ethos* expectável de um proprietário de marinhas, i.e., alguém com fortes interesses pessoais directamente em jogo³¹⁷.

As Tabelas 6.13 e 6.14 apresentam, respectivamente, uma síntese da estrutura narrativa e uma síntese da caracterização das representações dos elementos acima destacados.

| Tempo | Principais eventos relativos ao espaço das salinas |
|---------------------------|---|
| <i>Passado</i> | 1- Até há 20 anos atrás, quando a área foi classificada como ZPE, verificava-se uma situação de equilíbrio ecológico que «existia tanto no património natural» como no «património natural construído pelo Homem». |
| <i>Passado e Presente</i> | 2- “Autoridades ambientais” ³¹⁸ classificam a zona como RN2000 para preservar o «equilíbrio ecológico». 3- No entanto, num espaço de 20 anos, o referido equilíbrio foi «perturbado e quase destruído», num espaço que devia ter sido protegido. Estas marinhas, «até à destruição dos muros e motas em 1993 pela invasão incontrolada e incontrolável da maré, produziam Sal da melhor qualidade sendo, «mesmo em época de crise, das poucas que se mantinham sustentáveis e rentáveis». |
| <i>Presente e Futuro</i> | 4- As autoridades ambientais pretendem restabelecer um equilíbrio ecológico na Ria de Aveiro. Com este fim em vista, estão a conduzir o processo de implementação do PEIRVRA. Projecção futura Embora o <i>Plano Estratégico</i> tenha apresentado uma proposta de área de intervenção adequada à protecção efectiva das marinhas, o <i>Relatório Ambiental</i> propõe uma área muito menor que já não é adequada, nem para a sustentabilidade das marinhas, nem para a recuperação dos habitats das espécies de avifauna protegidas. Alternativa A: Ao manter-se a alteração da área prevista para as marinhas, «A área de SAPAL passará a ser ainda maior, o volume de água da enchente aumentará, pois a superfície alagável terá área superior, e o poder destruidor da vazante crescerá». Alternativa B: Se a opinião do parecer for levada em consideração, ou seja, se a reconstrução parcial do salgado for «efectuada numa área suficientemente ampla e contínua », a sustentabilidade e reposição do equilíbrio dos habitats em causa será possibilitada. |

Tabela 6.13 – Síntese da estrutura narrativa.

| Elementos | Caracterização |
|---------------------------|--|
| o Porto de Aveiro | O seu desenvolvimento é «muito importante», mas a «principal causa da degradação geral da Ria». |
| hidrodinâmica lagunar | A sua alteração levou a uma «invasão incontrolada e incontrolável da maré», com crescente «poder destruidor», que foi a principal causa directa da deterioração das marinhas. |
| as marinhas e salicultura | Com uma importância central para a economia, cultura e ecologia local no passado, encontram-se agora em avançado estado de degradação. No entanto, detêm ainda potencial para recuperar estas valências, sendo que a sua recuperação enquanto habitat constitui mesmo uma obrigação legal. |
| espécies e habitats | Agora pouco presentes devido à deterioração actual, se a proposta do parecer for aceite, não só encontrarão condições para satisfazer as suas necessidades ecológicas no habitat das marinhas, como também espaço para reagir a perturbações com «movimentos de defesa e protecção». |

³¹⁷ Um aspecto que consideramos muito significativo é o facto de este proprietário de marinhas ter feito uma intervenção oral na sessão pública da AAE (prévia ao período de consulta pública), em que apresentou a mesma reivindicação sem, no entanto, ter feito uma única referência às questões relacionadas com a biodiversidade.

³¹⁸ Não mencionadas explicitamente devido ao uso da forma passiva.

| | |
|------------------------------------|---|
| ZPE e outras designações espaciais | Constituem «normativos ambientais» introduzidos para salvaguardar o equilíbrio que existia, mas não lograram impedir a deterioração dos habitats, cujo restabelecimento é também «reclamável» através dos mesmos. |
| autoridades responsáveis | Embora não referidas directamente, transparecem no texto como entidades negligentes e passivas em relação à preservação da salicultura na Ria de Aveiro e ao cumprimento dos «normativos ambientais» relativos à RN2000, assim como desconhecedoras da realidade passada das marinhas e da biodiversidade que as ocupava. Os proprietários e marnotos estão dispostos a assumir «responsabilidades de preservação» das marinhas, se forem criadas condições para isso. |

Tabela 6.14 – Síntese da caracterização das representações dos elementos-chave.

B) Parecer F22, da Junta de Freguesia de Cacia

Descrição global da estrutura argumentativa

Ocupando pouco mais do que uma página, o corpo do texto estrutura-se ao longo de nove parágrafos. O parágrafo 1 (p. 1), que termina com “dois pontos”, lança uma ideia genérica que serve de base para a reivindicação principal do parecer, que aparece explicitada no p. 7: «é de fundamental importância para toda a zona do Baixo Vouga, que no âmbito deste plano estratégico sejam incluídos projectos e obra de defesa da salinização do Baixo Vouga Lagunar» (l. 18-19). Para apoiar a ideia do p. 1 e a reivindicação do p. 7, os p. 2 a 6 argumentam que o *Relatório Ambiental* reconhece o avanço da cunha salina como «uma das maiores ameaças» ambientais para a zona (p. 3), que as acções previstas não garantem a preservação das actividades humanas e a biodiversidade classificada como RN2000 que delas depende (p. 3), que existem há várias décadas estudos e acções previstos que poderiam ter evitado o «desastre ambiental» actual (p. 4), que o *Programa Polis Litoral Ria de Aveiro* só terá «sustentabilidade futura» e a «validade» pretendida se incluir um sistema de «defesa eficiente do avanço da salinização» e conseguir dinamizar as «vertentes económicas, ambientais e lúdicas» da área (p. 5 e 6).

Análise representacional no contexto da argumentação

Apesar de o parecer se referir por duas vezes conjuntamente à zona do BVL e à Ria de Aveiro (l. 4; l. 10), o foco do texto incide claramente sobre o primeiro. No entanto, parece-nos significativo que em ambos os casos as duas áreas distintas são amalgamadas como apenas uma só entidade, sendo que no primeiro caso são apresentadas como uma «área» e no segundo como uma «zona».

O texto apresenta uma narrativa em que as autoridades centrais (já responsáveis pela degradação a que chegou esta área), ao não incluir um sistema de defesa de marés no *Programa Polis Litoral Ria de Aveiro*, mais uma vez perdem uma importante oportunidade de a recuperar ambientalmente e economicamente. Esta ideia é logo apresentada no p. 1, falando-se da perda de «uma oportunidade histórica» (l. 3). Significativamente, é «sobretudo pela acção do homem [que esta área] se encontra degradada» (l. 4). Esta oração descritiva aponta para a existência de factores “naturais” de degradação (que, secundarizados, não são explicitados nem elaborados no parecer)³¹⁹.

³¹⁹ Também nos parece significativa a ideia implícita de um habitat fortemente humanizado poder sofrer uma degradação devido a causas “naturais”.

No p. 2, permanece implícita a relação entre o efeito destrutivo do avanço da cunha salina reconhecido pelo *Relatório Ambiental* e a «acção do homem», a qual não chega a ser explicitada no parecer. A degradação referida aparece agora detalhada, traduzida na destruição da «riqueza em biodiversidade que a natureza nos oferecem» naquele lugar, tendo a acção do homem (através do avanço contínuo da cunha salina) «já destruído uma parte» desta riqueza e continuando a “definhar” a «restante» (l. 5-7). No entanto, note-se que o «crescente aumento da cota de água salgada» representa apenas «uma das maiores ameaças», o que aponta para a existência de outras, eventualmente relacionadas com as vertentes sociais mencionadas mais à frente no p. 6.

Tendo sido reconhecido o conhecimento da situação por parte das autoridades no p. 2, o p. 3 denuncia a discrepância entre esse conhecimento e as medidas propostas que não garantem que a salinização «seja combatida com eficiência» (l. 8-9). A classificação das áreas enquanto RN2000 surge duas vezes, com funções distintas neste parágrafo de apenas uma frase (os erros com que a designação ZPE é referida sugere falta de familiaridade com a respectiva terminologia). A primeira aparece numa oração entre vírgulas que caracteriza o BVL, em que a sua pertença à RN2000, por um lado, certifica a sua importância ambiental e, por outro, implica certas obrigações legais inerentes à classificação. Na segunda, surge em último lugar de uma relação causal de três elementos. A eficiência do combate à salinização define-se por ser capaz de manter as actividades (humanas) que «sustenta[m]» os elementos («fauna e flora») que, por sua vez, «justific[aram] aquela classificação». Ou seja, é possível observar aqui uma circularidade lógica: as actividades mantêm a fauna e flora que justificam a classificação que justifica medidas para manter as actividades, etc. No entanto, a ordem cronológica é clara: primeiro estavam as actividades, depois a fauna e a flora e, por último, a classificação.

Segundo o p. 4, esta degradação teria sido evitável devido à existência de estudos com várias décadas que estabelecem soluções apropriadas para o problema da salinização, cujos efeitos constituem um «desastre ambiental» para uma importante zona do BVL. A certeza da previsão hipotética em relação ao sucesso destas soluções é notável.

Imediatamente a seguir, o p. 5 faz uma outra previsão condicional com o mesmo tipo de modalidade assertiva, mas em relação ao futuro propriamente dito: «[Não ter[ão] qualquer sustentabilidade futura, as acções a realizar [...] se a defesa eficiente do avanço da salinização [...] não se realizar». «[E]ssa defesa terá que ser efectuada nos cursos de água [...] sobretudo o Rio Vouga já que este fornece em época estival, água para toda manter a riqueza ambiental em todas as suas valências» (l. 12-15). O p. 6 repete a ideia anterior, deslocando desta vez a orientação dos elementos ecológicos para a dimensão socioeconómica. Através de uma previsão condicional, é explicitado o significado da sustentabilidade futura para a área. O *Programa Polis Litoral Ria de Aveiro* só «terá a validade que as gentes da zona envolvida sonham e desejam» se potenciar «outros projectos que dinamizem nas vertentes económicas, ambientais e lúdicas, a área em que actua» (l. 16-17). Estas três vertentes parecem ecoar a clássica divisão tripartida da noção de desenvolvimento sustentável em capital económico, ambiental e social. No entanto, aqui a dimensão “social” aparece substituída pela “lúdica”, possivelmente relacionada com o desenvolvimento do ecoturismo na zona ou mesmo com as desejadas (mas adiadas) intervenções para a *Pista de Remo* (a qual depende também da criação de comportas). Em relação à vertente económica, importa mencionar que o referido projecto de defesa não só é do interesse dos

agricultores da zona, como também da fábrica da Portucel em Cacia, a principal fonte de emprego local. Para a materialização destes objectivos, são necessárias várias condições interdependentes (e por isso expressas no modo conjuntivo). Adicionalmente, recorre-se a um argumento baseado no valor “democrático” das opiniões emitidas. Ou seja, o que se propõe é o que a população local “sonha” e “deseja”, o que aumenta a legitimidade política das pretensões apresentadas.

É no parágrafo seguinte que, ao sintetizar o argumento principal do parecer, se explicita a solução reivindicada: os projectos e a obra de defesa da salinização³²⁰. Logo a seguir, o texto precipita-se para a conclusão, em que se aponta, como culpado desta degradação, a «Governação do Estado». A esta atribui-se «inércia e inépcia», características aparentemente independentes do facto de os governos concretos irem mudando (l. 21). Em contraste com esta caracterização, a última frase do texto indica a disponibilidade da autarquia para «participar em acções tendentes à prossecução dos objectivos enunciados».

Ao nível *identificacional*, e sobretudo nos parágrafos finais, o texto elabora fortes posicionamentos entre as várias entidades que interferem neste espaço. Isto é sobretudo alcançado através da forma como as responsabilidades pela degradação ambiental são explicitamente atribuídas à administração central por não ter avançado com a referida intervenção, e como a autarquia se disponibiliza como um agente construtivo para a resolução dos problemas nos termos em que são aqui enquadrados. O principal destinatário do parecer, a ARH, é um órgão da administração central. No entanto, é a nossa interpretação que o autor deste parecer está consciente de que a ARH, sendo uma entidade desconcentrada e recente, não faz directamente parte desta «Governação do Estado», a qual corresponderá sobretudo aos sucessivos primeiros-ministros e aos ministérios tutelares da agricultura e do ambiente.

Ao nível *representacional*, importa notar a interacção dos sujeitos sociais com os elementos naturais que também são representados enquanto sujeitos activos. Assim, a natureza “oferece-nos” riqueza em biodiversidade, enquanto o Vouga «fornece» água que mantém essa riqueza. Assim, a natureza é apresentada como um sujeito benévolo e generoso, embora relativamente passivo e sujeito à «acção do homem». Devido a esta acção e à «inércia e inépcia da Governação do Estado», esta dádiva está a sofrer um «desastre ambiental» que teria sido evitável. Sob pena de se «perder uma «oportunidade histórica», a J.F. de Cacia reivindica que seja evitada esta «contínua degradação» e coloca-se à disposição para se tornar um elemento activo para alcançar esses objectivos. Ao nível dos intervenientes institucionais, a identidade da autarquia é então construída como o único elemento activo que, por um lado, representa as gentes locais que apenas «sonham e desejam» e, por outro, promove a correcção de uma situação de degradação ambiental e socioeconómica que resulta da passividade e incompetência das autoridades centrais. É sobretudo através destas que se configura a responsabilidade da acção humana perante o problema da salinização.

A argumentação centra-se principalmente em torno da força das previsões apresentadas. Estas dizem respeito aos dois resultados possíveis que o parecer apresenta de forma linear. Se não se realizar a obra de defesa, agrava-se o presente «desastre ambiental». Se a mesma se realizar, são realizadas as vontades da população, assim como a condição para a sustentabilidade de outras

³²⁰ Até aqui, o texto tinha mencionado no p. 5 a necessidade de se fazer uma defesa eficiente, mas não tinha explicitado de que forma.

acções e do próprio BVL. As referências à RN2000 aparecem aqui com relevância sobretudo ao nível representacional, definindo-a como um elemento valorizador deste espaço, cujas actividades (ou sustentabilidade) se procura defender. Simultaneamente, a classificação da RN2000 implica certas obrigações que exigem que a salinização seja combatida com «eficiência». Assim, se por um lado contribui para a legitimidade das pretensões do parecer, por outro lado o incumprimento dos seus objectivos acentua a incompetência e irresponsabilidade que se atribui à administração central.

As Tabelas 6.15 e 6.16 apresentam, respectivamente, uma síntese da estrutura narrativa e uma síntese da caracterização das representações dos elementos acima destacados.

| Tempo | Principais eventos relativos ao espaço das zonas agrícolas |
|---------------------------|---|
| <i>Passado</i> | 1- O BVL era um espaço ambientalmente rico, cujos valores naturais eram sustentados por actividades humanas em harmonia, com um potencial oferecido pela natureza. |
| <i>Passado e Presente</i> | 2- Foi a riqueza da flora e da fauna que se instalou, a par com as actividades humanas, que levou à sua designação. 2.1- Ao longo das últimas décadas, «sobretudo pela acção do homem», iniciou-se um processo de salinização do BVL, o que provocou o que viria a ser um «desastre ambiental». Ao mesmo tempo, foi-se estudando a situação, existindo, já desde a década de 60, soluções técnicas que, devido à «inércia e inépcia da Governação do Estado», nunca foram implementadas. |
| <i>Presente e Futuro</i> | 3- O projecto <i>Polis</i> constitui uma oportunidade histórica para financiar a obra de defesa das marés e reverter esta acentuada degradação ambiental (que também é económica e cultural), mas a sustentabilidade que pretende apenas é possível se se implementarem as soluções hidráulicas já previstas (o projecto de defesa das marés) e se «potenciarem outros projectos». Projecção futura Alternativa A: Ao não existir alterações, o processo de deterioração continua e acentua-se. Alternativa B: Se os «objectivos enunciados» forem levados em conta, o <i>Programa Polis</i> terá sustentabilidade futura, contribuindo para a dinamização das «vertentes económicas ambientais e lúdicas» da área. |

Tabela 6.15 – Síntese da estrutura narrativa.

| Elementos | Caracterização |
|--------------------------|---|
| hidrodinâmica lagunar | O «crescente aumento da cota de água salgada» provoca a salinização e consequente deterioração dos solos do BVL, sendo que o controlo dos seus efeitos constitui condição fundamental para a sustentabilidade da zona. |
| zonas agrícolas | Constituem espaços onde existia um equilíbrio entre as actividades socioeconómicas e a riqueza em biodiversidade por elas sustentada. Na sua capacidade para ambas as vertentes, encontram-se num processo de deterioração que se deve sobretudo à acção do homem, por um lado responsável pelo avanço da cunha salina e, por outro, incapaz de implementar medidas capazes de os proteger. |
| espécies e habitats | Oferecida pela natureza, a riqueza em biodiversidade constituída pelas espécies e habitats do BVL é sustentada pelas actividades humanas e pela água fornecida pelos cursos de água que desaguam na Ria (sobretudo o rio Vouga). Assim, a natureza é apresentada como benévola e generosa, mas sujeita à «acção do homem», que detém poder para a sustentar ou destruir. |
| ZPE e outras designações | A classificação de ZPE foi justificada pela riqueza da biodiversidade do BVL e constitui uma razão importante para que a «salinização [...] seja combatida com eficiência». |
| Autoridades responsáveis | A «Governação do Estado» tem sido inerte e inepta, o que levou a que não se implementassem acções apoiadas por «estudos realizados a partir da década de sessenta». A autarquia de Cacia encontra-se «disponível para participar em acções tendentes à prossecução dos objectivos enunciados». |

Tabela 6.16 – Síntese da caracterização das representações dos elementos-chave.

C) Parecer F17, da Câmara Municipal da Murtosa

Descrição global da estrutura argumentativa

Trata-se de um parecer relativamente longo, com cerca de seis páginas, anexado a uma carta introdutória. Inclui ainda, em anexo ao mesmo, o parecer relativo ao projecto da *Reconfig. da Barra* (E2) com os respectivos anexos, isto é, um parecer sobre o *Plano Estratégico do Porto de Aveiro* (D3.2) e o parecer da *Interv. na Zona da Barra* (D3.1). Intitulado de «RECLAMAÇÃO», o texto está estruturado em cinco partes.

«I. QUESTÃO PRÉVIA»: O parecer começa por se definir como resultado de um «esforço rápido» de consulta devido à escassez de recursos da autarquia. Ainda que numa «primeira análise» seja elogiado todo o trabalho realizado no âmbito do PEIRVRA e da respectiva avaliação ambiental, considera-se existir lacunas que «necessitam ser ultrapassadas» dentro de um «espírito de cooperação e colaboração» por parte de «todos os agentes envolvidos».

«II. PORTO DE AVEIRO — CAUSADOR MAIOR DA ALTERAÇÃO DO ECOSISTEMA LAGUNAR»: Argumenta-se que os autarcas murtoseiros, que acompanham a «vivência destas realidades» directamente, têm alertado ciclicamente para os efeitos negativos das obras portuárias sobre a hidrodinâmica lagunar, sem no entanto o assunto receber a atenção devida por parte das entidades responsáveis, as quais foram permitindo o agravamento da situação com base em estudos teóricos, cujo resultado não corresponde à realidade constatável, da qual existem provas.

«III. A OPORTUNIDADE DESTE APELO RELATIVAMENTE AOS IMPACTES NEGATIVOS DO PORTO DE AVEIRO E DA NECESSIDADE DE OS MINIMIZAR»: Defende-se que a requalificação proposta não terá sustentabilidade a longo prazo sem uma obra hidráulica capaz de controlar a entrada e saída das águas da Ria. São então relatados os esforços da autarquia em alertar para esta situação em várias ocasiões, concluindo que a questão tem sido sistematicamente ignorada pelas autoridades com responsabilidades sobre a matéria. Ainda que reconheça que a referida obra não seja viável no âmbito do «envelope financeiro alocado» ao PEIRVRA, o parecer considera que «ignorar o problema [...] é suicida e responsabilizador de quem lidera».

«IV. MAIS ALGUMAS QUESTÕES QUE DEVEM SER REVISTAS / ALTERADAS»: Propõe-se correcções específicas para a caracterização dos aspectos relacionados com a hidrodinâmica e de outras questões específicas.

«V. CONCLUSÃO»: Declara-se a disponibilidade dos autarcas e dos restantes munícipes em partilhar o seu «conhecimento e experiência». O texto termina apelando «à inteligência, ao bom senso e ao sentido de serviço» de todos envolvidos, e «que nada, nem ninguém, impeça que se estudem, analisem e avaliem os impactes negativos do Porto de Aveiro, com vista à programação de uma intervenção do controle da entrada e saída das águas da Ria, logo que possível».

Análise representacional no contexto da argumentação

O parecer debruça-se sobre o que considera ser uma negligência fundamental das autoridades envolvidas no *Programa Polis Litoral Ria de Aveiro*: a ausência de um reconhecimento adequado da influência que o Porto de Aveiro tem tido sobre a hidrodinâmica lagunar. O autor do

parecer, assumindo a intenção de denunciar uma verdade — que, segundo o mesmo, tem sido negligenciada ou escondida e cujo reconhecimento virá tarde, mas não tarde demais —, narra mais uma vez a sua visão sobre os efeitos da actividade portuária. Apesar do texto assumir a perspectiva de quem está numa das zonas mais afectadas pelas alterações na hidrodinâmica lagunar da Ria de Aveiro, refere-se à Ria como um todo. Assim, a referência aos efeitos sobre o município é relativamente restrita, ocorrendo apenas relativamente à existência de “provas” e à expressão da importância que os sectores mais afectados pelas alterações têm para a população que representa. De resto, e de forma significativa, refere-se sempre à globalidade da Ria, sendo as preocupações comunicadas pelo parecer inicialmente enquadradas como provindo de uma intenção orientada para o bem comum de toda a Ria, «dentro do espírito de cooperação e de colaboração, irmanados da vontade e determinação de todos os agentes envolvidos nesta acção» (l. 22). Este espírito «pretende, quer e ousa enfrentar e começar a resolver problemas» (l. 23). Assim, o parecer atribui-se uma ousadia intencional, considerada a única postura capaz de confrontar os problemas fundamentais da Ria, uma condição necessária para que estes comecem a ser resolvidos.

O processo de alteração da hidrodinâmica e os seus efeitos sobre o ecossistema são narrados sobretudo na parte II (l. 36-59), em que relata o conjunto de alterações no ecossistema e os efeitos nocivos desta sobre os terrenos agrícolas, a biodiversidade e a generalidade da Ria, e num breve trecho da parte IV, especificamente relacionada com a caracterização da situação pelos estudos realizados (l. 128-133). Relativamente aos acontecimentos narrados, o que nos parece particularmente significativo são os aspectos relativos à atribuição de responsabilidades pela degradação ambiental, à caracterização do resultado e às previsões futurológicas feitas a partir da situação actual em relação ao que aparece proposto no programa sob avaliação.

O referido resultado é comparado a uma «tragédia grega» com impactos negativos sobre três elementos distintos, traduzindo-se na «degradação do ecossistema», na «ameaça séria e constante dos campos agrícolas marginais» e, ocasionalmente, «das populações». As motas de protecção construídas não foram eficazes a longo prazo devido à evolução crescente do caudal de água. Assim, ainda que a Ria vá, através do *Programa Polis Litoral Ria de Aveiro*, ser requalificada do «ponto de vista ambiental, social e económico», «se não se tomarem as providências adequadas, para que uma das causas dos males de que padece seja controlada e os seus efeitos anulados (minimizados), passado algum tempo (pouco tempo), o regresso à situação anterior será uma inevitabilidade», prejudicando ou mesmo anulando a curto/médio prazo todo o investimento efectuado, «com prejuízo para todos e sem vantagens para ninguém» (l. 66-77). Assim, uma vez que o plano, tal como está, não vai conseguir resolver estes problemas, a solução seria «a concretização do controlo da entrada e saída das águas da Ria, através de um processo/modelo/obra, que a engenharia hidráulica arquitectará, pelo conhecimento e experiência adquiridos pelo contacto e vivência no dia-a-dia». Tal objectivo tecnológico é, portanto, alcançável através de uma maior inclusão, na governação da Ria de Aveiro, das pessoas que a efectivamente vivenciam de forma quotidiana e directa³²¹.

³²¹ Concretamente, «escutar/ouvir o saber, feito da experiência, dos agricultores e pescadores que sempre viveram na Ria» (l. 135-136).

Este último aspecto está relacionado com a forma como o parecer atribui responsabilidades pela deterioração ambiental da Ria. Segundo o autarca, as obras de dragagem associadas ao Porto de Aveiro, responsáveis pelas alterações da hidrodinâmica, foram:

«sempre ordenadas e executadas sem se querer saber a sua influência na laguna e, quando precedidas de estudos, estes, incompreensivelmente, feitos por Gabinetes que terão (pensamos que de boa fé e sem influências negativas) sobrestimado a teoria em desfavor da realidade, em face dos resultados finais das acções/intervenções que as sustentaram como sem influência negativa na Ria, e, para nosso mal, as permitiram» (l. 38-41).

De acordo com o parecer, o *Plano Estratégico* e o *Relatório Ambiental* continuam a não fazer uma caracterização fidedigna desta realidade. Ora, é precisamente devido a estas lacunas que se enquadra a importância de considerar o conhecimento assente na prática e na observação directa, incluindo-se a C.M. da Murtosa precisamente nesta categoria de sujeitos que constata as realidades da Ria e que vêm prestar o seu contributo.

A relação entre estes elementos é particularmente desenvolvida no parecer e importante para a sua lógica integral. Além dos processos associados à degradação da Ria, é relatado com considerável pormenor os esforços que os autarcas da Murtosa têm feito para chamar a atenção para o que consideram ser as reais causas dos principais problemas ambientais. Neste relato, é expressa a ideia de que o Município da Murtosa não tem tido a atenção que lhe seria devida³²², enquanto os estudos em que se têm fundamentado as obras de dragagem são considerados como inválidos e desmentidos pela realidade. No entanto, têm-lhes sido dada mais credibilidade do que aos autarcas que se têm esforçado para evidenciar a discrepância entre os estudos e a realidade. De acordo com o parecer, a veracidade do que se alega não pode ser duvidada: «Esta é a verdade. Há pessoas, há fotografias e sinais ainda visíveis na própria laguna, bastantes e suficientes para validar tudo aquilo que vem de dizer-se» (l. 59-60).

A falta de validade dos estudos é explicada sobretudo pela «sua falta de profundidade» (l. 128) ou «por ignorância de conhecimento» (l. 126) ou ainda por terem «sobrestimado a teoria em desfavor da realidade» (l. 40). Os autores do *Programa Polis Litoral Ria de Aveiro* são descritos como «escudados em estudos recentes», os quais, apesar de erróneos, permitem que se vá «apontando causas e soluções» sem fundamento (l. 128-129). Apesar de declarar em alguns momentos que se acredita que tais estudos tenham sido feitos «de boa fé e sem influências negativas» (l. 39), a globalidade do texto manifesta a suspeita de existir um eventual enviesamento nos estudos sobre a hidrodinâmica lagunar de modo a não serem criados impedimentos adicionais sobre a crescente actividade portuária. Várias passagens apontam neste sentido, nomeadamente na insistência na veracidade do que se diz e na existência de testemunhos e provas físicas, na caracterização do Porto de Aveiro como «importante, imprescindível e inquestionável para a Região e para o País, que não pode arcar com o descuido ou ganância/ignorância humana» (l. 42-43); na afirmação de que «não colhe que o caudal de água na Ria se deve às alterações

³²² O texto dá dois exemplos em particular de tais situações: uma reunião de alto nível em 2008 em que estava presente o ministro do MAOTDR e a sessão pública da AAE POLIS. Os textos anexados ao parecer constituem igualmente um registo ou um testemunho adicional dos esforços continuados da C.M. da Murtosa para chamar a atenção para a importância de conter e reverter as alterações na hidrodinâmica. Além disso, o parecer relativo à *Interv. na Zona da Barra* inclui, em P.S., um relato de várias outras ocasiões em que os autarcas da C.M. da Murtosa alertaram para esta questão.

climáticas» (l. 57); na referência a «muitas das teses/propostas/conclusões que aparecem ao longo do processo e parecem branquear, em nosso entender por ignorância de conhecimento, os efeitos negativos do Porto de Aveiro» (l. 125-127), e ainda o apelo feito na conclusão do parecer «à inteligência, ao bom senso e ao sentido de serviço» de todos os envolvidos, de forma a que façam uma apreciação objectiva do que se alega, e que não permitam que «nada, nem ninguém impeça que se estudem, analisem e avaliem os impactes negativos do Porto de Aveiro» (l. 157-158).

Apesar das suas lacunas, o *Programa Polis Litoral Ria de Aveiro* é considerado bem intencionado, feito por quem «com interesse, dedicação e profissionalismo está a desenvolver um trabalho que, respeitando e cuidando de todos os interesses envolvidos, tem como finalidade procurar e garantir que [...] a execução das acções programadas [...] sejam boas (equilibradas) do ponto de vista ambiental, social e económico» (l. 31-33). Os receptores do parecer, as autoridades responsáveis pelo *Programa Polis Litoral Ria de Aveiro*, não são elas próprias representadas como responsáveis pelo suposto enviesamento dos estudos, mas eventualmente como carecendo de objectividade, vontade de confrontar a dificuldade da situação ou mesmo de resistência a pressões “desenvolvimentistas” em favor da expansão do Porto de Aveiro.

Este último aspecto é sugerido também pela forma como é descrita a receptividade das entidades da administração central às reclamações sistemáticas do município. Perante o compromisso feito pelo ministro do ambiente de se encontrarem os meios necessários «para o controle da entrada e saída do volume das águas» caso «dos estudos de hidrodinâmica previstos se concluísse pela influência negativa das obras (de dragagem) do Porto de Aveiro» (l. 87-90), o autarca declara que:

«não duvidando da seriedade da resposta constante do parágrafo anterior, pressentimos em alguns dos parceiros presentes que aquela teria sido uma maneira inteligente e adequada para sossegar e, de algum modo adiar (resolvendo-se, deste modo, a situação incómoda criada), o problema que, a existir... teria, a seu tempo, a resolução própria» (l. 91-92).

De forma análoga, a C.M. da Murtosa considera que, apesar da sua posição ter sido «reforçada pelas intervenções da maioria daqueles que quiseram expressar as suas posições» na sessão pública de esclarecimento da AAE (l. 99-101), as autoridades presentes mais uma vez evitaram as questões levantadas, enquanto o município «merecia/exigia um pouco mais de consideração» (l. 109). Ao relato desta situação, segue-se uma crítica à governação da Ria, nomeadamente que «não é ignorando as questões que se fortalecem as instituições e se somam e ganham sinergias que nos permitirão ultrapassar e resolver as dificuldades» (l. 110-111).

Esta narrativa de exclusão e negligência entrelaça-se, portanto, com a da deterioração da laguna, tendo uma relação causal directa com a mesma. Note-se que é a desconfiança entre as instituições e a falta de acção concertada (ou um maior envolvimento de todas as partes interessadas) a que se alude, que se entende como uma das causas para a evolução insustentável e negativa da hidrodinâmica lagunar. Desta perspectiva, a insustentabilidade de tal postura mantém-se, pois apesar do crescente reconhecimento entre os autarcas, a questão da hidrodinâmica continua a não receber a atenção que lhe seria devida.

Como já referido, no final do parecer, a C.M. da Murtosa declara a sua disponibilidade, assim como a «de todos os seus Municípios para cooperar e colaborar no fornecimento de informação, conhecimento e experiência, que permitirão melhorar e qualificar ainda mais a valia

dos projectos previstos» (l. 153-154). Além da valorização de uma governação mais inclusiva na sua dimensão política (inclusão de mais actores na governação) e epistemológica (inclusão de mais tipos de conhecimento) que esta frase encerra³²³, é relevante considerar a justificação para tal disponibilidade: «pois a pesca (a Ria), a agricultura (os juncais e os campos) são a vida da Murtosa» (l. 155-156). Nesta expressão, uma combinação de metonímias articuladas por uma metáfora contribui para esbater os limites conceptuais entre as actividades tradicionais, os meios e ecossistemas onde se desenrolam, as pessoas que as praticam e o município que todos estes elementos ocupam e constituem, resultando numa poderosa e agregante imagem da ecologia do território.

Por último, chamamos a atenção para um dos aspectos mais notáveis deste parecer, a saber, a absoluta ausência de referência à RN2000, apesar de uma elevada percentagem do território do município se encontrar abrangida pela ZPE³²⁴. Justamente para os objectivos assumidos pelos pareceres dos autarcas da Murtosa, nomeadamente chamar a atenção para o problema da salinização (a qual tem impactes negativos sobre os habitats de algumas aves protegidas ao abrigo da *Directiva Aves*), *a priori* faria sentido esse argumento estar presente.

As Tabelas 6.17 e 6.18 apresentam, respectivamente, uma síntese da estrutura narrativa e uma síntese da caracterização das representações dos elementos acima destacados.

| Tempo | Principais eventos relativos ao espaço genérico da Ria de Aveiro ³²⁵ |
|---------------------------|--|
| <i>Passado</i> | 1- Existia um relativo equilíbrio hidrodinâmico e lagunar, compatível com os diferentes usos da Ria. O tradicional sistema de motas e defesa de marés funcionava eficazmente. |
| <i>Passado e Presente</i> | 2- Com o objectivo de se expandir a actividade portuária, «as obras de dragagem do canal de navegação do Porto de Aveiro, de há cerca de 30 anos a esta parte, foram a causa directa e necessária para a alteração e degradação do ecossistema lagunar». 2.1- Essas obras foram «sempre ordenadas e executadas sem se querer saber qual a sua influência na laguna e, quando precedidas de estudos, estes [...] terão sobrestimado a teoria em desfavor da realidade, em face dos resultados finais das acções/intervenções que as sustentaram como sem influência negativa na Ria, e, para nosso mal, as permitiram». 2.2- Desde 1999, os autarcas da Murtosa têm, ao longo de diversas ocasiões, procurado chamar a atenção para o que realmente está a acontecer com a Ria. No entanto, têm sido ignorados por várias entidades, seja por negligência ou de forma consciente, o que tem trazido consequências negativas para a Ria. |
| <i>Presente e Futuro</i> | 3- «Resultado de tudo isto, qual tragédia grega, a degradação do ecossistema lagunar e a ameaça séria e constante dos campos agrícolas marginais e até, num caso ou outro, das populações». 3.1- «É chegado o tempo de atentar nestes factos. Embora tarde, nunca é tarde demais para se implementarem as medidas e acções que podem minimizar e restabelecer o equilíbrio ambiental e ecológico perdidos». Projecção futura Alternativa A: «[D]e pouco valerá executar todas as obras programadas de recuperação/beneficiação/requalificação dos cais, ribeiras, das margens, etc., se deixarmos o "coração da Ria", que vai ter uma acção de desassoreamento, sujeito às mesmas influências perniciosas que lhe advêm das sucessivas dragagens do canal de navegação do Porto de Aveiro». Alternativa B: Se for implementada uma obra hidráulica de controlo da entrada e saída das águas da Ria, as restantes intervenções terão sustentabilidade a longo prazo. Ainda que não |

³²³ Ver secção 3.1.3.

³²⁴ Esta ausência, aliás, é comum a todos os pareceres provenientes da Murtosa (D3; E2; F17 e F36).

³²⁵ Apesar de termos considerado separadamente duas narrativas com especial saliência no texto, dada a forma próxima como se inter-relacionam, nesta síntese aglomeramo-las no mesmo eixo causal.

| | |
|--|---|
| | seja possível implementar esta solução no tempo presente, uma vez «[i]dentificado o problema temos o dever e a obrigação de procurar/encontrar os meios para o resolver». Para este fim, é necessário «que se estudem, analisem e avaliem os impactes negativos do Porto de Aveiro» de forma independente e objectiva, e que nesse processo se envolva as pessoas que vivenciam a Ria directamente. |
|--|---|

Tabela 6.17 – Síntese da estrutura narrativa.

| Elementos | Caracterização |
|--------------------------|---|
| o Porto de Aveiro | O porto é «importante, imprescindível para a Região e para o País». No entanto, as intervenções relacionadas tiveram impactes negativos devido ao «descuido ou ganância/ignorância humana». |
| hidrodinâmica lagunar | A subida da amplitude das marés é «assustadora», a água salgada é invasiva, resultando destrutiva ou transformadora («tornando o leito da Ria mais árido» e transformando a maré baixa em «maré seca»). |
| zonas agrícolas | São o principal elemento ameaçado, alguns campos já foram destruídos pela salinização. |
| espécies e habitats | As algas (sobretudo o moliço) quase que desapareceram, deixando de ter a função de abrigo e "maternidade" para os peixes. |
| autoridades responsáveis | <p>Às autoridades do Porto de Aveiro e da administração central é atribuída uma conduta negligente relativamente ao ecossistema da Ria, fruto de «descuido ou ganância/ignorância humana», levando à falta de estudos que caracterizam adequadamente a realidade e à desvalorização da importância da questão da hidrodinâmica.</p> <p>Os autarcas da C.M. da Murtosa estão preocupados e, apesar de terem sido sistematicamente ignorados, mantêm-se cooperativos, movidos por um espírito de irmandade e colaboração, de forma a começar a resolver os problemas com coragem e frontalidade.</p> <p>No entanto, considera-se que o <i>Programa Polis</i> resulta de uma «boa parceria entre o Governo e os Municípios da Região de Aveiro».</p> |

Tabela 6.18 – Síntese da caracterização das representações dos elementos-chave.

6.5.3 Variações representacionais sobre os espaços da Ria de Aveiro³²⁶

a) As salinas

Entre as três zonas geográficas consideradas, as marinhas são o espaço menos referido pelos intervenientes. As referências às mesmas ocorrem sobretudo nos processos relativos ao *Projecto da Marina da Barra* e ao *Programa Polis Litoral Ria de Aveiro*³²⁷. Para além das abundantes referências às marinhas no âmbito destes processos, verifica-se apenas uma referência às mesmas no âmbito do *Projecto de Desenv. Agrícola do BVL* e duas no da *Interv. na Zona da Barra*.

No caso do *Projecto da Marina da Barra*, as referências às marinhas surgem sobretudo relativamente à proposta do EIA de se recuperar uma área de marinhas como medida de compensação pelos impactes negativos do projecto. Esta medida é questionada por vários intervenientes, embora relativamente a diferentes aspectos da mesma. Observam-se críticas relacionadas com a falta de confiança no seu cumprimento por parte das autoridades competentes (C20.1. exc. a3) e a com a sua falta de adequação enquanto compensação ecológica (C64, exc. a7 e

³²⁶ Os excertos relativos a esta secção encontram-se no Anexo 9, respectivamente estruturados em *a*, *b*, e *c*.

³²⁷ Uma pesquisa através das palavras-chave “Salina(s)”, “Salgado”, “Marinhas”, “Salicultura” e “Salinicultura” atribui 38 ocorrências ao *Projecto Marina da Barra* e 29 ao *Programa Polis Litoral Ria de Aveiro*

C76, exc. a8). A deterioração das estruturas das salinas são também associadas aos efeitos da evolução da hidrodinâmica lagunar, directamente atribuída às intervenções associadas à actividade portuária, nomeadamente no parecer da associação ambiental Água Triangular (C16, exc. a2) e no de um particular (C28.1, exc. a4³²⁸). O exc. a5 do parecer C33 apresenta as salinas como um exemplo de como o espaço da Ria tem sido humanizado de forma ecologicamente harmoniosa e sustentável, e o exc. a6 do parecer C36, considerando que as salinas já terão sido destruídas, rejeita em absoluto a destruição adicional que considera que a marina irá trazer sobre a Ria.

No caso do *Programa Polis Litoral Ria de Aveiro*, as referências às marinhas surgem de forma significativa em quatro instâncias: no parecer da C. M. de Aveiro (F21, exc. a11) ao defender a necessidade de a intervenção relativa à recuperação de diques e motas ser mais abrangente (e contemplar toda a zona de salgado); num dos pareceres da UA (F27.1, exc. a12) ao indicar as causas associadas às alterações da hidrodinâmica; no parecer da Quercus (F28, exc. a13) ao fornecer um exemplo para o argumento de que é o *Eixo da prevenção de riscos* que está associado às intervenções que mais contribuem para os «objectivos de conservação dos Sítios e da ZPE» e no parecer de um proprietário de marinhas (F33), analisado na secção anterior. No âmbito da sessão pública de esclarecimentos da AAE, foi entregue uma ficha de participação relativa às salinas (F44, exc. a14).

No caso do *Projecto de Desenv. Agrícola do BVL*, a única referência às salinas surge no final de um parecer-tipo enviado por particulares, que destaca a protecção das marinhas como um “interesse” alheio aos agricultores do bloco, mas comum à «restante população» (exc. a3). No caso da *Interv. na Zona da Barra*, a Quercus (D10) e a SPEA (D11) acrescentam as marinhas às zonas agrícolas como mais um elemento negativamente afectado pela erosão resultante das alterações na hidrodinâmica (exc. a9 e a10).

Estes excertos não nos apontam para representações substancialmente divergentes das do parecer do proprietário de marinhas (F33). De todo o *corpus*, esse parecer é aquele que desenvolve mais os aspectos relativos às salinas e as referências às mesmas nos outros pareceres não estão, na sua maior parte, associadas a aspectos divergentes, mas antes a elementos separados mas complementares aos presentes em F33, não sugerindo assim representações alternativas.

Assim, um outro proprietário de marinhas (C76, exc. a8) apresenta um discurso muito semelhante, considerando a viabilidade económica das mesmas como uma condição indispensável para evitar o seu abandono. Tal como no parecer F33, os proprietários de marinhas são desresponsabilizados pelo seu abandono, apresentados como tendo feito o possível para o evitar. Em ambos os casos, a ideia implícita parece ser a de que os obstáculos ou as condições para a viabilidade económica das marinhas dependem sobretudo de circunstâncias externas e assim transcendem o poder de alcance dos seus gestores mais directos.

Por vezes, não existe nenhum tipo de responsabilização por aquilo que se consideram impactes negativos, como no caso do parecer C36 (exc. a6). Outras vezes, encontram-se formas implícitas de responsabilização como a crítica à avaliação ambiental efectuada (nos EIA e na AAE) por esta não ter incluído uma consideração satisfatória dos impactes provocados pelas intervenções propostas sobre as estruturas das marinhas. Este é o caso das críticas feitas pelas associações

³²⁸ Assim como no parecer particular C44, o qual reaproveita passagens do parecer C28.1.

ambientais Quercus (D10), SPEA (D11) e Água Triangular (C16). Nos casos em que existe uma atribuição de responsabilidades explícita, isto é, em que a causa das alterações é associada à actividade portuária, as respectivas entidades responsáveis não aparecem mencionadas (e.g. Água Triangular C16, C28.1, F33).

Indirectamente relacionado com a questão da responsabilização, é o carácter negligente que vemos, ainda que de forma implícita, frequentemente atribuído à administração central. Na secção anterior, constatámos que o parecer do proprietário de marinhas sugere não se ter feito o suficiente para acautelar os impactes negativos das intervenções associadas ao Porto de Aveiro ao longo dos anos, criticando igualmente o *Programa Polis Litoral Ria de Aveiro* por não fazer agora o necessário para que as intervenções de recuperação, defesa e incentivo sejam suficientes para permitir que a salicultura se torne um sector economicamente viável e para que a biodiversidade das marinhas seja protegida. A representação da salicultura como um sector negligenciado ecoa também nos pareceres F44 (exc. a14), C76 (exc. a8) e nos pareceres das ONGs ambientais que referem a falta de consideração adequada pela avaliação ambiental dos impactes das intervenções sobre as estruturas das marinhas (Água Triangular, C16; Quercus, D10; SPEA, D11).

O elo estabelecido pelo parecer F33 entre a protecção e preservação das estruturas das salinas e a conservação da biodiversidade é observado também nos pareceres da Quercus (D10 e F28). No entanto, a ideia de que a manutenção da actividade do salgado é importante para a conservação é posta em causa pelo parecer C64 (exc. a7), o qual rejeita a medida de compensação proposta no EIA do *Projecto da Marina da Barra* por considerar que o abandono destes espaços favorece a avifauna. Esta rejeição não visa apenas a gestão das marinhas com fins conservacionistas por a considerar desnecessária, mas por esta ser promovida por «uma entidade que tem como lema a destruição de habitats naturais para construir ilhas de betão» (C64, l. 43). Por contraste ao que se considera serem medidas de compensação falsas, considera que «A Ria precisa de uma gestão integrada que controle e regule os factores de degradação, que a proteja da ganância das promessas eleitorais dos governos e dos Presidentes de Câmara e dos projectos que ciclicamente assaltam e comprometem a tranquilidade de quem ama a Ria».

A necessidade de controlo e regulação relaciona-se com o tema da negligência, enquanto os «factores de degradação» incluem a «drástica intensificação dos fenómenos de assoreamento» associados a dragagens e a obras relacionadas com o porto (mencionados anteriormente no parecer (C64, l. 23). No entanto, esta responsabilização de promotores privados e municípios é uma ocorrência relativamente rara no contexto dos pareceres considerados. Ocorre sobretudo em vários pareceres do caso da *Marina da Barra* em relação ao consórcio promotor e ao presidente da C.M. de Ílhavo, apoiante assumido do projecto. A outra única excepção relativamente a uma administração local são as suspeitas levantadas pela Quercus (B9) acerca das eventuais intenções da C.M. de Aveiro no caso do projecto da *Pista de Remo*³²⁹.

Associada à negligência e à falta de validade ou adequação dos estudos e/ou das intervenções propostas, neste grupo de excertos manifestam-se sinais de falta de confiança entre diferentes grupos de actores, particularmente em relação às instituições políticas e administrativas. Por exemplo, o parecer C20.1 (exc. a3) considera não existir credibilidade nas medidas de minimização propostas em função «do que se tem constatado em Portugal relativamente ao

³²⁹ Ver a nota-de-rodapé 282 na secção 6.2.5.

cumprimento e fiscalização do cumprimento das medidas minimizadoras no âmbito doutros projectos» (C20.1, l. 59-60). Para além deste último parecer e do parecer do proprietário de marinhas considerado na secção anterior, a falta de confiança emerge também, no âmbito das referências às salinas, nos pareceres de particulares C36 (exc. a6), C64 (exc. a7) e F44 (exc. a14). Relativamente a este último, por exemplo, o apelo para que «as salinas não fossem esquecidas em todo este projecto» implica a percepção de que estejam, de facto, a ser “esquecidas”.

De forma relevante, o parecer da UA (F27.1, exc. a12) refere o «avançado grau de degradação dos muros de um elevado número de marinhas» como uma das causas das alterações na hidrodinâmica lagunar, colocando-as num papel mais activo do que o mero objecto receptor com que aparecem tipicamente. Este papel é ecoado pelo parecer particular C28.1 (exc. a4), o qual, depois de traçar um cenário geral de degradação ambiental da Ria, considera que a «paisagem da Ria tem vindo a ser afectada pelo abandono e destruição das marinhas de sal e pelo aterro e artificialização das margens». No entanto, todos estes problemas são associados às obras portuárias, cujos efeitos sobre a Ria, apesar de trazerem «inegáveis vantagens económicas», não se distribuem justamente: «as perdas ficam com os pequenos proprietários de marinhas e terrenos nas margens e os custos recaem sobre os contribuintes em geral, que suportam com os impostos obras de dragagem, protecção das margens, construção de diques, comportas e eclusas» (C28.1, l. 15-17).

b) Os campos agrícolas ribeirinhos

As zonas agrícolas mencionadas nas consultas como afectadas pelo avanço da cunha salina situam-se nas margens interiores da zona norte da laguna e incluem duas áreas principais, a zona do bloco agrícola do BVL, e os campos agrícolas nas zonas ribeirinhas dos concelhos da Murtosa e de Ovar. A salinização destas áreas devido a alterações sentidas na hidrodinâmica lagunar constitui uma preocupação de várias décadas nesta região e é mencionada por vários intervenientes em todos os seis processos de avaliação ambiental considerados. Tipicamente, em relação ao problema da invasão de água salgada, os pareceres referem-se ao BVL ou, de forma mais genérica, às margens interiores da Ria, sendo os autarcas da C.M. da Murtosa os únicos intervenientes que se referem explicitamente às outras áreas agrícolas fora do BVL³³⁰. Como estas últimas são mencionadas como associadas ao mesmo fenómeno, faremos referência conjunta à globalidade destas áreas como campos agrícolas ribeirinhos.

Estes espaços são absolutamente centrais para o contexto do *Projecto de Desenv. Agrícola do BVL*, o qual se destina precisamente a proteger o BVL do processo de salinização, respondendo às preocupações do grupo de proprietários da zona. Estes últimos, tal como os autarcas locais, manifestaram de forma consensual apoio geral ao projecto, assim como as suas preferências específicas relativamente às opções sob avaliação (exc. b3 a b5). No caso da *Pista de Remo*, vários pareceres defendem o projecto como se tratando de uma peça complementar importante para o conjunto de medidas destinadas a impedir o avanço da cunha salina (exc. b6 a b9)³³¹. No caso do

³³⁰ As áreas agrícolas fora do BVL também são referidas por um autarca de Ovar na sessão pública de esclarecimento da AAE, mas não nos pareceres escritos da autarquia.

³³¹ Entre os 13 pareceres considerados relativos ao projecto da *Pista de Remo*, 7 mencionaram o problema da salinização dos campos agrícolas (ver 5.2.2).

Projecto da Marina da Barra, três particulares que se manifestaram contra o projecto mencionaram o seu potencial impacte negativo sobre a hidrodinâmica lagunar referindo que as alterações na mesma vinham tendo um impacte negativo sobre as margens interiores da laguna (C28.1; C44; C72). No caso dos dois projectos portuários, a questão da hidrodinâmica foi referida pela maior parte dos intervenientes³³², mas a preocupação com os campos agrícolas foi levantada sobretudo pelos autarcas dos concelhos das áreas agrícolas afectadas (D3.1, exc. b11), e por ONGs ambientais (Quercus, D10; SPEA, D11) — mas também pela DGADR (D1, exc. b10), AMRIA (D7), Comissão Concelhia de Aveiro do CDS/PP (D9, exc. b12) e um particular (D12, exc. b13). No caso do *Programa Polis Litoral Ria de Aveiro*, as zonas agrícolas ribeirinhas são referidas por autarcas (CM Ílhavo, F14, exc. b15; CM Murtosa, F17, exc. b16 e b17; CM Aveiro, F21, b18; JF Cacia, F22), Universidade de Aveiro (F27.1, b19 e b20), Quercus (F28, b21 e b22), Portucel (F31, b23) e particulares (F36, b24 e b25).

Os pareceres provenientes dos proprietários de parcelas agrícolas e dos autarcas locais da zona afectada pelo avanço da cunha salina apresentam um conjunto de representações muito próximas e, frequentemente, complementares às do parecer da J.F. de Cacia (F22), considerado em detalhe na secção anterior. Observa-se, assim, geralmente a mesma representação do passado destas zonas agrícolas. Apesar de se referir que estes espaços resultam de intervenções “artificiais”, o seu passado é associado a uma situação de harmonioso equilíbrio entre as actividades humanas e a biodiversidade local. Este equilíbrio é entendido como perturbado ao longo das últimas décadas por vários factores, descritos pela associação Água Triangular como provocados pelos «tempos da modernidade» (B10, exc. b7). Segundo a mesma associação, a «abertura do canal artificial» do Rio Novo do Príncipe e da «abertura artificial da Barra» faziam parte de um «plano mais vasto e complexo» para recuperar a centenária actividade agro-pecuária destes terrenos. A eficácia de tal plano veio a ser perturbada por um conjunto de factores modernos que vieram alterar a hidrodinâmica lagunar (exc. b7)³³³.

De forma análoga à definição da salinização dos campos como um «desastre ambiental» pela J.F. de Cacia, a C.M. da Murtosa refere-se à mesma como um «atentado ecológico» (exc. b11), o parecer particular A36 descreve-a como o «verdadeiro **impacto**, ou **confronto**, **ambiental**» e mais à frente no parecer reitera a ideia, afirmando que «**Impacto Ambiental é pois o confronto do verde doce que foi o Baixo Vouga Lagunar com o actual castanho amarelado provocado pela água salgada**» (A36, exc. b4 e b5). Nas três situações temos uma redefinição do que se considera ser um impacte negativo. As duas primeiras remetem para uma dinâmica responsabilizadora, em que a palavra «desastre» se refere a consequências não intencionadas mas geralmente associadas a negligência ou a falta de controlo sobre uma situação, carregando a palavra “atentado”, não obstante o sentido hiperbólico, mais intencionalidade ou mais gravidade moral relativamente às consequências da conduta negligente. Já o particular A36 usa a palavra «confronto» em dois

³³² No caso da *Interv. da zona da Barra*, 9 dos 12 participantes mencionaram a questão da hidrodinâmica (ver secção 5.2.5) e, no caso da *Reconfig. da Barra*, todos os cinco intervenientes a referiram.

³³³ Embora num parecer posterior, relativamente à *Marina da Barra*, a Água Triangular atribua as alterações de hidrodinâmica às «dragagens efectuadas nos anos 90 no Canal de Ovar, no Canal de Mira e junto ao Porto Comercial» (C16, exc. a2), nesta listagem curiosamente não figura a expansão da actividade portuária (exc. b6).

sentidos: para representar o processo de salinização como uma espécie de “batalha” entre a água doce e a água salgada proporcionada pelas obras na barra de Aveiro; para comparar a situação passada com a actual, defendendo que a aprovação do projecto é que permite proteger o ambiente e a biodiversidade local (A36, exc. b4 e b5).

A associação entre a riqueza da biodiversidade local e a fertilidade das zonas agrícolas é recorrente em muitos dos pareceres de agricultores. No entanto, o parecer A36 é notável também pela centralidade cultural que atribui à biodiversidade (exc. b5). Segundo o mesmo, é um dever relembrar o que «a memória não quer esquecer», nomeadamente a abundante presença da avifauna que estará associada à origem do nome de Aveiro (e portanto associada à própria fundação das povoações humanas), e o nome de duas espécies já extintas que originaram as alcunhas de agricultores locais (A36, b5)³³⁴. Uma expressão ainda mais acentuada da centralidade dos ecossistemas para as comunidades locais é a oração: «a pesca (a Ria), a agricultura (os juncais e os campos) são a vida da Murtosa» (C.M. Murtosa, F17, exc. b17), comentada na secção anterior.

A J.F. de Cacia, quer no seu parecer relativamente ao *Programa Polis Litoral Ria de Aveiro* (F22), quer nas outras consultas consideradas (A4; B3; D6 e E4), nunca menciona explicitamente a importância que as obras de defesa têm para a fábrica da Portucel, localizada na sua freguesia. Ainda que se suponha que essa preocupação esteja incluída quando se refere à necessidade de dinamizar as «vertentes económicas» da área, é notável que não o tenha feito abertamente, uma vez que esta fábrica de celulose se trata do principal empregador local e de uma actividade que depende directamente da disponibilidade de água doce. A importância de se implementar um sistema de defesa de marés para deter o avanço da cunha salina é o tema principal do parecer da Portucel que, depois de descrever a sua importância para a economia local, declara que a sua actividade poderá ser inviabilizada se tal solução não vier a ser implementada (F31, exc. b23). A surpresa que expressa por constatar a não inclusão de tal projecto ecoa os pareceres da C.M. de Aveiro (F21, exc. b18) e da J.F. de Cacia (F22) que se referem ao *Programa Polis Litoral Ria de Aveiro* como uma «oportunidade» de se implementar aquilo que é proposto por estudos já realizados há várias décadas. Chamamos ainda a atenção para a ambiguidade expressa pela Associação de Defesa do Ambiente de Cacia e Esgueira (ADACE) relativamente à laboração da Portucel, que no entanto vem reforçar a importância da manutenção da mesma: «É caso para dizer que quem nos comeu a carne está moralmente obrigado a roer-nos os ossos» (B11, exc. b8). Se, por um lado, a fábrica teve impactes ambientais negativos sobre a zona (martirizando a sua população), por outro lado, transformou-se na principal fonte de rendimento local, pelo que o seu fechamento resultaria ainda mais destrutivo.

A forma como a J.F. de Cacia atribui responsabilidades pela situação actual dos campos agrícolas e o modo como caracteriza as entidades responsabilizadas encontram paralelo em vários pareceres. A conduta passiva, negligente ou simplesmente ineficaz de tais entidades é, frequentemente, colocada em contraste com a vontade e exigência de acção concreta por parte dos intervenientes, apesar de assumidamente desgastados por se sentirem ignorados ou defraudados. A título de exemplo, a C.M. de Estarreja denuncia a «inacção, ou a resposta por demais tardia, da

³³⁴ O particular A32 refere-se igualmente à importância de preservar uma memória do passado destes campos, em que se «dermos ouvidos aos mais velhos ouvimo-los falar com saudade dos tempos em que largas dezenas de hectares desta área eram ocupadas pela cultura do arroz» (A32, exc. b2).

entidade, responsável legalmente por esta zona lagunar» (A3, exc. b1); um proprietário de terrenos refere-se ironicamente ao conformismo passivo como uma espera pela salvação da «Providência Divina» (A32, exc. b3); a Associação de Beneficiários do Baixo Vouga refere-se à «inércia e o desleixo das entidades públicas com responsabilidade na zona» (B8, exc. b6); a ADACE refere-se aos agricultores como «cansados de promessas das entidades oficiais» (B11, exc. b8); a C.M. da Murtosa reclama que a questão dos impactes negativos das alterações de hidrodinâmica sobre os terrenos ribeirinhos tem sido «sempre minorizada, desprezada» pelo Porto de Aveiro (D3.1, exc. b11); a C.M. de Aveiro diz recear «o abandono e desistência dos agricultores e consequentemente da sua "cultura e modo de vida" por desilusão e cansaço» (F21, exc. b18), e o particular F36 atribui as afirmações contidas no *Plano Estratégico* e no *Relatório Ambiental* acerca da situação nos campos agrícolas ou à «absoluta ignorância da realidade local» ou ao objectivo de «legitimar acções do homem realizadas ao longo do tempo» (F36, exc. b24). Este último exemplo remete para a associação entre a falta de confiança perante as entidades entendidas como responsáveis e a forma como os estudos encomendados pelas mesmas são percebidos. Se, segundo a C.M. da Murtosa, «Há testemunhas, há fotografias de um passado ainda recente, que põem em causa estudos pseudo-científicos de uns tantos, que tarde acordaram para a Ria» (D3.1, exc. b11), para a Comissão Concelhia CDS/PP o EIA do projecto *Interv. na zona da Barra* é um «documento pobre e incompleto» por não referir as «consequências sobre as zonas internas da Ria», considerando «irresponsável» concluir que não resultarão prejuízos quando a experiência passada indica o contrário (D9, exc. b12). Mediante o risco de os projectos portuários virem a causar impactes negativos no interior da laguna, um particular vem colocar questões concretas acerca das responsabilidades a atribuir (D12, exc. b13). A este propósito, é ainda relevante considerar a perspectiva de um dos órgãos da administração central com responsabilidades sobre o BVL. No parecer D1 (exc. b10), a DGADR vem reclamar a sua autoridade nacional sobre esta área como fazendo parte de uma tutela que lhe pertence. No entanto, de acordo com o parecer, a DGADR só tomou conhecimento do projecto através da respectiva consulta pública. Manifesta preocupações acerca dos impactes da intervenção sobre o BVL, fundamentando-se num estudo feito pela Universidade de Aveiro em 1996 e no «notório» recuo de habitats, cuja presença levou à classificação de RN2000. Sugere que as conclusões do EIA sejam validadas por um novo estudo segundo um modelo mais adequado e, caso as perspectivas de impactes negativos se confirmem, considera que o proponente (a APA) deverá adoptar um conjunto de medidas de minimização e compensação, incluindo a «comparticipação na construção e exploração das comportas do sistema de defesa do bloco agrícola» (D1, exc. b10).

Embora várias outras entidades chamem a atenção para a importância de se ter mais conhecimento sobre a hidrodinâmica da Ria, é neste sentido também que devemos entender a concepção de estudos “válidos” manifestada por alguns intervenientes, que reclamam estudos cujos resultados reflectam a realidade já constatável. Esta é particularmente a situação da C.M. da Murtosa e do particular F36 (também um autarca do mesmo município). Existem outros estudos e planos considerados válidos, nomeadamente aqueles relativos ao sistema de defesa do BVL, apesar de já contarem décadas de existência, e cuja implementação é reclamada pela DGADR (D1, exc. b10), C.M. de Aveiro (F21, exc. b18), J.F. de Cacia (F22) e Portucel (B12 e F31, exc. b23).

Se os aspectos até aqui mencionados de certa forma confirmam, ampliam ou complementam as representações relativamente aos espaços agrícolas observadas no parecer da J.F. de Cacia (F22), encontramos também visões alternativas ou contrastantes noutros pareceres. À semelhança do que observamos em relação às salinas, a Universidade de Aveiro representa «o abandono ou a diminuição da exploração agrícola nos terrenos» ribeirinhos como um elemento complementar e potenciador do facto de a erosão das margens constituir uma importante fonte sedimentar para o assoreamento na Ria (F27.1, exc. b19). Assim, tal como a degradação dos muros das marinhas, o declínio da actividade agrícola é inserido num ciclo vicioso de relações de causa e efeito. No entanto, em geral, o parecer da UA valida as posições tomadas pelos autarcas das zonas agrícolas, recomendando um reconhecimento mais explícito, ao nível da AAE do *Programa Polis Litoral Ria de Aveiro*, dos riscos inerentes às alterações de hidrodinâmica (F27.1, exc. b20).

Também contrastante é a representação que a Quercus (F28) faz destes espaços, que se traduz numa leitura da sua importância em termos puramente conservacionistas (F28, exc. b21 e b22)³³⁵. Ainda que a perspectiva possa ser expectável de uma associação ambientalista, é relevante notar que, ao enquadrar os impactes negativos e os cuidados adicionais a ter em conta na futura avaliação ambiental das dragagens numa lógica meramente conservacionista, a gravidade social e cultural com que as populações e autarquias locais representam a situação é implicitamente relativizada e minorizada. Mesmo no parecer relativo ao *Projecto de Desenv. Agrícola do BVL*, embora a Quercus reconheça o estreito elo entre a biodiversidade e a agricultura do BVL, afirma que a «eventual evolução natural da zona levará à lenta substituição de biótopos e espécies de elevado valor natural por outros também muito importantes e de interesse comunitário, nomeadamente os sistemas húmidos» (A20, exc. b2). Além da forma problemática com que a evolução da zona é caracterizada de “natural”, é notável a forma como a perspectiva sobre estes espaços é relativamente neutra ou indiferente às dinâmicas socioculturais que os regem, preocupando-se, de forma consequencialista, sobretudo com os seus resultados em termos de conservação dos habitats e das espécies³³⁶.

Finalmente, parece-nos relevante o contraste na forma como a situação dos campos agrícolas é enquadrada pela C.M. de Ílhavo. Nos pareceres relativos aos projectos portuários, marcados pelo reconhecimento da «importância máxima» do desenvolvimento do Porto de Aveiro, reconhece-se a existência das alterações na hidrodinâmica lagunar, mas a postura assumida em relação às mesmas é significativamente diferente da dos pareceres provenientes das autarquias das zonas afectadas. Em D2, a autarquia refere a «inexistência de estudos que permitam, com o respectivo e devido grau de certeza e/ou fiabilidade analisar, definir, prever e consequentemente minorar, caso necessário, os impactes na hidrodinâmica lagunar da Ria de Aveiro» (D2, l. 79-80), sendo sugerido que estes estudos venham a ser feitos. Em E1, refere o EIA da *Reconfig. da Barra*, segundo o qual «não haverá alteração ao prisma de maré no interior da Ria de Aveiro nem alteração à sua hidrodinâmica

³³⁵ Aqui usamos a título de exemplo os pareceres da Quercus, mas este tipo de leitura é relativamente comum às ONGs ambientais, com excepção da Água Triangular, normalmente mais atenta aos aspectos sociais.

³³⁶ Não se quer com isto dizer que a Quercus seja indiferente aos aspectos socioeconómicos do BVL. De facto, o resto deste parecer debruça-se sobre a questão de como alcançar um equilíbrio entre a componente humana e ecológica, o que implica preferência pela manutenção da agricultura (ou apenas o reconhecimento de que esse é o caminho traçado pelas autoridades responsáveis). No entanto, não deixa de ser significativo que a análise da evolução ecológica do espaço seja colocada nos termos acima referidos.

lagunar» (E1, exc. b14). Ainda que não se rejeitem os «pressupostos» que levaram à referida conclusão, afirma-se que «é certo também como aliás é reconhecido» a evolução acentuada que a toda a zona tem sofrido em «consequência das diversas obras que têm sido executadas». Este reconhecimento leva a considerar-se necessário uma **«verdadeira análise aos impactes cumulativos associados a toda esta transformação»** (E1, exc. b14).

Apesar da representação de vários elementos em comum (fundamentalmente os mesmos eventos), constata-se que estes são representados sob uma luz distinta, sendo especialmente notável a ausência da expressão de desgaste e desconfiança relativamente aos estudos e entidades consideradas responsáveis. No parecer relativo ao *Programa Polis Litoral Ria de Aveiro*, no entanto, vemos que a postura assumida é claramente relativizadora do drama com que os autarcas e os habitantes das zonas agrícolas representam a situação da salinização, em que se pretende contestar o estatuto da transformação de solos agrícolas em sapais como “ameaça”, dado esta transformação ser compensatória da «perda de sapal devido às obras portuárias»³³⁷. Igualmente relevante é a forma como a representação do avanço da cunha salina evoluiu para uma transformação «quicá inevitável» (F14, exc. b15).

c) A Ria de Aveiro

Pretendemos aqui considerar perspectivas sobre as alterações de hidrodinâmica enquanto um problema ambiental para a Ria de Aveiro referida enquanto um todo. Todavia, é necessário notar que, frequentemente, os intervenientes não se referem à globalidade da Ria, senão a certos aspectos ou zonas mais específicas da mesma. As questões em torno da governação da Ria ou da hidrodinâmica lagunar são dos poucos assuntos que convidam a considerações gerais acerca de toda a Ria³³⁸. De forma que nos parece significativa, a exploração do *corpus* parece indicar uma tendência crescente para a Ria de Aveiro ser cada vez mais referida enquanto um todo integrado. Esta tendência é ilustrada pelo aumento, ao longo dos processos, da ocorrência relativa da palavra “ecossistema” num sentido abrangente que inclui toda a Ria de Aveiro, isto é, todo o «ecossistema

³³⁷ De certa forma, esta concepção de compensação vem ecoar a já referida apreciação feita pela Quercus relativamente à suposta «evolução natural» do BVL (A20, b2).

³³⁸ Para além dos projectos portuários e do *Programa Polis Litoral Ria de Aveiro*, onde centraremos a atenção dos comentários que se seguem, relembramos que, também no caso da *Marina da Barra*, o EIA foi criticado por não avaliar suficientemente ou correctamente os impactes do projecto sobre a hidrodinâmica (e.g. UC, C12, exc. c1; Água Triangular, C16, exc. a2; C23, exc. c2; C28.1, exc. c3; C69, exc. c4; C80, exc. c5). Já referido a propósito das salinas e dos campos agrícolas, o parecer C28.1 (cujo anexo consiste numa crítica técnica à avaliação da hidrodinâmica apresentada pelo EIA), traça um panorama geral da evolução do ambiente lagunar (associado à dimensão hidrodinâmica) cujos ganhos, perdas e custos se distribuem de forma desigual «em favor da actividade portuária e em prejuízo do património natural e dos interesses da agricultura» (exc. c11). O parecer C69 (exc. c4) aponta para as dificuldades históricas que se têm feito sentir ao nível da gestão humana das «dinâmicas naturais em tudo o que respeita à ria no seu conjunto» apontando que, dados os riscos que se advinham a longo prazo, mais construções implicarão um ciclo vicioso de pressão para proteger os investimentos já realizados e o património entretanto construído. O parecer C80 (exc. c19) argumenta que, dada a impossibilidade de os modelos matemáticos conseguirem reproduzir a complexidade hidrodinâmica da laguna, a melhor forma de aprender sobre ela é através da observação do que tem ocorrido. Uma vez que o estreitamento de canais já demonstrou ter fortes consequências hidrodinâmicas, critica-se que esses factos não tenham sido levados em consideração pelo EIA.

lagunar» (ver a Tabela 6.10 e o Anexo 7, parte b)³³⁹. Mesmo nestes casos, ocorre frequentemente a impressão, senão mesmo evidência, de que vários intervenientes se referem à generalidade da Ria estando, de facto, preocupados com aspectos ou espaços específicos da mesma. A referência à generalidade da Ria, independentemente de poder corresponder a uma eventual integridade ecossistémica efectiva, tem o efeito retórico de acentuar a importância das questões em jogo, enquadrando-as numa lógica do bem comum para todos os actores envolvidos nas questões da Ria de Aveiro. Por exemplo, no parecer da C.M. da Murtosa (F17), vimos que a perspectiva focalizante enquadra o problema das alterações da hidrodinâmica em relação à Ria em geral, ao mesmo tempo que é claro que as suas preocupações primárias se relacionam com os seus efeitos sobre o território do concelho da Murtosa. O mesmo tipo de dinâmica ocorre sistematicamente noutros pareceres.

A perspectiva geral do parecer da C.M. da Murtosa (F17) encontra consonância, em diversos níveis, com as representações expressas em vários outros pareceres, como por exemplo os da J.F. de Cacia, da C.M. de Aveiro, das universidades e de vários pareceres de particulares (sobretudo aqueles com alguma ligação pessoal aos campos agrícolas ribeirinhos). Complementarmente ao que já foi comentado a propósito do parecer da C.M. da Murtosa (F17), chamamos a atenção para os excertos das entidades referidas no Anexo 9.

No parecer D3.1, a C.M. da Murtosa responsabiliza directamente a APA, afirmando que o porto «não pode ignorar, ou deixar de lado, toda esta problemática que tem influência e consequências no desejado equilíbrio ambiental e no desenvolvimento sustentado de toda a Região» (exc. c7). O exc. c12 é notável pela forma como a J.F. de Cacia coloca sobre a autoridade AIA a responsabilidade de zelar para que a situação de deterioração não continue, referindo-se, tal como em F22, de forma conjunta à «Ria e ao Baixo Vouga» (E4, exc. c12). A C.M. de Aveiro declara «o ressurgimento da “dinâmica” de outrora como única forma de salvar a “hidrodinâmica” actual que a todo o custo [apregoa] como objectivo máximo». Este ressurgimento é alcançável através do «envolvimento dos diferentes intervenientes, Institucionais ou Particulares» e, por sua vez, o modelo que promove este envolvimento deve «ter presente como era feito no passado a recuperação dos diques e motas» (F21, exc. c13). Os excertos relativos ao parecer da UA (F27.1) acrescentam força à crítica da C.M. da Murtosa de que o *Relatório* não considera adequadamente «a evolução mais recente das características hidrodinâmicas da Ria de Aveiro, e das suas causas» (exc. c14) e faz a mesma previsão acerca da necessidade de um «adequado e indispensável reforço das **margens**» sob pena de a situação voltar a regredir depois de pouco tempo (exc. c15).

Por último, o parecer particular F36 merece particular destaque pela elaboração e amplificação que faz da perspectiva apresentada pela C.M. da Murtosa, autarquia onde, embora se apresente como um mero cidadão no parecer, o autor era vice-presidente durante a AAE, tendo entretanto passado a presidente. Neste parecer individual, partilha a perspectiva traçada em F33 pela C.M. da Murtosa, propondo no entanto uma representação algo mais elaborada da situação. Segundo a visão que o referido autarca defende para a Ria de Aveiro, a actividade portuária e outros sectores são afastados do papel de motor principal do desenvolvimento sustentado da Ria e, ainda que o desenvolvimento industrial e tecnológico também seja desejado, este não deve ser o objectivo do *Programa Polis Litoral Ria de Aveiro*, que é a requalificação ambiental. A degradação ambiental deve-se, justamente, a um modelo de desenvolvimento equivocado para a região, em que

³³⁹ Explicaremos na discussão do próximo capítulo porque é que esta tendência nos parece significativa.

a Ria foi «esquecida sendo remetida ao seu novo papel de adorno de fundo de quintal». Assim, defende-se a substituição dessa visão por um outro paradigma de desenvolvimento da região, centrado e virado para o ecossistema da Ria³⁴⁰. Segundo o parecer, as intervenções do *Programa Polis Litoral Ria de Aveiro* «têm que ser vistas como formas de materialização» deste novo paradigma, o qual já tem sido promovido por uma nova geração de autarcas (exc. c17). Considera-se também que as intervenções previstas foram avulsamente importadas de outros planos sem apresentarem uma coerência interna que se traduza numa visão integrada e sustentável do território³⁴¹. O autarca recorre então à metáfora da construção de um edifício sólido para argumentar que este não é o «somatório de um conjunto de peças» individuais, e lista um conjunto de intervenções que não estão asseguradas por outras mais prioritárias (exc. c18). É sugerida uma alternativa, isto é, um conjunto de intervenções que são prioritárias de forma a assegurar o sucesso ou a sustentabilidade de outras (exc. c19). Sobre estas acções prioritárias, poderão surgir projectos por qualquer tipo de promotor que terão coerência por estarem orientados para um objectivo comum. No entanto, aquilo que é «essencial para garantir a sustentabilidade de toda a operação», é que o «estudo sobre a hidrodinâmica costeira e estuarina» que está previsto produza um «diagnóstico sério da realidade actual e propostas concretas para a alteração do processo destrutivo a que vamos assistindo», não sendo desejável «que o estudo justifique a realidade existente, pois essa não serve» (exc. c19). É de notar também a referência à sessão de esclarecimento para referir o que considera ser um consenso entre os demais intervenientes em relação a estas questões. O parecer termina com um voto de confiança nas pessoas responsáveis pelo processo e com um voto de desconfiança nos estudos apresentados. Aqueles já efectuados «assenta[m] em pressupostos que não correspondem [...] à realidade», enquanto aqueles previstos «serão certamente desenvolvidos para justificação futura das obras realizadas»³⁴² (exc. c18). A última frase clama por acção em detrimento dos estudos, os quais são posicionados não só como desprovidos de mais-valias, mas mesmo como um obstáculo à materialização de uma «visão de inter-municipalidade e da Ria como um todo» (exc. c20).

Como visões contrastes sobre a mesma meta-narrativa, consideremos brevemente ainda os pareceres da C.M. de Ílhavo, J.F. da Gafanha da Nazaré e da APA. A autarquia de Ílhavo refere a importância de estudar e acautelar os impactos das alterações na hidrodinâmica, mas exprime-se de forma significativamente diferente sobre os seus efeitos. A afirmação da «máxima importância» da actividade do Porto de Aveiro ocupa uma posição central nos seus pareceres (D2, exc. c6; E1, exc. c8, c9 e c10). A importância de estudar e acautelar melhor os impactos resultantes das intervenções na zona da embocadura é sempre referida, mas é colocada na perspectiva de minimizar a «erosão provocada nas infra-estruturas e nas estruturas existentes em especial no interior da laguna e particularmente nos colectores da SIMRIA» (exc. c6 e c8). Os impactos no interior da zona lagunar são mencionados pela C. M. de Ílhavo em associação à deterioração de estruturas, sendo os campos agrícolas apenas duas vezes explicitamente referidos. Uma corresponde à passagem já mencionada em que a importância da perda ambiental associada à salinização dos campos agrícolas é

³⁴⁰ Este tipo de concepção da Ria enquanto um elemento destacável do resto do território ocorre no discurso de outros intervenientes e, por nos parecer significativo, será abordado no capítulo seguinte.

³⁴¹ Esta posição é expressa por outras entidades, como a UA, a Quercus e a ADERAV (ver secção 5.2.7).

³⁴² Esta conclusão deve-se à «simultaneidade entre os estudos e as obras» que consta nos cronogramas de execução (exc. c18).

relativizada (F14, exc. b14) e a outra a uma passagem em que a evolução da hidrodinâmica é relatada (E1, exc. b13). Na atenção que este conjunto de três pareceres da autarquia dispensa à questão da hidrodinâmica, é dado mais relevo aos potenciais efeitos sobre os colectores da SIMRIA do que aos impactes sobre a agricultura. Com efeito, considere-se o exc. c8, em que se aponta para a inexistência de estudos que «permitam, com o respectivo e devido grau de certeza e/ou fiabilidade analisar, definir, prever e consequentemente minorar, caso necessário» os impactes sobre um conjunto de elementos, entre os quais é notória a ausência de referências ao processo de salinização dos campos agrícolas. Ao mesmo tempo, todos os elementos referidos nesta passagem têm potencialmente consequências negativas sobre o concelho de Ílhavo. No entanto, tais impactes são, no parecer E1, considerados «localizados e na sua maioria reversíveis e de significância reduzida» face aos impactes positivos associados às mais-valias trazidas pelo porto, podendo ainda «ser minorados, através da adopção das medidas de mitigação» (E1, exc. c10). O parecer da J.F. da Gafanha da Nazaré é também um exemplo deste padrão, alertando para a importância de não «alterar o Prisma da Maré, e a consequente linha máxima de preia-mar dentro da área lagunar» de modo a não comprometer as saídas de água pluviais da freguesia (E3, exc. c11). Já o parecer da própria APA, entre várias sugestões de correcção ao *Relatório Ambiental*, “corrige” duas considerações feitas pelo *Relatório* relativamente à associação entre a actividade portuária e a hidrodinâmica lagunar. A primeira apoia-se numa leitura restrita de «obras portuárias» como intervenções sobre as instalações do porto em si, e a segunda fundamenta-se na conclusão do EIA relativo à *Reconfig. da Barra* segundo a qual «não haverá alterações hidrodinâmicas estuarinas decorrentes deste projecto» (F30, exc. c16).

6.5.4 Considerações transversais

Nos três pareceres analisados na secção 6.5.2 encontram-se vários elementos em comum. Entre estes, é especialmente saliente a forma como as autoridades com tutela sobre as áreas em questão são responsabilizadas por uma governação ambiental deficiente, entendida como tendo levado a uma deterioração acentuada do ecossistema e das actividades tradicionais que dele dependiam. A dinâmica de responsabilização tende a ser enquadrada de forma diferente sobre a administração portuária e os órgãos da administração central/governo. Enquanto que à primeira é atribuído o papel mais activo de impulsionador das intervenções, uma vez que estas servem primariamente a expansão da actividade portuária, aos segundos cabe um papel de controlo, compatibilização ou contenção dos danos provocados pelo elemento mais activo. Por outro lado, com a passividade atribuída à administração central, contrasta o esforço e a disponibilidade colaborativa com que tais entidades vêm prestar o seu contributo. Nestes pareceres, são notáveis os fortes elos que se estabelecem entre a riqueza ambiental, a dimensão simbólico-afectiva e a sustentabilidade económica destes lugares.

Relativamente à mesma questão da hidrodinâmica, no âmbito do leque mais alargado de pareceres e entidades abordado pela secção 6.5.3, acreditamos ser razoável separar o discurso das diferentes entidades em duas categorias diferentes: aquelas para as quais as alterações da hidrodinâmica são particularmente prejudiciais para o que consideram ser os seus interesses, e aquelas entidades cujos interesses afectados são entendidos como mais periféricos ou marginais. A

Figura 6.18 ilustra a tendência de distribuição em relação a tal distinção, em que a seta representa a diminuição do interesse discursivamente manifestado em relação a tais alterações.

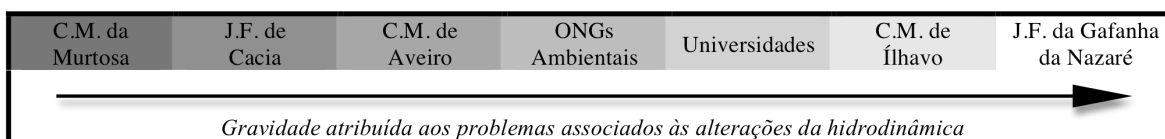


Figura 6.18 – Ilustração do distanciamento perante a gravidade dos problemas associados à hidrodinâmica

Enquanto as primeiras adoptam um discurso tendencialmente vitimizante ou contestatário, as segundas mantêm um posicionamento mais distanciado. Isso implica diferenças sobretudo na forma como é feita a atribuição de responsabilidades, tornando-se menos acusatória ou ausente à medida que a gravidade local dos impactes das alterações na hidrodinâmica diminui. Na mesma direcção, diminui ou desaparece também a manifestação de descrença ou desconfiança em torno dos estudos apresentados no âmbito dos procedimentos de avaliação ambiental.

De acordo com as diferentes perspectivas e preocupações das entidades participantes, emergem nos respectivos pareceres também concepções distintas acerca do que se considera ser as condições necessárias para uma verdadeira requalificação ambiental e uma trajectória adequada para o desenvolvimento sustentável. No caso concreto do *Programa Polis Litoral Ria de Aveiro*, estas têm a ver com as condições para que a requalificação proposta pelo respectivo conjunto de intervenções possa ser sustentável. Por exemplo, para o proprietário de marinhas é a defesa adequada do salgado, para a J.F. de Cacia e a Portucel é a implementação de «projectos e obras de defesa da salinização» do BVL, para a C.M. de Aveiro é uma combinação dos anteriores, para os autarcas da Murtosa é um estudo objectivo da hidrodinâmica da Ria e a futura implementação de uma obra hidráulica capaz de controlar as águas que entram na Ria, e para a C.M. de Ílhavo é sobretudo o desenvolvimento do Porto de Aveiro, a protecção do cordão dunar e a implementação adequada de várias medidas de minimização, onde se inclui também a «análise exaustiva e objectiva do impacte causado na hidrodinâmica lagunar». Constatou-se, sobretudo no caso da C.M. de Ílhavo, que, embora a reivindicação de estudos objectivos sobre a hidrodinâmica coincida com a posição expressa pela C.M. da Murtosa, os objectivos e os termos que esta toma diferem substancialmente.

Apesar da diversidade de propostas e reivindicações concretas, todos os intervenientes parecem partilhar o mesmo princípio subjacente: a possibilidade de alcançar soluções de conciliação entre interesses em conflito. No sentido de se chegar a soluções compatibilizantes, vários pareceres de um leque muito alargado de entidades defendem um envolvimento mais próximo e efectivo dos diferentes intervenientes da Ria, ou seja, a materialização de modelos de governação mais inclusivos. Este aspecto associa-se ao facto de as entidades (sobretudo as institucionais) tipicamente se colocarem à disposição para colaborar activamente no sentido de implementar as soluções que propõem. A sua vontade de acção concreta contrasta também com a desilusão, desgaste e desconfiança frequentemente atribuídas pelos autarcas às populações que representam (por vezes também assumidas pelos próprios particulares). Por contraste, as instituições preferem assumir a identidade de elementos activos e dinâmicos, motivados pelo bem comum e pelo cumprimento das suas responsabilidades.

Estes aspectos ilustram como, no caso específico dos pareceres destas entidades, a diferença semiótica se encontra socialmente estruturada. Por exemplo, ainda que em alguns aspectos representacionais o discurso acerca da importância regional do porto coincida entre a C.M. de Ílhavo e a C.M. da Murtosa, observa-se que, a nível identificacional, através dos seus diferentes estilos, estas entidades assumem-se como sujeitos com posicionamentos distintos relativamente à APA e respectiva actividade portuária. Apesar de alguma convergência representacional, que nos parece advir da preocupação em manter uma certa polidez política entre pares, as divergências na forma como a situação actual da Ria é representada por este grupo de autarcas são muito significativas.

Conclusão

Depois de se apresentar a estrutura e a composição do *corpus* na secção 6.1, foi proposta uma caracterização do género do *Parecer em Avaliação Ambiental* na secção 6.2. Apesar de estes pareceres corresponderem, na sua maior parte, a um género textual que geralmente toma por referência as características do *Parecer Institucional*, verifica-se, na prática, uma grande variedade interna sobretudo em função da proveniência dos textos, mas também um grau significativo de variação dentro das mesmas tipologias de entidades que os enviam. Neste âmbito, uma das nossas conclusões principais foi que tal variação está associada, por um lado, às motivações subjacentes ao acto de emissão de parecer, do tipo de identidade assumida pelo autor e do tipo de relações sociais em permanente (re)criação nesta esfera institucional e, por outro lado, aos recursos discursivos que se encontram à disposição dos autores dos pareceres (sobretudo no caso dos particulares e dos autarcas).

Na secção 6.3, foi apresentado um mapeamento das referências à conservação da natureza em geral e das referências a aspectos relacionados com a RN2000 em particular. Por ordem decrescente, referem-se à designação da Ria de Aveiro enquanto RN2000 sobretudo as associações ambientalistas, as autarquias e as universidades. Os órgãos da administração central apenas o fazem quando a designação tem algum tipo de relação directa com a sua jurisdição de actuação, enquanto as outras entidades, e em particular os cidadãos, apesar de se referirem frequentemente a questões associadas à conservação, fazem-no sem se centrar tanto nos aspectos técnicos do estatuto deste território enquanto área protegida. Nesta distribuição, a grande excepção encontra-se no *Projecto Marina da Barra*, em que encontramos uma elevada proporção de particulares a fortalecerem a sua argumentação através da figura legal da RN2000. De facto, como comentado na secção 6.4 com base nas listas de ocorrências incluídas no Anexo 7, a figura da ZPE, a RN2000, e a respectiva legislação aparecem no discurso dos participantes destas consultas sobretudo para fundamentar e reforçar a autoridade dos argumentos apresentados. Concretamente, este reforço argumentativo está relacionado com a demonstração da importância e/ou obrigatoriedade da conservação de certas espécies e habitats, com a definição do valor positivo ou negativo dos impactes associados à implementação ou à ausência de implementação de medidas ou intervenções, e para enquadrar propostas ou rumos de acção considerados adequados à luz da legislação comunitária e nacional sobre os valores ambientais ou os espaços em questão. Secundariamente, a referência a este tipo de

figura normativa contribui para construir a identidade dos autores dos pareceres enquanto sujeitos informados o que, por sua vez, tende a consolidar a força argumentativa do parecer.

Além da expectável associação textual entre as referências à conservação da natureza em geral e à RN2000 em particular, verificou-se que uma parte muito considerável dos discursos acerca de espaços e elementos directamente relevantes para os objectivos da RN2000 não incluem terminologia que os enquadre explicitamente enquanto tal. No entanto, tal enquadramento não se afigura necessário para considerar aspectos que sejam directa ou indirectamente relevantes para a implementação da RN2000. Uma vez que um dos nossos objectivos principais era considerar representações que fossem significativas para o sucesso ou insucesso da implementação da RN2000 na Ria de Aveiro e para a sua sustentabilidade ambiental mais lata, a conclusão de tal panorama foi que deveríamos olhar mais transversalmente para as formas como a representação destes espaços emerge através do discurso, mesmo na ausência de terminologia especificamente associada à RN2000.

Se a questão da hidrodinâmica já se tinha revelado proeminente nas consultas dos cinco processos de AIA, a centralidade que ocupou no discurso da maioria dos intervenientes na sessão pública da AAE tornou evidente a sua actualidade e relevância. A partir de um conjunto de elementos que apareciam, por um lado, com especial recorrência ou saliência em referências à evolução da hidrodinâmica lagunar e, por outro, com centralidade para a conservação da biodiversidade neste contexto, consideramos as respectivas representações no âmbito de três espaços distintos: as salinas, os campos agrícolas ribeirinhos e a Ria de Aveiro como um todo. Na secção 6.5.2, três pareceres da AAE do *Programa Polis Litoral Ria de Aveiro* que se referem primariamente a estes espaços foram analisados quanto à forma como as representações dos elementos referidos se articulam com a argumentação apresentada, e ainda como estes elementos se organizam num entendimento narrativo explícita ou implicitamente proposto. Na secção 6.5.3 apresentámos ligações de semelhança, complementaridade ou divergência com excertos derivados de outros pareceres, elencados no Anexo 9. A secção 6.5.4 conclui esta componente da análise, procurando tecer considerações transversais a alguns aspectos que se destacaram nas considerações anteriores, realçando relações entre a análise detalhada aos pareceres e as observações mais transversais relativamente aos espaços distintos.

Nos três pareceres analisados na secção 6.5.2 encontram-se vários elementos em comum, sobretudo relativamente à forma como as autoridades com tutela sobre as áreas em questão são responsabilizadas. Com a passividade atribuída à administração central, contrasta o esforço e a disponibilidade colaborativa com que tais entidades vêm prestar o seu contributo. Nestes pareceres, sobressaem também os elos que se estabelecem entre a riqueza ambiental, a dimensão simbólico-afectiva e a sustentabilidade económica destes lugares. No âmbito do leque mais alargado de pareceres e entidades abordado pela secção 6.5.3, observam-se ainda diferenças significativas na forma como a problemática das alterações de hidrodinâmica é representada, existindo prováveis correlações entre estas e o grau de gravidade com que a afectação dos seus interesses é percebida por diferentes entidades (ver Figura 6.18).

De acordo com as diferentes perspectivas e preocupações das entidades participantes, emergem nos respectivos pareceres concepções distintas acerca do que se considera ser as condições necessárias para uma verdadeira requalificação ambiental e uma trajectória adequada

para o desenvolvimento sustentável. Na diversidade de propostas e reivindicações concretas, parece existir um denominador comum: a crença numa ideia de *compatibilidade multidimensional*, dotada do poder para harmonizar interesses em conflito, por mais divergentes que sejam. Este e outros temas que nos chamaram a atenção serão abordados na discussão do Capítulo VII, onde procuraremos especular sobre as implicações das relações entre alguns temas centrais no discurso dos intervenientes e a governação ambiental deste território, incluindo a implementação da RN2000.

Capítulo VII

Discussão da Análise

| | |
|---|------------|
| Introdução | 275 |
| 7.1 Interpretação da análise | 275 |
| 7.1.1 Recapitulação da análise | 275 |
| 7.1.2 Identificação de temas centrais | 276 |
| 7.2 Implicações para a implementação da <i>Rede Natura 2000</i> no contexto da governação ambiental da Ria de Aveiro | 283 |
| 7.2.1 Principais dimensões | 283 |
| 7.2.2 Considerações transversais | 289 |
| 7.2.3 Implicações para a conservação da natureza e a implementação da <i>Rede Natura 2000</i> | 296 |
| Conclusão | 302 |

«Sendo mais as certezas, começo por estas, convicto de que a ria e o espaço público-marítimo é um bem público, assim também entendido na lei, portanto um bem comum a todos que não pode ser usado por alguns sem ter em conta os demais.»

Particular C80, l. 8-9

Introdução

Este capítulo procura integrar o enquadramento proposto no Capítulo III, alguns aspectos relacionados com o contexto da Ria de Aveiro considerados no Capítulo V e a análise apresentada no Capítulo VI. Principalmente com base nos referidos capítulos, desenvolve-se uma reflexão sobre as eventuais implicações do cruzamento destes elementos para a governação ambiental da Ria de Aveiro e, em especial, para a protecção da biodiversidade e da implementação da RN2000. Em primeiro lugar reconsideramos e complementamos a análise através da identificação de temas particularmente relevantes no discurso, entendidos numa rede de inter-relações que se reforçam mutuamente. Em segundo lugar, procuraremos explorar eventuais implicações desta rede de associações, particularmente evidente no discurso de um grupo específico de actores, para aspectos-chave da governação ambiental da Ria de Aveiro e da implementação da RN2000.

7.1 Interpretação da análise

7.1.1 Recapitulação da análise

Ao longo do desenvolvimento da análise apresentada no capítulo anterior, optámos por nos concentrar na problemática da hidrodinâmica fundamentalmente por duas razões. A primeira tem a ver com o facto de esta ocupar um lugar central nos discursos da Ria de Aveiro, assim como, de um ponto de vista físico, para o respectivo ecossistema, revelando-se uma espécie de denominador comum para o conjunto de processos seleccionados para enquadrar a RN2000 no discurso dos actores deste território. A segunda decorre da primeira, isto é, à medida que fomos contactando com os pareceres, foi-se tornando claro que a hidrodinâmica constitui provavelmente o núcleo temático mais controverso entre os principais actores da Ria de Aveiro, estando associado a um conjunto de veementes críticas no âmbito do apoio ou contestação das intervenções sob avaliação ambiental.

Concretamente, a problemática da hidrodinâmica é representada por um grupo de actores — com aparente tendência a crescer — como a questão mais fundamental para a sustentabilidade (ambiental e também socioeconómica) de todo o território da Ria de Aveiro. Adicionalmente, os intervenientes que mais têm insistido nesta questão, aqueles que percebem os seus interesses como mais directamente afectados pelos efeitos da tendência de evolução da hidrodinâmica, têm sistematicamente manifestado a ideia de não lhes ser dada a atenção devida. A sessão pública de esclarecimento realizada no âmbito da AAE do *Programa Polis Litoral Ria de Aveiro* foi particularmente ilustrativa do espaço que a questão da hidrodinâmica está a tomar nos discursos

sobre a Ria de Aveiro. Das 14 intervenções, sete tocaram a questão, sendo em cinco destas o foco principal ou integral da intervenção. Assim, e por vezes de forma veemente, o tema dominou o conteúdo global das intervenções e constituiu o principal foco de crítica. No período de consulta pública que se seguiu, o tópico da hidrodinâmica diluiu-se entre outras questões levantadas pelos pareceres enviados, mas mesmo assim esteve associado às críticas, comentários e sugestões mais frequentes (ver secção 5.2.7).

Estes aspectos levaram-nos a considerar de forma mais próxima os discursos relativos à hidrodinâmica. Nestes, tornou-se evidente a existência de um conjunto de elementos recorrentes e centrais nas representações através das quais diferentes actores manifestam a sua visão das alterações lagunares. Verificou-se que, geralmente, estas são associadas aos espaços que são da preocupação mais directa dos autores dos pareceres. Por essa razão, optámos por estruturar a análise dos pareceres de acordo com esta diferenciação geográfica (ver secções 4.2.5.d e 6.5.1). Com efeito, observaram-se diferenças representacionais não tanto entre os distintos espaços da Ria, mas sobretudo entre os diferentes intervenientes, independentemente do seu foco geográfico. Além disso, os discursos relativos à hidrodinâmica concentram um conjunto de temas recorrentes em todo o conjunto de processos, sendo também observáveis relativamente a outros tópicos para além da questão da hidrodinâmica. Tais temas são significativos porque são reveladores das percepções que vários actores têm da esfera de governação onde se movimentam.

7.1.2 Identificação de temas centrais

Na secção 6.2.9, foram elencados temas considerados relevantes para a esfera ambiental no âmbito dos discursos deste conjunto de consultas públicas. Enquanto especificamente importantes para o grupo de actores que dá particular espaço discursivo à meta-narrativa da hidrodinâmica lagunar, destaca-se um outro conjunto de temas a partir dos quais pretendemos desenvolver a discussão deste capítulo. Assim, para o referido grupo de actores, consideramos particularmente significativos os seguintes temas³⁴³:

- i. *Necessidade de reparação ou reposição*
- ii. *Compatibilidade multidimensional*
- iii. *Urgência*
- iv. *Receio de não-implementação / não-intervenção*
- v. *Desconfiança entre e nas instituições*

Estes temas aparecem circunscritos por linhas contínuas na Figura 7.1, em que se procura ilustrar e sintetizar as relações conceptuais entre estes e outros elementos tal como emergem no

³⁴³ Uma forma de interpretar estes elementos a que chamamos aqui de “temas”, assim como os aspectos discursivos destacados na secção 7.2.2, seria como componentes de *formações discursivas regionais*, conceito introduzido por Peet e Watts (1996). Estas referem-se a «certos modos de pensamento, lógica, temas, estilos de expressão, e metáforas típicas» que tendem a «atravessar a história discursiva de uma região, aparecendo sob uma variedade de formas, desaparecendo ocasionalmente, apenas para reaparecer com mais intensidade sob novos disfarces. Para os mesmos autores, estas formações discursivas «originam em e sinalizam os efeitos de determinadas especificidades físicas, políticas, económicas e institucionais», articulando e desenvolvendo o “imaginário ambiental” de uma determinada sociedade, no qual os discursos sobre a natureza são um elemento principal (Peet e Watts, p. 16, 1996).

discurso dos pareceres que consideramos importantes para a meta-narrativa considerada. Aqui incluem-se os pareceres provenientes da maioria dos proprietários de terrenos no BVL, dos proprietários de salinas, das autarquias de Estarreja, Aveiro, Cacia e Murtosa, e ainda de outros particulares. De forma mais parcial, esta síntese representacional representa também perspectivas expressas por ONGs ambientais, algumas associações e ainda outros autarcas e particulares.

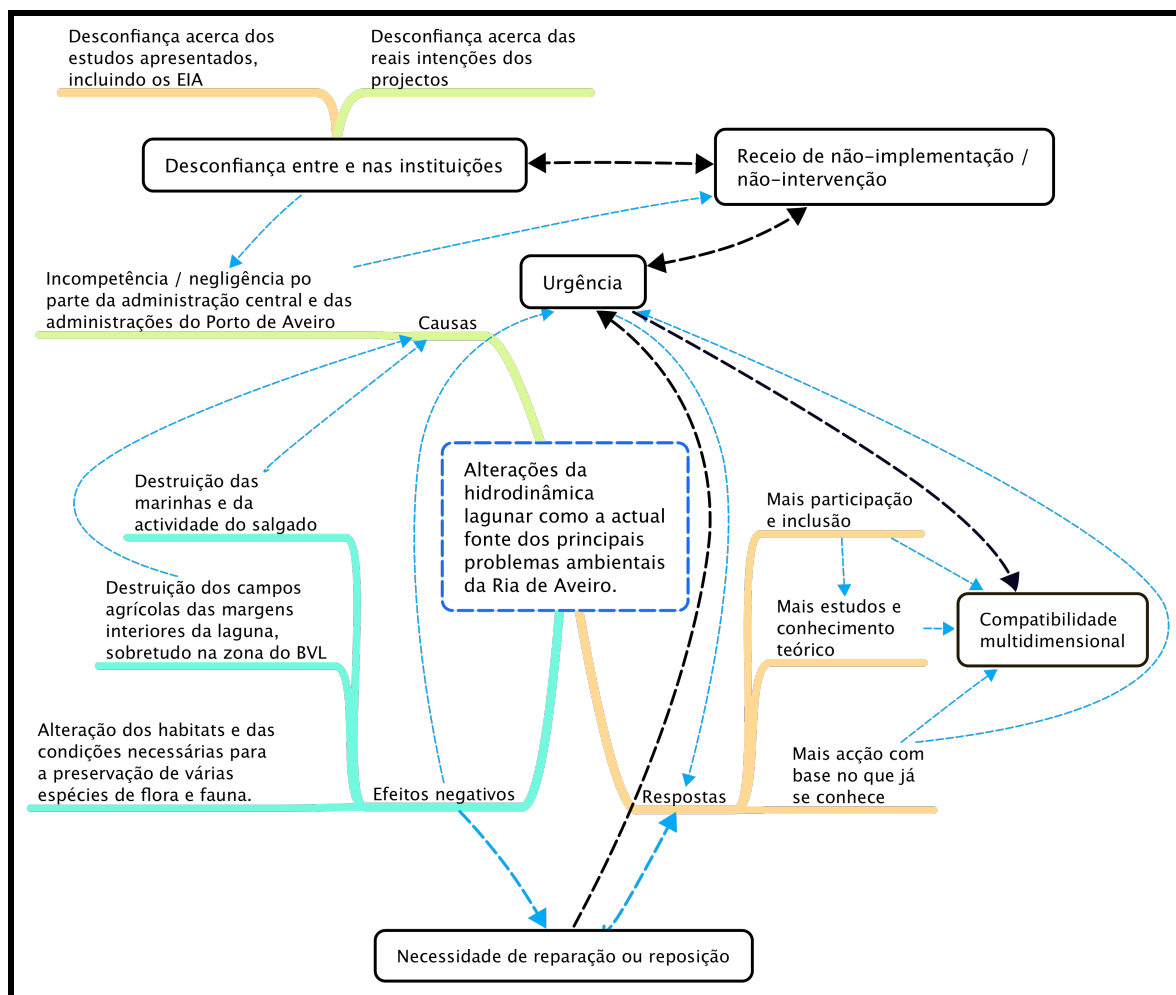


Figura 7.1 – Relações conceptuais entre os principais temas discursivos.

i. Necessidade de reparação ou reposição

O tema da reposição surge várias vezes em relação a aspectos diferentes, dependendo do que se considera o objecto ao qual deve ser dada continuidade. Sempre relacionado com o que se interpreta como uma ruptura de uma determinada situação (e, consequentemente, como uma perda), em termos gerais este tema diz respeito à reposição da hidrodinâmica de há várias décadas atrás. As perturbações à hidrodinâmica costumam ser situadas a partir dos anos 60 do séc. XX e as alterações mais drásticas ao longo das últimas duas décadas. Mais concretamente, a reposição refere-se ao retorno das condições propícias à salicultura, à agricultura nos campos ribeirinhos e à abundância de flora e fauna que caracterizavam tanto a Ria em geral como os seus espaços mais específicos.

Este tema também se encontra associado à importância para a sustentabilidade local atribuída à manutenção de actividades tradicionais, entendidas como promotoras de condições favoráveis à presença de certos tipos de biodiversidade e, mais indirectamente, da diminuição de factores que acentuam as alterações da hidrodinâmica. No entanto, as actividades tradicionais importam também devido à carga afectiva e simbólica que detêm enquanto elementos centrais para as identidades locais. Estes aspectos são particularmente relevantes para a actividade da salicultura, a actividade agrícola nos campos ribeirinhos, a pesca lagunar e a recolha de bivalves. É importante notar que a todas estas actividades subjaz a manutenção do “modo de vida” das pessoas que delas se ocupam.

O esquema da Figura 7.1 procura reflectir como o que se consideram ser os principais efeitos negativos das alterações da hidrodinâmica contribuem para a necessidade de reparação ou reposição o que, por sua vez, leva à contemplação de possíveis respostas ou soluções. Em termos gerais, estas são de três tipos, os quais frequentemente se sobrepõem:

Mais acção com base no que já se conhece

Este tipo de resposta refere-se às pretensões por alguns autarcas e particulares relativamente à ideia de já há muito tempo existir conhecimento que permitiria agir eficazmente e que é isso que deve ser feito agora. Este conhecimento tanto pode existir na forma de estudos já realizados, como através de testemunhos e provas concretas directamente observáveis no quotidiano da Ria. A reivindicação de acção imediata verifica-se sobretudo em relação à implementação dos planos das obras de defesa no BVL que existem há várias décadas (e.g. C.M. de Aveiro, J.F. de Cacia), ou à necessidade de proceder à célere aprovação do *Programa Polis Litoral Ria de Aveiro* (e.g. CIRA³⁴⁴).

Mais estudos e conhecimento teórico

Várias entidades reclamam mais “estudos” por considerarem que: *i*) não se sabe o suficiente para se agir adequadamente; *ii*) os estudos que foram feitos até agora (ou os que estão previstos) não têm qualidade suficiente para avaliar correctamente os impactes das intervenções ou *iii*) as conclusões dos estudos são enviesadas em favor da aprovação das intervenções sob avaliação. Em alguns casos, como nos pareceres do município da Murtosa, a exigência de mais estudos inclui que estes sejam objectivos e produzam resultados condizentes com a realidade observada quotidianamente. Estes motivos aparecem por vezes expressos no mesmo parecer, levando a um elevado grau de ambiguidade relativamente à validade dos estudos e do conhecimento teórico, incluindo a relação entre teoria e prática, isto é, entre os estudos e as decisões/intervenções que fundamentam.

Mais participação e inclusão

Defendido por uma grande variedade de entidades, este tipo de solução refere-se à necessidade de envolver os principais actores das diversas actividades da Ria nos processos decisórios. No entanto, a definição dos tipos de entidades a envolver é variável, sendo que várias

³⁴⁴ Esta posição foi manifestamente expressa pelo respectivo presidente no encerramento da sessão pública de esclarecimento da AAE.

instituições não parecem necessariamente incluir os cidadãos individuais. Ao mesmo tempo, este envolvimento refere-se, por vezes, aos próprios estudos, que também se desejam mais inclusivos. Esta ideia está sobretudo presente nos pareceres da C.M. da Murtosa que insistem que quem faz os estudos deve ouvir as pessoas que vivem a realidade quotidiana da Ria. O tema da inclusão de todos os envolvidos está associado ao espírito de comunidade e colaboração que alguns actores afirmam querer ver plasmado na governação da Ria. Em coerência com esta perspectiva, é frequente autarcas e associações declararem, no final dos pareceres, a sua disponibilidade em colaborar activamente para alcançar o que sugeriram no parecer.

Como mencionado, estas estratégias podem ser sugeridas separadamente ou em combinação. Apesar de diferentes, todas têm como princípio norteador ou objectivo último um estado de *compatibilidade multidimensional*.

ii. Compatibilidade multidimensional

Este tema tem a ver com a convicção, quase universal entre os intervenientes, que as pretensões contraditórias sobre o território são, genericamente, conciliáveis. Constituem exemplos disso a proposta feita pela C.M. da Murtosa de se vir a projectar uma obra hidráulica de controlo de águas na Ria ou a posição assumida pela C.M. de Ílhavo de que embora as obras portuárias (ou a marina) impliquem impactes negativos, estas devem ser aprovadas, desde que se garanta a implementação das medidas de minimização. A ideia de compatibilização encontra-se também associada à minimização (e, consequentemente, aceitação) dos impactes negativos de qualquer intervenção defendida pelas diferentes entidades.

O tema da compatibilidade multidimensional interliga-se com a reivindicação de mais estudos, dado que a incapacidade ou dificuldade de compatibilizar é frequentemente vista como uma consequência da falta de conhecimento que permita encontrar soluções adequadas. O mesmo se aplica aos estudos considerados de qualidade insuficiente ou enviesados, ou quando se requer que o próprio projecto ou a respectiva avaliação sejam refeitos. A reivindicação de maior inclusão de um leque maior de actores nos processos de tomada de decisão ou na produção de estudos visa também a inclusão de mais perspectivas, valências e conhecimentos de forma a melhorar a eficácia das soluções “técnicas”³⁴⁵. Por outras palavras, a possibilidade de compatibilidade multidimensional assenta fortemente na capacidade que se atribui à *técnica* para resolver problemas ambientais³⁴⁶.

Precisamente, esta questão tem fortes ligações com as concepções de sustentabilidade subjacentes, nomeadamente em relação ao que se consideram ser as condições necessárias para o

³⁴⁵ Entre muitos exemplos possíveis, note-se a importância dada pela C.M. de Aveiro ao «envolvimento dos diferentes intervenientes, Institucionais ou Particulares» com base num modelo que deve «ter presente como era feito no passado a recuperação dos diques e motas» com o objectivo de alcançar «o ressurgimento da 'dinâmica' de outrora como única forma de salvar a 'hidrodinâmica' actual» (F21, l. 58-60).

³⁴⁶ Esta crença constitui uma das principais características do discurso da modernização ecológica (ver Hajer, 1995). Tipicamente, esta ideologia reproduz a confiança que as sociedades modernas têm na ciência e na tecnologia, atribuindo-lhes a capacidade de simultaneamente gerir os problemas ambientais e garantir crescimento socioeconómico (Dryzek, 2000).

desenvolvimento económico e a preservação ambiental, resultando em diferenças no significado que se atribui à desejada compatibilidade. Por exemplo, em relação às restrições associadas a designações especiais (como a ZPE), são sobretudo as posições de carácter mais “desenvolvimentista” que procuram enquadrar tais restrições como aspectos a respeitar, compatibilizar, minimizar ou compensar em função das necessidades do projecto sob avaliação. As posições de cariz mais conservacionista tendem a mencionar as mesmas como restrições à própria aceitabilidade do projecto, e assim a considerá-las de forma mais inflexível, propondo soluções efectivamente alternativas (e não meramente adaptativas). Neste sentido, os pareceres das ONGs ambientais e de outros actores com fortes preocupações conservacionistas tendem a ser menos propensos a defender paradigmas vagos de compatibilidade, enfatizando os conflitos entre as necessidades dos habitats e das espécies em termos da sua conservação e as das actividades e dos projectos humanos que se orientam segundo outros critérios que não “ecológicos”.

Um outro exemplo de como o ideal da compatibilidade se manifesta diversamente consoante o cunho discursivo-ideológico adoptado é o contraste entre a forma como a C.M. de Ílhavo enquadra o Porto de Aveiro como uma peça fundamental para o desenvolvimento sustentado da região devido às mais-valias económicas que cria, e a visão para a Ria apresentada por um autarca da Murtosa (F36). Neste último parecer, a noção de desenvolvimento sustentável defendida dá primazia à esfera ambiental sobre outras valências. Sem por isso se tratar de uma posição menos antropocêntrica, perspectiva-se a degradação ambiental como a principal causa da degradação socioeconómica, uma vez que a esfera ambiental — constituindo o «motor de diferenciação da Ria» por ser aquilo que a torna única e diferente de todas as outras regiões com um porto e acessibilidades adequadas — deve ser, portanto, o motor da economia local³⁴⁷. Tipicamente, as acções necessárias para alcançar soluções de compatibilidade são reclamadas, sob a ameaça da tendência de degradação se tornar irreversível ou de se estar a perder uma oportunidade histórica, com um manifesto sentido de *urgência*.

iii. Urgência

Em muitos dos pareceres é comum a expressão de urgência. Geralmente, esta refere-se à aprovação ou implementação de projectos ou intervenções ansiadas pelos intervenientes, assim como à “ameaça” da irreversibilidade perante uma actuação tardia. Esta associação é especialmente relevante para a questão dos efeitos da salinização dos terrenos agrícolas devido ao receio que os terrenos se tornem irreversivelmente inférteis (e assim percam o seu potencial para a compatibilidade com interesses múltiplos). A degradação ambiental da zona, incluindo a perda da biodiversidade, aparece portanto como uma das razões urgentes para se agir³⁴⁸. A manifestação de urgência em relação à aprovação e implementação de projectos é particularmente visível nos pareceres provenientes da zona do BVL em relação ao *Projecto de Desenv. Agrícola do BVL* e à

³⁴⁷A posição é antropocêntrica e utilitarista por enquadrar a preservação ambiental enquanto meio para garantir benefícios para as populações humanas.

³⁴⁸No contexto dos dois projectos no BVL, a preservação ambiental aparece frequentemente como um argumento ao lado de outros de carácter mais socioeconómico e, por vezes, mesmo como o único ou o principal argumento em favor dos projectos. Como um entre muitos possíveis exemplos, ver o parecer da C.M. de Estarreja A3.

Pista de Remo. No entanto, no caso do *Programa Polis Litoral Ria de Aveiro*, esta questão verifica-se relativamente a uma maior variedade de participantes e de argumentos, sendo isso também evidente na respectiva sessão pública de esclarecimento. Destaca-se também a urgência para se implementarem soluções técnicas que já existem há décadas (e.g. C.M. de Aveiro, J.F. de Cacia) e a elaboração de mais estudos para avaliar correctamente os impactes negativos (e.g. ONGs ambientais), para compreender o que é directamente observável no quotidiano e possibilitar a implementação de medidas capazes de repor a situação anterior (e.g. C.M. da Murtosa).

O apelo, por parte de vários actores, à aprovação urgente do *Programa Polis Litoral Ria de Aveiro* tinha, aparentemente, outras razões, nomeadamente o desejo de garantir a atribuição de fundos financeiros que depois poderiam já não estar disponíveis³⁴⁹. Contraditoriamente, vários intervenientes que reivindicam mais estudos apelam também à acção imediata por considerarem que os já existentes são satisfatórios (C.M. de Aveiro, J.F. de Cacia³⁵⁰), ou de fraca qualidade ou enviesados (C.M. da Murtosa). Estas contradições estão, por sua vez, relacionadas com a já referida ambiguidade perante o valor dos estudos e do conhecimento teórico que lhes está associado. Em várias destas situações, uma das razões principais que poderão explicar o sentimento de urgência passa por um outro tema relevante: o receio que o que está projectado ou previsto não se venha a realizar.

iv. Receio de não-implementação / não-intervenção

Frequentemente, e com particular evidência no caso do *Programa Polis Litoral Ria de Aveiro*, os intervenientes expressam receio de que os projectos não sejam aprovados ou implementados, ou que as medidas de minimização ou compensação não se materializem de forma adequada. Este receio é sobretudo observável relativamente a três tipos de situações interrelacionadas:

- a) expressão explícita de dúvida acerca da capacidade ou efectiva intenção de, por um lado, o promotor implementar o que está projectado e, por outro, das autoridades responsáveis fiscalizarem e, em caso de necessidade, corrigirem situações de implementação defeituosa ou ausente (e.g. as dúvidas acerca das propostas de minimização do *Projecto Marina da Barra*);
- b) a declaração de anuência em relação ao que está projectado, sob a condição de se implementarem as medidas de minimização previstas. Neste âmbito, e sobretudo no caso do *Programa Polis Litoral Ria de Aveiro*, verifica-se a insistência recorrente para que o programa seja cumprido com disciplina e seriedade, com especial ênfase sobre a implementação das medidas de minimização e do plano de monitorização (ver secção 5.2.7);

³⁴⁹ Nomeadamente os fundos do *Quadro de Referência Estratégico Nacional*. Efectivamente, uma parte significativa dos fundos deixou de estar disponível, mas devido à conjuntura económica e não a atrasos na aprovação do programa.

³⁵⁰ Na sessão pública de esclarecimento, esta foi também a posição expressa pelo presidente da CIRA, simultaneamente presidente da C.M. de Ílhavo, o qual referiu que grande parte dos estudos feitos no âmbito do *Programa Polis Litoral Ria de Aveiro* seriam desnecessários por já existirem estudos suficiente e adequados, elaborados no contexto de outros planos como o POOC e o UNIR@RIA. No entanto, não se observa a mesma posição nos pareceres enviados pela autarquia de Ílhavo.

c) manifestações de cansaço, descrença e desilusão devido a tentativas de implementação goradas, ou devido à percepção de sistematicamente não se fazer o suficiente ou o adequado para resolver problemas. Aqui incluiríamos a posição de entidades como a Portucel, a J.F. de Cacia e as C.M. de Aveiro e Murtosa.

A associação deste tema com o da urgência tem essencialmente a ver com a evidência de que quanto mais cedo se implementar o projecto ou uma intervenção, mais cedo se dissipa a dúvida acerca da sua materialização. Dada a dificuldade histórica na concretização de projectos, é compreensível que haja um considerável grau de cepticismo em relação à efectiva implementação das propostas dos promotores³⁵¹. A passividade, inércia, atitude negligente ou mesmo incompetência frequentemente atribuídas à administração central contribuem também para os receios de que as componentes de implementação sob sua responsabilidade não se realizem adequadamente. Como já referido, este aspecto é particularmente saliente entre os pareceres do *Programa Polis Litoral Ria de Aveiro*, com recorrentes apelos a que as medidas do plano sejam efectivamente implementadas com disciplina. Uma das razões que contribuiu para isso terá sido a incerteza acerca da totalidade do financiamento previsto para o programa, tendo várias entidades insistido na importância de se definir uma hierarquia de prioridades para a implementação das intervenções previstas (ver secção 5.2.7). Em várias destas instâncias, é razoável pensar que estes receios se encontram relacionados com uma manifesta falta de confiança nas instituições (incluindo as administrativas) por parte de particulares ou mesmo por parte de outras instituições.

v. Desconfiança entre e nas instituições

Na nossa opinião, este é o tema mais transversal deste grupo, observando-se, em vários dos pareceres, sinais de um considerável grau de desconfiança nas instituições por parte de vários tipos de entidades. Entre as principais manifestações de tais sinais contam-se as suspeições levantadas por vários intervenientes relativamente às reais intenções dos projectos (com particular destaque para o *Projecto da Marina da Barra* devido à sua componente imobiliária) e aos estudos apresentados, incluindo os próprios EIA. Em geral, os intervenientes sabem que os EIA são encomendados pelos promotores e que, por isso, tendem a ser documentos promocionais (ver secção 3.4.1). Isto leva a que os participantes que contestam um projecto tendam a questionar também a validade das conclusões dos estudos apresentados (ver secção 6.2)³⁵². Ao mesmo tempo, parece também existir falta de confiança em relação às próprias competências e capacidade de acção dos órgãos da administração central, visível na forma como as autoridades são por vezes explícita ou implicitamente caracterizadas, o que, por sua vez, se relaciona com o receio que não se implemente de forma adequada o que se encontra previsto. A desconfiança sente-se sobretudo da

³⁵¹ O projecto das obras de defesa do BVL vem-se arrastando há décadas praticamente sem sair do papel (excepto o dique parcialmente construído nos anos 90 do séc. XX). É de notar que, só no âmbito deste conjunto de projectos, e mesmo depois de uma DIA favorável, nem o *Projecto de Desenv. Agrícola do BVL* nem a *Pista de Remo* foram ainda implementados. Devido à recente falta de financiamento, várias intervenções do *Programa Polis Litoral Ria de Aveiro* foram adiadas.

³⁵² Esta questão é observável, de forma mais ou menos explícita, na maior parte das contestações aos EIA de todos os processos. No caso do *Programa Polis Litoral Ria de Aveiro*, por exemplo, os autarcas da Murtosa sugerem que os estudos, nos quais o *Relatório Ambiental* se baseia, sirvam para «branquear [...] os efeitos negativos do Porto de Aveiro» (F17, l. 126) ou racionalizar decisões já tomadas (F36, l. 115).

parte da administração local em relação à administração central³⁵³. No caso das entidades que contestam as conclusões dos EIA dos projectos portuários, também a Administração do Porto de Aveiro (APA) é um alvo indirecto de desconfiança por ser o promotor que encomenda tais estudos, assim como, por extensão, as próprias autoridades da avaliação ambiental que se considerem “fechar os olhos” e aceitar estudos de carácter duvidoso.

A Figura 7.1 procura representar uma síntese das relações entre os temas acima destacados. Se, em parte, estas são estabelecidas no próprio discurso dos autores dos pareceres, resultam também da nossa interpretação a partir de uma perspectiva comparativa e transversal sobre os pareceres. Estes cinco temas encontram-se proximamente inter-ligados, reforçando-se reciprocamente. A *necessidade de reparação ou reposição* é sentida com *urgência*, que acentua e é acentuada pelo *receio de não-implementação / não-intervenção*, que resulta de um considerável grau de *desconfiança entre e nas instituições*. Por sua vez, este último tema condiciona a forma como a responsabilidade pelos impactes negativos é atribuída principalmente à administração portuária e às entidades responsáveis da administração central. Estas últimas, de acordo com algumas versões desta meta-narrativa, não só permitiram intervenções com impactes negativos, — feitas ao longo de décadas para permitir a expansão da actividade portuária — como também não implementaram medidas capazes de os cancelar ou minimizar. A incompetência e a negligência com que tais entidades são caracterizadas, assim como uma dinâmica de governação insuficientemente inclusiva, constituem obstáculos para o que se considera geralmente como o caminho para a resolução dos problemas da Ria de Aveiro, uma ideia de *compatibilidade multidimensional* onde cabe uma grande variedade de propostas.

7.2 Implicações para a implementação da Rede Natura 2000 no contexto da governação ambiental da Ria de Aveiro

7.2.1 Principais dimensões

No contexto deste conjunto de associações, a noção de que existe uma evolução negativa ou uma trajectória de degradação da Ria de Aveiro como um todo tem a ver com a percepção de que as alterações da hidrodinâmica têm levado a um conjunto de efeitos negativos sobre, por um lado, dois sectores e espaços basilares para a socioeconomia tradicional da Ria (a salicultura nas marinhas e a agropecuária nos campos ribeirinhos) e, por outro lado, um património de valor ambiental (a biodiversidade composta pelos vários habitats e espécies) comum a toda a Ria mas com especial expressão nesses dois espaços mais específicos. O problema é também reconhecido

³⁵³ No entanto, também se verifica por parte de associações e particulares relativamente às intenções das autarquias, ou mesmo da parte de órgãos da administração central perante outras entidades. Exemplos do primeiro caso referidos no capítulo anterior incluem as especulações da Quercus acerca das intenções da C.M. de Aveiro de vir a promover uma maior infra-estruturação e urbanização das proximidades da *Pista de Remo*, e as dúvidas levantadas por parte de vários participantes acerca da objectividade e imparcialidade da C.M. de Ílhavo relativamente ao *Projecto Marina da Barra* (ver secção 6.2.5). Em relação à segunda situação, chamamos a atenção para o modo como a DGADR defende que o proponente da *Interv. na zona da Barra* (a APA) fique obrigado a um conjunto de medidas de minimização e compensação caso se verifique a perspectiva defendida de que o presente EIA esteja incorrecto (D1, l. 56).

tanto pelos estabelecimentos de autoridade científica, tal como a Universidade de Aveiro, como pela administração central, ainda que esta pareça querer evitar dar à questão um lugar tão central como alguns autarcas gostariam. Tal como referido nos Capítulos III e IV, a nossa perspectiva teórica assume que existem importantes relações entre representações discursivas e as relações de poder que se estabelecem entre os sujeitos através do discurso e das outras componentes das suas práticas sociais. Ao longo das próximas secções, procuraremos também chamar a atenção para a manifestação destes aspectos neste contexto em particular. Iremos destacar três dimensões que consideramos especialmente relevantes para a distribuição de relações de poder na Ria de Aveiro. Estas emergem com especial saliência na globalidade do *corpus* em relação à problemática da hidrodinâmica, detendo implicações importantes para a implementação da RN2000 no contexto da governação ambiental da Ria de Aveiro. Depois de consideradas separadamente, procuraremos discuti-las de forma integrada.

a) A dimensão simbólica do Porto de Aveiro e das actividades tradicionais

Na secção 5.1.8, foi já referido que a motivação para os investimentos para a abertura e manutenção da barra ao longo do séc. XVIII e XIX terá tido a ver com a ideia de recuperar um passado próspero, e talvez até romantizado, de Aveiro e do seu porto (Amorim, 2008). Segundo Amorim, parece ser dominante a perspectiva de que para a materialização do porto terá sido mais importante o discurso (incluindo as vontades políticas e socioeconómicas) do que uma economia real pré-existente que assim o exigia. Por outras palavras, terá sido sobretudo a «ideia de porto» a ser sonhada e reivindicada — alimentada por uma narrativa que aliava as memórias de um passado próspero e glorioso à especulação gerada em torno das potencialidades económicas do *hinterland* — que terá impulsionado e criado a economia portuária. Amorim fala, a este respeito, das «exigências de uma cultura do poder» que não é só local, mas também central (Amorim, p. 191, 2008), em que também se manifesta o poder da cultura, do engenho e da vontade humana sobre um meio difícil de domesticar. Neste sentido, o tema da reposição parece operar também, embora a uma macro-escala, relativamente ao passado do porto. De forma significativa, como podemos verificar na secção 5.1.4, o discurso sobre a incapacidade da barra e o seu estatuto enquanto obstáculo para o desenvolvimento do potencial do Porto de Aveiro mantém-se actual, uma vez que a superação das condicionantes sobre o calado dos navios que passam a barra constitui um dos objectivos da visão estratégica da APA para 2015 (APA, 2006).

Apesar de toda a contestação, a continuidade da actividade portuária não é, em si, questionada por aqueles que a vêem como a principal fonte de perturbação ambiental. Aquilo que tais participantes reclamam é que as intervenções sobre a Ria sejam desenhadas e implementadas de tal forma que não levem a alterações na hidrodinâmica com efeitos negativos, ou que se implementem esquemas defensivos de forma a que as alterações sejam minimizadas ou repostas. De facto, o porto é uma importante fonte de emprego e considerado um elemento estratégico para o desenvolvimento regional. Além disso, um questionamento mais substancial da expansão da actividade portuária poderá permanecer um assunto “tabu” devido ao *capital simbólico* acumulado que o porto detém para os habitantes da região³⁵⁴. Com efeito, a barra significa bem mais do que a mera entrada do porto, constituindo um elemento central do ecossistema Ria. Tendo os períodos de

³⁵⁴ Ver Bourdieu (1986) e a nota-de-rodapé 136 para uma sucinta definição de capital simbólico.

maior fechamento da barra constituído momentos de verdadeira crise para a região, a barra encontra-se, de forma absolutamente fundamental, ligada à “sustentabilidade” da vida humana na Ria. Literalmente, a abertura da barra constituiu a principal condição para a sustentabilidade das populações locais e para o florescimento das diferentes actividades socioeconómicas — as mesmas que, contemporaneamente, usufruem do estatuto de “actividades tradicionais”. As dificuldades em controlar as dinâmicas sedimentares de forma a estas serem compatíveis com as diferentes actividades humanas na Ria têm sido uma constante antes e após a fixação da barra em 1808. Desta perspectiva, também estas intervenções podem reivindicar um sentido de continuidade, representando uma longa trajectória e, de certa forma, também uma tradição local. Assim, além de ser um dos principais focos geradores de emprego na região, a actividade portuária dispõe de um importante capital simbólico que colide com a importância simbólico-cultural de actividades como a salicultura e a agricultura onde estas estão mais associadas à identidade local.

Por outro lado, em função da afirmação de novos discursos relativamente ao ambiente e à ecologia, parece existir uma alteração nas próprias percepções locais da actividade portuária, em que esta é crescentemente vista sob uma luz mais crítica. Juntamente com a *velocidade* possibilitada pela maior capacidade técnica, a percepção de ruptura depende da *escala* e da *fonte* das alterações, aspectos que também devem ser entendidos como coerentes com uma determinada história para existir um sentido de continuidade (Santos, 2010; Porteous, 1996). Eventualmente, até um passado recente, haveria, por parte dos autarcas e das populações locais, mais tolerância relativamente a alterações na hidrodinâmica lagunar por se atribuir mais importância à infra-estruturação do território. Mesmo que o porto fosse visto como a fonte das alterações, as alterações lagunares poderiam estar a ser entendidas como um preço para a necessária modernização de um território que ao longo dos anos vinha sofrendo uma forte industrialização e terciarização.

Recentemente, parece estar em expansão o discurso de que os municípios que envolvem a Ria de Aveiro devem “voltar a virar-se” para esta, isto é, voltar às suas fundações socioeconómicas ou a novas formas de explorar a Ria enquanto o elemento que determinou as identidades colectivas locais. Esta viragem no discurso estará provavelmente relacionada com vários factores: a influência de novos macro-discursos relativos à disseminação de uma maior consciência ecológica, a expectativas frustradas relativamente às promessas de prosperidade e bem-estar de modelos de desenvolvimento primariamente assentes na industrialização e infra-estruturação do território, e à crescente evidência da deterioração ambiental da própria Ria de Aveiro (sobretudo relativamente à poluição da água)³⁵⁵. Ao mesmo tempo, e sobretudo no caso de municípios como a Murtosa, é possível que as limitações dos modelos de desenvolvimento até agora dominantes se estejam a tornar mais evidentes face ao aumento do grau de restrição ambiental do território. Para alguns discursos emergentes acerca da sustentabilidade que atribuem mais importância à localidade e à

³⁵⁵ A este respeito, as posições que têm sido assumidas pela C.M. de Estarreja têm sido exemplares, a nível discursivo, do abandono de um paradigma industrial para um ecológico. Como um município com uma imagem pública associada ao complexo de indústria química e à importante fonte de poluição regional que este tem representado, os respectivos autarcas têm apregoado a necessidade de uma “viragem” dos municípios e das populações locais para a Ria. Neste sentido, têm sublinhado as intervenções camarárias relativamente à instalação de ciclovias e à promoção do turismo da natureza através da criação de percursos pedestres (ver os pareceres A3 e F16, assim como a entrevista ao Presidente da C.M. de Estarreja em Sumares, 2007).

dimensão cultural das práticas sociais, o próprio sector portuário poderá estar a ficar sob uma luz menos favorável. À crescente importância económica e cultural que se tem atribuído à manutenção de uma determinada dinâmica hidrológica e sedimentar para o presente e o futuro da Ria, acresce ainda a sua importância para a manutenção da biodiversidade local, parte da qual é protegida pela RN2000.

b) Relações verticais na governação da Ria de Aveiro

No relato de Amorim (2008) acerca dos sucessivos problemas de acesso à barra e dos projectos que se desenvolveram para os resolver (ver secções 5.1.4.e e 5.1.8)³⁵⁶, pensamos observar um padrão de dependência do poder local, que tem assumido uma posição relativamente passiva e impotente perante o poder central, sistematicamente apelando a este último para descer em socorro dos dramas locais como uma espécie de *deus ex-machina*. Concretamente, referimo-nos aos recorrentes apelos do poder local para que a coroa enviasse apoio, e ao envio efectivo de técnicos e projectistas para proporem soluções. Muitos dos estudos efectuados nesta época (antes e depois da fixação da barra) resultaram infrutíferos e inconclusivos, não levando a intervenções práticas devido à falta de fundos e ao elevado grau de incerteza, associado à complexidade do sistema hidrodinâmico e sedimentar com que os vários peritos se deparavam.

Neste sentido, acreditamos que as manifestações de *receio de não-implementação / não-intervenção e desconfiança entre e nas instituições* fazem parte de um conjunto mais alargado de dificuldades nas relações entre a administração local e central, entre as quais se incluem sentimentos de dependência, impotência e consequente passividade. Este padrão parece reproduzir-se contemporaneamente com os grandes projectos actuais, principalmente no caso do *Projecto de Desenv. Agrícola do BVL* e nas intervenções associadas ao *Programa Polis Litoral Ria de Aveiro*. Os grandes problemas ambientais da Ria de Aveiro têm sido associados a uma esfera que transcende o poder local, fragmentado e sem recursos financeiros para desenvolver soluções integradas para os problemas da Ria³⁵⁷. Sobretudo em relação à resolução dos impactes negativos das alterações de hidrodinâmica, todas as iniciativas para as soluções reivindicadas são, pelos diferentes intervenientes, colocadas sob a alçada da administração central. No entanto, os participantes (sobretudo as autarquias e as associações) colocam-se normalmente à disposição para colaborar activamente caso as autoridades administrativas decidam tomar a iniciativa para implementar aquilo que propõem ou reivindicam. A vontade de acção concreta e urgente contrasta também com a desilusão, desgaste e desconfiança frequentemente atribuídas pelos autarcas às populações que representam (também referidas por alguns particulares em relação a si próprios). Em geral, as entidades institucionais preferem assumir a identidade de elementos activos e dinâmicos, motivados pelo bem-comum e pelo cumprimento das suas responsabilidades. Não obstante, o comportamento dominante não é o de assumirem responsabilidades por intervenções e consequências. Pelo contrário, observa-se o frequente deslocamento de responsabilidades entre as

³⁵⁶ Ver também o relato de Amaral (1968), reproduzido no Anexo 2, e ainda Oliveira (1988).

³⁵⁷ Uma excepção a esta tendência foi a criação da SIMRIA para lidar com os problemas da poluição aquática, por sua vez possibilitada pela criação da AMRIA em 1989 (ver secção 5.1.7). Mais recentemente, o desenvolvimento do plano intermunicipal UNIR@RIA, a constituição da ARHC e ainda a elaboração do Plano de Gestão de Bacia Hidrográfica do Vouga constituíram outros passos importantes no sentido de se materializarem abordagens integradas.

diferentes entidades, sobretudo se se confirmarem impactes negativos das intervenções cujos EIA defendem não existir (e.g. DGADR, D1; CM Ílhavo, D1).

A forma como a administração central tem sido criticada pelos municípios da Ria não tem sido monolítica. Os ministérios com tutelas sobre as obras públicas, a agricultura e o ambiente têm sido criticados pela ausência de intervenções de reparação e manutenção nos canais e das margens da Ria. Algumas destas intervenções vinham sendo feitas pelas administrações portuárias. Quando a JAPA (Junta Autónoma do Porto de Aveiro) foi extinta em 1998, a zona lagunar, com excepção da área de reserva portuária afecta à APA, ficou sob a responsabilidade do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território. Por outro lado ainda, os ministérios com tutela sobre o ambiente têm sido criticados por não terem criado uma entidade concentrada com responsabilidades sobre a Ria. Especificamente em relação ao ICNB, este tem sido negativamente percebido por causa da forma unilateral com que se entende que impôs restrições ambientais na área.

A percepção negativa das autarquias relativamente à actuação do ICNB foi documentada em Sumares (2007), tendo diferentes autarcas manifestado a percepção de não terem sido suficientemente envolvidos no processo de designação da ZPE *Ria de Aveiro*. De acordo com as entrevistas feitas neste âmbito a técnicos e políticos autárquicos, estes consideraram que as autarquias, enquanto as entidades que estariam mais familiarizadas com a ocupação local do uso do solo e que detinham a responsabilidade de gerir o território, deveriam ter usufruído um estatuto privilegiado relativamente ao zonamento e à formulação de medidas de conservação que entendiam ser altamente prejudiciais para o desenvolvimento socioeconómico dos municípios. Nas percepções dos entrevistados, constatou-se a percepção de que o ICNB estaria a impor ilegítimamente interesses ecocêntricos sobre os interesses dos cidadãos representados pelas autarquias. Inversamente, tínhamos colocado a hipótese de, além da sua actuação ser influenciada pelas práticas institucionais prevaletentes (geralmente caracterizadas por serem pouco participadas), que as opções do ICNB relativamente ao processo de implementação estariam também relacionadas com uma eventual desconfiança em relação aos actores locais, entendidos como tendo a tendência de favorecer interesses específicos em detrimento da conservação. A falta de confiança poderá assim ter contribuído para uma ausência de co-decisões relativamente à designação e formulação de medidas de gestão no *Plano Sectorial RN2000*, e também à forma como os projectos e os planos ainda necessitam ser individualmente aprovados pelo ICNB, cujos técnicos terão, pelo menos da perspectiva dos autarcas, níveis de formação equivalentes aos dos técnicos municipais. Adicionalmente, parte dos receios que a RN2000 despertou em autarcas e privados poderá estar justamente relacionada com a experiência acumulada com as *Áreas Protegidas* e com a *Reserva Ecológica Nacional* (Sumares, 2007; Sumares e Fidélis, 2009).

Se os estudos e os projectos surgem como peças importantes nesta dinâmica, é no poder central que se encontram as maiores responsabilidades ao nível dos estudos produzidos, quer através dos processos de avaliação ambiental sob sua responsabilidade, quer ao nível do poder que os órgãos da administração central detêm enquanto autoridades licenciadoras de intervenções e projectos, a quem cabe reconhecer (ou não) a validade dos estudos e argumentos apresentados.

c) Relações horizontais na governação da Ria de Aveiro

Já desde a criação da Superintendência da Barra de Aveiro em 1755, com o objectivo de gerir a cobrança de impostos regionais para custear as obras associadas à barra, têm existido tentativas de gerir a Ria de Aveiro enquanto um espaço administrativamente articulado, embora este tenha sido sempre internamente marcado pelas tensões relativas aos vários municípios que o partilham. Neste processo, as sucessivas administrações portuárias que, desde cedo, tomaram sob sua jurisdição aspectos relacionados com a generalidade do espaço lagunar, têm, ao longo do tempo desempenhado um papel central ao administrar a maior parte da zona lagunar (ver Amorim, 2008). A já referida extinção da JAPA em 1998, coincidiu com a diminuição da jurisdição da administração portuária para a área de reserva portuária.

Devido à variedade geográfica entre os municípios, estes dispõem de recursos e potencialidades de desenvolvimento socioeconómico diferenciados. Os factores de diferenciação encontram-se relacionados com desenvolvimentos históricos que se traduzem em perfis demográficos, sociais e territoriais distintos. Neste âmbito, três aspectos concretos poderão estar a influenciar os discursos considerados. Em primeiro lugar, os impactes negativos ao nível da hidrodinâmica são diferenciados consoante o município, o que está também relacionado com a importância que determinados sectores económicos têm em cada município. A área mais afectada pelo problema da salinização de terrenos agrícolas situa-se nas frentes ribeirinhas do município da Murtosa e da zona norte do município de Aveiro, justamente zonas em que o sector agrícola ainda ocupa um lugar central. Em segundo lugar, acresce a questão das restrições espaciais, que também são diferenciadas entre os concelhos. Os municípios da Murtosa e de Aveiro são os que detêm a maior percentagem de território designada como ZPE entre todos os municípios que envolvem a Ria, respectivamente 81% e 49%³⁵⁸. Finalmente, pesará também uma distribuição diferenciada das mais-valias de certos sectores económicos devido à sua localização geográfica, as quais não se traduzem em mais-valias financeiras directas (e.g. na forma de pagamentos) para as autarquias, mas em relações de proximidade e colaboração que são mutuamente convenientes. Com relevância mais directa para os discursos considerados, incluímos nesta situação o Porto de Aveiro e respectiva administração em relação à Gafanha da Nazaré e a Ílhavo, e a fábrica de celulose Portucel em relação a Cacia e a Aveiro. Em ambos os casos, trata-se de sectores económicos importantes para toda a região envolvente da Ria, mas de forma particularmente central para as freguesias e os municípios onde se situam.

Acreditamos que este conjunto de factores contribui eventualmente para a formação de identidades colectivas (e interesses) diferentes consoante o município. Assim, os diferentes utilizadores (e autarquias) da Ria têm, em função destes aspectos, diferentes interpretações da Ria de Aveiro, o que faz com que depois se refiram a coisas diferentes quando mencionam a Ria de forma genérica. Na medida em que estas interpretações podem favorecer trajectórias diferentes acerca do que representa mudança ou estabilidade, os discursos sobre o desenvolvimento sustentável constituem uma arena em que os indivíduos e as organizações criam e protegem as suas identidades (Carbaugh, 2001; Porter, 2005). Em relação à manifestação destes aspectos no discurso, pensamos nas posições favoráveis aos projectos portuários por parte das autarquias da

³⁵⁸ Ílhavo e Estarreja surgem em 3.º e 4.º lugar, com 31% e 26% do seu território designado enquanto ZPE (ver Figura 5.1).

Gafanha de Nazaré e Ílhavo e, no caso desta última, também no caso da *Marina da Barra*. No caso da Portucel, esta não aparece referida directamente nos pareceres da J.F. de Cacia e da C.M. de Aveiro, mas sabemos que encontrar soluções para o avanço da cunha salina é uma questão importante para a Portucel e mesmo, segundo a sua administração, essencial para a manutenção da sua laboração (ver B12 e F31), pelo que acreditamos que este aspecto terá também tido algum peso para a militância sistemática destas autarquias contra o que consideram ser as causas do avanço da cunha salina. Apesar de o identificarem como um importante problema a resolver, outros actores — que não percebem os seus interesses mais directos como particularmente afectados — não atribuem responsabilidades que coloquem em causa a competência ou a idoneidade de outras entidades. Tais actores, como a C.M. de Ílhavo e a J.F. da Gafanha da Nazaré, parecem ver tais impactes como um preço a pagar (ou uma consequência a acomodar ou a minimizar) face aos benefícios trazidos pela actividade portuária e, como tal, uma condição necessária para o desenvolvimento sustentável da região, enquanto para outros, como os autarcas da C.M. da Murtosa, estes efeitos negativos colocam em causa todo o modelo de desenvolvimento que defendem para a Ria de Aveiro.

Além da responsabilização negativa atribuída à administração central, observa-se, da parte de vários intervenientes, uma tensão evidente perante o que consideram ser a conduta da APA, visível não apenas em relação às intervenções portuárias, mas também na promoção da *Marina da Barra*. Neste contexto, o Porto de Aveiro encontra-se numa situação algo ambígua relativamente aos papéis que desempenha, ou que se espera que desempenhe, na governação da Ria de Aveiro. Ainda que já não detenha responsabilidade administrativa sobre a generalidade da área lagunar, é-lhe, ao nível do discurso, imputada grande responsabilidade efectiva sobre as suas dinâmicas. Com a perda da jurisdição anterior, que se estendia por toda a área lagunar, talvez a administração do porto tenha, de facto, se distanciado das implicações de potenciais impactos sobre a laguna na sua generalidade, centrando-se mais nos aspectos que afectam mais directamente a sua actividade e, consequentemente, o seu desempenho e competitividade. Esta é uma situação aparentemente problemática, dado que a APA, eventualmente a entidade com mais responsabilidade efectiva sobre o plano físico deste território, deixou, no sentido institucional, de deter uma responsabilidade correspondente sobre o mesmo.

7.2.2 Considerações transversais

Dada a polidez do registo (associado às características da correspondência institucional) que domina o género do *Parecer em Avaliação Ambiental*, é — através da transgressão explícita do comportamento socialmente expectável nesta ordem de discurso — notável o descontentamento que marca os pareceres de actores cujos interesses são mais afectados pelas alterações da hidrodinâmica (ver secção 6.2). Entre estes, os autarcas dos concelhos mais afectados assumem particular saliência. Infundamentado ou não, estes desvios genéricos constituem indicadores de tensão social que não deve ser ignorada no contexto da governação ambiental da Ria de Aveiro.

Os temas atrás referidos são importantes para este contexto porque evidenciam pontos de tensão discursiva associados a diferentes posicionamentos sociais e que, eventualmente, se traduzem em obstáculos a uma noção de *convergência narrativa* (ver secção 3.3.2). Como

mentionado, esta não se trata de uma homogeneidade representacional — que se traduziria na anulação do pluralismo e da diferença, inerentes a um “ecossistema” governativo saudável — mas de um grau mínimo de convergência no entendimento de um espaço partilhado (que se traduziria numa visão integrada do território) que possibilite uma acção colectiva concertada entre os diversos actores numa direcção sustentável. Como discutiremos mais à frente, estes aspectos têm igualmente implicações para a implementação da RN2000.

Em termos gerais, exceptuando as ONGs ambientais e alguns cidadãos com um discurso mais ecocêntrico, a maioria das entidades participantes subscrevem visões antropocêntricas do desenvolvimento sustentável. Mesmo os pareceres que colocam a esfera ambiental no centro das prioridades, fazem-no da perspectiva que tal é o necessário para a saúde e sustentabilidade da economia e identidade local. Os principais aspectos divergentes ocorrem sobretudo ao nível das articulações concretas que se perspectivam entre as diferentes valências consideradas pelos participantes³⁵⁹. Não é o antropocentrismo subjacente a estas posições, mas sim outras questões que nos parecem constituir obstáculos para a governação ambiental da Ria de Aveiro, nomeadamente aquelas relacionadas com a atribuição de responsabilidades governativas, a fiabilidade com que o conhecimento científico está a ser produzido e percepcionado pelos participantes, diferentes prioridades de investimento e intervenção negociadas de acordo com diferentes interpretações de ambientes e espaços específicos e a eficácia do modelo de governação adoptado, levando a que vários intervenientes manifestem a percepção de que as suas preocupações não foram levadas em conta. Visibilizadas através dos temas destacados, estas questões tornam-se particularmente salientes em relação ao problema da hidrodinâmica. Consideraremos agora mais detalhadamente alguns destes aspectos problemáticos que nos parecem particularmente importantes para a governação ambiental deste território.

a) Legitimidade política, governação inclusiva e confiança nas instituições

A falta de confiança entre actores sociais tem sido apontada como um dos principais obstáculos à governação de áreas cuja sustentabilidade depende de uma articulação especialmente cuidadosa de pretensões e interesses contraditórios sobre o território, em que se incluem os objectivos específicos de conservação tal como aqueles estipulados pela designação RN2000 (Engelen *et al.*, 2008; Beunen, 2010). No caso da Ria de Aveiro, destacam-se, por parte de alguns actores, a aparente falta de confiança nas intenções ou competências da administração central e de um dos mais influentes actores para o funcionamento do ecossistema da Ria (a APA), falta de confiança nos estudos e no conhecimento teórico que têm sido invocados para defender intervenções e falta de confiança na capacidade de implementação daquilo que é projectado e proposto.

Ao mesmo tempo, vários actores reivindicam mais inclusão e participação nos processos de tomada de decisão. Todos os autarcas foram formalmente incluídos no processo de negociação, mas alguns por vezes criticam o *Plano Estratégico* e o *Relatório Ambiental* como se a sua

³⁵⁹Por exemplo, ainda que todos os autarcas defendam a valorização do ecossistema da Ria, enquanto uns defendem que virar a atenção para o ecossistema Ria, que consideram ter sido negligenciado, significa voltar a apostar nas actividades socioeconómicas tradicionais e reduzir perturbações modernas, outros defendem intervenções como a *Marina da Barra* ou aquelas associadas à expansão do porto como peças fundamentais para o desenvolvimento sustentado da região, ainda que isso implique impactes negativos.

participação não tivesse existido ou sido levada em conta. Isso poderá indicar que os processos decisórios não estão a ser satisfatórios, em termos substantivos e procedimentais, na articulação entre a administração central e algumas administrações locais. Acreditamos que a probabilidade de actores locais interpretarem determinadas trajectórias como coerentes dependerá muito das formas como as histórias sobre ambientes físicos e sociais são enquadradas e, tal como a bibliografia acerca de controvérsias e conflitos ambientais tem sugerido, do grau de legitimidade democrática dos processos de tomada de decisão, directamente relacionada com a dimensão de inclusão (ver Keulartz e Leistra, 2008 e Renn *et al.*, 2010). No contexto da governação ambiental, em que se tomam decisões com implicações espaciais que afectam as histórias (e histórias) de elementos humanos e não-humanos, a noção de inclusão deve significar, em parte, acomodar e levar seriamente aspectos relacionados com valores, cultura, identidade e a história de indivíduos e comunidades. Isto significa também promover a consideração e inclusão de discursos diferentes. Ora, alguns dos pareceres considerados contêm discursos que constroem uma história de marginalização política sistemática, sugerindo um retrato de injustiça social entre os diferentes municípios e actores sociais, nomeadamente na distribuição espacial (e, consequentemente, social) de custos e benefícios.

b) O efeito potencialmente perverso da compatibilidade multidimensional

Uma noção simplista de *compatibilidade multidimensional* talvez constitua, neste e noutros casos, um obstáculo para um curso de acção efectiva para se atingir uma maior sustentabilidade. Não se pretende sugerir que a ideia ou a busca de formas de compatibilidade estejam, em si, erradas. O problema, no nosso entender, é a eventual apropriação de forma abusiva ou ingénua deste ideal, com o efeito prático de se “empurrar” os problemas ambientais para um futuro incerto em que soluções técnicas se encarregarão de compatibilizar o crescimento económico com a preservação ambiental. Num contexto em que cada vez é mais evidente que formas efectivas de sustentabilidade requerem uma profunda transformação de paradigmas de desenvolvimento e se ambiciona uma transição cada vez mais “presente” e menos “futura” nesse sentido, a recorrente invocação (no discurso) de noções mais ou menos vagas e utópicas de compatibilidade multidimensional poderá constituir um sério entrave para um modelo de desenvolvimento sustentável que seja efectivamente compatível com os objectivos da RN2000.

Em contraste com a desconfiança entre os actores sociais, observa-se, subjacente ao tema da compatibilidade multidimensional, um eventual excesso de confiança na capacidade de soluções técnicas e tecnológicas para resolver problemas e criar soluções compatíveis e sustentáveis (ver York e Rosa, 2003)³⁶⁰. Na governação ambiental da Ria de Aveiro, estes dois temas poderão estar correlacionados na medida em que o recurso a uma representação utópica e vaga da técnica poderá compensar as deficiências de uma governação que, aparentemente, não tem conseguido promover relações de confiança entre os seus principais actores. Esta correlação poderá ter um efeito negativo, sobretudo se implicar um menor investimento em dinâmicas de governação mais

³⁶⁰ Um exemplo claro disto é a forma como vários intervenientes insistem na importância da definição de medidas de minimização. Além da outra dimensão deste aspecto, que é a possibilidade de as mesmas serem ou não efectivamente implementadas (e daí também os apelos para a sua implementação), esta insistência traduz a crença (eventualmente excessiva) de que os impactos negativos das intervenções são cancelados pelo poder compatibilizante de soluções técnicas de minimização.

colaborativas e integradas, dado que o avanço tecnológico por si só não tem garantido necessariamente condições e situações mais sustentáveis.

c) A disputa pelo estatuto de verdade e o lugar do conhecimento e da técnica na governação

Foi observado que, com especial saliência no âmbito dos procedimentos de avaliação ambiental, os estudos de carácter técnico-científico (incluindo os próprios EIA, mas também outros directa ou indirectamente relacionados) ocupam um lugar importante para fundamentar ou contestar as argumentações desenvolvidas nos pareceres enviados nas consultas. Este aspecto manifesta-se em relação a todas as intervenções do conjunto dos processos de avaliação ambiental considerados e, com especial relevância, relativamente aos impactes de determinadas intervenções sobre a hidrodinâmica lagunar. Assim, enquanto os promotores e proponentes das intervenções portuárias se apoiam nos EIA produzidos, os actores que mais preocupação manifestam acerca dos efeitos sobre a hidrodinâmica referem outros estudos já existentes, contestam os EIA ou reivindicam novas avaliações.

A forma como isto ocorre parece-nos estar relacionada com as relações verticais e horizontais que mencionámos na secção anterior. Por exemplo, enquanto o referido grupo de actores com interesses mais ameaçados procura normalmente descredibilizar os estudos que viabilizam as obras portuárias, a C.M. de Ílhavo, município onde se situa o porto e que não sofre de forma muito acentuada com as alterações de hidrodinâmica³⁶¹, procura uma posição intermédia de equilíbrio. Se, por um lado, reconhece a validade dos estudos apresentados, defendendo as intervenções como essenciais para o desenvolvimento sustentável da região, por outro parece procurar demonstrar solidariedade para com os autarcas que sistematicamente reclamam da situação, chamando a atenção para a necessidade de averiguar efectivamente e, caso necessário, minimizar, a magnitude dos impactes no interior (e em outros pontos) da laguna.

Ao mesmo tempo, vários intervenientes reivindicam mais estudos quando consideram aqueles que já existem quantitativa ou qualitativamente insuficientes. Acerca deste aspecto em particular, interessa considerar a reivindicação dos autarcas da Murtosa, autores de alguns dos pareceres mais notáveis acerca desta temática. Se os estudos independentes e objectivos que os mesmos reclamam devem reflectir aquilo que já se constata na realidade quotidiana da Ria, poder-nos-íamos interrogar acerca da sua utilidade real. De facto, a hipótese mais provável é que os tais estudos são necessários não para se descobrir algo de novo, mas sim para poder “provar” a sua versão dos acontecimentos a outros actores (nomeadamente à administração central, à APA e aos outros autarcas) que consideram não estar persuadidos da mesma e, dessa forma, poder defender e conseguir o apoio necessário para reunir os recursos financeiros e a vontade política para se implementar o sistema hidráulico que pretendem³⁶².

Este exemplo aponta para dinâmicas enraizadas de instrumentalização da produção de conhecimento. Por um lado, tais suspeitas revelam consciência de que o processo de produção de conhecimento sob o manto da cientificidade padece, efectivamente, de graus variáveis de

³⁶¹ E cujo presidente, inevitavelmente, exerce os seus cargos condicionado pela dupla função de presidente camarário de Ílhavo e da CIRA.

³⁶² Por outras palavras, a validade da sua versão dos acontecimentos e das soluções técnicas preconizadas necessita, no âmbito desta esfera governativa, passar por um *teste de realidade* formal, exigível perante os outros actores envolvidos (Boltanski e Thevenot, 2006).

enviesamento. Não obstante, o facto de considerarem certos estudos enviesados não significa que estes autarcas considerem outros estudos igualmente enviesados. A afirmação da possibilidade (e necessidade) de estudos objectivos alinha-se com a referida crença na capacidade tecnológica que depositam na ciência, capaz de arquitectar a futura obra que defendem. No entanto, o que valida os estudos é a coincidência das suas conclusões com aquilo que se observa na prática, isto é, aquilo “observado” com base empírica. Mesmo sem estar munido de metodologia científica, é esta espécie de empirismo do senso comum que deve validar o conhecimento teórico. Esta interessante sobreposição de diferentes modos epistemológicos parece-nos relacionada com a referida dimensão da desconfiança, em que a incerteza epistémica é superada por uma espécie de pragmatismo: o estudo que serve é aquele cujos resultados correspondem ao que “acontece”, em oposição a “estudos abstractos feitos em gabinetes que só servem para manter o *status quo*”. De novo, constata-se confiança na técnica “neutra”, mas desconfiança nas entidades que têm produzido os estudos. Ao mesmo tempo, convém notar que é a sua dependência num grupo mais alargado de actores (acentuada por uma posição relativamente marginal) que leva estes autarcas a reivindicar estudos que comprovem aquilo de que se declaram completamente convencidos. Se esta hipótese estiver correcta, o caminho sugerido pela C.M. da Murtosa é potencialmente perverso para a governação ambiental num contexto de grande incerteza, porque cai numa lógica circular de desconfiança acerca do conhecimento apresentado para apoiar (ou racionalizar) determinados rumos já traçados (Flyvbjerg, 1998). Dada a argumentação apresentada na secção 3.1, é importante estabelecer relações de confiança não apenas entre os diferentes intervenientes, mas também nos tipos de conhecimento que servem de base às decisões defendidas e debatidas. Por outro lado, o conhecimento produzido deve informar as decisões concretas mediante objectivos publicamente assumidos como os da RN2000.

Por último, notemos como a produção de estudos se relaciona com a já referida dinâmica de dependência do poder local para com o central e ainda com a dificuldade em passar-se da teoria à prática materializada em intervenções concretas. De acordo com Amorim (2008), ao longo de muito tempo até à abertura definitiva da barra, e salvo raras excepções, enquanto o poder central ia enviando técnicos que desenvolviam estudos que não resultavam em intervenções concretas, o poder local ia-se queixando à coroa e enviando petições para que fossem encontradas soluções³⁶³. A grande excepção ocorreu em 1757, com uma tentativa, temporariamente bem sucedida, de abrir uma barra nova na zona da Vagueira, conduzida pelo capitão-mor de Ílhavo, João de Sousa Ribeiro³⁶⁴. Contudo, é importante notar que esta empreitada não subsistiu, ao contrário daquelas que se seguiram e que resultaram de um longo estudo prévio e, já agora, do poder central.

³⁶³ Lembramos que os vários estudos desta época resultaram infrutíferos e inconclusivos, não levando a intervenções práticas devido à falta de fundos e ao elevado grau de incerteza, associado à complexidade do sistema hidrodinâmico e sedimentar.

³⁶⁴ Apesar dos vários “engenheiros” que vieram ver a barra, a «primeira intervenção real não foi feita por nenhum técnico, mas por um homem que assumiu uma responsabilidade enorme», o capitão-mor de Ílhavo, João de Sousa Ribeiro (Amorim, p. 115, 2008), que Amaral contrasta com a passividade e inércia dos «poderes públicos» (Amaral, 1968).

d) Nostalgia pelo passado — estará o desenvolvimento sustentável do futuro no passado?

A fixação num passado idealizado da Ria de Aveiro foi também um motivo que nos chamou a atenção. Face à busca contemporânea pelo desenvolvimento sustentável, é interessante notar como a representação de um protótipo do mesmo é situada num passado recente, até há umas escassas décadas, o qual veio a ser perturbado pelos «tempos da modernidade»³⁶⁵. Esta interpretação parece-nos conter uma componente de nostalgia por tempos que foram vividos durante a infância e a juventude por uma grande parte das pessoas que hoje habitam a região³⁶⁶. Mais do que pelos aspectos relacionados com comparações de bem-estar social, esse passado poderá assumir um brilho especial à luz de uma maior abundância dos recursos naturais mais directamente associados à biodiversidade e à maior vitalidade das actividades tradicionais que deles dependiam, isto é, a pesca, a caça, a faina agrícola (incluindo a recolha do moliço) e o avistamento mais frequente de aves e outros mamíferos não cinegéticos³⁶⁷. Neste aspecto, a RN2000 poderá encontrar aqui uma importante fonte de capital simbólico para se tornar mais presente no discurso (e no agir) das populações da Ria. Este potencial, sobretudo em relação ao BVL e às marinhas, já se tem feito sentir em vários dos pareceres de particulares mais directamente implicados (ver secção 6.5.3). Por outro lado, uma idealização excessiva do passado poderá ter o efeito perverso de, ao nível do discurso de importantes actores da Ria, o caminho para a sustentabilidade passar sobretudo por uma reposição de condições desaparecidas, sob o risco de, através de uma narrativa excessivamente simplista, se invisibilizar os difíceis dilemas morais levantados pelo desenvolvimento sustentável quando, justamente, a reposição de certos aspectos poderá não ser possível sem uma clara ruptura com a trajectória de outros elementos ou com outro tipo de continuidades.

e) Uma tendência crescente de referir toda a Ria de Aveiro como um ecossistema integrado

A Ria de Aveiro é referida como toda a região da sua envolvente, mas também como um ecossistema (a parte lagunar) concebido como um elemento destacável do resto da região. É neste sentido que os autarcas falam em se ter virado as costas à Ria e de ser necessário voltar as atenções para a mesma. Ao mesmo tempo, observa-se a tendência de, ao longo do período abrangido pelos processos considerados, a Ria ser cada vez mais referida como um todo integrado. Um indicador disto é o uso da palavra “ecossistema”³⁶⁸. Enquanto há poucos anos atrás esta palavra era mais aplicada a espaços localizados na Ria, recentemente aparece com mais frequência e cada vez mais como uma referência global à Ria enquanto um todo integrado, sujeito a situações de equilíbrio e desequilíbrio. Supomos que isso terá a ver com a crescente influência dos discursos sobre

³⁶⁵ Expressão usada no parecer da ONG ambiental Água Triangular: «Os tempos da modernidade vieram alterar, porém, esse equilíbrio, com a introdução dos parques industriais, o aumento da população e dos tecidos urbanos, a alteração da utilização dos terrenos, a modificação da floresta a jusante, que vieram provocar alterações profundas no comportamento dos caudais e da hidrodinâmica de todo o sistema hídrico do Vouga e do Vouga Lagunar» (B10, l. 19-21).

³⁶⁶ Ou, no caso das populações mais jovens, indirectamente experienciadas através do contacto frequente com relatos desse passado idealizado.

³⁶⁷ Por exemplo, a mera azáfama resultante da vitalidade de tais actividades, ou o impacto visual de elementos como os barcos de transporte que circulavam na Ria e as pirâmides de sal que se estendiam pelo seu horizonte, hão-de corresponder a memórias marcantes e evocadoras de nostalgia por um passado perdido.

³⁶⁸ Ver Anexo 7 e secção 6.3.

abordagens integradas aos ecossistemas. Neste caso em particular, a expansão de um discurso ecossistémico num sentido holístico é retoricamente útil para os actores sociais, pois permite-lhes referirem-se a questões e interesses específicos em nome da saúde global de todo o ecossistema lagunar.

f) Apropriação de um discurso poderoso por actores menos favorecidos?

Para vários dos intervenientes já referidos, a história do Porto de Aveiro pode ser interpretada como uma estória de crescimento excessivamente ambicioso em relação aos espaços e dinâmicas ecossistémicas que o envolvem. Segundo alguns dos participantes, esse crescimento tem sido disruptivo também para as próprias actividades tradicionais que desses espaços dependem. Assim, a situação geral da Ria de Aveiro é representada como favorável a uma distribuição regional de benefícios e custos socialmente injusta para o conjunto geral de municípios que repartem este ambiente integrado e complexo. Independentemente da factualidade dessa representação, é palpável a manifestação desta percepção nos discursos de vários intervenientes das consultas consideradas. Além do referido grupo de autarcas, alguns particulares referem-se à situação da Ria precisamente nestes termos (e.g. C28.1; C44).

Ao mesmo tempo, a expansão da meta-narrativa sobre a hidrodinâmica poderá corresponder a uma apropriação estratégica de um discurso aparentemente poderoso, capaz de fazer frente ao que se considera ser um conjunto de graves atropelos aos princípios da boa governação. Por outras palavras, existirá possivelmente também um aspecto de instrumentalização de um discurso para poder contestar o que é sentido como uma situação de injustiça social no seio da governação deste território. Convém notar que a associação entre as intervenções portuárias e as alterações com efeitos negativos sobre o interior da laguna tem sido reforçada pela investigação científica desenvolvida sobre esta área, fazendo com que esta crítica se encontre cada vez mais tecnicamente fundamentada. Paralelamente, poderá existir uma lógica de comportamento mimético entre o grupo de autarcas dos municípios abrangidos pela Ria de Aveiro ao aderirem a um discurso que lhes parece ser convincente e eficaz no âmbito da esfera pública, funcionando o aglomerado da actividade portuária/APA/administração central como uma espécie de bode expiatório para a maior parte dos restantes actores sociais da Ria de Aveiro (ver Girard, 1986). Neste âmbito, é relevante que, em três das opiniões mais críticas, ao defender-se a opinião de que esta versão dos acontecimentos é cada vez mais partilhada e assumida, se aponte a sessão pública de esclarecimento como uma espécie de evento histórico (CM Murtosa, F17; F33; F36). De facto, nesta sessão, a forma como as intervenções dos autarcas pareceram motivar-se sucessivamente poderia ser interpretada como, por um lado, uma dinâmica de acusação colectiva em oposição às autoridades responsáveis pelo programa e respectiva avaliação ambiental e, por outro, a afirmação de uma versão da realidade que tivesse ficado por explicitar durante um longo período no seio da esfera pública.

Neste caso, poderíamos estar perante aquilo que Hajer (1995) designa por uma coligação discursiva para descrever a aliança de actores que se une em torno de uma narrativa. Ao abrigo de uma narrativa poderosa, os actores que a subscrevem têm a oportunidade de reinterpretar diferentes elementos fora das suas áreas específicas de competência e de fechar as lacunas e ambivalências do

conhecimento globalmente existente³⁶⁹. Uma vez adoptadas, estas linhas narrativas têm um efeito constitutivo da realidade social (e, em última análise, física). Não apenas ajudam a construir um problema, como também a estabelecer a ordem social e moral de um determinado domínio. Podem ter um efeito capacitante e fornecer um enquadramento para o protesto e acção, assim como a “munição argumentativa” para defender certas posições. Ao funcionarem como um “cimento discursivo” para estabelecer redes comunicativas de actores com percepções e entendimentos diferentes, constituem os principais veículos de mudança social (Hajer, 1995). Ao mesmo tempo, convém ter presente que determinados discursos não têm funções estáveis ou uniformes. Se o mesmo acto discursivo pode servir para legitimar fins variados, o mesmo discurso pode ter, conforme as situações e os sujeitos que o apropriam (e conforme as relações entre tais sujeitos), um efeito potencialmente opressivo ou emancipatório (Foucault, 1984 *in* Flyvbjerg, 2001).

Finalmente, levanta-se a possibilidade de a posição de cunho mais ambientalista dos autarcas da Murtosa estar associada à relativa falta de poder perante o sector portuário. Por exemplo, até que ponto é que a concepção de desenvolvimento sustentável que Joaquim Batista (autarca da Murtosa autor do parecer F36) propõe para a Ria resultará da falta de outros meios físicos e discursivos? Esta é uma hipótese que careceria de investigação, mas parece-nos plausível que o paradigma de sustentabilidade defendido por este autarca esteja relacionado com os escassos recursos do município, no qual as suas actividades tradicionais estão sob ameaça da salinização. Para além do turismo, das actividades tradicionais e de outros nichos económicos, não parecem existir muitos mais sectores que possam garantir a sustentabilidade económica do município. Uma enorme percentagem do mesmo encontra-se classificado sob a REN e a RN2000, tornando difícil apostar noutras estratégias de desenvolvimento. Mais concretamente, a hipótese subjacente é a escassez de possibilidades de desenvolvimento económico convencional poder contribuir para a defesa (pelo menos ao nível do discurso) de representações e modelos alternativos de desenvolvimento.

7.2.3 Implicações para a conservação da natureza e a implementação da Rede Natura 2000

Por toda a UE, o processo de selecção e designação dos sítios levou frequentemente a que as considerações de natureza social e económica fossem tidas em conta apenas nas fases posteriores de implementação, originando processos que foram percepcionados, por parte dos actores locais, como carecendo de legitimidade política (Krott *et al.*, 2000; Stoll-Kleemann, 2001; Hiedanpää, 2002; Renn *et al.*, 2010). Juntamente com o sentimento de exclusão dos processos de tomada de decisão, o elevado grau de incerteza relativamente às consequências da designação RN2000 também contribuiu para acumular inseguranças acerca dos efeitos da designação ao nível da justiça social. Estas incluíam a percepção da RN2000 como uma eventual ameaça para os estilos de vida locais, assim como para a manutenção das identidades pessoais e colectivas (Hiedanpää, 2002; Pavoola, 2004; Bell *et al.*, 2008). Para a aceitação e sucesso da materialização efectiva das políticas

³⁶⁹ Isto corresponde ao processo interpretativo de *fechamento discursivo*, em que as explicações originais (frequentemente fruto de investigação científica) são reduzidas a simplificações que tendem a perder toda a incerteza e condicionalidade que caracterizavam a versão original (Hajer, 1995). Esta ideia poderá ser aplicável à meta-narrativa da hidrodinâmica, uma versão simplificada e linear das relações de causa-efeito que não compreende a imprevisibilidade e a complexidade reconhecida e explorada pela investigação acerca deste assunto.

de conservação, o envolvimento dos actores locais tem sido defendido como fundamental (Alphandéry e Fortier, 2001; Bennett e Lighthart, 2001; Beunen *et al.*, 2009).

A falta de processos decisórios adequadamente inclusivos, pelo menos segundo o ponto de vista dos autarcas locais, parece também ter ocorrido no caso da Ria de Aveiro (Sumares e Fidélis, 2009). No âmbito da presente investigação, pretende-se caracterizar representações de espaços e elementos centrais (ao nível do discurso) para a conservação da biodiversidade que a podem facilitar ou dificultar³⁷⁰. Em particular, encontra-se disseminada, através de um amplo leque de actores, uma meta-narrativa cujos contornos mais específicos e implicações políticas e sociais se apresentam heterogéneos conforme as diferentes perspectivas dos sujeitos que a invocam. Esta narrativa, que estabelece elos causais entre a actividade portuária, a perturbação da hidrodinâmica da Ria e vários outros efeitos ambientais negativos resultantes da anterior, pode ser relacionada com vários temas e aspectos discursivos recorrentes ao longo dos textos considerados e que foram referidos ao longo das últimas secções.

Parece-nos que determinados temas discursivos sugerem fragilidades ao nível da governação deste território e, simultaneamente, poderão significar dificuldades para alcançar um grau (ou tipo) satisfatório de convergência narrativa que sirva os interesses da biodiversidade local. Além dos interesses divergentes dos diferentes actores sociais, do elevado grau de desconfiança entre entidades, e da estória de marginalização que vem sendo construída pelo grupo de actores mais afectado pelo avanço da cunha salina — aspectos que potencialmente dificultam dinâmicas colaborativas —, a noção bastante disseminada de estes problemas ambientais serem, através da técnica (ou seja, através do conhecimento científico e capacidade física de intervenção) necessariamente compatibilizáveis num eventual equilíbrio, poderá constituir um entrave para a procura de soluções efectivamente alternativas. De forma sintomática, e apesar de todas as críticas que apontam, as diversas entidades parecem representar a actividade portuária como inquestionável, sendo que os demais objectivos para o território se deixam enquadrar através de adaptações e estratégias de compatibilização. A expansão da actividade portuária apresenta-se (e representa-se) assim como incontornável, a partir da qual todas as políticas ambientais têm que ser desenvolvidas ou adaptadas³⁷¹.

Ora, perante a situação de grande incerteza inerente à complexidade deste sistema semi-natural, será eventualmente arriscado falar-se da recuperação ou manutenção de equilíbrio como se fosse evidente que este é possível nos termos em que se preconiza. De facto, a possibilidade real de existirem incompatibilidades de um ponto de vista técnico-científico que não são superáveis talvez merecesse mais reconhecimento pelos principais intervenientes ou, por outras palavras, um maior

³⁷⁰ Como argumentado na secção 3.2, no contexto das referidas dificuldades, poderá ser produtivo considerar a forma como a história de lugares concretos (e dos elementos que os constituem) é interpretada e construída no seio das comunidades locais, de forma a alcançar-se uma maior harmonia entre as estórias (e respectivos sujeitos) que se pretendem ver projectadas no futuro — i.e., os elementos que se elegem preservar —, e as estórias dos diferentes elementos (incluindo comunidades) que podem favorecer ou frustrar as anteriores. As soluções concretas elaboradas para a conservação de certos elementos devem fazer sentido no âmbito de narrativas locais, e vice-versa. Por outras palavras, devem manter-se dentro da história e da significação.

³⁷¹ Com efeito, as principais medidas ao nível de política ambiental regional podem ser interpretáveis como "medidas de minimização" relativamente aos efeitos ambientais de um modelo de desenvolvimento que poderá estar desajustado para este estuário.

reconhecimento da complexidade e da incerteza inerentes a este sistema físico-social³⁷². Com "incompatibilidades" referimo-nos aos objectivos de carácter ambiental como aqueles associados à RN2000, à *Directiva-Quadro Água* e aos Instrumentos de Gestão Territorial, os quais representam uma determinada definição da sustentabilidade ambiental desta zona (através de vários pontos de referência: estado de conservação de espécies e habitats, qualidade das massas de água, etc.). Por estas razões, a crença em tipos mais ou menos utópicos de compatibilidade multidimensional poderá constituir um sério obstáculo para um modelo de desenvolvimento sustentável efectivamente compatível com os objectivos da RN2000³⁷³. Partindo do pressuposto que os objectivos políticos ao nível ambiental se mantêm, estes deverão ser levados em conta de uma forma mais concreta e transversal uma vez que, de uma perspectiva abrangente, parece existir uma certa incoerência de fundo entre a política ambiental da Ria e os discursos que evitam questionar o desenvolvimento do porto³⁷⁴.

As intervenções associadas ao porto não são o único factor no seio das causas múltiplas das alterações hidro-morfológicas e, uma vez que se trata de um sistema complexo, não se podem estabelecer relações lineares de causa e efeito. Porém, parecem existir dados científicos suficientes para se poder atribuir ao sector portuário um papel particularmente influente nas alterações da hidrodinâmica ao longo das últimas três ou quatro décadas. Se, de facto, a gravidade com que a situação e evolução actual da Ria é descrita por alguns actores for confirmada, a Ria de Aveiro poderá estar então numa trajectória incompatível e divergente dos objectivos da sua designação enquanto RN2000. Como compatibilizar a trajectória narrativa do porto com a da *ZPE Ria de Aveiro*, um espaço onde a manutenção da biodiversidade é oficialmente assumida como uma prioridade política? Em que medida é que a sustentabilidade a longo prazo desta área RN2000, em termos da manutenção de um determinado conjunto de espécies e habitats num estado favorável de conservação, é compatível com a presente trajectória traçada para o Porto de Aveiro? Estas são questões para se resolverem progressivamente no seio da governação ambiental da Ria de Aveiro e que pretendemos apenas formular à luz dos discursos considerados.

Dado o facto de a Ria de Aveiro se tratar de um ecossistema fortemente humanizado, a questão que levantamos não é se os seus espaços devem ou não ser intervencionados, ou se o porto deve ter um lugar importante. Não obstante, tal não implica que não se possa pensar noutros termos acerca do porto e imaginar um equilíbrio mais sustentável com outros objectivos (como os da conservação da natureza) e actividades sectoriais (como a agricultura). Assim, um futuro em que a actividade do porto esteja adequadamente integrada com a manutenção do equilíbrio dos

³⁷² Ver secção 8.2.

³⁷³ Uma alternativa seria rever os objectivos ambientais para aquela zona em função do desenvolvimento portuário previsto. Provavelmente, tal não seria no melhor interesse da sustentabilidade ambiental, implicando o abandono de tais objectivos um grave retrocesso da política ambiental traçada para este território. Ao mesmo tempo, também de um ponto de vista institucional e político tal opção enfrentaria sérias dificuldades. Além dos referidos objectivos constarem dos vários documentos estratégicos para esta zona, no caso específico da RN2000, as próprias instâncias da UE teriam de ser contornadas.

³⁷⁴ Além disso, tendo em conta que ao longo das últimas décadas existiu um grupo de actores com grande poder sobre a esfera local (nomeadamente as administrações do porto aliadas às administrações centrais) interessados na rápida expansão do porto de Aveiro e que essa rapidez poderá ter sido alcançada com o custo de não se ter investido mais na preservação do equilíbrio dinâmico que existia no ecossistema, eventualmente poderíamos falar da existência de um grupo de actores e de interesses para quem o funcionamento desta ordem social tem sido conveniente.

ecossistemas tradicionais da Ria implica provavelmente uma situação em que a definição de objectivos específicos relativos ao tráfego e calado dos navios que o frequentam ocorra em função das necessidades dos anteriores, e não vice-versa³⁷⁵. Ou seja, poderá existir um argumento legítimo para que a actividade portuária seja efectivamente repensada e redimensionada em função tanto dos objectivos e compromissos assumidos em matéria ambiental, como de outros sectores que poderiam contribuir para compensar a eventual perda de produtividade do porto e, quiçá, até tornar a economia da região mais diversificada e competitiva. Em particular, pensamos no reconhecido potencial agrícola na envolvente da Ria, mas também noutros sectores como o próprio turismo da região (de natureza mas não só). Uma verdadeira articulação de valências exige sacrifícios reais, não se pode reduzir a um mero chavão político para defender certos sectores e agendas. Do mesmo modo que uma compatibilização sustentável das actividades humanas que ocorrem no contexto específico da Ria de Aveiro pode implicar uma efectiva contenção das mesmas, a actividade portuária poderá ter que operar numa escala mais reduzida para garantir o cumprimento dos objectivos da RN2000.

Encontra-se actualmente em andamento a proposta de classificação da Ria de Aveiro como SIC/ZEC que, no entanto, poderá não acrescentar muito à gestão efectiva deste território. Esta classificação constitui um importante passo formal no cumprimento das obrigações legais relativas à *Directiva Habitats* mas, sobretudo, por ocupar praticamente a mesma área que a ZPE, poderá não implicar condições acrescidas para a gestão ambiental do território. De facto, como referido na secção 3.1, o desafio actual da RN2000 prende-se não tanto com a designação de novas áreas, mas com a organização da gestão dos sítios. As autoridades com responsabilidades governativas sobre os sítios necessitam reflectir acerca das medidas necessárias para atingir os objectivos de conservação, sendo responsáveis por impedir a deterioração dos mesmos. Em muitas áreas, as respectivas autoridades também deverão ponderar acerca das consequências que a designação de RN2000 terá para as actividades socioeconómicas dentro e na envolvente dos sítios. Esta não é uma tarefa fácil, vindo por isso a receber mais atenção nas discussões e nos debates acerca da implementação da RN2000 (ver Beunen, 2010; Beunen, 2006; Scholl e Chilla, 2005; Stoll-Kleemann, 2001).

Para além das referidas tensões ao nível da governação, parecem-nos existir dificuldades em compatibilizar a trajectória da actividade portuária com os objectivos da RN2000. A articulação de práticas locais com regulações (frequentemente incoerentes) ao nível comunitário, nacional e regional, quer digam directamente respeito à conservação quer a afectem indirectamente (como as políticas da agricultura, transportes, planeamento e ordenamento), evidencia alguns dos principais desafios daquilo que é referido como o aspecto multi-nível da governação ambiental comunitária³⁷⁶

³⁷⁵ Dado a o grau de incerteza associado à complexidade do sistema, um compromisso sério com o princípio da precaução relativamente às intervenções com efeitos sobre a hidrodinâmica poderá, neste âmbito, constituir um caminho mais construtivo do que a dinâmica de instrumentalização de “estudos científicos” que os pareceres enviados nas consultas têm sugerido.

³⁷⁶ Como referido na secção 3.2, as narrativas divergentes que subjazem a conflitos/tensões na governação ambiental também estão relacionadas com diferenças de escala e “encaixe” dos níveis de governação, isto é, com as dificuldades que subjazem às tensões da governação multi-nível da biodiversidade: «Como poderá um sistema de referência europeu encaixar-se com as culturas locais? E como poderá uma política espacial que define objectivos ao nível europeu traduzir-se numa política regional baseada nos usos locais da natureza?» (Pinton, p. 210, 2008).

(Scholl e Chilla, 2005; Pinton, 2008). Como referido acima, os principais discursos acerca da Ria parecem assentar em premissas que nos parecem questionáveis em função do cumprimento dos objetivos da RN2000, visto que apesar de vários intervenientes responsabilizarem as entidades cuja actuação consideram ter conduzido à presente situação (a administração central e a APA), não questionam, em si, uma escala de desenvolvimento portuário que poderá estar desajustada para o contexto deste estuário e, consequentemente, ter que ser repensada para assegurar a sustentabilidade ambiental do território.

No caso da RN2000, a referida discrepância entre a redução da jurisdição administrativa da APA e a escala dos potenciais efeitos da sua actividade faz com que seja difícil atribuir responsabilidades de forma mais directa e vinculativa, o que poderá fazer com que seja ainda mais difícil conter a sua actividade em função da conservação da biodiversidade na laguna. Assim, no contexto de um estuário como a Ria, esta poderá ter sido uma evolução administrativa que não favoreceu a sua preservação ambiental. Entretanto, não foi ainda instituída uma entidade concentrada com responsabilidades de gestão sobre a Ria de Aveiro que compensasse este esvaziamento de poder administrativo. As mais recentes alterações de orgânica institucional, que levaram à fusão das ARHs com a Agência Portuguesa do Ambiente, representaram recentemente um retrocesso tanto ao nível da gestão como da capacidade de intervenção sobre a Ria, tendo a sede de decisão passado para a capital³⁷⁷. A longo prazo, no entanto, mesmo sem novos órgãos administrativos, esta situação poderá, se houver esforços colectivos nesse sentido, impulsionar soluções de governação mais integradas, inclusivas e horizontais, constituindo a CIRA provavelmente o *locus* governativo mais privilegiado para articular um novo modelo de governação integrada.

Uma governação mais sustentável deste território poderá eventualmente passar pela procura de maior convergência narrativa entre os diferentes actores da Ria. De facto, embora de uma forma demasiado superficial, já se tem assistido a alguns indícios de uma convergência discursiva ao longo dos últimos anos. Isto poderá ser visível no alargamento das entidades que recorrem ao mesmo tipo de representação da situação da hidrodinâmica, no facto de a produção científica acerca da questão parecer ter contribuído para o discurso de entidades como a C.M. da Murtosa (no sentido em que o legitima e, consequentemente, o alimenta), na tendência de os próprios órgãos da administração central darem mais peso (pelo menos, ao nível programático) à necessidade de acautelamento para evitar mais perturbação de uma hidrodinâmica compatível com os diferentes usos da Ria e, por último, no facto de a própria APA parecer estar a adoptar um discurso mais cauteloso em relação a esta questão que sabe ser polémica. Estas tendências poderão apenas indicar a formação de um discurso estrategicamente adoptado, mas sem grandes consequências práticas, enquanto o poder decisório real permanece noutras partes da ordem social³⁷⁸. Tal como a defendemos, uma autêntica “convergência narrativa” necessitará provavelmente do desenvolvimento de processos participativos, cuja elaboração deverá levar em conta determinados

³⁷⁷ Ao mesmo tempo, várias das intervenções de requalificação ao abrigo do *Programa Polis Litoral Ria de Aveiro* encontram-se por implementar devido aos respectivos financiamentos já não se encontrarem disponíveis.

³⁷⁸ Levando, por outras palavras, a uma convergência meramente retórica sem grande tradução numa governação mais harmoniosa ou mais sustentável.

objectivos específicos que incluíam também satisfazer a reivindicação de uma governação mais inclusiva por vários actores (ver o capítulo seguinte).

Por outro lado, outros padrões discursivos identificados poderão facilitar os esforços para cumprir os objectivos da RN2000. Na secção 3.2, havia sido defendido que os objectivos de conservação definidos a escalas superiores de decisão correspondem a narrativas institucionalizadas que podem, aquando da implementação das respectivas políticas ao nível local, entrar em discrepância e conflito com narrativas mais particularizadas. Ainda que tensões deste género possam também ser observadas no caso da Ria relativamente à representação do porto e à tendência de perda de importância sociocultural das actividades tradicionais da Ria, existem, ao nível dos discursos de vários participantes, convergências significativas com a necessidade de preservar estes ecossistemas e com as próprias orientações de gestão do *Plano Sectorial RN2000*³⁷⁹.

Com efeito, no caso específico da Ria de Aveiro, não podemos ver os objectivos da RN2000 como algo meramente imposto a partir do exterior pela UE. Vários actores locais acabam por reivindicar e apropriar-se dos mesmos objectivos de conservação, recorrendo à própria legislação comunitária e nacional para defender os seus interesses. Em particular, entre alguns autarcas, parece estar em expansão o discurso de que o desenvolvimento dos municípios que envolvem a Ria de Aveiro deve virar-se para esta, isto é, voltar às suas raízes socioeconómicas ou a novas formas de explorar a Ria enquanto o elemento generativo das identidades colectivas locais. A sua significância afectiva, simbólica, identitária e económica parecem-nos as razões que, de facto, mais peso têm para os actores sociais da Ria quererem proteger os ecossistemas locais, e não o facto de estes se encontrarem designados ao abrigo da RN2000, cujo estatuto tem servido sobretudo para reforçar argumentos alimentados pelas preocupações referidas³⁸⁰. No entanto, uma figura legal como a RN2000, que pretende recuperar ou preservar a biodiversidade associada a um imaginário com conotações positivas, poderá encontrar nestas pretensões uma importante fonte de capital simbólico para se tornar mais presente no discurso (e no agir) das populações da Ria.

Em associação a estes vínculos de carácter histórico, um outro aspecto significativo é a crescente adopção de discursos de cunho ecológico por parte de autarcas. Ainda que estes possam estar superficialmente integrados nos autores dos pareceres de um ponto de vista interno, sendo eventualmente apropriados em função de objectivos retórico-argumentativos, parece-nos significativo que as discussões na esfera pública passem cada vez mais pela afirmação da centralidade da dimensão ecológica (ainda que sempre de uma perspectiva antropocêntrica, o que não nos parece contraproducente para a conservação da natureza). De forma análoga, a tendência de a Ria de Aveiro ser cada vez mais referida como um ecossistema integrado parece significativa porque, ainda que esteja sobretudo a ser explorada com fins retóricos³⁸¹, poderá contribuir para ultrapassar visões fragmentadas e particularizadas dos espaços da Ria. Tais discursos poderão encontrar-se num estado embrionário com potencial para se transformarem em discursos

³⁷⁹ O cumprimento das respectivas orientações implica necessariamente a manutenção de práticas tradicionais de salicultura na zona do salgado de Aveiro e de agro-pecuária nos campos ribeirinhos.

³⁸⁰ Como vimos, a invocação de aspectos relacionados com a RN2000 tende a ser relativamente pouco frequente em comparação com as referências à conservação da natureza de forma mais abrangente (ver secções 6.3 e 6.4).

³⁸¹ Ver a alínea *f* da secção anterior.

poderosos, eventualmente capazes de alterar a governação e a configuração ambiental da Ria de Aveiro. Importa necessariamente que estes discursos, que existem ao nível dos autarcas destes municípios, se disseminem entre os seus munícipes de forma mais alargada. Isso é particularmente essencial para o discurso que defende um retorno à Ria como motor de desenvolvimento, uma vez que essa via depende da existência de gerações dispostas a se dedicarem às actividades socioeconómicas capazes de revitalizar os ecossistemas da Ria, o que implica, se quisermos manter a Ria de Aveiro “dentro da história”, uma reinvenção do tradicional em contextos modernos, ou seja, a manutenção negociada da significância cultural do(s) ambiente(s)³⁸².

Conclusão

Diferentes visões sobre a Ria e as distintas propostas que daí decorrem materializam-se nos pareceres enviados pelas diferentes entidades. Enquanto alguns pareceres manifestam preocupação com agendas pouco transparentes e a justificação de decisões já tomadas com base em estudos ou relatórios enviesados, outros insistem numa visão tecnocrática da boa governação ambiental, que se traduz na consideração formal das diferentes políticas e peças legislativas. Uns expressam perspectivas mais associadas à importância de símbolos de identidade colectivos, outros pretendem assegurar precisão científica de forma a agir com segurança, enquanto outros ainda pretendem que se aja imediatamente enquanto existe tempo e oportunidade para tal.

Em particular, a problemática da hidrodinâmica configura provavelmente o maior obstáculo (físico e sócio-discursivo) para uma Ria de Aveiro mais sustentável, sendo reconhecido tanto pelas instituições com competência científica (e.g. a Universidade de Aveiro) como pela administração central, ainda que esta continue aparentemente a não assumir a questão como absolutamente central³⁸³. Em particular, encontra-se disseminada, através de um amplo leque de actores, uma meta-narrativa cujos contornos mais específicos e implicações políticas e sociais se apresentam heterogéneos conforme as diferentes perspectivas dos sujeitos que a invocam. Esta narrativa, que estabelece elos causais entre a actividade portuária, a perturbação da hidrodinâmica da Ria e vários outros efeitos ambientais negativos resultantes da anterior, pode ser relacionada com vários temas e aspectos discursivos recorrentes. Estes sugerem um conjunto de fragilidades na governação ambiental da Ria que poderá representar sérias dificuldades para a sua governação sustentável. Além dos interesses divergentes dos diferentes actores sociais, do elevado grau de desconfiança nas instituições responsáveis e na validade dos estudos que têm sido apresentados para justificar intervenções, e da estória de marginalização que vem sendo construída pelo grupo de actores mais afectado pelo avanço da cunha salina — aspectos que potencialmente dificultam dinâmicas colaborativas —, a noção bastante disseminada de estes problemas ambientais serem, através da técnica (ou seja, através do conhecimento científico e capacidade física de intervenção), necessariamente compatibilizáveis num eventual equilíbrio poderá constituir um entrave para a procura de soluções efectivamente alternativas. Por outro lado, observa-se também a

³⁸² Ver O'Neill *et al.* (2008).

³⁸³ Depois das consultas, as versões finais do *Plano Estratégico* e do *Relatório Ambiental* acrescentaram mais referências às questões relacionadas com as alterações da hidrodinâmica, mas ficaram longe da ênfase que presumimos que o referido grupo de actores gostaria que fosse dada ao problema.

ocorrência de representações e discursos com elementos convergentes relativamente aos objectivos da RN2000, nomeadamente a defesa do retorno ao ecossistema lagunar enquanto principal motor de desenvolvimento local, o que pressupõe a recuperação da sua ecologia e centralidade cultural.

Ao nível das visões de sustentabilidade que se defendem para este território, parecem-nos existir dificuldades em compatibilizar a trajectória da actividade portuária com os objectivos da RN2000. Neste caso, as políticas relativas ao sector marítimo-portuário e objectivos de competitividade económica regional poderão desempenhar um papel nefasto para a ZPE *Ria de Aveiro*, sobretudo por dificultar a adaptação da actividade portuária à sensibilidade dos espaços e das dinâmicas ecossistémicas locais. No entanto, apesar de a administração central e a APA serem, ao nível do discurso, frequentemente imputadas com grande responsabilidade pelos efeitos ambientais negativos na laguna, o desenvolvimento do porto não é, em si, abertamente posto em causa. A situação é dificultada pelo desfasamento entre o âmbito geográfico das obrigações institucionais da APA e a abrangência dos potenciais impactos da actividade do sector portuário e, simultaneamente, pela ausência de uma autoridade com poderes concentrados apta a gerir este território de forma efectivamente integrada e respeitadora das exigências da legislação associada à RN2000.

Na nossa perspectiva, as discussões em torno da Ria de Aveiro, da sua gestão e da sua governação, devem debater também o tipo de “desenvolvimento sustentável” que se procura, o qual tem implicações diferentes para as relações que se estabelecem entre as comunidades locais e os seus ambientes. Entendemos que os valores a fortalecer neste âmbito passam pela empatia com aqueles mais afectados por situações injustas, pela «preocupação com as gerações futuras e o reconhecimento que a prosperidade humana reside em relações — tanto entre as pessoas como com o mundo natural» (Crompton, 2010, p. 5). A expansão contínua do porto parece colocar esta definição de prosperidade em causa, particularmente se se pretender manter a significância colectiva da Ria de Aveiro e das actividades humanas que nela ocorrem e lhe dão forma. De acordo com a definição de sustentabilidade defendida na secção 3.3.2³⁸⁴, esse seria provavelmente o rumo mais desejável para a Ria, sobretudo se valorizarmos a continuidade das identidades colectivas que têm caracterizado as populações locais. Ao longo deste capítulo exploramos aspectos dos discursos considerados que poderão dificultar ou facilitar a conservação da natureza na Ria de Aveiro. No capítulo seguinte, que conclui a dissertação, serão propostas recomendações teóricas e práticas que, a nosso ver, poderão contribuir para a afirmação, no seio da governação, de valores e características mais propensas a materializar noções e modelos de desenvolvimento mais promissores de uma efectiva sustentabilidade.

³⁸⁴ «Suster a vida de uma comunidade ou de uma terra não é preservá-la, ou congelá-la, mas permitir-lhe mudar e desenvolver-se de um passado particular para um futuro. A sustentabilidade neste sentido teria a ver [...] “com preservar o futuro como uma realização do potencial do passado... com negociar a transição do passado para o futuro de modo a assegurar a transferência de... significância”» (Holland e Rawles, 1994, p. 45-46 citado em O’Neill *et al.*, 2008, p. 201).

Capítulo VIII

Conclusões e Recomendações

| | |
|--|------------|
| 8.1 O caminho percorrido pela investigação | 307 |
| 8.1.1 Da RN2000 ao discurso na Ria de Aveiro | 307 |
| 8.1.2 Limitações da investigação | 312 |
| 8.1.3 Principais conclusões da investigação | 313 |
| 8.2 Recomendações | 320 |
| 8.2.1 Algumas considerações sobre os objectivos da RN2000 | 320 |
| 8.2.2 Recomendações teóricas: prolongamentos e interligações | 321 |
| 8.2.3 Recomendações práticas | 324 |
| Nota Final | 328 |

«Então de que estamos à espera? Vamos ser conformistas e cruzar os braços à espera que a Providência Divina nos salve?»
Particular A32, l. 21

8.1 O caminho percorrido pela investigação

8.1.1 Da RN2000 ao discurso na Ria de Aveiro

O cumprimento das *Directivas Aves* e *Habitats* implica frequentemente, e sobretudo no caso dos sistemas semi-naturais, uma gestão activa do território. Nestes casos, as autoridades responsáveis necessitam de, através dos mecanismos de governação disponíveis, garantir circunstâncias adequadas para as espécies e habitats protegidos de forma a atingir os respectivos objectivos de conservação. Apesar do estatuto de RN2000 não representar *a priori* nenhum tipo de proibição sobre determinadas actividades, esta gestão implica tomar decisões acerca das actividades socioeconómicas com impactes sobre os valores naturais protegidos ao seu abrigo. Assim, a gestão destas áreas não se resume à sua ecologia, incluindo também a articulação com diferentes práticas sociais e a interacção com diferentes indivíduos e entidades colectivas envolvidas nessas actividades.

A investigação partiu da vontade de explorar como é que a implementação da RN2000 está a afectar os processos decisórios ao nível local. Devido ao lugar que o discurso ocupa na realidade social e, consequentemente, física (ver secções 3.2.1 e 4.1.5), a dimensão discursiva é absolutamente central para qualquer processo de tomada de decisão. De facto, as próprias alternativas para qualquer decisão individual ou colectiva só se podem enquadrar através do discurso, o qual não só representa o mundo como também o constitui e constrói (ver secção 4.1.3 e seguintes). As relações discursivas e as práticas representacionais são constitutivas dos próprios modos através dos quais a natureza é tornada disponível a formas de cálculo económico e político, determinantes para o modo como as nossas intervenções sobre a natureza são socialmente organizadas. Para a perspectiva adoptada por esta investigação, o que importa mais não é tanto o grau de correspondência entre a realidade e o discurso, mas antes por quem e como o discurso é produzido, como funciona e o que faz (ou procura fazer). Os conflitos discursivos e representacionais são cruciais para a apropriação material do mundo, com implicações directas para as respectivas consequências ecológicas e sociais, isto é, para diferentes tipos de sustentabilidade. A uma escala mais concreta, discursos e representações contribuem para configurar e desafiar as práticas sociais com implicações materiais e espaciais onde, entre um conjunto muito variado de actividades humanas, se encontram as políticas ambientais.

Na consideração do discurso, procurou-se dar um espaço especialmente destacado a uma interpretação de carácter narrativista. Esta perspectiva justifica-se pela existência de uma pluralidade de vínculos expressivos entre indivíduos (e respectivas comunidades) particulares e os espaços naturais (e não-naturais), a qual constitui um resultado da interacção histórica entre os dois e um importante elemento do sentido de identidade dos primeiros. É por esta razão que muitos conflitos ambientais não se devem a mudanças em si, mas a reivindicações divergentes acerca daquilo que constitui a trajectória, ou narrativa, mais adequada para um determinado espaço ou

elemento. No contexto de governação multi-nível da UE, um sistema de referência europeu tem grandes dificuldades em se harmonizar com culturas e usos locais do espaço e da natureza. Assim, os objectivos de conservação definidos a escalas mais altas de governação podem, em certos casos, ser interpretados como disruptivos ao procurar impor a continuidade de certos elementos ecológicos associados a configurações socioeconómicas (historicamente) específicas. No seio da constante tensão entre o desejo de autonomia e autodeterminação da governação local e o contexto legal e socioeconómico mais abrangente, os critérios para definir e optar entre significados situados de sustentabilidade têm de ser continuamente negociados. Estas tensões não ocorrem apenas verticalmente através das escalas de governação, mas também horizontalmente, dentro das mesmas. De forma omnipresente, o discurso encontra-se no cerne das práticas sociais envolvidas nos processos subjacentes de negociação explícita ou implícita. Uma das nossas assunções teóricas é que diferentes posicionamentos perante decisões com implicações territoriais têm uma relação dialéctica com as formas como determinados espaços e ambientes são representados. Uma vez que uma das maiores dificuldades da implementação da RN2000 têm a ver com a complexa articulação de interesses e actividades, defendemos a importância de abordar a RN2000 através do discurso de forma a, justamente, explorar diferenças representacionais que constituam um obstáculo para a sua governação ambiental (ver secções 3.2 e 3.3).

Dado que os procedimentos de consulta pública constituem palcos da *esfera pública* particularmente abertos para posicionamentos com diversos tipos de proveniência, o conteúdo das participações escritas enviadas pelos participantes pareceu-nos uma fonte de textos particularmente férteis para a exploração da diferença nas suas várias manifestações. Adicionalmente, apesar do ideal de participação geralmente defendido para melhorar a governação ambiental ser mais ambicioso do que os tipos de processos participativos que têm sido efectivamente adoptados (ver secção 3.1), a crescente ênfase em melhorar a tomada de decisão pública através da dimensão da *inclusão* parece-nos também uma razão importante para abordar a RN2000 através da participação pública.

Ao mesmo tempo, uma das esferas importantes para a tomada de decisão pública em matéria de governação ambiental é a aplicação de procedimentos de avaliação ambiental — uma componente essencial para a aprovação de projectos e, mais recentemente, programas ou planos —, com particular relevância (legal e ambiental) no âmbito de áreas RN2000 (ver secções 2.2 e 3.4.1). Além disso, no caso da AIA e da AAE, as respectivas componentes de consulta pública constituem uma das escassas oportunidades de participação pública na governação ambiental em Portugal. Estas diferentes razões fizeram com que procurássemos realizar uma exploração discursiva relevante para a RN2000 através das consultas associadas a procedimentos de avaliação ambiental. Pelas razões apresentadas na secção 4.2.3.a, optámos por explorar o caso da Ria de Aveiro³⁸⁵. Esta exploração propõe ser uma primeira abordagem à dimensão discursiva da governação ambiental

³⁸⁵ A razão principal é este sistema lagunar costeiro deter especificidades que se traduzem em atributos que o elevam ao estatuto de *estudo-de-caso paradigmático* (Flyvbjerg, 2001). Com uma tendência natural para o assoreamento geral, a Ria de Aveiro é paradigmática das dificuldades da governação ambiental de ecossistemas e habitats semi-naturais em dois sentidos: por um lado devido à altíssima complexidade associada aos seus sistemas ecológicos assentes numa hidrodinâmica lagunar e costeira sob forte influência humana e, por outro, devido à própria fragmentação governativa e administrativa deste território, dividido em 10 municípios e sob a tutela de várias entidades com responsabilidades espaciais (ver a secção 5.1).

deste território que, sobretudo enquanto ponto de partida para futuras investigações, possa dar origem a melhoramentos nas práticas sociais que a constituem, no sentido de os respectivos instrumentos se tornarem mais contextualizados e inclusivos, levando mais em conta as especificidades da constelação social local.

Como referido na secção 3.4, os procedimentos de AIA e AAE, além de servirem como uma ferramenta de tomada de decisão pública, podem ser também entendidos como um fórum de construção do discurso. Mesmo que um projecto, programa ou plano não seja aprovado ou executado, as discussões que se geraram acerca do mesmo terão contribuído para desenvolver os discursos em torno das respectivas questões em direcções particulares. Parece-nos que estes procedimentos podem, ao nível das formas como a respectiva componente de participação pública é abordada na prática e da própria definição do âmbito da avaliação, beneficiar da informação produzida por análises dos discursos locais. Frequentemente, os processos de avaliação ambiental tornam-se o foco de controvérsias que transcendem as questões meramente “ambientais” mais directamente relacionadas com o projecto em avaliação, e que emergem na participação pública por encontrarem aí uma oportunidade para se manifestarem. A isto acresce o facto de poderem existir questões abrangentes que se deixam concretizar mais facilmente em relação a um projecto específico. Estes aspectos fazem com que os procedimentos devam também considerar e redirigir a atenção para a dimensão política, económica e cultural onde as preocupações não-ambientais podem ser melhor atendidas. Ao não se conseguir fazer isso de forma explícita, corre-se o risco de a avaliação ambiental ser apropriada por questões políticas e culturais que nunca poderão ser resolvidas somente através da referência aos impactes ambientais³⁸⁶. A exploração desta esfera poderá testemunhar a existência de determinados discursos e representações, assim como da sua evolução, ela própria formatada pela implementação destes e de outros instrumentos de política do ambiente que possibilitem a confrontação discursiva de vários intervenientes. Importa reconhecer que as pessoas comunicam por outras razões para além da procura de verdade e conhecimento. No âmbito da participação pública, os sujeitos, além de partilhar ou procurar entendimento, também constroem identidades, ameaçam, manipulam, denunciam, etc., em função das complexas relações de poder estabelecidas entre si³⁸⁷. Isto constitui mais uma razão para levar em conta a dimensão do poder nas abordagens à governação ambiental através do discurso. O reconhecimento, interpretação, consideração e explicitação de representações e narrativas que estruturam o sentido construído pelas partes interessadas, assim como o seu comportamento estratégico a um nível discursivo, poderá ter assim um lugar relevante, contribuindo para realizar o potencial da avaliação ambiental para a aprendizagem social.

Com estes objectivos em mente, seleccionámos seis processos de avaliação ambiental (ver secção 4.2.3.b) e construímos um acervo de textos (um *corpus*) a partir dos pareceres enviados no âmbito das respectivas consultas (ver secção 4.2.3.c), o qual constituiu o nosso material empírico para a análise. À medida que o fomos explorando, fomos afunilando os nossos interesses mais específicos e desenvolvendo estratégias concretas para os abordar (ver secção 4.2.5).

³⁸⁶ Ver Beattie (1995) e a secção 3.4.

³⁸⁷ Ver Webler e Tuler (2000), a secção 3.4.2 e ainda a secção 6.2 acerca das características do género do *Parecer em Avaliação Ambiental*.

Cada um dos seis processos seleccionados, cinco AIA e uma AAE, correspondem a projectos e intervenções com as suas próprias especificidades no contexto da Ria de Aveiro e da investigação:

A. O *Projecto de Desenvolvimento Agrícola do Baixo Vouga Lagunar* foi acolhido como a resposta a uma longa reivindicação, sendo percepcionado pela maioria dos participantes como um ponto de viragem positivo num longo processo de deterioração económica, ambiental e social. O equilíbrio ecológico da área é geralmente visto como fruto de uma relação harmoniosa que foi perturbada pelas alterações de hidrodinâmica ao longo das últimas décadas, e cuja reposição passa por criar barreiras eficazes em impedir o avanço da cunha salina. O projecto foi positivamente acolhido pelos diferentes actores, embora houvesse divergências relativamente às soluções técnicas concretas das componentes do projecto. As principais reservas acerca da capacidade da intervenção para alcançar os seus objectivos foram levantadas pelas ONGs LPN e Quercus.

B. O projecto de *Requalificação da Pista de Remo de Aveiro* foi igualmente aclamado por quase todos os participantes, com excepção da Quercus que o rejeitou devido aos impactes negativos que considerava que o projecto teria sobre aquela parte da ZPE. A *Pista de Remo* foi defendida por se considerar que iria revitalizar a prática de remo e de canoagem, constituir um foco de desenvolvimento socioeconómico e ainda, por supostamente ter um efeito complementar aos objectivos de defesa do avanço da cunha salina do *Projecto de Desenv. Agrícola do BVL*, gerar condições favoráveis para a manutenção da agricultura local, para a conservação da biodiversidade e ainda para a laboração da fábrica Portucel em Cacia.

C. O *Projecto da Marina da Barra* polarizou a opinião pública contra e a favor da sua implementação. Os que a defenderam entendiam que iria ser um motor de desenvolvimento económico para a região e para a localidade da Barra, promover a prática de desportos náuticos na Ria de Aveiro e recuperar uma zona ambientalmente degradada. Os que se lhe opunham viam-na como incapaz de alcançar os objectivos a que se propunha, justamente por ser desenhada de uma forma totalmente desproporcional em relação ao local de implementação e exagerada em relação à procura que existiria pelos seus serviços enquanto marina, por procurar encobertamente garantir a sua rentabilização através de uma componente imobiliária excessiva e assim atentar contra o interesse colectivo em favor de interesses privados, e por destruir irreversivelmente uma zona RN2000, protegida pelo Direito Comunitário, dotada de valor ambiental, estético e afectivo, e também importante para a prática de recolha de bivalves. Sobretudo, o discurso dos intervenientes pareceu ficar polarizado entre os actores que adoptam uma perspectiva desenvolvimentista e aqueles cuja sensibilidade é formatada por concepções mais recentes de desenvolvimento, orientadas por critérios mais exigentes quanto à integração das intervenções com os lugares e ambientes onde se inserem.

D. O projecto de *Intervenção na Zona da Barra de Aveiro com Dragagem e Reforço do Cordão Dunar* foi recebido com cepticismo por alguns intervenientes relativamente à ausência de impactes negativos sobre a hidrodinâmica lagunar na avaliação que o EIA fazia do projecto. No entanto, a relevância deste para o sector portuário e para a economia da região foi reconhecida pela generalidade dos intervenientes. Para além dos possíveis efeitos das alterações na hidrodinâmica sobre a actividade agrícola e habitats de alto valor conservacionista, outros actores mostraram-se também preocupados com a compatibilidade da execução do projecto com alguns aspectos mais

específicos como, entre outros, a integridade das condutas da SIMRIA e o calendário da actividade balnear nas praias locais.

E. O projecto de *Reconfiguração da Barra do Porto de Aveiro* teve sensivelmente o mesmo tipo de reacções que o projecto portuário anterior, em que se destacam as dúvidas levantadas acerca da veracidade das conclusões do EIA. No entanto, participou um leque consideravelmente mais reduzido de intervenientes, sendo notável a ausência das ONGs ambientais que se tinham pronunciado acerca do projecto portuário anterior.

F. O *Programa Polis Litoral Ria de Aveiro* era ansiado pela generalidade dos participantes, que via nele uma oportunidade de captar recursos financeiros significativos para implementar um conjunto de intervenções importantes para a requalificação ambiental e socioeconómica da área envolvente da Ria de Aveiro. Nas consultas, várias entidades sugerem correcções e alterações às intervenções previstas no *Plano Estratégico* e à avaliação apresentada pelo *Relatório Ambiental*. Uma vez que estas consultas dizem respeito a um amplo leque de intervenções, possuem uma abrangência temática maior, levando à confluência de várias questões e temas que haviam emergido nos outros processos. As questões relacionadas com as alterações de hidrodinâmica, a degradação da qualidade ambiental do ecossistema lagunar (em que se inclui a respectiva biodiversidade e as condições para a sua conservação), e a salinização dos campos agrícolas aparecem neste âmbito com especial relevância.

Depois de contextualizar a ZPE Ria de Aveiro relativamente às suas dimensões físicas e sociais nas vertentes que mais nos pareceram relevantes para a sua governação ambiental (secção 5.1), procurámos sintetizar e comentar o perfil de participação nas consultas relativas à avaliação ambiental dos projectos acima elencados, assim como os conteúdos, de forma genérica, dos pareceres submetidos (secção 5.2). Depois de propor uma caracterização do género do *Parecer em Avaliação Ambiental* (secção 6.2) e de contextualizar a invocação da figura da RN2000 em relação a outros elementos associados à conservação da natureza (secções 6.3 e 6.4), partimos para a exploração de questões representacionais (secção 6.5).

De modo a direccionar a exploração de um *corpus* extenso e diverso, sentimos necessidade de circunscrever um fio temático condutor que proporcionasse coerência e, sobretudo, relevância à análise nos termos atrás referidos. Assim, ao longo do desenvolvimento da investigação, optámos por nos concentrar na problemática da hidrodinâmica devido a fundamentalmente duas razões. A primeira tem a ver com o facto de ocupar um lugar central nos discursos (e no ecossistema) da Ria de Aveiro, revelando-se uma espécie de denominador comum para o conjunto de processos seleccionados para enquadrar a RN2000 nos discursos dos actores deste território. A segunda decorre da primeira, isto é, à medida que fomos contactando com os pareceres, foi-se tornando claro que a hidrodinâmica constitui o núcleo temático que levanta mais controvérsia entre os principais actores da Ria de Aveiro, estando associada a um conjunto de veementes críticas associadas ao apoio ou à contestação das intervenções submetidas a avaliação ambiental. Concretamente, a problemática da hidrodinâmica é representada por um grupo de actores — com aparente tendência a crescer — como a questão mais fundamental para a sustentabilidade global (ambiental e também socioeconómica) de todo o território da Ria de Aveiro. A sessão pública de esclarecimento realizada no âmbito da AAE do *Programa Polis* foi particularmente ilustrativa do

espaço que a questão da hidrodinâmica está a tomar nos discursos sobre a Ria de Aveiro. Das 14 intervenções, sete tocaram a questão, sendo em cinco destas o foco principal ou integral da intervenção. Assim, e por vezes de forma veemente, o tema dominou o conteúdo global das intervenções e constituiu o principal foco de crítica. No período de consulta pública que se seguiu, o tema da hidrodinâmica diluiu-se entre outras questões levantadas pelos pareceres enviados, mas mesmo assim esteve associado às críticas, comentários e sugestões mais frequentes (ver secção 5.2.7).

8.1.2 Limitações da investigação

É importante notar que as potencialidades de análise de um *corpus* como o que foi constituído podem apenas ser afloradas nesta abordagem preliminar. De facto, como sugerido na secção 8.2, tanto a análise proposta como a própria constituição do seu objecto (i.e. o *corpus*) abrem caminho para várias outras possibilidades de investigação. Algumas destas estarão directamente relacionadas com a temática em questão, outras poderão seguir linhas diferentes para outros campos de investigação em torno da realidade social da Ria de Aveiro. No âmbito desta tese em particular, pretendeu-se explorar determinados aspectos em função da agenda programática delineada no Capítulo III. Importa também reconhecer que a plena realização do potencial que teoricamente atribuímos às abordagens críticas ao discurso neste âmbito de aplicação — nomeadamente a governação ambiental de territórios com habitats semi-naturais onde é necessário harmonizar a presença humana com determinados objectivos de conservação — depende de um aprofundamento e alargamento da investigação que não está ao alcance da presente dissertação.

Como referido, a aplicação da ACD deve, nos termos de Fairclough, ser idealmente um empreendimento transdisciplinar de forma a proporcionar uma compreensão adequada da tridimensionalidade do problema social (na sua dimensão semiótica) e dos fenómenos em causa, isto é, através de uma análise da (i) prática social, da (ii) prática discursiva, e dos (iii) textos propriamente ditos. Assim, o âmbito da análise abrangeria, idealmente, além das propriedades dos textos, também a sua produção, distribuição e consumo (incluindo os processos sócio-cognitivos de produção e interpretação textual), as dinâmicas discursivas a várias escalas e ainda as práticas sociais ao nível institucional e a sua associação a relações de poder. De facto, seria importante estabelecer elos entre as diversas cadeias de textos e práticas discursivas (que estruturam a ordem do discurso) relacionadas com as várias práticas sociais (que estruturam a ordem social), incluindo os textos provenientes dos média, das administrações e das instituições responsáveis pela produção do(s) discurso(s) científico(s). Por outras palavras, uma análise discursiva deste tipo careceria de um projecto e uma equipa de investigação genuinamente multidisciplinar, capaz de articular transversalmente contributos teóricos de várias ciências sociais (como a Sociologia, a Ciência Política, o Direito, a Psicologia Social, a Geografia Humana, a História, etc.) com as ramificações da ordem social de um território como a Ria de Aveiro. Já fora do âmbito de investigação, mas central para o cabal cumprimento dos seus objectivos directos, seria necessário que os respectivos ganhos epistémicos fossem reflexivamente introduzidos em formas de diálogo na esfera pública que possam afectar políticas públicas e promover a mudança social no sentido da

sustentabilidade³⁸⁸. À inexistência de tais condições, acresce ainda a enorme carência de estudos de carácter sociológico ou discursivo acerca da região que abrange o ecossistema da Ria de Aveiro que, caso existissem, poderiam ter servido de base ou complemento à investigação. Não obstante as dificuldades inerentes a um projecto de investigação individual desta natureza, pretendeu-se contribuir para uma primeira tentativa de mapeamento e exploração de aspectos representacionais relevantes, lançando, a partir da identificação de notáveis tensões ao nível discursivo, um conjunto de questões que possam constituir um ponto de partida para futuras investigações.

Mais concretamente, a análise desenvolvida nos Capítulos VI e VII apresentou sérias dificuldades. Estas prenderam-se principalmente com o desenvolvimento de estratégias para explorar aspectos específicos de um extenso volume de texto, com a articulação de perspectivas e considerações sobre os textos a diferentes escalas (dentro dos textos individuais e entre os textos de forma transversal) e com a articulação da análise com a informação contextual ao nosso dispor. Em particular, as relações conceptuais teoricamente assumíveis acerca do discurso são, na prática, muito difíceis de tratar analiticamente. Frequentemente, não é fácil distinguir aquilo que pode ser mais ou menos demonstrável daquilo que apenas pode ser inferido mas não confirmado ou explorado através deste tipo de abordagem analítica. Esta dificuldade relaciona-se, em parte, com a complexidade da relação entre a esfera motivacional e a esfera representacional. Além de a dimensão *accional* ter influência sobre a apropriação retórico-argumentativa de determinados discursos e representações, assume-se que o entendimento representacional configura, de forma dialéctica, a própria esfera accional (ver secção 4.1). No entanto, é importante ter em conta que o entendimento representacional dos participantes pode nem sequer corresponder àquele efectivamente manifesto no texto, mas a presença ou ausência desta correspondência não é explorável através deste tipo de análise. Por outras palavras, podemos apenas procurar interpretar as formas como o discurso é apropriado por diferentes sujeitos, sendo que o que está para além do discurso, tal como as intenções dos seus sujeitos, permanece um campo profundamente especulativo. No entanto, partiu-se de assunções acerca da esfera motivacional e cognitiva dos sujeitos para procurar interpretar a texturização discursiva que produzem (ver secções 4.1 e 4.2). Estas limitações levaram a um conjunto de hipóteses não verificáveis através desta dissertação, mas que poderiam ser reforçadas por investigações complementares (ver secção 8.2.2). Assim, as principais conclusões que apresentamos na secção seguinte devem ser entendidas como resultados preliminares.

8.1.3 Principais conclusões da investigação

Como referido, uma componente importante da exploração, de forma a retratar o contexto discursivo dos textos considerados, foi a caracterização do género do *Parecer em Avaliação Ambiental* (secção 6.2). Apesar de estes pareceres corresponderem, na sua maior parte, a um género textual que geralmente toma por referência as características do *Parecer Institucional*, verifica-se, na prática, uma grande variedade interna sobretudo em função da proveniência dos textos, mas também um grau significativo de variação dentro das mesmas tipologias de entidades que os enviam. Neste âmbito, uma das nossas conclusões principais foi que tal variação está

³⁸⁸ Ver Chouliaraki e Fairclough (1999).

associada, por um lado, às motivações subjacentes ao acto de emissão de parecer, ao tipo de identidade assumida pelo autor e ao tipo de relações sociais em permanente (re)criação nesta esfera institucional e, por outro lado, aos *recursos discursivos* que se encontram à disposição dos autores dos pareceres (sobretudo no caso dos particulares e dos autarcas).

Apresentou-se um mapeamento das referências à conservação da natureza em geral e das referências a aspectos relacionados com a RN2000 em particular (ver secção 6.3). Por ordem decrescente, referem-se à designação da Ria de Aveiro enquanto RN2000, sobretudo as associações ambientalistas, as autarquias e as universidades. Os órgãos da administração central apenas o fazem quando a designação tem algum tipo de relação directa com a sua jurisdição de actuação, enquanto as outras entidades, e em particular os cidadãos, apesar de se referirem frequentemente a questões associadas à conservação, fazem-no sem se centrar tanto nos aspectos técnicos do estatuto deste território enquanto área protegida. Nesta distribuição, a grande excepção encontra-se no *Projecto Marina da Barra*, em que encontramos uma elevada proporção de particulares a fortalecerem a sua argumentação através da figura legal da RN2000.

Em geral, a preservação ambiental e a conservação da natureza, mesmo quando não associadas a uma designação explícita, surgem frequentemente, entre outros, como elementos positivos para reforçar as razões em avançar com uma determinada decisão. Em particular, a figura da ZPE, da RN2000, e a respectiva legislação aparecem no discurso dos participantes destas consultas sobretudo para fundamentar e reforçar a autoridade dos argumentos apresentados. Concretamente, este reforço argumentativo está relacionado com a demonstração da importância e/ou obrigatoriedade da conservação de certas espécies e habitats, com a definição do valor positivo ou negativo dos impactes associados à implementação ou à ausência de implementação de medidas ou intervenções, e para enquadrar propostas ou rumos de acção considerados adequados à luz da legislação comunitária e nacional sobre os valores ambientais ou os espaços em questão. Secundariamente, a referência a este tipo de figura normativa contribui para construir a identidade dos autores dos pareceres enquanto sujeitos informados sobre questões técnicas e específicas dos instrumentos do foro da política ambiental, o que, por sua vez, tende a consolidar a força argumentativa dos pareceres (ver secção 6.4).

Além da expectável associação textual entre as referências à conservação da natureza em geral e à RN2000 em particular, verificou-se que uma extensa parte dos discursos acerca dos espaços e elementos directamente relevantes para os objectivos da RN2000 não incluem terminologia que os enquadre explicitamente enquanto tal, ou seja, existe um claro desfasamento entre as referências a elementos centrais para a conservação deste território e as referências explícitas à RN2000 na Ria de Aveiro. Por um lado, esta observação vai ao encontro da constatação das referências à RN2000 constituírem sobretudo uma fonte adicional de normatividade para os argumentos apresentados, acrescentando-lhes a autoridade da esfera legal associada à mesma. Por outro, tal sugere que importa, ao nível representacional, olhar para além das referências à RN2000, porque, independentemente de esta ser explicitamente invocada ou não, as representações e narrativas em torno destes elementos são relevantes para os espaços abrangidos pela ZPE. Assim, importa também considerar estes outros elementos de modo a explorar a dimensão discursiva dos espaços físicos da ZPE *Ria de Aveiro*. De qualquer modo, é nossa convicção de que, mesmo quando não directamente mencionados, os normativos legais associados

à ZPE e outras designações continuam a desempenhar um importante papel, no sentido em que a maior parte dos intervenientes saberá que estes espaços se encontram legalmente protegidos, argumentando tacitamente com base nesse pressuposto, que se assume que o receptor e os outros actores também partilhem.

Como referido, verificou-se que a questão da hidrodinâmica tem ocupado um lugar central nos discursos desta arena pública específica. O facto de corresponder à principal razão invocada para contestar o *Programa Polis Ria de Aveiro*, a respectiva AAE e, indirectamente, a governação ambiental da Ria de uma forma geral, evidencia a sua actualidade e relevância. Neste contexto, nos pareceres enviados pelas diferentes entidades, observa-se diferentes visões sobre a Ria e as distintas propostas que daí decorrem acerca desta temática. Enquanto alguns pareceres manifestam preocupação com agendas pouco transparentes e a justificação de decisões já tomadas com base em estudos ou relatórios enviesados, outros insistem numa visão tecnocrática da boa governação ambiental, que se traduz na consideração formal das diferentes políticas e peças legislativas. Uns expressam perspectivas mais associadas à importância de símbolos de identidade colectivos, outros pretendem assegurar precisão científica de forma a agir com segurança, enquanto outros ainda pretendem que se aja imediatamente enquanto existe tempo e oportunidade para tal³⁸⁹.

Associadas a esta problemática, existem três dimensões relativas à distribuição das relações de poder na Ria de Aveiro que emergem com especial saliência na globalidade do *corpus*, e que nos parecem deter implicações importantes para a implementação da RN2000 no contexto da governação ambiental da Ria de Aveiro.

Em primeiro lugar, é importante levar em conta a dimensão simbólica que o Porto de Aveiro e as actividades tradicionais têm para o contexto específico da Ria de Aveiro. Se, por um lado, actividades como a salicultura e a agricultura são centrais para a identidade colectiva de algumas comunidades e municípios em particular, a actividade portuária representa também uma antiga e importante tradição no contexto da Ria de Aveiro, encontrando-se também intimamente interligada à abertura e manutenção da barra. De facto, esta significa muito mais do que a entrada do porto, constituindo um elemento central do ecossistema Ria. Tendo os períodos de maior fechamento da barra constituído momentos de verdadeira crise para região, a barra encontra-se, de forma absolutamente fundamental, ligada à “sustentabilidade” da vida humana na Ria. Literalmente, a abertura da barra constituiu a principal condição para a sustentabilidade das populações locais e para o florescimento das diferentes actividades socioeconómicas — as mesmas que, contemporaneamente, usufruem do estatuto de “actividades tradicionais”. Assim, além de ser um dos principais focos geradores de emprego na região, a actividade portuária dispõe de um importante capital simbólico que colide com a importância simbólico-cultural de actividades como a salicultura e a agricultura onde estas estão mais associadas à identidade local.

Em segundo lugar, as relações entre o poder local e a administração central têm sido marcadas por tensões, as quais parecem ter longas raízes históricas. A forma como as administrações locais e centrais foram interagindo em relação aos problemas resultantes da instabilidade sedimentar aponta para uma dinâmica propícia a suscitar sentimentos de dependência,

³⁸⁹ Para uma discussão mais detalhada das considerações que passamos a fazer, ver a discussão desenvolvida no capítulo anterior, onde se incluem também as respectivas referências bibliográficas que aqui foram reduzidas para tornar o capítulo final mais leve e compacto.

impotência e consequente passividade³⁹⁰. Este padrão parece reproduzir-se contemporaneamente com os grandes projectos actuais, principalmente no caso do *Projecto de Desenv. Agrícola do BVL* e das intervenções associadas ao *Programa Polis Litoral Ria de Aveiro*. Em geral, os grandes problemas ambientais da Ria de Aveiro têm sido associados a uma esfera que transcende o poder local, fragmentado e sem recursos financeiros para desenvolver soluções integradas para os problemas da Ria. Os ministérios com tutelas sobre as obras públicas, a agricultura e o ambiente têm sido criticados pela ausência de importantes intervenções de reparação e manutenção na zona lagunar. Adicionalmente, os ministérios com tutela sobre o ambiente têm sido criticados por não terem criado uma entidade concentrada com responsabilidades sobre a Ria. Especificamente em relação ao ICNB, este tem sido negativamente percebido por causa da forma unilateral com que se entende que impõe restrições ambientais na área, onde se inclui a designação ZPE.

Finalmente, também ao nível horizontal da governação da Ria de Aveiro se constata a existência de assimetrias que podem estar a condicionar os discursos dos seus actores sociais. Devido a razões de carácter sobretudo geográfico, os municípios que partilham a Ria dispõem de recursos e potencialidades de desenvolvimento socioeconómico diferenciados. Os factores de diferenciação encontram-se relacionados com desenvolvimentos históricos que se traduzem em perfis demográficos, sociais e territoriais distintos. Acreditamos que este conjunto de factores contribuem eventualmente para a formação de identidades colectivas (e interesses) diferentes consoante as zonas (e os usos) da Ria. Assim, os diferentes utilizadores (e autarquias) da Ria têm, em função destes aspectos, diferentes interpretações da Ria de Aveiro, o que faz com que se refiram a coisas diferentes quando mencionam a Ria de forma genérica³⁹¹.

Nos pareceres considerados, observaram-se vários temas recorrentes: *Necessidade de reparação ou reposição*, *Compatibilidade multidimensional*, *Urgência*, *Receio de não-implementação / não-intervenção*, *Desconfiança entre e nas instituições*. No capítulo anterior, a Figura 7.1 procurou ilustrar as principais relações entre estes temas no âmbito do discurso dos intervenientes que mais invocam a problemática da hidrodinâmica como um elemento chave da governação ambiental da Ria de Aveiro. Se estas relações são, em parte, estabelecidas no próprio discurso dos autores dos pareceres, resultam também da nossa interpretação a partir de uma perspectiva comparativa e transversal sobre os pareceres. Estes cinco temas perspectivam-se como proximamente interligados, reforçando-se reciprocamente. A *necessidade de reparação ou reposição* é sentida com *urgência*, que acentua e é acentuada pelo *receio de não-implementação / não-intervenção*, que resulta de um considerável grau de *desconfiança entre e nas instituições*. Por sua vez, este último tema condiciona a forma como a responsabilidade pelos impactes negativos é atribuída principalmente à administração portuária e às entidades responsáveis da administração central. Estas últimas, de acordo com algumas versões desta meta-narrativa, não só permitiram as

³⁹⁰ Já no séc. XVII e XVIII, o poder local foi fazendo apelos recorrentes para que o poder central enviasse soluções para o problema de obstrução da barra. Em várias ocasiões foram de facto enviados técnicos e projectistas que tentaram criar soluções, as quais raramente se chegaram a implementar. Tanto antes como depois da fixação da barra em 1808, muitos dos estudos efectuados nesta época resultaram infrutíferos e inconclusivos, não levando a intervenções práticas devido à falta de fundos e ao elevado grau de incerteza, associado à complexidade do sistema hidrodinâmico e sedimentar com que os vários peritos se deparavam.

³⁹¹ Na medida em que diferentes interpretações podem favorecer trajectórias distintas acerca do que representa mudança ou estabilidade, os discursos sobre o desenvolvimento sustentável constituem uma arena em que os indivíduos e as organizações criam e protegem as suas identidades (ver a secção 7.2.1).

intervenções que têm sido feitas ao longo de décadas para permitir a expansão da actividade portuária (sobretudo na embocadura da Ria e nos canais internos de navegação), como também não implementaram medidas capazes de cancelar ou minimizar os seus impactes negativos. A incompetência e a negligência com que tais entidades são caracterizadas, assim como uma dinâmica de governação insuficientemente inclusiva, constituem obstáculos para o que se considera geralmente como o caminho para a resolução dos problemas da Ria de Aveiro, uma ideia de *compatibilidade multidimensional* onde cabem todo o tipo de propostas, das mais concretas às mais vagas.

Dada a polidez do registo (associado às características da correspondência institucional) que domina o género do *Parecer em Avaliação Ambiental*, é — através da transgressão explícita do comportamento socialmente expectável nesta ordem de discurso — notável o tom que marca os pareceres de actores que percebem os seus interesses como particularmente afectados pelas alterações de hidrodinâmica (ver secção 6.2). Infundamentado ou não, estes desvios genéricos parecem-nos exprimir um descontentamento efectivo que não deve ser ignorado no contexto da governação ambiental da Ria de Aveiro. Parecem existir divergências ao nível das articulações concretas que se perspectivam entre as diferentes valências consideradas pelos participantes relativamente àquilo que deve pautar a sustentabilidade, assim como tensões relativas a questões ideológicas mais gerais e aspectos relacionados com a governação deste território. Neste âmbito, parecem-nos particularmente problemáticos os aspectos relacionados com a) *Legitimidade política, governação inclusiva e confiança nas instituições*, b) *O efeito potencialmente perverso da compatibilidade multidimensional* e a c) *A disputa pelo estatuto de verdade e o lugar do conhecimento e da técnica na governação*³⁹².

A exploração do *corpus* sugere a existência, por parte de alguns actores, de falta de confiança nas intenções ou competências da administração central e de um dos mais influentes actores para o funcionamento do ecossistema da Ria (a APA), falta de confiança nos estudos e no conhecimento teórico que têm sido invocados para defender intervenções e falta de confiança na capacidade de implementação daquilo que é projectado e proposto. Alguns dos pareceres considerados contêm discursos que constroem uma estória de marginalização política sistemática, sugerindo um retrato de injustiça social entre os diferentes municípios e actores sociais, nomeadamente na distribuição espacial (e, consequentemente, social) de custos e benefícios.

Ao mesmo tempo, uma noção simplista de *compatibilidade multidimensional* poderá constituir um sério entrave para um modelo de desenvolvimento sustentável efectivamente compatível com os objectivos da RN2000. Num contexto em que cada vez é mais evidente que formas efectivas de sustentabilidade requerem uma profunda transformação de paradigmas de desenvolvimento e se ambiciona uma transição cada vez mais “presente” e menos “futura” nesse sentido, a eventual apropriação de forma ingénua ou abusiva de noções mais ou menos vagas de compatibilidade tem o efeito prático de se “empurrar” os problemas ambientais para um futuro incerto em que, supostamente, soluções técnicas se encarregarão de compatibilizar o crescimento económico com a preservação ambiental. Em contraste com a desconfiança atrás referida, observa-

³⁹² Ver secção 7.2.2 para uma discussão ampliada destes aspectos.

se, neste aspecto, um eventual excesso de confiança na capacidade de soluções técnicas e tecnológicas para resolver problemas e criar soluções compatíveis e sustentáveis³⁹³.

Com especial saliência no âmbito dos procedimentos de avaliação ambiental, os estudos de carácter técnico-científico ocupam um lugar importante para fundamentar ou contestar as argumentações desenvolvidas nos pareceres enviados nas consultas. A forma como isto ocorre parece-nos estar relacionada com as relações verticais e horizontais atrás mencionadas. Vários intervenientes reivindicam mais estudos quando consideram aqueles que já existem quantitativa ou qualitativamente insuficientes. Em alguns casos, tal reivindicação prende-se com a necessidade de produzir um *teste de realidade* formal, que possa ser considerado válido perante os outros actores envolvidos no âmbito desta esfera governativa. Esta interpretação aponta para dinâmicas enraizadas de instrumentalização consciente da produção de conhecimento, potencialmente perversas para a governação ambiental num contexto de grande incerteza, porque levam a uma lógica circular de desconfiança acerca do conhecimento apresentado para apoiar (ou racionalizar) determinados trajectórias já adoptadas.

Os referidos padrões discursivos são importantes para este contexto porque evidenciam pontos de tensão associados a diferentes posicionamentos sociais e que, eventualmente, se traduzem em obstáculos a uma noção de *convergência narrativa* (ver secção 3.3.2). Como mencionado, esta não se trata de uma homogeneidade representacional — que se traduziria na anulação do pluralismo e da diferença inerentes a um “ecossistema” governativo saudável — mas de um grau mínimo de convergência no entendimento de um espaço partilhado (que se traduziria numa visão mais integrada do território) que possibilite uma acção colectiva concertada entre os diversos actores numa direcção sustentável. Como resumiremos a seguir, acreditamos que estes aspectos têm igualmente implicações para a implementação da RN2000.

Principais implicações para a conservação da natureza e a implementação da RN2000³⁹⁴

Por toda a UE, o processo de selecção e designação dos sítios RN2000 levou frequentemente a que as considerações de natureza social e económica fossem tidas em conta apenas nas fases posteriores de implementação, originando processos que foram percepcionados, por parte dos actores locais, como carecendo de legitimidade política. Juntamente com o sentimento de exclusão dos processos de tomada de decisão, o elevado grau de incerteza relativamente às consequências da designação RN2000 também contribuiu para acumular inseguranças acerca dos efeitos da designação ao nível da justiça social. Estas incluíam a percepção da RN2000 como uma eventual ameaça para os estilos de vida locais, assim como para a manutenção das identidades pessoais e colectivas. Para a aceitação e sucesso da materialização efectiva das políticas de conservação, o envolvimento dos actores locais tem sido defendido como fundamental.

A falta de processos decisórios adequadamente inclusivos, pelo menos segundo o ponto de vista dos autarcas locais, parece também ter ocorrido no caso da Ria de Aveiro³⁹⁵. No âmbito da

³⁹³ Este elemento poderá encontrar-se correlacionado com o anterior de forma prejudicial, uma vez que poderá significar um menor investimento em dinâmicas de governação mais cooperativas e integradas, dado que o avanço tecnológico por si só não tem garantido necessariamente condições e situações mais sustentáveis.

³⁹⁴ Ver a secção 7.2.3 para uma consideração ampliada destes aspectos e completa referência bibliográfica que aqui se omite com o objectivo de evitar repetições.

presente investigação, pretendeu-se caracterizar representações de espaços e elementos centrais (ao nível do discurso) para a conservação da biodiversidade, que a podem facilitar ou dificultar. Determinados temas discursivos sugerem fragilidades ao nível da governação deste território e, simultaneamente, poderão significar dificuldades para alcançar um grau (ou tipo) satisfatório de convergência narrativa que sirva os interesses da biodiversidade local. Além dos interesses divergentes dos diferentes actores sociais, do elevado grau de desconfiança entre entidades, e da estória de marginalização que vem sendo construída pelo grupo de actores mais afectado pelo avanço da cunha salina — aspectos que potencialmente dificultam dinâmicas colaborativas —, a noção bastante disseminada de estes problemas ambientais serem, através da *técnica* (ou seja, através do conhecimento científico e capacidade física de intervenção) necessariamente compatibilizáveis num eventual equilíbrio, poderá constituir um entrave para a procura de soluções efectivamente alternativas. De forma sintomática, e apesar de todas as críticas que apontam, as diversas entidades parecem representar a actividade portuária como inquestionável, sendo que os demais objectivos para o território se deixam enquadrar através de adaptações e estratégias de compatibilização. A expansão da actividade portuária apresenta-se (e representa-se) assim como incontornável, a partir da qual todas as políticas ambientais têm que ser desenvolvidas ou adaptadas.

Por outro lado, outros padrões discursivos identificados poderão facilitar os esforços para cumprir os objectivos da RN2000. Vários actores locais acabam por reivindicar e apropriar-se dos mesmos objectivos de conservação, recorrendo à própria legislação comunitária e nacional relativa à RN2000 para defender os seus interesses. Em particular, entre alguns autarcas, parece estar em expansão o discurso de que o desenvolvimento dos municípios que envolvem a Ria de Aveiro deve virar-se para esta, isto é, voltar às suas raízes socioeconómicas ou a novas formas de explorar a Ria enquanto o elemento generativo das identidades colectivas locais. A sua significância afectiva, simbólica, identitária e económica parecem-nos ser as razões que, de facto, mais peso têm para os actores sociais da Ria quererem proteger os ecossistemas locais, e não o facto de estes se encontrarem designados ao abrigo da RN2000, cujo estatuto tem servido sobretudo para reforçar argumentos alimentados pelas preocupações referidas. No entanto, uma figura legal como a RN2000, que pretende recuperar ou preservar a biodiversidade associada a um imaginário com conotações positivas, poderá encontrar nestas pretensões uma importante fonte de capital simbólico para se tornar mais presente no discurso (e no agir) das populações da Ria. De forma semelhante, a crescente adopção de discursos de cunho ecológico por parte de autarcas e a tendência de a Ria de Aveiro ser cada vez mais referida como um ecossistema integrado poderão ser significativas porque, ainda que estejam sobretudo a ser exploradas com fins retóricos, poderão contribuir para se ultrapassar visões fragmentadas e particularizadas dos espaços da Ria. Tais discursos poderão encontrar-se num estado embrionário com potencial para se transformarem em discursos poderosos, eventualmente capazes de alterar a governação e a configuração ambiental da Ria de Aveiro. Importa necessariamente que estes discursos, que existem ao nível dos autarcas destes municípios, se disseminem entre os munícipes de forma mais alargada. Isso é particularmente essencial para o discurso que defende um retorno à Ria como motor de desenvolvimento, uma vez que essa via depende da existência de gerações dispostas a se dedicarem às actividades

³⁹⁵ Ver Sumares e Fidélis (2009).

socioeconómicas capazes de revitalizar os ecossistemas da Ria, o que implica, se quisermos manter a Ria de Aveiro “dentro da história”, uma reinvenção do tradicional em contextos modernos, ou seja, a manutenção negociada da significância cultural do(s) ambiente(s).

8.2 Recomendações

8.2.1 Algumas considerações sobre os objectivos da RN2000

A implementação de políticas não constitui um objectivo, mas um meio para atingir os objectivos específicos com que a uma determinada política foi criada. Além desses objectivos, uma vez que os efeitos reais das políticas só podem ser vistos a longo prazo e dependem da sua capacidade para enquadrar discussões e alterar as formas como as pessoas pensam e agem, a sua implementação implica também repensar os meios com que os objectivos das mesmas políticas podem ser alcançados. No caso das *Directivas Aves* e *Habitats*, estas só poderão ser bem sucedidas se contribuírem para que as pessoas repensem as suas decisões e as actividades que afectam negativamente espécies e habitats (Beunen, 2010). Por outras palavras, os objectivos substantivos da RN2000 não podem ficar na sombra dos seus objectivos procedimentais, como tem sido a tendência em países em que a implementação da RN2000 se encontra mais adiantada, e onde a evolução de ideias acerca das respectivas directivas tem levado a divergências entre estes dois tipos de objectivos.

As políticas de conservação da natureza são certamente importantes para proteger a biodiversidade, mas os esforços reais e concretos têm de partir dos indivíduos que agem e tomam decisões. Assim, idealmente, a investigação sobre a implementação da RN2000 (assim como de outras políticas) não deve centrar-se no seu cumprimento formal, mas no processo em que diferentes actores concorrem (discursivamente) em torno dos significados concretos que são atribuídos aos “produtos” da sua implementação³⁹⁶ e das respectivas consequências para as suas próprias actividades. Em relação ao segundo caso, é importante estudar o que acontece nos processos de planeamento e tomada de decisão e relacionar isso com as políticas específicas e os seus resultados (ver Beunen, 2010). Aí, a questão orientadora não deve ser se os objectivos são alcançados (devido à falta de linearidade entre estes e a RN2000), mas o que é que acontece e porquê, se existem consequências imprevistas e se estas são desejáveis ou não³⁹⁷. Não menos importante, relativamente ao primeiro aspecto, importa estudar a esfera representacional. Uma das formas de o fazer é através dos discursos produzidos em contextos-chave, que foi o que procurámos fazer de forma preliminar nesta dissertação. Em vista das limitações e conclusões da

³⁹⁶ Com “produtos” (*outputs*) referimo-nos aos resultados formais da implementação de uma política. No caso específico das *Directivas Aves* e *Habitats*, exemplos dos mesmos seriam as respectivas delimitações espaciais, documentos normativos como o Plano Sectorial RN2000, as próprias medidas de gestão, as autoridades responsáveis pela elaboração de tais produtos e pelo seu cumprimento, etc..

³⁹⁷ Estas questões ecoam as questões daquilo que Flyvbjerg designou de *ciência social fronética*, isto é, uma abordagem de investigação social cujo objectivo é «contribuir para aumentar a capacidade da sociedade para a deliberação racional de valores e acção», isto é, «contribuir para a racionalidade prática da nossa sociedade ao elucidar onde nos encontramos, para onde nos queremos dirigir e o que é desejável de acordo com diferentes conjuntos de valores e interesses» (Flyvbjerg, 2001, p. 167).

investigação enunciadas nas secções anteriores, importa aprofundar o conhecimento destas realidades em várias direcções.

8.2.2 Recomendações teóricas: prolongamentos e interligações

O maior contributo deste trabalho é, provavelmente, o de ter proporcionado um primeiro mapeamento da esfera discursiva do contexto da governação ambiental da Ria de Aveiro. Isso faz com que, como referido na secção anterior, apresente fragilidades relacionadas com a superficialidade e o carácter preliminar da exploração e dos resultados alcançados. Por outro lado, e sobretudo face à notável escassez de estudos acerca da realidade social do território da Ria de Aveiro, tem o mérito de poder identificar e servir de base para linhas de investigação relevantes para este contexto específico.

Algumas das sugestões de investigação a seguir referidas relacionam-se com a verificação ou a validação dos resultados e hipóteses agora preliminarmente produzidos, isto é, constituem um aprofundamento da investigação realizada. Já a exploração de outras questões com relevância para a governação ambiental da Ria de Aveiro que não foram abordadas aqui podem partir deste primeiro mapeamento discursivo (sobretudo através da caracterização genérica proposta na secção 6.2). Tanto num caso como no outro, algumas das possíveis continuações deste estudo poderão reutilizar o *corpus* constituído, sobretudo em complementaridade com outras fontes de dados como entrevistas e análises de outros tipos de textos.

No âmbito do foro discursivo, seria importante explorar mais a dimensão de produção e de recepção (interpretação) dos textos. A dimensão da recepção não fez parte do nosso objecto de investigação, isto é, não foram averiguadas as formas como os pareceres foram lidos, interpretados, e as formas como estes afectaram ou não as decisões tomadas em relação aos projectos e ao programa *Polis*. Explorar esta dimensão implicaria uma abordagem muito diferente, capaz da complexa tarefa de circunscrever a influência dos outros factores que tenham pesado para as decisões. Devido à alta complexidade do cruzamento das várias influências, é impossível estabelecer relações de causa-efeito lineares³⁹⁸. No entanto, associadas ao aspecto da recepção (mas também ao da produção), encontra-se um conjunto de questões que são eventualmente mais acessíveis, relacionadas com a dimensão da justificação. O que é que as entidades receptoras destes pareceres consideram justificações aceitáveis neste contexto específico? Como é que essa interpretação se desenvolve e como muda ao longo do tempo? Mais especificamente, que papel é que desempenha a designação de RN2000 na construção (discursiva) da decisão?

Mais acessíveis ainda são as questões do lado da produção. Fomos tocando superficialmente e indirectamente este aspecto, mas não o tornámos um foco específico de exploração. A partir de um *corpus* como este, é possível abordar de modo sistemático as formas em que a justificação é considerada adequada pelos diversos actores/autores. Partindo do pressuposto de que os pareceres explicitamente argumentativos tomam a forma que se afigura mais eficaz de um ponto de vista accional, é possível tirar conclusões acerca de como a dimensão justificatória é perspectivada pelas diferentes entidades. Ao mesmo tempo, importa ter sempre presente, por um lado, a relação

³⁹⁸ Na secção 3.4.1, referimos já esta dificuldade em relação aos procedimentos de AIA e AAE, ao discutir as formas como se perspectivam o papel dos mesmos no contexto da tomada-de-decisão pública.

dialéctica entre os recursos culturais e discursivos à disposição dos autores e as suas exigências perante o que consideram constituir uma justificação adequada e, por outro lado, mas também relacionado com este aspecto, as formas como se estruturam as relações de poder entre os diferentes intervenientes. Assim, importaria explorar questões relativas às formas como são produzidos os *testes de realidade* neste contexto (ver Boltanski e Thévenot, 2006), isto é, os tipos de provas ou fundamentos que são avançados para ancorar os argumentos e justificar a tomada de posição.

Ao nível representacional, importa ver como é que as representações transitam entre os géneros que constituem as cadeias textuais desta esfera governativa. Estas incluem também as cadeias mais específicas relativas à aplicação dos procedimentos de avaliação ambiental. Justamente com essa preocupação, a intenção original da estruturação tripartida do *corpus* (ver secção 4.2.3) era poder comparar como é que determinadas representações transitam ou são apropriadas de uma tipologia para outra, por exemplo, sob que forma determinados aspectos são incluídos ou excluídos nas sínteses do conteúdo dos pareceres apresentadas à Comissão de Avaliação através dos *Relatórios de Consulta Pública*, ou que argumentos levantados pelos participantes transitam para a justificação da decisão proposta pela *Declaração de Impacte Ambiental*. Com o afunilamento da investigação, tomou-se a opção de incluir na versão final do *corpus* apenas os pareceres submetidos. No entanto, seria relevante procurar estabelecer o tipo de comparação acima referido, com o objectivo de averiguar como determinados discursos e representações são excluídos e formatados nesta esfera. Relacionado com este aspecto, importa considerar como as formas dominantes do género do *Parecer em Avaliação Ambiental* poderão levar à exclusão de determinados sujeitos³⁹⁹. Adicionalmente, ainda que pelas razões referidas tenhamos concentrado a exploração na temática da hidrodinâmica, seria relevante explorar este *corpus* relativamente a outros aspectos recorrentes nesta *formação discursiva regional*⁴⁰⁰, nomeadamente aqueles elencados na Tabela 6.8: discursos diferentes acerca da sustentabilidade deste território, apropriações de contrastes entre a noção de “natural” e “artificial” no contexto de um ecossistema semi-natural, a Ria de Aveiro enquanto espaço comunitário, a apropriação do estatuto de “tradicional” no contexto das várias actividades a promover e as dimensões estéticas, afectivas e culturais associadas aos ambientes da Ria de Aveiro.

Ainda que se tenha constatado que a invocação da figura da RN2000 (e de outras figuras a que se atribui normatividade legal e social) não parece servir funções argumentativas diferentes do que havíamos antecipado (ver secção 6.4), uma descrição mais aprofundada das funções das referências à RN2000 no seio da estrutura lógica dos argumentos seria relevante para obter uma descrição mais sistemática do papel que esta designação serve nos discursos de um ponto de vista *accional, identificacional e representacional*.

³⁹⁹ Alguns autores desafiam conscientemente a hegemonia das características genéricas estabelecidas neste contexto, moldados pelas suas próprias convicções daquilo que lhes parece mais adequado de um ponto de vista retórico-discursivo. Exceptuando estes casos, os autores que dispõem de menos recursos discursivos parecem ter menos facilidade para se manterem num registo mais formal e distanciado ou, adicionalmente, menos perspectiva para avaliar quais os registos mais susceptíveis de deter eficácia retórica neste contexto específico.

⁴⁰⁰ Ver nota-de-rodapé 343.

Igualmente, de um ponto de vista etnográfico e culturalista, interessa saber o que é que o “povo da Ria” realmente pensa e sente, quais são os traços definidores da identidade destas populações locais, como é que estas se identificam, e estabelecer ligações entre outras intervenções territoriais, a sua dimensão simbólica e a identidade local. O que pode ser dito acerca das intenções por detrás das opiniões submetidas? E o que pode ser especulado acerca da sua recepção e interpretação? Por exemplo, seria interessante tentar averiguar com mais proximidade o grau de correlação entre a presença de argumentos “pró-ambiente” nos textos e o efectivo grau de preocupação que tais questões representam para os autores destes pareceres. Por outras palavras, até que ponto a questão ambiental está a ser instrumentalizada no discurso com outros fins accionais? Por exemplo, será que se verifica a apropriação de discursos “verdes” por entidades com uma imagem pública pouco ecológica, como parece ser o caso da C. M. de Estarreja? Que confiança é que os participantes têm nos eventuais efeitos da sua participação, e de que modo é que isso se reflecte nas suas contribuições? Pensarão estar a cumprir um mero protocolo, um ritual esvaziado de significado?

No âmbito de abordagens sociológicas, interessaria investigar as dinâmicas de participação neste território. Na secção 5.2.8, teceram-se algumas interpretações acerca do perfil de participação observado neste conjunto de processos de avaliação ambiental, especulando-se acerca dos factores que poderão explicar o mesmo. As participações dos mesmos actores nas consultas dos procedimentos de AIA e AAE indicam claramente que existem formas organizadas de mobilização, eventualmente espontâneas ou recorrentes. Os pareceres, ao indicar a existência desta mobilização, são um ponto de partida interessante para levantar várias questões. Porque é que determinados projectos atraíram tanta atenção? Como se terão mobilizado os interessados para tentar influenciar a participação e os respectivos efeitos sobre os resultados dos processos decisórios? Seria possível, nomeadamente através de entrevistas, traçar como é que determinados textos foram disseminados, apropriados e adaptados por determinados actores⁴⁰¹. Quem promoveu a sua distribuição? Como se deram os “pareceres-tipo” identificados? Quais foram os tipos de argumentos mais disseminados e copiados e porquê? Neste âmbito, seria também possível analisar detalhadamente perfis de participação entre procedimentos de avaliação ambiental e outros procedimentos em que se realizam consultas⁴⁰².

Todos estes aspectos levam, em última análise, também a questões do foro da ciência política relativamente a como este território pode e deve ser melhor governado — nomeadamente em relação à *inclusão* e ao *fechamento* dos processos decisórios⁴⁰³. As nossas recomendações práticas lidam especificamente com estas questões.

⁴⁰¹ Seria também interessante averiguar com mais precisão o grau de intersecção na proveniência de participações neste e noutros processos, alargando esta amostra inicial.

⁴⁰² Isto envolveria perscrutar detalhadamente os nomes dos assinantes de abaixo-assinados, fichas de participação e pareceres individuais e procurar estabelecer correlações com os padrões de intersecção de proveniência de participação entre diferentes processos e procedimentos.

⁴⁰³ Ver secção 3.1.3 para uma definição dos conceitos de inclusão e fechamento no âmbito de processos participativos e para um maior desenvolvimento dos argumentos subjacentes às recomendações que se seguem.

8.2.3 Recomendações práticas

Nos casos em que o cumprimento dos objectivos da RN2000 implica o ajustamento de modos estabelecidos de uso de solo e de práticas sociais com potenciais efeitos ambientais negativos, tem sido cada vez mais defendida a necessidade de uma “teia” de processos colaborativos de forma a envolver um conjunto muito alargado de actores (cidadãos, instituições e órgãos administrativos a várias escalas) e em que ideias, incertezas e responsabilidades possam ser partilhadas (ver secção 3.1). Este é um objectivo que encerra consideráveis desafios teóricos e práticos, mas os esforços que implicam poderão, a longo prazo, ser recompensados pelos produtos intangíveis de um bom sistema de governação e planeamento, dado que não são os instrumentos de planeamento nem os planos de gestão específicos (já existentes ou previstos), mas as responsabilidades partilhadas, os esforços concertados e o entendimento e confiança mútua que alicerçam a verdadeira cooperação (Beunen, 2010)⁴⁰⁴. Estes aspectos são essenciais dada a natureza contínua da implementação da RN2000, isto é, a gestão dos sítios não termina com a definição da sua delimitação ou das medidas de gestão⁴⁰⁵.

Além dos argumentos teóricos, no caso da Ria de Aveiro, vários actores têm reivindicado uma maior participação nas decisões. Por todas estas razões, acreditamos que o esforço de inclusão deve ser procurado e desenvolvido de forma tão alargada quanto possível (sendo que o “possível” se define dentro dos limites de fechamentos considerados satisfatórios para um cumprimento adequado dos objectivos de conservação), abrangendo as diferentes etapas do processo de construção de uma decisão, desde a elaboração de políticas e medidas que implicam a alteração de usos do solo, às decisões acerca de projectos e intervenções concretas sobre o território. No contexto da governação das áreas RN2000, e em função da necessidade de salvaguardar os interesses da biodiversidade local, as autoridades administrativas devem ter o importante papel de organizar os processos decisórios e envolver os outros actores, mantendo, todavia, a autoridade legal de tomar as decisões.

Existe um conjunto de considerações que consideramos genericamente válidas para esforços concretos neste sentido. Em primeiro lugar, relembramos não ser realista esperar que o fechamento signifique sempre um consenso, e que um conflito aberto poderá, em algumas situações, ser preferível a impasses silenciosos, existindo a necessidade de reconhecer uma dimensão de negociação entre uma irreduzível pluralidade de pontos de vista e encarar os procedimentos deliberativos e participativos como tendo a função de fazer com que o conflito constitua um impulso para soluções e *aprendizagem social* em vez de um impedimento para a sua resolução (van den Hove, 2006).

Em segundo lugar, é importante que os processos decisórios assentem sobretudo na deliberação racional e não numa espécie de fórmula ou cálculo algorítmico, que é um dos riscos

⁴⁰⁴ No fundo, todos os componentes que contribuírem para criar e cimentar formas de *capital social* (ver Putnam, 1993).

⁴⁰⁵ Assim, existem razões substantivas e procedimentais para tornar a governação destas áreas o mais inclusiva possível, mantendo, no entanto, uma capacidade de fechamento que seja satisfatória para proteger a biodiversidade que as *Directivas Aves* e *Habitats* procuram proteger. Neste caso, a dimensão procedimental refere-se à elaboração de processos decisórios com procedimentos que permitam um grau de participação por um leque abrangente de actores que seja por estes considerado adequado. Por outro lado, os objectivos substantivos prendem-se com a inclusão de uma diversidade de conhecimentos e perspectivas que leve, de facto, a melhores decisões.

associados à tendência crescente de se procurar calcular o valor monetário dos serviços da biodiversidade (ver secção 3.1.3). De forma análoga, é importante procurar evitar interpretações legalistas e tecnocráticas da implementação da RN2000, com resultados perversos para o sistema de planeamento e para os processos decisórios da governação ambiental nacional⁴⁰⁶ (Beunen, 2010; Beunen *et al.*, 2013). No âmbito da decisão pública, é importante que os processos decisórios assumam o que significa realmente decidir, incluindo os dilemas éticos e morais que as decisões no âmbito da governação ambiental geralmente implicam, os quais não são adequadamente resolvidos através de “atalhos” facilitadores e que podem acabar por ter efeitos potencialmente perversos. No contexto da tomada de decisão com implicações ambientais, autores como O'Neill, Holland e Light (2008) têm insistido na ideia de que considerações deliberadas acerca da história e narrativa de determinados espaços podem (e devem) guiar a própria definição de decisões racionais para a sustentabilidade⁴⁰⁷ (ver secção 3.2.2). Uma das formas de contribuir para esta consideração é através de abordagens como a análise do discurso e processos decisórios mais participados (ver secções 3.2 e 3.3). Se a análise de discurso pode contribuir para guiar a materialização de políticas locais no sentido de se tornarem mais sensíveis ao contexto e de explorarem discursos já existentes que facilitem a legitimidade e receptividade local das medidas de conservação, este tipo de leitura não deve ser feito meramente a partir de uma perspectiva interpretativa externa, o que leva à necessidade de inclusão dos actores envolvidos.

Finalmente, as principais conclusões da investigação sobre processos participativos no âmbito da implementação da RN2000 sublinham a importância de reconhecer que as formas e o grau de participação devem ser pensados caso a caso, não sendo possível elaborar regras ou matrizes de recomendações concretas que sejam geralmente aplicáveis (Renn *et al.*, 2010). Na secção 3.1.3, referimos, como forma possível se de responder à individualidade dos casos particulares, a proposta de uma base conceptual que pretende guiar a avaliação e a elaboração de processos participativos de forma a procurar soluções equilibradas entre os pólos de fechamento e inclusão (ver a Tabela 3.1).

No âmbito dos processos participativos/colaborativos, o conhecimento técnico, cuja importância é inquestionável, deve ser articulado com, por um lado, outros conhecimentos derivados da diversidade de interacções entre o meio social e físico e, por outro, com a pluralidade de valores que pautam essas relações⁴⁰⁸. Esta articulação entre diferentes tipos de conhecimentos e valores deve ser elaborada em função do tipo de desafio a que se procura responder (*complexidade*,

⁴⁰⁶ Ao contrário do que, de acordo com Beunen (2010; 2013) tem acontecido no caso holandês, esta situação não tem constituído um problema em Portugal porque, em geral, não se têm procurado soluções legais para as controvérsias geradas em torno da implementação da RN2000, exceptuando os casos das denúncias levadas por ONGs ambientais às instâncias comunitárias.

⁴⁰⁷ Dito de forma mais substantiva, tais considerações devem poder limitar as decisões acerca dos valores ambientais envolvidos, de modo a que se consiga sustentar sentido e significância para os sujeitos mais afectados.

⁴⁰⁸ Assim, no âmbito de um processo decisório ambiental, o qual inclui uma importante dimensão de risco associada aos tipos de desafios associados às questões ambientais, não faz sentido, por exemplo, substituir a perícia técnica por vagas percepções públicas, nem se justifica que técnicos ou cientistas introduzam de forma pouco transparente os seus próprios juízos de valor naquilo que deveria ser um processo democrático (Renn e Schweizer, 2009).

incerteza, ambiguidade ou diversas combinações dos mesmos⁴⁰⁹), dos objectivos da participação e das funções que necessitam ser desempenhadas. A selecção de instrumentos analítico-deliberativos concretos poderá assim ser guiada pelo tipo de desafio ou das combinações possíveis de desafios que se apresentam numa determinada situação (ver Renn *et al.*, 2010).

O sistema físico-social da Ria de Aveiro é simultaneamente caracterizado pela existência de complexidade (fruto de uma elevada densidade na teia multifacetada de relações causais), incerteza (devido ao insuficiente conhecimento acerca da teia causal, reduzindo o grau de confiança que se deposita nas cadeias de causa e efeito esperadas e levando a que as decisões ambientais devam considerar cuidadosamente as incertezas que caracterizam tanto os benefícios como os riscos) e ambiguidade, relativa à variabilidade de formas legítimas com que o significado de dados considerados válidos é interpretado por diferentes sujeitos (*ambiguidade interpretativa*) e com que as decisões ou acções são justificadas e advogadas depois de se ter caracterizado os impactes e respectivas incertezas (*ambiguidade normativa*). Na Ria de Aveiro, e em combinação, estes desafios manifestam-se com particular nitidez e centralidade em relação às questões associadas à hidrodinâmica. Perante esta situação, as autoridades ambientais poderão recorrer a adaptações específicas de diferentes combinações de instrumentos analítico-deliberativos como aqueles sugeridos nos três conjuntos da Tabela 3.1⁴¹⁰.

As soluções concretas a este nível devem ser elaboradas por especialistas em participação pública, recorrendo-se, por exemplo, a versões adaptadas dos mesmos instrumentos. A organização de processos participativos no âmbito da governação ambiental é uma empreitada muito exigente devido à pluralidade das dimensões inerentes ao contexto e à necessidade de adaptar as soluções ao mesmo, devendo idealmente ser da responsabilidade de equipas transdisciplinares constituídas especificamente para esse efeito. Da nossa parte, podemos apontar para focos de tensão específicos que tais soluções terão que levar em conta em função da superação dos referidos desafios, isto é, a *inclusão dos melhores conhecimentos disponíveis* de forma a se chegar a acordo acerca de relações causais e medidas eficazes, *arranjos justos e aceitáveis ao nível da distribuição de benefícios e perdas* de modo a alcançar um equilíbrio entre os custos de proteger insuficientemente e os custos de proteger excessivamente, e *congruência com valores sociais e culturais* para resolver conflitos de valores e garantir o tratamento justo de diferentes preocupações e visões (ver secção 3.1.3). Assim, a governação deste território e os esforços para organizar processos participativos e colaborativos deverão ter em conta os seguintes focos de tensão discursiva e social:

- i) sentimentos de marginalização, negligência e injustiça por certos actores, entre os quais se destacam os autarcas dos municípios mais afectados pelo problema de salinização dos solos;
- ii) a falta de confiança em relação à validade dos estudos apresentados para fundamentar e orientar as intervenções no território;

⁴⁰⁹ Ver a nota-de-rodapé 73 na secção 3.1.3 para uma definição destes conceitos. Desta perspectiva teórica, uma combinação de instrumentos analíticos e deliberativos é instrumental para reduzir a *complexidade*, necessária para lidar com a *incerteza* e obrigatória para fazer face à *ambiguidade*.

⁴¹⁰ Onde se incluem instrumentos como painéis de peritos, audições de peritos, meta-análise, método *Delphi*, criação negociada de regras, mediação, mesas redondas, reuniões com as partes interessadas, comités de aconselhamento a cidadãos, painéis de cidadãos, júris de cidadãos, conferências de consensos, reuniões públicas. Ver secção 3.1.3 e Renn *et al.* (2010).

- iii) a percepção de impotência e dependência da parte do poder local perante a administração central, que no entanto também é percebida pelo anterior como insuficientemente activa ou competente;
- iv) visões muito díspares e conflituantes acerca de definições concretas de sustentabilidade e acerca do lugar que certos sectores socioeconómicos devem ocupar na Ria de Aveiro;
- v) visões fragmentadas e pouco solidárias sobre um território que é, de um ponto de vista biofísico e social, extremamente integrado.

Em função do que tem sido argumentado ao longo desta dissertação, a elaboração de políticas, planos e processos participativos/colaborativos deve, no caso da Ria de Aveiro, ser norteada pelo (r)estabelecimento da credibilidade dos órgãos da administração central e da confiança nos estudos produzidos (tornando a produção de conhecimento mais participada, transparente e perscrutável); pela promoção de um espírito de verdadeira solidariedade entre os principais intervenientes locais que lhes permita olhar para este território como um todo integrado (e menos como um conjunto de fragmentos em função dos seus interesses específicos); pela resolução de conflitos e tensões latentes entre as partes interessadas e por uma maior inclusão de indivíduos e entidades marginalizadas (ou que pelo menos se assumem discursivamente enquanto tal).

Estas questões são importantes para elaborar as medidas de gestão e os passos concretos relativos à implementação da RN2000⁴¹¹, mas também para a implementação de outras políticas relacionadas com o território e com impactes sobre a biodiversidade do território. Neste caso, serão sobretudo importantes aquelas relacionadas com a utilização de recursos hídricos (com especial destaque para o *Plano de Gestão da Bacia Hidrográfica do Rio Vouga*, o *Plano de Ordenamento do Estuário do Vouga*, o *Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) Ovar – Marinha Grande* e, secundariamente, os restantes IGT onde se incluem os PDM que detêm especial importância para conter as manchas urbanas. Ao mesmo tempo, essenciais para a aprovação de planos e programas e projectos, também a aplicação da AAE e AIA deve levar as referidas orientações em consideração.

A avaliação ambiental tem, progressivamente, e em especial ao nível do discurso académico, se afastado de uma interpretação tecnicista rumo a uma visão de carácter mais holístico, centrada no seu potencial enquanto instrumento para a aprendizagem social para a sustentabilidade. Nesta evolução, a participação pública tem recebido cada vez mais destaque como meio para possibilitar e potenciar a capacidade destes procedimentos contribuírem para a aprendizagem social,

⁴¹¹ A forma como o processo de classificação do SIC *Ria de Aveiro* está a ser conduzido deixa transparecer as mesmas dificuldades. Referimo-nos especificamente à forma como a respectiva consulta pública foi escassamente publicitada e à forma como a *ficha do sítio* é dada a conhecer aos actores da Ria, recorrendo a um formato excessivamente técnico e vago acerca das suas implicações sociais concretas. Seria importante, pelo menos, que os materiais disponibilizados ao público na consulta incluíssem uma tradução, com linguagem acessível à generalidade da população, onde fossem elencadas as principais implicações sobre os utilizadores e utilizações da Ria de Aveiro que interferem com os valores agora classificados, nomeadamente em termos dos impactes socioeconómicos, das práticas ou da calendarização prescrita. Tal aditamento facilitaria um melhor entendimento das implicações concretas da designação e das medidas de gestão propostas e, consequentemente, a necessária pronúncia dos actores mais afectados pelas mesmas, bem como por aqueles mais relevantes para a sua implementação.

nomeadamente através da construção de discursos e do desenvolvimento de valores que promovam um sentido mais alargado de responsabilidade colectiva. É, no entanto, importante notar que a dimensão técnica deve sempre ocupar um lugar-chave na governação ambiental, sobretudo no que diz respeito ao desafio da complexidade. Assim, os processos técnicos e deliberativos não se excluem necessariamente, sendo o contexto dos processos decisórios, incluindo a aplicação de procedimentos de avaliação ambiental, crucial para determinar que abordagem (ou que combinação de abordagens) será mais adequada. Ainda que esta ideia reúna cada vez mais consenso, têm faltado critérios e orientações para esse efeito, pelo que as sugestões acima referidas também pretendem ser úteis no âmbito específico destes procedimentos de avaliação ambiental.

Nota Final

Acreditamos ser necessário legitimar o papel da racionalidade cultural não só na formulação de opiniões e preferências relativamente às políticas e decisões com incidência espacial, como também na própria construção de tais políticas e decisões. Diferentes tipos de actores expressam frequentemente lógicas díspares no contexto de controvérsias tecnocientíficas. No entanto, tal como hoje se realizam, os processos decisórios definem frequentemente as normas para a deliberação de modo a favorecer a racionalidade técnica e científica em detrimento de uma racionalidade mais culturalmente situada. Isto faz com que os discursos produzidos neste âmbito valorizem abertamente o conhecimento técnico, sem deixar, no entanto, de o incorporar numa lógica decisória mais abrangente que inclui a subjectividade dos valores pessoais e das emoções. No âmbito específico da governação ambiental, em que a dimensão da racionalidade cultural parece tornar-se mais pronunciada quando existe um baixo nível de confiança nas administrações e na significância do papel do público na participação, a democratização deliberativa da governação ambiental não se deixa satisfazer com abordagens técnicas em que a contribuição do público é solicitada através de audiências e pareceres. Idealmente, os modelos deliberativos deveriam envolver os cidadãos em todas as fases da política pública, incluindo a própria investigação e produção de conhecimento. Neste sentido, urge legitimar e acomodar formas de racionalidade cultural através das quais os cidadãos expressam as suas preocupações acerca do uso, risco e valor (nas suas múltiplas valências onde se incluem aspectos simbólicos, culturais e estéticos) de espaços sobre os quais lhes é reconhecido poder deliberativo e autoridade epistémica. Esta dissertação pretendeu produzir um modesto contributo para facilitar a materialização destes objectivos no caso da ZPE *Ria de Aveiro*.

Referências Bibliográficas

- AEA (2010). EU 2010 biodiversity baseline - EEA Technical report No 12/2010. Agência Europeia do Ambiente, Luxemburgo, 2010.
- Adger, W. N.; Brown, K.; Fairbrass, J.; Jordan, A.; Paavola, J.; Rosendo, S.; Seyfang, G. (2003). Governance for Sustainability: towards a 'thick' understanding of environmental decision-making. *Environment and Planning*, 35(6), 1095-1110.
- AHRc (2010). Relatório sobre as actividades desenvolvidas no âmbito da Ria de Aveiro, 2009 (Anexo ao Relatório de Actividades de 2009). Administração da Região Hidrográfica do Centro, IP, MAOT, Abril 2010.
- Alphandéry P., Fortier A. (2001). Can a Territorial Policy be Based on Science Alone? The System for Creating the Natura 2000 Network. *Sociologia Ruralis*, 41/3: 311-328.
- Alterra (2005). Image, Implementation, Interpretation and Integration of Natura 2000 in European Perspective. Alterra Rapport 1222.1, Alterra Institute, Wagening,
- Amaral, D. (1968). A laguna: vida, morte e ressurreição de Aveiro. In *Aveiro e o seu Distrito*, nº6, Aveiro, 1968, pp. 34-46.
- Amorim, I. (2008). *Porto de Aveiro: Entre a Terra e o Mar*. APA – Administração do Porto de Aveiro, S. A., Ílhavo.
- AMRIA (2007). *Plano Intermunicipal de Ordenamento da Ria de Aveiro UNIR@RIA — Relatório do Plano*. Associação de Municípios da Ria de Aveiro, Aveiro.
- ANMP (2005). REDE NATURA 2000 — Resolução da ANMP. Associação Nacional de Municípios Portugueses, 15 de Dezembro de 2005/28 de Junho de 2005, Coimbra.
- APA (2006). *Plano Estratégico do Porto de Aveiro*. APA – Administração do Porto de Aveiro, S. A., Ílhavo.
- Aperghis, G., Gaethlich, M. (2006). The Natural Environment of Greece: An Invaluable Asset being Destroyed. *Southeast European and Black Sea Studies*, 6(3), 377-390.
- Apostolopoulou, E., Pantis, J. (2009). Conceptual gaps in the national strategy for the implementation of the European Natura 2000 conservation policy in Greece. *Biological Conservation*, 142, 221-237.
- Baker, P. (2006). *Using Corpora in Discourse Analysis*. Continuum, London.
- Bamberg, M. (ed.) (1997). *Oral Versions of Personal Experience: Three Decades of Narrative Analysis*. Special Issue of *A Journal of Narrative and Life History*, Vol. 7, 3-38.
- Bal, M. (1999). *Narratology: Introduction to the Theory of Narrative*. University of Toronto Press, Toronto.
- Barberán, R., Egea, P., Pérez y Pérez, L. (2005). The Cost of Natura 2000 in Spain. *European Environment*, 15, 161-174.
- Bartlett, R., Kurian, P. (1999). The theory of Environmental Impact Assessment: implicit models of policy making. *Policy and Politics*, 27, 415-33.
- Bell, S., Hampshire, K., Tonder, M. (2008). Person, Place, and Knowledge in the Conservation of the Saimaa Ringed Seal. *Society & Natural Resources*, 21(4), 277-293.

- Bennett, G., Ligthart, S. (2001). The Implementation of International Nature Conservation Agreements in Europe: The Case of the Netherlands. *European Environment*, 11, 140-150.
- Beunen, R. (2006). European Nature Conservation legislation and Spatial Planning: For Better or for Worse?. *Journal of Environmental Planning and Management*, 49(4), 605-619.
- Beunen, R. (2010). *The governance of nature: how nature conservation ambitions have been dashed in planning practices*. Doctoral Dissertation, Wageningen University, Wageningen.
- Beunen, R., de Fries, J. (2011). The governance of Natura 2000 sites: the importance of initial choices in the organisation of planning processes. *Journal of Environmental Planning and Management*, 1, 1-19.
- Beunen, R., Duineveld, M., (2010). Divergence and convergence in policy meanings of European environmental policies: the case of the birds and habitats directives. *International Planning Studies* 15(4), 321-333.
- Beunen, R., Hagens, J. (2006). The Use of the Concept of Ecological Networks in Nature Conservation Policies and Planning Practices. *Landscape Research*, 34(5), 563-580.
- Beunen, R., van der Knaap, W., Biesbroek, G. (2009). Implementation and Integration of EU Environmental Directives — Experiences from the Netherlands. *European Environment* 19(1), 57-69.
- Beunen, R., Van Assche, K., Duineveld, M. (2013). Performing failure in conservation policy. The implementation of European Union directives in the Netherlands. *Land Use Policy* 31(1), 280-288.
- Bina, O. (2007). A critical review of the dominant lines of argumentation on the need for strategic environmental assessment. *Environmental Impact Assessment Review*, 27, 585-606.
- Bina, O. Wallington, T., Thissen, W. (2011). SEA Theory and Research: An Analysis of the Early Discourse. In Sadler, B. et al, (eds.), *Handbook of Strategic Environmental Assessment*. Earthscan, London.
- Bhaskar, R. (1986). *Scientific Realism and Human Emancipation*. Verso, London.
- Boltanski, L., Thévenot, L. (2006). *On Justification — Economies of worth*. Princeton University Press, Princeton.
- Bourdieu, P. (1986). The forms of capital. In J. Richardson (ed.) *Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education*. Greenwood, New York.
- Brown, L., Therivel, R. (2000). Principles to guide the development of strategic environmental assessment methodology. *Impact Assessment and Project Appraisal*, 18(3), 183-9.
- Bruner, J. (1991). The Narrative Construction of Reality. *Critical Inquiry*, 18(1), 1-21.
- Caldwell, L. (2000). Preface. In Partidario, M., Clark, R. (eds.) *Perspectives on Strategic Environmental Assessment*. Lewis Publishers, London.
- Carbaugh, D. (2001). The Mountain and the Project: Dueling depictions of a Natural Environment. In Fill, A., Mühlhäusler, P. (eds.) *Reader in Ecolinguistics*. Pinter, London.
- Carraú, M. (2005). Síntese e análise integrada dos estudos efectuados sobre recursos naturais da Região da Ria de Aveiro. Dissertação de Mestrado, Universidade de Aveiro, Aveiro.
- Carlos, D. (2009). Reforço com geossintéticos de muros das marinhas da Ria de Aveiro. Dissertação de Mestrado. Universidade de Aveiro, Aveiro.
- Catsadorakis, G. (2007). The Conservation of Natural and Cultural Heritage in Europe and the Mediterranean: A Gordian Knot?. *International Journal of Heritage Studies*, 13: 4, 308-320.

CBD (2010a). Statement by Mr Ahmed Djoghla, Executive Secretary of the Convention on Biological Diversity, on the occasion of Informal Expert Workshop on the Updating of the Strategic Plan of the Convention for the Post-2010 Period. 18 January 2010, London.

CBD (2010b). Implementation Strategy for the International Year of Biodiversity - 2010. Secretariat of the Convention on Biological Diversity, Montreal.

CEDOUA (2002). *Regime Jurídico da Avaliação de Impacte Ambiental em Portugal - comentário / Environmental Impact Assessment Law in Portugal - with comments*. CEDOUA/FDUC, Edições Almedina, Coimbra.

CEDOUA (2009). *Ordenamento do Território, Urbanismo e Rede Natura 2000*. CEDOUA/FDUC, Edições Almedina, Coimbra.

Chouliaraki, L., Fairclough, N. (1999). *Discourse in Late Modernity - Rethinking Critical Discourse Analysis*. Edinburgh University Press, Edinburgh.

Coelho, C., Cardoso, C., Dias, J. (2008). Os muros das marinhas de sal de Aveiro. Relatório final do programa de investigação INTERREG IIIB, Projecto SAL – Sal do Atlântico, Acção 6b – Protótipo de recuperação dos muros das marinhas. Universidade de Aveiro, Aveiro.

COM (2000). *Gestão dos Sítios Natura 2000: As disposições do artigo 6.º da Directiva «Habitats» 92/43/CEE*. Comissão das Comunidades Europeias, Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, Luxemburgo.

COM (2001). *Avaliação de planos e projectos susceptíveis de afectar de forma significativa sítios Natura 2000*. Guia metodológico sobre as disposições dos n.ºs 3 e 4 do artigo 6º da Directiva ‘Habitats’ (92/43/CEE). Comissão das Comunidades Europeias, Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, Luxemburgo.

COM (2004). *LIFE Focus / LIFE-Nature: communicating with stakeholders and the general public — Best practice examples for Natura 2000*. Comissão das Comunidades Europeias, Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, Luxemburgo.

COM (2006). Communication from the Commission Halting the loss of biodiversity by 2010 And beyond. {SEC(2006) 607} {SEC(2006) 621}, Comissão das Comunidades Europeias, Bruxelas.

COM (2007a). *Guidance document on the strict protection of animal species of Community interest under the Habitats Directive 92/43/EEC*. Comissão das Comunidades Europeias, Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, Luxemburgo.

COM (2007b). *Documento de orientação sobre o n.º 4 do artigo 6.º da Directiva “Habitats” (92/43/CEE). Clarificação dos Conceitos de: “Soluções Alternativas”, “Razões Imperativas de Reconhecido Interesse Público”, “Medidas Compensatórias”, “Coerência Global”, “Parecer da Comissão”*. Comissão das Comunidades Europeias, Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, Luxemburgo.

COM (2007c). *Financiamento da Rede Natura 2000 - Manual de Referência*. Comissão das Comunidades Europeias, Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, Luxemburgo.

COM (2009). Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu – Relatório de síntese sobre o estado de conservação dos tipos de habitats e das espécies, em conformidade com o artigo 17.º da Directiva Habitats [COM (2009) 358 final, Julho 2009]. Comissão das Comunidades Europeias, Bruxelas.

COM (2010). Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões – Opções para uma visão e um objectivo pós-2010 da UE em matéria de biodiversidade [COM (2010) 4 final, Janeiro 2010]. Comissão das Comunidades Europeias, Bruxelas.

Conde, B. (2007). A caracterização e delimitação das áreas fundamentais da ZPE e o Ordenamento e Gestão da Ria de Aveiro. Dissertação de Mestrado, Universidade de Aveiro, Aveiro.

Costanza, R., d'Arge, R., de Groot, R., Farber, S., Grasso, M., Hannon, B., Limburg, K., Naeem, S., O'Neill, R., Paruelo, J., Raskin, R., Sutton, P., van den Belt, M. (1997). The value of the world's ecosystem services and natural capital. *Nature*, 387 (6630), 253-260.

Crompton, T. (2010). *Common Cause — The Case for Working with our Cultural Values*. WWF-UK, Godalming.

Cronon, W. (1992). A place for stories: nature, history, and narrative. *The Journal of American History*, 78(4), 1347-1376.

Cronon, W. (1996). The Trouble with Wilderness; or, Getting Back to the Wrong Nature. In Cronon, W. (ed.) *Uncommon Ground: Rethinking the Human Place in Nature*. W. W. Norton, New York.

Dimitrakopoulos, P., Jones, N., Iosifides, T., Florokapi, I., Lasda, O., Paliouras, F., Evangelinos, K. (2010). Local attitudes on protected areas: Evidence from three Natura 2000 wetland sites in Greece. *Journal of Environmental Management*, 91, 1847-1854.

Dobson, A. (2008). Nature (and Politics). *Environmental Values*, 17, 285-301.

Doelle, M., Sinclair, A. (2006). Time for a new approach to public participation in EA: Promoting cooperation and consensus for sustainability. *Environmental Impact Assessment Review*, 26, 185-205.

Dryzek, J. (2000). *The Politics of the Earth*. Oxford University Press, Oxford.

Durant, R., Fiorino, D. e O'Leary, R. (eds.) (2004). *Environmental Governance Reconsidered: Challenges, Choices and Opportunities*. MIT Press, Cambridge, Mass..

ENCNB (2001). *Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade*. Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território, Setembro de 2001, Lisboa.

Engelen, E., Keulartz, J., Leistra, G. (2008). European Nature Conservation Policy Making — From Substantive to Procedural Sources of Legitimacy. In Keulartz, J, Leistra, G. (eds.) *Legitimacy In European Nature Conservation Policy - Case Studies In Multilevel Governance*. Springer, Heidelberg.

Ellis, G., Barry, J., Robinson, C. (2007). Many ways to say 'no', different ways to say 'yes': Applying Q-Methodology to understand public acceptance of wind farm proposals. *Journal of Environmental Planning and Management*, 50(4), 517-551.

Fairclough, N. (1989). *Language and Power*. Longman, London.

Fairclough, N. (1992). *Discourse and Social Change*. Polity Press, Cambridge.

Fairclough, N. (1995). *Critical discourse analysis: The critical study of language*. Longman, London.

Fairclough, N. (2001a). The Discourse of New Labor: Critical Discourse Analysis. In Wetherell, M., Taylor, S., Yates, S. (eds.) *Discourse as Data: A Guide for Analysis*. Sage, London.

Fairclough, N. (2001b). Critical discourse analysis as a method in social scientific research. In Wodak, R., Meyer, M. (eds.) *Methods of critical discourse analysis*. Sage, London.

Fairclough, N. (2003). *Analysing discourse: textual analysis for social research*. Routledge, London.

- Fairclough, N. (2009). Critical discourse analysis and change in management discourse and ideology: A transdisciplinary approach to strategic critique. In Ramallo, F., Lorenzo, A., Rodriguez-Yáñez, X., Cap, P. (eds.) *New Approaches to Discourse and Business Communication*. Palgrave Macmillan, Basingstoke.
- Ferranti, F., Beunen, R., Speranza, M. (2010). Natura 2000 Network: A Comparison of the Italian and Dutch Implementation Experiences. *Journal of Environmental Policy & Planning*, 12(3), 293-314.
- Ferreira, A. (2003). As teias de aranha da casa : uma ecolinguística intercultural (alemão-português). Dissertação de Doutoramento, Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Fidélis, T. (2001). *Planeamento Territorial e Ambiente o caso da envolvente à Ria de Aveiro*. Principia, Estoril.
- Fidelis T., Sumares D. (2008). Nature Conservation and Urban Development Control in the Portuguese Planning System: a new impetus against old praxis. *European Environment*, 18, 298-311.
- Figueiredo, E. (2004). Proteger o ambiente em Portugal: de quem? Para quem e para quê?. In APS (Org.) *V Congresso Português de Sociologia – Sociedades Contemporâneas, Reflexividade e Acção*, 12 a 16 de Maio de 2004, Braga.
- Fill, A., Mühlhäusler, P. (eds.) (2001). *Reader in Ecolinguistics*. Pinter, London.
- Fischer, T. (2009). On the role(s) of (strategic) environmental assessment in ‘greening’ decision making. Copernicus lecture, Utrecht University, 2nd March, 2009, Utrecht.
- Fisher, W. (1987). *Human Communication as Narration: Toward a Philosophy of Reason, Value, and Action*. University of South Carolina Press, Columbia.
- Fisher, W. (1989). Clarifying the Narrative Paradigm. *Communication Monographs*, 56, 55-58.
- Fisher, W. (1994). Narrative Rationality and the Logic of Scientific Discourse. *Argumentation*, 8, 21-32.
- Flyvbjerg, B. (1998). *Rationality and power: democracy in practice*. University of Chicago Press, Chicago.
- Flyvbjerg, B. (2001). *Making Social Science Matter: Why social inquiry fails and how it can succeed again*. Cambridge University Press, Cambridge.
- Flyvbjerg, B. (2007). Policy and Planning for Large-Infrastructure Projects: Problems, Causes, Cures. *Environment and Planning B: Planning and Design*, 34, 578-597.
- Fowler, R. Hodge, G. Kress, G., Trew, T. (eds.) (1979). *Language and Control*. Routledge and Kegan Paul, London.
- Freitas, D., Gomes, J., Sales-Luis, T., Madruga, L., Marques, C., Baptista, G., Rosalino, L., Antunes, P., Santos, R., Santos-Reis, M. (2007). Otters and fish farms in the Sado estuary: ecological and socio-economic basis of a conflict. *Hydrobiologia*, 587, 51-62.
- Funtowicz, S., Ravetz J. (1993). Science for the Post-Normal Age. *Futures*, 25(7), 739-755.
- Funtowicz, S., Ravetz, J., O'Connor, M. (1998). Challenges in the use of science for sustainable development. *International Journal for Sustainable Development*, 1(1), 99-107.
- Gallup Organization (2007). Flash Eurobarometer Series #219. Attitudes of Europeans towards the issue of biodiversity. Available at http://ec.europa.eu/public_opinion/flash/fl_219_en.pdf.
- Gauthier, M., Simard, L., Waaub, J. (2011). Public participation in strategic environmental assessment (SEA): Critical review and the Quebec (Canada) approach. *Environmental Impact Assessment Review*, 31, 48-60.

- Gee, J. (2005). *An Introduction to Discourse Analysis - Theory and Method*. Routledge, New York.
- Gee, J. (2008). *Social Linguistics and Literacies: Ideology in Discourses*. Routledge, London.
- Gibbs, D., While, A., Jonas, A. (2007). Governing nature conservation: the European Union Habitats Directive and conflict around estuary management. *Environment and Planning, A*, 39, 339-358.
- Giddens, A. (1991). *Modernity and Self-Identity. Self and Society in the Late Modern Age*. Polity Press, Cambridge.
- Girard, R. (1986). *The Scapegoat*. John Hopkins University Press, Baltimore.
- Goodin, R. (1994). Selling Environmental Indulgences. *Kyklos*, 47, 573-596.
- GoverNat (2010). Policy Brief: Towards successful participation in European biodiversity and water governance. UFZ – Helmholtz-Centre for Environmental Research, Leipzig.
- ICNB (2006). Plano Sectorial da Rede Natura 2000- Relatório de Ponderação da Discussão Pública. Instituto da Conservação da Natureza e Biodiversidade, Julho, 2006.
- ICNB (2008). *Plano Sectorial da Rede Natura 2000*. Publicado em anexo à Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008.
- Isaksson, K., Richardson, T., Olsson, K. (2009). From consultation to deliberation? Tracing deliberative norms in EIA frameworks in Swedish roads planning. *Environmental Impact Assessment Review*, 29, 295-304.
- Habermas, J. (1984). *Theory of Communicative Action*. Heinemann, London.
- Hadorn, G., Bradley, B., Pohl, C., Rist, S., Wiesmann, U. (2006). Implications of transdisciplinarity for sustainability research. *Ecological Economics*, 60(1), 119-128.
- Hajer, M. (1995). *The Politics of Environmental Discourse: Ecological Modernization and the Policy Process*. Oxford University Press, Oxford.
- Hajer, M., Versteeg, W. (2005). A decade of discourse analysis of environmental politics: achievements, challenges, perspectives. *Journal of Environmental Policy and Planning*, 7, 175-184.
- Hammersley, M. (1997). On the foundations of Critical Discourse Analysis. *Language and Communication*, 17(3), 237-248.
- Harré, R., Brockmeier, J., Mühlhäusler, P. (1999). *Greenspeak. A study of environmental discourse*. Sage Publications, Thousand Oaks, Ca.
- Haugen, E. (1972). *The Ecology of Language*. Stanford University Press, Stanford.
- Hey, C. (2005). EU Environmental Policies: A Short History of the Policy Strategies. In Scheuer, S. (ed.) *EU Environmental Policy Handbook – A Critical Analysis of EU Environmental Legislation*. European Environmental Bureau, Brussels.
- Hiedanpää J. (2002). European-wide conservation versus local well-being: the reception of the Natura 2000 Reserve Network in Karvia, SW-Finland. *Landscape and Urban Planning*, 61, 113-123.
- Hiedanpää, J. (2005). The edges of conflict and consensus: a case for creativity in regional forest policy in Southwest Finland. *Ecological Economics*, 55, 485-498.

- Holland, A. (1997). The foundations of environmental decision-making. *International Journal of Environment and Pollution*, 7(4), 483-496.
- Holland, A. (2002). Are choices tradeoffs?. In Bromley, D., Paavola, J. (eds.) *Economics, Ethics and Environmental Policy: Contested Choices*. Blackwell Publishing, Oxford.
- Holland, A., Rawles, K. (1994) The Ethics of Conservation, *ECOS*, 16, 14-19.
- Jay, S., Jones, C., Slinn, P., Wood, C. (2007). Environmental impact assessment: retrospect and prospect. *EIA Review*, 27, 287-300.
- Jessup, B. (2010). Plural and hybrid environmental values: a discourse analysis of the wind energy conflict in Australia and the United Kingdom. *Environmental Politics*, 19(1), 21-44.
- Jolibert, C., Max-Neef, M., Rauschmayer, F., Paavola, J. (2011). Should We Care About the Needs of Non-humans? Needs Assessment: A Tool for Environmental Conflict Resolution and Sustainable Organization of Living Beings. *Environmental Policy and Governance*, 21, 259-269.
- Jones, G. (1993). Rhetoric, Narrative, and the Rhetoric of Narratives: Exploring the Turns to Narrative in Recent Thought and Discourses. *Issues in Integrative Studies*, 11, 7-25.
- Kalamandeen, M., Gillson L. (2007). Demything wilderness: implications for protected area designation and management. *Biodiversity and Conservation*, 16(1), 165-182.
- Keulartz, J., Leistra, G. (eds.) (2008). *Legitimacy In European Nature Conservation Policy - Case Studies In Multilevel Governance*. Springer, Heidelberg.
- Korthals, M. (2008). Are Conflicts of Nature Distributive Conflicts?. In Keulartz, J., Leistra, G. (eds.) *Legitimacy In European Nature Conservation Policy - Case Studies In Multilevel Governance*. Springer, Heidelberg.
- Labov, W., Waletzky, J. (1967). Narrative analysis. In Helm, J. (ed.) *Essays on the Verbal and Visual Arts*. University of Washington Press, Seattle. Reprinted in *Journal of Narrative and Life History* 7:3-38, 1997.
- Lassen, I., Horsbøl, A., Bonnen, K., Pedersenm A. (2011). Climate Change Discourses and Citizen Participation: A Case Study of the Discursive Construction of Citizenship in Two Public Events. *Environmental Communication: A Journal of Nature and Culture*, 5(4), 411-427.
- Latour, B. (1993). *We Have Never Been Modern*. Harvard University Press, Cambridge, Mass.
- Lawton, J. (1997). The Science and Non-science of Conservation Biology. *Oikos*, 79, 1, 3-5.
- Leibenath, M. (2008). Legitimacy of Biodiversity Policies in a Multi-level Setting — The Case of Germany. In Keulartz, J., Leistra, G. (eds.) *Legitimacy In European Nature Conservation Policy - Case Studies In Multilevel Governance*. Springer, Heidelberg.
- Leknes, E. (2001). The roles of EIA in the decision-making process. *Environmental Impact Assessment Review*, 21, 309-334.
- Lemos, J. (1996). *A Ria de Aveiro — Um olhar resvês*. Câmara Municipal de Aveiro, Aveiro.
- Locke, T. (2004). *Critical Discourse Analysis*. Continuum, London.
- MAOTDR (2008). Decreto-Lei n.º 166/2008 de 22 de Agosto, Ministério do Ambiente do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.
- Marinheiro, J. (2008). Assoreamento da Ria de Aveiro – Causas e Soluções. Dissertação de Mestrado, Universidade de Aveiro, Aveiro.

- Max-Neef, M. (2005). Foundations of transdisciplinarity. *Ecological Economics*, 53(1), 5-16.
- McCauley, D. (2008). Sustainable Development and the 'Governance Challenge': the French Experience with Natura 2000. *European Environment*, 18, 152-167.
- MEA (2005). *Findings from Condition and Trends Working Group*. Millennium Ecosystem Assessment, Island Press, Washington, D.C.
- Mels, T. (2009). Analysing Environmental Discourses and Representations. In Castree, N., Demeritt, D., Liverman, D., Rhoads, B. (eds.) *A Companion to Environmental Geography*. Wiley-Blackwell, Oxford.
- MEP (2008). *Manual of Environmental Policy*. Institute for European Environmental Policy, Routledge. Disponível em: <http://europeanenvironmentalpolicy.eu/>.
- Morgan, R. (2012). Environmental impact assessment: the state of the art. *Impact Assessment and Project Appraisal*, 30(1), 5-14.
- Mouro, C., Castro, P. (2010). Local Communities Responding to Ecological Challenges—A Psycho-social Approach to the Natura 2000 Network. *Journal of Community & Applied Social Psychology*, 20, 139-155.
- Mühlhäusler, P. (2003). *Language of environment, environment of language: a course in ecolinguistics*. Battlebridge, London.
- Murata, K. (2007). Pro- and anti-whaling discourses in British and Japanese newspaper reports in comparison: A cross-cultural perspective. *Discourse & Society*, 18(6), 741-764.
- Myerson, G., Rydin, Y. (1996). *The language of the environment — A new rhetoric*. UCL Press, London.
- Neves, F. (1936). Origem e Etimologia de Aveiro. In *Arquivo do Distrito de Aveiro*, Volume II, 1936. Disponível em: <http://www2.esec-jose-estevao.rcts.pt/DOWNLOAD/ORIGAV.PDF>.
- Neven, M., Kistenkas, F., van Apeldoorn, R., Schröder, R., Bruszik, A. (2005). *Eurosites Insights. Image, implementation, interpretation and integration of Natura 2000 in European perspective*. Alterra-rapport 1222.1, Wageningen.
- de Nooij, R., Leuven, R., Lenders, R., Lam, T., Steven, P. (2008). Relating the Ecological and Legal Frameworks for Nature Conservation in Europe. *Journal of International Wildlife Law & Policy*, 11, 63-95.
- O'Faircheallaigh, C. (2010). Public participation and environmental impact assessment: Purposes, implications, and lessons for public policy making. *Environmental Impact Assessment Review*, 30, 19-27.
- Oliveira, O. de (1988). *Origens da Ria de Aveiro*. Câmara Municipal de Aveiro, Aveiro.
- Oliveira, F. (2009). *Portugal: Território e Ordenamento*. Almedina, Coimbra.
- O'Neill, J., Holland, A., Light, A. (2008). *Environmental Values*. Routledge, New York.
- Oughton, E., Wheelock, J. (2008). Conservation in Context: A View from Below — Implementation of Conservation Policies on the North York Moors. In Keulartz, J., Leistra, G. (eds.) *Legitimacy In European Nature Conservation Policy - Case Studies In Multilevel Governance*. Springer, Heidelberg.
- Owens, S., Rayner, T., Bina, O. (2004). New agendas for appraisal: Reflections on theory, practice and research. *Environment and Planning A*, 36, 1943-1959.
- Paavola J. (2004). Protected Areas Governance and Justice: Theory and the European Union's Habitats Directive. *Environmental Sciences*, 1(1), 59-77.

Paavola, J., Kluvankova-Oravska, T., Gouldson, A. (2009). The Governance of Biodiversity: Eco-systems, Institutions and the Interplay of Actors, Levels, Frameworks and Regimes. GoverNat Discussionpaper 7, UFZ – Helmholtz-Centre for Environmental Research, Leipzig. Published Online at <http://www.governat.eu/library/>. DOI: 10.1002/eet.505.

Palerm, J. (2000). An empirical–theoretical analysis framework for public participation in environmental impact assessment. *Journal of Environmental Assessment Policy and Management*, 43(5), 581–600.

Palerm, J. (2006). The Habitats Directive as an Instrument to Achieve Sustainability? An Analysis Through the Case of the Rotterdam Mainport Development Project. *European Environment*, 16, 127-138.

Palmer, C. (2011). Place-Historical Narratives: Road—or Roadblock—to Sustainability?. *Ethics, Policy & Environment*, 14(3), 345-359.

Papageorgiou, K., Vogiatzakis, I., (2006). Nature protection in Greece: an appraisal of the factors shaping integrative conservation and policy effectiveness. *Environmental Science & Policy*, 9, 476-486.

PAGANINI (2007). Building trust through public participation: Learning from conflicts over the implementation of the Habitats Directive. Final Report of Work Package 4. Disponível em: www.paganini-project.net.

Partidário, M. (2007). *Guia de Boas Práticas para Avaliação Ambiental Estratégica – Orientações metodológicas*. Agência Portuguesa do Ambiente, Amadora.

Pasqualetti, M., Gipe, P., Richter, R. (eds.) (2002). *Wind Power in View: Energy Landscapes in a Crowded World*. Academic Press, San Diego.

Peet, R., Watts, M. (1996). Liberation ecology: Development, sustainability, and environment in an age of market triumphalism. In Peet, R., Watts, M. (eds.) *Liberation Ecologies: Environment, Development, Social Movements*. Routledge, London.

Phadke, R. (2010). Steel forests or smoke stacks: the politics of visualisation in the Cape Wind controversy. *Environmental Politics*, 19(1), 1-20.

Pinton, F. (2008). Between European injunction and local consultation: analysing the territorialization process for a public nature conservation initiative in France. In Keulartz, J., Leistra, G. (eds.) *Legitimacy in European Nature Conservation Policy: Case Studies in Multilevel Governance*. Springer, Heidelberg.

PLRA (2010a). Plano Estratégico da Intervenção de Requalificação e Valorização da Ria de Aveiro. Programa Polis Litoral da Ria de Aveiro, Sociedade Polis Litoral da Ria de Aveiro, Aveiro.

PLRA (2010b). Relatório Ambiental do Plano Estratégico da Intervenção de Requalificação e Valorização da Ria de Aveiro — Vol. I - Relatório Ambiental Final. Programa Polis Litoral da Ria de Aveiro, Sociedade Polis Litoral da Ria de Aveiro, Aveiro.

Porteous, D. (1996). *Environmental Aesthetics: ideas, politics and planning*. Routledge, London.

Porter, T. (2005). Identity subtexts in the discursive construction of sustainability. *Electronic Journal of Radical Organisation Theory*, 9(1), 102-115.

Putnam, R. (1993). *Making Democracy Work. Civic traditions in modern Italy*. Princeton University Press, Princeton.

QUERCUS (2006). Plano Sectorial da Rede Natura 2000 Não cumpre objectivos mínimos. E põe em evidência degradação do próprio ICN. Comunicado da Quercus – Associação Nacional de Conservação da Natureza, 2 de Março de 2006, Lisboa.

Ramos, R. (2004). Ecolinguística: um novo paradigma para a reflexão sobre o discurso?. In Oliveira, F., Duarte, I. (eds.) *Da Língua e do Discurso*. Campo das Letras, Porto. Capítulo disponível em: <http://hdl.handle.net/1822/5157>.

Ramos, R. (2009). *O discurso do ambiente na imprensa e na escola. Uma abordagem linguística*. Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Lisboa.

Rauschmayer, F., van den Hove, S., Koetz, T. (2008). Participation in EU biodiversity governance: How far beyond rhetoric?. *Environment and Planning, C* 27(1), 42-58.

Rauschmayer, F., Berghöfer, A., Omann, I., Zikos, D., (2009). Examining Processes or Outcomes? – Evaluation Concepts in European Governance of Natural Resources. *Environmental Policy and Governance*, 19(3), 159-173.

Renn, O., Schweizer, P (2009). Inclusive Risk Governance: Concepts and Application to Environmental Policy Making. *Environmental Policy and Governance*, 19, 174-185.

Renn, O., Berghöfer, A., Wittmer, H., Rauschmayer, F. (2010) WP3 Report: Participation in the Multi-Level Governance of European Water and Biodiversity – A Review of Case Studies. UFZ Discussion Papers: No. 1/2010 - GoverNat 10. Helmholtz Centre for Environmental Research, Leipzig.

Resende, V., Ramalho, V. (2006). *Análise do discurso crítica*. Contexto, São Paulo.

Ricoeur, P. (1991). Life in Quest of Narrative. In Wood, D. (ed.) *On Paul Ricoeur: Narratives and Interpretation*. Routledge, London.

Roebeling, P., Alves, F., Coelho, C. Gonçalves, M., Rocha, J. (2011). Perdas nos Valores dos Ecossistemas Devido à Erosão Costeira na Região da Ria de Aveiro: uma Avaliação Histórica. Livro de Actas das *Jornadas da Ria de Aveiro*, 2 a 4 de Maio, Universidade de Aveiro, 2011.

Rosa, H., Silva, J., (2005). From Environmental Ethics to Nature Conservation Policy: Natura 2000 and the Burden of Proof. *Journal of Agriculture and Environmental Ethics*, 18, 107-130.

Sandel, M. (1997). It's Immoral to Buy the Right to Pollute. Editorial article from the New York Times, December, 15, 1997, p.29. New York Times. Available at: <http://www.des.ucdavis.edu/>.

Santos, B. S. (2007). Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 78, 3-46.

Santos, H. P. dos (2010). *Do Tempo e da Paisagem - Manual para leitura de paisagens*. Principia, Cascais.

Schegloff, E., (1997). Whose text? Whose context?. *Discourse & Society*, 8, pp.165-187.

Scholl, B. e Chilla, T. (2005). Discursive constructions of Nature and Space within the multi-level implementation process of the EU Habitats Directive. In 3rd ECPR-Conference, Budapest, 8-10 Sept. 2005.

Silva J. F.; Duck, R.; Catarino, J. (2005). Changing use of the estuarine system of the Ria de Aveiro, Portugal, and resultant impact on tidal flat sediments. *RMZ - Materials and Geoenvironment*, 52(1), 111-114.

Schmidt, L. (1999). *Portugal Ambiental: casos e causas*. Celta, Oeiras.

Smith, P. (2006). The Application of Critical Discourse Analysis in Environmental Dispute Resolution. *Ethics, Place & Environment*, 9(1), 79-100.

Söderman, T. (2008). Natura 2000 appropriate assessment: Shortcomings and improvements in Finnish practice. *Environmental Impact Assessment Review*, 29, 79-86.

Spash, C. (2008). How much is that ecosystem in the window? The one with the bio-diverse trail. *Environmental Values*, 17(2), 259-284.

Spash, C. (2009). The New Environmental Pragmatists, Pluralism and Sustainability. *Environmental Values*, 18(3), 253-256.

Spash, C. (2010). The Brave New World of Carbon Trading. *New Political Economy*, 15(2), 169-195.

Spash, C. (2011). Terrible Economics, Ecosystems and Banking. *Environmental Values*, 20(2), 141-145.

Stern, N. (2006). Stern Review on the Economics of Climate Change. UK Government Economic Service, London. Disponível em: www.sternreview.org.uk.

Stojanovic, T., Smith, H., Wooldridge, C. (2006). The impact of the Habitats Directive on European port operations and management. *GeoJournal*, 65, 165-176.

Stoll-Kleemann, S. (2001). Barriers to Nature Conservation in Germany: A Model of Explaining Opposition to Protected Areas. *Journal of Experimental Psychology*, 21, 369-385.

Strange, N., Jacobsen, J., Thorsen, B., Tarp, P. (2007). Value for Money: Protecting Endangered Species on Danish Heathland. *Environmental Management*, 40, 761-774.

Sumares, D. (2007). Local perceptions and postures towards the SPA “Ria de Aveiro”. Dissertação de Mestrado, Secção Autónoma de Ciências Sociais, Jurídicas e Políticas, Universidade de Aveiro, Aveiro.

Sumares D., Fidelis T. (2009). Local perceptions and postures towards the SPA ‘Ria de Aveiro’. *Journal of Integrative Environmental Sciences*, 6(2), 121-137.

Sumares, D, Fidélis, T. (2011). Natura 2000 and the narrative nature of Nature: a case for Critical Discourse Analysis. *Journal of Integrative Environmental Sciences*, 8(1), 53-68.

Swart, J. (2008). Visions and Scales of Nature and Society in Nature Management. In Keulartz, J., Leistra, G. (eds.) *Legitimacy In European Nature Conservation Policy - Case Studies In Multilevel Governance*. Springer, Heidelberg.

Takacs, D. (1996). *The Idea of Biodiversity: Philosophies of Paradise*. The Johns Hopkins University Press, London.

TEEB (2010). *A economia dos ecossistemas e da Biodiversidade: Integrando a economia da natureza. uma síntese da abordagem, conclusões e recomendações do TEEB*. Programa das nações unidas para o meio Ambiente. Disponível em: www.teebweb.org/TEEBSynthesisReport/tabid/29410/Default.aspx.

Toolan, M. (2001). *Narrative: a critical linguistic introduction*. Routledge, London.

Toolan, M. (1997). What is Critical Discourse Analysis and Why Are People Saying Such Terrible Things About It?. In Toolan, M. (ed.) (2002) *Critical Discourse Analysis — Critical Concepts in Linguistics*, Vol. IV. Routledge, London.

Toolan, M. (ed.) (2002). *Critical Discourse Analysis — Critical Concepts in Linguistics*, Vol. I – IV. Routledge, London.

Toulmin, S. (1958). *The Uses of Argument*, Cambridge University Press, Cambridge.

Tyrwhitt-Drake, H. (2005). *A Critique of Critical Discourse Analysis*. Doctoral Dissertation, School of Linguistics and Applied Language Studies, University of Reading, Reading.

UN (2002). What is Good Governance? Poverty and Development Division. Available from: <http://www.unescap.org/pdd/prs/ProjectActivities/Ongoing/gg/governance.asp> (Accessed on May 12, 2010).

Unnerstall H., (2006). Sustainable Development as a Criterion for the Interpretation of Article 6 of the Habitats Directive. *European Environment*, 16, 73-88.

Unnerstall, H. (2008). Public participation in the establishment and management of the Natura 2000 Network—Legal framework and administrative practices in selected Member States. *Journal for European Environmental and Planning Law*, 5(1), 35-68.

van Eemeren, F., Grootendorst, R. Henkemans, F. (1996). *Fundamentals of Argumentation Theory*. Lawrence Erlbaum Associates, New Jersey.

van den Hove, S. (2006). Between consensus and compromise: acknowledging the negotiation dimension in participatory approaches. *Land Use Policy*, 23, 10-17.

van Dijk, T. (2001). Multidisciplinary CDA: a plea for diversity. In Wodak, R., Meyer, M. (eds.) *Methods of critical discourse analysis*. Sage, London.

van Dijk, T., Beunen, R. (2009). Laws, People and Land Use: A sociological perspective on the relation between laws and land use. *European Planning Studies*, 17(12), 1797-1815.

von Haaren, C., Reich, M. (2006). The German way to greenways and habitat networks. *Landscape and Urban Planning*, 76, 7-22.

Vatn, A., Barton, D., Lindhjem, H., Movik, S., Ring, I., Santos, R. (2011). *Can markets protect biodiversity? An evaluation of different financial mechanisms*. Noragric Report No. 60 (June 2011), Department of International Environment and Development Studies, Noragric Norwegian University of Life Sciences.

Verschuuren, J. (2005). Effectiveness of the Wild Birds and Habitat Directives in the Wadden Sea area: will the tiger loose its teeth?. In Monitoring and Assessment in the Wadden Sea. Proceedings from the 11. Scientific Wadden Sea Symposium, Esbjerg, Denmark 4. – 8. April, 2005.

Visser, M. Morana, J., Regana, E., Gormallya, M., Skeffington, M. (2007). The Irish agri-environment: How turlough users and non-users view converging EU agendas of Natura 2000 and CAP. *Land Use Policy*, 24, 362–373.

Wätzold, F., Schwerdtner, K. (2005). Why be wasteful when preserving a valuable resource? A review article on the cost-effectiveness of European biodiversity conservation policy. *Biological Conservation*, 123, 327-338.

Weber, N. & Christophersen, T. (2002). The Influence of Non-Governmental Organisations on the Creation of Natura 2000 During the European Policy Process. *Forest Policy and Economics*, 4, 1-12.

Webler, T., Kastenholz, H., Renn, O. (1995). Public participation in impact assessment: a social learning perspective. *EIA Review*, 15(3), 443-463.

Webler, T., Tuler, S. (2000). Fairness and Competence in Citizen Participation: Theoretical Reflections from a Case Study. *Administration and Society*, 32, 5, 566-595.

Wesselink, A.; Paavola, J. (2008). GoverNat 2, WP1: Analysing Multilevel Water and Biodiversity Governance in their Context. Report. Disponível em: <http://www.governat.eu/library/>.

Wetherell, M., Taylor, S., Yates, S. (eds.) (2001). *Discourse as Data: A Guide for Analysis*. Sage, London.

Widdowson, H. (1998). The Theory and Practice of Critical Discourse Analysis. *Applied Linguistics*, 19(1), 136-51.

Wiklund, H. (2005). In search of arenas for democratic deliberation: a Habermasian review of environmental assessment. *Impact Assessment and Project Appraisal*, 23, 4, 281-292.

Wilkins, H. (2003). The need for subjectivity in EIA: discourse as a tool for sustainable development. *Environmental Impact Assessment Review*, 23, 401-414.

Wodak, R. (2001). What CDA is about — A summary of its history, important concepts and its developments. In Wodak, R., Meyer, M. (eds.) *Methods of critical discourse analysis*. Sage, London.

Wodak, R., Meyer, M. (eds.) (2001). *Methods of critical discourse analysis*. Sage, London.

Wood, L., Kroger, R., (2000). *Doing Discourse Analysis: Methods for Studying Action in Talk and Text*. Sage, Thousand Oaks, Ca.

Wurzel, R. (2008). European Union Environmental Policy and Natura 2000 — From Adoption to Revision. In Keulartz, J., Leistra, G. (eds.) *Legitimacy In European Nature Conservation Policy - Case Studies In Multilevel Governance*. Springer, Heidelberg.

WWF (2000). *Stakeholder Collaboration: Building Bridges for Conservation*. WWF, Washington, D.C..

WWF (2006). *Natura 2000 in Europe: An NGO assessment*. WWF, Budapest.

York, R., Rosa, E. (2003). Key challenges to ecological modernization theory. *Organization and Environment*, 16(3), 273-288.

Young, L., Harrison, C. (2004). *Systemic functional linguistics and critical discourse analysis. Studies in social change*. Continuum, London/New York.

Young, J., Watt, A., Nowicki, P., Alard, D., Clitherow, J., Henle, K., Johnson, R., Laczko, E., McCracken, D., Matouch, S., Niemela J., Richards, C. (2005). Towards sustainable land use: identifying and managing the conflicts between human activities and biodiversity conservation in Europe. *Biodiversity and Conservation* 14(7), 1641-1661.

Young, O., Berkhout, F., Gallopin, G., Janssen, M., Ostrom, E., van der Leeuw, S. (2006). The globalization of socio-ecological systems: An agenda for scientific research. *Global Environmental Change*, 16, 304-16.

Zwart, H. (2008). Animal Governance: The Cormorant Case. In Keulartz, J., Leistra, G. (eds.) *Legitimacy In European Nature Conservation Policy - Case Studies In Multilevel Governance*. Springer, Heidelberg.

Internet

Amigos da Ria. Associação dos Amigos da Ria e do Barco Moliceiro. (2000). [Em linha] Aveiro: Aveiro Digital. [Consult. Nov. 2010] Disponível em WWW:<URL:<http://www.net-moliceiro.inovanet.pt>>.

CLUL (2010) Centro de Linguística da Universidade de Lisboa. Pesquisa do *corpus* - Programa CONCOR em: http://www.clul.ul.pt/setores/linguistica_de_corpus/projecto_rld_pesquisa_PE.php.

DIÁRIO DE AVEIRO. Notícias. **Polícia Marítima atenta à pesca ilegal na Ria (16-05-2005)**. [Em linha] Aveiro: portal d'aveiro. [Consult. Nov. 2010] Disponível em WWW:<URL:<http://www.portaldaveiro.co.pt/noticia.aspx?id=25850>>.

PRODER. Programa de Desenvolvimento Rural. **Intervenções Territoriais Integradas** [Em linha] [Consult. Jan. 2011] Disponível em WWW:<URL:<http://www.proder.pt/PresentationLayer/conteudo.aspx?menuid=383&exmenuid=473>>.

Anexos

| | |
|---|------------|
| 1 – Breve descrição do procedimento AIA/AAE (em formato electrónico) | |
| 2 – <i>Laguna: Vida, Morte e Ressurreição de Aveiro</i> | 345 |
| 3 – Sinopse dos projectos sob avaliação | 355 |
| 4 – <i>Relatórios de consulta pública</i> dos processos de avaliação ambiental (em formato electrónico) | |
| 5 – Índice do <i>Corpus</i> — Versão Detalhada | 367 |
| 6 – <i>Corpus</i> Integral (em formato electrónico) | |
| 7 – Elenco das referências à RN2000 e à conservação em geral: Parte <i>a</i> “Elenco das referências RN2000 e o seu contexto imediato”, Parte <i>b</i> “Elenco total de concordâncias relativas à RN2000”, Parte <i>c</i> “Elenco total de concordâncias relativas à conservação em geral” | 373 |
| 8 – Pareceres F33 (<i>a</i>), F22 (<i>b</i>) e F17 (<i>c</i>) relativos à AAE do <i>Programa Polis Litoral Ria de Aveiro</i> | 393 |
| 9 – Elenco de excertos relativos aos espaços considerados — Parte <i>a</i> “As salinas”, Parte <i>b</i> “Os campos agrícolas ribeirinhos”, Parte <i>c</i> “A Ria de Aveiro” | 399 |

Anexo 2

A Laguna: Vida, Morte e Ressurreição de Aveiro

Coronel Diamantino Antunes do Amaral - In: "AVEIRO E O SEU DISTRITO", N.º 6, 1968, pp.34-46

No dobrar constante do tempo, um século a outro segue; e os acontecimentos de maior ou menor importância que em qualquer deles ocorreram vão desaparecendo da memória dos vivos e caminharão, depressa, para o total esquecimento se não houver documentos que os registem e possam, mais tarde, desenterrados da poeira dos arquivos, permitir às gerações seguintes conhecê-los e relacioná-los entre si.

Assim é que, no estudo que há três anos venho fazendo sobre o passado de Aveiro, estudo que tenho limitado ao exame do registo paroquial da freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, mas que agora, mercê de circunstâncias várias, vou estendendo às restantes freguesias que havia na vila desde os fins do século XVI, fui surpreendido, de maneira chocante, pelo número extremamente elevado de óbitos, principalmente de crianças com idade inferior a dez anos, particularmente nos anos de 1680, 1692, 1700, 1749, 1766, 1793 e 1799.

Ora, tal facto tinha uma causa que sendo-me desconhecida muito desejava desvendar.

Recorri, por isso, a outras fontes de informação que pudessem esclarecer-me o mistério.

Comecei por consultar as «Efemérides Aveirenses», trabalho interessante e valioso que o saudoso António Cristo nos legou poucos anos antes da sua morte prematura.

Nelas encontrei referência a determinados acontecimentos cujo desenrolar deve ter íntima ligação com o facto a que acima aludo. Marques Gomes, Pinho Leal e outros, igualmente os referem, dando maior desenvolvimento à sua descrição.

E, porque aqueles autores me fizeram crer que, durante os séculos XVII e XVIII, Aveiro passou por uma crise sem precedentes na sua milenária história, decidi levar mais longe o meu estudo.

Sei bem que as linhas que vão seguir-se, súmula de quanto li, não darão conhecimento novo a uns tantos que ao assunto têm dedicado anos de trabalho intenso e persistente.

Mas elas são como que um grito de alma que não posso reprimir, calando, dentro de mim, a dor que senti ao conhecer todo o infortúnio que suportou a terra que, em 1939, me acolheu com tanta franqueza e simpatia e à qual hoje me prendem laços afectivos que só comigo desaparecerão.

Que me perdoem, pois, os estudiosos se julgarem que vou meter foice em seara alheia.

I

DO ALTO DA CAPELA DO SENHOR DAS BARROCAS

Em dia que não sei precisar, mas que julgo ser um, dos 366 de 1940, por força de um serviço de observação geodésica que me foi solicitado, vi-me no ponto mais alto da velha capela do Senhor das Barrocas, junção dos oito vértices opostos às bases das oito faces triangulares isósceles que formam o seu telhado, ponta onde havia sido colocado um pequeno marco que servia de ponto trigonométrico.

E, ou fosse porque acusasse um pouco de cansaço ocasionado pela ascensão um tanto difícil, direi até perigosa, feita por uma escada tosca de madeira encostada ao telhado da capela, ou fosse o feitiço absorvente da paisagem, o que é certo é que só muito depois de ter chegado, iniciei o trabalho que ali me levou.

Lá do alto, a 18 ou 20 metros acima da chão, o horizonte é largo, de algumas dezenas de quilómetros, seja qual for o sentido para onde se olhe.

Porém, naquele instante, a minha atenção fixou-se nas maravilhas da faixa costeira, desde o cabo Mondego às planuras onde se adivinha Ovar.

E, durante não sei quanto tempo, ali estive, mudo e contemplativo, sem conseguir despegar o meu olhar do admirável cenário que a meus pés se desdobrava, como que querendo encher os meus olhos daquela beleza extasiante e linda sem igual.

O deslumbramento que senti foi tal que hoje, volvidos quase trinta anos, ainda está em mim com a mesma intensidade e o mesmo encantamento de então.

Vejo ainda hoje a poalha de ouro que recobria a paisagem, acentuando o verde dos campos, avivando o branco das areias e do casario, a alvura imaculada do sal o azul das águas e do céu.

A beleza do espectáculo dominava-me, quase fazendo-me duvidar da realidade que se me deparava para me julgar perante um sonho lindo como jamais tinha sonhado.

Aqui, é o sol a espelhar-se nas águas dos canais que sulcam a campina e nas águas das marinhas e viveiros

piscícolas, como em espelho estilhaçado, que mão trémula de velho avozinho sustentasse.

Ali, é a magia de incontestáveis cones de sal alvejando numa extensão larga, a perder de vista quais noivos felizes, ajoelhados no templo imenso da Natureza a pedirem ao Criador bênçãos para o noivado que vão fazer.

Por toda a parte, velas enfunadas de barquinhos, que se adivinham por se não verem, deslizando lentos pelos canais, fazendo lembrar pombas brancas que esvoaçam mansas rentes ao chão.

E tudo isto é, afinal, a Laguna ou Ria de Aveiro que, com as suas ilhas e ilhotas e o emaranhado dos seus inúmeros canais, se estende desde Ovar até Mira, em todo o esplendor da sua ímpar beleza.

Mas... - sempre o eterno «mas» nas coisas falíveis deste mundo falível - o que hoje é beleza já foi horror, o que hoje atrai, ontem repeliu, o que hoje é vida renascida, já foi morte.

Diz um rifão popular que não há bela sem senão, nem rosa sem ter espinhos. E o rifão que é síntese de uma ciência que o povo aprendeu na dura e, por vezes, dolorosa experiência da vida, tem neste caso a sua melhor confirmação.

II

UM PASSADO SEM HISTÓRIA OU COM POUCA HISTÓRIA

Aveiro sem a sua laguna era, noutro tempo, janela aberta através da qual a sua gente olhava nostálgica a imensidão do mar...

Mas um dia essa janela fechou-se; e, entre o mar e a terra, surgiu a Ria que havia de ser, na fase final da sua formação, ferro em brasa que penetraria profundamente na sua carne, dilacerando-a, ulcerando-a, martirizando-a, enfim.

Seria que o mar para castigar a ousadia dos que, numa insignificante casca de noz que uma vela fazia correr sobre as ondas, já nesses recuados tempos, se atreviam a desafiar as suas fúrias?

Bondava que ele tivesse, só que fosse uma alma vegetativa, e eu diria que sim.

Do livro de Vidal de La Blache «Princípios de Geografia Humana» do qual acabo de ler o capítulo IV - O Mar - capítulo que reputo o mais sugestivo de toda a obra, extraio o seguinte:

«Durante o longo tempo, a familiaridade com o mar foi apenas privilégio de grupos restritos. Não se pode falar de uma atracção geral que o mar havia exercido sobre as populações humanas: somente algumas costas se mostram atractivas.

De todas as atracções a mais poderosa para a humanidade primitiva foi provavelmente a exercida pela pesca. Os recursos alimentares do mar foram a isca que levou, esse terreno que é o homem, a lançar-se ao elemento diferente daquele onde se havia estabelecido e do qual se tornara o inquilino e, por assim dizer, o comensal».

Depois da leitura da transcrição supra, fio bem que Aveiro e os seus pescadores andaram juntos desde a meninice de ambos.

Não quero, com isto, dizer que lá em 985 tivessem acompanhado os 35 barcos vikings do comando de Eric, o Vermelho, que a tradição diz terem, nesse ano, desembarcado na Gronelândia, e que, em determinado momento, deles se tivessem separado em demanda da Terra Nova para pescar bacalhau.

Não... A navegação estava ainda muito atrasada; e, com os escassos meios de que dispunham, os pouquíssimos conhecimentos náuticos que possuíam e, sobre-tudo, as terríficas lendas que povoavam a sua imaginação, eles, ao irem para o mar, navegavam sempre à vista de terra.

Apesar disso, o seu arrojo era a admiração de todos e a fama de pescadores valentes vinha-lhes já dos tempos de D. Fernando e D. João I.

Assim, porque não admitir que os pescadores aveirenses, logo que lhes foi possível, fossem os primeiros a velejar para a Terra Nova, depois de descoberta, à busca de bacalhau, como aliás afirma o Pe. Carvalho da Costa a páginas 117, Tomo II da sua **Corografia Portuguesa**?

Diz Pinheiro Chagas na sua **História de Portugal**, volume III, página 117: «A ser verdade o que o Pe. Cordeiro declara na sua História Insular, já em 1463, um dos membros da família Cortereal, João Vas Cortereal, encontrara uma ilha que não era outra senão a conhecida actualmente pelo nome de Terra Nova e a que ele chamou Terra dos Bacalhaus».

Baseado, contudo, no silêncio de Damião de Góis ao falar dos Cortereais, estranha aquele autor que este não aludisse a tão significativa descoberta.

Daqui o pôr em dúvida a veracidade da afirmação do Pe. Cordeiro.

Seja, porém, como for: ou descoberta em 1463, por João Vaz Cortereal ou, posteriormente, por seu filho, o infelizmente Gaspar Cortereal, Marques Gomes em **O Distrito de Aveiro** dá como certo que, em 1504, alguns bretões e normandos que aportaram naquela ilha, já lá encontraram colónias de pescadores de Aveiro e Viana do

Minho.

III

O LITORAL LUSITANO ENTRE DOURO E MONDEGO NO SÉCULO X

No século X, desde Espinho ao Cabo Mondego, o Atlântico banhava Esmoriz, Ovar, Estarreja, Aveiro, Ílhavo, Vagos e Mira formando o litoral uma baía de pequena reentrância.

Entre Cacia e Angeja desembocava um vasto estuário no qual desaguiavam os rios Vouga, Águeda e Cértima e onde as marés do Oceano entravam livremente, alimentando de água salgada as inúmeras marinhas que nos recôncavos das suas margens existiam nume-rosas, nomeadamente em Alquerubim e Eixo, às quais documentos da época fazem referência frequente.

Esse estuário, cujo leito era, certamente de cota bastante inferior à que hoje tem o rio Vouga, era limitado do lado Norte pelas encostas onde se situam Angeja, S. João de Loure, Pinheiro e Alquerubim: e, cortando o Vouga na altura de Fontinha, encontrava, pelo Poente, o esporão de Travassô, seguindo pelo sopé da sua vertente Sul, até à altura de Cabanões e Óis da Ribeira onde recebia as águas do Águeda.

Depois seguia pelo sopé da encosta Poente do esporão Óis da Ribeira-Piedade até à foz do Cértima, na actual Pateira de Fermentelos; e contornando a povoação pelo Norte e Noroeste completava-se o fundo do estuário.

Pelo Sudoeste era ele limitado pelas encostas Leste do alto de Mamodeiro, pelas de Requeixo, Eirol e Eixo e, continuando na direcção Noroeste, atingia Cacia.

Esta, de uma maneira geral, a linha do antigo litoral, linha que Nery Delgado e Paul Choffaf, no seu mapa geológico de Portugal apresenta como linha divisória entre os terrenos antigos e as terras de aluvião, formadas posteriormente.

Nessa época já bastante distante, o mar era mistério insondável que atemorizava os mais audaciosos: por isso, os poucos e pequenos barcos que havia para troca e venda de produtos seguiam a sua viagem, de porto a porto, sem nunca perderem a terra de vista.

Talvez, por isso, nessa época, a pesca atraiu pouco a gente desta região ribeirinha, que dava preferência à fabricação do sal e à agricultura.

Ovar, Aveiro e, segundo reza a tradição, Ílhavo, foram centros salineiros de primeira ordem e, como eram portos de mar, por eles saíam os seus produtos que eram postos à venda noutros pontos do país.

«É do ano de 959 - diz o Dr. Rocha Madail, na **Nota Preliminar** da sua colectânea de **Documentos Históricos**, comemorativa do Milenário de Aveiro - «a doação com que iniciamos a colectânea: esse, precisamente, o mais antigo documento em que o nome de Aveiro, alatinado em **Alauario**, se encontra exarado autenticando irrefragavelmente a existência do lugar à data».

Ora, nem nesse documento, nem ainda nos que se lhe seguiram há qualquer referência que se prenda com a existência da laguna, nessa época, sendo mesmo de crer que a linha do litoral que acima se indicou, ainda se mantivesse ao tempo da fundação da nacionalidade.

IV

O NOVO LITORAL

Vários documentos existem, contudo, que levam a situar, por volta do século X o início da sedimentação operada sob a acção dos agentes naturais, que havia de transformar a baía existente na laguna de Aveiro e nos vastos areais de Mira. As narrações que regis-tam o fenómeno permitem segui-lo, no seu evoluir cons-tante ao longo dos nove séculos que ele durou.

Partindo de Esmoriz para Sul um novo litoral começou, então, a formar-se e o cordão de areias que o definia começou a diferenciar-se, embora lentamente, do litoral antigo.

Assim, por volta de 1200, já a barra vinha fixar-se por altura do ponto onde hoje é Torreira e aí se manteve durante quase todo o século XIII.

Mas, a acção dos agentes externos não pára: o mar, por um lado e os rios Antuã, Vouga, Águeda, Cértima e Boco que desaguiavam na baía, pelo outro, não cessam de lançar o produto do seu desgaste na incipiente laguna e no estuário, cujo fundo se vai alteando para cota cada vez mais elevada.

É a sedimentação lenta mas constante que no século XIV há-de fazer aflorar à superfície das águas as extensas lezírias, onde hoje se levantam Pardilhó, Bunheiro, Pardelhas e Murtosa, além de várias ilhas que então se formaram.

E para melhor elucidação da maneira como o fenómeno evolui, transcrevo o que diz António do Nascimento

Leitão, a páginas 38 de «**Aveiro e a sua Laguna**»:

«Na laguna de Aveiro actuam de fora para dentro os factores que mais concorrem para o seu assoreamento: os ventos fortes e frequentes e as marés. Os ventos, como se sabe, além de soprarem as dunas, levantam as vagas - os agentes de pressão máxima nas ablações afectas aos grandes temporais. As marés além de lhe trazerem areias submarinas, têm ainda a propriedade, de na en-chente, apressarem as precipitações fluviais, no seu contacto com a água doce, não as arrastando consigo na vazante, visto que os materiais mais leves se afastam para os lados da corrente, aonde a velocidade é menor ou mesmo nula nalguns recôncavos».

Prestado este esclarecimento, continuamos a narrar o fenómeno: mas, frise-se desde já que, em Março de 1234, data da doação de Esgueira «com seus termos novos e velhos», feita pela Infanta D. Teresa, filha de D. Sancho I, ao Mosteiro de Lorvão (Doc. XXXIX da Colectânea de Rocha Madail), não se alude ainda a lezírias ou ilhas que já houvesse nesse tempo.

Foi até com base neste documento e noutros igual-mente coevos que em 1537 o tribunal competente, no pleito entre D. Jorge de Lencastre, duque de Coimbra e o Mosteiro de Lorvão, lavrou sentença judicial a favor do primeiro, dando-lhe a posse da Ilha do Monte Farinha que aquele Mosteiro reivindicava para si.

Esta ilha só veio a formar-se em data posterior, talvez no século XIV.

É também no século XIV que se forma a ilha da Testada que logo no princípio do século seguinte, por carta de D. João I, de 17 de Maio de 1407, foi doada ao meirinho-mor da comarca entre Douro e Minho, prior Dom Frei Álvaro Gonçalves Camelo (Rocha Madail - obra cit. Doc. LXXX).

Mas, enquanto tudo isto se passa, o cordão dunar continua o seu avanço para Sul, atingindo, no século XV, a região perto da qual hoje se situa a ermida de Nossa Senhora das Areias, onde a barra se veio fixar durante algum tempo.

Entretanto, no ponto onde presentemente existem as Gafanhas, começaram a acumular-se detritos fluviais e marítimos que dunas de areias, cuja formação aumentava rapidamente, limitavam pelo Poente.

No final do século XV o cordão dunar, que formava o novo litoral, situava-se já por alturas de Costa Nova do Prado, fazendo-se a entrada na laguna pelo canal, agora existente, entre a duna do litoral e as grandes dunas da Gafanha.

V

AVEIRO CENTRO MERCANTIL E MARÍTIMO

Com a marcha para sul do cordão litoral, o crescente assoreamento da laguna em formação e a consequente sedimentação operada até à altura onde hoje se ergue a Murtosa, Ovar perdeu o seu porto e as suas marinhas, declinando totalmente a sua antiga importância como centro salineiro e mercantil.

A maré alta da fortuna transferiu-se, então, para Aveiro que, por assim dizer, com a rapidez do relâmpago se transformou num centro mercantil e marítimo de primeira grandeza «no meio de uma vasta e próspera região agrícola, salineira e piscatória».

A sua população, amálgama de gente, vinda dos quatro cantos do continente português e que aqui se fixava, subiu extraordinariamente, atingindo os 14 000 habitantes no alvorecer do século XVI. Também neste século os seus 100 navios de alto bordo (naus e galeões, quase todos aqui construídos, segundo Pinho Leal) man-tinham um intenso comércio com a África, a Índia e o Brasil, recentemente descobertos. Todos os anos armava 50 a 60 caravelas para a pesca do bacalhau nos bancos da Terra Nova.

O símbolo da riqueza e da prosperidade era «o rico de Aveiro» nome por que era conhecido João Nunes Cardoso, casado com D. Isabel da Costa Corte Real que, além de abastado proprietário de várias terras, possuía bastantes embarcações que anualmente iam à pesca do bacalhau.

Além de tudo, o porto de Aveiro era demandado por mais de 100 navios, na sua maioria estrangeiros, que aqui vinham trazer e comerciar os seus produtos.

Foi, sem dúvida, esta **a idade de ouro de Aveiro** e de toda a região de que era centro.

Mas... não há mal que sempre dure, nem bem que não acabe: e esta prosperidade e esta riqueza porque o fenómeno natural, a que vimos aludindo, lha trouxe, o mesmo lha havia de levar, uma vez que ele não suspendia o seu avanço para sul.

Os primeiros sintomas de crise vieram no final deste século.

Efectivamente, no tempestuoso inverno de 1575, o cordão litoral continuou a sua marcha para sul, ultrapassando as dunas da Gafanha e um violento temporal entulhou a barra com as areias, não podendo sair, conforme diz Pinho Leal - nem sequer um iate; os campos tornaram-se alagadiços e estéreis, impossibilitando durante muito tempo os trabalhos agrícolas.

Esta crise, porém, foi passageira e três anos depois, quando o inditoso D. Sebastião quis fazer reviver os tempos épicos dos seus antepassados, Aveiro ainda pode contribuir com um regular número de navios que havia de levar

a Marrocos a fina flor da fidalguia de Portugal.

Em 1584 a barra continuava ainda por alturas da Costa Nova, muito embora o cordão litoral continuasse a sua progressão para Sul.

Porém, a sua instabilidade era grande e havia necessidade de frequentemente mudar os sinais que a balizavam.

Mau grado tão inquietante sintoma, as estatísticas oficiais registam, de 1619 a 1624, a entrada no porto de mais de 60 navios estrangeiros, em média, por ano.

Mas, em 1643, a barra desaparece da Costa Nova para surgir na Vagueira; e, 40 anos depois, em 1685, ainda mais para Sul, na Quinta do Inglês.

A navegação é cada vez mais difícil, e desde aquele ano até 1700 a média anual de navios entrados no porto baixou para 14.

Tal facto alarmou a população que, temendo maior crise, levou a Câmara Municipal a mandar vir dois engenheiros hidráulicos holandeses que tendo estudado, durante mais de um ano o magno problema da barra concluíram que a solução seria fechar a barra, ao tempo na Vagueira, e abrir uma nova em S. Jacinto.

Tal solução, pelas despesas avultadas a que obrigava e pelas dificuldades na sua execução que necessariamente surgiriam, foi julgada inviável e, por isso, posta de parte.

VI

A CATÁSTROFE

De 1720 a 1736 as estatísticas acusam um tráfego marítimo, apenas de 12 navios por ano.

Entretanto o fenómeno natural continua o seu avanço para sul e nos meados do século XVIII a barra atingiu os areais de Mira, vindo a fechar-se completamente em 1757.

Surge, então, a ideia de tentar melhorar a barra, fixando-a e desobstruindo-a, mesmo no local onde agora se situava: mas todos os esforços resultaram em insucessos.

As grandes enchentes da Ria continuavam a encharcar os campos e a inundar a parte baixa de Aveiro, que se conservava imersa durante muitos meses do ano, agravando as condições higiénicas existentes, ao tempo já tão precárias.

E como os poderes públicos de então não adoptassem quaisquer medidas tendentes a debelar o mal ou, pelo menos, a minorá-lo, o capitão-mor de Ílhavo, João de Sousa Ribeiro, aproveitando uma cheia, no rigoroso inverno de 1757, solicitou e, por aviso régio de 27 de Janeiro desse ano, foi-lhe concedida autorização para, à sua custa, abrir um regueirão na Vagueira, onde em 1648 a barra já estivera, a fim de fazer escoar as águas para o mar (Arquivo de Aveiro, Vol. 1, pág. 223-224).

A tentativa foi coroada de êxito e as águas ao passarem, em turbilhão pela abertura feita, não só a alargaram, como a aprofundaram, formando-se uma nova barra que se manteve até 1765 e permitiu que os navios entrassem no porto com relativa facilidade.

Durante este período de 8 anos houve um tráfego de 10 navios em 1761 e de 36 em 1765.

Mas em 1771 a nova barra desapareceu da Vagueira para vaguear pelos areais de Mira.

Em 1777, o engenheiro inglês Elsdon faz tentativa de abrir uma nova barra no local aproximado, onde hoje está: porém, foi mais uma tentativa que se frustrou.

Em 1780, o hidráulico italiano Isappé foi encarregado de fazer nova tentativa de fixar a barra, uma vez mais, na Vagueira: mas ao fim de três anos de porfiados esforços esperava-o o insucesso.

Em 24 de Abril de 1784, a Câmara Municipal queixava-se de que o «comércio estava totalmente desvanecido por falta de capacidade da barra» (Arquivo de Aveiro, Vol. 1, pág. 228).

Em 1787, a barra que, nessa época, estava nos areais de Mira uma vez mais se fechou completamente, facto que, como sempre, trouxe consigo a enchente da laguna e, como consequência desta, a submersão das ilhas e campos marginais e a inundação da parte baixa de Aveiro.

A Câmara Municipal, fazendo-se eco de uma população faminta e já esgotada de tanto sofrer pede à Rainha D. Maria I, em 1 de Março de 1788, providências para minorar tanta vicissitude (Arquivo de Aveiro, Vol. 1, pág. 229).

Esta determinou, desde logo, ao marechal de campo Luís António de Valleré que elaborasse um projecto para prosseguimento das obras; mas, afinal, tudo em vão: dali nada saiu!

Já sem esperança de vir a conseguir para a sua terra uma barra que desse acesso ao porto a qualquer navio que o demandasse, a Câmara Municipal, em 5 de Maio de 1791, decidiu apresentar a Sua Majestade sobre a grande precisão de um canal ou «desaguadouro» por onde saíssem para o mar as imensas águas que se juntavam na Ria e aqui se demoravam (Arquivo de Aveiro, Vol. 1, pág. 229) e permitisse a entrada na laguna a barcos de

pequeno calado.

O canal ou «desaguadouro» seria localizado onde hoje se situa a Ermida de Nossa Senhora das Areias; mas o mar nem sequer permitiu que a tentativa chegasse ao fim, pois que, as areias removidas durante um dia de trabalho penoso, eram na noite seguinte substituídas por nova quantidade por ele lançada.

Em 1794 a barra continuava fechada e as enchentes da laguna e suas consequentes inundações continuavam a causar prejuízos enormes à agricultura e, o que é pior, a aumentar a insalubridade do clima.

Face a tão grave situação, a Câmara Municipal, em 16 de Abril desse ano, encarregou o Dr. Manuel Joaquim Negrão de conseguir do Príncipe Regente, mais tarde D. João VI, as providências necessárias para prosseguimento das obras de abertura de uma barra nova (Arquivo de Aveiro, Vol. 1, pp. 229).

a) - **Sonho que se desfaz**

Pelo que anteriormente foi dito, vê-se bem que, desde o começo ao fim, o século XVIII deve ter sido um pesadelo para Aveiro que viu a sua barra caminhar cada vez mais para Sul, deixando atrás de si um cortejo de trágicas consequências que culminou na fome e na dor; e levando consigo um sem número de esperanças que durante algum tempo muita gente teve de ver a barra abrir novamente e naturalmente por si, no mesmo local onde já estivera e tão próspera e rica fizera a região na Costa Nova.

Mas não... O destino parecia comprazer-se em martirizar esta pobre gente que o sofrimento de um século havia quase esgotado.

E como se não bastasse ter de assistir à ruína total da agricultura da extensa região ribeirinha, à queda da indústria piscatória, já a do alto bordo, já a longínqua nos bancos da Terra Nova e à derrocada do comércio com as nossas possessões de África, Índia e Brasil, Aveiro, durante todo este século, ia suportar novo golpe, sem dúvida, mais duro e mais cruel que nenhum dos já sofridos: a morte dos seus filhos provocada pelas péssimas condições higiénicas existentes em virtude da estagnação das águas da laguna.

A imagem deste Aveiro, triste, desolado e ferido pelo luto, traz ao meu espírito a lembrança da Níobe infeliz que, antes de ficar totalmente petrificada, passeava a sua dor imensa, por entre os cadáveres, ainda insepultos de todos os seus filhos que a ira desumana de Latona havia roubado ao seu carinho de mãe.

Na verdade, a morte entrou em todos os lares, ceifando vidas sem conto, principalmente de crianças de idade inferior a 10 anos.

Bem o provam os números que a seguir se apresentam, extraídos do registo paroquial da freguesia de Nossa Senhora da Apresentação durante todo o século XVIII, período de maior agudeza na mortalidade infantil e de que houve um primeiro rebate nas duas últimas décadas do século XVII.

Dos 690 lares que, durante aquele século, habitaram na freguesia considerada, foram atingidos pela morte de um ou mais filhos 544; e só o não foram 146, ou seja, 78,8 % dos primeiros e 21,2 % dos segundos.

O número de crianças falecidas em cada lar é o que consta do quadro seguinte:

| LARES | Atingidos pela morte de | | | | | | | | | |
|---------|-------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|--------------|
| | 1 fil. | 2 fil.os | 3 fil.os | 4 fil.os | 5 fil.os | 6 fil.os | 7 fil.os | 8 fil.os | 9 fil.os | 10 fil.os |
| Quantos | 253 | 127 | 5 | 2 | 1 | 1 | 74 | 36 | 27 | 17 |

O número de lares indicados corresponde somente ao dos que foram constituídos durante o século XVIII.

O número total de crianças falecidas desde 1700 a 1799 é de 1230, sendo: do sexo masculino 655; do sexo feminino 575.

A diferença de cinquenta neste número e o de 1180 que o quadro anterior apresenta é proveniente da supressão de algumas crianças de lares constituídos antes de 1700, ou de crianças filhas de pais não casados.

Não é de estranhar também que o número de crianças falecidas do sexo masculino seja bastante mais elevado que as do sexo feminino, porquanto, nesta freguesia, em 5683 nascimentos registei 3028 crianças do sexo masculino, número este superior ao das do sexo feminino em 373.

b) - **A população**

Difícil me foi, na verdade, encontrar o seu quantitativo nos anos que seria para desejar conhecê-lo.

No entanto, depois de algumas buscas infrutíferas, achei casualmente, num relatório oficial que consultava, os seguintes números que, embora não satisfaçam completamente, algum tanto vêm facilitar este trabalho.

No começo do século XVI, Aveiro tinha 14 000 habitantes: em 1685, 10000: em 1736, apenas 5300: em 1767 cerca de 4400 e em 1797 estava reduzida a 3500!

Por outro lado, o Rev.^o Pe. João Gaspar em «**A Diocese de Aveiro**» informa que no ano de 1572 por mandado do Bispo de Coimbra, D. Frei João Soares, foi elaborado um rol das pessoas de comunhão que havia na freguesia de S. Miguel, a única, ao tempo, existente, na vila, o qual acusava a existência de 11 365 pessoas.

Juntando a este número o das crianças que não eram de comunhão e que avalio em 700, obter-se-á, como população provável de Aveiro, no ano de 1572, 12065 ou seja, em números redondos, 12 100 habitantes.

Com os quantitativos que acima se apresentam formar-se-á o quadro seguinte:

| Anos | Quantos habitantes | Abates sofridos | | |
|------|--------------------|-----------------|---------|-------------|
| | | Em quantos anos | Quantos | Média anual |
| 1500 | 14 000 | — | — | — |
| 1572 | 12 100 | 72 | 1 900 | 26,4 |
| 1685 | 10 000 | 113 | 2 100 | 18,6 |
| 1736 | 5 300 | 51 | 4 700 | 92,2 |
| 1767 | 4 400 | 31 | 900 | 29,2 |
| 1797 | 3 500 | 30 | 900 | 30,0 |

É deveras confrangedora a queda vertiginosa que a população sofreu no período que vai de 1685 e 1797 que o quadro põe em evidência.

Tal decréscimo teve uma causa, como é óbvio, e essa foi a formação da laguna que trouxe consigo a instabilidade da barra, e sobretudo a insalubridade do clima.

Na verdade, o errar da barra desde Esmoriz a Mira, trouxe consequências imediatas, a partir do final do século XVII, uma parte da população, principalmente a que aqui antes se havia estabelecido, abandonar Aveiro para se instalar em terras próximas da barra e a insalubridade do clima que não só fez sair muitas famílias, naturais da vila, para outras terras onde as condições climáticas fossem melhores, mas ainda vitimou um sem número de crianças àquelas que, não podendo ou não querendo sair, aqui ficaram.

A mortalidade nas crianças era apavorante, como se pode ver no quadro que a seguir se apresenta, extraído do registo paroquial da já mencionada freguesia de Nossa Senhora da Apresentação.

| DÉCADAS | Número total dos óbitos | Óbitos de crianças | |
|-------------|-------------------------|--------------------|-------------------------------------|
| | | Quantos | Porcentagem em relação à natalidade |
| 1680/689 | 442 | 198 | 44,8 |
| 1690/699 | 486 | 247 | 50,8 |
| 1700/709 | 300 | 127 | 42,3 |
| 1710/719 | 180 | 60 | 33,3 |
| 1720/729 | 280 | 124 | 44,3 |
| 1730/739 | 233 | 114 | 48,9 |
| 1740/749 | 327 | 130 | 39,8 |
| 1750/759 | 279 | 125 | 44,8 |
| 1760/769 | 220 | 121 | 55,0 |
| 1770/779 | 273 | 129 | 46,5 |
| 1780/789 | 300 | 135 | 45,0 |
| 1790/799 | 308 | 167 | 54,2 |
| Somas | 3 628 | 1 675 | 46,2 |

A média das quatro décadas, anteriores à primeira que no quadro se menciona, dá como percentagem de óbitos de crianças em relação à totalidade deles, apenas 7,1 %.

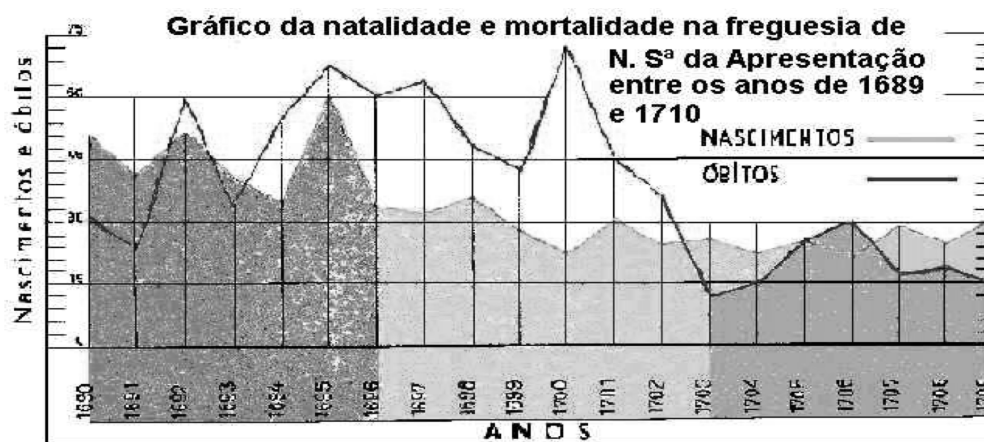
Comparemos agora a totalidade dos óbitos com a natalidade, no mesmo período de tempo, cujos elementos vão reunidos no quadro seguinte:

| DÉCADAS | Nasci-mentos | Óbitos | Nascimentos | |
|-------------|--------------|--------|-------------|------------|
| | | | Para mais | Para menos |
| 1680/689 | 428 | 442 | — | 14 |
| 1690/699 | 412 | 486 | — | 74 |
| 1700/709 | 260 | 300 | — | 40 |
| 1710/719 | 273 | 180 | 93 | — |
| 1720/729 | 279 | 280 | — | 1 |
| 1730/739 | 321 | 233 | 88 | — |
| 1740/749 | 291 | 327 | — | 36 |
| 1750/759 | 265 | 279 | — | 14 |
| 1760/769 | 285 | 220 | 65 | — |
| 1770/779 | 303 | 273 | 30 | — |
| 1780/789 | 311 | 300 | 11 | — |
| 1790/799 | 349 | 308 | 41 | — |
| Somas | 3 777 | 3 628 | 328 | 179 |

Debrucemo-nos uns momentos sobre os dados acima apresentados.

Na coluna dos nascimentos nota-se uma queda acentuada da década de 1690/99 para a de 1700/709, queda que mantém um quantitativo, mais ou menos constante, até ao final do século. Os quantitativos das duas primeiras são aproximadamente os mesmos das décadas anteriores a 1680.

Numa palavra, a queda brusca da população, acusada no quadro número 3 deve ter-se dado no fim do século XVII, princípio do século XVIII. Esta suposição é sobejamente confirmada, pelo gráfico, detalhado por anos, que a seguir se apresenta:



O seu exame permite-nos ver que até 1695 o número de nascimentos oscila entre 35 e 60 com mais valores próximos de 60 que de 35; pelo contrário, a partir daquele ano, o valor mais elevado é de 35 e o mínimo 20, tendo os valores intermédios maior tendência para se aproximarem do limite mínimo que do máximo.

Quer dizer, a partir de 1685, uma boa parte da população, deve, na verdade, ter abandonado Aveiro, ou porque pressentisse o próximo estalar de maior tragédia, ou porque, principalmente os pescadores, tivessem conveniência em estar o mais próximo possível da barra que, cada vez mais, caminhava para sul.

Vejam, agora, a coluna dos óbitos do Quadro n.º 3.

Com ela passa-se uma coisa idêntica à que foi dita em relação à natalidade. As duas primeiras décadas, de 1680 a 1700, acusam valores extremamente elevados, em relação aos das décadas do século XVIII, cuja média anual é de 27 óbitos, muito embora houvesse neste século anos excepcionalmente maus, como o de 1700 com 75, e o de 1749 com 78, para não falar noutros.

Quer dizer, o êxodo da população que julgamos ter-se dado no final do século XVII e princípio do século XVIII, dedução baseada na natalidade, é mais uma vez confirmada pelos óbitos ocorridos na mesma época, facto que o gráfico n.º 1 põe bem em evidência.

Ora, parece à primeira vista que a quebra brusca, quer de nascimentos quer de óbitos, seguida de valores, mais

ou menos constantes até ao final do século XVIII, seriam indício de uma melhoria na situação grave porque passava a população de Aveiro ou, pelo menos, que a crise se não tinha agravado.

Mas não... a população ia diminuindo a olhos vistos e a constância dos números outra coisa não significa que não seja **agravamento da crise**.

Senão vejamos: na década de 1730/1739 houve, na freguesia considerada, 233 óbitos, isto é 4,4 % da totalidade da população de Aveiro, em 1736; em 1767, ano em que a população era de 4400, a percentagem dos óbitos na década de 1760/1769 foi de 5 % e, finalmente, na década de 1790/1799, com a população reduzida, em 1797, apenas a 3500 habitantes, a percentagem dos óbitos ocorridos durante essa década subiu para 8,8 %.

Vê-se, pois, sob o ponto de vista sanitário, quão grave era a situação que a população de Aveiro tinha de enfrentar na segunda metade e, sobretudo, no final desse fatídico século XVIII.

c) - Incidências sobre a vida económica

Os males descritos anteriormente, cuja causa se deve atribuir exclusivamente à instabilidade da barra, não se circunscrevem apenas à desastrosa incidência sobre a população, mas foram mais longe, eles também afectaram grandemente a vida económica de toda a região ribeirinha, especialmente a de Aveiro.

Com as dificuldades, sempre crescentes, de navegação, originadas na instabilidade da barra e seu constante assoreamento que ocasionava, frequentemente inacessibilidade total aos navios, o tráfego marítimo foi diminuindo havendo, durante todo o século XVIII, uma média anual de 2,4 navios entrados no porto!

Assim, como podia manter-se um comércio que, nos séculos XV e XVI, era intenso e progressivo? Necessariamente ele havia de tornar-se precário e decadente. Mas, se a decadência e a ruína do comércio gerava pobreza, a impossibilidade da pesca, quer a de alto bordo, quer a longínqua, na Terra Nova, originava pobreza e fome e ambas juntas a doença e a morte.

Aveiro, sob este aspecto, nos fins do século XVIII, era uma cidade de pobres, de famintos e de doentes, que arrastavam a sua dor pelas ruas quase desertas.

E, para a desgraça ser total, as espécies ricas que no mar se criam, desapareceram da laguna, deixando de interessar economicamente a pesca na Ria.

Até o moliço, de largo emprego na adubação dos terrenos agricultáveis, não só escasseou como, por falta de salinidade das águas, perdeu muito das suas qualidades como adubo.

As marinhas de sal, na sua maior parte submersas durante quase todo o ano, tinham uma produção diminuta ou nula. declinando assustadoramente a exploração salineira que era, sem dúvida, uma importantíssima fonte de riqueza de Aveiro, se não a maior.

Também a construção naval não escapou à crise geral. Ela que, nos séculos XV e XVI, se apresentava bastante florescente e esperançosa, viu a sua actividade reduzida à insignificância.

VII

DA MORTE À RESSURREIÇÃO

No princípio do século XIX, a crise tinha chegado ao seu auge e a miséria era geral.

Os clamores desta pobre gente, tão provada pelo infortúnio que durava havia já dois longos séculos, foram finalmente ouvidos pelos poderes públicos.

Na treva de tão lenta agonia para muitos começou, então, a bruxulear uma ténue luz de esperança, ao saberem que o Príncipe Regente D. João, por aviso de 2 de Janeiro de 1802, havia encarregado os engenheiros, coronel Reinaldo Oudinot e capitão Luís Gomes de Carvalho, ao tempo dirigindo as obras da barra do Douro, de elaborar um projecto para **abertura e estabilização** da barra de Aveiro. Porém, não obstante ser esta a tentativa mais séria que até então ia ser levada a efeito, em virtude dos autores do projecto terem à sua disposição os necessários meios para a sua execução, uns tantos houve que descreiam da sua eficiência. É que, depois de tanta ilusão desfeita e de tantos insucessos sofridos, o pessimismo, qual escalracho que se não desarreigava do seu ser, levou-os a duvidar e a julgar mesmo inútil mais esta tentativa, caso ela viesse um dia a realizar-se.

Em 6 de Março desse ano o projecto foi enviado ao Governo para aprovação.

Tinha sido dado, finalmente, o primeiro passo para pôr termo ao livre divagar da barra sob a acção dos agentes naturais e, com ele, a esperança de um chamamento à vida ressuscitada que permitisse olhar com mais confiança o futuro.

Em 28 de Janeiro de 1805 o projecto é aprovado e, em 15 de Março desse ano, dá-se início à obra que havia de permitir o escoamento das águas putrefactas da Ria.

Em 9 de Março de 1806, faz-se uma primeira tentativa de abertura da nova barra, infelizmente sem êxito.

Em 28 de Fevereiro de 1807 faz-se nova tentativa; mas, logo na madrugada do dia seguinte, a barra fechou-se

mais uma vez.

Até que, em 3 de Abril de 1808, ela foi aberta **e agora com todo o êxito!...**

Mas deixemos que fale Miguel Joaquim Pereira da Silva que subscreveu o auto de abertura da barra feito em 15 de Abril:

«As águas que cobriam as ruas da praça desta cidade e os bairros do Alboi e da Praia, baixaram três palmos de altura dentro de 24 horas e outro tanto em o seguinte espaço e em menos de 3 dias já não havia águas pelas ruas e toda a cidade ficou respirando melhor ar por estas providências com que o Céu se dignou socorrê-la e a seus habitantes com esta grande Obra da Barra.»

E da forma como se operou a abertura da nova barra, ouçamos agora o que diz o distinto marinheiro Silvério da Rocha e Cunha:

«Às sete horas da tarde (de 3 de Abril de 1808) - em segredo, acompanhado por Verney, pelo marinheiro Cláudio e poucas pessoas mais, arrancam a pequena barragem de estacas e fachinas que defendia o resto da duna na Cabeça do molhe cortam a areia com pás e enxadas e Luís Gomes, abrindo um pequeno sulco com o bico da bota no frágil obstáculo que separava a ria do mar, dá passagem à onda avassaladora da vazante para a conquista da libertação económica de Aveiro, depois de uma opressão que durava 60 anos.»

A treva dissipou-se, finalmente: o tempo escampou e uma aurora refulgente e bela nasceu então, espargindo sobre Aveiro uma lufada de esperança embora as feridas abertas, já na sua população, já em toda a sua vida económica, fossem extremamente profundas e desencorajantes.

Na verdade, a partir do dia 3 de Abril de 1808, Aveiro podia, com razão, entoar aleluias pela vida renascida que nessa data inesquecível começava.

Anexo 3

Sinopse dos projectos sob avaliação

a) Uma breve história do Projecto de Desenvolvimento Agrícola do Baixo Vouga Lagunar

Descrição do projecto pelo EIA

«O Bloco faz parte de um vasto ecossistema sendo considerado uma das mais notáveis zonas húmidas portuguesas e integra a Zona de Protecção Especial da Ria de Aveiro. Insere-se no Baixo-Vouga Lagunar que reúne os chamados campos agrícolas do Baixo-Vouga. Caracteriza-se e distingue-se pela diversidade e especificidade. Estas duas características resultam da interacção do homem com o clima, da intensa relação terra/água, dos terrenos suaves de formação recente, da fertilidade dos solos e da água em abundância. Trata-se de um agroecossistema recente, gerido de acordo com objectivos de produção e sustentação económica, sob a permanente ameaça das cheias e da intrusão salina.» (AIA 792, Resumo Não Técnico, p. 5)

«O Projecto tem como principal objectivo a defesa dos campos contra os efeitos destrutivos das cheias e contra a salinização dos solos, devido ao progressivo avanço das marés no Bloco. Paralelamente, o projecto pretende nas áreas reservadas ao uso agrícola, implantar um conjunto de melhorias nas infra-estruturas de rega, drenagem e viárias, e a implementação da reestruturação fundiária. Desta forma, o projecto é dividido nas seguintes componentes:

- Sistemas Defesa contra as Marés;
- Sistemas Primários de Drenagem;
- Estrutura Verde Principal;
- Infra-estruturas Rurais Secundárias (drenagem, rega e viárias)
- Reestruturação Fundiária;»

(AIA 792, Resumo Não Técnico, p. 9)

Sumário de imprensa e do processo de avaliação ambiental

A região do Baixo-Vouga e os respectivos municípios têm tido como uma das suas preocupações principais a entrada de água salgada nos campos agrícolas daquela área. Como explicação principal para a subida das águas do Rio Vouga, tem sido apontada a maior amplitude das marés e a força das correntes provocadas pelas obras portuárias ao longo das últimas quatro décadas, fazendo sucumbir as estruturas tradicionais de defesa dos campos. A solução mais promissora para resolver o problema no Bloco tem sido a execução do *Projecto de Desenvolvimento Agrícola do Baixo-Vouga Lagunar* (PDABVL).

O PDABVL conta já com mais de 30 anos, desde que, em 1972, a Comissão de Planeamento da Região Centro apresentou uma proposta de aproveitamento do rio. Sucederam-se vários estudos e planos, nunca totalmente executados, até que, entre 1987 e 1990, se desenrolaram no local trabalhos de natureza experimental em 56 ha. Depois de, em 1989, a Universidade de Aveiro ter apresentado um primeiro EIA, foi construído um dique médio de protecção contra as marés, com cerca de quatro quilómetros, entre o rio Velho e a foz do Antuã. A obra viria a ser bloqueada em 1996 pelas instâncias comunitárias por razões ambientais, na sequência de queixas das ONGs ambientais Quercus e FAPAS (Fundo para a Protecção dos Animais Selvagens), alegando que não existia um estudo prévio de impacte ambiental do primeiro troço do dique. Face ao “chumbo”, o Governo assumiu o compromisso de submeter o projecto a AIA, a qual recebeu um parecer favorável, condicionado ao cumprimento de medidas de monitorização.

Ao longo dos anos o PDABVL foi sofrendo várias alterações. O projecto sujeito a AIA foi promovido pelo Instituto de Hidráulica, Engenharia Rural e Ambiente (actual Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural). Avaliado em cerca de 20 milhões de euros, o projecto abrange um total de seis freguesias de três concelhos: Beduído, Salreu, Canelas e Fermelã (Estarreja), Angeja (Albergaria-a-Velha), e Cacia (Aveiro). Tem como principal objectivo a defesa dos solos agrícolas da acção das águas salgadas provenientes da Ria de Aveiro e dos efeitos nocivos das cheias, preservando assim as condições necessárias à actividade agrícola de regime extensivo ou semi-extensivo, numa área de aproximadamente 3000 ha. Inclui também a construção de um conjunto de melhorias rurais ao nível da rega, drenagem, rede viária, assim como a reestruturação da propriedade através da implementação do emparcelamento rural juntamente com o lançamento

de uma rede principal de compartimentação de sebes, pretendendo promover a redução dos custos de produção e a melhoria das condições de trabalho dos agricultores. Segundo o EIA, os sistemas de defesa para a zona lagunar representam também um «esforço de manutenção das características, diversidade e riqueza, de salvaguarda do direito dos proprietários à sua cultura e modo de vida no contexto de um projecto de fins múltiplos».

A DIA do projecto não aprovou todas as estruturas que muitos dos agricultores reivindicavam, mas a solução adoptada foi vista como uma situação de compromisso ajustável e coerente, conjugando melhor os interesses ambientais e agrícolas sem afectar a eficácia da protecção dos campos agrícolas.

Depois de um processo judicial em torno da sua adjudicação, o PDABVL tem sido sistematicamente adiado por não se ter conseguido mobilizar o financiamento necessário. A execução do projecto continua assim na agenda dos municípios integrados na região do Baixo-Vouga, uma vez que as terras em risco de salinização são as mais ricas da zona e correm o risco de se tornarem improdutivas devido à entrada de água salgada da Ria nos campos. O que as separa da laguna é uma ténue linha de terra que a qualquer momento pode ser galgada. Dado o projecto não ter sido concluído na sua totalidade, o dique já construído não é eficaz, porque a água passa à sua volta. Devido à maior amplitude de marés provocada pelas obras realizadas na expansão do porto de Aveiro, as quais provocam cheias cíclicas na região, a obra é hoje considerada ainda mais importante e urgente.

Segundo o presidente da Associação dos Beneficiários do Baixo-Vouga, existem momentos em que «há proprietários que já não sabem onde são os seus campos, porque estão cobertos pela água salgada, e pagam impostos ao Estado sobre eles», comentou. O responsável apela a uma maior rapidez na resolução do processo, uma vez que a insatisfação dos agricultores está a aumentar de dia para dia.

Alguns autarcas da região, em conjunto com a Associação dos Agricultores Beneficiários do Baixo-Vouga entregaram em 2008 ao governador civil do distrito um dossiê para defender o reinício do projecto, e dirigiram ainda uma exposição aos ministros da Agricultura e do Ambiente, em que advertem que "a não conclusão das infra-estruturas previstas poderá pôr em risco ou tornar inúteis uma série de elevados investimentos já realizados". Defendem a classificação da iniciativa como *Projecto de Interesse Nacional* (PIN), dado que «contempla a defesa e conservação de três mil hectares de solos agrícolas, contribuindo para impedir o sucessivo abandono de terrenos extremamente férteis». Sustentam também que o Baixo-Vouga Lagunar é uma zona de grande valor agrícola e ambiental da qual depende um grande número de agricultores e famílias (cerca de 4.000 explorações agrícolas). «Aí podem-se encontrar importantes ecossistemas que são suporte de várias espécies, algumas das quais protegidas, integrando a Rede Natura 2000 - Zona de Protecção Especial da Ria de Aveiro», salientam os autarcas na exposição enviada ao Governo.

O Ministério do Ambiente respondeu à missiva das autarquias, dizendo que o PDABVL é «eminentemente agrícola», pelo que deverá ser o Ministério da Agricultura a pronunciar-se. A Presidente da ARH do Centro I.P. terá defendido junto do Governo a integração do projecto no *Polis Litoral da Ria de Aveiro* (ver secção V.3.7), através de uma parceria com o Ministério da Agricultura e Pescas e com as autarquias locais.

De acordo com o dossier do *Projecto de Desenvolvimento Agrícola do Baixo-Vouga*, estão a decorrer trabalhos de monitorização para os diferentes parâmetros previstos pelo EIA. A continuação destes trabalhos, de 2008 a 2013, tem um custo estimado de 1,5 milhões de euros e depende dos financiamentos do QREN e/ou ProDeR. Quanto às obras propriamente ditas, o documento referia em Janeiro que dependiam também dos fundos do QREN e/ou ProDeR. O período previsto é de 2010 a 2013 e a estimativa de custo é de 20 milhões de euros. Os recursos a disponibilizar no âmbito do QREN e ProDeR são tidos como «imprescindíveis e absolutamente decisivos».

Fontes:

AIA 792 (2002) Projecto de Desenvolvimento Agrícola do Baixo-Vouga Lagunar. Agência Portuguesa do Ambiente, Amadora.

DRAP CENTRO. **Ambiente: Aveiro acredita no "sim" europeu ao projecto agrícola para o Baixo-Vouga Lagunar (14-04-2003)** [Em linha] [Consult. Out. 2010] Disponível em WWW:<URL: <http://www.drapc.min-agricultura.pt/base/noticias.php?dossier=Agricultura¬icia=103&Dsubtema=&Csubtema=>>.

DIÁRIO DE AVEIRO. Notícias. **Segundo classificado elabora projecto para o Baixo-Vouga (31-08-2006)** [Em linha] Aveiro: portal d'aveiro. [Consult. Out. 2010] Disponível em WWW:<URL: <http://www.aveiro.co.pt/noticia.aspx?id=35458¬ic=Segundo%20classificado%20elabora%20projecto%20para%20o%20Baixo%20Vouga>>.

RTP. **Autarcas de Estarreja, Aveiro e Albergaria exigem conclusão do dique para impedir salinização (06-03-2008)** [Em linha] [Consult. Out. 2010] Disponível em WWW:<URL: <http://tv1.rtp.pt/noticias/?article=58181&visual=3&layout=10>>.

O AVEIRO. Notícias. **Sal trama agricultores (17/04/2008)** [Em linha] Cacia: Portal oficial da Freguesia de Cacia. [Consult. Out. 2010] Disponível em WWW:<URL:http://www.cacia.pt/index.php?CA=Noticia&IDNoticia=171>.

DIÁRIO DE AVEIRO. Notícias. **Estarreja: Rio Antuã inunda campos e quintais (01-02-2009)** [Em linha] Aveiro: portal d'aveiro. [Consult. Out. 2010] Disponível em WWW:<URL:http://www.aveiro.co.pt/noticia.aspx?id=75127¬ic=Estarreja:%20Rio%20Antuã%20inunda%20campos%20e%20quintais>.

b) Uma breve história do projecto de *Requalificação da Pista de Remo de Aveiro*

Descrição do projecto pelo EIA

«O projecto localiza-se no concelho de Aveiro, consistindo no redimensionamento do leito do rio Vouga na zona do Rio Novo do Príncipe (canal artificial que constitui o leito principal na zona terminal do rio) e sua integração num plano de água mais alargado. Pretende-se a ampliação da actual pista de remo e a execução de infra-estruturas associadas, com características compatíveis com as exigências para a realização de campeonatos internacionais. Esta desenvolver-se-á para jusante da confluência do Rio Velho (antigo leito natural do rio Vouga) com o Rio Novo do Príncipe».

«O projecto inclui a pista de rema propriamente dita, nas infra-estruturas hidráulicas necessárias à materialização desta (diques marginais e dois açudes, no limite de jusante da pista de competição e no Rio Velho, um pouco jusante da confluência deste com o Rio Novo) e nas infra-estruturas de apoio (área de partida, área de chegada e equipamentos adicionais). A pista de remo e canoagem insere-se numa área mais alargada, que constitui o parque de regatas, com uma área total de aproximadamente 133.6 ha» (AIA 914, Resumo Não Técnico, p. 5).

Sumário de imprensa e do processo de avaliação ambiental

Com um investimento de 11 milhões de euros e com a Câmara Municipal de Aveiro como seu promotor, o projecto pretende requalificar uma pista já existente, palco de inúmeras competições nacionais desde os anos 50, com comprovada qualidade técnica (ausência de vento, águas paradas com a existência temporária de uma barragem e condições perfeitas para todas as pistas). O objectivo do projecto é transformá-la numa pista de classe A, o que significa que pode receber campeonatos da Europa, do mundo e Jogos Olímpicos.

O projecto é apresentado como tendo mais-valias multifacetadas, com benefícios culturais, ambientais, agrícolas e desportivos. A nível ambiental e agrícola, o projecto é tido como complementar ao do PDABVL, contribuindo para impedir o avanço da cunha salina e assim proteger os campos agrícolas daquela parte do bloco. É considerado importante também a nível industrial para a zona, nomeadamente para a actividade da Portucel, a qual depende de uma disponibilidade fiável de água doce.

Uma primeira tentativa de AIA resultou num parecer de “desconformidade” do EIA do projecto em 27-09-2001 pela Comissão de Avaliação (CA) devido a questões ambientais. Em 2003, uma reformulação do projecto é considerada em “conformidade” e a AIA avança. No entanto, em Agosto de 2003, a CA determina um parecer desfavorável, em que se argumenta que a execução do projecto não é compatível com o cumprimento das Directivas RN2000. A Câmara Municipal de Aveiro reagiu fazendo um pedido de audiência prévia. Depois da autarquia ter analisado a documentação constante do procedimento e realizado várias reuniões com o ICN, procedeu-se a alterações ao projecto com fins conservacionistas, nomeadamente quanto à área total do projecto, ao depósito de parte dos sedimentos e dragados, e aos equipamentos fixos e amovíveis. Após estas alterações, o ICN emitiu parecer positivo no pressuposto que todas as medidas de minimização fossem adequadamente enquadradas pelo *Relatório de Conformidade Ambiental do Projecto de Execução* (RECAPE) e devidamente executadas. É então emitida a DIA em Outubro de 2003 com parecer “favorável condicionado”. A partir daqui, no entanto, o projecto foi sendo sucessivamente adiado, com vários pedidos de prorrogação da validade da DIA. A CA emitiu um RECAPE favorável em Maio de 2008, estando a maioria das medidas de minimização em conformidade com a DIA.

O projecto de Requalificação da Pista de Remo de Aveiro terá surgido depois de se anunciar o projecto da Pista de Classe A de Montemor-o-Velho. Neste processo, a disputa pelo apoio ao dois projectos parece, pelo menos segundo a percepção dos autarcas locais, ter sido enquadrada numa lógica de rivalidade distrital entre Aveiro e Coimbra. Apesar de aprovado, o projecto ficou suspenso por falta de financiamento. A falta do mesmo esteve relacionada com o facto de o projecto não ter conseguido o apoio da Federação Nacional de Remo, que já

se tinha comprometido com o Governo em rentabilizar a pista de Montemor-o-Velho. Assim, quando se decidiu pela pista de Montemor, em detrimento da do Rio Novo do Príncipe, estava implícita a ideia de que só uma poderia ser construída, tendo mesmo o secretário de Estado declarado que o país só precisava de uma infra-estrutura deste tipo (até agora inexistente) e que só haveria dinheiro para sustentar uma delas. Sentindo que o governo terá *relegado* «para um plano secundário uma obra essencial para este concelho, e distrito igualmente», a Câmara Municipal de Aveiro tem, mesmo assim, renovado a intenção de construir a pista, continuando a procurar alternativas de financiamento.

Fontes:

AIA 914 (2003) Requalificação da Pista de Remo de Aveiro. Agência Portuguesa do Ambiente, Amadora..

DIÁRIO DE AVEIRO. Notícias. **Construção da pista de remo: Aveiro mobiliza-se contra declarações do líder da Federação (25/01/2008)**. [Em linha] Cacia: Portal oficial da Freguesia de Cacia. [Consult. Out. 2010] Disponível em WWW:<URL:<http://www.cacia.pt/?CA=Noticia&IDNoticia=151>>.

DIÁRIO DE AVEIRO. Notícias. **Aveiro: Começaram os trabalhos da pista de remo (26/04/2008)**. [Em linha] Aveiro: portal d'aveiro. [Consult. Out. 2010] Disponível em WWW:<URL:<http://www.portaldaveiro.co.pt/noticia.aspx?id=72864>>.

JORNAL DA BAIRRADA. Notícias. **Governo e autarquia assinam requalificação da pista de Aveiro (06/02/2005)**. [Em linha] Aveiro: portal d'aveiro. [Consult. Out. 2010] Disponível em WWW:<URL:<http://www.aveiro.co.pt/noticia.aspx?id=22953>>.

JORNAL DA BAIRRADA. Notícias. **A obra permitirá requalificar uma Pista já existente (03-05-2006)**. [Em linha] Aveiro: portal d'aveiro. [Consult. Out. 2010] Disponível em WWW:<URL:<http://www.aveiro.co.pt/noticia.aspx?id=34189>>.

c) Uma breve história do *Projecto da Marina da Barra*

Descrição do projecto pelo EIA

«O objectivo do complexo da “Marina da Barra” é dotar a zona centro-norte da costa portuguesa e, em particular, a Ria de Aveiro, de instalações adequadas ao recreio náutico, dando resposta à crescente procura deste segmento do mercado. De facto, a prática do recreio náutico como ocupação dos tempos livres constitui um dado fortemente motivador do investimento numa tal infra-estrutura».

[...] «As perspectivas de desenvolvimento da náutica de recreio apresentadas no Plano de Ordenamento e Expansão do Porto de Aveiro baseiam-se no Plano Orientador para a Náutica de Recreio (1994) que contém um zonamento da costa continental portuguesa e propõe a criação de uma “Cadeia de Apoios” ao longo da costa que permita a navegação costeira em toda a sua extensão. A Marina da Barra poderá desempenhar a função de Porto Base para a Zona de Cruzeiro 2, entre Corteça e Pedrogão.

«Actualmente as infra-estruturas de apoio à náutica de recreio na ria de Aveiro oferecem 1.773 postos em flutuação e 1.171 postos de estacionamento a seco, de acordo com o Plano Intermunicipal de Ordenamento da Ria de Aveiro. Estes números são claramente inferiores às metas previstas no Plano Orientador da Náutica de Recreio» (AIA 1031, Resumo Não Técnico, pp. 1-2).

«O empreendimento é constituído por um complexo turístico que envolve um conjunto diverso de estruturas, instalações e equipamentos [...] A Marina da Barra ocupará uma área de 58 hectares, referente a um terreno que é o resultado de acções de aterro e desaterro desenvolvidas ao longo de anos, num local em que se verificam assoreamentos naturais e o aparecimento de bancos de areia estabilizados, situado frente à Barra e ao Porto de Aveiro» (AIA 1031, Resumo Não Técnico, p. 5).

Sumário de imprensa e do processo de avaliação ambiental

Apresentado em 1994 numa primeira versão, o projecto da Marina da Barra começa por ser chumbado por uma comissão de avaliação de impacto ambiental, a qual viabilizou apenas uma marina e respectivas infra-estruturas desde que sofressem uma redução de 50%. Quase dez anos mais tarde, em 2002, o projecto é apresentado nos mesmos moldes.

Entretanto, no quadro do regime das concessões dominiais e de serviço público, o governo autorizou a APA, através do Decreto-Lei n.º 507/99 de 23 de Novembro, a promover um concurso público internacional para a “Concepção, Construção e Exploração do Complexo Marina da Barra”. A APA concessionou o projecto à Sociedade de Desenvolvimento e Exploração da Marina da Barra, S.A. (SDEMB) através de contrato assinado em 21.01.02. No mesmo mês, a SDEMB apresentou à então DRAOT-Centro uma *Proposta de Definição de Âmbito* do EIA, tendo a Comissão de Avaliação nomeada deliberado “pela sua aceitação”.

O projecto apresentado em 2002 era semelhante aos anteriores, contrariando vários planos, estudos e leis aprovados e em vigor. O *Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro Litoral* (PROTCL), aprovado em 1996, opõe-se explicitamente ao «alastramento de novos centros urbanos naquela faixa costeira», dando prioridade à recuperação e requalificação do urbano existente. Em 1999, o POOC sublinha a excessiva ocupação da Barra de Aveiro durante o Verão e alerta para a necessidade de a proteger. Mas sobretudo, apenas dois meses antes do referido Decreto-Lei n.º 507/99, tinha sido aprovado o Decreto-Lei n.º 384-B/99 de 23 de Setembro que criou a ZPE da Ria de Aveiro, pelo qual se procura acautelar a preservação de várias espécies de aves, o que implica um cuidado especial com o sapal e sistema de lodos.

O projecto polarizou a opinião pública, dividindo transversalmente uma grande variedade de indivíduos e grupos de interesse. Muito participado, o processo de consulta pública do respectivo procedimento de AIA reflectiu isso, incluindo dois abaixo-assinados, um a favor e outro contra a aprovação do projecto, com cerca de 3000 assinaturas cada um.

Em particular, o Movimento pelo Futuro da Barra, criado em 2002, desenvolveu várias iniciativas contra o projecto. O então ministro do Ambiente discordou do projecto, defendendo a sua redução em 50 por cento. O presidente da Câmara Municipal de Ílhavo (PSD), um fervoroso apoiante do projecto, respondeu dizendo que a declaração foi suportada em «informações erradas».

A AIA resultou num parecer negativo, em que a respectiva DIA reconhece que o projecto levaria à «ocorrência de impactes negativos muito significativos, não minimizáveis e irreversíveis ao nível de vários descritores, nomeadamente: Ecologia, Ordenamento do Território e Meio Hídrico» em área classificada como Zona de Protecção Especial (ZPE) e Reserva Ecológica Nacional (REN). A DIA refere ainda como impactes negativos as alterações no funcionamento hidrodinâmico da Ria, a ruptura paisagística, a afectação negativa da qualidade de vida das populações locais e ainda o parecer negativo emitido pela Força Aérea.

Nos anos seguintes ao chumbo do projecto, o projecto continuou a ser impulsionado pelo presidente da Câmara Municipal de Ílhavo, que referiu várias vezes estar envolvido num «processo de negociação com o Governo de ajustamentos para viabilizar o investimento». Em 2008, o mesmo autarca ainda insiste em promover a Marina, segundo o qual viabilizar o projecto da Marina da Barra, reprovado por razões ambientais, seria «honrar o contrato que fez com a sociedade privada». Desta vez é adiantada a possibilidade do empreendimento ser classificado como *Projecto de Interesse Nacional* (PIN), estando o PS e o PSD de acordo em relação a este aspecto. O deputado e líder distrital do PS considerou que o projecto apresenta «razões enquadráveis no que é considerado PIN», e que alcançar esse estatuto seria «conseguir desencalhar» o que ficou travado.

Entretanto, também em 2008, a SDEMB processou o Estado na sequência da DIA desfavorável, aguardando que seja proferida a sentença. Em causa está uma decisão administrativa que pode significar uma reviravolta processual. Através da acção judicial, a SDEMB pede a anulação da DIA desfavorável, a condenação do MAOTDR à emissão de uma DIA favorável e ao pagamento de uma indemnização pelos danos causados à SDEMB.

O *Programa Polis Ria de Aveiro* não prevê a construção da Marina da Barra. Segundo o presidente da Câmara Municipal de Ílhavo, também presidente da CIRA e como tal parte da administração da Sociedade Polis Litoral Ria de Aveiro, refere na respectiva sessão pública de esclarecimento que o projecto da marina está fora da agenda, já que neste momento não existem recursos para mobilizar o investimento necessário, mesmo que lhe fosse atribuída a licença necessária.

Fontes:

AIA 1031 (2003) Marina da Barra. Agência Portuguesa do Ambiente, Amadora.

SCHMIDT, L. **Cromos do litoral (13/12/2003)** [Em linha] Lisboa: Expresso Rev. “Única” pp. 94-98. [Consult. Out. 2010] Disponível em WWW:<URL:http://www.prof2000.pt/users/secjeste/recortes/Ambiente/Pg001000.htm>.

O AVEIRO. **Governo e autarquia acertam ajustamentos à marina (19-05-2006)** [Em linha] [Consult. Out. 2010] Disponível em WWW:<URL:http://www.olin.pt/noticias.asp?id=9316&secc=1>.

ONLINE NEWS AVEIRO. **Ribau insiste com Lino sobre a Ria e Marina (04-04-2008)** [Em linha] [Consult. Out. 2010] Disponível em

WWW:<URL: <http://www.ola.pt/noticias.asp?id=15557&secc=1>http://www.ola.pt/noticias.asp?id=15557&secc=1>.

EXPRESSO. Regiões. **Ambiente 'afunda' Marina da Barra (05-09-2008)** [Em linha] [Consult. Out. 2010] Disponível em WWW:<URL: <http://aeiou.expresso.pt/ambiente-afunda-marina-da-barra=f400289>>.

d) Uma breve história do projecto *Intervenção na Zona da Barra de Aveiro com Dragagem e Reforço do Cordão Dunar*

Descrição do projecto pelo EIA

«Este projecto tem como objectivos assegurar as condições de operacionalidade e a segurança da navegação no acesso ao Porto de Aveiro e reforçar o cordão dunar no trecho a Sul da Barra, entre a Costa Nova e o Areão. Foi deste modo preconizada a realização de uma dragagem de cerca de 1x106 m³ de sedimentos na região da Barra de Aveiro e a sua deposição num trecho a Sul para reforço do cordão dunar. A dragagem da Barra relaciona-se com as servidões marítimo – portuárias decorrentes da implementação dos novos terminais no Porto de Aveiro, e da serventia do Terminal Norte que necessitam da manutenção de acessos a cotas de 12 m (ZH), tanto na zona interior da Barra, como na zona exterior

«O Projecto consiste essencialmente na dragagem de areias até à cota -12,5 m (ZH) na área centrada no enfiamento da Barra de Aveiro, e no transporte das areias dragadas até à zona de deposição, localizada na parte submersa adjacente às praias da Costa Nova, a qual corresponde a uma área entre as batimétricas -2 m (ZH) e -5 m (ZH), limitada pelos 3o e 5o esporões, a Sul da Barra de Aveiro. O Projecto integra igualmente, nos mesmos locais mencionados, respectivamente, a realização de dragagens de manutenção, e a deposição das areias resultantes, com uma periodicidade aproximadamente anual» (AIA 1797, Resumo Não Técnico, p. 5).

Sumário de imprensa e do processo de avaliação ambiental

O projecto nasceu no âmbito de um protocolo celebrado, em 2003, entre o Instituto da Água, o Instituto Marítimo Portuário e a APA, tendo como objectivos assegurar as condições de operacionalidade e a segurança da acessibilidade marítima ao porto de Aveiro e o reforço do cordão dunar a Sul da Barra, entre a Costa Nova e o Areão, de modo a contrariar os efeitos da erosão naquela zona costeira. A APA considera que esta regularização constituirá uma melhoria significativa da acessibilidade marítima do porto, pois permitirá a entrada de navios de maior comprimento e calado, objectivo assumido no *Plano Estratégico do Porto de Aveiro*, aprovado em 2006 com um horizonte de 10 anos.

A construção e o prolongamento do molhe Norte, terminado em 1958, resolveram, em parte, os problemas de navegabilidade da Barra de Aveiro. No entanto, esta intervenção veio interromper a deriva litoral, evitando, numa primeira fase, que as areias continuassem a assorear a Barra, provocando deposição de areias imediatamente a Norte do molhe e uma forte deficiência sedimentar a Sul, onde se registou um recuo assinalável da linha de costa. Numa segunda fase, o volume de areias acumulado na parte setentrional atingiu valores de saturação e o molhe Norte tornou-se menos eficaz na retenção da deriva litoral de Norte para Sul, o que conduziu a um agravamento das condições de assoreamento na Barra.

Na sequência de um conjunto de obras interiores de correcção dos canais, o molhe Norte voltou a ser prolongado, mais 500 m, entre 1983 e 1987. Esta nova intervenção veio melhorar as condições de operacionalidade da Barra e no corpo lagunar. No entanto contribuiu também, de forma significativa, para o desenvolvimento acelerado do banco exterior à Barra, tendo, simultaneamente, agravado, de forma muito significativa, os problemas de erosão costeira a sotamar. Actualmente, apesar da tendência de saturação do molhe, os problemas de erosão afectam mais de metade do troço costeiro entre a barra e o Cabo Mondego.

Recentemente, a minimização dos problemas que a embocadura da Barra de Aveiro acarreta, enquanto singularidade artificial do trecho arenoso Espinho – Cabo Mondego, tem sido objecto de várias acções, nomeadamente com a realização de obras de defesa frontal, construção de esporões e obras destinadas especificamente à fixação da embocadura, extracções de areia na praia a Norte do molhe Norte para reduzir o volume de areias no canal de acesso, ou execução de dragagens nos canais de navegação para garantir as profundidades de serviço necessárias. Esta variedade de intervenções destina-se, muitas vezes, a resolver problemas de carácter local, acarretando mais tarde transferência ou agravamento de problemas noutras zonas costeiras a jusante, nomeadamente por alterações geradas no padrão hidrodinâmico da zona, ou do trânsito litoral de sedimentos.

Face às necessidades actuais, relacionadas com as servidões marítimo-portuárias decorrentes da

implementação dos novos terminais no porto de Aveiro, bem como a serventia do Terminal Norte que exigem a manutenção de acessos a cotas de 12 m (ZH), nas zonas interiores e exteriores da barra, e à forte erosão costeira que se verifica no trecho a Sul da barra, entre a Costa Nova e o Areão, sentiu-se a necessidade de elaborar uma solução global e integrada dos problemas. Neste sentido, foi criada uma parceria entre o IPTM, a APA e o INAG e realizados estudos contendo diferentes soluções alternativas.

A alternativa escolhida para ser desenvolvida em fase de projecto, e portanto submetida a AIA, envolve a dragagem de cerca de um milhão de metros cúbicos de sedimentos na barra exterior do porto de Aveiro, mediante a sua regularização a fundos de -12,5 m. Por sua vez, tendo em conta os resultados dos estudos especializados de modelização da hidrodinâmica costeira e da deriva sedimentar, o projecto concluiu que o melhor local para deposição dos dragados é em frente à Costa Nova, mais precisamente junto aos últimos dois esporões, numa zona em que os efeitos da erosão são evidentes. E isto porque a deriva sedimentar se faz maioritariamente no sentido Norte-Sul, os dragados depositados irão ser mobilizados e alimentar o cordão dunar a Sul, minimizando assim os problemas de erosão ao longo da costa. Posteriormente, serão necessárias dragagens de manutenção da barra, prevendo o projecto que os dragados continuem a ser depositados em frente à Costa Nova, o que constituirá um processo de transposição de sedimentos de Norte para Sul, objectivo de que se fala há mais de duas décadas nesta região.

O EIA da intervenção abriu a polémica entre a Junta de Freguesia de Cacia e a APA. Segundo o presidente da Junta, «sempre que se procura aumentar a capacidade do porto de Aveiro para receber navios de maior calado, maior se torna a velocidade da água na amplitude de marés. O resumo não fala das consequências a montante e vamos ter mais um agravamento do problema na Ria por não haver medidas minimizadoras do aumento da cota». Sem se manifestar contra a obra em si, o presidente da Junta de Cacia exige, no entanto, que sejam tomadas medidas minimizadoras para «não agravar a situação existente», ou seja, medidas que contrariem as cheias e a entrada de água salgada nos campos. Já o presidente da APA, afasta todos os prejuízos para as águas interiores e diz que o autarca «desconhece o projecto», declarando que o EIA não alude aos efeitos da obra a montante porque a dragagem «vai ser feita no mar, no canal de navegação mas já fora da barra, e naturalmente não tem impacto nenhum nas águas interiores da Ria».

Emitida em Julho de 2008 com um parecer favorável condicionado, a DIA não teve em conta a recomendação da Câmara de Ílhavo expressa na *Consulta Pública* para suspender as operações nos meses de veraneio para não afectar quem faz praia na Barra e Costa Nova. A autoridade ambiental decidiu autorizar dragagens no Verão, fora do pico de reprodução de bivalves que tem na Ria de Aveiro uma grande importância económica para a comunidade piscatória artesanal, estabelecendo a interdição da área de depósito aos potenciais utilizadores da zona balnear. A implementação deste projecto está actualmente a decorrer no âmbito do *Programa Polis Litoral Ria de Aveiro*, prevendo-se a sua finalização durante o ano de 2011.

Fontes:

APA (2006) Plano Estratégico do Porto de Aveiro. APA – Administração do Porto de Aveiro, S. A., Ílhavo.

AIA 1797 (2008) Intervenção na Zona da Barra de Aveiro com Dragagem e Reforço do Cordão Dunar. Agência Portuguesa do Ambiente, Amadora.

NOTÍCIAS DE AVEIRO. Noticiário. **Dragagens na barra vão recarregar cordão dunar debilitado da Costa Nova - Porto de Aveiro (01-12-2007)**. [Em linha] [Consult. Nov. 2010] Disponível em WWW:<URL:<http://www.noticiasdeaveiro.pt/noticias/show.aspx?idioma=pt&idcont=3661>>.

DIÁRIO DE AVEIRO. Notícias. **Entre a Costa Nova e o Areão: Dragagem da barra vai reforçar o cordão dunar (29-03-2008)**. [Em linha] Aveiro: portal d'aveiro. [Consult. Nov. 2010] Disponível em WWW:<URL:<http://www.aveiro.co.pt/noticia.aspx?id=72583¬ic>>.

O AVEIRO. Notícias. **Dragagem da barra de Aveiro escava polémica (30-05-2008)**. [Em linha] Cacia: Portal Oficial da Freguesia de Cacia. [Consult. Nov. 2010] Disponível em WWW:<URL:<http://www.cacia.pt/?CA=Noticia&IDNoticia=174>>.

NOTÍCIAS DE AVEIRO. Noticiário. **Luz verde para dragagem da Barra (21-08-2008)**. [Em linha] [Consult. Nov. 2010] Disponível em WWW:<URL:<http://www.noticiasdeaveiro.pt/noticias/show.aspx?id=pt&idcont=4197>>.

e) Uma breve história do Projecto de Reconfiguração da Barra do Porto de Aveiro

Descrição do projecto pelo EIA

«A “Reconfiguração da Barra do Porto de Aveiro” consiste, em termos gerais, no **prolongamento do actual Molhe Norte** do Porto de Aveiro, numa extensão de 200 m, segundo o alinhamento do troço final da obra existente, na **dragagem** de uma zona na barra para estabelecer **um novo canal de navegação** que permita o acesso de embarcações de maiores dimensões que as actuais e na **deposição dos materiais dragados** numa zona de praia submersa da Costa Nova, entre o 3º e 5º esporões.

As actuais condições operacionais na zona da barra do Porto de Aveiro dificultam e/ou limitam o acesso de embarcações de maior tamanho ao interior do Porto. Os aspectos mais restritivos são os seguintes:

— As cotas dos fundos na zona da barra (que se situam entre os -8 metros e -10 metros medidos relativamente ao designado Zero Hidrográfico - ZH) são inferiores às cotas dos fundos existentes no interior do Porto, que se situam na generalidade a -12 metros (ZH).

— Estas características da zona da barra restringem a passagem para o interior do Porto de Aveiro a navios com mais de 140m de comprimento e 8m de zona submersa, ou calado.

— As condições de mar mais frequentes e as correntes que se formam em algumas situações de maré dificultam a capacidade de manobra dos navios na entrada da barra em condições de segurança, limitando o período de operacionalidade do Porto de Aveiro, nomeadamente a navegação nocturna.

«O presente projecto insere-se na Linha Estratégica de “Melhoria de acessos marítimos” do Plano Estratégico do Porto de Aveiro e tem como principal objectivo uma nova configuração da barra do Porto de Aveiro e do canal de navegação no sentido de melhorar as condições de acesso ao Porto. Esta nova configuração da barra deverá permitir o tráfego de navios de maior dimensão do que os actuais, em condições de segurança e, tanto quanto possível, sem limitações de maré ou meteorológicas.

A necessidade de melhorar os acessos marítimos ao Porto de Aveiro surge, assim, como uma acção prioritária no âmbito do desenvolvimento do próprio Porto e da melhoria das suas relações com o exterior/oferta de serviços, justificando a concretização do presente projecto» (AIA 2082, Resumo Não Técnico, pp. 3-4).

Sumário de imprensa e do processo de avaliação ambiental

As obras estão orçadas em 35 milhões de euros, sendo o investimento financiado através de fundos comunitários, do orçamento do porto de Aveiro e de verbas do Estado. No dia do lançamento do concurso público internacional da empreitada, a 11 de Março de 2011, o Presidente da APA, S.A. afirmou que a mesma se trata «da última grande obra que fecha um conjunto significativo de investimentos realizados nos últimos dez anos no Porto de Aveiro», acrescentando que a obra representa «um projecto fundamental para a viabilização de todos os investimentos já realizados», referindo-se aos novos terminais do porto, o fecho da via de cintura portuária e a ligação ferroviária ao Porto de Aveiro.

Segundo o EIA, prevê-se que os efeitos do projecto «não se estenderão para o interior da Ria de Aveiro», ficando afastadas, assim, consequências negativas, nomeadamente a salinização dos campos agrícolas do Baixo-Vouga Lagunar desprotegidos pelo dique médio ou que estão mal defendidos por motas. Inevitáveis são as perturbações pelos trabalhos «ao nível da flora e da fauna, essencialmente no meio aquático», podendo «implicar a destruição de espécies» numa área já intervencionada por obras idênticas.

Contudo, e apesar de se reconhecer a sua utilidade económica para o porto comercial e até ambiental, ao permitir reforçar o debilitado cordão dunar a Sul, o projecto ficou sujeito a uma série de apertadas exigências impostas pela Declaração de Impacte Ambiental. A autoridade portuária teve, no entanto, de acautelar, e terá de corrigir, consequências negativas do prolongamento do molhe Norte em 200 metros e aprofundamento do canal exterior de navegação, nomeadamente o possível aumento da amplitude das marés (volume de águas) na Ria de Aveiro, uma ameaça permanente aos campos agrícolas. Mais especificamente, a APA terá de apresentar para o licenciamento das obras estudos dos locais de deposição dos dragados nas praias e dunas a Sul, planos de monitorização da evolução da linha de costa e dos níveis de água no interior da Ria, assim como o registo e análise regular dos níveis de maré no Baixo-Vouga Lagunar.

O presidente da Associação de Beneficiários do Baixo-Vouga, que junta meia centena de grandes agricultores, gostava de ver uma parte do investimento na defesa dos campos. Em cinco décadas, terão sido perdidos cerca de 360 hectares de solos agrícolas na zona de Aveiro com o avanço das águas salgadas.

Fontes:

APA (2006) Plano Estratégico do Porto de Aveiro. APA – Administração do Porto de Aveiro, S. A., Ílhavo.

AIA 2082 (2009) Reconfiguração da Barra do Porto de Aveiro. Agência Portuguesa do Ambiente, Amadora.

CARGO. CARGONEWS. **Porto de Aveiro lança obra para receber navios de 200 metros (10-03-2011)**. [Em linha] [Consult. Mai. 2011] Disponível em WWW:<URL: <http://www.cargodicoes.pt/site/Default.aspx?tabid=380&id=4982&area=Cargo>>.

NOTÍCIAS DE AVEIRO. Noticiário. **Obras no Porto de Aveiro ajudam a travar erosão costeira (21-07-2009)**. [Em linha] [Consult. Nov. 2010] Disponível em WWW:<URL: <http://www.noticiasdeaveiro.pt/noticias/show.aspx?id=pt&idcont=4392>>.

NOTÍCIAS DE AVEIRO. Noticiário. **Nova barra de Aveiro com apertadas exigências ambientais (10-03-2011)**. [Em linha] [Consult. Mai. 2011] Disponível em WWW:<URL: <http://www.noticiasdeaveiro.pt/noticias/show.aspx?idcont=21530&idioma=pt>>.

ONLINE NEWS AVEIRO. **Ministro lança concurso de 35 milhões (10-03.2011)** [Em linha] [Consult. Mai. 2011] Disponível em WWW:<URL:<http://www.ohn.pt/noticias.asp?id=22747&secc=1>>.

PORTUGAL CENTRO Câmara quer saber impactos de mais 200 metros de molhe na barra (26-08-2009) [Consult. Nov. 2010] Disponível em WWW:<URL: http://www.portugalcentro.com/noticias/ver_noticia.php?id=15982>.

f) Uma breve história do Programa Polis Litoral Ria de Aveiro

Descrição do Plano Estratégico

«A Sociedade Polis Litoral Ria de Aveiro S.A. – Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria de Aveiro SA – constituída entre o Estado e a Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro - Baixo-Vouga - CIRA, foi criada no âmbito do Polis Litoral — Operações Integradas de Requalificação e Valorização da Orla Costeira — e visa a gestão, coordenação e execução do investimento a realizar na Ria de Aveiro, na área e nos termos definidos no Plano Estratégico, a ser aprovado pela assembleia geral da Sociedade e pelo município de Mira.

Em conformidade com o Decreto-Lei n.º 11/2009, de 12 de Janeiro, a Sociedade elaborou o Plano Estratégico da Intervenção de Requalificação e Valorização da Ria de Aveiro, tendo por base o Quadro Estratégico da Operação elaborado pelo grupo de trabalho nomeado por Despacho n.º 5290/2008, de 27 de Fevereiro, do Senhor Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.

O presente Plano Estratégico tem por objectivo:

- Constituir-se como o plano operacional da Sociedade, onde se integra um conjunto de projectos/acções concordantes com as orientações estratégicas sectoriais e territoriais definidas para a Região Centro, no quadro da política nacional e regional subjacente ao QREN e seus programas operacionais;
- Enquadrar e potenciar uma operação integrada, quer em termos de projectos/acções a realizar, quer em termos de actores públicos e privados a mobilizar;
- Desenvolver uma intervenção de requalificação e valorização desta zona costeira, de forma exemplar e diversificada, respondendo a situações de risco para pessoas e bens;
- Consubstanciar uma estratégia supramunicipal e inter-sectorial, consensualizada entre os diversos agentes relevantes;
- Implementar uma estratégia integrada, coerente e de futuro para a Ria de Aveiro, assente em três grandes objectivos: Ria ambientalmente preservada, economicamente dinâmica e de múltiplas vivências» (PEIRVRA Preliminar, p. 5).

Sumário de imprensa e do processo de avaliação ambiental

Na sequência do programa Polis que pretendia melhorar a qualidade de vida nas cidades através de intervenções nas vertentes urbanística e ambiental, em Março de 2008, o governo aprovou em Conselho de Ministros o programa *Polis Litoral* que tem como objectivo requalificar zonas de risco e áreas degradadas ao longo de 150 quilómetros da costa e 220 quilómetros de frentes lagunares e estuários. No âmbito da sua implementação, a Ria Formosa, a Ria de Aveiro e o Litoral Norte são consideradas áreas prioritárias. Para o

Primeiro-Ministro, o Polis Litoral «aplica o mesmos princípios» adoptados nos vários Programas Polis, a partir de 2000, mas «à natureza, para desenvolver os padrões de qualificação» em áreas sensíveis do litoral.

Sendo iniciados os processos de negociação entre o governo e as autarquias envolvidas à Ria de Aveiro tendo em vista a criação de um Polis Litoral para a Ria de Aveiro, foi nomeado um grupo de trabalho pelo Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAOT) para elaborar as bases de uma proposta de plano de intervenção. Este grupo de trabalho procedeu à identificação dos projectos previstos para a área envolvente, muitos dos quais já enquadrados nos objectivos de planos existentes (Plano UNIR@RIA, POOC, PSRN2000), bem como das carências de intervenções de requalificação do domínio hídrico e da protecção costeira. O mesmo grupo de trabalho desenvolveu também um conjunto de reuniões com cada município para identificar expectativas e acções, assim como com o Instituto de Conservação da Natureza e Biodiversidade, I.P., o Instituto Nacional da Água, I.P., a Administração da Região Hidrográfica do Centro, I.P., a Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Centro e a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro. Destas consultas e reuniões, com o estreito acompanhamento da CIRA, resultou uma primeira proposta submetida a discussão e negociação numa reunião final entre os municípios e o MAOT. Os processos de negociação, também integralmente acompanhados pela administração da CIRA, centraram-se na tipologia e alcance das intervenções bem como nos equilíbrios da participação financeira dos municípios e do estado central.

Assumido o acordo, é aprovado o Decreto-Lei nº 11/2009 de 12 de Janeiro, que constitui a sociedade “Polis Litoral Ria de Aveiro - Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria de Aveiro, S. A.”. O novo organismo, uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, tem a responsabilidade de gerir, coordenar e executar o investimento de cerca de 97 milhões de euros a realizar no âmbito do “Polis Litoral Ria de Aveiro - Operação Integrada de Requalificação e Valorização da Ria de Aveiro”. A sociedade é constituída maioritariamente pelo Estado (56%) e minoritariamente pelos Municípios, através da CIRA (44%). O Polis Ria Aveiro não é só o mais extenso, como o que mais municípios envolve (11) e o mais complexo entre a série de operações prioritárias definidas, sendo também o primeiro caso em que a sociedade gestora integra, para além do Ministério do Ambiente, uma comunidade intermunicipal.

De acordo com o Decreto-Lei que cria a sociedade, esta integra ainda um conselho consultivo constituído por várias entidades com relevância e responsabilidades neste território: *a)* Instituto de Conservação da Natureza e Biodiversidade, I.P., que preside; *b)* Administração da Região Hidrográfica do Centro, I.P.; *c)* Instituto Nacional da Água, I.P.; *d)* Autoridade Marítima Nacional; *e)* Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I.P.; *f)* Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro; *g)* Turismo de Portugal, I.P.; *h)* Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Centro; *i)* Universidade de Aveiro; *j)* Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, I.P.; *l)* Administração do Porto de Aveiro, S.A.; *m)* Sistema Multimunicipal de Saneamento da Ria de Aveiro; *n)* Município de Espinho; *o)* Município de Águeda; *p)* Município de Albergaria-a-Velha; *q)* Município de Aveiro; *r)* Município de Estarreja; *s)* Município de Ílhavo; *t)* Município de Murtosa; *u)* Município de Oliveira do Bairro; *v)* Município de Ovar; *x)* Município de Sever do Vouga; *z)* Município de Vagos; *aa)* Município de Mira.

As intervenções do programa *Polis Litoral Ria de Aveiro* são enquadradas pelo *Plano Estratégico da Intervenção de Requalificação e Valorização da Ria de Aveiro* (PEIRVRA). As intervenções irão decorrer ao longo de 60 quilómetros de frente costeira, 140 quilómetros de frente lagunar e 24 quilómetros de frente ribeirinha do Rio Vouga. O programa irá intervir, ainda, em 15 praias, além da recuperação, consolidação e protecção do sistema costeiro e lagunar, “visando a prevenção de riscos, a renaturalização de um conjunto de estruturas ecológicas lagunares e costeiras e a valorização da reserva natural das dunas de São Jacinto; a requalificação e criação de estruturas que potenciem as actividades económicas presentes e o reordenamento e qualificação das frentes lagunares, através da harmonização do tecido urbano com os valores ambientais em presença”. Enquadrado no âmbito da Plano de Acção para o Litoral 2007-2013, o PEIRVRA incluindo um conjunto de acções e intervenções já previstas no Plano Intermunicipal UNIR@RIA e no POOC Ovar – Marinha Grande. O PEIRVRA vem acrescentar outros a estes, entrando também com o financiamento e dando uma visão integrada e articulada de todas as intervenções.

O PEIRVRA encontra-se estruturado em quatro eixos estratégicos (em itálico), que agrupam diferentes tipologias de projectos e acções, e que visam o cumprimento de três grandes objectivos (a negrito):

Ria ambientalmente preservada

Eixo 1 - Protecção e requalificação da zona costeira e lagunar visando a prevenção de riscos

— agrega projectos que visam a consolidação do cordão dunar e o reforço das margens lagunares com a recuperação de diques e motas, garantindo assim a preservação do sistema dunar e lagunar, a minimização de situações de risco de pessoas e bens e a requalificação e renaturalização de áreas degradadas fundamentais para o equilíbrio biofísico da Ria de Aveiro;

Eixo 2 - Protecção e valorização do património natural e paisagístico

— agrega as intervenções de requalificação e valorização de áreas naturais em Rede Natura, com a melhoria de condições de base que permitam aliar a preservação do património natural à vivência da Ria.

Ria economicamente dinâmica

Eixo 3 - Valorização dos recursos como factor de competitividade económica e social

— agrega um conjunto de projectos que permitam valorizar e potenciar os recursos da Ria, garantindo uma posição de destaque da Ria de Aveiro no contexto da região em que se insere.

Ria de múltiplas vivências

Eixo 4 - Promoção e dinamização da vivência da Ria

— agrega os projectos e acções de desassoreamento de canais e seu balizamento, de forma a promover a mobilidade e navegabilidade da Ria de Aveiro, a requalificação das frentes lagunares e as acções de informação e promoção territorial de acordo com uma estratégia una que permita, simultaneamente: organizar e assegurar a existência de respostas eficazes e qualificadas para as diferentes necessidades dos que trabalham, vivem e visitam a Ria de Aveiro.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, que estabelece o regime a que fica sujeita a avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente, o PEIRVRA foi alvo de uma Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) desenvolvida pela empresa NEMUS em colaboração com a sociedade *Polis Litoral Ria de Aveiro*.

A *Proposta de Definição do Âmbito* da AAE foi submetida, em Julho de 2009, a parecer das entidades às quais, em virtude das suas responsabilidades ambientais específicas, possam interessar os efeitos ambientais resultantes da aplicação do PEIRVRA, bem como das demais entidades integradas no Conselho Consultivo da sociedade. Estes pareceres foram coligidos pela equipa de avaliação ambiental e considerados no âmbito e alcance do *Relatório Ambiental Preliminar*. Este inclui uma “Caracterização da situação actual e principais tendências associadas aos Factores Críticos de Decisão (FCD)”, a “Identificação dos efeitos mais significativos e avaliação de oportunidades e riscos”, e “Recomendações e Programa de Gestão e Monitorização”. Com estes elementos, o *Relatório Ambiental Preliminar* visa descrever e avaliar os eventuais efeitos significativos no ambiente resultantes da aplicação do plano estratégico, justificando as opções tomadas em detrimento de outras alternativas razoáveis.

O *Relatório Ambiental Preliminar* (datado de Março de 2010) foi então submetido, em Março-Abril de 2010, a consulta das mesmas entidades acima referidas, assim como, simultaneamente, a consulta pública entre 17 de Março e 29 de Abril de 2010, com o objectivo «de recolher observações e sugestões formuladas por associações, organizações ou grupos não governamentais e, em geral, por todos os interessados, incluindo todos aqueles que possam ser afectados pela aprovação dos projectos enquadrados no plano». Adicionalmente, foi promovida uma sessão pública de apresentação e esclarecimento do PEIRVRA e do respectivo *Relatório Ambiental* no dia 19 de Abril em Aveiro.

Foi então elaborado o *Relatório Ambiental Final* (datado de Maio de 2010), que inclui uma síntese dos resultados das consultas às entidades e da consulta pública e das alterações a que conduziram, bem como um registo escrito de todo o processo conduzido até à submissão do PEIRVRA a aprovação. Finalmente, foi emitida a 4 de Novembro de 2010 a *Declaração Ambiental* da AAE, em que é sintetizada uma descrição do procedimento AAE realizado, e indicadas as “Medidas de controlo previstas” no âmbito da aplicação do PEIRVRA. Depois de algum atraso inicial no arranque do programa que foi fortemente contestado pelos municípios abrangidos, a sua implementação encontra-se actualmente em curso.

Fontes:

AAE PEIRVRA (2010) Relatório Ambiental Final/Declaração Ambiental. Agência Portuguesa do Ambiente, Amadora.

Decreto-Lei n.º 11/2009, de 12 de Janeiro de 2009. *Diário da República núm. 7, 12 de Janeiro de 2009 - Serie I*. Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional. Lisboa.

DIÁRIO DE AVEIRO. “Ria de Aveiro Polis Litoral” – *Uma Ria ambientalmente preservada, economicamente dinâmica e de múltiplas vivências*. Suplemento integrante do Diário de Aveiro de 19 de Abril de 2010.

NOTÍCIAS DE AVEIRO. Noticiário. **Municípios defendem agilização de pareceres ambientais (11-08-2010)**. [Consult. Dez. 2010] Disponível em WWW:<URL:http://www.noticiasdeaveiro.pt/pt/4643/polis-ria-municipios-defendem-agilizacao-de-pareceres-ambientais>.

NOTÍCIAS DE AVEIRO. Noticiário. **Nota da sociedade Polis Ria de Aveiro - Aprovação de Plano Estratégico (29-07-2010).** [Consult. Dez. 2010] Disponível em WWW:<URL:<http://www.noticiasdeaveiro.pt/pt/19565/nota-da-sociedade-polis-ria-de-aveiro-aprovacao-de-plano-estrategico>>.

PEIRVRA (2010) Plano Estratégico da Intervenção de Requalificação e Valorização da Ria de Aveiro. Agência Portuguesa do Ambiente, Amadora.

Anexo 5

Índice do *Corpus*

Versão Detalhada

As tabelas seguintes elencam os pareceres na ordem precisa com que aparecem no *corpus* (Anexo 6), distribuídos pelas tipologias das entidades que os produziram.

As mesmas aparecem identificadas nas tabelas através das cores da barra lateral esquerda, correspondendo o vermelho à *Administração Central*; o amarelo à *Administração Local*; o cor-de-laranja às *Associações Profissionais, Políticas, Desportivas e ONGs não Ambientais*; o castanho às *Instituições de Investigação e de Ensino Superior*; o verde às *ONGs Ambientais*; o roxo às *Empresas*, e o azul aos *Particulares*. Aparecem ainda indicados os pareceres submetidos em texto manuscrito, aqueles submetidos através de fichas de participação “FP” e ainda, no caso da AAE Polis, as fichas de participação submetidas no final da sessão pública de esclarecimento “FP - SP”.

Constituição de AA

| Entidades que participaram na Consulta Pública da AIA 792 “ <i>Projecto de Desenvolvimento Agrícola do Vouga Lagunar</i> ” | | Parecer |
|---|---|---------|
| Amarelo | Instituto Regional Português do Património Arquitectónico (IPPAR) | A1 |
| | Câmara Municipal de Aveiro | A2 |
| | Câmara Municipal de Estarreja | A3 |
| | Junta de Freguesia de de Cacia | A4 |
| | Junta de Freguesia de Fermelã | A5 |
| | Junta de Freguesia de Beduído | A6 |
| | Junta de Freguesia de Salreu | A7 |
| | Junta de Freguesia de Angeja | A8 |
| Laranja | Associação Portuguesa de Geólogos | A9 |
| | Agrolarix - Sociedade Agrícola e Florestal, LDA. | A10 |
| | Agro-Pecuária Agejense | A11 |
| | Agrupamento de Defesa Sanitária - Cooperativa Agrícola de Estarreja | A12 |
| | Associação Da Lavoura do Distrito de Aveiro | A13 |
| | Cooperativa Agrícola de Estarreja | A14 |
| | Associação de Beneficiários do Baixo Vouga | A15 |
| | Associação dos Criadores de Bovinos da Raça Marinhova | A16 |
| | Instituto Egas Moniz | A17 |
| | Rotary Internacional (Rotary Club de Aveiro e Rotary Club de Estarreja) | A18 |
| Verde | Ordem dos Engenheiros, Região Centro | A19 |
| | Quercus e Associação Cegonha de Estarreja | A20 |
| | Liga para a Protecção da Natureza (LPN) | A21 |
| Azul | Dorinda Cruz [manuscrito] | A22 |
| | Zeferino Pereira [manuscrito] | A23 |
| | Carlos Cruz | A24 |
| | Maria de Fátima Águas [manuscrito] | A25 |
| | Floriano Pires [manuscrito] | A26 |
| | Particular de nome imperceptível [manuscrito] | A27 |
| | José Cruz [manuscrito] | A28 |
| | Camilo Rego [manuscrito] | A29 |
| | Alcides Rego | A30 |
| | António Pinto | A31 |
| | António Santos | A32 |

| | |
|--|-----------|
| Joaquim Santos | A33 |
| António Ferreira [manuscrito] | A34 |
| Elias Dias de Aguiar [manuscrito] | A35 |
| Comissão de agricultores do Vilarinho | A36 |
| Manuel Calafate | A37 |
| Darlindo Nogueira | A38 |
| José Ferreira | A39 |
| José Pires e Álvaro Batista | A40 |
| Parecer-Tipo A - remetido individualmente por 11 cidadãos | A41 |
| Parecer-Tipo B - remetido individualmente por 12 cidadãos | A42 |
| Total de textos individualmente discriminados em AA | 42 |

Tabela 1 – Constituição do ficheiro AA com base nos pareceres submetidos na consulta pública do processo AIA 792 relativo ao *Projecto de Desenv. Agrícola do BVL*.

Constituição de BA

| Entidades que participaram na Consulta Pública da AIA 914 “Requalificação da Pista de Remo de Aveiro” | | Parecer |
|--|--|----------------|
| Direcção Regional de Agricultura da Beira Litoral (DRABL) [FP] | | B1 |
| Instituto Português da Juventude, Delegação Regional de Aveiro [FP - manuscrito] | | B2 |
| Assembleia da Freguesia de Cacia | | B3 |
| Junta de Freguesia de Pardilhó [FP - manuscrito] | | B4 |
| Junta de freguesia de Esgueira [FP - manuscrito] | | B5 |
| Federação Portuguesa de Canoagem [FP - manuscrito] | | B6 |
| Associação de Canoagem de Aveiro [FP - manuscrito] | | B7 |
| Associação de Beneficiários do Baixo Vouga [FP - manuscrito] | | B8 |
| Quercus | | B9 |
| Água Triangular [FP] | | B10 |
| Associação de Defesa do Ambiente de Cacia e Esgueira (ADACE) [FP] | | B11 |
| PORTUCEL [FP - manuscrito] | | B12 |
| Abaixo-Assinado com 2179 assinaturas | | B13 |
| Total de textos individualmente discriminados em BA | | 13 |

Tabela 2 – Constituição do ficheiro BA com base nos pareceres submetidos na consulta pública do processo AIA 914 relativo à *Pista de Remo*.

Constituição de CA

| Entidades que participaram na Consultas Pública da AIA 1031 “Projecto da Marina da Barra” | | Parecer |
|--|--|----------------|
| Autoridade Nacional de Comunicações (ANACOM) | | C1 |
| Câmara Municipal de Ílhavo | | C2 |
| Assembleia Municipal de Ílhavo | | C3 |
| Câmara Municipal de Aveiro | | C4 |
| Associação de Municípios da Ria (AMRIA) | | C5 |
| Comissão Concelhia de Ílhavo do PCP | | C6 |
| Associação dos Amigos da Praia da Barra | | C7 |
| Associação pelo Futuro da Barra (+ pareceres anexados) | | C8.1 |
| Cristina Bernardes (Universidade de Aveiro) | | C8.2 |
| Jorge Paiva | | C8.3 |
| Rosa Pinho (Universidade de Aveiro) | | C8.4 |
| Adelino Fortunato (Universidade de Coimbra) | | C8.5 |
| Fátima Alves (Universidade de Aveiro) | | C8.6 |
| Abaixo-Assinado com cerca de 3000 assinaturas | | C8.7 |
| Associação Náutica da Gafanha da Encarnação | | C9 |
| Marina Clube da Gafanha | | C10 |
| Universidade de Coimbra (A) | | C11 |
| Universidade de Coimbra (B) | | C12 |
| Quercus | | C13 |
| Liga para a Protecção da Natureza e SPEA | | C14 |

| | |
|---|-------|
| GEOTA | C15 |
| Água Triangular | C16 |
| Grupo Parlamentar do Partido Socialista | C17 |
| Abaixo-Assinado com cerca de 3000 assinaturas | C18 |
| Parecer Tipo A - Remetido individualmente por 33 cidadãos | C19 |
| Parecer Tipo B - Nuno França | C20.1 |
| Parecer Tipo B -Leonel Rocha | C20.2 |
| Parecer Tipo B -Paulo Almeida | C20.3 |
| João Barrosa | C21 |
| Miguel Coutinho | C22 |
| Paulo Morgado | C23 |
| Delmar Conde | C24 |
| Álvaro Coutinho e Maria Lacerda | C25 |
| António Moitalta | C26 |
| Senos da Fonseca | C27 |
| José Figueiredo da Silva | C28.1 |
| José Figueiredo da Silva (“Fundamentação” em anexo) | C28.2 |
| Pedro Neto, Paulo Domingues, Rui Aires, Sara Silva, Ana Silva | C29 |
| António Angeja | C30 |
| 2 particulares [nome ilegível] | C31 |
| Maria Gomes] | C32 |
| João Nunes | C33 |
| Amélia Santos | C34 |
| Diogo Reis | C35 |
| Hugo Melvin | C36 |
| Rui Silva | C37 |
| Cristina Cavallotti | C38 |
| João Teles | C39 |
| Henrique Calisto | C40 |
| Michel Rossetti | C41 |
| Sérgio Bento | C42 |
| Maria Mendonça | C43 |
| Maria Sachetti | C44 |
| Elizabete T.P. | C45 |
| Miriam Almeida | C46 |
| Jorge Tavares | C47 |
| Catarina Vieira | C48 |
| Ana Lousada | C49 |
| Daniel Almeida | C50 |
| Ricardo Santos | C51 |
| Joaquim Silva | C52 |
| Marisa Lousada | C53 |
| Cristina Costa | C54 |
| Mário Santos | C55 |
| Raquel Silva | C56 |
| Ana Silva | C57 |
| Helena Nunes | C58 |
| António Campos | C59 |
| António Santos | C60 |
| Pedro Pereira | C61 |
| Miguel Dias Ferreira | C62 |
| Miguel Ferreira | C63 |
| Cláudia Almeida | C64 |
| José Guerra | C65 |
| Particular [assinatura ilegível] | C66 |
| Nuno Grade | C67 |
| Pedro Guimarães | C68 |
| Arsélio Martins | C69 |
| Isabel Coutinho, Carlos Isidro Oliveira, Hugo Coutinho | C70 |
| Jau Keizer | C71 |
| Rosa Pinho | C72 |
| Teresa Páscoa | C73 |
| Lísia Lopes | C74 |

| | |
|--|-----------|
| Luísa Santos | C75 |
| Jorge Guerra | C76 |
| Manuel Guerra | C77 |
| Ângela Cunha | C78 |
| Fátima Alves | C79 |
| Francisco Cálão | C80 |
| José Nordeste | C81 |
| Raquel Pinho | C82 |
| Beatriz Pinheiro | C83 |
| Manuela Souto de Miranda | C84 |
| António Salavessa | C85 |
| Particular [assinatura ilegível] | C86 |
| Particular [assinatura ilegível] | C87 |
| João de Vasconcelos [manuscrito] | C88 |
| José Santos [manuscrito] | C89 |
| Total de textos individualmente discriminados em CA | 98 |

Tabela 3 – Constituição do ficheiro CA com base nos pareceres submetidos na consulta pública do processo AIA 1031 relativo ao *Projecto da Marina da Barra*.

Constituição de DA

| Entidades que participaram na Consulta Pública da AIA 1797 “Intervenção na Zona da Barra de Aveiro com Dragagem e Reforço do Cordão Dunar” | | Parecer |
|---|--|----------------|
| Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR) [FP] | | D1 |
| Câmara municipal de Ílhavo | | D2 |
| Câmara Municipal da Murtosa | | D3.1 |
| Câmara Municipal da Murtosa (Anexo) | | D3.2 |
| Câmara municipal de Vagos | | D4 |
| Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré [FP] | | D5 |
| Junta de Freguesia de Cacia | | D6 |
| Associação de Municípios da Ria (AMRIA) | | D7 |
| Associação de Concessionários da Beira Litoral | | D8 |
| Comissão Concelhia de Aveiro do CDS/PP | | D9 |
| Quercus | | D10 |
| SPEA | | D11 |
| João Crespo | | D12 |
| Total de textos individualmente discriminados em DA | | 13 |

Tabela 4 – Constituição do ficheiro DA com base nos pareceres submetidos na consulta pública do processo AIA 1797 relativo à *Intervenção na zona da Barra*.

Constituição de EA

| Entidades que participaram na Consulta Pública da AIA 2082 “Reconfiguração da Barra do Porto de Aveiro” | | Parecer |
|--|--|----------------|
| Câmara Municipal de Ílhavo | | E1 |
| Câmara Municipal da Murtosa (em anexo D3.2 + D3.1) | | E2 |
| Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré [HFP ¹] | | E3 |
| Junta de Freguesia de Cacia | | E4 |
| Francisco Cálão | | E5 |
| Total de textos individualmente discriminados em EA | | 5 |

Tabela 5 – Constituição do ficheiro EA com base nos pareceres submetidos na consulta pública do processo AIA 2082 relativo à *Reconfiguração da Barra*.

¹ Por HFP referimo-nos a “híbrido de ficha de participação”, em que o formato textual recree o formato de uma ficha de participação, sem no entanto se tratar efectivamente de uma ficha (ver secção VI.2.8).

Constituição de FA

| Entidades que participaram nas consultas púb. e inst. da AAE <i>Polis</i> “Programa Polis Litoral Ria de Aveiro” | | Parecer |
|---|---|-----------|
| Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ICNB) | Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ICNB) | F1 |
| | Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Centro —Delegação Regional de Aveiro | F2 |
| | Administração da Região Hidrográfica do Centro I.P. | F3 |
| | Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro | F4 |
| | Instituto da Água I.P., | F5 |
| | Agência Portuguesa do Ambiente | F6 |
| | Turismo de Portugal, I.P. | F7 |
| | Capitania do Porto de Aveiro | F8 |
| | Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I.P. | F9 |
| | Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico (IGESPAR) | F10 |
| | Administração Regional de Saúde do Centro | F11 |
| Assembleia Municipal de Ovar | Assembleia Municipal de Ovar | F12 |
| | Câmara Municipal de Ovar | F13 |
| | Câmara Municipal de Ílhavo | F14 |
| | Câmara Municipal de Oliveira do Bairro | F15 |
| | Câmara Municipal de Estarreja | F16 |
| | Câmara Municipal da Murtosa (em anexo E2 + D3.2 + D3.1) | F17 |
| | Câmara Municipal de Águeda | F18 |
| | Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha | F19 |
| | Câmara Municipal de Sever do Vouga | F20 |
| | Câmara Municipal de Aveiro | F21 |
| | Junta de Freguesia de Cacia | F22 |
| Junta de Freguesia de Requeixo | Junta de Freguesia de Requeixo | F23 |
| | Clube de Canoagem Ovar | F24 |
| | Ass. para o Estudo e Defesa do Património Natural e Cultural da Região de Aveiro (ADERAV) | F25 |
| | Associação de Empresas para uma Rede de Inovação em Aveiro (Inova-Ria) | F26 |
| | Universidade de Aveiro A | F27.1 |
| | Universidade de Aveiro B | F27.2 |
| | Quercus | F28 |
| | Sistema Multimunicipal de Saneamento da Ria de Aveiro (SIMRIA) | F29 |
| | Administração do Porto de Aveiro (APA) | F30 |
| | PORTUCEL - Empresa Produtora de Pasta e Papel, S.A. | F31 |
| | Miguel Varela | F32 |
| Manuel Esteves | Manuel Esteves | F33 |
| | José Alberto [FP - manuscrito] | F34 |
| | Francisco Jesus [FP - manuscrito] | F35 |
| | Joaquim Baptista [FP] | F36 |
| | Arménio Ramos [FP - SP] | F37 |
| | José Santos [FP - SP] | F38 |
| | Luísa Pinho [FP - SP] | F39 |
| | Francisca [sobrenome imperceptível] [FP - SP] | F40 |
| | Manuel do Nascimento Silva [FP - SP] | F41 |
| | Alberto Figueiredo [FP - SP] | F42 |
| | Ernesto Barros [FP - SP] | F43 |
| Maria Moreira [FP - SP] | Maria Moreira [FP - SP] | F44 |
| | Total de textos individualmente discriminados em FA | 45 |

Tabela 6 – Constituição do ficheiro FA com base nos pareceres submetidos na consulta institucional e na consulta pública da AAE do *Programa Polis Litoral Ria de Aveiro*.

Anexo 7

Elenco das referências à RN2000 e à conservação em geral

a) Elenco das referências RN2000 e o seu contexto imediato

Projecto de Desenvolvimento Agrícola do Baixo Vouga Lagunar

a. A importância da ZPE é relativizada pela Câmara Municipal de Estarreja ao considerar-se os impactos negativos do projecto legalmente questionáveis à luz da ZPE por esta ser «rudimentarmente definida, sem plano de gestão e ineficaz por não regulamentada» (C.M. Estarreja, A3, l. 32-33); Ou seja, as lacunas da sua implementação fazem-na deter menos legitimidade para constituir um obstáculo legal ao projecto.

b. A Quercus (em conjunto com a Associação Cegonha de Estarreja) destaca a importância do BVL atestada pela designação de ZPE (l. 10), o que aumenta a gravidade dos impactos negativos da construção do dique que levará à «regressão de espécies faunísticas classificadas a nível europeu pela Directiva Aves» (l. 76) e reconhece a importância de o projecto prever «áreas de intervenção nula ou excepcional» por estas serem «mais utilizadas pelas espécies de aves constantes da Directiva Aves» (l. 170).

c. No caso da LPN, a designação RN2000 do BVL assume um papel central no seu parecer desfavorável, que considera, a negrito e com elevado destaque textual, que:

«Os impactos do projecto são incompatíveis com a conservação dos valores naturais constantes da Directiva Aves e Habitats» (A21, l. 29-30) e que **«Julgamos ser bem claro que o projecto tem impactos muito significativos não minimizáveis ao nível das aves (em violação da Directiva Aves), ao nível dos peixes migradores (em violação da Directiva Habitats), ao nível da flora [...]»**, (l. 89-90).

O parecer termina com uma espécie de ameaça que ilustra bem a autoridade atribuída ao Direito e instituições comunitárias:

«Gostaríamos de terminar salientando que a violação de Directivas Comunitárias acima referida resultará decerto na impossibilidade de desenvolver o projecto com recurso a fundos comunitários. Note-se, aliás, que desde a construção do dique Médio em Meados dos anos 90 o projecto está suspenso pela CE e que a insistência em soluções que não respeitem a legislação comunitária só contribuirá para impedir o seu progresso. Há que incorporar de forma positiva os valores naturais na gestão desta área, evitando novos atrasos no seu desenvolvimento» (A21, l. 116-119).

Requalificação da Pista de Remo de Aveiro

a. A ZPE é referida pela Assembleia de Freguesia de Cacia (B3) para referir que o projecto não implica impactos significativos sobre a mesma, alegando que, pelo contrário, a sua concretização permitirá «a recuperação e defesa da flora e fauna autóctone, criando um habitat santuário às espécies, considerando-se assim uma requalificação ambiental» (B3, l. 15-16).

b. A Associação de Beneficiários do Baixo Vouga argumenta pela importância do projecto em várias dimensões: económica, lúdica, hídrica, agrícola e ambiental. Em relação a esta última acrescenta que:

«Entendemos que o alargamento da pista, apesar de se efectuar numa Z.P.E., terá um insignificante impacto negativo na fauna da zona, mormente na zona de sapal, dado ser uma área irrisória relativamente à totalidade do mesmo. Entendemos também que a implementação do projecto permitirá uma sensível melhoria na flora envolvente à pista, com as consequentes vantagens para a fauna» (B8, l. 24-26).

c. A Quercus argumenta que o facto de o BVL fazer parte da ZPE *Ria de Aveiro* e estar próximo (e interligado) com o SIC Rio Vouga faz com que o projecto não deve ser implementado de modo a se observar coerência com os objectivos de designação destas áreas (B9, l. 6, 46, 57, 109, 129, 137).

d. A Associação de Defesa do Ambiente de Cacia e Esgueira refere a ZPE para chamar atenção para a sua falta de fiscalização:

«não podemos esquecer o papel fundamental que às autoridades cabe, que é, o de fiscalizar. Isto porque em plena ZPE pratica-se a caça a tudo o que mexe ou voa, todos os dias. Fazem-se esperas a bandos de pombos, que atravessam a ZPE disputando concursos de columbofilia, existem patuscadas de cegonha, pesca ilegal, enfim, um conjunto de actividades que deitam por terra todo o trabalho que os ecologistas meritoriamente executam» (B11, l. 49-52).

E ainda para referir que «deve ser permitida a entrada na zona ZPE aos agricultores e a pequenos grupos pedonais ou em bicicleta» (B11, l. 65).

Projecto da Marina da Barra

a. A Câmara Municipal de Aveiro refere o facto do projecto da Marina se situar em ZPE como uma das considerações principais para o seu parecer desfavorável (C4, l. 20-21).

b. A Comissão Concelhia de Ílhavo do PCP refere que a:

«Marina da Barra está prevista para uma área da Zona de Protecção Especial (ZPE) da Ria de Aveiro, definida pelo Decreto-Lei 140/99 de 24 de Abril e Decreto-Lei 384-B/99 de 23 de Setembro, visto tratar-se de uma área de grande sensibilidade ecológica e ambiental, nomeadamente a existência de importante banco de lodo intertidal e sapal cuja destruição iria afectar toda a laguna» (C6, l. 15-17).

E que o diploma que autoriza a concessão é contraditório com a integração do projecto em RN2000 (l. 18-21).

c. A Associação pelo Futuro da Barra declara que:

«É chocante para nós que a construção admita, com leveza, destruir uma parte de uma ZPE, com elevados prejuízos daí decorrentes, quantificados no próprio EIA. Não é uma qualquer região europeia que actualmente consegue manter as condições necessárias a essa classificação. É uma "bandeira azul" em terra que, a perder-se, não voltará ser recuperada. A contaminação do peixe da ria, o desaparecimento do sapal, dos bancos de bivalves e de diversas bolsas de microfauna, porão em causa a biodiversidade e o equilíbrio ambiental no local» (C8.1, l. 49-53).

Entre os anexos com pareceres de vários cidadãos com conhecimento especializado (a maior parte associados às universidades de Aveiro e Coimbra) que esta associação associa ao seu parecer, a referência à RN2000 ocorre várias vezes em C8.4 (l. 17-26), C8.5 (l. 7-9) e C8.6 (l. 79-84, 101, 143-149) para fundamentar a importância ecológica da zona e a gravidade, em termos ambientais, de a destruir.

d. Um dos dois pareceres enviados pela Universidade de Coimbra (C12) refere a ZPE entre o elenco das outras designações que incidem sobre a área do projecto (l. 39-42) e, ao referir os impactes que a destruição de uma importante zona de alimentação e repouso para diversas aves nidificantes vai ter sobre as mesmas, argumenta que «foi a riqueza em aves aquáticas na Ria de Aveiro, que justificou a sua classificação como ZPE» (l. 57) e conclui que:

«Este projecto viola a Directiva Comunitária Aves, implicando a destruição de 58 ha da ZPE da Ria de Aveiro. A lei é muito clara: qualquer projecto que implique impactes negativos para uma ZPE, só pode ser autorizado quando se verifique a ausência de alternativas e ocorram razões imperativas de interesse público. Não foram consideradas quaisquer alternativas à localização do projecto Marina da Barra, pois o próprio diploma de concessão fixa a sua localização» (C12, l. 69-72).

e. A Quercus, logo no segundo parágrafo do seu parecer, refere que «o projecto está previsto para uma área da Zona de Protecção Especial (ZPE) da Ria de Aveiro de elevada sensibilidade ecológica e de grande valor ambiental» (C13, l. 8-9); critica o EIA por este não ter debatido e avaliado as contradições legais levantadas pela publicação do *Diploma de Concessão* do projecto (Decreto-lei n.º 507/99 de 23 de Novembro) relativamente às já publicadas directivas comunitárias (l. 77); numa secção sobre a ecologia da área do projecto elenca um conjunto de «habitats classificados no âmbito da Directiva Habitats» e caracteriza o estado de conservação das espécies de Aves protegidas ao abrigo da Directiva Aves que dependem desses habitats (l. 99), citando também o Art. 10.º do Decreto Lei n.º 140/99 acerca das obrigações legais perante a presença de impactes negativos de um projecto, argumentando que as mesmas não foram cumpridas (l. 171); na conclusão do parecer inclui ainda uma secção especificamente acerca das implicações do projecto sob o ponto de vista da ZPE (l. 360).

f. A LPN (C14) inclui a ZPE como uma de várias classificações da área do projecto:

«A área de implantação do projecto Marina da Barra, está incluída na Reserva Ecológica Nacional, na Zona de Protecção Especial (ZPE) da Ria de Aveiro e no Domínio Público Hídrico Marítimo (Plano de Bacia Hidrográfica do Rio Vouga, Plano Director Municipal de Ílhavo). A área está ainda classificada como IBA (Zona Importante para as Aves) designada pela BirdLife International» (C14, l. 41-43).

Daí em diante a referência à ZPE surge também para atestar a importância ecológica da zona e contextualizar os habitats que se prevê destruir (l. 58, 59). A conclusão do parecer considera que:

«**Este projecto, viola a legislação ambiental comunitária** (Directiva 79/409/EEC), implicando a destruição de 58 ha ZPE da Ria de Aveiro. Segundo o n.º 1 do Artigo 10.º (Decreto-Lei n.º 40/99, de 24 de Abril) quando após a Avaliação de Impacte Ambiental se "*conclua que um projecto implica impactes negativos para uma ZPE o mesmo só pode ser autorizado quando se verifique ausência de solução alternativa e ocorram razões imperativas de interesse público*"» (C14, l. 116-119).

g. A associação GEOTA, depois de resumir a descrição do projecto, acrescenta «Tudo isto em plena Reserva ecológica Nacional, Domínio Público Hídrico Marítimo e Zona de Protecção Especial (ZPE) para as Aves Selvagens da Ria de Aveiro» (C15, l. 40-41). A designação da ZPE constitui um elemento central da descrição feita do local do projecto, sendo mais uma vez citado o Art. 10.º do Decreto Lei n.º 140/99 acerca das obrigações legais perante a presença de impactes negativos de um projecto, argumentando que as mesmas não foram cumpridas (C15, l. 65-79).

h. A associação Água Triangular termina a conclusão do seu parecer desfavorável com «O presente **projecto infringe a legislação ambiental portuguesa**, ao violar espaço qualificado REN, RAN, ZPE» (C16, l. 138).

i. Em relação aos pareceres de particulares, devido ao seu elevado número, não iremos elencar todas as referências à RN2000, optando por apenas listá-las por categorias e salientar algumas situações mais atípicas. Assim, estas aparecem nos pareceres: C20, C21, C22, C29, C34, C42, C55, C59, C60, C62, C67, C74, C76, C78, C79, C81, C82, C83, C84 e C85, o que corresponde a um pouco mais de um terço dos textos enviados por particulares (ver Tabela 6.4). Na generalidade destes pareceres a designação aparece sobretudo para comprovar a importância ecológica da zona, enquadrando a aprovação do projecto (assim como o próprio *Diploma de Concessão*) como uma violação da respectiva legislação comunitária e nacional, sendo também frequentemente associada à ideia de abertura de um "precedente". Por exemplo:

«Este projecto deve ser chumbado no seu todo porque:

1 - **Iria destruir uma área importante para a conservação da avifauna que legalmente se encontra protegida pela Z.P.E. da Ria de Aveiro**, destruindo habitats constantes da Directiva 92/42/CEE (Decreto-Lei n.º 140/99 de 24 de Abril) sem que o projecto se apresente com um estatuto ou com uma justificação de implantação de especial interesse público ou para obviar problemas de saúde pública, tal como previsto na legislação vigente que permitiria a eventual destruição duma área de Z.P.E.;

2 - **A eventual autorização, mesmo que muito condicionada, constituiria um precedente grave de violação** (destruição) **duma parte da Z.P.E. da Ria de Aveiro** (zona que está constantemente a ser alvo de ataques à sua integridade por entidades privadas e diversas autarquias), o que iria abrir um precedente e, no futuro, um

conjunto de muitas outras propostas doutras entidades para a construção de imobiliário e estradas nesta zona sensível, **propostas cuja implantação seria então muito mais difícil de não autorizar**, por causa da Marina da Barra ter sido autorizada (são exemplos a Pista de Remo do Rio Novo do Príncipe, a nova proposta de troço do IC1 entre Angeja e Estarreja a poente da linha de C.F., a estrada que alguns defendem entre a cidade de Aveiro e a Praia de S. Jacinto, partes do POLIS de Aveiro e muitos outros que não cabe aqui mencionar);

3 - **Constitui uma ocupação irreversível do Domínio Público Hídrico**, ou seja, privatiza sem grande interesse público uma área importante da Z.P.E. da Ria de Aveiro;» (C20.3, l. 11-24).

Os pareceres de cidadãos com mais conhecimento da legislação associada à designação chegam a citar excertos da mesma para fundamentar o que consideram constituir incompatibilidades legais (e.g. C22).

Intervenção na Zona da Barra de Aveiro com Dragagem e Reforço do Cordão Dunar

a. A Câmara Municipal de Ílhavo (D2) destaca que, por a zona de intervenção se localizar numa ZPE, que «as interações com o ecossistema litoral e marinho requerem especial cuidado e análise» tornando-se «necessário a monitorização constante do impacto que porventura se ocasionará» (l. 61-64).

b. A Quercus (D10) defende a necessidade de salvaguardar os impactes sobre a hidrodinâmica lagunar argumentando que a mesma já é responsável pela regressão de habitats que são essenciais para «um conjunto de espécies constantes da Directiva Aves e que são de grande importância na Zona de Protecção Especial da Ria de Aveiro» (D10, l. 18-21).

c. A SPEA (D11) refere a ZPE ao elencar as designações dos locais afectados pelo projecto (l. 15) e ao criticar a caracterização feita da situação de referência dos valores de fauna, « uma das principais razões para a criação da ZPE» (l. 22-23), considera que as Directivas Aves e Habitats e o Decreto-Lei que as transpõe são violados pelas alterações que o actual projecto implica (l. 33-35), e conclui que:

«Este EIA só por si não disponibiliza informação suficiente para que o Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional assegure que serão tomadas as medidas de minimização adequadas para garantir a correcta conservação da Zona de Protecção Especial da Ria de Aveiro» (D11, l. 40-42).

A SPEA acrescentou anexou ainda um anexo intitulado *Importância da Conservação das áreas afectadas* em que se descreve justamente a importância ecológica das mesmas à luz da designação ZPE e IBA (l. 53).

Reconfiguração da Barra do Porto de Aveiro

a. A Câmara Municipal de Ílhavo (E1) defende que, por a zona de intervenção se localizar numa ZPE, que as interações com o ecossistema litoral e marinho requerem «especial cuidado e análise» tornando-se «necessário a monitorização constante do impacto que porventura se ocasionará» (l. 94-99).

Programa Polis Litoral Ria de Aveiro

a. No seu parecer, o ICNB (F1) pronuncia-se relativamente ao cumprimento pela AAE das obrigações relacionadas com a verificação dos seus efeitos no ambiente em áreas RN2000 nos termos da respectiva legislação. Na sua apreciação, o ICNB chama a atenção para o facto de que:

«Importa ainda face ao risco potencial na fase de construção das acções de desassoreamento, identificado no Relatório, que os planos de desassoreamento e as acções de dragagens a efectuar sejam sujeitos a procedimentos de AIA de forma a garantir a salvaguarda dos valores da Rede Natura 2000» (F1, l. 21-43).

No entanto, a sua conclusão é globalmente favorável, uma vez que:

«O Relatório Ambiental Preliminar agora apresentado compreende as informações necessárias, face aos conteúdos do PEIRVRA, à verificação dos seus efeitos no ambiente e nos objectivos de conservação das áreas

classificadas abrangidas pela sua área de intervenção nos termos do artigo 10º do Decreto-Lei nº 140/99, de 24 de Abril na redacção que lhe é dada pelo Decreto-Lei nº 49/2005, de 24 de Fevereiro, tal como exigido no nº 9 do Artº 3º do Decreto-Lei nº 232/2007, de 15 de Junho» (F1, l. 46-49).

Não só a AAE é adequada neste termos, como também o próprio plano estratégico é considerado é considerado um elemento importante para a gestão da RN2000:

«Nos termos do ponto 1 do artº 10º de Decreto-Lei nº 140/99, de 24 de Abril na redacção que lhe é dada pelo Decreto-Lei nº 49/2005, de 24 de Fevereiro, o PEIRVRA contempla acções e projectos relacionados com a gestão das áreas Rede Natura 2000 abrangidas e que podem contribuir de forma positiva para os seus objectivos de conservação, não indiciando existir susceptibilidade de afectação significativa dos valores naturais em presença». (F1, l. 50-53).

b. O Turismo de Portugal I.P. (F7) refere-se à ZPE e aos SIC abrangidos pelo PEIRVRA para descrever o seu âmbito geográfico (l. 54).

c. A Câmara Municipal de Sever do Vouga (F20) serve-se do *Plano Sectorial RN2000* para descrever a importância ecológica e as necessidades de gestão do SIC *Rio Vouga*:

«O Plano Sectorial da Rede Natura 2000, realizado pelo Instituto de Conservação da Natureza e Biodiversidade (ICNB), considera o carácter fundamental da gestão do Sítio de importância Comunitária (SIC) do Rio Vouga, e ao visar como objectivo a conservação das espécies piscícolas migradoras, através da preservação dos seus locais de desova, salienta a necessidade de dirigir as orientações de gestão para a conservação do meio aquático e da vegetação ripícola (que segundo o ICNB encontra-se em mau estado de conservação, principalmente devido à pressão agrícola nos campos e danos provocados pelas cheias)» (F20, l. 33-37).

Na descrição feita do SIC *Rio Vouga*, é referida ainda legislação nacional relativa à RN2000:

«Do ponto de vista da conservação, o Sítio de importância Comunitária (SIC) do Rio Vouga abrange vários habitat naturais e semi-naturais, constantes do anexo B-I do Decreto-lei n.º 49/2005 de 24 de Fevereiro, sendo considerado como habitat prioritário os bosques aluviais de Amieiro (*Alnus Glutinosa*) e Freixo (*Fraxinus excelsior* ou *Fraxinus angustifolia*)» (F20, l. 22-24).

A importância ecológica e as necessidades de gestão descritas constituem a base da fundamentação para a proposta feita pela autarquia para acrescentar medidas de requalificação no sentido de fomentar o ecoturismo na zona.

d. A Assembleia Municipal de Ovar (F12) refere-se ao SIC *Rio Vouga* como um dos limites da área abrangida pelo PEIRVRA (l. 26).

e. A Universidade de Aveiro (F27.2) refere-se ao SIC *Barrinha de Esmoriz* para fazer sugestões relativamente às intervenções previstas para a requalificação e valorização do mesmos (l. 100).

f. A Quercus (F28) começa o seu parecer criticando o PEIRVRA como um plano pouco ambicioso em função das designações territoriais da sua abrangência e dos respectivos documentos normativos:

«Considerando que o PEIRVRA incide sobre uma área que na sua maior parte *se* insere no sistema Nacional de *Áreas* Classificadas, para as quais existe um Plano Sectorial em vigor (Plano Sectorial da Rede Natura 2000) e um Plano Especial de Ordenamento (Plano de Ordenamento da Reserva Natural de S. Jacinto), cujos problemas são sobejamente conhecidos e debatidos pelas entidades gestoras e pela comunidade em geral, deveria o PEIRVRA, tendo em atenção que um dos seus grandes objectivos é a *Preservação Ambiental*, ter sido muito mais ambicioso e ido mais longe no conjunto de projectos/acções propostos» (F28, l. 33-37).

A Quercus critica as intervenções previstas para o SIC *Rio Vouga* por estas não contribuírem para a sua conservação propriamente dita (l. 44; 47), argumentando que os objectivos de conservação dos sítios e da ZPE beneficiam mais das intervenções previstas no *Eixo Estratégico I* relativo à prevenção de riscos, do que aquelas do *Eixo II* relativo à protecção do património natural (l. 39; 59; 116);

A Quercus cita ainda em nota de rodapé um excerto do RAP, que se refere aos efeitos das acções de desassoreamento previstas, apresentadas como fundamentais para os objectivos da ZPE (l. 129-135). Esta trecho é incluído para se argumentar contra a afirmação nele contida. Como parte dessa argumentação surge a última referência à ZPE, que atesta a importância ecológica dos caniçais,

habitats que se encontram em deterioração pelo efeito do aumento de submersão de águas das marés, e a necessidade de considerar melhor o impacto das dragagens:

«No caso dos caniçais há que relembrar que estes são importantíssimos para um conjunto de espécies classificadas pela Directiva *Aves* e ao abrigo das quais a Ria foi classificada como ZPE (Passeriformes do caniçais, *Ardea purpurea*, *Circus aeruginosus*, etc). Há assim que ter especial atenção, aquando da realização da Avaliação de Impacte Ambiental das dragagens analisando devidamente do potencial impacto das dragagens sobre estes habitats» (F28, l. 142-145).

g. No parecer de um particular proprietário de marinhas (F33), no seguimento de uma descrição da deterioração ambiental da zona das marinhas que associa às alterações hidrodinâmicas e à negligência humana, é invocada a RN2000 como parte das exigências legais sobre a área em questão: «8. Não podemos esquecer que, sobre a **Ria de Aveiro**, e em particular sobre a área do **Salgado**, incidem normativos ambientais, nomeadamente a **ZPE**, a **REDE NATURA 2000** e a **DIRECTIVA AVES**. Estas classificações foram introduzidas quando o equilíbrio ecológico existia tanto no património natural como no património natural construído (pelo Homem). É pois reclamável o restabelecimento desse equilíbrio, perturbado e quase destruído nos últimos 20 anos!!!» (F33; 43-46)

b) Elenco total de concordâncias relativas à RN2000

| KWIC | File |
|--|--------------|
| 1 em espécies de peixes migradores constantes do Anexo II da | AA AIA 792.d |
| 2 tíveis com a conservação dos valores naturais constantes da | AA AIA 792.d |
| 3 de espécies faunísticas classificadas a nível europeu pela | AA AIA 792.d |
| 4 icativos não minimizáveis ao nível das aves (em violação da | AA AIA 792.d |
| 5 pendem em simultâneo maior número de espécies constantes da | AA AIA 792.d |
| 6 ue são mais utilizadas pelas espécies de aves constantes da | AA AIA 792.d |
| 7 ima referidos, o valor natural da área, e o seu estatuto ao | AA AIA 792.d |
| 8 lizado um novo projecto submetido a AIA que, no respeito da | AA AIA 792.d |
| 9 sificada como Zona e Protecção Especial (ZPE); ao abrigo da | AA AIA 792.d |
| 10 patíveis com o estatuto de conservação da área no âmbito da | AA AIA 792.d |
| 11 ode até ser potenciado, pela sua classificação ao abrigo da | AA AIA 792.d |
| 12 orar a lista nacional de sítios a classificar ao abrigo, da | AA AIA 792.d |
| 13 ctiva Aves), ao nível dos peixes migradores (em violação da | AA AIA 792.d |
| 14 veiro. Também o Sítio Rio Vouga, classificado ao -abrigo da | AA AIA 792.d |
| 15 eis na perspectiva legal da sua abrangência por uma Zona de | AA AIA 792.d |
| 16 ca sendo demais frisar que o Bloco está inserido na Zona de | AA AIA 792.d |
| 17 a Directiva Habitats, poderá ser grandemente afectado. Este | AA AIA 792.d |
| 18 lhante à que sustentou os óbices formais ao bordejamento da | AA AIA 792.d |
| 19 las aves, que levaram a classificação da Ria de Aveiro como | AA AIA 792.d |
| 20 biológico (sobretudo avifaunístico e florístico) de toda a | AA AIA 792.d |
| 21 çar que o impacto deste projecto não será apenas visível na | AA AIA 792.d |
| 22 e tivesse sido classificada como Zona e Protecção Especial (ZPE); | AA AIA 792.d |
| 23 obre as espécies da avifauna que levaram à classificação da | AA AIA 792.d |
| 24 pelas equipas. técnicas para incorporar a lista nacional de | AA AIA 792.d |
| 25 uma explicação para a exclusão desta área da lista final de | AA AIA 792.d |
| 26 xiste um dormitório de Águia-sapeira (espécie do Anexo I da | BA AIA 914.d |
| 27 xiste um dormitório de Águia-sapeira (espécie do Anexo I da | BA AIA 914.d |
| 28 ção da pista existe um Sítio classificado no âmbito da Rede | BA AIA 914.d |
| 29 ção do troço do Vouga poucos quilómetros a montante na Rede | BA AIA 914.d |
| 30 strução da pista de remo de Aveiro está incluído na Zona de | BA AIA 914.d |
| 31 bjectivos que justificaram a inclusão desta área na Zona de | BA AIA 914.d |
| 32 ntante da área proposta para implantação da pista existe um | BA AIA 914.d |
| 33 em um equilíbrio ambiental, interferindo minimamente com a | BA AIA 914.d |
| 34 emos que o alargamento da pista, apesar de se efectuar numa | BA AIA 914.d |
| 35 ologicamente "sagrado" Deve ser permitida a entrada na zona | BA AIA 914.d |
| 36 dias. Fazem-se esperas a bandos de pombos, que atravessam a | BA AIA 914.d |
| 37 oridades cabe, que é, o de fiscalizar. Isto porque em plena | BA AIA 914.d |
| 38 ctiva transposição para o direito interno no decreto-lei nº | CA AIA 1031 |
| 39 ransposta para o quadro legal nacional pelo Decreto-Lei n.º | CA AIA 1031 |
| 40 B/99 de 23 de Setembro que surge como consequência do DL nº | CA AIA 1031 |
| 41 Especial (ZPE) da Ria de Aveiro, definida pelo Decreto-Lei | CA AIA 1031 |
| 42 liação de impactes nos sistemas ecológicos (decreto-lei n.º | CA AIA 1031 |
| 43 quadramento com o disposto no artigo 10º do Decreto-Lei n.º | CA AIA 1031 |
| 44 nal e a Zona de Protecção Especial (ZPE) da avifauna (DL nº | CA AIA 1031 |
| 45 habitats constantes da Directiva 92/42/CEE (Decreto-Lei n.º | CA AIA 1031 |
| 46 o ao estabelecido no n.º 1 do Artigo 10.º do Decreto Lei nº | CA AIA 1031 |
| 47 esta forma, ao abrigo da Directiva Aves, do Decreto-Lei n.º | CA AIA 1031 |
| 48 nguadramento previsto no número 2 do artigo 10º do Dec. Lei | CA AIA 1031 |
| 49 Especial (ZPE) da Ria de Aveiro, definida pelo Decreto-Lei | CA AIA 1031 |
| 50 ta aqui referir que o articulado do artigo 10.º Decreto Lei | CA AIA 1031 |
| 51 9/409/CEE – Directiva Aves, e suportada pelo Decreto-lei nº | CA AIA 1031 |
| 52 ção da classificação de Zona de Protecção Especial (D-L n.º | CA AIA 1031 |
| 53 4-6/99, de 23 de Setembro). De acordo com o Decreto-Lei n.º | CA AIA 1031 |
| 54 obre a ZPE importa relembrar o estipulado no Art. 10º do DL | CA AIA 1031 |
| 55 habitats constantes da Directiva 92/42/CEE (Decreto-Lei n.º | CA AIA 1031 |
| 56 orme o estipulado no número 1 do artigo 10.º do Decreto Lei | CA AIA 1031 |
| 57 Decreto-Lei n.º 384-B/99, de 23 de Setembro). O Decreto-Lei | CA AIA 1031 |
| 58 habitats constantes da Directiva 92/42/CEE (Decreto-Lei n.º | CA AIA 1031 |
| 59 mbora não se mencione, no caso da ZPE, o artigo 10 do DL nº | CA AIA 1031 |
| 60). Cumulativamente, número 2 do artigo 10.º do Decreto Lei | CA AIA 1031 |
| 61 reversível. Segundo o n.º 1 do Artigo 10.º (Decreto-Lei n.º | CA AIA 1031 |
| 62 va Aves, Directiva Habitats, POOC, PROT-CL, Decreto-Lei n.º | CA AIA 1031 |
| 63 permanentemente destruído o Sapal (com todos os habitats da | CA AIA 1031 |
| 64 ctiva Comunitária 79/409/CEE, do Conselho, de 2 de Abril, e | CA AIA 1031 |
| 65 parte integrante da Rede Natura 2000, não só é aplicável a | CA AIA 1031 |
| 66 e classificada como Zona de protecção Especial ao abrigo da | CA AIA 1031 |
| 67 de Maio). Conforme se pode ler no número 4 do artigo 6.º da | CA AIA 1031 |
| 68 irectivas comunitárias que transpõe para o direito interno | CA AIA 1031 |
| 69 Z.P.E. da Ria de Aveiro, destruindo habitats constantes da | CA AIA 1031 |
| 70 Z.P.E. da Ria de Aveiro, destruindo habitats constantes da | CA AIA 1031 |
| 71 Z.P.E. da Ria de Aveiro, destruindo habitats constantes da | CA AIA 1031 |
| 72 o). Este projecto viola a legislação ambiental comunitária | CA AIA 1031 |
| 73 is Este projecto, viola a legislação ambiental comunitária | CA AIA 1031 |
| 74 signação desta zona húmida como Zona Especial de Protecção | CA AIA 1031 |
| 75 algumas das quais classificadas como prioritárias ao abrigo | CA AIA 1031 |

| KWIC | File |
|---|-------------|
| 76 al para algumas espécies de aves migratórias e referidas na Directiva 79/409/CEE do Conselho. Estando prevista a implantação de u | CA AIA 1031 |
| 77 ra a sua renovação. Avaliação Global Este projecto viola a Directiva Comunitária Aves , implicando a destruição de 58 ha da ZPE d | CA AIA 1031 |
| 78 ossistema em causa, transpõe para o quadro legal nacional a Directiva das Aves e a Directiva Habitats . De referir ainda a elimina | CA AIA 1031 |
| 79 ortuno relembrar os objectivos-base da Directiva Aves . Esta Directiva "tem como objectivo a protecção, a gestão e o controlo das | CA AIA 1031 |
| 80 é aplicável a Directiva Comunitária 79/409/CEE , como também Directiva Comunitária 92/43/CEE . Como é reconhecido pelo EIA ocorrerá | CA AIA 1031 |
| 81 ra a ordem jurídica portuguesa as Directivas n.º 79/409/CEE (Directiva Aves) e n.º 92/43/CEE (Directiva Habitats). Torna-se agora oportu | CA AIA 1031 |
| 82 ção da natureza, consideramos que este projecto contraria a Directiva Aves (Decreto-lei n.º 140199, de 24 de Abril; Decreto-lei n.º 384- | CA AIA 1031 |
| 83 da legislação vigente, quer nacional quer comunitária (REN, Directiva Aves , Directiva Habitats , POOC, PROT-CL, Decreto-Lei n.º 140/99, | CA AIA 1031 |
| 84 nstruído neste local. O EIA não analisa o problema à luz da Directiva Aves transposta para o quadro legal nacional pelo Decreto-Lei n. | CA AIA 1031 |
| 85 de 24 de Abril que transpõe para o quadro legal nacional a Directiva Aves e Directiva Habitats é muito claro ao afirmar que quando ap | CA AIA 1031 |
| 86 s). Torna-se agora oportuno relembrar os objectivos-base da Directiva Aves . Esta Directiva "tem como objectivo a protecção, a gestão e | CA AIA 1031 |
| 87 osição para a legislação nacional da Directiva 79/409/CEE – Directiva Aves , e suportada pelo Decreto-lei n.º 140/99 de 24 de Abril e De | CA AIA 1031 |
| 88 al, dado que são espécies migradoras, estão abrangidas pela Directiva Aves . A área em causa representa 12% da área intermareal existen | CA AIA 1031 |
| 89) A Ria de Aveiro é uma Zona de Protecção Especial (ZPE) da Directiva Aves (Rede Natura 2000). Foi assim classificada por ser uma zona | CA AIA 1031 |
| 90 apal e salinas. Considero esta área classificada ao abrigo da Directiva Aves , e considerando que o número de aves migradoras que utiliza | CA AIA 1031 |
| 91 sso de AIA, de um parecer do ICN. Desta forma, ao abrigo da Directiva Aves , do Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de Abril e do Decreto-Lei | CA AIA 1031 |
| 92 gua livre, salinas e áreas de piscicultura. De acordo com a Directiva Habitats , existem na Ria de Aveiro 19 tipos de habitats, constantes | CA AIA 1031 |
| 93 sem nenhum EIA, levando ao desaparecimento de um habitat da Directiva Habitats . Todos sabemos as consequências que estas obras tiveram sob | CA AIA 1031 |
| 94 gente, quer nacional quer comunitária (REN, Directiva Aves , Directiva Habitats , POOC, PROT-CL, Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de Abril, Dec | CA AIA 1031 |
| 95 à destruição de um conjunto de habitats classificados pela Directiva Habitats ocorrendo a irremediável afectação da comunidade. de aves m | CA AIA 1031 |
| 96 na lista internacional de habitats a proteger no quadro da Directiva Habitats . Outra medida compensatória dos impactes ecológicos indicad | CA AIA 1031 |
| 97 s Directivas n.º 79/409/CEE (Directiva Aves) e n.º 92/43/CEE (Directiva Habitats). Torna-se agora oportuno relembrar os objectivos-base da D | CA AIA 1031 |
| 98 estão presentes vários habitats classificados no âmbito da Directiva Habitats nomeadamente: – Lodaçais e areais a descoberto na maré bai | CA AIA 1031 |
| 99 ue transpõe para o quadro legal nacional a Directiva Aves e Directiva Habitats é muito claro ao afirmar que quando após a Avaliação de Imp | CA AIA 1031 |
| 100 nspõe para o quadro legal nacional a Directiva das Aves e a Directiva Habitats . De referir ainda a eliminação da atividade da apanha de b | CA AIA 1031 |
| 101 como Zona de Protecção Especial, integrando por isso a Rede Natura 2000 não estando previsto nas acções prioritárias da Admini | CA AIA 1031 |
| 102 da área como zona de protecção especial a integrar na Rede Natura 2000 , implica a construção de apoios em terra, comerciais e | CA AIA 1031 |
| 103 ma Zona de Protecção Especial (ZPE) da Directiva Aves (Rede Natura 2000). Foi assim classificada por ser uma zona húmida de co | CA AIA 1031 |
| 104 que, sendo a ZPE da Ria de Aveiro parte integrante da Rede Natura 2000 , não só é aplicável a Directiva Comunitária 79/409/CEE | CA AIA 1031 |
| 105 onselho, de 2 de Abril, e como tal parte integrante da Rede Natura 2000 . A Zona de Protecção Especial da Ria de Aveiro abriga | CA AIA 1031 |
| 106 onservação da natureza. O exemplo apresentado refere a Rede Natura 2000 . Como é sabido, a Ria de Aveiro encontra-se identifica | CA AIA 1031 |
| 107 rias para assegurar a protecção da coerência global da rede Natura 2000 . O Estado-Membro informará a Comissão das medidas comp | CA AIA 1031 |
| 108 da área como zona de protecção especial a integrar na Rede Natura 2000 , implica a construção de apoios em terra, comerciais e | CA AIA 1031 |
| 109 d'água de elevado valor paisagístico integrado uma Zona de Protecção Especial e em Domínio Público Hídrico Marítimo carece de protecção p | CA AIA 1031 |
| 110 em 10 anos: - a Ria de Aveiro foi classificada como Zona de Protecção Especial ; - Foi publicado o PDM de fíhavo que propõe para este local | CA AIA 1031 |
| 111 inistração e do poder político que estas coisas de Zonas de Protecção Especial e outras figuras de conservação do nosso património biológi | CA AIA 1031 |
| 112 , de âmbito comunitário europeu e classificada como Zona de Protecção Especial por duas razões distintas: a directiva de habitats e a dire | CA AIA 1031 |
| 113 siderados os impactes negativos sobre a ecologia da Zona de Protecção Especial da Ria de Aveiro descritos no EIA, a aprovação deste projec | CA AIA 1031 |
| 114 stá consagrada com a atribuição da classificação de Zona de Protecção Especial (D-L n.º 140/99). Este projecto conduz à sua destruição ile | CA AIA 1031 |
| 115 o que diz respeito à Reserva Ecológica Nacional e à Zona de Protecção Especial , a referência no EIA é taxativa ao assumir a importância do | CA AIA 1031 |
| 116 interesse comum, consubstanciado na criação de uma Zona de Protecção Especial para Aves, ao interesse sobretudo económico de alguns. O es | CA AIA 1031 |
| 117 inho, classificadas de Reserva Ecológica Nacional e Zona de Protecção Especial para Aves Selvagens da Ria de Aveiro. Reconhecem-se perdas | CA AIA 1031 |
| 118 ivil. De facto, atendendo que a zona em causa é uma Zona de Protecção Especial , parece-me que os promotores deste projecto resolveram cria | CA AIA 1031 |
| 119 ção dos ecossistemas (Reserva Ecológica Nacional, Zona de Protecção Especial), passando pelos Planos Regionais de Ordenamento do Territó | CA AIA 1031 |
| 120 e à ZPE - Ria de Aveiro (também BIÓTOPO CORINE).. A Zona de Protecção Especial da Ria de Aveiro foi criada pelo Decreto Lei n.º 384-B/99, d | CA AIA 1031 |
| 121 e como tal parte integrante da Rede Natura 2000. A Zona de Protecção Especial da Ria de Aveiro abriga diversas espécies de aves protegida | CA AIA 1031 |
| 122 bido, a Ria de Aveiro encontra-se identificada como Zona de Protecção Especial , integrando por isso a Rede Natura 2000 não estando previst | CA AIA 1031 |
| 123 o do projecto, local que representa apenas cerca de 0,5% da Z.P.E. da Ria de Aveiro (58ha/11000ha) (e não 0,11% como foi menci | CA AIA 1031 |
| 124 directivas europeias e a legislação nacional de protecção à Z.P.E. da Ria de Aveiro, uma vez que o mesmo não autoriza a possib | CA AIA 1031 |
| 125 domínio público hídrico, que vai destruir 58 hectares duma Z.P.E. , além dos efeitos nefastos que um projecto desta dimensão i | CA AIA 1031 |
| 126 mover a tentativa de violação da legislação de protecção da Z.P.E. da Ria de Aveiro com projectos que não são de especial inte | CA AIA 1031 |
| 127 ivatiza sem grande interesse público uma área importante da Z.P.E. da Ria de Aveiro; 4 - Destrói de forma permanente um import | CA AIA 1031 |
| 128 um precedente grave de violação (destruição) duma parte da Z.P.E. da Ria de Aveiro (zona que está constantemente a ser alvo d | CA AIA 1031 |
| 129 vação da avifauna que legalmente se encontra protegida pela Z.P.E. da Ria de Aveiro, destruindo habitats constantes da Directi | CA AIA 1031 |
| 130 vação da avifauna que legalmente se encontra protegida pela Z.P.E. da Ria de Aveiro, destruindo habitats constantes da Directi | CA AIA 1031 |
| 131 ivatiza sem grande interesse público uma área importante da Z.P.E. da Ria de Aveiro; 4 - Destrói de forma permanente um import | CA AIA 1031 |
| 132 mover a tentativa de violação da legislação de protecção da Z.P.E. da Ria de Aveiro com projectos que não são de especial inte | CA AIA 1031 |
| 133 directivas europeias e a legislação nacional de protecção à Z.P.E. da Ria de Aveiro, uma vez que o mesmo não autoriza a possib | CA AIA 1031 |
| 134 directivas europeias e a legislação nacional de protecção à Z.P.E. da Ria de Aveiro, uma vez que o mesmo não autoriza a possib | CA AIA 1031 |
| 135 do projecto, local que representa apenas cerca de 0,5% da Z.P.E. da Ria de Aveiro (58ha/11000ha) (e não 0,11% como foi menc | CA AIA 1031 |
| 136 ivatiza sem grande interesse público uma área importante da Z.P.E. da Ria de Aveiro; 4 - Destrói de forma permanente um import | CA AIA 1031 |
| 137 um precedente grave de violação (destruição) duma parte da Z.P.E. da Ria de Aveiro (zona que está constantemente a ser alvo d | CA AIA 1031 |
| 138 vação da avifauna que legalmente se encontra protegida pela Z.P.E. da Ria de Aveiro, destruindo habitats constantes da Directi | CA AIA 1031 |
| 139 o do projecto, local que representa apenas cerca de 0,5% da Z.P.E. da Ria de Aveiro (58ha/11000ha) (e não 0,11% como foi menci | CA AIA 1031 |
| 140 mover a tentativa de violação da legislação de protecção da Z.P.E. da Ria de Aveiro com projectos que não são de especial inte | CA AIA 1031 |
| 141 negativo para o sítio de importância comunitária, para uma ZEC (Zona Especial de Conservação) ou pare uma ZPE, o mesmo só | CA AIA 1031 |
| 142 está previsto para uma área da Zona de Protecção Especial (ZPE) da Ria de Aveiro de elevada sensibilidade ecológica e de g | CA AIA 1031 |
| 143 ivado uma parcela de ria que, entretanto, ganha estatuto de ZPE , para construir 420 apartamentos 120 vivendas e dois hotéis | CA AIA 1031 |
| 144 ntemente, a ocupação desta zona poderia por em causa toda a ZPE da ria de Aveiro. O mesmo EIA conclui, inevitavelmente, que | CA AIA 1031 |
| 145 ia (Directiva 79/409/EEC), implicando a destruição de 58 ha ZPE da Ria de Aveiro. Segundo o n.º 1 do Artigo 10.º (Decreto-L | CA AIA 1031 |
| 146 ínio Público Hídrico Marítimo e Zona de Protecção Especial (ZPE) para as Aves Selvagens da Ria de Aveiro. 2. Justificação | CA AIA 1031 |
| 147 representa um impacte negativo muito significativo sobre a ZPE da Ria de Aveiro. A fase de construção é sem dúvida a mais | CA AIA 1031 |
| 148 está prevista para uma área da Zona de Protecção Especial (ZPE) da Ria de Aveiro, definida pelo Decreto-Lei 140/99 de 24 d | CA AIA 1031 |
| 149 está prevista para uma área da Zona de Protecção Especial (ZPE) da Ria de Aveiro, definida pelo Decreto-Lei 140/99 de 24 d | CA AIA 1031 |
| 150 metro Urbano da Barra, levaria a sua exclusão automática da ZPE . Ora, o PP está sujeito ao parecer de diversas entidades, e | CA AIA 1031 |

| KWIC | File |
|--|-------------|
| 151 ctiva Comunitária Aves, implicando a destruição de 58 ha da ZPE da Ria de Aveiro. A lei é muito clara: qualquer projecto qu | CA AIA 1031 |
| 152 e refere ao interesse comunitário da área classificada como ZPE, o simples facto de ela ser considerada como de interesse c | CA AIA 1031 |
| 153 o imperativo interesse público do projecto"; • Redesenhar a ZPE de modo a excluir a área de intervenção. A primeira das hip | CA AIA 1031 |
| 154 Reserva Ecológica Nacional, na Zona de Protecção Especial (ZPE) da Ria de Aveiro e no Domínio Público Hídrico Marítimo (Pl | CA AIA 1031 |
| 155 PE A área de implantação do projecto está classificada como ZPE (Decreto-Lei n.º 384-B/99, de 23 de Setembro). O Decreto-Le | CA AIA 1031 |
| 156 nteresse público." Também importa aqui referir que, sendo a ZPE da Ria de Aveiro parte integrante da Rede Natura 2000, não | CA AIA 1031 |
| 157 Reserva Ecológica Nacional, na Zona de Protecção Especial (ZPE) da Ria de Aveiro e no Domínio Público Hídrico Marítimo (Pl | CA AIA 1031 |
| 158 e um projecto deste tipo para a Zona de Protecção Especial (ZPE) da Ria de Aveiro, a qual é de elevada sensibilidade ecológ | CA AIA 1031 |
| 159 identificação clara de impactes ambientais negativos sobre a ZPE importa relembrar o estipulado no Art. 10º do DL 140/99 que | CA AIA 1031 |
| 160 /CEE). b) A Ria de Aveiro é uma Zona de Protecção Especial (ZPE) da Directiva Aves (Rede Natura 2000). Foi assim classifica | CA AIA 1031 |
| 161 Reserva Ecológica Nacional e a Zona de Protecção Especial (ZPE) da avifauna (DL no 140/99 de 24 de Abril) – Ria de Aveiro. | CA AIA 1031 |
| 162 conclua que um projecto implica impactes negativos para uma ZPE, o mesmo só poderá ser autorizado quando se verifique a aus | CA AIA 1031 |
| 163 a que um projecto implica impactes negativos (...) para uma ZPE, o mesmo só pode ser autorizado quando se verifique a ausên | CA AIA 1031 |
| 164 ia, para uma ZEC (Zona Especial de Conservação) ou pare uma ZPE, o mesmo só pode ser autorizado quando se verifica a ausênc | CA AIA 1031 |
| 165 conclua que um projecto implica impactes negativos para uma ZPE o mesmo só pode ser autorizado quando se verifique ausência | CA AIA 1031 |
| 166 se concluir que um projecto tem impactes negativos para uma ZPE o mesmo só pode ser autorizado quando: [x] se verifique a aus | CA AIA 1031 |
| 167 e protecção de nível I" para além das condicionantes: REN + ZPE + DPHM; - o Governo alheio à natureza do local e no calor d | CA AIA 1031 |
| 168 ivos para um sítio de importância comunitária (neste caso a ZPE), o mesmo só pode ser autorizado quando se verifique a ausê | CA AIA 1031 |
| 169 nálise, implicará necessariamente a desafecção de 58ha da ZPE, contrariando os objetivos da ENDS. Finalmente, de salient | CA AIA 1031 |
| 170 conclua que um projecto implica impactes negativos para uma ZPE o mesmo só pode ser autorizado quando se verifique ausência | CA AIA 1031 |
| 171 servação da natureza que levou à classificação da área como ZPE, contrariando a lei. Existem certamente outros modos de cum | CA AIA 1031 |
| 172 projecto ou acção implica impactes negativos para (...) uma ZPE, o mesmo só pode ser autorizado quando se verifique a ausên | CA AIA 1031 |
| 173 destes condicionamentos, embora não se mencione, no caso da ZPE, o artigo 10 do DL n.º 140/99 de 24 de Abril, que será de ex | CA AIA 1031 |
| 174 sses habitats. A área de intervenção do projecto, dentro da ZPE, não é uma área qualquer, mas sim a embocadura da Ria de Av | CA AIA 1031 |
| 175 sobre uma área ecologicamente tão sensível, por existir uma ZPE - não se poder andar a fazer e desfazer leis ao sabor das v | CA AIA 1031 |
| 176 ão se compadece com uma área de Zona de Protecção Especial (ZPE). Como é referido no próprio documento esta é uma zona de s | CA AIA 1031 |
| 177 mbiental portuguesa, ao violar espaço qualificado REN, RAN, ZPE. Como tal não deverá ser autorizado. Aveiro, 14 de Outubro | CA AIA 1031 |
| 178 o definidos para a área. Assim sendo, ou se considera que a ZPE não deveria existir, mas de facto ela existe em forma e con | CA AIA 1031 |
| 179 a construção admita, com leveza, destruir uma parte de uma ZPE, com elevados prejuízos daí decorrentes, quantificados no p | CA AIA 1031 |
| 180 o. Mais uma vez, estando em causa a integridade de parte da ZPE com elevada importância conservacionista, a construção no l | CA AIA 1031 |
| 181 to comum de um biótopo classificado e legalmente protegido (ZPE-Aves) cujo valor funcional e paisagístico é património de t | CA AIA 1031 |
| 182 o encontra-se classificada como Zona de Protecção Especial (ZPE) através do Anexo IV do DL n.º 384-B/99 de 23 de Setembro p | CA AIA 1031 |
| 183 Ria. Considerando que esta zona representa apenas 0,11% da ZPE da Ria de Aveiro comprova-se, por estes valores, a enorme i | CA AIA 1031 |
| 184 arina é uma zona ambientalmente sensível; integrante de uma ZPE, e que actualmente constitui, na sua Maior parte, leito de | CA AIA 1031 |
| 185 s na Ria de Aveiro, que justificou a sua classificação como ZPE. As actividades humanas tradicionais directamente relaciona | CA AIA 1031 |
| 186 um intenso complexo imobiliário, para uma área classificada ZPE, que credibilidade é que têm estas atribuições estabelecida | CA AIA 1031 |
| 187 ao local em causa. Como pode ser feita tal intervenção numa ZPE da Ria de Aveiro? Pois que façam uma marina com as suas inf | CA AIA 1031 |
| 188 conduzirá à desafecção da REN e a exclusão desta área da ZPE. Relembramos que o Plano de Pormenor não foi aprovado pelo | CA AIA 1031 |
| 189 rais. A área de localização deste empreendimento pertence à ZPE - Ria de Aveiro (também BIÓTOPO CORINE).. A Zona de Protecç | CA AIA 1031 |
| 190 foi possível que pudessem atribuir tal definição à área de ZPE. Em termos paisagísticos acreditado que, isoladamente e mesmo | CA AIA 1031 |
| 191 ser destruídos umas dezenas de hectares de área alagada, em ZPE, necessários para a implantação do imobiliário e canais int | CA AIA 1031 |
| 192 ição de 30 ha de sapal na zona intertidal classificada como ZPE. Esta area contém habitats incluídos no anexo I da directiv | CA AIA 1031 |
| 193 Barra (SDEMB) refere que a designação da Ria de Aveiro como ZPE se apoia em concreto na importância da zona proposta para a | CA AIA 1031 |
| 194 quele mesmo local. Por último, restaria a reconfiguração da ZPE. Esta solução seria uma solução meramente administrativa, n | CA AIA 1031 |
| 195 iro como Zona de Protecção Especial para as Aves Selvagens (ZPE), na qual se inclui a área de intervenção". Note-se que um | CA AIA 1031 |
| 196 m os impactes identificados, só poderia ser construído numa ZPE se fosse invocado interesse público, o que não é certamente | CA AIA 1031 |
| 197 qualquer projecto que implique impactes negativos para uma ZPE, só pode ser autorizado quando se verifique a ausência de a | CA AIA 1031 |
| 198 e uma importante zona da Ria com os deveres de protecção da ZPE existente, preservação do enquadramento paisagístico carac | CA AIA 1031 |
| 199 enor para a área, pretendendo com isso a sua desanexação da ZPE, fica dependente, mesmo após o processo de AIA, de um parec | CA AIA 1031 |
| 200 cerca da compatibilidade da implementação do projecto com a ZPE. Tendo em conta esta classificação, o descritor ecologia de | CA AIA 1031 |
| 201 integrante da Zona de Protecção Especial da ria de Aveiro (ZPE). Trata-se de uma condicionante legal que resultou da trans | CA AIA 1031 |
| 202 ece ser o caso. A opção de admitir a ocupação desta área da ZPE pela construção da Marina da Barra, através da aceitação da | CA AIA 1031 |
| 203 - O estado não deve apoiar uma intervenção deste tipo numa ZPE e por outro lado incentivar a construção na ria. Seria um p | CA AIA 1031 |
| 204 s ao facto da zona de implantação se encontrar integrada na ZPE - Ria de Aveiro. Não são propostas quaisquer medidas mitiga | CA AIA 1031 |
| 205 omo Zona de Protecção Especial por duas razões distintas: a directiva de habitats e a directiva de aves. Tal facto é identificado | CA AIA 1031 |
| 206 s habitats e ao tipo de exploração de que eram alvo, aquela directiva prevê que o estabelecimento de medidas de protecção passa n | CA AIA 1031 |
| 207 io em que se espera maior afectação. Assim, de acordo com a directiva comunitária nº92/43/CEE de 21 de Maio e com a respectiva tr | CA AIA 1031 |
| 208 cial por duas razões distintas: a directiva de habitats e a directiva de aves. Tal facto é identificado no EIA, mas não é mencion | CA AIA 1031 |
| 209 como ZPE. Esta area contém habitats incluídos no anexo I da directiva habitats, como é o caso de uma zona de Spartina a Sul, que segundo o | CA AIA 1031 |
| 210 afectação do projecto encontra-se classificada como Zona de protecção Especial ao abrigo da Directiva Comunitária 79/409/CEE, do Conselho, | CA AIA 1031 |
| 211 foi de protecção passa nomeadamente pela designação de zonas de protecção especial, correspondentes aos habitats cuja salvaguarda é prioritári | CA AIA 1031 |
| 212 l..., tendo em atenção a classificação da área como zona de protecção especial a integrar na Rede Natura 2000, implica a construção de apo | CA AIA 1031 |
| 213 l..., tendo em atenção a classificação da área como zona de protecção especial a integrar na Rede Natura 2000, implica a construção de apo | CA AIA 1031 |
| 214 e será irremediavelmente estragada uma zona classificada de protecção especial. A parte imobiliária é sem dúvida o grande problema deste p | CA AIA 1031 |
| 215 ral, que um projecto imobiliário a implementar numa zona de protecção especial e em plena ria, tenha, em termos de processo de aprovação, | CA AIA 1031 |
| 216 m, situado na faixa do domínio público hídrico e em zona de protecção especial. Cerca de metade ou mais dessa área é destinada a uma urban | CA AIA 1031 |
| 217 nha discordância por pensar que estragarão toda uma zona de protecção especial, que muito admiro. Penso ainda que, se retirassem a parte i | CA AIA 1031 |
| 218 Comissão das medidas compensatórias adoptadas. No caso de o sítio em causa abrigar um tipo de habitat natural e/ou uma espécie | CA AIA 1031 |
| 219 ão/descrição realizada do artigo de Francisco Alves sobre o sítio Ria de Aveiro A (ALVES, 2001, no prelo), cuja informação (b | CA AIA 1031 |
| 220 e conclua que o projecto implica impactes negativos para um sítio de importância comunitária (neste caso a ZPE), o mesmo só p | CA AIA 1031 |
| 221 ua que a acção ou projecto implicam impacte negativo para o sítio de importância comunitária, para uma ZEC (Zona Especial de | CA AIA 1031 |
| 222 de Maio, "Se, apesar de a avaliação das incidências sobre o sítio ter levado a conclusões negativas e na falta de soluções al | CA AIA 1031 |
| 223 transpostas para a Legislação Nacional pelo Decreto-lei nº 140/99 de 24 de Abril. É certo que o actual projecto vai alterar | DA AIA 1797 |
| 224 ara a definição de Zonas de Protecção Especial ao abrigo da Directiva Aves da União Europeia. Referências [...] PARTICULARES <sec | DA AIA 1797 |
| 225 riam a Directiva Habitats da União Europeia (92/43/CEE) e a Directiva Aves da União Europeia (79/409/CEE) transpostas para a Legislaçã | DA AIA 1797 |

| KWIC | File |
|---|-------------|
| 226 namento do Território já referidos, a Directiva Habitats, a Directiva Aves e suas transposições para o direito nacional e a lei sobre | DA AIA 1797 |
| 227 eas de nidificação de um conjunto de espécies constantes da Directiva Aves e que são de grande importância na Zona de Protecção Especi | DA AIA 1797 |
| 228 tivo EIA não salvaguardam a mesma legislação. 2 – Segundo a Directiva Habitats , no seu Artigo 6º (2) é dito que "os Estados-Membros tomará | DA AIA 1797 |
| 229 ectadas pelas operações. Alguns destes factos contrariam a Directiva Habitats da União Europeia (92/43/CEE) e a Directiva Aves da União E | DA AIA 1797 |
| 230 ta os diplomas de Ordenamento do Território já referidos, a Directiva Habitats , a Directiva Aves e suas transposições para o direito nacio | DA AIA 1797 |
| 231 ão se inserir em Zona de Protecção Especial (ZPE) e da Rede Natura 2000, as interações com o ecossistema litoral e marinho re | DA AIA 1797 |
| 232 desses habitats contribuiu para a criação do sítio da Rede Natura na Ria de Aveiro (estudo comparativo de fotointerpretação). | DA AIA 1797 |
| 233 é compatível com os critérios para a definição de Zonas de Protecção Especial ao abrigo da Directiva Aves da União Europeia. Referências | DA AIA 1797 |
| 234 a Directiva Aves e que são de grande importância na Zona de Protecção Especial da Ria de Aveiro, como são exemplo Circus aeruginosus, Arde | DA AIA 1797 |
| 235 o adequadas para garantir a correcta conservação da Zona de Protecção Especial da Ria de Aveiro. A SPEA está disponível para reunir com qu | DA AIA 1797 |
| 236 opulações de aves marinhas que dependem da zona costeira da ZPE da Ria de Aveiro. Esses dados são recolhidos de modo regula | DA AIA 1797 |
| 237 ue o actual projecto vai alterar uma área classificada como ZPE e designada como IBA. Assim, a SPEA rejeita este Estudo d | DA AIA 1797 |
| 238 baseada nas distribuições disponibilizadas pelo ICNB para a ZPE da Ria de Aveiro, mas para espécies directamente afectadas | DA AIA 1797 |
| 239 ea de intervenção se inserir em Zona de Protecção Especial (ZPE) e da Rede Natura 2000, as interações com o ecossistema li | DA AIA 1797 |
| 240 97 de 17 de Novembro, 681 ha, totalmente incluídos na IBA); ZPE Ria de Aveiro (PTZPE0004; Decreto-Lei nº 384-B/99, de 23 de | DA AIA 1797 |
| 241 to de Intervenção na Zona da Barra desenvolve-se em área de ZPE , é importante quantificar a percentagem afectada das popula | DA AIA 1797 |
| 242 tro de áreas classificadas e ambientalmente sensíveis: 1 – ZPE Ria de Aveiro (PTZPE0004; Decreto-Lei nº 384-13/99, de 23 d | DA AIA 1797 |
| 243 zão da matéria. 4 – O desenvolvimento do projecto dentro da ZPE é necessário pelas razões apresentadas no EIA e o estudo de | DA AIA 1797 |
| 244 aves marinhas, uma das principais razões para a criação da ZPE . – Não é claro no estudo o efeito do projecto na dinâmica | DA AIA 1797 |
| 245 Setembro; 52.720 ha coincidentes com a IBA). Internacional: ZPE Ria de Aveiro As razões pelas quais objectamos são listad | DA AIA 1797 |
| 246 to de Intervenção na Zona da Barra desenvolve-se em área de ZPE . 2 – Esta classificação determina a impossibilidade de real | DA AIA 1797 |
| 247 num sítio quando a superfície abrangida pelo habitat nesse sítio for reduzida, o que está de acordo novamente com este caso. | DA AIA 1797 |
| 248 ão se inserir em Zona de Protecção Especial (ZPE) e da Rede Natura 2000, as interações com o ecossistema litoral e marinho re | EA AIA 2082 |
| 249 ea de intervenção se inserir em Zona de Protecção Especial (ZPE) e da Rede Natura 2000, as interações com o ecossistema li | EA AIA 2082 |
| 250 a de intervenção nos termos do artigo 10º do Decreto-Lei nº 140/99, de 24 de Abril na redacção que lhe é dada pelo Decreto- | FA AAE |
| 251 Junho. Nos termos do ponto 1 do artº 10º de Decreto-Lei nº 140/99, de 24 de Abril na redacção que lhe é dada pelo Decreto- | FA AAE |
| 252 e semi-naturais, constantes do anexo B-I do Decreto-lei n.º 49/2005 de 24 de Fevereiro, sendo considerado como habitat pri | FA AAE |
| 253 ivos ambientais, nomeadamente a ZPE, a REDE NATURA 2000 e a DIRECTIVA AVES . Estas classificações foram introduzidas quando o equilíbri | FA AAE |
| 254 tantíssimos para um conjunto de espécies classificadas pela Directiva Aves e ao abrigo das quais a Ria foi classificada como ZPE (Pass | FA AAE |
| 255 , incidem normativos ambientais, nomeadamente a ZPE, a REDE NATURA 2000 e a DIRECTIVA AVES . Estas classificações foram introdu | FA AAE |
| 256 gua; a extracção de areias; etc. O Plano Sectorial da Rede Natura 2000, realizado pelo Instituto de Conservação da Natureza e | FA AAE |
| 257 e AIA de forma a garantir a salvaguarda dos valores da Rede Natura 2000. Em conclusão, O Relatório Ambiental Preliminar agora | FA AAE |
| 258 acções e projectos relacionados com a gestão das áreas Rede Natura 2000 abrangidas e que podem contribuir de forma positiva pa | FA AAE |
| 259 existe um Plano Sectorial em vigor (Plano Sectorial da Rede Natura 2000) e um Plano Especial de Ordenamento (Plano de Ordename | FA AAE |
| 260 como o Sítio de Importância Comunitária (SIC) Rio Vouga, o SIC Barrinha de Esmoriz e uma parte do SIC Dunas de Mira, Gânda | FA AAE |
| 261 a (SIC) Rio Vouga, o SIC Barrinha de Esmoriz e uma parte do SIC Dunas de Mira, Gândara e Gafanha. O DL n.º 11/2009, de 12/0 | FA AAE |
| 262 a título de exemplo destaca-se sobretudo as intervenções no SIC Rio Vouga que praticamente em nada contribuem para a concre | FA AAE |
| 263 fundamental da gestão do Sítio de importância Comunitária (SIC) do Rio Vouga, e ao visar como objectivo a conservação das | FA AAE |
| 264 o proposta enquadra-se no Sítio de importância Comunitária (SIC) do Rio Vouga, classificado pela Resolução do Conselho de | FA AAE |
| 265 oço do Rio, que integra o Sítio de importância Comunitária (SIC) tem um perfil de vale encaixado, em cujas vertentes predo | FA AAE |
| 266 cipal UNIRÉRIA bem como o Sítio de Importância Comunitária (SIC) Rio Vouga, o SIC Barrinha de Esmoriz e uma parte do SIC Du | FA AAE |
| 267 e vista da conservação, o Sítio de importância Comunitária (SIC) do Rio Vouga abrange vários habitat naturais e semi-natura | FA AAE |
| 268 utenção da integridade do Sítio de importância Comunitária (SIC) do Rio Vouga, encontram-se: a regularização do curso de ág | FA AAE |
| 269 ecológico. A definição do Sítio de interesse Comunitário (SIC) do Rio Vouga, pode ser o pretexto para a criação de A cri | FA AAE |
| 270 de da Ria de Aveiro bem como a parte terminal do rio Vouga (Sítio Vouga). Pela sua abordagem integrada, consubstanciada em tr | FA AAE |
| 271 ainda que com o objectivo de aí criar um centro de apoio do Sítio Rio Vouga). Projecto/acção RA7.5- Requalificação dos espaço | FA AAE |
| 272 cológica da Ria" (RA5) e à "Requalificação e valorização do Sítio da Barrinha de Esmoriz " (RA7.3). No primeiro caso, uma das actividades a implemen | FA AAE |
| 273 e reflectir positivamente nos objectivos de conservação dos Sítios e da ZPE. Entre estes destacam-se alguns dos projectos atri | FA AAE |
| 274 toda a Ria de Aveiro de acordo com os limites definidos na ZPE da Ria de Aveiro (incluindo a Reserva Natural das Dunas de | FA AAE |
| 275 tiva Aves e ao abrigo das quais a Ria foi classificada como ZPE (Passeriformes do caniçais, Ardea purpurea, Circus aerugino | FA AAE |
| 276 positivamente nos objectivos de conservação dos Sítios e da ZPE . Entre estes destacam-se alguns dos projectos atribuídos a | FA AAE |
| 277 para a concretização das orientações de gestão dos sítios e ZPE (a título de exemplo destaca-se sobretudo as intervenções n | FA AAE |
| 278 a do Salgado, incidem normativos ambientais, nomeadamente a ZPE , a REDE NATURA 2000 e a DIRECTIVA AVES . Estas classificaçõe | FA AAE |
| 279 ivamente para a concretização das orientações de gestão dos sítios e ZPE (a título de exemplo destaca-se sobretudo as interven | FA AAE |
| 280 ais em presença (habitats e espécies ao abrigo dos quais os sítios foram classificados). Paralelamente, verifica-se que grande | FA AAE |

c) Elenco total de concordâncias relativas à conservação em geral

| KWIC | File |
|---|------------|
| 1 assumido como um Projecto de Desenvolvimento Agrícola e de Conservação da Natureza. Só deste modo, e considerando o actual valor n | AA AIA 792 |
| 2 fra-estruturas secundárias dependa do uso do solo previsto: Conservação da natureza predominante, uso agrícola associado à conserva | AA AIA 792 |
| 3 com o objectivo de melhorar o balanço na dualidade Agrícola/ Conservação da Natureza, recomenda-se: a exclusão do Rio Velho deste si | AA AIA 792 |
| 4 s no actual Bloco do Baixo Vouga Lagunar: a Agricultura e a Conservação da Natureza. O actual estudo compara três cenários de proj | AA AIA 792 |
| 5 rme importância da área no que diz respeito aos aspectos da Conservação da Natureza, nunca sendo demais frisar que o Bloco está ins | AA AIA 792 |
| 6 as zonas húmidas, locais preferencialmente utilizados pelas aves , que levaram a classificação da Ria de Aveiro como ZPE. Nes | AA AIA 792 |
| 7 esta zona a variedade e abundância de espécies de peixes e aves que já no passado conheceu Joaquim Oliveira Santos <sec=" | AA AIA 792 |
| 8 impactos muito significativos não minimizáveis ao nível das aves (em violação da Directiva Aves), ao nível dos peixes migrad | AA AIA 792 |
| 9 espondem às áreas que são mais utilizadas pelas espécies de aves constantes da Directiva Aves. Deste ponto de vista é bastan | AA AIA 792 |
| 10 s e elevadas". É assim inquestionável a importância para as aves da manutenção da continuidade da área de contacto entre as | AA AIA 792 |
| 11 tribuir para o regresso em abundância de várias espécies de aves , neste momento quase desaparecidas, se comparadas com a qua | AA AIA 792 |
| 12 e salinidade existente. Para além do grave impacto sobre as aves , a eliminação do gradiente de salinidade terá impactos fort | AA AIA 792 |
| 13 de menores dimensões, são as que possuem uma comunidade de aves mais rica. Torna-se assim imprescindível a definição da mat | AA AIA 792 |
| 14 es por se tratar de uma área de extrema importância para as aves . A sua importância levou mesmo a que tivesse sido classific | AA AIA 792 |
| 15 bém deixar de falar porque a memória não quer esquecer, das aves palmípedes (Patos, Narjas, Marrecas, mergulhões, etc.) que | AA AIA 792 |
| 16 bém deixar de falar porque a memória não quer esquecer, das aves palmípedes (Patos, Narjas, Marrecas, mergulhões, etc.) que | AA AIA 792 |
| 17 a. Como todos os ecologistas sabem a esmagadora maioria das aves aquáticas reproduzem-se em zonas alagadas por água doce e n | AA AIA 792 |
| 18 gua doce que propiciam alimento e locais de nidificação das aves , e habitat permanente dos mamíferos como a lontra. Como tod | AA AIA 792 |
| 19 Aliás, a importância natural desta área não se limita à Sua avifauna .; tendo sido inclusivamente seleccionada pelas equipas. téc | AA AIA 792 |
| 20 resultantes da exploração do projecto sobre as espécies da avifauna que levaram à classificação da ZPE. Este facto particularme | AA AIA 792 |
| 21 cado e heterogéneo, que conduzirá ao aumento de espécies de avifauna desta área incrementando a biodiversidade da mesma. Verific | AA AIA 792 |
| 22 adicionais de culturas agrícolas, com reflexos positivos na biodiversidade do ambiente em que a zona foi rica e que a intrusão da ampl | AA AIA 792 |
| 23 ém na vertente ambiental, na nidificação e na manutenção da biodiversidade e dos habitats. A mesma situação se passa com a necessidade | AA AIA 792 |
| 24 volverão biótipos de água salobra aumentando, desta forma a biodiversidade desta área. O afastamento da cunha salina sub-superficial p | AA AIA 792 |
| 25 a que melhor garante a defesa desta área e a manutenção da biodiversidade existente. 2º As propostas apresentadas para regularização | AA AIA 792 |
| 26 só na vertente agrícola, como na vertente ambiental na sua biodiversidade . Daí que no sistema de, defesa contra as marés de água salg | AA AIA 792 |
| 27 aumento de espécies de avifauna desta área incrementando a biodiversidade da mesma. Verificou-se, após uma leitura do EIA, que as int | AA AIA 792 |
| 28 ipos dulçaquícolas. Consideramos que o projecto de defesa e conservação de solos e os estudos prévios de emparcelamento apresentado | AA AIA 792 |
| 29 tivo que estas áreas sejam áreas directamente consagradas à conservação da Natureza. Contudo, e como já foi anteriormente referido, | AA AIA 792 |
| 30 será a de permitir a gestão localizada da água, com fins de conservação e gestão daqueles sistemas húmidos impedindo a sua dessecac | AA AIA 792 |
| 31 bmetidos a EIA são de interesse regional estratégico para a conservação desta área e para o equilíbrio social da região. A defesa c | AA AIA 792 |
| 32 a lado? Não serão deste modo defraudadas as expectativas de conservação naquelas áreas? Lacunas O actual EIA apresenta algumas lac | AA AIA 792 |
| 33 ção de um plano de gestão para as áreas de interesse para a conservação da natureza (que aliás já estão consagradas no actual proje | AA AIA 792 |
| 34 implicitamente ter por compromisso a dualidade agricultura/ conservação da natureza. Os objectivos e o peso e medida de ambas as ve | AA AIA 792 |
| 35 reensível. Os impactos do projecto são incompatíveis com a conservação dos valores naturais constantes da Directiva Aves e Habitat | AA AIA 792 |
| 36 nsão para o lado dos campos de Salreu, do ponto de vista da conservação e mesmo da paisagem não terá qualquer interesse. Reestrutu | AA AIA 792 |
| 37 iente de períodos de alagamento na .zona, necessário para a conservação da diversidade biológica, Deverá ser garantida a manutenção | AA AIA 792 |
| 38 temas húmidos; Por outro lado entende-se que o objectivo de conservação da natureza pretendido para estas áreas só será conseguido | AA AIA 792 |
| 39 o destes graves impactos, incompatíveis com o estatuto de conservação da área no âmbito da Directiva Aves. A LPN não pode deixar | AA AIA 792 |
| 40 os de alagamento na .zona, necessário para a conservação da diversidade biológica , Deverá ser garantida a manutenção dos pastos. espontâneos | AA AIA 792 |
| 41 actual situação do Bloco As actuais características do agro- ecossistema presente no Bloco do Baixo Vouga Lagunar contribuem para a | AA AIA 792 |
| 42 icas a salientar as Acácias. 2) impacte do projecto sobre o ecossistema a jusante do bloco; Não são considerados os impactes do ref | AA AIA 792 |
| 43 conduzido à alteração da composição e utilização deste agro- ecossistema . Alguns dos problemas que têm sido apontados como indutores | AA AIA 792 |
| 44 referir os impactes que determinados inertes poderão ter no ecossistema local. No caso do troço médio do dique já construído, em ap | AA AIA 792 |
| 45 egativos sobre a flora. De facto, conduzirá à eliminação de ecossistemas constituídos por vegetação halófila importante (e.g. Salico | AA AIA 792 |
| 46 por água salgada, e também não existe nesta região nenhuma espécie de lontra de água salgada, logo, que aberrante contra-senso | AA AIA 792 |
| 47 É nosso dever também lembrar que em comum convivência com a espécie bovina era também criada a espécie cavalar que deu origem à | AA AIA 792 |
| 48 . E meu dever também lembrar que em comum convivência com a espécie bovina era também criada a espécie cavalar que deu origem à | AA AIA 792 |
| 49 tricionista das pastagens e forragens que concediam a estas espécies a faculdade de atingirem grande porte. É nosso dever também | AA AIA 792 |
| 50 : - o sistema de comportas previsto impedirá a migração das espécies piscícolas através do Bloco, nomeadamente Sável, Savelha e | AA AIA 792 |
| 51 ida facilitada entrando mais facilmente em áreas refúgio de espécies onde anteriormente não conseguiam ir. Deste modo, através d | AA AIA 792 |
| 52 rmitido a substituição de uns biótopos por outros, de umas espécies por outras ... ou de intervir activamente permitindo a- man | AA AIA 792 |
| 53 Alosa alosa), e a Savelha (Alosa fallax). A migração destas espécies será muito dificultada pela presença dos diques e das compo | AA AIA 792 |
| 54), diversificado e heterogéneo, que conduzirá ao aumento de espécies de avifauna desta área incrementando a biodiversidade da me | AA AIA 792 |
| 55 . Mar, dos gansos, maçaricos reais ou grous e tantas outras espécies avícolas que no seu trajecto migratório constituíam o AVIÁR | AA AIA 792 |
| 56 dos impactos resultantes da exploração do projecto sobre as espécies da avifauna que levaram à classificação da ZPE. Este facto | AA AIA 792 |
| 57 emas húmidos a montante do mesmo, conduzindo à regressão de espécies faunísticas classificadas a nível europeu pela Directiva Av | AA AIA 792 |
| 58 vol. II, pág. 197) "[...] os perímetros com maior número de espécies prioritárias são aqueles que estão na interface entre o mei | AA AIA 792 |
| 59 úmidos) correspondem às áreas que são mais utilizadas pelas espécies de aves constantes da Directiva Aves. Deste ponto de vista | AA AIA 792 |
| 60 rantidas nas melhores condições ecológicas de circulação de espécies . Tal pressupõe naturalmente, a adopção de medidas que vão d | AA AIA 792 |
| 61 o natural da zona levará à lenta substituição de biótopos e espécies de elevado valor natural por outros também muito importante | AA AIA 792 |
| 62 mente motas de cross e veículos todo o terreno, perturbando espécies sensíveis, com a continuação da construção dos diques com c | AA AIA 792 |
| 63 ssa é a área da qual dependem em simultâneo maior número de espécies constantes da Directiva Aves. Dada a sensibilidade das espé | AA AIA 792 |
| 64 as naturais (sobretudo caniçal) e com eles o incremento das espécies de elevado interesse conservacionista. É a conciliação (ape | AA AIA 792 |
| 65 ua doce, contribuir para o regresso em abundância de várias espécies de aves, neste momento quase desaparecidas, se comparadas c | AA AIA 792 |
| 66 e» também será significativamente afectado pelo que algumas espécies verão os seus efectivos diminuir na zona. Por seu lado a pa | AA AIA 792 |
| 67 ossa trazer de novo a esta zona a variedade e abundância de espécies de peixes e aves que já no passado conheceu Joaquim Oliveir | AA AIA 792 |
| 68 andamente afectado. Este Sítio foi classificado com base em espécies de peixes migradores constantes do Anexo II da Directiva, n | AA AIA 792 |
| 69 truído, em apenas dois anos, é notório o desenvolvimento de espécies da flora originais de outros habitats bem como de espécies | AA AIA 792 |
| 70 vejo com apreensão o desaparecimento desta área de diversas espécies animais e cinegéticas, provocado pelo avanço das águas salg | AA AIA 792 |

| | KWIC | File |
|-----|--|------------|
| 71 | vegetação do esteiro pois é sabido o efeito de retenção que | AA AIA 792 |
| 72 | bes, que densidade de sebes irá haver no final bem como que | AA AIA 792 |
| 73 | Esta é uma área aberta de sistemas húmidos e arrozais onde | AA AIA 792 |
| 74 | cies constantes da Directiva Aves. Dada a sensibilidade das | AA AIA 792 |
| 75 | s diques sejam revestidos com terra vegetal e sementeira de | AA AIA 792 |
| 76 | s culturas do arroz, milho, feijão, pastagens e criação das | AA AIA 792 |
| 77 | obre o dique da margem norte do Rio Vouga, sejam utilizadas | AA AIA 792 |
| 78 | tricionista das pastagens e forragens que concediam a estas | AA AIA 792 |
| 79 | xtensão se encontra o habitat favorável à ocorrência destas | AA AIA 792 |
| 80 | o Mar, dos gansos, maçaricos reais ou grous e tantas outras | AA AIA 792 |
| 81 | determinados locais poderá ter efeitos nefastos ao nível da | AA AIA 792 |
| 82 | utilidade pública, bem como ao nível de alguns aspectos da | AA AIA 792 |
| 83 | contra marés será uma das acções com maior impacto sobre a | AA AIA 792 |
| 84 | ctos negativos de elevada amplitude e irreversíveis sobre a | AA AIA 792 |
| 85 | os lençóis de água subterrâneos e portanto a preservação da | AA AIA 792 |
| 86 | faziam com reflexos positivos para o meio ambiente, fauna e | AA AIA 792 |
| 87 | migradores (em violação da Directiva Habitats), ao nível da | AA AIA 792 |
| 88 | da área mais a poente) o valor da paisagem, da fauna ou da | AA AIA 792 |
| 89 | faziam com reflexos positivos para o meio ambiente, fauna e | AA AIA 792 |
| 90 | faziam com reflexos positivos para o meio ambiente, fauna e | AA AIA 792 |
| 91 | aziam, com reflexos positivos para o meio ambiente, fauna e | AA AIA 792 |
| 92 | penas dois anos, é notório o desenvolvimento de espécies da | AA AIA 792 |
| 93 | faziam com reflexos positivos para o meio ambiente fauna e | AA AIA 792 |
| 94 | a região que apresentam uma diversificada e intensa fauna e | AA AIA 792 |
| 95 | te de salinidade terá impactos fortemente negativos sobre a | AA AIA 792 |
| 96 | ão estes os perímetros onde em maior extensão se encontra o | AA AIA 792 |
| 97 | inidade, grau de encharcamento dos solos para manutenção do | AA AIA 792 |
| 98 | campos da água salgada e efeitos das cheias, a melhoria do | AA AIA 792 |
| 99 | o de expansão agrícola (vol itl, pág 96): "As alterações no | AA AIA 792 |
| 100 | a a vegetação de grande e pequeno porte está a desaparecer, | AA AIA 792 |
| 101 | que propiciam alimento e locais de nidificação das aves, e | AA AIA 792 |
| 102 | ; Controlar o efeito das cheias; Preservação e melhoria dos | AA AIA 792 |
| 103 | conta que irá haver ocupação e degradação de faixas desses | AA AIA 792 |
| 104 | lar o efeito das cheias, preservação, defesa e melhoria dos | AA AIA 792 |
| 105 | o desenvolvimento de espécies da flora originais de outros | AA AIA 792 |
| 106 | ão do meio ambiente e o consequente melhoramento dos vários | AA AIA 792 |
| 107 | cheias, defesa da água salgada, preservação e melhoria dos | AA AIA 792 |
| 108 | produção e diminuição de riscos Preservação e melhoria dos | AA AIA 792 |
| 109 | sença deste gradiente é possível a manutenção do mosaico de | AA AIA 792 |
| 110 | a, ao recuo da actividade agrícola e à destruição de vários | AA AIA 792 |
| 111 | ico de habitats que agora caracteriza a zona. A sucessão de | AA AIA 792 |
| 112 | a montante do bloco, mas garanta a manutenção do mosaico de | AA AIA 792 |
| 113 | cheias, defesa da água salgada, preservação e melhoria dos | AA AIA 792 |
| 114 | ferir que nesta zona, o Caniçal, habitat importante para as | BA AIA 914 |
| 115 | mamente importante para a conservação de várias espécies de | BA AIA 914 |
| 116 | se-á num impacto negativo significativo para as espécies da | BA AIA 914 |
| 117 | ervenção e alteração da vegetação da qual poderá depender a | BA AIA 914 |
| 118 | ndo-se e promovendo-se uma agricultura sustentável em que a | BA AIA 914 |
| 119 | o Vouga Lagunar, a qual impõe que o rio Velho, no âmbito da | BA AIA 914 |
| 120 | ação constante da base de dados do ICN, é importante para a | BA AIA 914 |
| 121 | vel conflito de interesses entre as várias valências e a da | BA AIA 914 |
| 122 | dio do dique de defesa de marés (zona sensível em termos de | BA AIA 914 |
| 123 | dráulicas, parece haver alguns conflitos com as questões da | BA AIA 914 |
| 124 | é uma zona que no âmbito do projecto agrícola é dedicada à | BA AIA 914 |
| 125 | sua não implementação representará um crime ao ambiente, à | BA AIA 914 |
| 126 | quer no plano hídrico, agrícola, mas sobretudo ambiental e | BA AIA 914 |
| 127 | al em todo o Baixo Vouga lagunar. - No plano ambiental e da | BA AIA 914 |
| 128 | ecial do Ria de Aveiro, área extremamente importante para a | BA AIA 914 |
| 129 | ura e a agro-pecuária. A Paisagem humanizada é melhorada. O | BA AIA 914 |
| 130 | ão deverá ser esquecido o seguinte: a) a ria de Aveiro é um | BA AIA 914 |
| 131 | essões definitivas significativas. A recuperação natural do | BA AIA 914 |
| 132 | beirinha (eixo Vilarinho-Sarrazola) em substituição do agro- | BA AIA 914 |
| 133 | es dos acidentes resultantes da interacção do homem naquele | BA AIA 914 |
| 134 | zação dos diferentes usos e interesses em presença Todos os | BA AIA 914 |
| 135 | adultos) o que permite certa expectativa na expansão desta | BA AIA 914 |
| 136 | orte, incluindo perímetro da Ilha Nova é utilizada por esta | BA AIA 914 |
| 137 | , o que comprova a importância do Sítio para a desova desta | BA AIA 914 |
| 138 | ista/jusante do rio) existe um dormitório de Águia-sapeira | BA AIA 914 |
| 139 | ista/jusante do rio) existe um dormitório de Águia-sapeira | BA AIA 914 |
| 140 | is necessidades de o modificar no futuro, para o adequar às | BA AIA 914 |

| KMHC | File |
|--|--------------|
| 141 s migradoras, nomeadamente Lampreia, Sável e Savelha. Estas espécies chegam à zona de desova entrando pelo canal do rio Novo do | BA AIA 914.d |
| 142 rvação de várias espécies de aves selvagens. De entre estas espécies destaca-se a ocorrência na área envolvente ao troço do Rio | BA AIA 914.d |
| 143 idades desportivas mas também para a nidificação das várias espécies. Verifica-se que as margens estão a desmornar, sendo a obr | BA AIA 914.d |
| 144 de regadio tradicionais. Do ponto de vista da presença das espécies, todas as medidas são aplaudíveis, contudo não podemos esqu | BA AIA 914.d |
| 145 , área extremamente importante para a conservação de várias espécies de aves selvagens. De entre estas espécies destaca-se a oco | BA AIA 914.d |
| 146 da flora e fauna autóctone, criando um habitat santuário às espécies, considerando-se assim uma requalificação ambiental; 3- As | BA AIA 914.d |
| 147 as traduzir-se-á num impacte negativo significativo para as espécies da avifauna que neste momento aí ocorrem, e que actualmente | BA AIA 914.d |
| 148 do no presente estudo, o efeito negativo sobre determinadas espécies avícolas é incerto por não se conhecer a capacidade de adap | BA AIA 914.d |
| 149 da base de dados do ICN, é importante para a conservação de espécies piscícolas migradoras, nomeadamente Lampreia, Sável e Savel | BA AIA 914.d |
| 150 cinegética e piscatória), com a consequente perturbação do fauna existente, aumento do lixo na zona dos sistemas húmidos da | BA AIA 914.d |
| 151 uar numa Z.P.E., terá um insignificante impacto negativo na fauna da zona, mormente na zona de sapal, dado ser uma área irris | BA AIA 914.d |
| 152 , a qual impõe que o rio Velho, no âmbito da conservação da fauna, fique de fora do sistema de defesa contra marés, devendo f | BA AIA 914.d |
| 153 ra envolvente à pista, com as consequentes vantagens para a fauna. - No plano económico, e dentro de uma perspectiva de desen | BA AIA 914.d |
| 154 mplementação do projecto permitirá uma sensível melhoria na flora envolvente à pista, com as consequentes vantagens para a fa | BA AIA 914.d |
| 155 águas, a salinização dos solos, a alteração e destruição da flora e consequente fauna. Actualmente, há uma oportunidade quiçá | BA AIA 914.d |
| 156 ias de uma concretização permitem a recuperação e defesa da flora e fauna autóctone, criando um habitat santuário às espécies | BA AIA 914.d |
| 157 recuperação e defesa da flora e fauna autóctone, criando um habitat santuário às espécies, considerando-se assim uma requalific | BA AIA 914.d |
| 158 mpletamente alterada. De referir que nesta zona, o Caniçal, habitat importante para as aves, está em expansão. Sobre o projecto | BA AIA 914.d |
| 159 o interior do perímetro da Ilha Nova a qual é detentora de habitats de importância conservacionista, e, aliás, é uma zona que n | CA AIA 1031 |
| 160 stanciado na criação de uma Zona de Protecção Especial para Aves, ao interesse sobretudo económico de alguns. O estudo de im | CA AIA 1031 |
| 161 veiro o sitio faz parte de uma IBA (Zona Importante para as Aves) designada pela BirdLife International e SPEA. Para isso cu | CA AIA 1031 |
| 162 ausa, transpõe para o quadro legal nacional a Directiva das Aves e a Directiva Habitats. De referir ainda a eliminação da ac | CA AIA 1031 |
| 163 a está ainda classificada como IBA (Zona Importante para as Aves) designada pela BirdLife International. 2 . Impactes ambie | CA AIA 1031 |
| 164 eserva Ecológica Nacional e Zona de Protecção Especial para Aves Selvagens da Ria de Aveiro. Reconhecem-se perdas irreparáve | CA AIA 1031 |
| 165 cia e irreversibilidade. Do ponto de vista da Natureza e da Biodiversidade, muito está em causa e o próprio projecto admite como sendo | CA AIA 1031 |
| 166 u todo porque: 1 - Iria destruir uma área importante para a Conservação da avifauna que legalmente se encontra protegida pela Z.P.E | CA AIA 1031 |
| 167 icas da maior importância, na manutenção e funcionamento do Ecossistema. Esta biodiversidade tem uma influência determinante a níve | CA AIA 1031 |
| 168 o, vulgarmente conhecida por "Ria de Aveiro ", constitui um Ecossistema de incalculável valor ambiental, ecológico, social, paisagí | CA AIA 1031 |
| 169 ria dos canais da Ria. O estudo de impacte apresentado pela Ecossistema mostra claramente que as simulações realizadas com o modelo | CA AIA 1031 |
| 170 na (Sul de Itália), ignoravam-se os danos que daí adviriam. Ecossistemas como os que integram a Ria de Aveiro (lagunares e de sapal) | CA AIA 1031 |
| 171 s de uma construção desmesurada impacto negativo na Fauna e Flora da ria impacto negativo no tráfego rodoviário, que já é com | CA AIA 1031 |
| 172 usufruto e regalo dos sentidos e para que continue a ser um Habitat preferido da vida animal da Ria. O SAPAL NÃO É UMA ZONA DEG | CA AIA 1031 |
| 173 Aveiro; – a recuperação de conjunto de salinas para acolher aves aquáticas; – a recuperação de 10 há de sapal; – um novo fur | CA AIA 1031 |
| 174 m determinadas fases dos seus ciclos de vida», nomeadamente aves e juvenis de peixes marinhos. Relativamente aos peixes o EI | CA AIA 1031 |
| 175 e Aveiro e a sua gestão como habitat de aves aquáticas". As aves agradecem o abandono das salinas, não é por acaso que nos ú | CA AIA 1031 |
| 176 ro, na qual ainda é possível encontrar diversas espécies de aves e muitas mais de plantas? Ainda por cima, segundo o que me | CA AIA 1031 |
| 177 u mesmo criar ambientes favoráveis para algumas espécies de aves e para a recuperação de ocupações humanas artesanais que sã | CA AIA 1031 |
| 178 bivalves, de importância para a criação/desenvolvimento de aves e peixes, para a exploração comercial de bivalves, etc.. Ou | CA AIA 1031 |
| 179 a nascente da área de implantação do projecto. Ao nível das aves o estudo refere a importância da Ria de Aveiro para a inver | CA AIA 1031 |
| 180 adamente no que respeita ao sapal e às áreas de habitats de aves. Além do mais não está em causa nenhuma espécie ameaçada d | CA AIA 1031 |
| 181 . Atendendo à regressão de muitas populações de espécies de aves no território europeu, e em especial das migradoras, degrad | CA AIA 1031 |
| 182 importantes para a Ria – a pesca, a apanha de bivalves, as aves no seu habitat natural e a paisagem. Outra falsa medida de | CA AIA 1031 |
| 183 o habitat de alimentação e repouso por diversas espécies de aves aquáticas (...) a área do empreendimento assume particular | CA AIA 1031 |
| 184 abandonadas na Ria de Aveiro e a sua gestão como habitat de aves aquáticas". As aves agradecem o abandono das salinas, não é | CA AIA 1031 |
| 185 rência regular de mais de 1% das populações de espécies de aves aquáticas, com destaque para as acima citadas. 2.2 Habitat | CA AIA 1031 |
| 186 rme importância desta área como zona de alimentação para as aves, no contexto da Ria de Aveiro. Embora nenhuma destas espéci | CA AIA 1031 |
| 187 a perda de habitats para alimentação e repouso de diversas aves nidificantes que ocorrem na área de edificação do empreendi | CA AIA 1031 |
| 188 da perda de habitats para alimentação e repouso de diversas aves nidificantes que ocorrem na área de edificação do empreendi | CA AIA 1031 |
| 189 o refere a importância da Ria de Aveiro para a hibernação de aves aquáticas confirmando a extrema importância da área de impl | CA AIA 1031 |
| 190 ferroviário ao Porto de Aveiro. Focalizando na questão das aves, o EIA afirma que o projecto da Marina da Barra representar | CA AIA 1031 |
| 191 nteresse ecológico inquestionável pela visível, presença de aves aquáticas, e como tal, encontra-se classificada como Zona d | CA AIA 1031 |
| 192 superior a 1% da população da Ria. Aliás, foi a riqueza em aves aquáticas na Ria de Aveiro, que justificou a sua classifica | CA AIA 1031 |
| 193 aguarda é prioritária para a conservação das populações das aves". Este enquadramento é importante pois o próprio EIA aprese | CA AIA 1031 |
| 194 ia para este grupo faunístico (...) " (...) é a presença de aves aquáticas que justificou a classificação da Ria de Aveiro c | CA AIA 1031 |
| 195 a alimentar do ecossistema (organismos bentónicos, peixes e aves) e da sua diversidade. Em particular, estes ecossistemas sã | CA AIA 1031 |
| 196 ande abarcando, além disso, em termos faunísticos apenas as aves. De fora fica toda a biodiversidade bentónica e piscícola q | CA AIA 1031 |
| 197 de Sapal a recuperar, não se sabe onde, para poder observar aves residentes ou migratórias que nidificam e vivem parte do te | CA AIA 1031 |
| 198 unar, delas dependendo importantes populações de peixes, de aves residentes e sobretudo aves migradoras que buscam alimento | CA AIA 1031 |
| 199 bjectivo a protecção, a gestão e o controlo das espécies de aves que vivem no estado selvagem no território da União Europei | CA AIA 1031 |
| 200 arga da laguna (Luís 1998), o que pressupõe que o número de aves que utilizam a laguna atingiu o máximo que as disponibilida | CA AIA 1031 |
| 201 io terá efeitos directos sobre a dimensão das populações de aves que utilizam a Ria. Deste ponto de vista, a destruição dest | CA AIA 1031 |
| 202 rico pesqueiro de bivalves, em detrimento do pescador e das aves habituais da Ria. Pergunta-se, quem indemniza o pescador, q | CA AIA 1031 |
| 203 os ver na Marina? Exóticas, não na vasa, mas envasadas. Que aves? Canários em gaiolas. Ainda poderão recorrer a uns filmes s | CA AIA 1031 |
| 204 na ordem dos 2,2 a 4,9% da população de várias espécies de aves invernantes na Ria em 2002, nomeadamente Borrelho-grande-de | CA AIA 1031 |
| 205 o prioritária, nomeadamente na sua qualidade de habitats de aves, com o objectivo de incentivar a manutenção, recuperação ou | CA AIA 1031 |
| 206 s costeiras e a sobrevivência de muitas espécies, sobretudo aves, que, dada a tendência para a degradação destes ambientes n | CA AIA 1031 |
| 207 inidade, verificamos a grande quantidade e a diversidade de aves que ali vão surgindo, erguem voo, planam ou aterram. Conver | CA AIA 1031 |
| 208 ais. O intenso colorido natural da paisagem, a presença das aves, o espelho de água, a vastidão plana e plena de água que ex | CA AIA 1031 |
| 209 a alimentar do ecossistema (organismos bentónicos, peixes e aves) e da sua diversidade. Em particular, estes ecossistemas sã | CA AIA 1031 |
| 210 uma importância para a reprodução e alimentação de peixes e aves. 2.3 Ordenamento do território Através da análise do EIA u | CA AIA 1031 |

| KWIC | File | |
|------|--|-------------|
| 211 | parecimento das comunidades bentónicas. Desaparecimento das aves migratórias, pernaltas, protegidas. Extinção definitiva dos | CA AIA 1031 |
| 212 | tuem habitats de importância vital para algumas espécies de aves migratórias e referidas na Directiva 79/409/CEE do Conselho | CA AIA 1031 |
| 213 | e uma importante fracção da população de várias espécies de aves migradoras, representa um impacte negativo muito significat | CA AIA 1031 |
| 214 | ao abrigo da Directiva Aves, e considerando que o número de aves migradoras que utiliza a Ria de Aveiro se encontra próximo | CA AIA 1031 |
| 215 | tantes populações de peixes, de aves residentes e sobretudo aves migradoras que buscam alimento nestas áreas. O próprio EIA | CA AIA 1031 |
| 216 | fia de desenvolvimento (insuportável e não sustentável). As aves , os peixes e os bivalves são elementos deste processo mas i | CA AIA 1031 |
| 217 | , ou procurar uma qualquer marinha ("adaptada" a habitat de aves) ou terço de Sapal a recuperar, não se sabe onde, para pode | CA AIA 1031 |
| 218 | EIA, e de extrema importância como local de alimentação de aves limícolas. O EIA nada refere relativamente às espécies nidi | CA AIA 1031 |
| 219 | tá classificada como zona importante para a conservação das aves a nível Europeu. Não me parece plausível que possa ser auto | CA AIA 1031 |
| 220 | s bentónicas, o que resultará na redução de diversidade das aves e dos peixes. A localização do empreendimento, junto da bar | CA AIA 1031 |
| 221 | ecção Especial da Ria de Aveiro abriga diversas espécies de aves protegidas, algumas das quais classificadas como prioritári | CA AIA 1031 |
| 222 | bitats ocorrendo a irremediável afectação da comunidade. de aves migradora que depende de alguns destes habitats, sobretudo | CA AIA 1031 |
| 223 | s bentónicas, o que resultará na redução de diversidade das aves e dos peixes. A localização do empreendimento, junto da bar | CA AIA 1031 |
| 224 | ção sonora, mais poluição ambiental, mais carros... - menos aves , menos peixes, menos silêncio, menos bivalves, menos vegeta | CA AIA 1031 |
| 225 | nte, das Directivas do Conselho relativas à conservação das aves selvagens (79/409/CEE) e, mais recentemente, à preservação | CA AIA 1031 |
| 226 | l - Iria destruir uma área importante para a Conservação da avifauna que legalmente se encontra protegida pela Z.P.E. da Ria de | CA AIA 1031 |
| 227 | cionar. A gravosa destruição de uma área importante para a avifauna da Ria de Aveiro ficou completamente demonstrada quando no | CA AIA 1031 |
| 228 | l - Iria destruir uma área importante para a conservação da avifauna que legalmente se encontra protegida pela Z.P.E. da Ria de | CA AIA 1031 |
| 229 | am uma área de recuperação e preservação de habitats para a avifauna . Esta falta de credibilidade advém do que se tem constatado | CA AIA 1031 |
| 230 | s a Ria de Aveiro, nos domínios da flora, bentos, plâncton, avifauna , microbiologia da água, etc. Cientistas estes que aparecem | CA AIA 1031 |
| 231 | am uma área de recuperação e preservação de habitats para a avifauna . Esta falta de credibilidade advém do que se tem constatado | CA AIA 1031 |
| 232 | ncionar. A gravosa destruição de uma área importante para a avifauna da Ria de Aveiro ficou completamente demonstrada quando no | CA AIA 1031 |
| 233 | l- Iria destruir uma área importante para a conservação da avifauna que legalmente se encontra protegida pela Z.P.E. da Ria de | CA AIA 1031 |
| 234 | barreiras para redução dos níveis de ruído e perturbação da avifauna . Do mesmo modo, as medidas avançadas para a minimização de | CA AIA 1031 |
| 235 | s e medidas de mitigação 2 .1 Avifauna Os impactos sobre a avifauna serão significativos ao nível da perda de habitats para ali | CA AIA 1031 |
| 236 | ncionar. A gravosa destruição de uma área importante para a avifauna da Ria de Aveiro ficou completamente demonstrada quando no | CA AIA 1031 |
| 237 | existem percentagens de ocorrência de diversas espécies da avifauna (protegidas e cujos habitats são protegidos) com valores su | CA AIA 1031 |
| 238 | existem percentagens de ocorrência de diversas espécies da avifauna (protegidas e cujos habitats são protegidos) com valores su | CA AIA 1031 |
| 239 | existem percentagens de ocorrência de diversas espécies da avifauna (protegidas e cujos habitats são protegidos) com valores su | CA AIA 1031 |
| 240 | am uma área de recuperação e preservação de habitats para a avifauna . Esta falta de credibilidade advém do que se tem constatado | CA AIA 1031 |
| 241 | , apesar de constituir um habitat importante no contexto da avifauna , não é comparável a um habitat natural integrado na lista i | CA AIA 1031 |
| 242 | Ecológica Nacional e a Zona de Protecção Especial (ZPE) da avifauna (DL no 140/99 de 24 de Abril) – Ria de Aveiro. Apesar de re | CA AIA 1031 |
| 243 | os no EIA da Marina da Barra, mostram claramente a perda de biodiversidade da zona, bem como a destruição de parte de um recurso natur | CA AIA 1031 |
| 244 | tal, que em momento algum é apresentada a quantificação da biodiversidade nestes locais, ou seja o verdadeiro sucesso destas medidas. | CA AIA 1031 |
| 245 | rada e sem atentar para a sua sustentabilidade no âmbito da biodiversidade que presentemente contém. Nesse sentido, seria aceitável a | CA AIA 1031 |
| 246 | espaço, com base na preservação dos recursos naturais e da biodiversidade ." Os impactos identificados no EIA da Marina da Barra, most | CA AIA 1031 |
| 247 | s, com enorme importância na contribuição desta área para a biodiversidade global do Canal de Mira, em particular, e da Ria de Aveiro, | CA AIA 1031 |
| 248 | rtância, na manutenção e funcionamento do Ecossistema. Esta biodiversidade tem uma influência determinante a nível social e paisagísti | CA AIA 1031 |
| 249 | rada e sem atentar para a sua sustentabilidade no âmbito da biodiversidade que presentemente contém. Nesse sentido, seria aceitável a | CA AIA 1031 |
| 250 | , tal como é mencionado no respectivo EIA, que é o de maior biodiversidade da Ria de Aveiro, tendo reflexos negativos na cadeia trófic | CA AIA 1031 |
| 251 | , tal como é mencionado no respectivo EIA, que é o de maior biodiversidade da Ria de Aveiro, tendo reflexos negativos na cadeia trófic | CA AIA 1031 |
| 252 | esia, mas "isolam-se num Ghetto com uma única entrada!" - a biodiversidade deste local é bastante sensível e por isso será extremament | CA AIA 1031 |
| 253 | valves e de diversas bolsas de microfauna, porão em causa a biodiversidade e o equilíbrio ambiental no local. O projecto irá diminuir | CA AIA 1031 |
| 254 | is rico de todo o canal de Mira, sendo urna zona de elevada biodiversidade e de extrema importância para a reprodução e alimentação de | CA AIA 1031 |
| 255 | rada e sem atentar para a sua sustentabilidade no âmbito da biodiversidade que presentemente contém. Nesse sentido, seria aceitável a | CA AIA 1031 |
| 256 | a que após as dragagens nela efectuadas, mantém uma elevada biodiversidade de bentos, tendo inclusivamente visto aumentar o n.º de esp | CA AIA 1031 |
| 257 | , em termos faunísticos apenas as aves. De fora fica toda a biodiversidade bentónica e piscícola que se perde com este banco de lodo e | CA AIA 1031 |
| 258 | roteger e valorizar o património natural e paisagístico e a biodiversidade . Neste ponto, é referido que deverá ser dada prioridade a i | CA AIA 1031 |
| 259 | , tal como é mencionado no respectivo EIA, que é o de maior biodiversidade da Ria de Aveiro,tendo reflexos negativos na cadeia trófica | CA AIA 1031 |
| 260 | abitats que abrigam as espécies e contribuem para a elevada biodiversidade da Ria. Os impactos que ocorrem durante a exploração e que | CA AIA 1031 |
| 261 | Aveiro constitui um património natural de grande riqueza. A conservação desse património é uma responsabilidade colectiva do Estado | CA AIA 1031 |
| 262 | de forma consistente, os sítios de maior importância para a conservação da natureza, baseia-se sobretudo nas características da veg | CA AIA 1031 |
| 263 | inida pela Comissão Europeia do Litoral e a sua protecção e conservação são recomendadas pelo Comité de Ministros do Conselho da Eu | CA AIA 1031 |
| 264 | evado valor ecológico e ambiental e importante em termos de conservação da natureza, consideramos que este projecto contraria a Dir | CA AIA 1031 |
| 265 | a do projecto está classificada como zona importante para a conservação das aves a nível Europeu. Não me parece plausível que possa | CA AIA 1031 |
| 266 | vio que os mesmos jamais estarão conformes os objectivos de conservação definidos para a área. Assim sendo, ou se considera que a Z | CA AIA 1031 |
| 267 | das questões ambientais, nomeadamente no que diz respeito à conservação da natureza e à educação ambiental. Destruir para posterior | CA AIA 1031 |
| 268 | cido devido à destruição e degradação dos seus sítios. i) A conservação de zonas húmidas é um valor em baixa nas agendas políticas, | CA AIA 1031 |
| 269 | mbito, nomeadamente, das Directivas do Conselho relativas à conservação das aves selvagens (79/409/CEE) e, mais recentemente, à pre | CA AIA 1031 |
| 270 | sensibilizar não está contemplado em nenhuma estratégia de conservação da natureza. Alguns dos impactes negativos referidos para a | CA AIA 1031 |
| 271 | tro lado, este projecto não é compatível com o interesse de conservação da natureza que levou à classificação da área como ZPE, con | CA AIA 1031 |
| 272 | ro seria, no âmbito do que é a política de ordenamento e de conservação da natureza em Portugal, dificilmente ultrapassável noutros | CA AIA 1031 |
| 273 | s de protecção do domínio hídrico associadas às questões da conservação da natureza, este projecto introduz uma pressão ainda maior | CA AIA 1031 |
| 274 | didas. É irónico que o EIA sugira a inclusão da temática da conservação da Natureza no programa de educação ambiental da Marina. Nã | CA AIA 1031 |
| 275 | vasa favoráveis à instalação dessa vegetação particular. Da conservação das áreas de sapal depende a abundância de peixe, moluscos | CA AIA 1031 |
| 276 | tão da Procura; Protecção das águas e controlo da poluição, conservação da natureza; Protecção e minimização dos efeitos de cheias, | CA AIA 1031 |
| 277 | estratégias acerca da problemática das zonas costeiras e da conservação da Ria e até mesmo a Estratégia Nacional de Conservação do | CA AIA 1031 |
| 278 | tina a Sul, que segundo o próprio EIA está em bom estado de conservação e em expansão, e constitui o banco intertidal mais rico de | CA AIA 1031 |
| 279 | eu todo porque: 1- Iria destruir uma área importante para a conservação da avifauna que legalmente se encontra protegida pela Z.P.E | CA AIA 1031 |
| 280 | s coisas de Zonas de Protecção Especial e outras figuras de conservação do nosso património biológico são apenas "tretas" que podem | CA AIA 1031 |

| KWIC | File |
|---|-------------|
| 281 ra 2000). Foi assim classificada por ser uma zona húmida de | CA AIA 1031 |
| 282 Estas medidas incluem importantes acções que privilegiam a | CA AIA 1031 |
| 283 u todo porque: 1 - Iria destruir uma área importante para a | CA AIA 1031 |
| 284 amente frágeis, particularmente nas áreas designadas para a | CA AIA 1031 |
| 285 uz da legislação de AIA em vigor e da legislação relativa a | CA AIA 1031 |
| 286 elecidas pela Comunidade Europeia que visam a preservação e | CA AIA 1031 |
| 287 ondentes aos habitats cuja salvaguarda é prioritária para a | CA AIA 1031 |
| 288 ão as lagoas costeiras, áreas cruciais para a manutenção da | CA AIA 1031 |
| 289 As zonas húmidas possuem atributos particulares, como a sua | CA AIA 1031 |
| 290 habitat, sendo caracterizadas as diferentes componentes do | CA AIA 1031 |
| 291 POOC), o qual assume claramente a necessidade de proteger o | CA AIA 1031 |
| 292 anto, o POOC é claro ao afirmar a necessidade de proteger o | CA AIA 1031 |
| 293 OOC do Centro, em vigor, define a necessidade de proteger o | CA AIA 1031 |
| 294 erados tivessem em conta as características particulares do | CA AIA 1031 |
| 295 OOC do Centro, em vigor, define a necessidade de proteger o | CA AIA 1031 |
| 296 OOC do Centro, em vigor, define a necessidade de proteger o | CA AIA 1031 |
| 297 ra a manutenção e preservação de toda a cadeia alimentar do | CA AIA 1031 |
| 298 ameaçadas... ..as zonas húmidas constituem o único grande | CA AIA 1031 |
| 299 OOC), o qual, assume claramente a necessidade de proteger o | CA AIA 1031 |
| 300 ra a manutenção e preservação de toda a cadeia alimentar do | CA AIA 1031 |
| 301 com o projecto da Marina da Barra face aos impactes sobre o | CA AIA 1031 |
| 302 icação é de extrema importância, uma vez que, pelo valor do | CA AIA 1031 |
| 303 Barra de forma sustentável, sem a destruição do importante | CA AIA 1031 |
| 304 em conhece a Praia da Barra, sabe bem da fragilidade do seu | CA AIA 1031 |
| 305 ona fundamental para a renovação da água de grande parte do | CA AIA 1031 |
| 306 o não esconde o que se destrói definitivamente em termos do | CA AIA 1031 |
| 307 Barra de forma sustentável, sem a destruição do importante | CA AIA 1031 |
| 308 Barra de forma sustentável, sem a destruição do importante | CA AIA 1031 |
| 309 ona fundamental para a renovação da água de grande parte do | CA AIA 1031 |
| 310 ona fundamental para a renovação da água de grande parte do | CA AIA 1031 |
| 311 interna. A área de intervenção faz parte da Ria de Aveiro, | CA AIA 1031 |
| 312 Aveiro, pelo reconhecimento das pressões existentes sobre o | CA AIA 1031 |
| 313 unidades bentónicas desempenham um papel importantíssimo no | CA AIA 1031 |
| 314 do local de intervenção assim como os impactes negativos no | CA AIA 1031 |
| 315 do local de intervenção assim como os impactes negativos no | CA AIA 1031 |
| 316 ctes negativos que o actual projecto obviamente introduz no | CA AIA 1031 |
| 317 ão Ambiental da Marina da Barra, mas não se deve destruir o | CA AIA 1031 |
| 318 elementos naturais, tendo o Homem como elemento central do | CA AIA 1031 |
| 319 mplantação de um complexo turístico desta dimensão sobre um | CA AIA 1031 |
| 320 plantação de um complexo turístico desta dimensão sobre um | CA AIA 1031 |
| 321 o isto de uma demagogia sem paralelo. Primeiro destrói-se o | CA AIA 1031 |
| 322 stão a querer implantar enorme volume habitacional sobre um | CA AIA 1031 |
| 323 um bem precioso para as gentes de Aveiro: * Trata-se de um | CA AIA 1031 |
| 324 fase de construção é sem dúvida a mais impactante para este | CA AIA 1031 |
| 325 , e dada a sua importância e a garantia para a protecção dos | CA AIA 1031 |
| 326 uação Ambiental, é preciso deixar claro que a perda destes | CA AIA 1031 |
| 327 durante séculos se desconheceu foi o efeito benéfico desses | CA AIA 1031 |
| 328 aturais de que alguns resultam uma degradação acentuada dos | CA AIA 1031 |
| 329 no canal de Mira, é preciso deixar claro que a perda destes | CA AIA 1031 |
| 330 as estratégias nacionais e de regionais da preservação dos | CA AIA 1031 |
| 331 aos problemas de sobre-ocupação sazonal, de destruição dos | CA AIA 1031 |
| 332 o autênticas "maternidades" piscícolas. Destruindo-se esses | CA AIA 1031 |
| 333 ZONAS HÚMIDAS", podemos ler: ..As zonas húmidas constituem | CA AIA 1031 |
| 334 ra bem vinculada. Esta actuação governativa, de protecção dos | CA AIA 1031 |
| 335 valor natural e cultural das zonas húmidas, confere a estes | CA AIA 1031 |
| 336 m minimizar os impactes considerados mais perturbadores dos | CA AIA 1031 |
| 337 territorial que, vão desde os instrumentos de protecção dos | CA AIA 1031 |
| 338 o aumento do congestionamento de tráfego, a degradação dos | CA AIA 1031 |
| 339 ão os mais dinâmicos do nosso País, isto é, os solos destes | CA AIA 1031 |
| 340 tradas para a Ria de Aveiro (Barroso et al., 2000). Noutros | CA AIA 1031 |
| 341 plo. f) Não esqueçamos que as zonas húmidas como estas, são | CA AIA 1031 |
| 342 , peixes e aves) e da sua diversidade. Em particular, estes | CA AIA 1031 |
| 343 , peixes e aves) e da sua diversidade. Em particular, estes | CA AIA 1031 |
| 344 lume habitacional sobre um ecossistema litoral, e que esses | CA AIA 1031 |
| 345 to ecológico afectarão inexoravelmente as funções que estes | CA AIA 1031 |
| 346 ugar, o projecto não deveria contemplar área imobiliária de | CA AIA 1031 |
| 347 o incidem sobre um tipo de habitat prioritário ou sobre uma | CA AIA 1031 |
| 348 e essas áreas pantanosas ou alagadiças, além de. privarem a | CA AIA 1031 |
| 349 sítio em causa abrigar um tipo de habitat natural e/ou uma | CA AIA 1031 |
| 350 as tendo em conta o sucesso reprodutivo que goza a referida | CA AIA 1031 |

| | KWIC | File |
|-----|---|-------------|
| 351 | o borrelho grande de coleira, mais de 1% da população desta espécie estimada para Portugal. A área de intervenção encontra-se c | CA AIA 1031 |
| 352 | de habitats de aves. Além do mais não está em causa nenhuma espécie ameaçada de extinção. Refira-se que os 58 hectares da área | CA AIA 1031 |
| 353 | criar uma Marina que possa funcionar como refúgio para uma espécie altamente protegida: o betão. Enfim, não sei bem se este pr | CA AIA 1031 |
| 354 | ecção e recuperação dos habitats e condições de suporte das espécies nas linhas de água e no estuário. - Preservar as áreas de d | CA AIA 1031 |
| 355 | tilizado como habitat de alimentação e repouso por diversas espécies de aves aquáticas (...) a área do empreendimento assume par | CA AIA 1031 |
| 356 | e assisti), existem percentagens de ocorrência de diversas espécies da avifauna (protegidas e cujos habitats são protegidos) co | CA AIA 1031 |
| 357 | ue assisti), existem percentagens de ocorrência de diversas espécies da avifauna (protegidas e cujos habitats são protegidos) co | CA AIA 1031 |
| 358 | crustáceos nas águas costeiras e a sobrevivência de muitas espécies, sobretudo aves, que, dada a tendência para a degradação de | CA AIA 1031 |
| 359 | lações autóctones, mas também por uma grande diversidade de espécies que a visitam e aí se alimentam em determinadas fases dos s | CA AIA 1031 |
| 360 | Para melhor fazer esquecer as consequências para a ria e as espécies piscícolas, algumas delas de impossível regeneração mesmo a | CA AIA 1031 |
| 361 | quais a ocorrência regular de mais de 1% das populações de espécies de aves aquáticas, com destaque para as acima citadas. 2.2 | CA AIA 1031 |
| 362 | pada, lodosa) no que ele representa de extinção para muitas espécies piscícolas que nele crescem e se desenvolvem, antes da idad | CA AIA 1031 |
| 363 | tecção e recuperação dos habitats e condições de suporte de espécies nas linhas de água e no estuário. O projecto em causa apena | CA AIA 1031 |
| 364 | visto aumentar o n.º de espécies devido a entrada de novas espécies com afinidade marinha. Para além da importância económica q | CA AIA 1031 |
| 365 | tidade de matéria orgânica que ela "exporta" sob a forma de espécies de interesse comercial. Só deste modo se manterá o equilíbri | CA AIA 1031 |
| 366 | vamente se procede a destruição dos habitats que abrigam as espécies e contribuem para a elevada biodiversidade da Ria. Os impac | CA AIA 1031 |
| 367 | m melhorar ou mesmo criar ambientes favoráveis para algumas espécies de aves e para a recuperação de ocupações humanas artesanai | CA AIA 1031 |
| 368 | rados de Spartina; - Prados salgados atlânticos; - Matos de espécies halófitas mediterrânicas e termoatlânticas; - Lagunas coste | CA AIA 1031 |
| 369 | ectivo que representa mais de 5% de indivíduos de algumas espécies na ria de Aveiro e no caso concreto, do borrelho grande de | CA AIA 1031 |
| 370 | s aves, no contexto da Ria de Aveiro. Embora nenhuma destas espécies esteja ameaçada a nível nacional, dado que são espécies mig | CA AIA 1031 |
| 371 | Ria de Aveiro, na qual ainda é possível encontrar diversas espécies de aves e muitas mais de plantas? Ainda por cima, segundo o | CA AIA 1031 |
| 372 | ade de bentos, tendo inclusivamente visto aumentar o n.º de espécies devido a entrada de novas espécies com afinidade marinha. P | CA AIA 1031 |
| 373 | opulacionais na ordem dos 2,2 a 4,9% da população de várias espécies de aves invernantes na Ria em 2002, nomeadamente Borrelho-g | CA AIA 1031 |
| 374 | marinha. Para além da importância económica que algumas das espécies representam para os mariscadores locais, estas comunidades | CA AIA 1031 |
| 375 | detentora de uma importante fracção da população de várias espécies de aves migradoras, representa um impacto negativo muito si | CA AIA 1031 |
| 376 | s que constituem habitats de importância vital para algumas espécies de aves migratórias e referidas na Directiva 79/409/CEE do | CA AIA 1031 |
| 377 | a exploração. Atendendo à regressão de muitas populações de espécies de aves no território europeu, e em especial das migradoras | CA AIA 1031 |
| 378 | de acesso a um AQUARIUM (porque não subterrâneo ?!) para as espécies da Ria . ----- | CA AIA 1031 |
| 379 | ada, possibilitando na area húmida adjacente a presença das espécies da fauna selvagem e habitats típicos da Ria. Do ponto de v | CA AIA 1031 |
| 380 | m estudo permanente, a vida e desenvolvimento de bivalves e espécies, criando-se aí um campus para MERGULHO DIDÁTICO, cujo inter | CA AIA 1031 |
| 381 | ivelmente os seguintes biótopos: um banco de areia, rico em espécies marinhas; um sapal, que embora apresente uma zona degradada | CA AIA 1031 |
| 382 | alexandrinus) e o Pilrito-de-peito-preto (Calidris alpina), espécies que têm efectivos com importância internacional na Ria de A | CA AIA 1031 |
| 383 | tação de aves limícolas. O EIA nada refere relativamente às espécies nidificantes. No entanto, na área em causa, há a referir a | CA AIA 1031 |
| 384 | Zona de Protecção Especial da Ria de Aveiro abriga diversas espécies de aves protegidas, algumas das quais classificadas como pr | CA AIA 1031 |
| 385 | ue assisti), existem percentagens de ocorrência de diversas espécies da avifauna (protegidas e cujos habitats são protegidos) co | CA AIA 1031 |
| 386 | tas espécies esteja ameaçada a nível nacional, dado que são espécies migradoras, estão abrangidas pela Directiva Aves. A área em | CA AIA 1031 |
| 387 | Ponte da Barra; um banco de lodo, com uma grande riqueza em espécies bentónicas, com enorme importância na contribuição desta ár | CA AIA 1031 |
| 388 | "tem como objectivo a protecção, a gestão e o controlo das espécies de aves que vivem no estado selvagem no território da União | CA AIA 1031 |
| 389 | orresponde a uma maior riqueza, quer em termos de número de espécies, quer em termos de biomassa» pelo que esta área «constitui | CA AIA 1031 |
| 390 | portância biológica, pois constituem abrigo para juvenis de espécies piscícolas, são uma fonte importante de produção primária e | CA AIA 1031 |
| 391 | do empreendimento, em número de efectivos que, para algumas espécies, pode ser superior a 1% da população da Ria. Aliás, foi a r | CA AIA 1031 |
| 392 | -se-ão em perturbações quer das populações humanas, quer de espécies faunísticas que utilizem o espaço em si e o espaço envolven | CA AIA 1031 |
| 393 | sim, uma zona de significativo valor biológico em termos da fauna ictiológica da Ria de Aveiro». Com a construção da Marina s | CA AIA 1031 |
| 394 | litando na area húmida adjacente a presença das espécies da fauna selvagem e habitats típicos da Ria. Do ponto de vista sóci | CA AIA 1031 |
| 395 | ão dos habitats. Estes impactes (destruição dos habitats da fauna) não são minimizáveis. Embora o EIA refira algumas medidas | CA AIA 1031 |
| 396 | Assim não surpreenda tampouco que o aspecto de vegetação e flora seja completamente ignorado nas directrizes da monitorizaçã | CA AIA 1031 |
| 397 | estudar há mais de 20 anos a Ria de Aveiro, nos domínios da flora, bentos, plâncton, avifauna, microbiologia da água, etc. Ci | CA AIA 1031 |
| 398 | sua implantação acarreta prejuízos para a sobrevivência da flora e da fauna, em particular em zonas tão sensíveis e cada vez | CA AIA 1031 |
| 399 | s ou capitalistas, esquecendo da importância de uma fauna e flora. ricas e saudáveis necessária à vida e saúde em geral de tu | CA AIA 1031 |
| 400 | longo destes anos tenho continuado os meus estudos sobre a flora da Ria, tenho feito acções de Educação Ambiental, saídas de | CA AIA 1031 |
| 401 | emente, à preservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens (92/43/CEE). b) A Ria de Aveiro é uma Zona de Pro | CA AIA 1031 |
| 402 | sam a preservação e conservação dos habitats, da fauna e da flora selvagens. c) Convém referir que os sapais (só por si) estã | CA AIA 1031 |
| 403 | imentos, os quais serão assaz danosos não só para a fauna e flora locais como, e sobretudo, para as gerações vindouras. Na es | CA AIA 1031 |
| 404 | istas não sustentados em detrimento do bem estar da fauna e flora locais. A construção de 58 hectares numa área protegida é u | CA AIA 1031 |
| 405 | s adoptadas. No caso de o sítio em causa abrigar um tipo de habitat natural e/ou uma espécie prioritária, apenas podem ser evoc | CA AIA 1031 |
| 406 | al potencia, ou procurar uma qualquer marinha ("adaptada" a habitat de aves) ou terço de Sapal a recuperar, não se sabe onde, p | CA AIA 1031 |
| 407 | t importante no contexto da avifauna, não é comparável a um habitat natural integrado na lista internacional de habitats a prot | CA AIA 1031 |
| 408 | o seguinte sobre o local de implantação; É "utilizado como habitat de alimentação e repouso por diversas espécies de aves aquá | CA AIA 1031 |
| 409 | etização deste projecto. A recuperação de 30 ha de salinas, habitat artificial, apesar de constituir um habitat importante no c | CA AIA 1031 |
| 410 | ressuposto que é possível, e neste caso desejável, criar um habitat natural artificial para realocar os indivíduos afectados | CA AIA 1031 |
| 411 | grande parte da natureza no seu estado puro, com todo o seu habitat e actividades tradicionais. Penso que para os frequentadore | CA AIA 1031 |
| 412 | rpreeendeu foi este consórcio descobrir a solução, gestão de habitat, mas não a sua viabilidade comercial ou cultural, um engano | CA AIA 1031 |
| 413 | para a Ria - a pesca, a apanha de bivalves, as aves no seu habitat natural e a paisagem. Outra falsa medida de compensação é a | CA AIA 1031 |
| 414 | do troço final do canal de Mira, a transformação radical do habitat da faixa ribeirinha da Barra, o aumento da carga humana e d | CA AIA 1031 |
| 415 | foi feita sem nenhum EIA, levando ao desaparecimento de um habitat da Directiva Habitats. Todos sabemos as consequências que e | CA AIA 1031 |
| 416 | ha de salinas, habitat artificial, apesar de constituir um habitat importante no contexto da avifauna, não é comparável a um h | CA AIA 1031 |
| 417 | do gaivotas, gaivinas, bivalves, peixes e algas a lembrar o habitat destruído no Sapal, não se criam nas suas margens uma ou du | CA AIA 1031 |
| 418 | itas mediterrânicas e termoatlânticas; - Lagunas costeiras (habitat prioritário). A construção deste projecto implica a destru | CA AIA 1031 |
| 419 | tes negativos da acção ou projecto incidem sobre um tipo de habitat prioritário ou sobre uma espécie prioritária, o reconheime | CA AIA 1031 |
| 420 | para um estudo deste tipo e sobre este género particular de habitat, sendo caracterizadas as diferentes componentes do ecossist | CA AIA 1031 |

| | KWIC | File |
|-----|--|-------------|
| 421 | de salinas abandonadas na Ria de Aveiro e a sua gestão como habitat de aves aquáticas". As aves agradecem o abandono das salina | CA AIA 1031 |
| 422 | bre a Ria e a faixa dunar, transformação profunda do actual habitat da zona ribeirinha aumento dos fluxos de tráfego rodoviário | CA AIA 1031 |
| 423 | ilui na água tanto mais quanto maior for a corrente) todo o habitat da ria (que o próprio RNT diz bem forte e diverso ali, naq | CA AIA 1031 |
| 424 | rução deste projecto implica a destruição definitiva destes habitats classificados reconhecendo o EIA que, para além destes 58 h | CA AIA 1031 |
| 425 | tar as características tradicionais únicas dos locais e dos habitats e de os preservar com o objectivo de os tornar acessíveis | CA AIA 1031 |
| 426 | nesta fase que definitivamente se procede a destruição dos habitats que abrigam as espécies e contribuem para a elevada biodive | CA AIA 1031 |
| 427 | s 58 hectares, se prevê a destruição de mais 10 hectares de habitats classificados quer a norte quer a nascente da área de impla | CA AIA 1031 |
| 428 | ia vegetal darei principal relevo ao sapal, que será um dos habitats a desaparecer caso este projecto seja aprovado. O SAPAL é u | CA AIA 1031 |
| 429 | na zona intertidal classificada como ZPE. Esta área contém habitats incluídos no anexo I da directiva habitats, como é o caso d | CA AIA 1031 |
| 430 | a preservação dos habitats. Estes impactes (destruição dos habitats da fauna) não são minimizáveis. Embora o EIA refira algumas | CA AIA 1031 |
| 431 | encontra protegida pela Z.P.E. da Ria de Aveiro, destruindo habitats constantes da Directiva 92/42/CEE (Decreto-Lei n.º 140/99 d | CA AIA 1031 |
| 432 | características da vegetação e inclui cerca de 20 tipos de habitats de zonas húmidas – A Ria de Aveiro foi classificada Biotopo | CA AIA 1031 |
| 433 | a Directiva Habitats, existem na Ria de Aveiro 19 tipos de habitats , constantes da Directiva. Pelo menos 6 desses habitats está | CA AIA 1031 |
| 434 | portuárias têm sido responsáveis pela diminuição da área de habitats prioritários da Ria de Aveiro. A realizar-se o projecto, o | CA AIA 1031 |
| 435 | muito significativos devido à destruição de um conjunto de habitats classificados pela Directiva Habitats ocorrendo a irremediá | CA AIA 1031 |
| 436 | munidade Europeia que visam a preservação e conservação dos habitats , da fauna e da flora selvagens. c) Convém referir que os sa | CA AIA 1031 |
| 437 | encontra protegida pela Z.P.E. da Ria de Aveiro, destruindo habitats constantes da Directiva 92/42/CEE (Decreto-Lei n.º 140/99 d | CA AIA 1031 |
| 438 | no RNT, que irá existir uma afectação permanente de vários habitats classificados, o reconhecimento do interesse público só pod | CA AIA 1031 |
| 439 | área de implantação do projecto. Aí estão presentes vários habitats classificados no âmbito da Directiva Habitats nomeadamente: | CA AIA 1031 |
| 440 | encontra protegida pela Z.P.E. da Ria de Aveiro, destruindo habitats constantes da Directiva 92/42/CEE (Decreto-Lei n.º 140/99 d | CA AIA 1031 |
| 441 | um impacte cumulativo a outras acções de destruição destes habitats que no âmbito doutros projectos estão previstas para a zona | CA AIA 1031 |
| 442 | ão, recuperação ou melhoramento destas zonas que constituem habitats de importância vital para algumas espécies de aves migratór | CA AIA 1031 |
| 443 | que constituiriam uma área de recuperação e preservação de habitats para a avifauna. Esta falta de credibilidade advém do que s | CA AIA 1031 |
| 444 | de sapal e de bancos de lodo. As comunidades vegetais e os habitats característicos destes sistemas, são fundamentais para a ma | CA AIA 1031 |
| 445 | que constituiriam uma área de recuperação e preservação de habitats para a avifauna. Esta falta de credibilidade advém do que s | CA AIA 1031 |
| 446 | que constituiriam uma área de recuperação e preservação de habitats para a avifauna. Esta falta de credibilidade advém do que s | CA AIA 1031 |
| 447 | ão de prédios altos ou da destruição, ainda que parcial, de habitats frágeis como o da ria de Aveiro. 7. As graves dificuldades | CA AIA 1031 |
| 448 | s cadeias alimentares. Significativa será também a perda de habitats para alimentação e repouso de diversas aves nidificantes qu | CA AIA 1031 |
| 449 | irectiva nele contidos) e o banco de lodo intertidal, ambos habitats de extrema importância no contexto da Ria de Aveiro. O EIA | CA AIA 1031 |
| 450 | e da construção civil se instalar à custa da destruição de habitats e da ocupação de uma área classificada. A implantação de u | CA AIA 1031 |
| 451 | e conservação prioritária, nomeadamente na sua qualidade de habitats de aves, com o objectivo de incentivar a manutenção, recupe | CA AIA 1031 |
| 452 | de sapal e de bancos de lodo. As comunidades vegetais e os habitats característicos destes sistemas, são fundamentais para a ma | CA AIA 1031 |
| 453 | sobre a avifauna serão significativos ao nível da perda de habitats para alimentação e repouso de diversas aves nidificantes qu | CA AIA 1031 |
| 454 | úmida adjacente a presença das espécies da fauna selvagem e habitats típicos da Ria. Do ponto de vista sócio económico a implan | CA AIA 1031 |
| 455 | Marina será permanentemente destruído o Sapal (com todos os habitats da Directiva nele contidos) e o banco de lodo intertidal, a | CA AIA 1031 |
| 456 | icados, nomeadamente no que respeita ao sapal e às áreas de habitats de aves. Além do mais não está em causa nenhuma espécie ame | CA AIA 1031 |
| 457 | el a um habitat natural integrado na lista internacional de habitats a proteger no quadro da Directiva Habitats. Outra medida co | CA AIA 1031 |
| 458 | na área do projecto, e o próprio EIA refere quais são esses habitats . A área de intervenção do projecto, dentro da ZPE, não é um | CA AIA 1031 |
| 459 | nhos com interesse ecológico, a protecção e recuperação dos habitats e condições de suporte das espécies nas linhas de água e no | CA AIA 1031 |
| 460 | ignação de zonas de protecção especial, correspondentes aos habitats cuja salvaguarda é prioritária para a conservação das popul | CA AIA 1031 |
| 461 | nhos com interesse ecológico, a protecção e recuperação dos habitats e condições de suporte de espécies nas linhas de água e no | CA AIA 1031 |
| 462 | rência de diversas espécies da avifauna (protegidas e cujos habitats são protegidos) com valores superiores a 3%, para além duma | CA AIA 1031 |
| 463 | rência de diversas espécies da avifauna (protegidas e cujos habitats são protegidos) com valores superiores a 3%, para além duma | CA AIA 1031 |
| 464 | negativos permentes sobre as comunidades faunísticas e seus habitats , quer pelo acréscimo de perturbação induzida pela constru | CA AIA 1031 |
| 465 | para a redução da apanha de bivalves, para a destruição dos habitats naturais (sapal e bancos de lodo) e das comunidades bentóni | CA AIA 1031 |
| 466 | para a redução da apanha de bivalves, para a destruição dos habitats naturais (sapal e bancos de lodo) e das comunidades bentóni | CA AIA 1031 |
| 467 | romovida por uma entidade que tem como lema a destruição de habitats naturais para construir ilhas de betão. A Ria precisa de um | CA AIA 1031 |
| 468 | áveis no domínio das actividades tradicionais da pesca, nos habitats naturais, nas características paisagísticas e na morfologia | CA AIA 1031 |
| 469 | s de habitats, constantes da Directiva. Pelo menos 6 desses habitats estão na área do projecto, e o próprio EIA refere quais são | CA AIA 1031 |
| 470 | es humanas tradicionais directamente relacionadas com estes habitats estão em regressão na Ria, nomeadamente, a salinicultura e | CA AIA 1031 |
| 471 | es humanas tradicionais directamente relacionadas com estes habitats estão em regressão na Ria, nomeadamente, a salinicultura e | CA AIA 1031 |
| 472 | rência de diversas espécies da avifauna (protegidas e cujos habitats são protegidos) com valores superiores a 3%, para além duma | CA AIA 1031 |
| 473 | ntexto, o que é necessário salvaguardar é a preservação dos habitats . Estes impactes (destruição dos habitats da fauna) não são | CA AIA 1031 |
| 474 | uropeu, e em especial das migradoras, degradação dos seus habitats e ao tipo de exploração de que eram alvo, aquela directiva | CA AIA 1031 |
| 475 | radiação destes ambientes naturais, dificilmente encontrarão habitats semelhantes ou rotas alternativas. Outro componente vegetal | CA AIA 1031 |
| 476 | s afectados. Infere-se assim, que será possível criar novos habitats sempre que necessário, tipo "o parque temático das limícola | CA AIA 1031 |
| 477 | vagens (79/409/CEE) e, mais recentemente, à preservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens (92/43/CEE). b) A | CA AIA 1031 |
| 478 | comunidade. de aves migradora que depende de alguns destes habitats , sobretudo na sua actividade de alimentação. Não tendo sido | CA AIA 1031 |
| 479 | te os desastres consequenciais. Vamos assistir à matança de habitats naturais; aumento da população sazonal criando uma situação | CA AIA 1031 |
| 480 | valves, etc. -, destruição permanente de alguns hectares de habitats naturais, aumento permanente do tráfego automóvel para a zo | CA AIA 1031 |
| 481 | rotecção Especial por duas razões distintas: a directiva de habitats e a directiva de aves. Tal facto é identificado no EIA, mas | CA AIA 1031 |
| 482 | .720 ha coincidentes com a IBA) 2 – Zona Importante para as Aves , PT007, Ria de Aveiro, (IBA designada pela BirdLife Interna | DA AIA 1797 |
| 483 | ganização Não Governamental de Ambiente que trabalha para a Conservação das aves e dos seus habitats em Portugal. Integra uma rede | DA AIA 1797 |
| 484 | do Programa Marinho e IBAs da SPEA ANEXO Importância da Conservação das áreas afectadas O empreendimento proposto encontra-se | DA AIA 1797 |
| 485 | ga Lagunar, é importante que os reflexos ambientais sobre o Ecossistema interior da Zona da Laguna de Aveiro sejam tidas em linha d | DA AIA 1797 |
| 486 | eguinte maneira: – A situação de referência dos valores de Fauna foi caracterizada de um modo superficial e negligente. Exi | DA AIA 1797 |
| 487 | as, potencialmente mais afectadas pelas operações, quer nas aves marinhas, uma das principais razões para a criação da ZPE. | DA AIA 1797 |
| 488 | udada pela SPEA porque evita os períodos de concentração de aves marinhas invernantes e é menos prejudicial para os ciclos d | DA AIA 1797 |
| 489 | is, é uma das principais ameaças à capacidade de suporte de aves aquáticas da Ria de Aveiro. Sobre o efeito indirecto do aum | DA AIA 1797 |
| 490 | negativos sobre as populações de macrofauna bentónica e as aves marinhas, a limitação das acções a quatro meses de época es | DA AIA 1797 |

| KWIC | File |
|--|-------------|
| 491 ervação da diversidade biológica através da conservação das aves , dos seus habitats e do uso sustentável dos recursos natura | DA AIA 1797 |
| 492 ernational para assegurar a conservação das populações de aves a nível global. A designação destas áreas obedece à aplicaç | DA AIA 1797 |
| 493 vernamental de Ambiente que trabalha para a Conservação das aves e dos seus habitats em Portugal. Integra uma rede mundial d | DA AIA 1797 |
| 494 o.spea.pt) e poderiam ser consultados. A caracterização das aves marinhas é baseada nas distribuições disponibilizadas pelo | DA AIA 1797 |
| 495 u tempos de submersão de habitats naturais importantes para aves , como planícies de vasa, sapais e salinas. A vulnerabilidad | DA AIA 1797 |
| 496 cia ornitológica. Falta uma quantificação das populações de aves marinhas que dependem da zona costeira da ZPE da Ria de Ave | DA AIA 1797 |
| 497 om os impactes óbvios sobre a actividade humana, paisagem e biodiversidade . Complementarmente, uma maior entrada de água na laguna sig | DA AIA 1797 |
| 498 s medidas de minimização adequadas para garantir a correcta conservação da Zona de Protecção Especial da Ria de Aveiro. A SPEA está | DA AIA 1797 |
| 499 ão as medidas adequadas para evitar, nas zonas especiais de conservação , a deterioração dos habitats naturais e dos habitats de esp | DA AIA 1797 |
| 500 objectivo a preservação da diversidade biológica através da conservação das aves, dos seus habitats e do uso sustentável dos recurs | DA AIA 1797 |
| 501 a rede de sítios da BirdLife International para assegurar a conservação das populações de aves a nível global. A designação destas | DA AIA 1797 |
| 502 m mais de 100 países, e tem como objectivo a preservação da diversidade biológica através da conservação das aves, dos seus habitats e do uso DA AIA 1797 | DA AIA 1797 |
| 503 o, que também foram causa significativa da alteração do seu ecossistema ; ... os juncais foram inundados e irremediavelmente danific | DA AIA 1797 |
| 504 reais bem como a protecção e consolidação do cordão dunar - ecossistema frágil de elevada instabilidade. Acrescem ainda os benefici | DA AIA 1797 |
| 505 facto, a nova dinâmica criada provocou alterações em todo o ecossistema e continua a gerar fenómenos, que necessitam de ser estudad | DA AIA 1797 |
| 506 Especial (ZPE) e da Rede Natura 2000, as interações com o ecossistema litoral e marinho requerem especial cuidado e análise. Para | DA AIA 1797 |
| 507 el, para o desenvolvimento da Região Aveirense e do País, o ecossistema da Ria alterou-se. As marés aumentaram a sua amplitude; as | DA AIA 1797 |
| 508 -Poupa (Mergus serrator) com estatuto EN e não é referida a espécie Ganso-patola (Morus bassanus) com estatuto LC. Sobre a impo | DA AIA 1797 |
| 509 recolha de apenas 5 espécies, nem todas identificadas até a espécie . Apesar da dimensão da área afectada ser pouco significativ | DA AIA 1797 |
| 510 nibilizadas pelo ICNB para a ZPE da Ria de Aveiro, mas para espécies directamente afectadas pelo projecto falta uma quantificaçã | DA AIA 1797 |
| 511 cessar. Não é proposta uma monitorização das populações de espécies bentónicas, potencialmente mais afectadas pelas operações. | DA AIA 1797 |
| 512 e fauna. Essa amostragem proporcionou a recolha de apenas 5 espécies , nem todas identificadas até à espécie. Apesar da dimensão | DA AIA 1797 |
| 513 te quantificar a percentagem afectada das populações destas espécies . As operações de dragagem terão de ser realizadas todos os | DA AIA 1797 |
| 514 , afectando assim as áreas de nidificação de um conjunto de espécies constantes da Directiva Aves e que são de grande importânci | DA AIA 1797 |
| 515 o superficial e negligente. Existem falhas graves quer nas espécies bentónicas, potencialmente mais afectadas pelas operações, | DA AIA 1797 |
| 516 nvernantes e é menos prejudicial para os ciclos de vida das espécies bivalves. Aplicação legal 1 – Tendo em conta os diplomas d | DA AIA 1797 |
| 517 eiro. – Não é proposta uma monitorização das populações de espécies bentónicas, potencialmente mais afectadas pelas operações. | DA AIA 1797 |
| 518 a (Morus bassanus) com estatuto LC. Sobre a importância das espécies bentónicas. As amostragens realizadas são consideradas insu | DA AIA 1797 |
| 519 ção, a deterioração dos habitats naturais e dos habitats de espécies , (...), atendendo aos objectivos da presente directiva". 3 | DA AIA 1797 |
| 520 ente dominante, o que a toma globalmente pouco povoada pela flora e fauna. Essa amostragem proporcionou a recolha de apenas 5 | DA AIA 1797 |
| 521 o dos habitats num sítio quando a superfície abrangida pelo habitat nesse sítio for reduzida, o que está de acordo novamente co | DA AIA 1797 |
| 522 doptar medidas de prevenção para, evitar a deterioração dos habitats para os quais as zonas foram designadas, o que é o caso. Ma | DA AIA 1797 |
| 523 que é o caso. Mais, especifica que existe deterioração dos habitats num sítio quando a superfície abrangida pelo habitat nesse | DA AIA 1797 |
| 524 e velocidade de correntes de maré ou tempos de submersão de habitats naturais importantes para aves, como planícies de vasa, sap | DA AIA 1797 |
| 525 rsidade biológica através da conservação das aves, dos seus habitats e do uso sustentável dos recursos naturais. A SPEA é respon | DA AIA 1797 |
| 526 de conservação, a deterioração dos habitats naturais e dos habitats de espécies, (...), atendendo aos objectivos da presente di | DA AIA 1797 |
| 527 ntes como o "bocage"; deve-se referir que a presença desses habitats contribuiu para a criação do sitio da Rede Natura na Ria de | DA AIA 1797 |
| 528 comportas e diques tradicionais, que protegem alguns destes habitats naturais e semi-naturais, é uma das principais ameaças à ca | DA AIA 1797 |
| 529 tar, nas zonas especiais de conservação, a deterioração dos habitats naturais e dos habitats de espécies, (...), atendendo aos o | DA AIA 1797 |
| 530 mbiente que trabalha para a Conservação das aves e dos seus habitats em Portugal. Integra uma rede mundial de organizações de Am | DA AIA 1797 |
| 531 canais de Mira, Ovar, etc.). A submersão continuada destes habitats traduz-se num regressão dos mesmos, destacando-se neste cas | DA AIA 1797 |
| 532 notório o recuo de áreas agrícolas e consequente redução de habitats importantes como o "bocage"; deve-se referir que a presença | DA AIA 1797 |
| 533 go das últimas dezenas de anos, tem provocado alterações no ecossistema lagunar, degradando-o e criando desequilíbrios, cujas conse | EA AIA 2082 |
| 534 Especial (ZPE) e da Rede Natura 2000, as interações com o ecossistema litoral e marinho requererem especial cuidado e análise. Pa | EA AIA 2082 |
| 535 blica. II PORTO DE AVEIRO – CAUSADOR MAIOR DA ALTERAÇÃO DO ECOSSISTEMA LAGUNAR Quem como nós vive da Ria e do Mar, obrigatória e f | FA AAE |
| 536 todo, tendo presente que corresponde a um sistema natural (Ecossistema) e como tal dinâmico e vivo. Desta forma as fontes de conta | FA AAE |
| 537 tantes da concretização dos projectos. A título de exemplo: Habitats dunares (n.º e área ocupada por cada um), espécies exóticas | FA AAE |
| 538 tavam e nidificavam naqueles espaços. Quais as espécies (de aves) que já não arribam e ou permanecem na Ria porque já quase | FA AAE |
| 539 importantíssimos para comunidades bentónicas e milhares de aves que aí se alimentam e, em função do seu valor, permitir ou | FA AAE |
| 540 servação de nichos ecológicos, como zonas de nidificação de aves e mesmo na desova e crescimento de espécies de peixes e cru | FA AAE |
| 541 ssava naquela época, nas Marinhas de SAL com todo o tipo de aves que se alimentavam e nidificavam naqueles espaços. Quais as | FA AAE |
| 542 exploração salícola da qual dependem dezenas de espécies de aves que em determinados períodos do ano alcançam populações de | FA AAE |
| 543 portantes para a flora (no caso do sistema dunar) e para as aves (no caso das salinas). Em relação à recuperação do cordão d | FA AAE |
| 544 deterioração terá implicações nas populações de espécies da avifauna que deles dependem, pelo que é duvidoso que a avaliação glo | FA AAE |
| 545 gradação geral da Ria de Aveiro, seja no aspecto ambiental (avifauna , vegetação, paisagem), seja no aspecto das actividades econ | FA AAE |
| 546 re, nomeadamente os caniçais tão importantes que são para a avifauna e as áreas de vegetação ripícola autóctone. Assim, as limpe | FA AAE |
| 547 m um papel importante para a agricultura e benéficos para a avifauna e a biodiversidade; que as primitivas motas (de defesa/prot | FA AAE |
| 548 eza florística e faunística, assim como a sua importância a avifauna . A Convenção de Ramsar é uma Convenção de reconhecimento In | FA AAE |
| 549 rma a permitir a deslocação no seu interior das espécies da avifauna , cada vez que um agente perturbador lhes provoque movimento | FA AAE |
| 550 r as áreas fundamentais para a conservação da natureza e da biodiversidade do estuário e respectiva orla, contribuindo para o estabele | FA AAE |
| 551 do(a)], sendo omisso quanto aos efeitos cumulativos sobre a biodiversidade resultantes do conjunto das acções que implementam a Propos | FA AAE |
| 552 alia importante na preservação de habitats e na promoção da biodiversidade em toda a área de implantação da Ria de Aveiro, motivo pelo | FA AAE |
| 553 específico relacionados com a conservação e valorização da biodiversidade , os recursos e o património natural, paisagístico e cultura | FA AAE |
| 554 destruído uma parte, e definhando o restante da riqueza em biodiversidade que a natureza nos oferecem no Baixo Vouga Lagunar. Não tra | FA AAE |
| 555 sadores da promoção e conservação do património natural, da biodiversidade e da paisagem. Ademais, economias fracas e subdesenvolvidas | FA AAE |
| 556 o nível de água na Pateira durante todo o ano, aumentando a biodiversidade de espécies na Pateira. O nível de água pretendido na Patei | FA AAE |
| 557 ntervenção seja positiva para os habitats naturais e para a biodiversidade , carecendo assim esta avaliação de maior fundamento técnico | FA AAE |
| 558 e ter tornado lénico. Para evitar a contínua degradação da biodiversidade , seria importante requalificar a ribeira do Pano. 6) Conces | FA AAE |
| 559 omoção do turismo no concelho de Aveiro e a preservação da biodiversidade da Pateira são: 1) Requalificação dos parques de merendas d | FA AAE |
| 560 a defesa da costa, a promoção da conservação da natureza e biodiversidade , a renaturalização e a reestruturação de zonas lagunares e | FA AAE |

| KWC | File |
|--|--|
| portante para a agricultura e benéficos para a avifauna e a | biodiversidade; que as primitivas motas (de defesa/protecção) tinham pouco |
| rede, entre outros. Esta concessão para além de permitir a | biodiversidade das espécies existentes, iria permitir um desenvolvimento a |
| o de salinização dos solos e ponha em causa a manutenção da | biodiversidade e riqueza do Baixo Vouga Lagunar. Receamos ainda o abandono |
| aliações posteriores avaliar os efeitos cumulativos sobre a | biodiversidade resultantes do conjunto das acções que implementam a Propos |
| em à Pateira. Este facto vai diminuindo ao longo do tempo a | biodiversidade existente na Pateira. Para evitar esta progressão pretende- |
| evantes, mas de carácter mais específico relacionados com a | conservação e valorização da biodiversidade, os recursos e o património |
| ta periférica de salvaguarda do Salgado, pensamos que a sua | conservação e a gestão do espaço interior implicarão o reposicionamento |
| que as acções de limpeza propostas não se devem sobrepor à | conservação e protecção dos habitats e das espécies presentes; - Na Pat |
| undações, o que a torna tão importante do ponto de vista da | conservação; - Todos os trabalhos associados a intervenções sobre a veg |
| a). Limpeza não é necessariamente sinónimo de valorização e | conservação, pelo que as acções de limpeza propostas não se devem sobre |
| jectos/acções estruturantes cujo objectivo primeiro fosse a | conservação dos valores naturais em presença (habitats e espécies ao ab |
| liado. Os projectos/acções com maior incidência positiva na | conservação dos valores naturais estão associados a outros projectos/ac |
| ções interventivas que são efectivamente necessárias para a | conservação e manutenção dos espaços referidos. No entanto estas benefi |
| spécies presentes; - Na Pateira de Frossos há que atender à | conservação e manutenção do sistema de Bocage, à preservação e inclusi |
| nísticos, este corredor fluvial mostra-se importante para a | conservação de espécies piscícolas migradoras, como o sável (Alosa alos |
| rojecto que à luz deste eixo contribua efectivamente para a | conservação dos valores em causa. As intervenções resumem-se às interve |
| nte acabam por se reflectir positivamente nos objectivos de | conservação dos Sítios e da ZPE. Entre estes destacam-se alguns dos pro |
| galeria ripícola e outras formações vegetais protegidas, a | conservação dos recursos faunísticos existentes. Como conclusão final e |
| de se procurar/construir o quadro mais favorável para a sua | conservação/preservação/usufruição, devem escutar/ouvir o saber, feito |
| o ripícola (que segundo o ICNB encontra-se em mau estado de | conservação, principalmente devido à pressão agrícola nos campos e dano |
| e origine consequências indirectas prejudiciais ao nível da | conservação de alguns dos habitats de elevado valor conservacionista, n |
| ia fluvial da Quinta do Rio (sem qualquer contributo para a | conservação do Sítio) e recuperação da antiga estação de comboios de Pa |
| erificação dos seus efeitos no ambiente e nos objectivos de | conservação das áreas classificadas abrangidas pela sua área de interve |
| tentes na Ria e colidiria frontalmente com os objectivos de | conservação assumidos pelo estado português ao classificar esta área co |
| esentando indicadores de efeitos do Plano nos objectivos de | conservação das áreas classificadas, identificando os riscos e oportuni |
| a concretização das orientações de gestão nem com a própria | conservação do sítio). Ao nível do FC2 não podemos deixar de destacar a |
| cnologia, são os 'pilares base' catalisadores da promoção e | conservação do património natural, da biodiversidade e da paisagem. Ade |
| ois bens geológicos, pela sua importância estratégica e de | conservação de recursos que são a água e as argilas. Nas águas consider |
| mide, terão uma estrutura de cúpula com responsabilidade na | conservação das estruturas da defesa periférica e dos equipamentos hidr |
| Comunitária (SIC) do Rio Vouga, e ao visar como objectivo a | conservação das espécies piscícolas migradoras, através da preservação |
| es a realizar, c) Analisa os efeitos sobre os objectivos de | conservação das diferentes áreas classificadas abrangidas pelo Plano el |
| m como finalidades formar e sensibilizar a população para a | conservação do património natural, promover a salvaguarda e a divulgaçã |
| ta a necessidade de dirigir as orientações de gestão para a | conservação do meio aquático e da vegetação ripícola (que segundo o ICN |
| das exóticas nesta área, contribuindo para a recuperação e | conservação da flora autóctone assim como da fauna associada. Apesar de |
| Fermentelos é um ponto de referência a nível nacional cuja | conservação é de extrema importância, uma vez que é a maior lagoa na pe |
| a costeira, tendo em vista a defesa da costa, a promoção da | conservação da natureza e biodiversidade, a renaturalização e a reestru |
| a costeira e riscos ambientais; ii) recursos hídricos; iii) | conservação da natureza e preservação da paisagem; e iv) competitividad |
| que é considerado um bom exemplo de gestão equilibrada, de | conservação da natureza e de desenvolvimento sustentável. O BioRia perm |
| ermitindo desde já identificar as áreas fundamentais para a | conservação da natureza e da biodiversidade do estuário e respectiva or |
| dem contribuir de forma positiva para os seus objectivos de | conservação, não indiciando existir susceptibilidade de afectação signi |
| om a implementação do projecto BioRia, que é um projecto de | conservação e divulgação do património natural da região do Baixo Vouga |
| r e monocultura de Eucalipto e Choupo. Do ponto de vista da | conservação, o Sítio de importância Comunitária (SIC) do Rio Vouga abra |
| trução do existente, o seu assoreamento será rápido e a sua | conservação/manutenção insustentável. O Ecomuseu da Ria (Porta de Entra |
| rio será falar do valor agrícola e da expressão singular da | diversidade biológica do complexo ecossistema do Baixo Vouga Lagunar, porque des |
| ção na Ria, por forma a inverter a degradação de todo o seu | ecossistema, ainda que sumariamente, daremos conta das nossas preocupaçã |
| da expressão singular da diversidade biológica do complexo | ecossistema do Baixo Vouga Lagunar, porque desde há muito tempo é conhe |
| resultado de tudo isto, qual tragédia grega, a degradação do | ecossistema lagunar e a ameaça séria e constante dos campos agrícolas m |
| bientais e de qualidade, em vastas áreas territoriais deste | ecossistema, incluindo as mais sensíveis, seria facilitada. Em consequê |
| dade de se analisar e dar solução à questão da alteração do | ecossistema lagunar, por efeito das obras do Porto de Aveiro, que nunca |
| venção na Ria pode alterar o actual estado de equilíbrio do | ecossistema, provocando eventualmente uma diminuição acentuada da quali |
| dro Água e a Convenção Ramsar (pese embora a zona húmida do | ecossistema lagunar da Ria de Aveiro não estar enquadrada legalmente ne |
| causa directa e necessária para a alteração e degradação do | ecossistema lagunar. Em consequência dessas obras, sempre ordenadas e e |
| o com vista a assegurar a sustentabilidade deste importante | ecossistema, tendo em conta os objectivos ambientais considerados como |
| oriz e a Barrinha de Mira, incluindo, para além destes dois | ecossistemas, a totalidade da Ria de Aveiro bem como a parte terminal do |
| capacidade é atribuída como um dos serviços prestados pelos | ecossistemas de zonas húmidas, no entanto, para o caso concreto da Ria, |
| rá decisivamente para a melhoria da qualidade da água e dos | ecossistemas. Espera-se também uma recuperação progressiva e relativamen |
| me I: a) O Ponto Forte "oferta diversificada de paisagens e | ecossistemas com potencial de exploração turística (ecoturismo)" - a ace |
| tos decorrentes da implementação dos projectos ao nível dos | ecossistemas existentes (dragagens, intervenções nas margens, nos sistem |
| medidas incluídas no Programa de Gestão e Monitorização nos | ecossistemas em causa. Informa-se ainda que, após a leitura dos document |
| brada que contempla a multiplicidade das vivências daqueles | ecossistemas, designadamente na sua vertente económica (pesca, agricultu |
| nlândia. etc.) considerados "modelo" no que à protecção dos | ecossistemas naturais diz respeito, nos quais, a aposta governamental em |
| exemplo: Habitats dunares (n.º e área ocupada por cada um), | espécies exóticas infestantes (n.º espécies e área ocupada), qualida |
| ortância comunitária importante para a reprodução de várias | espécies piscícolas migradoras que se encontram ameaçadas, nomeadame |
| adequado, de modo a que não impeça o crescimento de outras | espécies piscícolas, por exemplo. Requeixo, 28 de Abril de 2010 Pr |
| a conservação dos valores naturais em presença (habitats e | espécies ao abrigo dos quais os sítios foram classificados). Paralel |
|) do Rio Vouga, e ao visar como objectivo a conservação das | espécies piscícolas migradoras, através da preservação dos seus loca |
| ção do processo erosivo e mesmo o desaparecimento de algumas | espécies piscícolas actualmente ainda existentes - Definição da altu |
| lembrar que estes são importantíssimos para um conjunto de | espécies classificadas pela Directiva Aves e ao abrigo das quais a R |
| cias ambientais; - A intervenção ao nível da eliminação das | espécies exóticas (independentemente do projecto/acção em causa) dev |
| ços. A excepção nestes casos prende-se com a erradicação de | espécies exóticas e com algumas acções de dragagem cujo impacte ambi |

| | KWIC | File |
|-----|--|--------|
| 631 | em cujas vertentes predominam manchas de acácias e háquias, espécies exóticas de carácter invasor e monocultura de Eucalipto e C | FA AAE |
| 632 | ecido e que se tem agravado ao longo dos anos - Invasão por espécies exóticas das quais se destaca a Acacia longifolia - deveria | FA AAE |
| 633 | idade. Esta deterioração terá implicações nas populações de espécies da avifauna que deles dependem, pelo que é duvidoso que a a | FA AAE |
| 634 | ido esquecida e não tem sido feita a sua requalificação. As espécies têm vindo a diminuir com o decorrer do tempo, devido ao sis | FA AAE |
| 635 | ntabilidade" da decisão? • Grau de afectação/perturbação de espécies da flora e a fauna (Km a desassorear) – se bem que se perce | FA AAE |
| 636 | bilitando a exploração salícola da qual dependem dezenas de espécies de aves que em determinados períodos do ano alcançam popula | FA AAE |
| 637 | notar que estas são áreas importantes para a nidificação de espécies, como o pato, como tal, não podem ser totalmente extintas | FA AAE |
| 638 | énio existente no curso de água e impedem o crescimento das espécies que aí existiam. 5) Requalificação da Ribeira do Pano A Ri | FA AAE |
| 639 | rá traduzir-se na expansão de habitats naturais (dunares) e espécies com valor conservacionista, e a recuperação de motas (RA3) | FA AAE |
| 640 | co de cada área, nomeadamente no que respeita à presença de espécies bentónicas importantes, quer como recurso económico para o | FA AAE |
| 641 | retome o seu percurso permitindo o crescimento natural das espécies existentes nestas áreas. De notar que estas são áreas impor | FA AAE |
| 642 | . Esta concessão para além de permitir a biodiversidade das espécies existentes, iria permitir um desenvolvimento ao nível sócio | FA AAE |
| 643 | larização e manutenção dos caudais ecológicos favoráveis às espécies autóctones na medida em que nos parece não haver qualquer p | FA AAE |
| 644 | r monocultura de Eucalipto (perigo de erradicação de outras espécies autóctones); a presença de espécies de flora invasora; a fo | FA AAE |
| 645 | que se alimentavam e nidificavam naqueles espaços. Quais as espécies (de aves) que já não arribam e ou permanecem na Ria porque | FA AAE |
| 646 | ntinua de forma a permitir a deslocação no seu interior das espécies da avifauna, cada vez que um agente perturbador lhes provoq | FA AAE |
| 647 | devem sobrepor à conservação e protecção dos habitats e das espécies presentes; - Na Pateira de Frossos há que atender à conserv | FA AAE |
| 648 | o positivos como o RAP faz transparecer sobre os habitats e espécies dos meios dulciaquícolas (zonas mais interiores com caniçai | FA AAE |
| 649 | ão de nutrientes que impulsionam o crescimento galopante de espécies que consomem todo o oxigénio existente no curso de água e i | FA AAE |
| 650 | . Muitas destas pessoas não conhecem a época de defeso das espécies existentes, como tal, todo o peixe que capturam não devolve | FA AAE |
| 651 | ga a ser demasiado reduzido para que haja continuidade das espécies existentes, como tal, seria importante a construção de um d | FA AAE |
| 652 | s de nidificação de aves e mesmo na desova e crescimento de espécies de peixes e crustáceos; Por último o crescimento da produçã | FA AAE |
| 653 | corredor fluvial mostra-se importante para a conservação de espécies piscícolas migradoras, como o sável (Alosa alosa) e a savel | FA AAE |
| 654 | o de outras espécies autóctones); a presença de espécies de flora invasora; a forte pressão agrícola; as várias fontes de pol | FA AAE |
| 655 | às necessidades agrícolas da zona do Baixo Vouga, à fauna, flora e actividade piscícola. 4- Há décadas que a PORTUCEL tem ma | FA AAE |
| 656 | cia, de modo a manter as actividades que sustenta a fauna e flora que justificou aquela classificação. Tem a Ria de Aveiro e | FA AAE |
| 657 | da decisão? • Grau de afectação/perturbação de espécies da flora e a fauna (Km a desassorear) – se bem que se perceba que ex | FA AAE |
| 658 | cluir intervenções para a defesa e valorização de habitats (flora e fauna); Garantir medidas que minimizem os impactos decorr | FA AAE |
| 659 | rbação dos habitats intervencionados; Influência na fauna e flora; Qualidade das águas (ex. Turvação, ressuspensão de eventua | FA AAE |
| 660 | etudo recuperar alguns dos habitats mais importantes para a flora (no caso do sistema dunar) e para as aves (no caso das sali | FA AAE |
| 661 | esta área, contribuindo para a recuperação e conservação da flora autóctone assim como da fauna associada. Apesar deste probl | FA AAE |
| 662 | a "Rota dos moinhos", uma vez que se situam em áreas onde a flora conseguiu atingir o seu clímax (carvalhal), permitindo a re | FA AAE |
| 663 | – se bem que se perceba que existe uma afectação da fauna e flora pelas acções de dragagem/dessassoreamento, pode não dar qual | FA AAE |
| 664 | ma melhoria da gestão do equilíbrio populacional da fauna e flora com interesse comercial. Outros indicadores deveriam ser ac | FA AAE |
| 665 | ente interdependência histórica entre o sector primário e o habitat Ria não poderá deixar de manifestar a sua protesto por um r | FA AAE |
| 666 | res como a presença de barreiras à migração e degradação do habitat, não há qualquer projecto que à luz deste eixo contribua ef | FA AAE |
| 667 | e importância Comunitária (SIC) do Rio Vouga abrange vários habitat naturais e semi-naturais, constantes do anexo B-I do Decret | FA AAE |
| 668 | interventions colocaram em evidência a degradação a que o habitat Ria tem sido sujeito ao longo dos últimos anos e a relação | FA AAE |
| 669 | seguintes: – Definição clara, tendo em conta a realidade do habitat em presença, da velocidade máxima admissível para as corren | FA AAE |
| 670 | -lei n.º 49/2005 de 24 de Fevereiro, sendo considerado como habitat prioritário os bosques aluviais de Amieiro (Alnus Glutinosa | FA AAE |
| 671 | pé: "...as acções de desassoreamento serão benéficas para o habitat lagunar na medida em que promovem uma maior renovação da ág | FA AAE |
| 672 | da realidade actual e, principalmente, as alterações que o habitat objecto de estudo sofreu ao longo dos anos. Assim, como not | FA AAE |
| 673 | da água ao nível da laguna e com uma melhoria do mosaico de habitats húmidos presentes e das comunidades faunísticas deles depen | FA AAE |
| 674 | nar o que conduziria inevitavelmente à progressiva perda de habitats húmidos protegidos existentes na Ria e colidiria frontalmen | FA AAE |
| 675 | avaliados os seus efeitos tendo em conta a preservação dos habitats húmidos presentes a montante da intervenção, e que potencia | FA AAE |
| 676 | a avaliação global desta intervenção seja positiva para os habitats naturais e para a biodiversidade, carecendo assim esta aval | FA AAE |
| 677 | zação do Património Natural e Paisagístico: Perturbação dos habitats intervencionados; Influência na fauna e flora; Qualidade da | FA AAE |
| 678 | um contributo e uma mais valia importante na preservação de habitats e na promoção da biodiversidade em toda a área de implantaç | FA AAE |
| 679 | devidamente do potencial impacte das dragagens sobre estes habitats. Desta forma, a avaliação da significância dos impactes esp | FA AAE |
| 680 | ao nível do projecto/acção RA1.2, estando realizada para os habitats halófilos, não considerou o potencial efeito negativo indir | FA AAE |
| 681 | itoral; Incluir intervenções para a defesa e valorização de habitats (flora e fauna); Garantir medidas que minimizem os impactos | FA AAE |
| 682 | do Salgado da Ria de Aveiro, nomeadamente na recriação dos habitats deste espaço, quase destruídos nos últimos 20 anos. Aveiro | FA AAE |
| 683 | er integralmente preservadas as características actuais dos habitats, definindo se necessário, uma interdição parcial ou total, | FA AAE |
| 684 | para a manutenção desta zona húmida e da sua diversidade de habitats naturais a médio e longo prazo.'. Deve ser claramente refer | FA AAE |
| 685 | presenta. - A recolonização com substratos artificiais, dos habitats bentónicos afectados nas áreas dragadas, também será uma me | FA AAE |
| 686 | seja, se o PEIRVRA contribuiu para o incremento da área de habitats naturais no sistema dunar, se contribuiu para a salvaguarda | FA AAE |
| 687 | directas prejudiciais ao nível da conservação de alguns dos habitats de elevado valor conservacionista, nomeadamente dos juncais | FA AAE |
| 688 | vitando-se assim eventuais impactes/afecções sobre locais/habitats valiosos; - As intervenções a realizar na Barrinha de Esmor | FA AAE |
| 689 | opostas não se devem sobrepor à conservação e protecção dos habitats e das espécies presentes; - Na Pateira de Frossos há que at | FA AAE |
| 690 | o considerou o potencial efeito negativo indirecto sobre os habitats da área mais interior da laguna que ocorrerão na fase de ex | FA AAE |
| 691 | as bases para salvaguardar e sobretudo recuperar alguns dos habitats mais importantes para a flora (no caso do sistema dunar) e | FA AAE |
| 692 | efeitos tão positivos como o RAP faz transparecer sobre os habitats e espécies dos meios dulciaquícolas (zonas mais interiores | FA AAE |
| 693 | nte já se faz sentir alguma regressão e deterioração destes habitats de grande importância para o equilíbrio ecológico da laguna | FA AAE |
| 694 | s valores naturais do estuário. A identificação das áreas e habitats com maior valor e sensibilidade ecológica deverá permitir a | FA AAE |
| 695 | meiro fosse a conservação dos valores naturais em presença (habitats e espécies ao abrigo dos quais os sítios foram classificado | FA AAE |
| 696 | didat propostas pelo RAP, poderá traduzir-se na expansão de habitats naturais (dunares) e espécies com valor conservacionista, e | FA AAE |

Anexo 8

Pareceres F33 (a), F22 (b) e F17 (c) relativos à AAE do Programa Polis Litoral Ria de Aveiro

a) Parecer F33, de um proprietário de salinas

Consulta Pública do Relatório Ambiental Preliminar do Plano Estratégico da Intervenção de Requalificação e Valorização da Ria de Aveiro

Observações

1. Apresentamos os melhores cumprimentos e o agradecimento pela oportunidade que é dada aos cidadãos de se pronunciarem por escrito sobre os Documentos em apreço, mesmo que nenhuma das observações seja tida em conta. As observações são um pouco menos telegráficas que a exposição efectuada na Sessão de Esclarecimentos.

2. Pela primeira vez ouvimos publicamente todos os autarcas que falaram, fossem Presidentes de Câmara, fossem Presidentes de Junta de Freguesia, tecerem críticas abertas, ou veladas, ao que consideram ter sido a principal causa da degradação geral da Ria de Aveiro, seja no aspecto ambiental (avifauna, vegetação, paisagem), seja no aspecto das actividades económicas (agricultura, pecuária, pesca, salicultura e outras), seja ainda no aspecto social que, mercê da evolução negativa da economia, agravou significativamente o desemprego na região.

Todos os intervenientes consideraram muito importante o desenvolvimento do PORTO DE AVEIRO, mas que ele se faça não destruindo a Ria e a sua envolvente marginal, como aconteceu e está a acontecer diariamente.

3. Como já questionámos na Sessão de Esclarecimentos, gostaríamos de saber onde está a referência para ser afirmado na página 92/174 do **Plano Estratégico**, que o **salgema** é um produto **gourmet**. As afirmações deste tipo só baralham a mente dos consumidores de Sal e desprestigiam a nossa mais antiga referência local.

4. Em todas as ocasiões em que tivemos ensejo de emitir opinião sobre a reabilitação e requalificação do Salgado de Aveiro, afirmámos que a área de intervenção deveria ser suficientemente ampla para que as Marinhas recuperadas pudessem produzir uma quantidade de SAL correspondente e equivalente à procura que o produto turístico "**Marinhas e SAL de AVEIRO**" está a criar, e que se exige ser SAL de elevada qualidade. Só assim a sua exploração será compensatória.

O SAL e as Marinhas tradicionais são o **elemento diferenciador e de identificação local** suficientemente difundidos e já perfeitamente interiorizado pelas pessoas, uma vez que, apesar de quase não se produzir sal na Ria de Aveiro, ele nunca deixou de ser uma referência cultural, em estreita relação com o desenvolvimento económico e social da região.

Pensamos que a área de intervenção para a recuperação de diques e de motas de protecção na zona do Salgado deverá ser a que tem por limite aproximado a envolvente referida na mancha desenhada no ortofotomapa do **Projecto / Acção RA3 do Plano Estratégico, do Anexo II**.

5. É referido na ficha deste **Projecto / Acção RA3** que as entidades envolvidas são o MAOTDR, a C. M. de Aveiro (no que respeita ao Salgado), a APA e uma tal **Associação para o Desenvolvimento do Salgado**, que desconhecemos.

Gostaríamos de saber onde e como contactá-la.

6. Apesar das propostas serem do **Plano Estratégico**, surpreendeu-nos como no *Relatório Ambiental Preliminar (Volume 1)*, elaborado pela **nemus - Gestão e Requalificação Ambiental, Lda**, na abordagem do EIXO 3, é totalmente omitida a **Actividade Salineira**, que pensamos ser a mais antiga actividade económica de que há memória nesta região e que hoje é tida como um *ex-libris* local.

7. No mesmo *Relatório*, no EIXO 1 anterior, na peça desenhada n.º 6 intitulada "*Carta de Unidades Fisiográficas e Dinâmica Costeira*", estão identificadas unidades fisiográficas com que não estamos de acordo, porque não correspondem ao que é e foi o Salgado de Aveiro.

É referida uma pequena área para *reforço das margens pela recuperação de diques e motas* que não corresponde à proposta do **Plano Estratégico**, referida no último parágrafo do ponto 4.. É pois pertinente e oportuno perguntar: - **Quais os critérios usados pela nemus para esta redução da área proposta no Plano Estratégico?**

A ser levada a termo somente esta área, continuam a ser ainda mais destruídas Marinhas de Sal que, até à destruição dos muros e motas em 1993 pela invasão incontrolada e **incontrolável** da maré, produziam Sal da melhor qualidade, ao ponto de ser sempre disputada a sua compra pelos Armazenistas. Algumas dessas Marinhas eram, mesmo em época de crise, das poucas que se mantinham sustentáveis e rentáveis. Nunca tiveram dificuldades na contratação de pessoal necessário à sua eficaz laboração. A área de SAPAL passará a ser ainda maior, o volume de água da enchente aumentará, pois a superfície alagável terá área superior, e o poder destruidor da vazante crescerá.

8. Não podemos esquecer que, sobre a **Ria de Aveiro**, e em particular sobre a área do **Salgado**, incidem normativos ambientais, nomeadamente a **ZPE**, a **REDE NATURA 2000** e a **DIRECTIVA AVES**.

Estas classificações foram introduzidas quando o equilíbrio ecológico existia tanto no património natural como no património natural construído (pelo Homem). É pois reclamável o restabelecimento desse equilíbrio, perturbado e quase destruído nos últimos 20 anos!!!

Talvez por desconhecimento pessoal, ainda não lemos nada sobre o que se passava naquela época, nas Marinhas de SAL com todo o tipo de **aves** que se alimentavam e nidificavam naqueles espaços. Quais as espécies (de aves) que já não arribam e ou permanecem na Ria porque já quase não há Marinhas de SAL?

A reconstrução parcial do Salgado deverá, em nosso entender, ser efectuada numa área suficientemente **ampla e contínua** de forma a permitir a deslocação no seu interior das espécies da avifauna, cada vez que um agente perturbador lhes provoque movimentos de defesa e protecção.

A área já referida em 7. e demarcada em carta n.º 6 é, em todo o Salgado, a menos tranquila e a mais perturbável, dada a proximidade dos agentes destabilizadores e da frequência das suas acções.

9. A ser criada uma mota periférica de salvaguarda do Salgado, pensamos que a sua conservação e a gestão do espaço interior implicarão o reposicionamento dos Proprietários e Marnotes nas atitudes e nas responsabilidades de preservação desta área.

As Marinhas recuperadas e a recuperar deverão juntar-se em grupos que, nesta nova unidade, assumirão posturas de condomínio e que, em pirâmide, terão uma estrutura de cúpula com responsabilidade na conservação das estruturas da defesa periférica e dos equipamentos hidráulicos dos canais.

10. É por isto que consideramos ser a proposta do Plano Estratégico a mais adequada ao objectivo da **Requalificação e Valorização do Salgado da Ria de Aveiro**, nomeadamente na recriação dos habitats deste espaço, quase destruídos nos últimos 20 anos.

Aveiro, 28 de Abril de 2010

Manuel Estrela Esteves

b) Parecer F22, da Junta de Freguesia de Cacia

Junta de Freguesia de Cacia

ASSUNTO: Valorização da Ria de Aveiro: Relatório Ambiental Preliminar.

Ao analisar o Relatório referido em epígrafe, ficamos com a sensação de se estar a perder uma oportunidade histórica, de se requalificar uma área que, sobretudo pela acção do homem se encontra degradada. A Ria de Aveiro e o Baixo Vouga Lagunar, senão vejamos:

Reconhece o relatório, que uma das maiores ameaças advém do crescente aumento de cota de água salgada na laguna tendo como consequência já destruído uma parte, e definhando o restante da riqueza em biodiversidade que a natureza nos oferece no Baixo Vouga Lagunar.

Não transparece das acções a realizar, que a salinização do Baixo Vouga, classificado na Rede Natural 2000 e Habitat. Das Aves, seja combatida com eficiência, de modo a manter as actividades que sustenta a fauna e flora que justificou aquela classificação.

Tem a Ria de Aveiro e o Baixo Vouga lagunar, estudos realizados sobretudo a partir da década sessenta do século passado, onde estão definidas as acções a realizar, que se executadas, teriam evitado o desastre ambiental de que padece uma parte importante da zona.

Não terá qualquer sustentabilidade futura, as acções a realizar no âmbito deste projecto, se a defesa eficiente do avanço da salinização no Baixo Vouga não se realizar. Naturalmente que essa defesa terá que ser efectuada nos cursos de água que desagüam na Ria, sobretudo o Rio Vouga, já que este fornece em época estival, água para manter toda a riqueza ambiental em todas as suas valências, ao sistema que é reconhecido no Baixo Vouga.

O projecto Polis Ria, só terá a validade que as gentes da zona envolvida sonham e desejam, se, no âmbito das acções do Projecto se potenciarem outros projectos que dinamizem nas vertentes económicas ambientais e lúdicas, a área em que actua.

Em resumo, é de fundamental importância para toda a zona do Baixo Vouga, que no âmbito deste plano estratégico sejam incluídos projectos e obra de defesa da salinização do Baixo Vouga Lagunar, em especial entre o Rio Novo do Príncipe e o Rio Velho, incluindo estes cursos de água do Rio Vouga.

Esta intervenção é premente para evitar a contínua degradação desta área, que a inércia e inépcia da Governação do Estado tem conduzido.

Está a Junta de Freguesia de Cada disponível para participar em acções tendentes à prossecução dos objectivos enunciados.

Grato pela atenção dispensada.

Com os melhores cumprimentos

O Presidente da Junta,

Casimiro Simões Calafate

c) Parecer F17, da Câmara Municipal da Murtosa

Venho, via e-mail, e por carta registada, enviar a V.Exa. uma reclamação do Município da Murtosa acerca da Avaliação Ambiental do Plano Estratégico da Intervenção de Requalificação e Valorização da Ria de Aveiro.

Grato pela Atenção dispensada, subscrevo-me, com os meus melhores cumprimentos, [manuscrito] pessoais, []

Santos Sousa

Presidente da Câmara

RECLAMAÇÃO

Consulta Pública do Relatório Ambiental Preliminar e do Plano Estratégico da Intervenção de Requalificação e Valorização da Ria de Aveiro.

I. Questão Prévia

Dada a escassez de tempo, por mor das tarefas e obrigações que, no dia-a-dia, consomem quase toda a disponibilidade (de tempo) existente, e não tendo o Município da Murtosa recursos humanos para a elaboração de um trabalho prévio, de carácter técnico, facilitador de uma análise/decisão por parte de quem tem a gestão, restou-nos, num esforço rápido, consultar os documentos patentes para a consulta pública.

Numa primeira análise, temos que registar e louvar todo o trabalho realizado, consubstanciado nos elementos e informação carreados para o processo, na sua seriação, na sua apreciação, e na elaboração das propostas e conclusões.

No entanto, atenta a amplitude e a complexidade da matéria, aqui ali, evidenciam-se insuficiências e fragilidades, que necessitam de ser ultrapassadas, o que acontecerá com o somar dos contributos que cada um poderá ir dando ao longo do desenvolvimento dos projectos, sendo que, já nesta fase, da Avaliação Ambiental, será possível, e desejável, equacionar e integrar, se for caso disso, os contributos cuja ponderação a tal conduzam.

É assim que, dentro do espírito de cooperação e de colaboração, irmanados da vontade e determinação de todos os agentes envolvidos nesta acção, que pretende, quer e ousa enfrentar e começar a resolver problemas, que se apresentam na área de intervenção na Ria, por forma a inverter a degradação de todo o seu ecossistema, ainda que sumariamente, daremos conta das nossas preocupações, que, em nosso entender, deverão constar com mais força e clareza nos documentos sujeitos a discussão pública.

II PORTO DE AVEIRO — CAUSADOR MAIOR DA ALTERAÇÃO DO ECOSSISTEMA LAGUNAR

Quem como nós vive da Ria e do Mar, obrigatória e forçosamente acompanhou, acompanha e acompanhará a própria vivência destas realidades.

Deste modo, porque vivemos, sentimos e testemunhamos os acontecimentos, é nosso dever e obrigação dar conta dos mesmos a quem, com interesse, dedicação e profissionalismo está a desenvolver um trabalho que, respeitando e cuidando de todos os interesses envolvidos, tem como finalidade procurar e garantir que a execução das acções programadas no Plano Estratégico da Intervenção de Requalificação e Valorização da Ria de Aveiro sejam boas (equilibradas) do ponto de vista ambiental, social e económico.

Conforme é do domínio público, embora até hoje sem a audição e a atenção, por parte das Entidades ciclicamente alertadas para esta situação, que o caso merecia e, em nosso entender, continua a merecer, e a ser fonte de preocupação, o Município da Murtosa, desde 1999, através dos seus responsáveis políticos, foi reclamando por causa dos efeitos, negativos, que as obras de dragagem do canal de navegação do Porto de Aveiro, de há cerca de 30 anos a esta parte, foram a causa directa e necessária para a alteração e degradação do ecossistema lagunar.

Em consequência dessas obras, sempre ordenadas e executadas sem se querer saber qual a sua influência na laguna e, quando precedidas de estudos, estes, incompreensivelmente, feitos por Gabinetes que terão (pensamos que de boa fê e sem influências negativas) sobrestimado a teoria em desfavor da realidade, em face dos resultados finais das acções/intervenções que as sustentaram como sem influência negativa na Ria, e, para nosso mal, as permitiram.

De facto, mercê dessas dragagens no canal de navegação do Porto de Aveiro, importante, imprescindível e inquestionável para a Região e para o País, que não pode arcar com o descuido ou ganância/ignorância humana, a amplitude das marés foi subindo gradualmente (assustadoramente); com a entrada e saída de mais água do mar na barra, a velocidade das correntes aumentou substancialmente; o tempo de duração das marés (enchente e vazante) diminuiu; a água subiu aos juncais, inundando-os constantemente (em cada pico de maré), destruindo totalmente alguns e transformando em sapais outros; alguns terrenos agrícolas foram inundados, outros destruídos pela salinização; a erosão das margens dos juncais e de terrenos agrícolas adjacentes aconteceu; as águas da Ria, com mais velocidade na sua movimentação passou a transportar um maior número de partículas em suspensão; as algas, mormente o moliço, quer por acção da velocidade das correntes, quer pela constante deposição das partículas em suspensão quase desapareceram; essas mesmas algas, que, em algumas zonas, eram abrigo "e maternidade" para os peixes, por inexistência, deixaram de ter essa função, tornando o leito da Ria mais árido; as partículas lodosas transportadas em maior quantidade provocaram com maior rapidez o assoreamento da Ria; a maré baixa (vazante), pelo facto da água sair quase toda para o mar passou a ser, em muitos pontos da Ria, a "maré seca".

Resultado de tudo isto, qual tragédia grega, a degradação do ecossistema lagunar e a ameaça séria e constante dos campos agrícolas marginais e até, num caso ou outro, das populações.

Na parte centro/norte da Ria, aquela que melhor conhecemos, de pouco valeram algumas das motas entretanto construídas.

Ciclicamente, estas foram desempenhando a sua função de protecção. Contudo, cada dragagem do canal de navegação do Porto de Aveiro — não colhe que o caudal de água na Ria se deve às alterações climáticas —, foi conduzindo à necessidade de motas de protecção mais elevadas e mais fortes (com enrocamento em pedra).

Esta é a verdade. Há pessoas, há fotografias e sinais ainda visíveis na própria laguna, bastantes e suficientes para validar tudo aquilo que vem de dizer-se.

É chegado o tempo de atentar nestes factos. Embora tarde, nunca é tarde demais para se implementarem as medidas e acções que podem minimizar e restabelecer o equilíbrio ambiental e ecológico perdidos.

III. A OPORTUNIDADE DESTE APELO RELATIVAMENTE AOS IMPACTES NEGATIVOS DO PORTO DE AVEIRO E DA NECESSIDADE DE OS MINIMIZAR

A Ria de Aveiro, em resultado de uma boa parceria entre o Governo e os Municípios da Região de Aveiro, vai beneficiar de uma acção/intervenção que irá, sem qualquer margem para dúvidas, requalificá-la do ponto de vista ambiental, social e económico.

Porém, se não se tomarem as providências adequadas, para que uma das causas dos males de que padece seja controlada e os seus efeitos

anulados (minimizados), passado algum tempo (pouco tempo), o regresso à situação anterior será uma inevitabilidade.

Convictos que estamos desta factualidade, em nome do Município da Murtosa, afirmamos que de pouco valerá executar todas as obras programadas de recuperação/beneficiação/requalificação dos cais, ribeiras, das margens, etc., se deixarmos o "coração da Ria", que vai ter uma acção de desassoreamento, sujeito às mesmas influências perniciosas que lhe advêm das sucessivas dragagens do canal de navegação do Porto de Aveiro.

De facto, se não se tiver como objectivo a concretização do controlo da entrada e saída das águas da Ria, através de um processo/modelo/obra, que a engenharia hidráulica arquitetará, pelo conhecimento e experiência adquiridos pelo contacto e vivência no dia-a-dia, muito do investimento planeado será a curto/médio prazo prejudicado, senão mesmo anulado, com prejuízo para todos e sem vantagens para ninguém.

O Município da Murtosa, sempre que oportuno, nos fóruns e no seio da extinta Associação de Municípios da Ria e, actualmente, na Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, tem apresentado esta questão como fundamental (ver anexo que se junta e ilustra, ainda que resumidamente, algum desse trabalho).

Em 24 de Outubro de 2008, numa reunião no Ministério do Ambiente com o Senhor Ministro Prof. Nunes Correia, em que, entre outros, estavam o Senhor Secretário de Estado do Ordenamento do Território, Prof. João Ferrão; a Professora Teresa Fidélis e o actual Presidente da Região de Aveiro, Eng. Ribau Esteves, chamamos a atenção para a necessidade, imperiosa, do controlo da entrada e saída das águas do mar na laguna.

Publicamente, na presença do Senhor Ministro, voltamos de novo ao assunto do Porto de Aveiro, tendo aquele, perante os factos apresentados, dado conta de que, por razões de ordem económico/financeira, a operação desenhada de intervenção da Ria não comportava uma obra dessa envergadura. Todavia, deixou o compromisso de que, se dos estudos de hidrodinâmica previstos se concluisse pela influência negativa das obras (de dragagem) do Porto de Aveiro e que a realização de obras para o controle da entrada e saída do volume das águas seria uma realidade inevitável, o Governo e demais parceiros envolvidos deveriam encontrar os meios materiais que possibilitassem a sua concretização.

Confessamos que, não duvidando da seriedade da resposta constante do parágrafo anterior, pressentimos em alguns dos parceiros presentes que aquela teria sido uma maneira inteligente e adequada para sossegar e, de algum modo adiar (resolvendo-se, deste modo, a situação incómoda criada), o problema que, a existir... teria, a seu tempo, a resolução própria.

No passado dia 19 do corrente mês de Abril, aquando da apresentação pública da Avaliação Ambiental pelo Gabinete que a elaborou, na presença da Sr^a. Prof^a. Teresa Fidélis, Presidente da Sociedade Polis Litoral da Ria de Aveiro, do Presidente da Região de Aveiro, Eng. Ribau Esteves, e do Administrador da Parque Expo, Eng. Pedro Gomes, em nome do Município da Murtosa, entrevistamos para, mais uma vez, reclamarmos para a necessidade de se analisar e dar solução à questão da alteração do ecossistema lagunar, por efeito das obras do Porto de Aveiro, que nunca tiveram em conta os seus impactes negativos na Ria.

A postura assumida pelo Município da Murtosa foi reforçada pelas intervenções da maioria daqueles que quiseram expressar as suas posições, ficando uma ideia consensualizada e generalizada de que existe a consciência de que é necessária uma acção/intervenção que minimize o problema e possibilite que o reequilíbrio ecológico/ambiental se restabeleça de novo.

No fecho da sessão, usando da correcção devida, a Prof.^a Teresa Fidélis, não focando directamente o problema, fez questão de lembrar que o Plano de Acção existente tinha sido elaborado, consensualizado e aprovado com a concordância dos Municípios, pelo que, como que em jeito de aviso à navegação, não valeria (estas palavras agora são minhas) alterar, ou tentar alterar as regras do jogo.

Por sua vez, o Presidente da Região de Aveiro teve o cuidado de não falar no assunto, esquecendo-se, pensamos que propositadamente, de abordar esta questão complexa, incómoda para o Porto de Aveiro.

Salvo o devido respeito e opinião diversa, o Município da Murtosa, como alguém disse, pelo papel que tem vindo a assumir ao longo dos últimos anos nesta matéria, sem que tenha havido uma resposta que desmentisse ou explicasse os efeitos perniciosos, sofridos pela laguna e que são contemporâneos das obras, referidas, do Porto de Aveiro, merecia/exigia um pouco mais de consideração, pois a sua posição e toda a factualidade exposta era deles conhecida. Usando, repete-se, do devido respeito, somos do entendimento de que não é ignorando as questões que se fortalecem as instituições e se somam e ganham sinergias que nos permitirão ultrapassar e resolver as dificuldades.

Claro que, no tempo presente, na definição do Plano Estratégico a executar, atento o envelope financeiro alocado ao mesmo, não há espaço para a eventual realização de uma obra hidráulica que controle a entrada e saída das águas.

Só que, ignorar o problema explanado, fazer de conta que o mesmo não existe, em nosso entender é suicida e responsabilizador de quem lidera. Identificado o problema temos o dever e a obrigação de procurar/encontrar os meios para o resolver.

IV. MAIS ALGUMAS QUESTÕES QUE DEVEM SER REVISTAS / ALTERADAS

Ainda que sumariamente, vamos apontar algumas questões/conclusões que devem ser revistas, desde já, sem prejuízo de, caso seja possível, irmos carreando para todo o processo contributos que, melhorando-o, não ponham em causa a sua materialização.

Na página 22, volume I, da Avaliação Ambiental do Plano Estratégico, quando se faz uma "Breve caracterização da área de intervenção", escreve-se que "... A constante ligação ao Oceano Atlântico provoca uma forte influência marinha lagunar, o que justifica que a salinidade da água neste local seja semelhante à do mar".

Ora, sendo, nos dias de hoje, esta a realidade, antes das obras do Porto de Aveiro não era assim. Na verdade, a água da Ria era salobra, sendo que, no período do Verão, a sua salinidade aumentava.

Na página 57, o teor do 3.º parágrafo, por tudo aquilo que se escreveu supra, carece de ser corrigido em conformidade, bem como muitas das teses/propostas/conclusões que aparecem ao longo do processo e parecem branquear, em nosso entender por ignorância de conhecimento, os efeitos negativos do Porto de Aveiro, que têm que ser acautelados/resolvidos.

Os autores deste trabalho, certamente porque escudados em estudos recentes que desconhecem, pela sua falta de profundidade (e por isso de rigor científico) a realidade da laguna há 50 e 40 anos, vão apontado causas e soluções, omitindo-se que, a maioria dos sapais de hoje, não há muitos anos, eram juncais, com um papel importante para a agricultura e benéficos para a avifauna e a biodiversidade; que as primitivas motas (de defesa/protecção) tinham pouco a ver com as que, progressivamente, se foram construindo, cada vez mais altas e resistentes, chegando, em muitos casos a ser necessário o recurso ao enrocamento em pedra seca por as lamas já não aguentarem a força erosiva, entretanto, gerada.

Assim, neste particular, para uma melhor compreensão do fenómeno da Ria, com o objectivo de se procurar/construir o quadro mais favorável para a sua conservação/preservação/usufruição, devem escutar/ouvir o saber, feito da experiência, dos agricultores e pescadores que sempre viveram na Ria.

A construção das novas infra-estruturas, maxime do novo Porto de Abrigo para Pescadores da Torreira, tem que ter em conta e sua exposição aos movimentos hidrodinâmicos das marés, pois se se cometer o mesmo erro que se fez aquando da construção do existente, o seu assoreamento será rápido e a sua conservação/manutenção insustentável.

O Ecomuseu da Ria (Porta de Entrada) precisa, dada a sua importância estratégica, de um estudo/enquadramento mais preciso, pois não

se trata de mais um equipamento, mas de uma infra-estrutura que está pensada para ser motor e centro de recursos para a preservação/valorização/promoção/usufruição da Ria, assumindo-se como um pólo central e, por isso, ponto de partida para o conhecimento/descoberta da Ria e de toda a sua envolvente.

Na página 198, RA3. Reforço das margens/recuperação de motas... diz-se que a Ribeira da Aldeia é na Murtosa.

Ora, a Ribeira da Aldeia é em Pardilhó.

Do Plano de Acção proposto (inicial lbandeira@parqueexpo.ptmente), o desenho da mota a construir não coincide com aquele que é apresentado, por exemplo, no desenho n.º 12 (Carta de macro-sistemas). Assim, esta questão, em nosso entender, tem que ser reequacionada/estudada/avaliada, com os Municípios da Murtosa e Estarreja.

É que, não é indiferente, do ponto de vista ecológico, social e económico, que tal mota se construa de um modo ou de outro.

Porquê a mudança? Qual a razão do abandono do primitivo traçado? Quais as vantagens?

V. CONCLUSÃO

Reiterando tudo o afirmado, mostrando disponibilidade do Município da Murtosa e de todos os seus Municípios para cooperar e colaborar no fornecimento de informação, conhecimento e experiência, que permitirão melhorar e qualificar ainda mais a valia dos projectos previstos no Plano de Intervenção de Requalificação e Valorização da Ria de Aveiro, pois a pesca (a Ria), a agricultura (os juncais e os campos) são a vida da Murtosa, concluímos apelando à inteligência, ao bom senso e ao sentido de serviço de todos os parceiros e equipas envolvidas neste empreendimento de valorização/requalificação da Ria, e que nada, nem ninguém, impeça que se estudem, analisem e avaliem os impactes negativos do Porto de Aveiro, com vista à programação de uma intervenção do controle da entrada e saída das águas da Ria, logo que possível.

Junta-se: Documento elaborado aquando da Consulta Pública do projecto de "Reconfiguração da Barra do Porto de Aveiro — AIA 2082".

Paços do Município da Murtosa, 6 de Abril de 2010

Santos Sousa

Presidente da Câmara

[EM ANEXO “E2” + “D3.2” + “D3

Anexo 9

Elenco de excertos relativos aos espaços considerados — secção 6.5.4

a) As salinas

- a1. «Tendo em vista uma melhoria nas condições de cultivo de todos aqueles terrenos e precavendo eventuais perdas de produção/financeiras, a forma ideal para combater o avanço das águas salgadas, será através de um único dique, o que desde já está contemplado no projecto "Marés 1 ".
- Esperando o v/ bom senso e apelando mais uma vez a que considerem os nossos interesses de Agricultores que ao mesmo tempo salvaguardam também os interesses da restante população que tanto gosta das suas "Marinhas", despeço-me com elevada consideração» (A41, l. 4-8).
- a2. **«Hidrodinâmica (estudos do ano de 1987)**
- Posteriormente a esta data já foram elaborados estudos para as dragagens efectuadas nos anos 90 no Canal de Ovar, no Canal de Mira e junto ao Porto Comercial. Estas dragagens provocaram alterações de tal forma profundas na ria que toda a estrutura física (geológica) do salgado está a desaparecer sob a violência das novas marés.*
- O novo comportamento da geodinâmica da Ria não foi considerado para este projecto.*
- O afunilamento do canal, tal como o evidencia o projecto, vai provocar alterações na velocidade das marés, diminuição da amplitude das mesmas marés» (Água Triangular, C16, l. 107-114).
- a3. «Não me parece que tenham qualquer credibilidade as medidas de minimização propostas pela concessionária, nomeadamente pela recuperação dum sapal do Canal de Mira bem como da recuperação de 30ha de marinhas (e manutenção das mesmas (?) pelo período de concessão de 60 anos (?)), que constituiriam uma área de recuperação e preservação de habitats para a avifauna. Esta falta de credibilidade advém do que se tem constatado em Portugal relativamente ao cumprimento e fiscalização do cumprimento das medidas minimizadoras no âmbito doutros projectos nomeadamente nas Salinas do Samouco e outros que não cabe aqui mencionar» (C.20.1, l. 56-60).
- a4. «Reconheço que o espaço da Ria de Aveiro tem um potencial de desenvolvimento que está subaproveitado. No entanto, a situação presente, comparada com a que se observava há 20 anos, revela a degradação da qualidade do ambiente lagunar, especialmente a nível da turvação da água, da acumulação de sedimento lodoso, do desaparecimento das plantas do moliço e da redução da abundância de peixe. A paisagem da Ria de Aveiro tem vindo a ser afectada pelo abandono e destruição das marinhas de sal e pelo aterro e artificialização das margens.
- Presumo que todos estes problemas têm relação com as obras portuárias, que com maior escala decorreram a partir de meados dos anos de 1980. Neste processo de transformação há também inegáveis vantagens económicas. Contudo, as perdas ficam com os pequenos proprietários de marinhas e terrenos nas margens e os custos recaem sobre os contribuintes em geral, que suportam com os impostos obras de dragagem, protecção das margens, construção de diques, comportas e eclusas» (C28.1, l. 10-17).
- a5. «A Ria de Aveiro é precisamente um caso de paisagem há muito antropizada, sabiamente gerida num tecido compacto de acções minúsculas, quotidianas, que refazem sempre a marca da presença humana, por exemplo nas salinas, sem que isso tenha alguma vez feito perigar a sobrevivência das outras comunidades com quem compartilhamos a terra» (C33, l. 6-8).

- a6. «O Projecto Marina da Barra - Ílhavo deve ser chumbado!
Sinceramente, eu gosto de mais da minha cidade e da natureza que me rodeia, desde os animais, até a simples beleza da ria.
Já nos estragaram as salinas em grande parte, agora a ria acho que não tem o mínimo sentido, e por isso utilizei mais este meio para mostrar o meu desagrado» (C36, l. 4-7).
- a7. «Outra falsa medida de compensação é a "recuperação de salinas abandonadas na Ria de Aveiro e a sua gestão como habitat de aves aquáticas". As aves agradecem o abandono das salinas, não é por acaso que nos últimos anos a Ria tem todos os Invernos uma colónia de flamingos que se alimenta numa dessas áreas abandonadas, sem necessidade de recuperação ou gestão promovida por uma entidade que tem como lema a destruição de habitats naturais para construir ilhas de betão. A Ria precisa de uma gestão integrada que controle e regule os factores de degradação, que a proteja da ganância das promessas eleitorais dos governos e dos Presidentes de Câmara e dos projectos que ciclicamente assaltam e comprometem a tranquilidade de quem ama a Ria» (C64, l. 40-45).
- a8. «marinhas: 30ha de marinhas abandonadas! Sou proprietário de uma marinha das poucas em actividade (até 2002) e sei o que os proprietários têm "inventado" para as marinhas não ficarem abandonadas. O que me surpreendeu foi este consórcio descobrir a solução, gestão de habitat, mas não a sua viabilidade comercial ou cultural, um engano puro!!!» (C76, l. 59-61).
- a9. «Também as motas de protecção às marinhas têm sido amplamente afectadas pela erosão, conduzindo, em alguns casos, à completa destruição do sistema de protecção, com os impactes óbvios sobre a actividade humana, paisagem e biodiversidade (Quercus, D10, l. 15-16).
- a10. «Não é claro no estudo uma previsão da alteração de entrada de água salgada na área de estuário. Deste modo não é feita qualquer avaliação do efeito de alterações de velocidade de correntes de maré ou tempos de submersão de habitats naturais importantes para aves, como planícies de vasa, sapais e salinas. A vulnerabilidade dos actuais sistemas de comportas e diques tradicionais, que protegem alguns destes habitats naturais e semi-naturais, é uma das principais ameaças à capacidade de suporte de aves aquáticas da Ria de Aveiro» (SPEA, D11, l. 93-97).
- a11. «Por último o crescimento da produção de sal, nas pesca artesanal de subsistência, e não menos importante do turismo da natureza, onde os Percursos Interpretativos nas Marinhas pode ser um factor decisivo de dinamização sócio-económica;
Importará ter presente como era feito no passado a recuperação dos diques e motas, por forma a definir desde já um modelo que promova o envolvimento dos diferentes intervenientes, Institucionais ou Particulares, de modo a proporcionar o ressurgimento da 'dinâmica' de outrora como única forma de salvar a 'hidrodinâmica' actual que a todo o custo apregoamos como objectivo máximo» (C.M. Aveiro, F21, l. 56-60).
- a12. Nomeadamente, existem duas causas de efeitos antagónicos que devem ser consideradas: - o aumento da profundidade do Canal da Embocadura, quer devido a causas naturais, quer devido às dragagens efectuadas por necessidades portuárias, o qual tem conduzido a uma amplificação da amplitude da maré por toda a Ria de Aveiro; e - o aumento da área alagável/inundável da Ria de Aveiro em resultado do avançado grau de degradação dos muros de um elevado número de marinhas de sal; este aumento tem conduzido a um incremento do prisma de maré e a uma diminuição (reduzida) da amplitude da maré por toda a Ria de Aveiro» (UA, F27.1, l. 63-68).

a13. «a recuperação de motas (RA3) que beneficiará a área do salgado central da Ria, possibilitando a exploração salícola da qual dependem dezenas de espécies de aves que em determinados períodos do ano alcançam populações de vários milhares de indivíduos. Consideramos que estes são os projectos/acções mais estruturantes do PEIRVRA a partir dos quais se lançam as bases para salvaguardar e sobretudo recuperar alguns dos habitats mais importantes para a flora (no caso do sistema dunar) e para as aves (no caso das salinas)» (Quercus, F28, l. 62-66).

a14. «Gostaria que as salinas não fossem esquecidas em todo este projecto» (F44, l. 2)

b) Os campos agrícolas ribeirinhos

b1. «Daí a velha preocupação pelas demoras na sua efectivação e, paralelamente — e não menos importante — a inacção, ou a resposta por demais tardia, da entidade, responsável legalmente por esta zona lagunar, propiciando que as degradações das motas e valas permitam a invasão de água salgada (ou doce) dos campos agrícolas.

Sem estas acções imediatas de reparação, o Baixo Vouga corre o risco de ficar parcialmente improdutivo nos próximos muitos anos, tomando pois urgente o dique que, neste andar pode chegar tarde demais» (C.M. Estarreja, A3, l. 15-19).

b2. «É muitas vezes referido por instituições públicas e sobretudo Associações de Agricultores que o actual valor ambiental no Baixo Vouga Lagunar é indissociável da agricultura praticada nos campos. Tal e sem dúvida verdade sendo também por nós reconhecido. Contudo, considerando a vertente sobretudo agrícola do actual projecto, tal não deve por si só ser utilizado como factor determinante para a realização deste projecto.

É certo que a verificar-se a actual tendência de abandono agrícola do Bloco (principalmente da área mais a poente) o valor da paisagem, da fauna ou da flora a médio prazo irão ser diferentes. A eventual evolução natural da zona levará à lenta substituição de biótopos e espécies de elevado valor natural por outros também muito importantes e de interesse comunitário, nomeadamente os sistemas húmidos. [...]

Deixaremos assim de ter o actual valor ambiental para termos um outro valor ambiental, difícil de definir com rigor, mas que, apesar de tudo não será menosprezável» (Quercus, A20, l. 30-41).

b3. «Como qualquer cidadão que se preocupa com o ambiente e a ecologia, vejo com apreensão o desaparecimento desta área de diversas espécies animais e cinegéticas, provocado pelo avanço das águas salgadas, e desaparecimento durante o período estival de grande parte das reservas de água doce que propiciam alimento e locais de nidificação das aves, e habitat permanente dos mamíferos como a lontra. [...] E as expectativas não são nada animadoras, se juntarmos a todos estes factores a previsível subida do nível das águas motivada pelo aquecimento global do planeta.

Então de que estamos à espera? Vamos ser conformistas e cruzar os braços à espera que a Providência Divina nos salve?

Se recuarmos no tempo uns cinquenta anos, e dermos ouvidos aos mais velhos ouvimo-los falar com saudade dos tempos em que largas dezenas de hectares desta área eram ocupadas pela cultura do arroz, e que hoje apenas produzem canízia, devido ao avanço da água salgada, tendo sido o primeiro factor a inviabilizar esta cultura. Se travarmos o avanço da água salgada, talvez não se volte a cultivar arroz nessa área, mas estão reunidas condições para que essa ou outra cultura possa ocupar o mesmo local» (A32, l. 11-25).

b4. «Gostaríamos de começar por salientar que o verdadeiro **impacto**, ou **confronto**, **ambiental** existente em toda esta vasta zona é: o que se verifica entre a água salgada vinda do mar e a

doce, proveniente do Vouga e mais a Norte do Antuã. Porquê? Porque aquando da abertura da barra de Aveiro, em largura e profundidade para dar acesso ao porto comercial a navios de grande calagem, originou um fortíssimo aumento do fluxo das águas, possibilitando à salgada na preia-mar e com maior incidência nas marés vivas, invadissem os referidos terrenos, e subissem rio acima, por vezes até S. João, de Loure» (A36, l. 7-11).

- b5. «Toda esta situação agora existente, teria sido evitada se e conforme então prometido a obra de abertura da barra de Aveiro tivesse sido complementada e compensada com a construção da estrada dique **AVEIRO- MURTOSA**.

Como tal construção nunca aconteceu a água salgada passou a tomar conta dos terrenos de arroz, pastos e forragens, baluartes da economia dos agricultores desta região [...]. É ainda resultante deste confronto ambiental, a extinção de dois mamíferos comedores de peixes de água doce e que deixaram alcunhas a alguns agricultores, (os Martas em Vilarinho e os Lontras no Paço)

Não podemos também deixar de falar porque a memória não quer esquecer, das aves palmípedes (Patos, Narjas, Marrecas, mergulhões, etc.) que nidificavam e se desenvolviam nesta área, adoçando o seu aparelho digestivo, salgado pelas suas migrações aos salgados da Ria e do. Mar, dos gansos, maçaricos reais ou grou e tantas outras espécies avícolas que no seu trajecto migratório constituíam o **AVIÁRIO** que deu origem ao nome de Aveiro.

Impacto Ambiental é pois o confronto do verde doce que foi o Baixo Vouga Lagunar com o actual castanho amarelado provocado pela água salgada» (A36, l. 17-34).

- b6. «No plano ambiental e da conservação da Natureza, é de extrema importância a implementação deste projecto, não só na requalificação das margens e zonas adjacentes, a recuperação da zona de Bocage, no fundo recuperar a envolvência ambiental e paisagística que já teve, e que a inércia e o desleixo das entidades públicas com responsabilidade na zona, deixaram que se chegasse ao actual estado de degradação» (ABBV, B8, l. 20-22).

- b7. «A abertura do canal artificial hoje conhecido por Rio Novo do Príncipe, e, posteriormente, a abertura artificial da Barra do Porto de Aveiro, são obras de engenharia enquadradas num plano mais vasto e complexo que visa a regularização do caudal do Rio Vouga e, consequentemente, proporcionar o reaproveitamento dos terrenos agrícolas e de utilização centenária da agro-pecuária.

Os tempos da modernidade vieram alterar, porém, esse equilíbrio, com a introdução dos parques industriais, o aumento da população e dos tecidos urbanos, a alteração da utilização dos terrenos, a modificação da floresta a jusante, que vieram provocar alterações profundas no comportamento dos caudais e da hidrodinâmica de todo o sistema hídrico do Vouga e do Vouga Lagunar» (Água Triangular, B10, l. 16-21).

- b8. «Esta população que foi tão martirizada com o sucedâneo desta empresa [Portucel], com sérios riscos agora que as coisas melhoraram significativamente, de perder muitos postos de trabalho, estima-se que em toda a região há 15000 pessoas cujos rendimentos dependem de todo o volume de negócios que esta empresa gera. É caso para dizer que quem nos comeu a carne está moralmente obrigado a roer-nos os ossos.

Do ponto de vista da agricultura permitiria a revitalização desta, uma vez que o presente projecto em coordenação com o Projecto de Desenvolvimento do Baixo Vouga permite aos agricultores pensar que desta vez é que é, estão cansados de promessas das entidades oficiais e enquanto estes pensam e repensam, a água salgada todos os dias vai entrando, vai destruindo e matando o que aparece, metro após metro» (ADACE, B11, l. 31-38).

- b9. «Verifica-se que as margens estão a desmoronar, sendo a obra a este nível de grande importância para a sua preservação. É fundamental que se faça a dessalinização da água, pois como as coisas estão, o jardim que temos à porta não passa de uma miragem» (ADACE, B11,

l. 58-59).

b10. 1— A DGADR como autoridade nacional para o regadio possui a tutela das áreas de aproveitamento hidroagrícola [...].

3— Não tendo esta Direcção Geral sido consultada no processo de AIA referido em epígrafe, e tendo tido conhecimento do mesmo através da consulta pública, vê com alguma preocupação as intervenções na Barra de Aveiro, já que em outras intervenções realizadas no passado, se acentuou a intrusão salina nos campos agrícolas do Baixo Vouga, conforme as conclusões do Estudo [...] realizado pela Universidade de Aveiro em Maio 1996.

[...] 4.4.- Este processo de degradação tem-se mantido nos últimos anos, pelo que é notório o recuo de áreas agrícolas e consequente redução de habitats importantes como o "bocage"; deve-se referir que a presença desses habitats contribuiu para a criação do sítio da Rede Natura na Ria de Aveiro. [...]

6— Em suma, caso se confirmem as perspectivas de uma maior pressão do efeito das marés e vento no referido sistema de diques, julga-se que o proponente do projecto referido em epígrafe deverá:

6.1.- Adoptar um conjunto de medidas que minimização adequadas, através do acções de reforço dos troços dos diques mais fragilizados, comparticipação na construção e exploração das comportas do sistema de defesa do bloco agrícola, a instalar nas secções das linhas de água referidas, ou outra compensação a considerar» (DGADR, D1, l. 5-61).

b11. «Se alguém tiver dúvidas - Há quem tenha no Porto de Aveiro, pois, apesar dos alertas que vimos fazendo, pelo menos de há cerca de dez anos a esta parte, esta questão foi sempre menorizada, desprezada, quanto aos impactes negativos que o afundamento do canal de navegação do porto tem tido na laguna, que aceite o desafio, que já fizemos, por várias vezes (até hoje sem resultado), de vir ver, com os próprios olhos, a actual degradação das margens da Ria e das zonas de juncal e de terrenos agrícolas que, a não se pôr mão neste abandono, agravarão o atentado ecológico a que assistimos (para alguns mais novos, com um saber novo, feito de ignorância da situação anterior, com laivos de uma consciência e sensibilidade ambiental, que até dói a quem conhece a realidade).

Há testemunhas, há fotografias de um passado ainda recente, que põem em causa estudos pseudo-científicos de uns tantos, que tarde acordaram para a Ria» (C.M. Murtosa, D3.1, l. 22-27).

b12. «Associo-me, por isso, às legítimas preocupações dos proprietários e agricultores e Autarcas locais no tocante à necessidade de serem implementadas de medidas e acções que protejam o Baixo Vouga Lagunar no tocante às futuras subidas de água.

Consideramos irresponsável dizer-se que da dragagem de um milhão de metros cúbicos na zona da Barra não resultarão prejuízos para as águas interiores.

A experiência passada tem revelado que os aumentos da profundidade das águas que servem o Porto de Aveiro para receber navios de maior calado têm tido uma influência directa e preponderante sobre a velocidade da água na amplitude de marés.

Se olharmos para o resumo técnico do Estudo de Intervenção na Zona da Barra é fácil constataremos que ali se não fala das consequências sobre as zonas internas da Ria, sendo por isso um documento pobre e incompleto nesta matéria.

[...] O que vai acontecer, no futuro, se não houver um recuo por parte da Administração do Porto de Aveiro e o necessário aprofundamento e ponderação do estudo sobre esta intervenção, é que iremos assistir a um agravamento deste problema caso não sejam tomadas medidas minimizadoras do aumento da cota de água no interior do Baixo Vouga Lagunar.

Num momento em que nasce a cooperação intermunicipal entre os Municípios de Aveiro, Estarreja e Albergaria com vista à concretização do Projecto de Desenvolvimento Agrícola do Baixo Vouga Lagunar, é importante que os reflexos ambientais sobre o Ecossistema interior da Zona da Laguna de Aveiro sejam tidas em linha de consideração.» (Com. Conc. CDS/PP, D9, l. 25-43).

- b13. «Caso se confirmem as perspectivas de uma expectável maior pressão do efeito das marés nos terrenos adjacentes da laguna, interrogo:
 — *Que medidas de minimização adequadas e/ou indemnizações é que estão previstas para salvaguarda dos nossos interesses/bens patrimoniais?*
 — *Quem assume, a quem me dirigir no futuro, a quem solicitar a responsabilidade pelos danos/prejuízos que esta intervenção possa ocasionar? À empresa que realizou o estudo (Hidroprojecto)? À Administração do Porto de Aveiro, na qualidade de "dono da obra"? À Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, que eventualmente licenciará a execução da dragagem? Ou à Agência Pública do Ambiente, na sua qualidade de autoridade de AIA?*
 — *E que garantias nos são dadas, no presente, que a entidade a responsabilizar, no futuro, nos atenderá e assumirá esse compromisso de indemnização?»* (D12, l. 37-45)
- b14. «Igualmente; e fazendo jus ao Projecto apresentado, não haverá alteração ao prisma de maré no interior da Ria de Aveiro nem alteração à sua hidrodinâmica lagunar. No entanto e não obstante tais pressupostos constituiriam pressupostos de base para o desenvolvimento do estudo em causa é certo também como aliás é reconhecido, "toda esta zona tem sofrido uma evolução acentuada, consequência das diversas obras que têm sido executadas desde a década de 1950" com um aumento para o dobro do prisma de maré e da alteração profunda da hidrodinâmica lagunar que se tem repercutido essencialmente na velocidade da corrente de maré, na erosão das margens da laguna, na salinização dos terrenos agrícolas e no avanço da cunha salina em especial através do Rio Vouga.
Para tal exige-se uma verdadeira análise aos impactes cumulativos associados a toda esta transformação da barra do Porto de Aveiro e do próprio porto com uma interligação e articulação perfeita, (pro) activa, participada e dinâmica de todas as entidades intervenientes com vista à minoração dos impactes que nos domínios mencionados tanto se fazem sentir na região» (C.M. Ílhavo, E1, 79-88).
- b15. «c) Igualmente o RA manteve como uma «ameaça» o descritor correspondente "À extinção da área de sapal devido às obras portuárias e ao aumento das áreas agrícolas" sendo que se reitera o então enunciado no anterior parecer por parte desta entidade. A este respeito, salienta-se a aparente contradição em relação à segunda parte do anterior descritor que explicita "... aumento das áreas agrícolas" com o mencionado no último ponto que referencia " *Perda de capacidade agrícola...*". Assim a «ameaça» subjacente à condição dos "terrenos agrícolas" na área de intervenção é relativa à perspectiva de aumento ou de diminuição? No entendimento desta entidade as condições de favorecimento potencial e quiçá inevitável aumento da cunha salina para o interior da Laguna, traduzem-se, por um lado, na perda efectiva de solo agrícola e, por outro, a um aumento de áreas de sapal, nessas mesmas zonas, 'compensando' por essa via «ameaça» perda de sapal devido às obras portuárias e de Reconfiguração da Barra do Porto de Aveiro» (C.M. Ílhavo, F14, l. 40-47).
- b16. «Resultado de tudo isto, qual tragédia grega, a degradação do ecossistema lagunar e a ameaça séria e constante dos campos agrícolas marginais e até, num caso ou outro, das populações» (C.M. Murtosa, F17, l. 53-54).
- b17. «a pesca (a Ria), a agricultura (os juncais e os campos) são a vida da Murtosa» (C.M. Murtosa, F17, l. 155).
- b18. «Considerando este plano "A oportunidade" de iniciar a implementação do Projecto do Baixo Vouga e nos termos definidos no Relatório Final, enquadrado no Eixo I —*Protecção e defesa da zona costeira e lagunar visando a prevenção de riscos*, onde se inserem os projectos e as obras direccionados para a recuperação de diques e motas de protecção do salgado e

outras, sugere-se a importância de vir a ser contemplada a construção do dique da Ilha Nova, necessário para o pleno funcionamento do dique já existente, bem como o Açude no Rio Novo do Príncipe [...] fundamentais, indispensáveis e determinantes para a regularização do canal do Rio Novo do Príncipe e controlo da invasão salícola dos terrenos. O Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, entidade interveniente neste processo, no âmbito do seu parecer sobre "a avaliação ambiental do plano Estratégico..." manifestou a relevância e a importância da concretização deste projecto, tendo-se disponibilizado para a definição de uma estratégia de actuação.

Receamos que o excessivo prolongamento de todo este processo, tome irreversível o processo de salinização dos solos e ponha em causa a manutenção da biodiversidade e riqueza do Baixo Vouga Lagunar. Receamos ainda o abandono e desistência dos agricultores e consequentemente da sua "cultura e modo de vida" por desilusão e cansaço.

Desnecessário será falar do valor agrícola e da expressão singular da diversidade biológica do complexo ecossistema do Baixo Vouga Lagunar, porque desde há muito tempo é **conhecido e reconhecido o seu potencial** agrícola, ambiental e paisagístico, estão **identificados os problemas** da sua manutenção e sustentabilidade económica e ambiental e **abordadas em diversos estudos as formas e meios para a sua resolução**» (C.M. Aveiro, F21, l. 17-32).

- b19. «O Relatório não refere os sedimentos de origem terrestre como uma importante causa para o assoreamento de muitos dos canais da Ria de Aveiro. De facto, os sedimentos provenientes de uma parte significativa das margens de um número elevado de canais da Ria de Aveiro em resultado da erosão efectiva que se verifica nos mesmos pelas razões apontadas no ponto 1 constituem uma importante fonte sedimentar actualmente na Ria de Aveiro. Simultaneamente, o abandono ou a diminuição da exploração agrícola nos terrenos em torno dos canais da Ria de Aveiro aumentou também a importância destes como fonte sedimentar para a Ria de Aveiro.

O Relatório não aborda os riscos decorrentes do aumento da intrusão salina para as actividades agrícolas realizadas nos terrenos circundantes à Ria de Aveiro em consequência do aumento do prisma de maré pelas razões referidas no ponto 1» (UA, F27.1, l. 77-83).

- b20. «Nos quadros 10.3.3 e 10.4.1 deverão ser indicados os seguintes riscos decorrentes das acções de dragagens/desassoreamento após a fase de concretização:

- aumento da amplitude da maré e maior prisma de maré, com possibilidade de ocorrência de inundação das margens adjacentes em preia-mar e dificuldades de navegação acrescidas em baixa-mar;
- maior penetração da cunha salina, com possível inutilização da exploração agrícola dos campos adjacentes;
- correntes de maré mais intensas, com aumento do risco de erosão das margens dos canais;» (UA, F27.1, l. 112-117).

- b21. «No que respeita à avaliação de efeitos significativos e identificação de riscos e oportunidades o RAP, em geral, tende valorizar as oportunidades e desvalorizar os riscos. Havendo efectivamente muitas oportunidades, estas não serão tão significativas como se apresenta no RAP. Nestes casos, refere-se, a título de exemplo, as oportunidades referidas para alguns dos objectivos ambientais relevantes do FCD 2 e FCD 3 que estarão sobre valorizadas em relação à realidade. Por exemplo, no caso do FCD 3, as intervenções do PEIRVRA não terão os efeitos tão positivos como o RAP faz transparecer sobre os habitats e espécies dos meios dulciaquícolas (zonas mais interiores com caniçais, Bocage, lagoas de água doce, galerias ripícolas), podendo até nestes casos ocorrer alguns riscos como resultado indirecto das dragagens;» (Quercus, F28, l. 108-113).

- b22. «De notar que a realização de dragagens na Ria terá como resultado uma maior entrada de água salgada no sistema lagunar o que, apesar de benéfico ao nível da qualidade da água da

laguna, se prevê que origine consequências indirectas prejudiciais ao nível da conservação de alguns dos habitats de elevado valor conservacionista, nomeadamente dos juncais e caniçais presentes na zona mais interior da laguna e que não toleram elevados índices de salinidade e de submersão pela água das marés.

De referir que actualmente já se faz sentir alguma regressão e deterioração destes habitats de grande importância para o equilíbrio ecológico da laguna. No caso dos caniçais há que relembrar que estes são importantíssimos para um conjunto de espécies classificadas pela Directiva *Aves* e ao abrigo das quais a Ria foi classificada como ZPE (Passeriformes do caniçais, *Ardea purpurea*, *Circus aeruginosus*, etc). Há assim que ter especial atenção, aquando da realização da Avaliação de Impacte Ambiental das dragagens analisando devidamente do potencial impacte das dragagens sobre estes habitats» (Quercus, F28, l. 137-145).

- b23. «A intensificação da intrusão da cunha salina no Baixo Vouga, tem inevitáveis consequências para a actividade agrícola e industrial, podendo mesmo, inviabilizar a laboração da fábrica de Cacia, da Portucel, caso não seja considerada a construção no Rio Velho e no Rio Novo do Príncipe de açudes capazes de conter a referida intrusão, nos moldes previstos, entre outras entidades, pela Câmara Municipal de Aveiro.

Considerando:

— A salinização do troço final do Vouga aspecto levantado e elencado como questão urgente a resolver na avaliação do impacto ambiental posta à discussão pública;

— O risco para as actividades agrícolas e industriais que dependem do abastecimento de água doce desse troço do Rio;

— Que as medidas de resolução desta questão estão perfeitamente descritas e contempladas em planos e projectos existentes na Câmara municipal de Aveiro,

Foi com alguma surpresa e estranheza que não vimos incluídas quaisquer acções concretas para a resolução deste problema» (Portucel, F31, l. 33-43).

- b24. «A agricultura e os seus profissionais, para além de mal tratados ainda são, ao longo do estudo, de forma repetida, responsabilizados pela destruição de vastas zonas de sapal, ao que se lê, pela conquista feita à Ria de terrenos que hoje manifestam potencialidade agrícola.

Afirmarões como estas só poderão ter duas origens ou assentam na absoluta ignorância da realidade local ou procuram legitimar acções do homem realizadas ao longo do tempo e que produziram alterações significativas na hidrodinâmica da Ria tendo como consequência o aumento da amplitude das marés na laguna e a respectiva salinização dos terrenos de cultivo.

Efectivamente, os agricultores ao longo das últimas décadas têm procurado, infelizmente sem sucesso, defender as suas terras de pão, da invasão das águas salgadas.

Sobre esta matéria é da mais elementar justiça que os textos do plano sejam revistos reportando-se à verdade da história.

Ainda relativamente à perda efectiva e progressiva de terrenos de cultivo na sequência da salinização do solos é fundamental esclarecer que esse fenómeno não se resume infelizmente à área do Baixo Vouga lagunar na medida em que ao longo das ultimas décadas, com particular incidência na ultima, os homens e mulheres que dependem da actividade agrícola nos Concelhos da Murtosa e de Ovar têm assistido impotentes mas inconformados à perda de várias dezenas de hectares de solo agrícola que, depois de salinizados se transformaram em sapais lodosos sem qualquer valor económico e até ambiental» (F36, l. 55-67).

- b25. «Como estou certo que ninguém pretenderá que o estudo justifique a realidade existente, pois essa não serve, considero fundamental para a sustentabilidade futura das decisões do presente que nas actividades a desenvolver no estudo sejam incluídas as seguintes:

— Definição clara, tendo em conta a realidade do habitat em presença, da velocidade máxima admissível para as correntes no interior da laguna, numa perspectiva de evitar a degradação

das estruturas de protecção das margens, a aceleração do processo erosivo e mesmo o desaparecimento de algumas espécies piscícolas actualmente ainda existentes;

— Definição da altura máxima admissível para o pré mar de forma a que as estruturas de protecção não deixem de ser eficientes, sob pena de continuarmos a ver arruamentos marginais à Ria, que à data da sua construção ficavam mais de um metro acima do pré mar e que hoje, perante a mesma maré, ficam submersos, sendo, por consequência, transpostos pelas águas salgadas que vão salinizar os terrenos agrícolas;

— Avaliação da necessidade de construção de mecanismos de regulação dos caudais no interior da laguna, naturalmente a montante e a jusante da área portuária. Caso se conclua pela dispensabilidade deste tipo de obra o relatório deverá fundamentar técnica e inequivocamente essa decisão» (F36, l. 139-150).

c) A Ria de Aveiro

c1. «A localização do empreendimento, junto da barra de Aveiro, condicionará o regime hídrico, quer pela propagação da maré que penetra pela embocadura, quer pelos caudais fluviais de drenagem do Rio Vouga, apresentando toda a área uma tendência natural para o assoreamento. Esta situação acabará por promover a degradação da qualidade da água numa zona crítica para a sua renovação» (UC, C12, l. 64-66).

c2. «Em relação ao estudo da Hidrodinâmica, as dúvidas que tinha em relação às alterações provocadas nos volumes de água que entram e saem no Canal de Mira e às amplitudes que estas atingem, mantêm-se não conseguindo ver uma resposta clara no estudo realizado. Por outro lado a modelação que foi feita sobre dados de 1987, não corresponderá certamente à situação de referência actual, pois que daí para cá foram feitas algumas obras nas margens do Canal de Mira e efectuadas importantes dragagens no seu leito. Este pequeno facto poderá alterar muito significativamente a leitura e interpretação das alterações que se prevêem ocorrer com a construção das estruturas do "Projecto Marina da Barra". No EIA não é referido qual o destino a dar aos 1650000 m³ de dragados que serão retirados deste local, assim como os processos de estabilização dos fundos/fundações das estruturas a construir. Pelo descrito no texto e pela interpretação dos mapas e gráficos apresentados, não consegui perceber quais as alterações provocadas nos níveis de água fluvial, nomeadamente nas zonas mais montante deste canal» (C23, l. 24-31).

c3. «Reconheço que o espaço da Ria de Aveiro tem um potencial de desenvolvimento que está subaproveitado. No entanto, a situação presente, comparada com a que se observava há 20 anos, revela a degradação da qualidade do ambiente lagunar, especialmente a nível da turvação da água, da acumulação de sedimento lodoso, do desaparecimento das plantas do moliço e da redução da abundância de peixe. A paisagem da Ria de Aveiro tem vindo a ser afectada pelo abandono e destruição das marinhas de sal e pelo aterro e artificialização das margens.

Presumo que todos estes problemas têm relação com as obras portuárias, que com maior escala decorreram a partir de meados dos anos de 1980. Neste processo de transformação há também inegáveis vantagens económicas. Contudo, as perdas ficam com os pequenos proprietários de marinhas e terrenos nas margens e os custos recaem sobre os contribuintes em geral, que suportam com os impostos obras de dragagem, protecção das margens, construção de diques, comportas e eclusas.

Este balanço de perdas e ganhos parece estar já muito desviado em favor da actividade portuária e em prejuízo do património natural e dos interesses da agricultura, o que poderá ser aceitável atendendo à importância da actividade do porto comercial e da pesca na economia da região. Porém, parece pouco razoável acentuar ainda mais a perturbação já provocada na Ria com a criação de uma área urbana e de um porto de recreio numa área do leito da Ria que vai

ficar completamente artificializada» (C28.1, l. 10-21).

- c4. «Todos os pareceres, apresentados ao longo dos tempos, alertam para a história das formações das línguas de água e areia e historial da luta recente e nem sempre vitoriosa do engenho humano contra as dinâmicas naturais em tudo o que respeita à ria no seu conjunto, aos seus braços e especialmente ao controle da foz. As inquietações têm sido acrescentadas por consequências de dinâmicas das correntes ao longo da costa e até sobressalto em obra de arte sobre braço da ria em afunilamento a leste da Gafanha da Nazaré.
De facto, a obra projectada [...] constitui um estreitamento brutal de um dos braços da ria mais perto do mar e possivelmente o mais longo e mais problemático em alguns pontos do seu percurso. Os estudos a longo prazo sobre as consequências do aquecimento global colocam em risco todo o cordão dunar da zona e é certo que, todos os investimentos feitos (como concessão ou não) em construção civil sobre as dunas e sobre as águas não constituirão outra coisa senão uma forma de pressão para novas construções, algumas para defesa do património construído e do investimento financeiro, e sempre na lógica de substituir o natural por margens de betão ou similar» (C69, l. 14-23).
- c5. «Vejam-se os canais da cidade de Aveiro e a dificuldade em mantê-los e atente-se ao que aconteceu no canal de Ovar, principalmente a montante da ponte da Varela, com o afundamento e estreitamento do canal a provocar o alagamento das **margens** e ilhas de junco e um aumento na média da amplitude de maré de trinta centímetros para metro e meio, alagando, na preia-mar, todo o porto de abrigo do Carregal. E certo é que estreitar o canal naquela zona do canal de Mira é aumentar a corrente de maré entre os pilares da ponte da Barra, com todas as consequências que daí possam advir.
O Delta é um sistema hidrográfico complexo impossível de reproduzir, fielmente, por quaisquer modelos matemático ou à escala e, por isso, a melhor interpretação e aprendizagem do espaço lagunar deve ser feita com base na experiência de factos ocorridos, intervenções feitas e evolução desta mais valia para a região que é a ria de Aveiro. Estranho que o estudo de impacte ambiental não aprecie estes dados!» (C80, l. 27-34).
- c6. «Reitera-se da máxima importância a realização da **INTERVENÇÃO NA ZONA DA BARRA DE AVEIRO COM DRAGAGEM E REFORÇO DO CORDÃO DUNAR** a fim de promover a recomposição dos areais bem como a protecção e consolidação do cordão dunar - ecossistema frágil de elevada instabilidade. Acrescem ainda os benefícios socio-económicos que poderão ser alcançados seja com o desenvolvimento e fruição do Porto de Aveiro cuja repercussão positiva para toda a Região desde já se realça, seja mesmo com a futura e melhor fruição das zonas balneares a Sul da Barra de Aveiro seja finalmente no acréscimo que o reforço do cordão dunar acarreta na protecção dos respectivos núcleos urbanos existentes nesta zona de influência do Projecto a implementar.
Deste modo não se prefigura, na nossa opinião, que a intervenção a realizar induza um aumento significativo dos impactes tanto no ambiente como nas populações lhe estão mais próximas, se para tal as medidas mitigadoras preconizadas quer na fase propriamente dita de intervenção quer na fase posterior, forem devidamente implementados permitindo assim a minoração dos efeitos perniciosos causados pela obra a executar.
Para tal toma-se ainda conveniente garantir, em seu complemento, que sejam devidamente desenvolvidos e/ou implementados os seguintes aspectos:
— Implementação de um plano de monitorização da qualidade da água nas praias e/ou zonas balneares afectadas directa e indirectamente pela intervenção a realizar com periodicidade pelo menos quinzenal incluindo neste caso os parâmetros microbiológicos, os sólidos suspensos e a turvação da água do mar.
— Implementação de um Plano de gestão de conflitos de uso seja das praias adjacentes e potencialmente mais afectadas com a intervenção seja da própria toalha marítima afectada.

— Análise exaustiva e objectiva do impacte causado na hidrodinâmica lagunar e nesta sequência a análise do comportamento das correntes de maré e da erosão provocada nas infra-estruturas e nas estruturas existentes em especial no interior da laguna e particularmente nos colectores da SIMRIA» (C.M. Ílhavo, D2, l. 91-110).

- c7. «Em 2006/04/11, aquando do período de discussão pública do "Plano Estratégico do Porto de Aveiro", enviei ao sr. Presidente do Conselho de Administração do Porto de Aveiro um ofício, em que fazíamos o reparo de o mesmo "limitar a sua envolvente territorial à zona mais próxima do porto descurando a sua influência em toda a Ria". A finalizar, dizíamos que "o Porto de Aveiro não pode ignorar, ou deixar de lado, toda esta problemática que tem influência e consequências no desejado equilíbrio ambiental e no desenvolvimento sustentado de toda a Região"» (C.M. Murtosa, D3.1, l. 57-69).
- c8. «Finalmente verifica-se a inexistência de estudos que permitam, com o respectivo e devido grau de certeza e/ou fiabilidade analisar, definir, prever e consequentemente minorar, caso necessário, os impactes nas infra-estruturas da SIMRIA, na agitação marítima e transformação da respectiva hidrodinâmica imediatamente a Sul do molhe Sul da Barra de Aveiro e na interface água doce/água salgada influenciadora da qualidade do aquífero Cretácico, considerado como aquífero estratégico para a sustentabilidade do abastecimento de água com qualidade desta mesma Região, na própria hidrodinâmica lagunar da Ria de Aveiro (impactes cumulativos), tendo em atenção a evolução acentuada sentida desde a década de 50 do século passado» (C.M. Ílhavo, E1, l. 113-118).
- c9. «Pergunta-se em síntese, para quando será atingido o ponto de equilíbrio em toda esta zona de costa e cuja alteração mais significativa corresponde à barra de Aveiro e a todas as obras que lhe estão associadas e que custos, impactes e consequências se terão até lá, ou se o Estudo assume a opção de realizar operações de dragagem regular que ajude a gerir esse equilíbrio?!» (C.M. Ílhavo, E1, l. 127-130).
- c10. «Haverá obviamente alguns **impactes negativos** associados à execução do projecto, localizados e na sua maioria reversíveis e de significância reduzida, podendo ainda de acordo com o projecto ser minorados, através da adopção das medidas de mitigação no mesmo previstas. No entanto também os haverá **positivos** resultantes, essencialmente, do desenvolvimento económico expectável da dinâmica já demonstrada pelo Porto de Aveiro e que nesta sequência, nos proporcionará a devida mais valia tendo vista uma melhor potenciação do crescimento e do desenvolvimento sustentado da própria região onde o mesmo se insere.
Deste modo a serem implementadas as medidas preconizadas no EIA bem como todas as demais, e que no presente parecer se apontam, consideramos que é possível a viabilização da execução da intervenção considerada» (C.M. Ílhavo, E1, l. 173-179).
11. «a) Tratando-se, como foi referido, duma obra que essencialmente pretende melhorar as acessibilidades de navios ao Porto de Aveiro, nomeadamente no que concerne à segurança, consideramos o estudo aprovado, desde que sejam ponderadas as seguintes questões:
b) Os trabalhos relacionados com a "Reconfiguração da Barra", nomeadamente o posicionamento do molhe e a secção da Barra, não podem alterar o Prisma da Maré, e a consequente linha máxima de preia-mar dentro da área lagunar, principalmente na zona de cais dos Bacalhoeiros na Gafanha da Nazaré. Como é sabido na área do cais dos Bacalhoeiros estão situadas as saídas de águas pluviais da Gafanha da Nazaré – Norte e Nascente, num total de oito, que serão comprometidas, na sua eficiência com a subida das marés.
c) Também ao nível de dunas e cordão dunar ao sul desde o molhe sul até à Costa Nova, não é admissível qualquer alteração provenientes do trabalho a executar ao abrigo da EIA.

d) Para salvaguardar a segurança de todas as questões acima referidas, deverá ser acautelado com um sistema de monitorização nas áreas envolventes, a funcionar durante o período do tempo considerado razoável.

e) Da constatação publica verificada durante o período de análise do documentos refira-se que o conjunto de toda a obra é de uma maneira geral aceite pela população se forem acauteladas as questões referidas em b), c) e d)» (J.F. Gafanha da Nazaré, E3, l. 15-26).

c12. **Tem V Ex.a a responsabilidade de zelar que numa zona tão sensível em todas as valências ambientais, não sejam cometidos os erros que ao longo de mais de meio século, tanto degradaram toda a zona a montante.**

Entendemos que o Porto de Aveiro se deve desenvolver para o bem de toda a região, mas como a história comprova, sempre que há intervenções, devem ser acauteladas as suas consequências, o que não tem acontecido. Solicitamos que a Agência estude as consequências destas mesmas intervenções na Ria e no Baixo Vouga, e que as medidas, para as minimizar, fiquem concreta e objectivamente definidas, na aprovação do E.I.A., de modo a salvaguardar uma zona tão sensível como é a Ria e o Baixo Vouga» (J.F. Cacia, E4, l. 11-16).

c13. A recuperação de diques e motas surge à partida, e é só por si, um factor critico transversal aos diferentes Eixos de Intervenção [...]

Importará ter presente como era feito no passado a recuperação dos diques e motas, por forma a definir desde já um modelo que promova o envolvimento dos diferentes intervenientes, Institucionais ou Particulares, de modo a proporcionar o ressurgimento da 'dinâmica' de outrora como única forma de salvar a 'hidrodinâmica' actual que a todo o custo apregoamos como objectivo máximo;» (C.M. Aveiro, F21, l. 49-60).

c14. «Este Relatório não tem em consideração a evolução mais recente das características hidrodinâmicas da Ria de Aveiro, e das suas causas. Concretamente, não é referido que a amplitude da maré tem vindo a aumentar e a sua fase a diminuir durante os últimos anos na Ria de Aveiro, tendo o prisma de maré vindo também a aumentar. Estudos científicos efectuados pela Universidade de Aveiro quantificam estas alterações, e mostram que as mesmas resultam de alterações geomorfológicas que têm ocorrido na Ria de Aveiro. Nomeadamente, existem duas causas de efeitos antagónicos que devem ser consideradas: - o aumento da profundidade do Canal da Embocadura, quer devido a causas naturais, quer devido às dragagens efectuadas por necessidades portuárias, o qual tem conduzido a uma amplificação da amplitude da maré por toda a Ria de Aveiro; e - o aumento da área alagável/inundável da Ria de Aveiro em resultado do avançado grau de degradação dos muros de um elevado número de marinhas de sal; este aumento tem conduzido a um incremento do prisma de maré e a uma diminuição (reduzida) da amplitude da maré por toda a Ria de Aveiro. O Relatório não dá o devido destaque ao elevado estado de degradação das margens de um número muito elevado de canais da Ria de Aveiro, em resultado das maiores velocidades da corrente de maré, dos maiores volumes de água movimentados e das maiores cotas de praia-mar que ocorrem presentemente na Ria de Aveiro, em consequência dos factos apontados no ponto anterior» (UA, F27.1, l. 60-71).

c15. «Deve ser claramente referido que estas acções [de desassoreamento] deverão ser acompanhadas por adequado e indispensável reforço das **margens**, pois caso contrário ao fim de um período reduzido as margens terão sido erodidas e galgadas e serão novamente restabelecidas as condições presentes» (UA, F27.1, l. 104-105).

c16. «Não há qualquer obra portuária prevista ou planeada que possa vir a provocar alterações nos sapais. A área do porto, incluindo os canais que servem os terminais, estão devidamente consolidadas e as suas condições de operação definidas» [...]

«Conforme EIA do prolongamento do molhe norte, não haverá alterações hidrodinâmicas estuarinas decorrentes deste projecto. Também se desconhece qualquer outro projecto que venha a promover este tipo de alteração» (APA, F30, tabela).

c17. «Salvo melhor opinião, considero que poucos serão aqueles que visitarão a região da Ria porque possui um Porto dinâmico ou um parque industrial expressivo ou mesmo um centro tecnológico de referência. Com o devido respeito, oportunidades desta natureza apenas servem para o, também desejado, desenvolvimento tecnológico e industrial, no entanto, esse desígnio já é perseguido na região há décadas e não foi certamente o elemento que justificou a decisão do governo do país em criar o Pois Ria de Aveiro.

Os Concelhos da Ria, ao longo das ultimas décadas, uns mais do que outros, Têm alicerçado as suas estratégias de crescimento em vectores de desenvolvimento industrial, comercial, tecnológico e por consequência demográfico. Na busca desses objectivos a Ria foi, em muitos dos casos, esquecida sendo remetida ao seu novo papel de adorno de fundo de quintal dado que os olhos estavam postos nas grandes acessibilidades rodoviárias, fundamentais para o desenvolvimento à data procurado.

A globalização a que o mundo está a ser sujeito, as novas consciências para a importância e valor do recurso ambiente e uma nova geração de Autarcas, promoveram uma visão diferente e diferenciadora para a região. Assim, todas as acções previstas no presente plano tem que ser vistas como formas de materialização de um novo paradigma de desenvolvimento em que a ria é o motor da diferença tendo que se assumir como elemento central à volta do qual todo este processo deve girar» (F36, l. 37-48).

c18. «Em minhas opinião as grandes fragilidades do plano resultam do facto de ter importado avulsamente acções, de matriz municipal previstas no âmbito, do plano Unir@Ria todas de inegável importância mas que careciam, em sede de plano, de serem sistematizadas com base numa matriz de estratégia global. Um edifício sólido não se constrói apenas pelo somatório de um conjunto de peças por melhor qualidade que as mesmas possuam é fundamental que todas sejam compatíveis no processo de construção e que acima de tudo, cada uma por si, desempenhe a sua função de forma coordenada e articulada com as restantes. Só assim, as boas portas do edifício se abriram para salas cómodas servidas por francas janelas com vista para um magnífico jardim.

Tendo em consideração o supra exposto, beneficiar ancoradouros e cais sem ter a certeza se algum dia terão acessibilidades condignas por via fluvial; construir ou ampliar marinas sem saber a que tipo de embarcações se destinam; recuperar marinhas de sal sem demonstrar a viabilidade económica do sector; fomentar a construção de núcleos turísticos, fazendo a apologia do aumento de camas na região sem definir claramente o tipo de produto a promover, o publico a acolher e os mercados em se pretende promover; Implementar as praias balneares previstas no POOC construindo estacionamento automóvel sem se acautelar minimamente as acessibilidades rodoviárias às mesmas; recuperar motas e diques sem saber qual a será a cota do pré mar e a velocidade das correntes.

[...] Efectivamente, o plano evidencia a vontade de serem efectuados diversos estudos de caracterização certamente com o objectivo de orientar muitas das acções propostas, no entanto pela leitura dos cronogramas de execução verifica-se simultaneidade entre os estudos e as obras demonstrando que os primeiros apenas serão certamente desenvolvidos para justificação futura das obras realizadas» (F36, l. 98-115).

c19. «Assim, a definição e concretização de um plano de navegabilidade para a Ria como condição básica e essencial para que se possam caracterizar e materializar, os investimentos necessários ao desenvolvimento da náutica de recreio; A construção e/ou beneficiação dos portos e cais de abrigo para embarcações da pesca artesanal e a reorganização do sector, condição fundamental para que os milhares de pessoas que dependem exclusivamente da Ria possam ter alguma esperança no futuro; A construção e beneficiação de motas e diques de protecção como

intervenção de carácter primário e imprescindível pois só assim, poderá ser minimamente garantida a continuidade da actividade agrícola na região e a necessária requalificação das zonas ribeirinhas numa perspectiva de promoção do turismo de natureza ambiental, como valor económico a considerar; desenvolvimento de uma rede de percursos clicáveis potenciadores da usufruição do recurso ambiente, são acções que se deverão assumir como prioritárias pois sobre elas poderão ser desenvolvidas, num futuro, mais ou menos próximo, com coerência e sempre na persecução do objectivo comum, novos projectos a realizar por qualquer tipo de promotor.

Admito que aceitar à partida o incumprimento total dos objectivos poderá ser difícil no entanto para garantir coerência e funcionalidade à intervenção é fundamental desde já assumir a subordinação de um conjunto de acções à materialização prévia de outras.

Por último não posso deixar de referir aquilo que considero essencial para garantir a sustentabilidade de toda a intervenção. Efectivamente, o plano prevê o desenvolvimento de um estudo sobre a hidrodinâmica costeira e estuarina. Julgo que ficou, por demais evidente, na sessão publica realizada na passada segunda feira, dia 19 do corrente mês, que todos os intervenientes colocaram em evidencia a degradação a que o habitat Ria tem sido sujeito ao longo dos últimos anos e a relação directa com o aumento da amplitude das marés por consequência, em grande medida, das acções promovidas pelo Porto de Aveiro. Assim, o estudo em causa assume um valor estratégico fundamental pois, espera-se um diagnostico sério da realidade actual e propostas concretas para a alteração do processo destrutivo a que vamos assistindo.

[...] Como estou certo que ninguém pretenderá que o estudo justifique a realidade existente, pois essa não serve, considero fundamental para a sustentabilidade futura das decisões do presente que...» (F36, l. 121-141).

c20. «Como comentário final poderei dizer que a esperança que deposito na concretização do Polis Ria de Aveiro está alicerçada na capacidade que reconheço existir nos principais actores no processo, pois se tivesse que formar opinião apenas com base no estudo apresentado ficaria certamente muito preocupado, na medida em que o referido estudo assenta em pressupostos que não correspondem, na generalidade, à realidade; [...].

Assim, fica a esperança de que a visão de inter-municipalidade e da Ria como um todo, manifestada, de forma viva, pelos Autarcas da região prevaleça sobre os estudos pois chegou a hora de agir» (F36, l. 154-164).